INDICE

I. PARTE GERAL página
Teoria da Supremacia da Constituição → 2
Poder Constituinte → 3
Eficácia e Vigência das Normas Constitucionais → 4
Teoria da Recepção → 5
Teoria da Repristinação → 6
Teoria da Desconstitucionalização → 6
Classificação das Constituições → 6
Questões de Prova → 12

II. PARTE ESPECÍFICA
Princípios Fundamentais → 72
Questões de Prova → 74
Direitos e Garantias Fundamentais → 99
Questões de Prova → 100
Direitos e Deveres individuais Fundamentais → 109
Questões de Prova → 115
Direitos e Garantias Sociais → 234
Questões de Prova → 241
Direitos e Garantias à Nacionalidade → 254
Questões de Prova → 255
Direitos e Garantias Políticos → 262
Questões de Prova → 263
Estado Federal → 275
Questões de Prova → 285
Poder Legislativo Federal → 322
Questões de Prova → 332
Poder Executivo Federal → 399
Questões de Prova → 406
Controle da Constitucionalidade → 420
Questões de Prova → 440

III. LEGISLAÇÕES
Lei 9.868, de 10 de novembro de 1999 → 515
Lei 9.882, de 3 de dezembro de 1999 → 522
Lei 11.418, de 19 de dezembro de 2006 → 524

MATERIAL DE APOIO DIDÁTICO

DIREITO CONSTITUCIONAL - Prof.ª Cristina Luna

"Os seres humanos são como anjos de uma só asa, só conseguem voar quando estão abraçados"

Neo Buscarle

PARTE GERAL

Noção

Direito Constitucional é um ramo do Direito Público (porque contém regras onde prevalece o interesse público sobre o privado)

Conceito

Direito Constitucional é um conjunto sistematizado de normas coercitíveis que estruturam o Estado, estabelecem os direitos e garantias de sua população e limitam os poderes dos governantes.

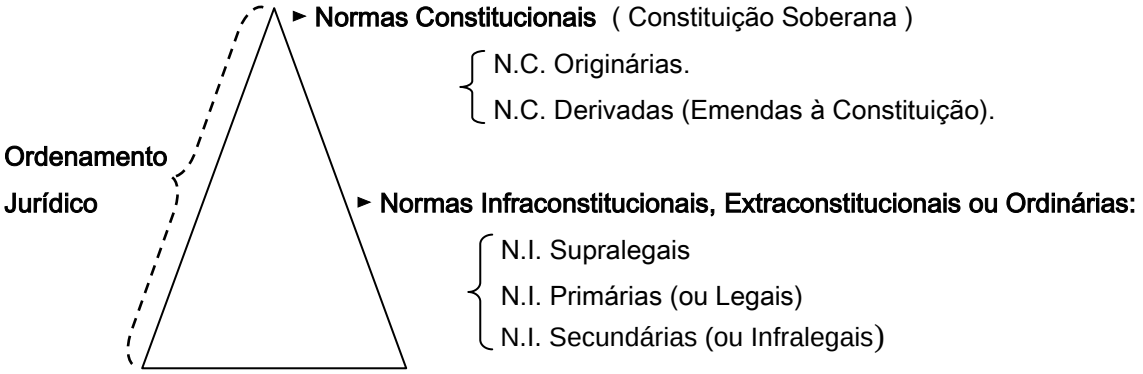
Constitucionalismo

Constitucionalismo significa o caminho percorrido pelas leis constitucionais desde a antiguidade até a atualidade. Foi na antiguidade que Platão e Aristóteles desenvolveram a teoria de limitação dos poderes dos governantes por uma lei suprema. Na idade moderna, com o advento do Iluminismo (séculos XVII e XVIII), surge a base do constitucionalismo através de um movimento ideológico e político para destruir o absolutismo monárquico e estabelecer normas jurídicas racionais, obrigatórias para governantes e governados. Foi no século XVIII que **Montesquieu** consagrou de vez a *Teoria da Tripartição dos Poderes* (legislativo, executivo e judiciário) concomitante à *Teoria de Freios e Contrapesos*. Essas teorias foram incorporadas pela Declaração dos Direitos do Homem e na Constituição de Filadélfia, espalhando-se pelo mundo democrático.

Teoria da Supremacia Constitucional

Baseia-se no *Princípio da Unidade da Constituição*.

A lei constitucional é superior à lei comum porque as leis comuns (que estão fora da Constituição, por isto denominadas extraconstitucionais, infraconstitucionais ou ordinárias) decorrem e encontram validade na Constituição. **Hans Kelsen**, em sua *Teoria Pura do Direito*, escalonou as normas jurídicas sob a forma de uma pirâmide, tendo no topo a Constituição e na base as leis infraconstitucionais, ou seja, as leis de menor hierarquia quando comparadas com as leis constitucionais. Assim, a Constituição é norma hierarquicamente superior a todas as demais normas e, portanto, as normas que contrariarem o disposto na Constituição serão consideradas inconstitucionais. A superioridade da Constituição de um país decorre do fato de ser obra do poder constituinte originário enquanto as leis comuns são obra de um poder instituído.



Poder Constituinte

Poder Constituinte é aquele que um povo tem para elaborar a sua Constituição, diferente do Poder Constituído que é todo aquele que o constituinte institui na Constituição, ou seja, os poderes constituídos são o Legislativo (federal, estadual, distrital ou municipal), Executivo (federal, estadual, distrital ou municipal) e o Judiciário.

O poder constituinte divide-se em *poder constituinte originário* e *poder constituinte derivado* (reformador e decorrente).

Poder Constituinte Originário

Poder constituinte originário é o que cria o Estado e estabelece sua forma de estado, de governo, sistema de governo e regime político de governo, elaborando a sua Constituição, rompendo com a ordem jurídica anterior, submetendo a nova ordem jurídica ao seu comando.

Foi Emmannuel **Siéyès**, abade francês do século XVIII, que afirmou que o poder para criar uma Constituição Soberana pertencia ao povo (na obra: "*O que é o Terceiro Estado?*").

A partir de então, considerou-se o titular do poder constituinte originário o povo, que, no Estado Democrático, também detém o seu exercício. Esse exercício é um direito inalienável, imprescritível e irrenunciável. Quando a Constituição é elaborada por representantes do povo (chamados constituintes) reunidos para este fim em uma Assembleia Nacional Constituinte, diz-se que essa Constituição foi promulgada. Caso contrário, ela terá sido outorgada.

Conforme a doutrina majoritária e o STF, o poder constituinte originário apresenta como características ser inicial, soberano, ilimitado e incondicionado. É importante ressaltar que o poder constituinte originário é *juridicamente* ilimitado, mas encontra limites nos fatores culturais, sociais e econômicos presentes naquela sociedade.

Existe uma doutrina minoritária nacional, seguidora do alemão Otto Bachoff, que, baseada no jusnaturalismo, reconhece nos direitos humanos uma vontade supranacional ou suprapositiva, que se impõe ao direito nacional (direito de um determinado país), inclusive sobre o exercício do poder constituinte originário, o limitando juridicamente.

Poder Constituinte Derivado Reformador

Poder constituinte derivado reformador é o mecanismo que permite a atualização da Constituição sempre que for conveniente, alterando-a quando necessário. Trata-se de um poder constituído pelo

poder constituinte originário, por isto também é conhecido com poder constituído, instituído, diferido ou de segundo grau.

O titular do poder constituinte derivado é o povo, se manifestando, no Estado Democrático, através dos seus representantes. A atual Constituição brasileira entrega o exercício deste poder de reforma aos deputados federais e senadores reunidos no Congresso Nacional.

O poder constituinte derivado reformador apresenta como características ser derivado, condicionado, secundário e limitado (limitações formais ou procedimentais - art. 60, incisos I, II e III, e parágrafos 2º, 3º e 5º; circunstanciais - art. 60, parágrafo 1º; e materiais ou substanciais - são as chamadas *cláusulas pétreas,* que podem ser expressas (os incisos do parágrafo 4º, art. 60) e implícitas (como por exemplo: arts. 1º, 3º, 4º e 60, incisos e parágrafos 1º, 2º, 3º e enunciado do § 4º).

Como se pode notar, uma emenda constitucional não pode retirar da Constituição brasileira as limitações circunstanciais e as procedimentais. Por este motivo, é possível afirmar que são também consideradas limitações materiais, porém, implícitas, já que a proibição de aboli-las não se encontra expressa.

No que se refere às limitações temporais, há divergências quanto a sua existência na atual Constituição brasileira, mas a doutrina majoritária não as tem reconhecido. Lembre-se que essa limitação já encontrou existência expressa na história do constitucionalismo brasileiro: a Constituição de 1824 previa a impossibilidade de qualquer reforma nos primeiros quatro anos após a sua publicação.

Poder Constituinte Derivado Decorrente

Poder constituinte derivado decorrente é o mecanismo que permite a elaboração da Constituição Estadual, autônoma. Trata-se, também, de um poder constituído pelo poder constituinte originário, conforme o art. 25, *caput*, da Constituição Federal, e o art. 11, do ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias).

O titular do poder constituinte derivado é o povo manifestando-se, no Estado Democrático, através dos seus representantes. A atual Constituição brasileira entrega o exercício deste poder aos deputados estaduais reunidos na Assembleia Legislativa estadual.

Eficácia e vigência das normas constitucionais

A eficácia de uma norma jurídica não se confunde com a sua vigência. Uma norma pode ser eficaz e estar em vigência, e pode também estar em vigência e não ser eficaz.

Todas as normas constitucionais têm, ainda que seja mínima, certa eficácia. Varia, porém, a forma de tal eficácia, distinguindo-se as normas constitucionais em normas de eficácia plena, eficácia contida e eficácia limitada (divisão tricotômica).

1) **Norma constitucional de eficácia plena**

É a norma constitucional de efeito imediato e ilimitado, independentemente de qualquer norma infraconstitucional regulamentadora posterior ou de qualquer outro ato do poder público. Trata-se de

uma norma constitucional com autoaplicabilidade ou autoexecutoriedade. São exemplos o art. 1º e parágrafo único; art. 4º, incisos; art. 5º, inciso I e III.

2) Norma constitucional de eficácia contida, restringível ou redutível

Tem aplicabilidade imediata e diretamente, executável da forma como está no texto constitucional, pois contém todos os elementos necessários a sua formação. Permite, entretanto, restrição por lei infraconstitucional, emenda constitucional ou outro ato do poder público, desde que esta restrição não seja excessiva. É exemplo o art. 5º, incisos VII, XI, XII, XIII, XIV, XVI, LX, LXI, LXVII.

3) Norma constitucional de eficácia limitada

É aquela não regulada de modo completo na Constituição, por isso depende de norma regulamentadora elaborada pelo Poder Legislativo, Poder Executivo ou Poder Judiciário, ou de qualquer outro ato do poder público para que possa produzir plena eficácia.

É incorreto dizer que tais normas não têm eficácia, pois têm uma eficácia mínima, já que seu alcance total depende de ato legislativo ou administrativo posterior. São eficazes, pelo menos, em criar para o legislador o dever de legislar ou ao administrador o dever de agir, de revogar normas anteriores ou permitir a declaração de inconstitucionalidade de normas posteriores que lhes sejam contrárias.

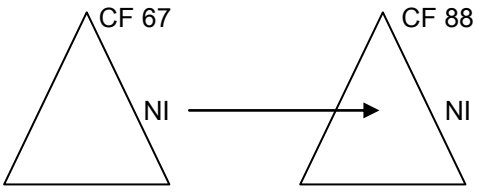
São exemplos os arts. 3º, incisos; 4º, parágrafo único; 5º, incisos VI (última parte) e XXXII; e 7º, incisos IV e V.

Cabe lembrar que esta norma deverá ser regulamentada a fim de assegurar o direito nela previsto quanto ao mínimo existencial (o mínimo necessário para que se tenha uma vida digna). Além deste mínimo se aplica o *princípio da reserva do possível*.

Teoria da recepção

Baseia-se no *princípio da continuidade do direito*.

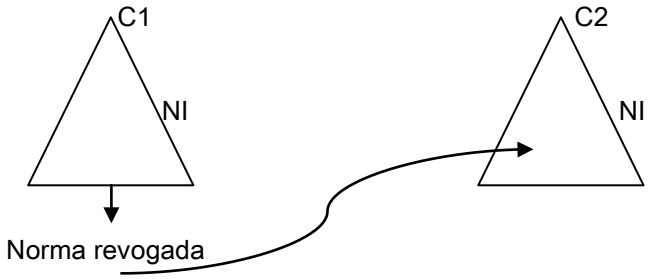
A Constituição sustenta a validade jurídica das normas infraconstitucionais. Com o advento de uma nova Constituição, as normas infraconstitucionais anteriores vigentes sob o império da antiga Constituição, se forem *materialmente* (o seu conteúdo) incompatíveis com esta nova Constituição, serão revogadas. Por outro lado, aquelas normas infraconstitucionais anteriores, materialmente compatíveis com a nova Constituição, irão aderir ao novo ordenamento jurídico infraconstitucional (isto é, serão recepcionadas) como se novas fossem porque terão como base de validade a atual Constituição (trata-se de uma ficção jurídica). Essa teoria é tradicionalmente admitida no direito brasileiro, independentemente de qualquer determinação expressa.



Teoria da repristinação

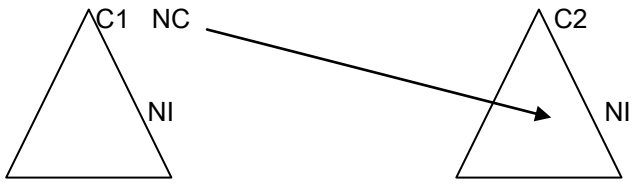
Consiste em revigorar uma lei revogada, revogando a lei revogadora. Quanto à repristinação por superveniência de Constituição, não há direito anterior a ser restaurado, isto porque o direito constitucional brasileiro não admite repristinação que não seja expressamente permitida por lei constitucional.

Nada impede, entretanto, que uma lei infraconstitucional repristine outra lei infraconstitucional já revogada desde que o faça expressamente, conforme a Lei de Introdução ao Código Civil (LICC), art. 2º, § 3º ("Salvo disposição em contrário, lei revogada não se restaura por ter lei revogadora perdido a vigência").



Teoria da desconstitucionalização

Consiste em aproveitar *como lei infraconstitucional* preceitos da Constituição revogada não repetidos na Constituição superveniente, mas com ela materialmente compatíveis (compatibilidade do conteúdo da norma constitucional anterior com o conteúdo da Constituição superveniente). Porém, tradicionalmente no direito brasileiro, a superveniência da Constituição revoga imediatamente a anterior e as normas não contempladas na nova Constituição perdem sua força normativa, salvo na hipótese de a própria Constituição superveniente prever a desconstitucionalização expressamente.



Classificação das Constituições: Existem vários modos da doutrina classificar as Constituições. Boa parte será baseada na obra de José Afonso da Silva[1]:

1. Quanto ao conteúdo:

a) *material (ou substancial)* - a Constituição de conteúdo material no sentido restrito significa o conjunto de normas constitucionais escritas, jurisprudenciais ou costumeiras, inseridas ou não num documento escrito, que regulam a estrutura do Estado, a organização de seus órgãos e os direitos fundamentais, não se admitindo como constitucional qualquer outra matéria que não tenha aquele conteúdo essencialmente constitucional. Vale dizer que é possível separar as normas verdadeiramente constitucionais, isto é, normas que realmente devem fazer parte do texto de uma Constituição,

[1]José Afonso da Silva - *Curso de Direito Constitucional Positivo* - Malheiros, São Paulo, 2002, p. 42/ 44.

daquelas outras, que só estão na Constituição por uma opção política, mas ficariam bem nas leis ordinárias[2].

b) *formal* - a Constituição de conteúdo formal é o conjunto de normas escritas, hierarquicamente superior ao conjunto de leis comuns, independentemente de qual seja o seu conteúdo. Estando na Constituição é formalmente constitucional, pois tem a forma de Constituição[3]. As Constituições escritas não raro inserem matéria de *aparência constitucional*, que assim se designa exclusivamente por haver sido introduzida na Constituição, enxertada no seu corpo normativo e não porque se refira aos elementos básicos ou institucionais da organização política[4].
A Constituição Imperial Brasileira de 1824 fazia a nítida e expressa diferença entre normas de conteúdo material e as de conteúdo formal.

2. Quanto à forma: (essa classificação foi estabelecida, inicialmente, por Lord Bryce)
a) *escrita (instrumental ou positiva)* - é a Constituição codificada e sistematizada num texto único, escrito, elaborado por um órgão constituinte, encerrando todas as normas tidas como fundamentais sobre a estrutura do Estado, a organização dos poderes constituídos, seu modo de exercício e limites de atuação, e os direitos fundamentais (políticos, individuais, coletivos, econômicos e sociais).

b) *não escrita (costumeira, ou consuetudinária)* - é a Constituição cujas normas não constam de um documento único e solene, mas se baseia principalmente nos costumes, na jurisprudência e em convenções e em textos constitucionais esparsos. Até o século XVIII preponderavam as Constituições costumeiras, hoje restaram poucas, como a Inglesa e a de Israel, esta última em vias de ser positivada.

É importante notar que, com o advento da Emenda Constitucional nº. 45, foi introduzido o § 3º, no art. 5º, possibilitando que tratado internacional sobre direitos humanos possa ter força de norma constitucional, ainda que não esteja inserido formalmente na CF/88. Esse fato novo parece ter suavizado a condição de Constituição escrita da atual Carta brasileira.
Assim, determina o novo parágrafo 3º do art. 5º, que: "Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais".

3. Quanto ao modo de elaboração:
a) *dogmática (instrumental)* - será sempre uma Constituição escrita, é a elaborada por um órgão constituinte, e sistematiza os dogmas ou ideias fundamentais da teoria política e do Direito dominantes no momento.

b) *histórica (costumeira)* - sempre uma Constituição não escrita, resulta de lenta transformação histórica, do lento evoluir das tradições, dos fatos sociopolíticos.

[2]Ari Ferreira de Queiroz - *Direito Constitucional* - Editora Jurídica IEPC, Goiás, 1998, p. 70.
[3]Ari Ferreira de Queiroz, p. 71.
[4]Paulo Bonavides - *Curso de Direito Constitucional* - Malheiros, São Paulo, 2000, p. 64.

4. Quanto à origem:

a) *promulgada (popular ou democrática ou votada*) - é a Constituição que se origina de um órgão constituinte composto de representantes do povo, eleitos com a finalidade de elaborar e estabelecer aquela Constituição, portanto nasce de uma assembleia popular (*Assembleia Nacional Constituinte*), representada por uma pessoa ou por um órgão colegiado. As Constituições brasileiras de 1891, 1934, 1946 e 1988 foram promulgadas.

b) *outorgada* - é a Constituição elaborada e estabelecida sem a participação do povo, ou seja, a que o governante impõe ao povo de forma arbitrária, podendo ser elaborada por uma pessoa ou por um grupo. As Constituições brasileiras de 1824, 1937 e 1969 foram outorgadas.

Cabe alertar para uma espécie de Constituição, entendida como uma Constituição outorgada por um bom número de autores: a Constituição Cesarista, examinada por plebiscito (para alguns autores se trataria de referendo) sobre um projeto formado por um imperador ou ditador. A História tem demonstrado que a participação popular não faz dessa espécie de Constituição uma Carta democrática já que, regra geral, visa apenas confirmar a vontade do detentor do poder.

5. Quanto à estabilidade (consistência ou processo de reforma):

a) *rígida* - a classificação relativa à rigidez constitucional foi estabelecida, inicialmente, por Lord Bryce. Trata-se de uma Constituição que somente pode ser modificada mediante processo legislativo, solenidades e exigências formais especiais, diferentes e mais difíceis do que aqueles exigidos para a formação e modificação de leis comuns (ordinárias e complementares). Quanto maior for a dificuldade, maior será a rigidez. A rigidez da atual Constituição Brasileira é marcada pelas limitações procedimentais ou formais (art. 60, incisos e §§ 2º, 3º, e 5º). Quase todos os Estados modernos aderem a essa forma de Constituição, assim como todas as Constituições brasileiras, salvo a primeira, a Constituição Imperial, de 1824 que foi semirrígida.

1) Cabe lembrar que só há rigidez constitucional em Constituições escritas e que só cabe controle da constitucionalidade na parte rígida de uma Constituição. Por consequência, não existe possibilidade de controle da constitucionalidade nas Constituições flexíveis, ou seja, em qualquer Constituição costumeira.

2) Existe uma subespécie de Constituição rígida, denominada de super rígida, que além de possuir limitações procedimentais, conta também com limitações materiais (cláusulas pétreas) ao poder de reforma. A atual Constituição brasileira seria um exemplo.

b) *flexível (plástica*) - é aquela Constituição que pode ser modificada livremente pelo legislador segundo o mesmo processo de elaboração e modificação das leis ordinárias, ou até mesmo por novos costumes e jurisprudências. A flexibilidade constitucional se faz possível tanto nas Constituições costumeiras quanto nas Constituições escritas.

c) *semirrígida* - é a Constituição que contém uma parte rígida e outra flexível. Conforme já foi dito, a Constituição Imperial brasileira de 1824 foi semirrígida.

Cabe alertar que alguns doutrinadores estabelecem outra espécie, a Constituição imutável. Mas a grande maioria dos autores a considera reprovável porque entende que a estabilidade das Constituições não deve ser absoluta, imutável, perene, já que a própria dinâmica social exige constantes adaptações para atender as suas exigências. A Constituição deve representar a vontade de um povo e essa vontade varia com o tempo, por isso a necessidade de que a Constituição se modifique.

6. Quanto à extensão:

a) *concisa (sintética)* - é aquela Constituição que abrange apenas, de forma sucinta, princípios gerais ou enuncia regras básicas de organização e funcionamento do sistema jurídico estatal, deixando a parte de pormenorização à legislação complementar[5].

b) *prolixa (analítica ou extensiva*) - é aquela Constituição que trata de minúcias de regulamentação, que melhor caberiam em normas ordinárias. Segundo o mestre Paulo Bonavides, estas Constituições se apresentam cada vez em maior número, incluindo-se a atual Constituição brasileira.

7. Quanto à supremacia:

a) *Constituição material* – é aquela que se apresenta não necessariamente sob a forma escrita e é modificável por processos e formalidades ordinários e por vezes independentemente de qualquer processo legislativo formal (através de novos costumes e entendimentos jurisprudenciais).

b) *Constituição formal (jurídica)* - é aquela que se apresenta sob a forma de um documento escrito, solenemente estabelecido quando do exercício do poder constituinte e somente modificável por processos e formalidades especiais nela própria estabelecidos. Apoia-se na rigidez constitucional.

8. Quanto à finalidade:

a) *Constituição Garantia* – é a Constituição que se preocupa em proteger os direitos individuais frente aos demais indivíduos e especialmente ao Estado. Impõe limites à atuação do Estado na esfera privada e estabelece ao Estado o dever de não fazer (obrigação negativa, *status negativus*).

b) *Constituição Dirigente (Programática ou Compromissória)* - é a Constituição que contém um conjunto de normas-princípios, ou seja, normas constitucionais de princípio programático, com esquemas genéricos, programas a serem desenvolvidos ulteriormente pela atividade dos legisladores ordinários.
No entender de Raul Machado Horta[6], as normas programáticas exigem não só a regulamentação legal, mas também decisões políticas e providências administrativas. As normas programáticas constitucionais estabelecem fundamentos, fixam objetivos, declaram princípios e enunciam diretrizes.

[5]Paulo Bonavides, p. 73
[6]Raul Machado Horta - *Estudos e Direito Constitucional* - Del Rey Editora, Belo Horizonte, 1995, p. 221/227.

Tais normas, que José Afonso da Silva situa dentre as de eficácia limitada. É importante lembrar que como qualquer norma constitucional, as normas de eficácia limitada, entre elas as programáticas, têm eficácia, ou seja, produzem efeitos (para relembrar, volte à classificação quanto à eficácia das normas constitucionais).
A atual Constituição Brasileira traz numerosas normas de princípio programático, como por exemplo: arts. 3º, incisos; 4º, § único; 144; 196; 205 e 225.

c) *Constituição Balanço* – é a Constituição que, ao caracterizar uma determinada organização política presente, prepara a transição para uma nova etapa.

	1789	SEC. XX
IDADE MÉDIA MONARCA	ESTADO MÍNIMO OU LIBERAL (não fazer)	ESTADO INTERVENCIONISTA (fazer)
	• Finalidade de proteger o indivíduo do Estado.	• Intervenção do Estado para proteger o Homem diante da exploração dos empregadores • Normas programáticas de eficácia limitada que têm a finalidade de obter o bem estar social.
	• São direitos: RECONHECIDOS INDISPONÍVEIS IMPRESCRITÍVEIS	• São direitos: CONSTRUÍDOS DISPONÍVEIS PRESCRITÍVEIS

OBS: Os direitos fundamentais são limitados por outros direitos. Portanto, em regra, não devemos falar em direitos ilimitados.

9. Vale lembrar a classificação desenvolvida por **Karl Loewenstein** - denominada *ontológica*, ou quanto à *efetividade*, se baseia no uso que os detentores do poder fazem da Constituição:
a) ***Constituição normativa*** – é a Constituição efetiva, ou seja, ela determina o exercício do poder, obrigando todos a sua submissão.
b) ***Constituição nominal ou nominativa*** – é aquela ignorada pela prática do poder.
c) ***Constituição semântica*** – é aquela que serve para justificar a dominação daqueles que exercem o poder político.

Constituição Brasileira de 1988:
Nossa atual Constituição apresenta a seguinte classificação:

1. ESCRITA
2. PROMULGADA
3. RÍGIDA ou SUPER-RÍGIDA
4. CONTEÚDO FORMAL
5. DE SUPREMACIA FORMAL
6. DOGMÁTICA
7. ANALÍTICA
8. PROGRAMÁTICA
9. NORMATIVA

Concepções sobre as Constituições

Existem várias formas de se observar a supremacia da Constituição soberana sobre as demais normas infraconstitucionais de um Estado. Dentre eles, se destacam:

1. **Constituição em sentido jurídico (formal)**:

Essa concepção, desenvolvida por Hans Kelsen, e na qual o direito constitucional brasileiro se baseia, observa a Constituição como uma norma superior de cumprimento obrigatório, independentemente de seu conteúdo, um dever-ser.

2. **Constituição em sentido sociológico**:

Desenvolvida por Ferdinand Lassalle, reproduz os "*fatores reais do poder*", ou seja, as forças políticas presentes naquela sociedade, tais como: grupos religiosos, os trabalhadores, o empresariado, os negros, as mulheres, etc. Acrescenta este teórico que se uma Constituição não tratar desses temas ela não passará de uma "*mera folha de papel*". Essa concepção é também compartilhada por Konrad Hesse.

3. **Constituição em sentido político**:

Foi formulada por Carl Schmitt. Neste sentido a Constituição é uma *decisão política fundamental* e trata apenas daqueles temas fundamentais, tais como a forma de Estado e de governo, o sistema e regime de governo, os princípios e direitos fundamentais e estrutura do Estado. As demais normas que tratem de assuntos estranhos a esses temas, mas que se encontrem incluídas no texto constitucional, são *leis constitucionais*, porém não fazem parte da Constituição em si. Esse teórico faz, portanto, uma distinção entre *Constituição* e *leis constitucionais*.

JURISPRUDÊNCIA DO STF

TEORIA DA RECEPÇÃO:

⇨No que concerne aos diplomas legais anteriores à Carta de 1988, a jurisprudência reiterada do Supremo Tribunal Federal (STF) firma-se no sentido da impossibilidade jurídica de questioná-los mediante ação direta de inconstitucionalidade (ADIN).
Mas admitem controle abstrato por via de arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) e controle concreto (por via de exceção), conforme Lei 9.882 (03/12/99), art. 1º, parágrafo único, inciso I.

⇨A incompatibilidade vertical superveniente de atos do Poder Público, em face de um novo ordenamento constitucional, traduz hipótese de pura e simples revogação dessas espécies jurídicas, posto que lhe são hierarquicamente inferiores.
O exame da revogação de leis ou atos normativos do Poder Público constitui matéria absolutamente estranha à função jurídico-processual da ação direta de inconstitucionalidade (ADIN).

⇨ A recepção de lei ordinária como lei complementar pela Constituição posterior a ela só ocorre com relação aos seus dispositivos em vigor quando da promulgação desta, não havendo que se pretender a ocorrência de efeito repristinatório, porque o nosso sistema jurídico, salvo disposição em contrário, não admite a repristinação (art. 2º, § 3º, da Lei de Introdução ao Código Civil). (AI 235.800, Rel. Min. Moreira Alves, julgamento em 25-5-1999, Primeira Turma, *DJ* de 25-6-1999).

QUESTÕES DE PROVA

Por força da mudança de entendimento do STF e/ou da alteração da legislação desde a aplicação da prova, essas questões podem ter mais de uma resposta ou nenhuma resposta.

1. (ESAF - TCU - 99) - Assinale a opção correta:

a) A reforma constitucional, no sistema constitucional brasileiro, não conhece limites materiais.
b) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, existem normas de hierarquia diferenciada na Constituição.
c) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, os princípios gravados com *cláusula pétrea* devem ser interpretados de forma tão estrita que a simples alteração de sua expressão literal, mediante emenda, pode significar uma violação da Constituição.
d) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, as *cláusulas pétreas* protegem direitos e garantias individuais que não integram expressamente o capítulo relativo aos direitos individuais.
e) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, as Disposições Constitucionais Transitórias não são modificáveis mediante emenda constitucional.

Resposta:

a) errado – existem as "cláusulas pétreas" expressas (previstas nos incisos do § 4º, art. 60) e as implícitas (reconhecidas pela doutrina e pela jurisprudência).

b) errado – é do entendimento do STF que todas as normas constitucionais se encontram no mesmo patamar, independentemente de serem originárias ou derivadas (estas provenientes de emendas constitucionais).

c) errado – só são proibidas as emendas constitucionais que visem excluir, no todo ou em parte, o conteúdo daquelas normas.

d) correto – os direitos e garantias individuais não se encontram apenas no art. 5º, mas existem outros espalhados pela CF/88, tais como, por exemplo, o direito a isonomia tributária (art. 150, II).

e) errado – vários artigos do ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) já foram alterados ou acrescentados por emendas constitucionais, sem que o STF os tenha declarado inconstitucionais.

2. (ESAF – AGU - 98) - Assinale a opção correta:

a) A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal enfatiza que as disposições protegidas pelas *cláusulas pétreas* não podem sofrer qualquer alteração.
b) Segundo orientação dominante no Supremo Tribunal Federal, os direitos assegurados em tratado internacional firmado pelo Brasil têm hierarquia constitucional e estão *ipso jure* protegidos por *cláusula pétrea*.
c) Os direitos e garantias individuais protegidos por *cláusula pétrea* são somente aqueles elencados no catálogo de direitos individuais.
d) Segundo entendimento dominante na doutrina e na jurisprudência, a introdução de um sistema parlamentar de governo ou do regime monárquico pode ser realizada por simples Emenda Constitucional.
e) Segundo o entendimento dominante no Supremo Tribunal Federal, normas constitucionais originárias não podem ser objeto de controle de constitucionalidade.

Resposta:

a) errado – só são proibidas as emendas constitucionais que visem excluir, no todo ou em parte, o conteúdo daquelas normas.

b) errado – de acordo com o art. 5º, § 3º, da CF, acrescentado pela EC 45, os tratados internacionais sobre direitos humanos poderão ter força normativa semelhante à de uma EC, mas para que isso ocorra é necessário que seja discutido e aprovado de forma semelhante à de uma PEC.

(Art. 5º, § 3º: Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais).

"ipso jure" é uma expressão latina que significa "imediatamente", "desde logo".

c) errado - *os direitos e garantias individuais não se encontram apenas no art. 5º, mas existem outros espalhados pela CF/88, tais como, por exemplo, o direito a anterioridade tributária (art. 150, III).*

d) errado – há divergência doutrinária quanto à possibilidade de EC vir a alterar a forma de governo, de república para monarquia constitucional, porque para alguns autores, a atual forma de governo (república) seria "cláusula pétrea" implícita. Este entendimento se vale de dois dados: primeiro porque a Constituição brasileira anterior (1967/1969) tratava a república como "cláusula pétrea" expressa, e segundo porque a possibilidade de se alterar esta forma de governo afetaria a periodicidade do voto, o que é proibido pelo art. 60, § 4º, inciso II, da CF e, por isto, a possibilidade de alteração do princípio republicano se resumiria a hipótese prevista no ADCT, art. 3º.

e) correto – por ser a norma constitucional originária fruto do exercício do poder constituinte originário que, de acordo com a doutrina majoritária e o STF, é juridicamente ilimitado, não pode sofrer controle da constitucionalidade.

É bom lembrar que existe uma corrente minoritária que entende pela submissão do constituinte originário ao direito natural do homem e consequentemente, se a norma constitucional originária não observar os princípios desse direito supranacional, estará sujeita ao controle da constitucionalidade.

3. (ESAF – AGU - 99) - Assinale a opção correta:

a) Segundo entendimento pacífico do Supremo Tribunal Federal, qualquer alteração que afete os direitos fundamentais configura lesão expressa à *cláusula pétrea*.
b) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, não só as normas constantes do catálogo de direitos fundamentais, mas também outras normas consagradoras de direitos fundamentais constantes do Texto Constitucional podem estar gravadas com a cláusula de imutabilidade.
c) Os direitos previstos em tratados internacionais firmados pelo Brasil somente poderão ser alterados mediante emenda constitucional.
d) É vedada a alteração de Disposições Transitórias constantes do texto constitucional original.
e) Segundo a firme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é admissível a arguição de inconstitucionalidade de norma constitucional originária.

Resposta:

a) errado – só se for para suprimir, no todo ou em parte, direitos ou garantias fundamentais individuais. Os direitos fundamentais sociais, de acordo com o entendimento do STF, não são "cláusulas pétreas", nem expressa, nem implicitamente.

b) correto - os direitos e garantias individuais não se encontram apenas no art. 5º, mas existem outros espalhados pela CF/88, tais como, por exemplo, o direito a isonomia e a anterioridade tributária (art. 150, II e III).

c) errado – se o tratado internacional for internalizado como norma infraconstitucional da espécie de norma supralegal, poderá ser alterado por outra norma infraconstitucional supralegal, ou por emenda constitucional. Por outro lado, se o tratado versar sobre direitos humanos e for internalizado por meio daquele processo de aprovação próprio de EC (art. 5º, § 3º, da CF), só poderá ser alterado, mas não mais suprimido, por meio de outra EC ou por outro tratado que venha a ser internalizado nos termos do art. 5º, § 3º, da CF.

d) errado - vários artigos do ADCT já foram alterados ou acrescentados por emendas constitucionais, sem que o STF os tenha declarado inconstitucionais.

e) errado - por ser a norma constitucional originária fruto do exercício do poder constituinte originário que, de acordo com a doutrina majoritária e o STF, é juridicamente ilimitado, não pode sofrer controle da constitucionalidade.

4. (CESPE – TCU - 96): Julgue os itens abaixo, relativos à vigência, à eficácia e à hierarquia das normas jurídicas no ordenamento jurídico brasileiro.

(1) A posição hierárquica de uma norma é definida pelas regras constitucionais vigentes. Por essa razão, pode-se encontrar, hoje, decreto presidencial vigendo com força de lei, tendo sido recepcionado como tal pela Constituição superveniente.

(2) As normas jurídicas devem ser editadas em conformidade com a Carta Política vigente. É certo, porém, que, sobrevindo uma nova Constituição, a norma jurídica inferior, cuja origem seja formalmente incompatível com o novo processo legislativo, não será recepcionada.

(3) Uma medida provisória só será eficaz quando for convertida em lei, o que deverá ocorrer até trinta dias após a sua edição.

(4) Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.

(5) Diversamente da situação em que se edita correção de lei que ainda não está em vigor, a correção de texto de lei vigente é considerada como sendo lei nova.

↳*Resposta:*

(1) correto – em regra, o decreto administrativo, norma infraconstitucional secundária, serve para dar execução à lei (por exemplo, art. 84, inciso IV), excepcionalmente nos deparamos com decreto autônomo (por exemplo, art. 84, inciso VI, de acordo com parcela da doutrina). Nada impede, entretanto, que decretos administrativos venham a integrar o novo ordenamento jurídico, com "status" de lei (norma infraconstitucional primária), se recepcionados pela Constituição superveniente por ausência de incompatibilidade material. (Ver "Teoria da Recepção").

(2) errado – só não será recepcionada a norma infraconstitucional se materialmente incompatível com a nova Constituição. É bom lembrar que o aspecto formal não tem a menor importância, em se tratando da "teoria da recepção".

(3) errado – a EC 32 (promulgada em 11/09/2001) deu nova redação ao art. 62, da CF, estendendo o prazo de exame de MPs editadas a partir da EC 32, para 60 dias, prorrogável por mais 60 dias (art. 62, § 3º, da CF). Por outro lado, as MPs editadas em data anterior não terão prazo para serem examinadas, permanecendo válidas até que o Congresso Nacional as examine ou até que outra MP venha a revogá-las explicitamente (EC 32, art. 2º).

(4) correto – o direito brasileiro só admite repristinação quando for expressa a autorização constitucional ou legal. (Ver a "Teoria da Repristinação").

(5) correto – o art. 59, parágrafo único, da CF, prevê que lei complementar vai regulamentar o processo legislativo relativo às normas infraconstitucionais. Essa lei complementar já existe, é a LC 95, alterada pela LC 107. A afirmativa do item 5, desta questão, encontra-se presente na respectiva lei.

5. (PROCURADOR DO RS - 97): A espécie de norma constitucional que grande parte da doutrina brasileira denomina hoje de "norma constitucional de eficácia restringível" e que JOSÉ AFONSO DA SILVA chamou de "norma de eficácia contida" tem, entre suas características, a de:

a) não produzir nenhum efeito jurídico.
b) produzir efeitos exclusivamente no condicionamento de legislação futura.
c) depender, para a produção da plenitude de sua eficácia, de regulamentação legal futura.
d) permitir que lei posterior venha a inviabilizar sua aplicabilidade.
e) entrar no mundo jurídico com eficácia plena e aplicabilidade imediata.

↳*Resposta:*

a) errado - não existe norma constitucional incapaz de produzir qualquer efeito. Toda norma constitucional produz efeitos, ainda que minimamente.

b) errado – a norma constitucional dependente de legislação futura é classificada como norma de eficácia limitada e, mesmo assim, produz algum efeito. (Ver "Eficácia das Normas").

c) errado – esta seria uma norma constitucional de eficácia limitada.

d) errado – caso surgisse essa lei inviabilizando a aplicação de uma norma constitucional, esta lei seria inconstitucional.

e) correto – a norma constitucional de eficácia contida produz todos os seus efeitos, mas pode vir a sofrer restrições por ato do poder público quanto ao seu âmbito de incidência, por autorização constitucional. Por exemplo, a CF/88, no seu art. 5º, inciso XIII, garante a liberdade profissional, mas autoriza ao legislador ordinário restringir essa liberdade ao exigir qualificação profissional para o exercício de certas profissões.

6. (PROCURADOR DO RS - 97): O poder constituinte instituído pode ser exercido, no Brasil, a partir da Constituição de 1988, no âmbito:

a) da União, exclusivamente.
b) da União e dos Estados.
c) da União, dos Estados e do Distrito Federal.
d) da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
e) da União, dos Estados e das Regiões Metropolitanas

↳*Resposta:*

d) correto – a tendência é acharmos que o poder constituído só seria exercitável pelo Congresso Nacional, quando, do exercício do poder constituinte ou constituído derivado reformador na elaboração de emendas à Constituição, ou pela Assembleia Legislativa, quando do exercício do poder constituinte ou constituído derivado decorrente na elaboração da Constituição Estadual. Mas o poder constituído ou instituído é exercido, genericamente, pelos três poderes (legislativo, executivo e judiciário) e nas quatro esferas (federal, estadual, municipal e distrital). São todos eles, poderes criados pelo constituinte originário quando da elaboração da Constituição brasileira.

7. (CESPE – PF – 97): Em relação ao Estado brasileiro, julgue os itens abaixo:

(1) O Brasil é uma república federativa, de modo que os componentes da federação, notadamente os estados-membros, detêm e exercem soberania.

(2) A adoção, pelo Brasil, do princípio republicano em lugar do monárquico produz consequências no ordenamento jurídico, tais como a necessidade de meios de legitimação popular dos titulares dos Poderes Executivo e Legislativo e a periodicidade das eleições.

(3) Não há, no sistema constitucional brasileiro, uma rigorosa divisão de poderes; as funções estatais é que são atribuídas a diferentes ramos do poder estatal, e de modo não exclusivo.

(4) O princípio que repousa sob a noção de Estado de direito é o da legalidade.

(5) No Estado democrático de direito, a lei tem não só o papel de limitar a ação estatal como também a função de transformação da sociedade.

↳*Resposta:*

(1) errado – os estados-membros detém autonomia (art.18, caput), enquanto que a República Federativa do Brasil, e só ela, é soberana (art. 1º, inciso I).

(2) correto – na monarquia constitucional, o monarca não é eleito, mas ocupa a chefia de Estado em razão da hereditariedade.

(3) correto – a Constituição brasileira assegura a independência entre as funções do Estado ao adotar a "teoria da tripartição dos poderes", mas tempera esta separação ao permitir a influência de um poder no outro, por força da adoção da "teoria dos freios e contrapesos", tendo sido essas duas teorias desenvolvidas por Montesquieu.

(4) correto – no Estado de Direito, o princípio da legalidade impõe limites ao poder público, obrigando-o a observância das normas de direito, quando no exercício de todas as suas atividades.

(5) correto – no Estado Democrático de Direito, as normas jurídicas estão a serviço da vontade do povo e comprometidas com o seu bem-estar, daí o seu poder de transformação. É o caso do Brasil, conforme determina a CF, no art. 1º, caput.

8. (CESPE – PF – 97): "O constituinte fez opção muito clara por Constituição abrangente. Rejeitou a chamada constituição sintética, que é constituição negativa, porque construtora apenas de liberdade-negativa ou liberdade-impedimento, oposta à autoridade, modelo de constituição que, às vezes, se chama de constituição-garantia (ou constituição-quadro). A função garantia não só foi preservada como até ampliada na Constituição, não como mera garantia do existente ou como simples garantia das liberdades negativas ou liberdades-limites. Assumiu ela a característica de constituição-dirigente, enquanto define fins e programa de ação futura, menos no sentido socialista do que no que de uma orientação social democrática, imperfeita, reconheça-se. Por isso, não raro, foi minuciosa e, no seu compromisso com a garantia das conquistas liberais e com um plano de evolução política de conteúdo social, nem sempre mantém linha de coerência doutrinária firme. Abre-se, porém, para transformações futuras, tanto seja cumprida. E aí está o drama de toda constituição dinâmica: ser cumprida". José Afonso da Silva. Informações ao leitor. *In* Curso de direito constitucional positivo. São Paulo, 14ª ed., Malheiros, p. 8, 1997 (com adaptações).

Com o auxílio do texto e da teoria da constituição, julgue os itens seguintes.

(1) A doutrina constitucionalista aponta o fenômeno da expansão do objeto das constituições, que têm passado a tratar de temas cada vez mais amplos, estabelecendo, por exemplo, finalidades para a ação estatal. Considerando a classificação das normas constitucionais em formais e materiais, é correto afirmar que as normas concernentes às finalidades do Estado são apenas formalmente constitucionais.

(2) As normas constitucionais, do ponto de vista formal, caracterizam-se por cuidar de temas como a organização do Estado e os direitos fundamentais.

(3) As normas constitucionais que consagram os direitos fundamentais[7] consubstanciam elementos limitativos das constituições, porquanto restringem a ação dos poderes estatais.

(4) A Constituição brasileira em vigor permite e prevê a possibilidade de sua própria transformação, disciplinando os modos por meio dos quais sua reforma pode ocorrer; acerca da reforma constitucional, a doutrina á pacífica no sentido de que limitam a ação do poder constituinte derivado apenas as restrições expressas no texto constitucional.

(5) Assim como os demais produtos do processo legislativo, as emendas constitucionais estão sujeitas ao controle de constitucionalidade, tanto formal quanto material; em consequência, poderá ser julgada inconstitucional a emenda à constituição que careça de sanção presidencial.

↳*Resposta:*

(1) errado – há entendimento doutrinário, incluindo-se o do constitucionalista José Afonso da Silva, no sentido de que as finalidades ou fins do Estado fazem parte do conteúdo essencial de uma Constituição. Por este motivo, as finalidades seriam, para parcela da doutrina, de conteúdo material e não formalmente constitucional.

(2) errado – as normas constitucionais que tratam destes temas são materialmente, e não formalmente, constitucionais.

(3) correto – os direitos individuais fundamentais foram reconhecidos, inicialmente, nas Constituições francesa pós-revolução e americana, ambas do século XVIII, como instrumento de contenção do poder do governante impondo-lhe, como limite, o dever de respeitar os direitos civis e políticos dos particulares.

(4) errado – a doutrina e a jurisprudência do STF é no sentido de que impõem limites ao poder de reforma as "cláusulas pétreas" expressas e implícitas.

(5) errado – o processo legislativo relativo à emenda constitucional não passa por sanção ou veto. Aliás, só passa por sanção ou veto o projeto de lei complementar e o projeto de lei ordinária, salvo o projeto de lei ordinária de conversão integral de medida provisória (art. 62, § 12, no sentido contrário).

9. (CESPE – PF – 97): Acerca da teoria das constituições, julgue os itens seguintes.

(1) Diz-se outorgada a constituição que surge sem a participação popular.

(2) A vigente Constituição da República, promulgada em 1988, prevê os respectivos mecanismos de modificação por meio de emendas, podendo ser classificada, por esse motivo, como uma constituição flexível.

[7] Entenda-se apenas os direitos fundamentais individuais, porque se considerados os direitos fundamentais sociais, estes não restringem a atuação do Poder Estatal, mas ao contrário, lhes impõe o dever de agir.

(3) Considerando a classificação das normas constitucionais em formais e materiais, seriam dessa última categoria, sobretudo, as normas concernentes à estrutura e à organização do Estado, à regulação do exercício do poder e aos direitos fundamentais. Desse ângulo, outras normas, ainda que inseridas no corpo da Constituição escrita, seriam constitucionais tão somente do ponto de vista formal.

(4) Conhece-se como constituição dirigente aquela que atribui ao legislador ordinário, isto é, infraconstitucional, a missão de dirigir os rumos do Estado e da sociedade.

(5) A Supremacia material e formal das normas constitucionais é atributo presente tanto nas constituições rígidas quanto nas flexíveis.

↳*Resposta:*

(1) correto – quando o exercício do poder constituinte originário ocorre sem representação popular, ou seja, a Constituição é imposta ao povo, é denominada de outorgada. Assim foram as Constituições brasileiras de 1824, 1937 e 1969.

(2) errado – a atual Constituição brasileira se classifica, quanto à estabilidade, como Constituição rígida, exatamente por prever um procedimento legislativo especial, difícil e complexo, para a sua alteração.

Alguns autores a consideram "super-rígida", por contar também com limitações materiais.

(3) correto – de acordo com a doutrina majoritária, ainda que não seja um entendimento pacífico, as normas constitucionais que tratem de assuntos estranhos ao núcleo essencial, são constitucionais apenas por que foram incluídas na Constituição, daí se dizer que são apenas formalmente constitucionais.

(4) errado – a Constituição dirigente é aquela que algumas de suas normas impõem ao Estado o dever de agir, a obrigação positiva. Este conteúdo se faz presente nas normas constitucionais e não nas normas infraconstitucionais. É o legislador constitucional, e não o ordinário que estabelece metas ao governante.

(5) errado – a supremacia material é característica das Constituições flexíveis, ou seja, o que caracteriza uma norma constitucional enquanto tal é o seu conteúdo (essencial a uma Constituição). Por outro lado, a supremacia formal é característica das Constituições rígidas ou semirrígidas, ou seja, suas normas só podem ser alteradas mediante um procedimento formal, diferenciado em relação ao procedimento próprio das normas infraconstitucionais.

10. (CESPE – PF – 97): "O poder de reforma jamais atingirá, portanto, a eminência representada pela ilimitação da atividade constituinte. Chamemo-lo um "poder constituinte constituído", como faz Sánchez Agesta; "poder constituinte derivado", conforme Garcia Pelayo; ou "poder constituinte instituído", segundo Georges Burdeau; devemos encará-lo, nas palavras de Pontes de Miranda, como uma "atividade constituidora diferida" ou um "poder constituinte de segundo grau"."

Nelson de Souza Sampaio. O poder de reforma constitucional. Salvador, Progresso, p.42-3, 1954.

Com o auxílio do texto, julgue os itens que se seguem, relativos ao poder constituinte.

(1) Do ponto de vista do direito interno, considera-se o poder constituinte não sujeito a qualquer limitação.

(2) Quanto ao poder constituinte derivado, este encontra limitações impostas pelo poder constituinte originário.
(3) Ao poder constituinte instituído, há limitações de ordens temporal, circunstancial e material.
(4) Na Constituição brasileira, as limitações à reforma constitucional conhecidas como *cláusulas pétreas* proíbem apenas emendas que extirpem, por inteiro, a forma federativa de Estado, a separação dos poderes e os direitos e garantias individuais.
(5) Se uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que vise estabelecer a nomeação, pelo Presidente da República, dos governadores dos estados federados seguir as normas constitucionais e regimentais aplicáveis ao processo de tramitação das PECs, nenhum óbice jurídico haverá à sua promulgação e entrada em vigor.

↳*Resposta:*

(1) correto – para responder a esse item é necessário que se observe o item imediatamente seguinte. Se o item (2) se refere ao poder constituinte derivado, consequentemente, este primeiro item se refere ao poder constituinte originário que, para a doutrina majoritária e para o STF, tem como uma de suas características ser juridicamente ilimitado.

(2) correto – as limitações podem ser, dependendo da vontade do exercente do poder constituinte originário, de ordem material ("cláusulas pétreas"), circunstancial, procedimental e temporal. Em relação à história do constitucionalismo brasileiro, esta última limitação só se fez presente na primeira Constituição (de 1824).

(3) correto - repare que o enunciado da questão não se refere, especificamente, ao Brasil, mas ao constitucionalismo em geral. Tanto é assim, que cita uma série de autores estrangeiros. Portanto, em geral, existem estas limitações.

(4) errado – repare que agora o item se refere claramente a Constituição brasileira e nela existem essas e outras "cláusulas pétreas", inclusive as implícitas, que proíbem que se extirpem por inteiro ou em parte o seu conteúdo constitucional.

(5) errado – a Constituição brasileira eleva à condição de "cláusula pétrea" o direito de voto (art. 60, § 4º, inciso II), e seria inconstitucional qualquer EC que viesse a abolir, no todo ou em parte, esse direito, inclusive no que se refere ao direito de eleger os governantes.

11. (CESPE – TCU - 97): Em relação à supremacia constitucional, julgue os itens abaixo.

(1) Não há supremacia formal da Constituição costumeira em relação às demais leis do mesmo ordenamento jurídico.
(2) A supremacia constitucional pode ser visualizada, do ponto de vista jurídico, como supremacia formal.
(3) A Constituição Brasileira vigente não é revestida de supremacia, haja vista proclamar que todo o poder emana do povo, sendo este, então, supremo perante o ordenamento jurídico do Brasil.
(4) O princípio da supremacia da Constituição é a primordial consequência da rigidez constitucional.
(5) Considerando que a Constituição de um Estado moderno objetiva organizar o próprio poder, pode-se concluir que, à luz da supremacia constitucional, a Carta Política Brasileira delimita e regula o poder constituinte originário.

↳Resposta:

(1) correto – toda Constituição costumeira é flexível e de supremacia material, isto significa dizer que a superioridade das normas constitucionais em relação às normas infraconstitucionais se manifesta em razão de seu conteúdo e não do procedimento legislativo. Suas normas são facilmente alteráveis, até mesmo por novos usos e costumes. Mas, quando necessário um procedimento legislativo, ele se equivale ao mesmo utilizado para as alterações na ordem infraconstitucionais.

(2) correto – na concepção jurídica, desenvolvida por Hans Kelsen, por se tratar necessariamente de uma Constituição escrita e rígida, a supremacia é formal.

(3) errado – na República Federativa do Brasil, o poder emana do povo e por isso só os seus representantes estão autorizados a alterar o ordenamento jurídico, inclusive a própria Constituição (CF, art. 1º, parágrafo único). E como toda Constituição soberana, suas normas têm supremacia sobre todas as demais presentes no ordenamento jurídico. E por ser uma Constituição rígida, a supremacia se manifesta em razão do procedimento legislativo diferenciado, daí se tratar de supremacia formal.

(4) correto – lendo a frase de outra forma, podemos afirmar que a rigidez constitucional acaba por provocar a supremacia (formal) da Constituição.

(5) errado – de acordo com a doutrina majoritária e o STF, o poder constituinte originário não sofre qualquer limitação e por este motivo as normas constitucionais originárias não se sujeitam ao controle da constitucionalidade.

12. (CESPE – PF – 97): Acerca das normas constitucionais, julgue os itens seguintes.

(1) A rigidez das normas constitucionais decorre dos mecanismos diferenciados, previstos para sua modificação, em relação aos das demais normas jurídicas.

(2) Considera-se que a Constituição encontra-se no nível mais importante do ordenamento jurídico e dá validade a todas as suas normas; exatamente por isso, a norma infraconstitucional que contravier à Constituição deverá ser privada de efeitos.

(3) Apenas as normas das Constituições escritas possuem supremacia.

(4) A Constituição brasileira em vigor é flexível, em razão da grande quantidade de temas que disciplina.

(5) O regime jurídico brasileiro não aceita o princípio da supremacia da Constituição.

↳Resposta:

(1) correto

(2) correto – por força da supremacia (formal) da Constituição brasileira, uma norma que a contrarie deverá ser declarada inconstitucional. A declaração de inconstitucionalidade tem o poder de suspender a eficácia (os efeitos) da norma, mas não o de revogar, porque uma lei só pode ser revogada (retirada do ordenamento jurídico) por outra lei.

(3) errado – as Constituições rígidas e semirrígidas (escritas) possuem supremacia formal, enquanto as flexíveis (escritas ou não escritas) possuem supremacia material. É possível concluir que todas as Constituições possuem alguma supremacia.

(4) errado - a Constituição brasileira em vigor é rígida por exigir um procedimento legislativo especial para sua alteração. Por outro lado, em razão da grande quantidade de temas que disciplina e por seu

alto detalhamento, classifica-se como Constituição de conteúdo formal (normas de conteúdo formal e material) e analítica.

(5) errado – o regime jurídico brasileiro reconhece a supremacia formal da atual Constituição brasileira.

13. (CESPE – PF – 97): O poder constituinte

(1) originário está sujeito, juridicamente, a limitações oriundas das normas subsistentes da ordem constitucional anterior.

(2) derivado está sujeito, do ponto de vista do direito interno, a certas limitações, cuja observância pode ser aferida por meio do controle de constitucionalidade.

(3) instituído não pode produzir emenda constitucional na vigência de intervenção federal.

(4) derivado não pode abolir nenhum direito previsto na Constituição de 1988.

(5) originário condicionou a aprovação de emendas constitucionais a um determinado *quorum* especial e à sanção do Presidente da República; faltando um desses requisitos, a proposta de emenda não entrará em vigor.

↳*Resposta:*

(1) errado – a doutrina majoritária e o STF reconhecem ao exercício do poder constituinte originário as características: ilimitado, incondicionado, inicial e soberano.

(2) correto – se uma EC não respeitar as limitações circunstanciais ou procedimentais, poderá ser declarada inconstitucional por incompatibilidade formal, e se não respeitar as limitações materiais, poderá ser declarada inconstitucional por incompatibilidade material.

(3) correto – conforme previsto na CF, art. 60, § 1º, que impõe ao poder constituinte derivado limitações circunstanciais.

(4) errado – a proibição de se abolir, no todo ou em parte, só recai para os direitos e garantias individuais fundamentais.

(5) errado – em primeiro lugar, um projeto de emenda à Constituição não passa por sanção ou veto. Em segundo lugar, ainda que uma emenda à Constituição seja inconstitucional, ela entrará em vigor e só terá suspensa a eficácia depois de declarada a sua inconstitucionalidade.

14. (CESPE - FISCAL/INSS - 98): Nos capítulos LX e LXIV de Esaú e Jacó, Machado de Assis traça o ambiente de perplexidade e de surpresa com que o povo recebeu a notícia da proclamação da República:

"Quando Aires saiu do Passeio Público, suspeitava alguma coisa, e seguiu até o Largo da Carioca. Poucas palavras e sumidas, gente parada, caras espantadas, vultos que arrepiavam caminho, mas nenhuma notícia clara nem completa. (...). Aires quis aquietar-lhe o coração. Nada se mudaria; o regime, sim, era possível, mas também se muda de roupa sem trocar de pele. Comércio é preciso. Os bancos são indispensáveis. No sábado, ou quando muito na segunda-feira, tudo voltaria ao que era na véspera, menos a constituição."

A ironia do texto não impede que sejam tecidas algumas considerações sobre consequências jurídicas e políticas da forma de governo republicana, bem como acerca da natureza das constituições e do poder constituinte. Com relação a esses temas, julgue os itens abaixo:

(1) Conforme a doutrina moderna, em uma república, idealmente, os que exercem funções políticas representam o povo e decidem em seu nome, mediante mandatos renováveis periodicamente.
(2) A Constituição que se segue a um movimento revolucionário que conquista o poder, com ruptura da ordem jurídica anterior, é tida como obra do poder constituinte originário.
(3) Uma Constituição que se origina de órgão constituinte composto de representantes do povo denomina-se constituição outorgada.
(4) Constituições, como a brasileira de 1988, que preveem a possibilidade de alteração do seu próprio texto, embora por um procedimento mais difícil e com maiores exigências formais do que o empregado para a elaboração de leis ordinárias, classificam-se como constituições semirrígidas.
(5) Como é típico do princípio republicano, o chefe do Poder Executivo brasileiro, durante a vigência do seu mandato, pode ser responsabilizado por crimes políticos, embora não o possa ser por crimes comuns.

↳*Resposta:*

(1) correto – inclusive no Brasil, nos termos da CF, no art. 1º, parágrafo único e art. 14 "caput".
(2) correto – aliás, é bom lembrar que o poder constituinte originário pode ser exercido por vontade do povo, vontade ora manifestada de forma violenta através de uma revolução, ora pacificamente através de uma transição democrática. Pode ser também exercido por imposição ao povo, por força de um golpe de Estado.
(3) errado – trata-se de uma Constituição promulgada. A Constituição outorgada é aquela imposta ao povo.
(4) errado – classificam-se como Constituições rígidas. As Constituições semirrígidas são aquelas que algumas de suas normas são facilmente alteráveis e outras necessitam de um procedimento mais complexo para a sua modificação.
(5) errado – na república, o chefe do Poder Executivo pode ser responsabilizado por crimes políticos ou comuns, conforme a CF, arts. 85 e 86; arts. 51, inciso I e 52, inciso I e parágrafo único; e art. 102, inciso I, alínea b.

15. (ESAF – AFTN – 96): Assinale a assertiva correta:
a) Segundo o entendimento dominante da jurisprudência, os tratados são dotados de hierarquia superior à da lei.
b) O regulamento de execução goza de preeminência em relação ao regulamento autorizado e ao regulamento delegado no modelo constitucional brasileiro.
c) Os tratados internacionais que instituam direitos individuais são dotados de hierarquia constitucional.
d) O regulamento delegado constitui categoria expressamente prevista no ordenamento constitucional brasileiro.
e) O texto constitucional não admite a delegação legislativa em matéria de lei complementar.

↳Resposta:

a) errado – os tratados, quando internalizados, em geral equiparam-se as normas infraconstitucionais legais, com a ressalva do tratado que define direitos humanos que pode vir a ter "status" de EC (art. 5º, § 3º,da CF) ou de norma infraconstitucional supralegal.

b) errado – no direito constitucional brasileiro atual, não outra hipótese de regulamento além daquele de execução (art. 84, inciso IV, da CF) e o autônomo (art. 84, inciso VI, da CF).

c) errado – os tratados internacionais que instituam direitos individuais poderão ter "status" de normas constitucionais derivadas se passarem por aprovação semelhante ao de uma EC (art. 5º, § 3º, da CF: "os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais") ou "status" de normas supralegais se promulgados como norma infraconstitucional.

d) errado – no direito constitucional brasileiro atual, não há outra hipótese de regulamento além daquele de execução (art. 84, inciso IV, da CF) e o autônomo (art. 84, inciso VI, da CF).

e) correto – art. 68, § 1º, da CF.

A correção foi atualizada por força do advento da EC 45, promulgada em 08/12/2004 e publicada em 31/12/2004.

16. (ESAF – AFTN – 94): Quanto ao direito ordinário pré-constitucional é correto afirmar-se:

a) a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal considera que toda lei ordinária incompatível com a norma constitucional superveniente deve ser considerada inconstitucional, podendo, por isso, sua legitimidade ser aferida em ADIN.
b) é todo ele incompatível com a nova Constituição.
c) deve ser considerado como recebido pela nova ordem constitucional, desde que se mostre com ela compatível tanto sob o aspecto formal, quanto sob o aspecto material.
d) deve ser considerado como recebido pela nova ordem constitucional, desde que se mostre compatível com a Constituição de uma perspectiva estritamente formal.
e) a incompatibilidade entre lei anterior e norma constitucional superveniente refere-se apenas a aspectos materiais (conteúdo). Essa incompatibilidade não pode, todavia, ser aferida em ADIN. [8]

↳Resposta:

a) errado – a incompatibilidade material de norma infraconstitucional em face da Constituição superveniente provoca a sua revogação, pelo critério hierárquico (norma inferior é revogada por norma superior). A norma ordinária pré-constitucional não pode ser objeto de Adin em face da Constituição superveniente porque, de acordo com o STF, não existe inconstitucionalidade superveniente. Mas pode sofrer o exame de incompatibilidade material por via incidental ou por via de arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF, Lei 9.882, de 03/12/1999, art. 1º, § único, inciso I).

b) errado – só será incompatível se o conteúdo da norma contrariar a nova Constituição (incompatibilidade material).

[8] Questão atualizada e adaptada às mudanças ocorridas na Constituição Brasileira desde então.

c) errado – será recepcionado se compatível sob o aspecto material, por outro lado, o aspecto formal não tem a menor importância.
d) errado – será recepcionado se compatível sob o aspecto material, por outro lado, o aspecto formal não tem a menor importância.
e) correto.

17. (CESPE – MPE): Na vigência do regime jurídico anterior à Constituição Federal de 1988 (CF), determinado tema havia sido disciplinado por meio de lei ordinária. A CF passou a exigir que o mesmo assunto fosse disciplinado por lei complementar. Em face dessa situação, assinale a opção correta:

a) A antiga lei foi recepcionada pelo novo ordenamento jurídico.
b) A mencionada lei foi revogada pelo advento da CF.
c) Tornou-se materialmente inconstitucional a referida lei, devendo ser proposta ação direta de inconstitucionalidade a fim de expurgá-la do ordenamento jurídico.
d) A lei em questão poderá, na vigência da nova CF, ser alterada por meio de projeto de lei ordinária.
e) A referida lei será tida como formalmente incompatível com o novo ordenamento jurídico, podendo ser obtida a declaração de sua inconstitucionalidade, seja por meio do controle difuso, seja por meio de controle concentrado de constitucionalidade.

↳*Resposta:*
a) correto – a antiga lei foi recepcionada pelo novo ordenamento jurídico *com "status" de lei complementar.*
b) errado.
c) errado – não pode ser objeto de Adin porque, de acordo com o STF, não existe inconstitucionalidade superveniente, mas pode ser examinada a sua revogação por incompatibilidade material com a nova Constituição, através do controle incidental ou por ADPF (Lei 9882, 03.12.1999, art. 1º, parágrafo único). Como não é o caso, será recepcionada com status de lei complementar.
d) errado – poderá ser alterada por outra lei complementar ou por emenda constitucional.
e) errado.

18. (ESAF – AFRF – 2002) - Assinale a opção correta.

a) É típico de uma Constituição dirigente apresentar em seu corpo normas programáticas.
b) Uma lei ordinária que destoa de uma norma programática da Constituição não pode ser considerada inconstitucional.
c) Uma norma constitucional programática, por representar um programa de ação política, não possui eficácia jurídica.
d) Uma Constituição rígida não pode abrigar normas programáticas em seu texto.
e) Toda Constituição semirrígida, por decorrência da sua própria natureza, será uma Constituição histórica.

↳*Resposta:*

a) correto – a Constituição dirigente também é conhecida como Constituição programática, porque conta com normas constitucionais que definem metas, programas, fins a serem alcançados a médio ou longo prazo.

b) errado – a norma constitucional programática é uma norma constitucional como qualquer outra, por isso uma norma infraconstitucional que a contrarie deve ser declarada inconstitucional.

c) errado – toda norma constitucional tem alguma eficácia, inclusive as programáticas que são espécies de normas constitucionais de eficácia limitada.

d) errado – a Constituição brasileira classifica-se como rígida e programática (ou dirigente).

e) errado – toda Constituição semirrígida é necessariamente escrita e, portanto, dogmática; por outro lado, toda Constituição não escrita é histórica e flexível.

19. (ESAF - AFRF - 2002) Suponha que um decreto-lei de 1987 estabeleça uma determinada obrigação aos cidadãos. Suponha, ainda, que o decreto-lei é perfeitamente legítimo com relação à Constituição que se achava em vigor quando foi editado. O seu conteúdo tampouco entra em colisão com a Constituição de 1988. Diante dessas circunstâncias, assinale a opção correta.

a) O decreto-lei deve ser considerado inconstitucional apenas a partir da vigência da Constituição de 1988, porquanto não mais existe a figura do decreto-lei no atual sistema constitucional brasileiro.
b) O decreto-lei deve ser considerado revogado pela Constituição de 1988, que não mais prevê a figura do decreto-lei entre os instrumentos normativos que acolhe.
c) O decreto-lei deve ser considerado como recebido pela Constituição de 1988, permanecendo em vigor enquanto não for revogado.
d) O decreto-lei somente poderá produzir efeitos com relação a fatos ocorridos até a Constituição de 1988.
e) O decreto-lei é inconstitucional, mas somente deixará de produzir efeitos depois de o Supremo Tribunal Federal, em ação direta de inconstitucionalidade, proclamar a sua inconstitucionalidade.

↳*Resposta:*

a) errado – ainda que não possam surgir novos decretos-lei na vigência da atual Constituição, os anteriores a ela poderão continuar válidos se compatíveis com a nova Constituição sob o aspecto material.

b) errado – os decretos-lei anteriores à atual Constituição poderão continuar válidos se com ela compatíveis sob o aspecto material, adquirindo o status que a nova Constituição lhe der.

c) correto – porque com ela compatível quanto ao aspecto material (conteúdo).

d) errado – poderá continuar produzindo efeitos com o advento da nova Constituição.

e) errado – se houvesse incompatibilidade material, o que não há conforme determina o enunciado da questão, não poderia ser declarado inconstitucional, porque, de acordo como o STF, não existe inconstitucionalidade superveniente.

20. (ESAF – AFRF – 2002) Assinale a opção que melhor se ajusta ao conceito de *cláusula pétrea*.

a) Conjunto de princípios constitucionais que regula o exercício da autonomia do Estado-membro, no momento em que redige a sua própria constituição (a constituição estadual).
b) Norma da Constituição Federal que, por ser autoaplicável, o Poder Legislativo não pode regular por meio de lei.
c) Matéria que somente pode ser objeto de emenda constitucional.
d) Princípio ou norma da Constituição que não pode ser objeto de emenda constitucional tendente a aboli-lo.
e) Norma da Constituição que depende de desenvolvimento legislativo para produzir todos os seus efeitos.

Resposta:

d) correto – art. 60, § 4º.

21. (ESAF – AFC – 2002) Da constituição que resulta do trabalho de uma Assembleia Nacional Constituinte, composta por representantes do povo, eleitos com a finalidade de elaborar o texto constitucional, diz-se que se trata de uma constituição:

a) Outorgada
b) Histórica
c) Imutável
d) Promulgada
e) Dirigente

Resposta:

a) errado – esta é uma Constituição imposta ao povo.

b) errado – esta é uma Constituição não escrita, também conhecida como consuetudinária ou costumeira, que nunca está pronta ou acabada. Constrói-se ao longo do tempo.

c) errado – é pacífica na doutrina a compreensão de que não existiu, não existe e provavelmente não existirá uma Constituição imutável, já que ela reflete uma sociedade sujeita a transformações. Por este motivo, evita-se falar em Constituição imutável e quando o faz é apenas para fins acadêmicos.

d) correto – também denominada democrática ou popular. É o caso da nossa Constituição, bastando verificar o seu "Preâmbulo".

e) errado – a Constituição Dirigente é aquela que estabelece metas, programas ao Estado (governo e sociedade).

22. (ESAF – AFC – 2002) Assinale a opção correta.

a) A garantia constitucional do direito adquirido não pode ser invocada para se obstar a incidência de norma constitucional editada pelo Poder Constituinte Originário.
b) De acordo com a jurisprudência pacífica do STF, é inconstitucional a lei que diverge de norma constante de tratado sobre direitos humanos de que o Brasil seja parte.

c) As emendas à Constituição têm *status* hierárquico inferior às normas da Constituição elaboradas pelo próprio poder constituinte originário.
d) Normas que constituem *cláusulas pétreas* têm *status* hierárquico superior ao das demais normas constantes do texto constitucional.
e) Normas constitucionais que não sejam autoexecutáveis não possuem valor jurídico, exprimindo, tão-somente, um programa político de governo.

↳*Resposta:*

a) correto – de acordo com o entendimento da doutrina majoritária e do STF, não existe direito adquirido em face da Constituição. Inclusive, a própria Constituição, em norma constitucional originária prevista no ADCT, art. 17, não observa direito adquirido em relação à percepção que exceda o teto estabelecido pela própria CF.

b) errado – se o tratado internacional sobre direitos humanos ingressar no ordenamento jurídico com força equivalente à emenda constitucional, é possível que norma infraconstitucional que o contrarie venha a ser declarada inconstitucional. Por outro lado, se ingressar como norma supralegal, não será possível aquela espécie de controle, mas sim o controle da legalidade.

Mas, desde 31/12/2004, com a entrada em vigor da EC 45, o tratado internacional sobre direitos humanos poderá ser internalizado no ordenamento jurídico brasileiro por aprovação própria de emenda constitucional e neste caso ganhará "status" semelhante ao de emenda e qualquer norma infraconstitucional que não o observar estará sujeita ao controle da constitucionalidade. (CF, art. 5º, § 3º: "Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais").

Veja a decisão do STF, na ADI 1.480-MC, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 4-9-1997, Plenário, DJ de 18-5-2001: "No sistema jurídico brasileiro, os tratados ou convenções internacionais estão hierarquicamente subordinados à autoridade normativa da Constituição da República. Em consequência, nenhum valor jurídico terão os tratados internacionais, que, incorporados ao sistema de direito positivo interno, transgredirem, formal ou materialmente, o texto da Carta Política. O exercício do treaty-making power, pelo Estado brasileiro - não obstante o polêmico art. 46 da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados (ainda em curso de tramitação perante o Congresso Nacional) -, está sujeito à necessária observância das limitações jurídicas impostas pelo texto constitucional. (...) O Poder Judiciário - fundado na supremacia da Constituição da República - dispõe de competência, para, quer em sede de fiscalização abstrata, quer no âmbito do controle difuso, efetuar o exame de constitucionalidade dos tratados ou convenções internacionais já incorporados ao sistema de direito positivo interno. (...) Os tratados ou convenções internacionais, uma vez regularmente incorporados ao direito interno, situam-se, no sistema jurídico brasileiro, nos mesmos planos de validade, de eficácia e de autoridade em que se posicionam as leis ordinárias, havendo, em consequência, entre estas e os atos de direito internacional público, mera relação de paridade normativa. Precedentes."

c) errado – as normas constitucionais, sejam elas originárias ou derivadas, encontram-se no mesmo patamar, ainda que as primeiras não se submetam ao controle da constitucionalidade, de acordo com o STF e a doutrina majoritária, e as segundas se submetam.

d) errado – predomina o entendimento doutrinário e jurisprudencial no sentido de que as normas constitucionais, independentemente do assunto que tratem, encontram-se todas no mesmo nível. Aliás, essa é uma característica da Constituição de supremacia formal.

e) errado – todas as normas constitucionais, sejam elas de eficácia plena, contida ou limitada (entre essas as programáticas) tem eficácia, algumas mais (as de eficácia plena e contida), outras menos (as de eficácia limitada).

23. (ESAF – AFC – 2002) Sabendo que o Código Tributário Nacional (CTN) foi editado antes da Constituição de 1988, sob a forma de lei ordinária, é possível afirmar que as normas do CTN que regulam limitações constitucionais ao poder de tributar:

a) continuam em vigor, desde que o seu conteúdo seja concordante com as normas da Constituição de 1988.
b) são consideradas revogadas pela nova Constituição, uma vez que esta exige para o tratamento da matéria o instrumento normativo da lei complementar. Resguardam-se, porém, direitos adquiridos.
c) podem ser declaradas, pelo STF, em ação direta de inconstitucionalidade, supervenientemente inconstitucionais, por não se revestirem da forma de lei complementar.
d) são tecnicamente consideradas repristinadas pela nova ordem constitucional, depois de assim afirmado pelo Supremo Tribunal Federal.
e) uma vez que o poder constituinte originário dá início ao ordenamento jurídico, as normas referidas no enunciado devem ser tidas como revogadas desde o advento da Constituição de 1988, nada obstando, porém, que o Congresso Nacional as revigore expressamente, por ato legislativo com efeitos retroativos.

↳*Resposta:*

a) correto – apesar de o CTN encontrar-se sob a forma de lei ordinária, e a CF/88 determinar que as limitações ao poder de tributar tenham que ser reguladas por meio de lei complementar (CF, art. 146, inciso II), por ser uma norma anterior a atual CF, será recepcionado no novo ordenamento jurídico como lei complementar naquilo que não contrariar a atual CF sob o aspecto material (conteúdo), não sendo importante o aspecto formal (procedimento).

b) errado – as normas ordinárias pré-constitucionais de direito tributário só seriam revogadas se fossem materialmente incompatíveis com as normas da Constituição superveniente.

c) errado – as normas pré-constitucionais não se submetem ao controle da constitucionalidade, portanto não podem ser objeto de Adin.

d) errado – a teoria da repristinação seria aplicável em relação à norma revogada, para revitalizá-las. E as normas do CTN materialmente compatíveis com a Constituição não foram revogadas.

e) errado – as normas pré-constitucionais só serão revogadas se houver incompatibilidade material (conteúdo da norma incompatível com o conteúdo da Constituição).

24. (ESAF – TCU - 2002) Assinale a opção correta.

a) As unidades federadas, no Brasil, gozam do direito de secessão.

b) Toda a vez que o Estado-membro edita lei que desrespeita a Constituição Federal está sujeito à intervenção federal.
c) No exercício do seu poder de autoconstituição, o Estado-membro pode fixar, em diploma constitucional, que o seu Governador, a exemplo do que ocorre com o Presidente da República, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções, durante a vigência do seu mandato.
d) Nada impede que um Estado-membro no Brasil adote normas constitucionais caracteristicamente parlamentaristas, mesmo que tais normas não correspondam ao modelo presidencialista adotado no âmbito da União.
e) Embora a Constituição Federal enumere matérias que são da competência legislativa privativa da União, os Estados-membros podem, em certos casos, legislar sobre questões específicas de tais matérias.

↳*Resposta:*

a) errado – a união entre os estados, municípios e o distrito federal é indissolúvel (CF, art.1, "caput"), sendo inconstitucional qualquer movimento de independência (movimento de secessão).
b) errado – o descumprimento de normas constitucionais não se encontra, necessariamente, entre as hipóteses de intervenção federal previstas nos incisos do art. 34, da CF.
c) errado – o STF já firmou o entendimento de que a norma prevista no art. 86, parágrafo 4º, da CF, que estabelece uma imunidade formal ao presidente da República, não pode se estendida aos demais chefes dos executivos, das demais esferas. Cabe lembrar que também é de simetria proibida na Constituição Estadual a norma prevista no art. 86, parágrafo 3º, da CF.
d) errado – de acordo com o art. 34, inciso VII, alínea a, o sistema representativo de governo tem que ser preservado, sob pena de intervenção federal.
e) correto – conforme autoriza o artigo 22 e parágrafo único.

25. (ESAF - AFRF - 2002) Assinale a opção correta.
a) As normas de um tratado já incorporado ao direito interno não podem ser objeto de controle de constitucionalidade no Judiciário brasileiro.
b) Conforme pacificado na doutrina e na jurisprudência, se o tratado for posterior à Constituição e se disser respeito a direitos e garantias individuais, revogará as normas da Constituição que com ele não forem compatíveis.
c) Sobrevindo ao tratado lei ordinária com ele incompatível no seu conteúdo, o tratado não deverá ser aplicado pelos tribunais brasileiros.
d) Medida provisória não pode disciplinar assunto que tenha sido objeto de tratado já incorporado à ordem jurídica interna.
e) O tratado incorporado ao direito interno tem o mesmo nível hierárquico das emendas à Constituição.

↳Resposta:

a) errado – o STF tem admitido o exame da constitucionalidade de tratados internacionais internalizados na ordem jurídica brasileira.

b) errado – em regra, um tratado internacional sobre direitos humanos é internalizado na ordem jurídica infraconstitucional como norma supralegal, não podendo, portanto, interferir na ordem constitucional. Atualmente, com o advento da EC 45, promulgada em 8/12/2004 e publicada em 31/12/2004, os tratados internacionais que definam direitos humanos e passem por aprovação equivalente a de uma EC, podem alterar a Constituição, desde que respeitando as "cláusulas pétreas".

c) correto – em regra, aplica-se o critério cronológico, ou seja, lei posterior prevalece sobre tratado anteriormente internalizado, ressalvada a hipótese de o tratado (sobre direitos humanos) ter sido internalizado por processo semelhante ao de EC ou como norma infraconstitucional supralegal. No primeiro caso, o tratado prevaleceria sobre lei, provocando a inconstitucionalidade da lei superveniente.

d) errado – medida provisória pode tratar de assunto que não lhe seja proibido pela CF/88, conforme o art.62, parágrafo 1º, incisos e o art. 246.

e) errado – excepcionalmente poderão ter nos termos do parágrafo 3º, do art. 5º, da CF: "Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais".

26. (ESAF - AFC/CGU – 2004) Analise as assertivas a seguir, relativas ao poder constituinte e princípios constitucionais, e marque com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas; em seguida, marque a opção correta.

1. Segundo a melhor doutrina, a característica de subordinado do poder constituinte derivado refere-se exclusivamente à sua sujeição às regras atinentes à forma procedimental pela qual ele irá promover as alterações no texto constitucional.
2. O plebiscito consiste em uma consulta feita ao titular do poder constituinte originário, o qual, com sua manifestação, irá ratificar, ou não, proposta de emenda à constituição ou projeto de lei já aprovado pelo Congresso Nacional.
3. Segundo precedente do STF, no caso brasileiro, não é admitida a posição doutrinária que sustenta ser o poder constituinte originário limitado por princípios de direito suprapositivo.
4. Segundo a melhor doutrina, a aprovação de emenda constitucional, alterando o processo legislativo da própria emenda, ou revisão constitucional, tornando-o menos difícil, não seria possível, porque haveria um limite material implícito ao poder constituinte derivado em relação a essa matéria.
5. Segundo a melhor doutrina, o art. 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 (CF/88), que previa a revisão constitucional após cinco anos, contados de sua promulgação, é uma limitação temporal ao poder constituinte derivado.

a) F, F, V, F, F
b) F, F, V, V, F
c) V, F, F, F, F
d) F, V, V, V, V
e) V, F, F, V, V

Resposta:

1) falso – o Congresso Nacional, quando do exercício do poder constituinte derivado reformador, deve observar não só as limitações procedimentais, mas também as materiais e circunstanciais.

2) falso – o plebiscito (CF, art. 14, inciso I) é uma consulta popular anterior a existência da norma e, no caso apresentado, a EC já existe desde a sua aprovação pelo CN, já que não passa pela sanção ou veto, já a LC e, em geral, de LO se submetem à sanção ou veto. Portanto, no caso da EC, seria o caso de ratificar aquilo que já existe através de uma consulta popular posterior, tratando-se de referendo (CF, art. 14, inciso II).

3) verdadeiro – o STF reconhece ser o exercício do poder constituinte originário, ilimitado (juridicamente), incondicionado e inicial, não se submetendo a qualquer outra vontade.

4) verdadeiro – as limitações procedimentais previstas no art. 60, § 2º, da CF, e no art. 3º, do ADCT, são também consideradas limitações materiais implícitas ("cláusulas pétreas" implícitas).

5) falso – de acordo com a doutrina nacional majoritária, não existe na atual CF limitação temporal. O art. 3º, do ADCT, seria uma limitação procedimental imposta ao CN quando do exercício do poder de revisão.

A opção correta é a letra B.

(UnB/CESPE - AGU - 2002) Texto

Após longa e intensa luta revolucionária, liderada por Carlos Magno, proclamou-se a independência de uma área territorial, denominada até então Favela da Borboleta, e de seus habitantes em relação a um Estado soberano da América Latina. Carlos, imediatamente, convocou eleições, entre os habitantes da favela, visando à escolha de quinze membros da comunidade para compor uma Assembleia Constituinte, cuja função era elaborar o texto da Constituição da República Federativa das Borboletas. Tal constituição foi, então, elaborada e continha regras referentes à organização política e administrativa do novo Estado, bem como as regras garantidoras das liberdades fundamentais de seus habitantes. Entre as regras de organização, previu-se a divisão do território em três estados-membros com constituições próprias, a serem elaboradas segundo os princípios da constituição maior. Previu-se, também, a possibilidade de revisão da Constituição da República das Borboletas, por procedimento especial distinto do da legislação ordinária, ficando vedada a revisão na hipótese de decretação de estado de sítio ou de defesa, bem como em determinadas matérias referentes às liberdades fundamentais dos membros da comunidade.

Considerando a situação hipotética descrita no texto e a doutrina constitucional, julgue os itens a seguir.

1. O poder que constituiu a República Federativa das Borboletas pode ser considerado poder constituinte originário.
2. O poder constituinte originário tem como características fundamentais ser inicial, limitado e incondicionado.
3. A Constituição da República Federativa das Borboletas pode ser considerada uma constituição escrita e flexível, uma vez que admite a revisão de seu texto em situações determinadas.
4. A assembleia que elaborou a Constituição da República Federativa das Borboletas detinha a titularidade e o exercício do poder constituinte, que lhe foram conferidos por Carlos Magno.

5. A Constituição da República Federativa das Borboletas impõe ao poder constituinte derivado limitações circunstanciais e materiais, mas não temporais.

↳*Resposta:*

1) correto – o poder constituinte originário, capaz de criar uma nova Constituição soberana pode surgir, entre outras hipóteses, a partir de uma revolução.

2) errado – é ilimitado, além de inicial, incondicionado e soberano, de acordo com a doutrina majoritária e o STF.

3) errado – é rígida, e não flexível, porque impõe limitações procedimentais ao poder de reforma, conforme descrito no texto: "previu-se, também, a possibilidade de revisão da Constituição da República das Borboletas, por procedimento especial distinto do da legislação ordinária".

4) errado – o titular do poder constituinte originário é o povo e os exercentes podem ser representantes do povo, reunidos em uma Assembleia Nacional Constituinte, ou ditadores.

5) correto – as limitações circunstanciais seriam: "ficando vedada a revisão na hipótese de decretação de estado de sítio ou de defesa", e as limitações materiais ("cláusulas pétreas") seriam: "bem como em determinadas matérias referentes às liberdades fundamentais dos membros da comunidade". Não existem limitações temporais na situação descrita no enunciado da questão.

27. Ainda considerando a situação hipotética descrita no texto e a doutrina constitucional, julgue os itens abaixo.

1. O processo usado por Carlos Magno para positivar a Constituição da República Federativa das Borboletas foi a outorga, tendo em vista a sua origem revolucionária.
2. Em sentido jurídico, revolução é o rompimento de uma ordem jurídico-constitucional, que retira a eficácia de uma constituição em vigor, abrindo caminho ao poder constituinte originário para implantar uma nova constituição.
3. Com base na doutrina constitucional, com a publicação da Constituição da República Federativa das Borboletas, extingue-se o poder constituinte originário que lhe deu vida, passando a regência do Estado às mãos do poder constituído.
4. A Constituição da República Federativa das Borboletas previu, no seu texto, tanto manifestações do poder constituinte derivado reformador quanto do poder constituinte derivado decorrente.
5. Do reconhecimento de um poder constituinte originário decorre a ideia de supremacia constitucional e, do reconhecimento desta, o imperativo do controle de constitucionalidade.

↳*Resposta:*

1) errado – foi uma Constituição promulgada porque elaborada por representantes do povo, diferente de Constituição outorgada que é imposta ao povo.

2) correto.

3) correto – o poder constituinte originário só é exercido quando da elaboração da Constituição soberana de um país.

O poder constituinte originário fica adormecido, em estado latente, pois poderá ser exercido a qualquer momento, em caso de ruptura da ordem política do país. Por outro

lado, o poder constituinte derivado reformador será exercido ao longo da vida desta Constituição, atualizando-a.

4) correto – o exercício do poder constituinte derivado reformador para alterar a Constituição e o exercício do poder constituinte decorrente para elaborar as Constituições estaduais.
5) correto – neste caso é verdade porque, de acordo com o enunciado, trata-se de uma Constituição rígida e, havendo rigidez constitucional, há possibilidade do controle da constitucionalidade. Lembrando ainda que outra consequência da rigidez constitucional é a supremacia formal.

28. (ESAF - AFRF - 2003) Assinale a assertiva falsa.

a) Emenda à Constituição não pode estabelecer o voto indireto para a eleição de prefeitos.
b) A Constituição prevê expressamente a iniciativa popular para a emenda do Texto Magno.
c) Emenda à Constituição não pode admitir a pena de morte para crimes hediondos.
d) A matéria constante de proposta de emenda à Constituição rejeitada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
e) Enquanto a União estiver realizando intervenção federal em qualquer Estado-membro da Federação, a Constituição não pode ser emendada.

↳*Resposta:*
a) correto – o voto direto é "cláusula pétrea" (CF, art. 60, § 4º, inciso II), portanto, não pode ser abolido. Aliás, a única hipótese de voto indireto prevista na CF encontra-se na norma constitucional originária do art. 81, §1º.

O STF reconhece o art. 81, §1º, como sendo de simetria facultativa e, preservando a autonomia municipal, permite que a Lei Orgânica Municipal reproduza ou não esta norma.

b) errado – os únicos legitimados para a propositura de uma PEC, são aqueles previstos no art. 60, incisos I ao III. Nesta iniciativa não se encontra a popular, ou seja, os cidadãos não podem propor projeto de emenda à Constituição.
c) correto – a única possibilidade de pena de morte admitida na CF é em tempo de guerra (formalmente declarada pelo presidente da República, conforme o art. 84, inciso XIV). Fora essa hipótese, qualquer norma tendente instalar a pena de morte será inconstitucional porque estará abolindo o direito individual constitucional que o particular tem de não sofrer esse tipo de pena (CF, art. 5º, inciso XLVII, alínea a / art. 60, § 4º, IV).
d) correto – CF, art. 60, § 5º.
e) correto - CF, art. 60, § 1º.

29. (ESAF - MRE - 2002) Assinale a opção correta.

a) É inconstitucional a emenda à Constituição que venha a permitir a instituição da pena de morte para crimes hediondos.
b) Emenda à Constituição pode transformar o Estado Federal brasileiro num Estado unitário.

c) Existem matérias que somente podem ser objeto de proposta de emenda à Constituição por iniciativa do Presidente da República.
d) Uma proposta de emenda à Constituição que tenda a abolir uma "cláusula pétrea" somente pode ser objeto de deliberação pelo Congresso Nacional se for apresentada por, no mínimo, um terço dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
e) A proposta de emenda à Constituição rejeitada no Congresso Nacional não pode, em nenhum tempo, ser reapresentada.

↳*Resposta:*

a) correto – a única possibilidade de pena de morte admitida na CF é em tempo de guerra (formalmente declarada pelo presidente da República, conforme o art. 84, inciso XIV). Fora essa hipótese, qualquer norma tendente instalar a pena de morte será inconstitucional porque estará abolindo o direito individual constitucional que o particular tem de não sofrer esse tipo de pena (CF, art. 5º, inciso XLVII, alínea a / art. 60, § 4º, IV).

b) errado – é proibido abolir a forma federativa de Estado, instituindo a forma unitária de Estado, conforme o art. 60, § 1º, da CF.

c) errado – ainda que o Presidente da República tenha legitimidade para propor uma PEC, a iniciativa é concorrente, não havendo nenhuma matéria constitucional de competência exclusiva de qualquer dos legitimados. Por outro lado, quanto à iniciativa de projeto de lei ordinária ou complementar, algumas são exclusivas do Presidente da República.

d) errado – não pode haver qualquer emenda à Constituição tendente abolir uma "cláusula pétrea".

e) errado – pode ser reapresentada em outra sessão legislativa, diferente daquela em que foi rejeitada ou tida por prejudicada, conforme o art. 60, §5º.

30. (ESAF - AFC/CGU - 2004) Analise as assertivas a seguir, relativas às normas constitucionais e inconstitucionais, poder de reforma e revisão constitucional e princípio hierárquico das normas, e marque com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas; em seguida, marque a opção correta.

1. Segundo o STF, é possível a declaração de inconstitucionalidade de normas constitucionais resultantes de aprovação de propostas de emenda à constituição, desde que o constituinte derivado não tenha obedecido às limitações materiais, circunstanciais ou formais, estabelecidas no texto da CF/88, pelo constituinte originário.
2. A distinção doutrinária, entre revisão e reforma constitucional, materializou-se na CF/88, uma vez que o atual texto constitucional brasileiro diferencia tais processos, ao estabelecer entre eles distinções quanto à forma de reunião do Congresso Nacional e quanto ao quorum de deliberação.
3. A extrapolação, pelo Poder Executivo, no uso do seu poder regulamentar, caracteriza, segundo a jurisprudência do STF, uma ilegalidade e não uma inconstitucionalidade, uma vez que não há ofensa direta à literalidade de dispositivo da Constituição.
4. Segundo a jurisprudência do STF, se uma lei complementar disciplinar uma matéria não reservada a esse tipo de instrumento normativo, pelo princípio da hierarquia das leis, não poderá uma lei ordinária disciplinar tal matéria.

5. Segundo a CF/88, a Constituição Estadual deverá obedecer aos princípios contidos na Constituição Federal, porém, nas matérias em que não haja setores legislativos concorrentes entre União e Estados, não haverá subordinação das leis estaduais às leis federais.

a) V, V, F, F, V
b) F, F, F, F, V
c) F, V, F, F, F
d) V, V, F, V, F
e) V, V, V, V, V

↳*Resposta:*

1) verdadeiro.

2) verdadeiro – a revisão constitucional, que para a doutrina majoritária só poderia ocorrer uma única vez, encontra-se prevista no art. 3º, do ADCT. Por outro lado; a reforma constitucional está prevista no art. 60, da CF.

3) falso – de acordo com o art. 84, inciso IV, cabe ao chefe do executivo expedir regulamentos para dar execução à lei. Mas se o regulamento se afastar da fiel execução da lei, poderá o Congresso Nacional exercer o controle da constitucionalidade e, através de um decreto legislativo, suspender a eficácia do regulamento (art. 49, inciso V).

4) falso – a doutrina majoritária e o STF não reconhecem hierarquia entre as normas primárias. Isto significa que a lei complementar e a lei ordinária encontram-se no mesmo patamar. A princípio, a CF diz quando um determinado assunto deverá ser regulamentado por lei complementar. Porém, quando a Constituição disser apenas "lei", em geral, normalmente poderá ser por lei ordinária, que é residual. Mas, se uma lei complementar regulamentar matéria não entregue pela CF expressamente a ela poderá aquela mesma matéria ser objeto de lei ordinária, podendo então a lei ordinária revogar a lei complementar.

A jurisprudência do STF se firmou no sentido de que "só se exige lei complementar para as matérias para cuja disciplina a Constituição expressamente faz tal exigência, e, se porventura a matéria, disciplinada por lei cujo processo legislativo observado tenha sido o da lei complementar, não seja daquelas para que a Carta Magna exige essa modalidade legislativa, os dispositivos que tratam dela se têm como dispositivos de lei ordinária." (RE 492.044, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, julgamento em 16-12-2008, Primeira Turma, DJE de 20-2-2009).

5) verdadeiro – a Assembleia Legislativa, no exercício do poder constituinte derivado decorrente, elabora a Constituição Estadual (ADCT, art. 11 e CF, art. 25, "caput"). A CE (uma Constituição autônoma) tem que seguir os princípios da CF (uma Constituição soberana). Por outro lado, as leis, sejam elas federais estaduais, municipais ou distritais, encontram-se todas no mesmo patamar. Mas, em razão do princípio da predominância de interesses, na competência concorrente (art. 24) pode a lei federal (art. 24, §§ 1º e 4º) suspender a eficácia de lei estadual (art. 24, §§ 2º e 3º).

Resposta correta: letra A.

31. (UnB/CESPE – AGU – 2002) O surgimento do Estado de Bem-Estar Social, no século passado, provocou uma forte discussão em torno da aplicabilidade das normas fundamentais. Isso produziu diversas teorias e interpretações, com forte amparo na doutrina italiana. Tal discussão alcançou o Brasil. Considerando as diversas classificações das normas quanto à sua aplicabilidade, bem como o contexto dos direitos fundamentais e sua interpretação, julgue os itens seguintes.

1. Assim como as normas programáticas, os direitos fundamentais podem não ter sua eficácia imediata, sendo passíveis de restrição em qualquer hipótese.
2. A medida provisória é instrumento jurídico de eficácia mais ampla que o extinto decreto-lei, pois este estava circunscrito a matérias específicas, como segurança nacional e finanças públicas, assim como deveria ser interpretado restritivamente.
3. Quanto a sua eficácia, é correto classificar as normas constitucionais em normas constitucionais de organização, também denominadas normas de estrutura ou competência; normas constitucionais definidoras de direitos, fixadoras de direitos fundamentais e normas constitucionais programáticas, que buscam traçar fins públicos a serem alcançados.
4. O conceito de ordem pública alcança tanto o de soberania nacional quanto o de bons costumes, sendo que estes estariam situados em um plano mais próximo da moralidade, enquanto aqueles estariam mais próximos da política.
5. É correto afirmar que o princípio da ordem pública tem a sua relatividade e instabilidade que evolui no tempo e no espaço de acordo com as mudanças sociais e somente se negará aplicação de uma lei nacional ou estrangeira que seja ofensiva à ordem pública à época em que se vai decidir o caso concreto.

↳*Resposta:*

1) errado – as normas programáticas são, em regra, de eficácia limitada, e as normas definidoras de direitos são de aplicação imediata (art. 5º, § 1º) e podem ter eficácia plena, limitada ou contida. Portanto, se nem todas são de eficácia contida, nem todas poderão sofrer restrições.

2) errado – o decreto-lei tinha um alcance maior. Tanto é assim que podia regulamentar matérias de direito penal e processual penal, por exemplo. O atual Código Penal e Código de Processo Penal são definidos por decretos-leis.

Por outro lado, a medida provisória não pode, de acordo com o art. 62, §1º, inciso I, alínea b, da CF.

3) errado – quanto à eficácia, na classificação de José Afonso da Silva que é a mais utilizada, existem as normas constitucionais de eficácia plena, contida e limitada, nada tendo a ver com a classificação apresentada no item.

4) correto.

5) correto.

32. (ESAF - Auditor-Fiscal do Trabalho - 2003) Analise as assertivas a seguir, relativas à eficácia das normas constitucionais e às concepções de constituição, e marque com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas; em seguida, marque a opção correta.

1. Segundo a melhor doutrina, as normas de eficácia contida são de aplicabilidade direta e imediata, no entanto, podem ter seu âmbito de aplicação restringido por uma legislação futura, por outras normas constitucionais ou por conceitos ético-jurídicos.
2. Segundo a melhor doutrina, as normas constitucionais de eficácia limitada são do tipo normas declaratórias de princípios institutivos quando: determinam ao legislador, em termos peremptórios, a emissão de uma legislação integrativa; ou facultam ao legislador a possibilidade de elaborar uma lei, na forma, condições e para os fins previstos; ou possuem esquemas gerais, que dão a estrutura básica da instituição, órgão ou entidade a que se referem, deixando para o legislador ordinário a tarefa de estruturá-los, em definitivo, mediante lei.
3. A concepção de constituição, defendida por Konrad Hesse, não tem pontos em comum com a concepção de constituição defendida por Ferdinand Lassale, uma vez que, para Konrad Hesse, os fatores históricos, políticos e sociais presentes na sociedade não concorrem para a força normativa da constituição.
4. Para Hans Kelsen, a norma fundamental, fato imaterial instaurador do processo de criação das normas positivas, seria a constituição em seu sentido lógico-jurídico.
5. A constituição, na sua concepção formal, seria um conjunto de normas legislativas que se distinguem das não constitucionais em razão de serem produzidas por processo legislativo mais dificultoso, o qual pode se materializar sob a forma da necessidade de um órgão legislativo especial para elaborar a Constituição – Assembleia Constituinte – ou sob a forma de um *quorum* superior ao exigido para a aprovação, no Congresso Nacional das leis ordinárias.

a) V, F, V, F, V
b) V, F, F, V, V
c) F, V, V, V, F
d) F, F, F, V, V
e) V, V, F, V, V

Resposta:

1) verdadeiro – a norma constitucional de eficácia contida não necessita de ato do poder público para produzir todos os seus efeitos, mas pode sofrer restrições, observando o princípio da razoabilidade e da proporcionalidade, das mais diversas formas (como aquelas apresentadas no item).

2) verdadeiro – as normas de eficácia limitada se manifestam dessas formas, no entendimento de Alexandre de Moraes, dentre outros autores.

3) falso – Konrad Hesse compartilha da concepção sociológica de Ferdinand Lassalle quanto aos fatores históricos, políticos e sociais presentes na sociedade ("fatores reais do poder") concorrerem para a força normativa da Constituição.

4) verdadeiro – a concepção jurídica de Hans Kelsen busca compreender a Constituição como um sistema lógico-jurídico e jurídico-positivo.

5) verdadeiro – enquanto a Constituição material ou de supremacia material identifica suas normas em razão do seu conteúdo (tratam de assuntos essenciais a uma Constituição), a Constituição formal ou de supremacia formal identifica as suas normas por força do procedimento especial necessário para modificá-las.

A resposta correta é a letra E.

33. (ESAF - AFC/CGU - 2004) Analise as assertivas a seguir, relativas à Supremacia da Constituição, tipos e classificações de Constituição, e marque com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas; em seguida, marque a opção correta.

1. A existência de supremacia formal da constituição independe da existência de rigidez constitucional.
2. Na história do Direito Constitucional brasileiro, apenas a Constituição de 1824 pode ser classificada, quanto à estabilidade, como uma constituição semirrígida.
3. As constituições outorgadas, sob a ótica jurídica, decorrem de um ato unilateral de uma vontade política soberana e, em sentido político, encerram uma limitação ao poder absoluto que esta vontade detinha antes de promover a outorga de um texto constitucional.
4. Segundo a melhor doutrina, a tendência constitucional moderna de elaboração de Constituições sintéticas se deve, entre outras causas, à preocupação de dotar certos institutos de uma proteção eficaz contra o exercício discricionário da autoridade governamental.
5. Segundo a classificação das Constituições, adotada por Karl Loewenstein, uma constituição nominativa é um mero instrumento de formalização legal da intervenção dos dominadores de fato sobre a comunidade, não tendo a função ou a pretensão de servir como instrumento limitador do poder real.

a) F, V, V, F, V
b) V, F, V, F, F
c) F, V, F, F, V
d) F, V, V, F, F
e) V, V, F, V, V

Resposta:

1) falso – toda Constituição formal ou de supremacia formal caracteriza-se por ser uma Constituição escrita rígida ou semi-rígida, porque a supremacia formal caracteriza-se por suas normas necessitarem de um procedimento complexo para serem alteradas.

2) verdadeiro – todas as demais Constituições brasileiras foram rígidas. A atual Constituição brasileira também é chamada de super-rígida porque também impõe limitações materiais ("cláusulas pétreas") ao poder de reforma.

3) verdadeiro – o governante ao impor uma Constituição, se submete a ela, e caso queira que sejam estabelecidas novas regras, terá que revogar aquela impondo uma nova Constituição.

4) falso – este item estaria inteiramente correto se, ao se utilizar da classificação quanto à extensão, em vez da palavra sintética, estivesse escrita a palavra "analítica".

5) falso – essa classificação estaria correta se em vez de nominativa estivesse escrito "semântica".

A resposta correta é a letra D.

34. (ESAF – AFRF - 2003) Assinale a opção correta.

A norma constitucional programática, porque somente delineia programa de ação para os poderes públicos, não é considerada norma jurídica.

a) Chama-se norma constitucional de eficácia limitada aquela emenda à Constituição que já foi votada e aprovada no Congresso Nacional, mas ainda não entrou em vigor, por não ter sido promulgada.
b) Somente o Supremo Tribunal Federal – STF – está juridicamente autorizado para interpretar a Constituição.
c) Da Constituição em vigor pode ser dito que corresponde ao modelo de Constituição escrita, dogmática, promulgada e rígida.
d) Os princípios da Constituição que se classificam como *cláusulas pétreas* são hierarquicamente superiores às demais normas concebidas pelo poder constituinte originário.

↳*Resposta:*

a) errado – o único erro encontra-se no final do item, porque a norma constitucional programática é considerada norma jurídica.

b) errado – a norma constitucional de eficácia limitada é aquela que necessita de regulamentação ou de uma atuação metajurídica do poder público (neste caso, se for norma constitucional programática).

c) errado – qualquer juízo ou tribunal, e não apenas o STF, tem poder para interpretar a Constituição, por exemplo, quando do exame da inconstitucionalidade por via incidental.

d) correto.

e) errado – as normas constitucionais sejam elas originárias ou derivadas, traduzam "cláusulas pétreas" ou não, encontram-se no mesmo patamar.

35. (UnB/CESPE - AGU - 2004) Quanto ao conceito e à classificação das constituições e das normas constitucionais, à hermenêutica constitucional, às normas programáticas e ao preâmbulo na Constituição da República de 1988 e, ainda, acerca do histórico das disposições constitucionais transitórias, julgue os itens seguintes.

1. As constituições costumeiras são flexíveis, ao passo que as constituições rígidas podem ser flexíveis, semirrígidas ou rígidas.
2. Em consonância com precedente do Supremo Tribunal Federal (STF), o preâmbulo da Constituição Federal vigente, em razão de sua natureza jurídica de norma constitucional, pode ser invocado para a defesa de um direito.
3. Verifica-se a existência de disposições constitucionais transitórias em todos os textos constitucionais brasileiros, desde a Constituição de 1891, e, segundo precedente do STF, as normas que integram as disposições constitucionais transitórias, como categorias normativas subordinantes, impõem-se no plano do ordenamento estatal.
4. As normas programáticas são normas jurídico-constitucionais de aplicação diferida que prescrevem obrigações de resultados, e não obrigações de meio, sendo, no caso brasileiro, vinculadas ao princípio da legalidade ou referidas aos poderes públicos ou dirigidas à ordem econômico-social.
5. O método de interpretação constitucional denominado hermenêutico-concretizador pressupõe a pré-compreensão do conteúdo da norma a concretizar e a compreensão do problema concreto a

resolver, havendo, nesse método, a primazia do problema sobre a norma, em razão da própria natureza da estrutura normativo-material da norma constitucional.

↳*Resposta:*

1) errado – as Constituições "escritas" podem ser rígidas, flexíveis ou semi-rígidas.

2) errado – o preâmbulo não tem força normativa, ou seja, não é considerado uma norma jurídica. Seria na verdade, como diz o STF, "uma posição ideológica", ou como define José Afonso da Silva, "uma declaração de intenções" dos exercentes do poder constituinte originário.

3) correto – só a Constituição imperial brasileira, de 1824, não trouxe no seu interior disposições constitucionais transitórias. Cabe lembrar que as normas presentes nesta parte da Constituição têm a mesma força normativa das demais normas constitucionais, superiores (subordinantes), portanto, às normas infraconstitucionais (subordinadas).

4) correto – como já foi dito anteriormente, as normas programáticas são normas de eficácia limitada diferidas no tempo, porque seus efeitos se manifestam de forma plena a médio e longo prazo.

5) errado – o método de interpretação constitucional denominado hermenêutico-concretizador pressupõe a pré-compreensão do conteúdo da norma a concretizar e a compreensão do problema concreto a resolver, havendo, nesse método, a primazia da norma sobre o problema (e não o inverso, do problema sobre a norma), em razão da própria natureza da estrutura normativo-material da norma constitucional.

Relativamente aos métodos, a interpretação da Constituição, segundo Canotilho, é um conjunto de métodos, desenvolvidos pela doutrina e pela jurisprudência com base em critérios e premissas (filosóficas, metodológicas, epistemológicas) diferentes, mas, em geral, recíprocamente complementares. Esses métodos são:[9]

1. método jurídico, que parte da consideração de ser a Constituição uma lei, que pode ser interpretada utilizando-se os cânones ou regras tradicionais da hermenêutica. O sentido, portanto, das normas constitucionais extrai-se pela utilização, como elementos interpretativos, do elemento filológico (literal, gramatical, textual); do elemento lógico (elemento sistemático); do elemento histórico; do elemento teleológico (elemento racional); do elemento genético;

2. método tópico-problemático, que parte das premissas seguintes: caráter prático da interpretação constitucional, pois procura resolver os problemas concretos; caráter aberto, fragmentário ou indeterminado da norma constitucional; preferência pela discussão do problema em virtude da abertura daquela norma. Assim, esse método privilegia a discussão de problemas e não o sistema jurídico;

3. método hermenêutico-concretizador, teorizado por Konrad Hesse, pelo qual a leitura de um texto constitucional inicia-se pela pré-compreensão do seu sentido através do intérprete, a quem cabe concretizar a norma para e a partir de uma situação histórica concreta. Este método procura realçar os aspectos subjetivos e objetivos da atividade interpretativa, isto é, a atividade criadora do intérprete e as circunstâncias em que se desenvolve essa atividade, promovendo uma relação entre o texto e o contexto, transformando a interpretação em "movimento de ir e vir" (círculo hermenêutico). Acentua Canotilho que o método concretizador afasta-se do método tópico-problemático, porque enquanto este pressupõe ou admite o primado do

[9] *Extraído de:* Kildare Gonçalves Carvalho – "Direito Constitucional Didático", pág. 155 – Ed. Del Rey

problema perante a norma, aquele assenta no pressuposto do primado do texto constitucional em face do problema;

4. *método científico-espiritual, em que a interpretação da Constituição deve levar em conta a ordem ou o sistema de valores subjacentes ao texto constitucional, bem como o sentido e a realidade que ela possui como elemento do processo de integração;*

5. *método normativo-estruturante, pelo qual o intérprete-aplicador deve considerar e trabalhar com dois tipos de elementos de concretização: um formado pelos elementos resultantes da interpretação do texto da norma, e o outro resultante da investigação do referente normativo. Por outras palavras, o texto e a realidade social que o mesmo visa conformar.*

36. (ESAF - Procurador do Distrito Federal - 2004) Suponha a existência de uma lei ordinária regularmente aprovada com base no texto constitucional de 1969, a qual veicula matéria que, pela Constituição de 1988, deve ser disciplinada por lei complementar. Com base nesses elementos, pode-se dizer que tal lei

a) foi revogada por incompatibilidade formal com a Constituição de 1988.
b) incorreu no vício de inconstitucionalidade superveniente em face da nova Constituição.
c) pode ser revogada por outra lei ordinária.
d) foi recepcionada como lei ordinária, mas somente pode ser modificada por lei complementar.
e) pode ser revogada por emenda à Constituição Federal.

↳*Resposta:*

a) errado – a recepção independe de da compatibilidade formal, ou seja, o processo legislativo pelo qual tenha passado ou não uma norma anterior a atual Constituição. Só deverá ser considerado o aspecto material, ou seja, o conteúdo da norma.

b) errado – de acordo com o STF, não há possibilidade de uma norma vir se tornar inconstitucional com o advento de uma norma constitucional nova. A nova norma constitucional revoga norma anterior com ela incompatível. Para o STF, a inconstitucionalidade é congênita a lei, ou seja, nasce com ela.

c) errado – como a norma entrou no novo ordenamento jurídico com o "status" de lei complementar, que necessita de maioria absoluta para a sua aprovação (CF, art. 69), ela não pode ser revogada por lei ordinária que exige maioria simples para ser aprovada (CF, art. 47).

d) errado – foi recepcionada como lei complementar.

e) correta – como a norma pré-constitucional era materialmente compatível com a Constituição superveniente, ela foi recepcionada como lei complementar, podendo ser revogada por outra lei complementar (critério cronológico) ou por emenda constitucional (critério hierárquico).

37. (ESAF – AFTE/RN – 2005) Sobre teoria geral da Constituição e princípio hierárquico das normas, marque a única opção correta.

a) O método de interpretação constitucional, denominado hermenêutico-concretizador, pressupõe a pré-compreensão do conteúdo da norma a concretizar e a compreensão do problema concreto a resolver.

b) A constituição em sentido político pode ser entendida como a fundamentação lógico-política de validade das normas constitucionais positivas.
c) O poder constituinte derivado pode modificar as normas relativas ao processo legislativo das emendas constitucionais, uma vez que essa matéria não se inclui entre as *cláusulas pétreas* estabelecidas pela Constituição Federal de 1988.
d) Uma norma constitucional de eficácia limitada possui eficácia plena após a sua promulgação, porém essa eficácia poderá ser restringida por uma lei, conforme expressamente previsto no texto da norma.
e) Em razão da estrutura federativa do Estado brasileiro, as normas federais são hierarquicamente superiores às normas estaduais, porque as Constituições estaduais estão limitadas pelas regras e princípios constantes na Constituição Federal.

↳Resposta:

a) correto – o método de interpretação constitucional denominado "hermenêutico-concretizador"[10] ou "interpretativo da concretização"[11] foi construído por Konrad Hesse. Esse método estabelece para o intérprete da Constituição um papel importante, pois será ele que garantirá a completude da Constituição naquilo que ela for lacunosa ou silente. Para Canotilho[12] "o método hermenêutico-concretizador afasta-se do método tópico-problemático, porque enquanto o último pressupõe ou admite o primado do problema perante a norma, o primeiro assenta no pressuposto do primado do texto constitucional em face do problema".

b) errado – a Constituição em sentido político pode ser entendida, de acordo com Carl Schmitt, como uma "decisão política fundamental", ou seja, uma decisão concreta daquele povo do que seja uma Constituição (assuntos essenciais para aquele povo). Qualquer norma constitucional que fuja a esse assunto será considerada lei constitucional, mas não Constituição propriamente dita. Nesta questão houve certa confusão de conceitos, sendo possível afirmar que Constituição no sentido jurídico (Hans Kelsen), e não político, "poderia ser entendida como a fundamentação lógico-jurídica de validade das normas constitucionais positivas".

c) errado – o poder constituinte derivado não pode alterar o procedimento legislativo especial estabelecido no art. 60, § 2º, pois se trata de "cláusula pétrea" implícita e limitação procedimental expressa.

d) errado – uma norma de eficácia limitada necessita de ato do poder público para que possa produzir todos os seus efeitos. Cabe lembrar que essa norma constitucional produz um mínimo de efeitos: admite a possibilidade de se reclamar judicialmente a eficácia dessa norma através do Mandado de Injunção (art. 5º, inciso LXXI) e da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (art. 103, § 2º). As normas de eficácia limitada não mudam de natureza quando da sua regulamentação e não podem sofrer restrições.

e) errado – as normas infraconstitucionais primárias (art. 59, incisos II ao VII), produzidas por qualquer entidade federativa, se encontram no mesmo patamar. Por outro lado, a segunda parte da afirmativa

[10] Kildare Gonçalves Carvalho. *Direito Constitucional Didático*, p. 155.
[11] Gabriel Dezen Junior. *Direito Constitucional*, p. 61.
[12] Joaquim José Canotilho. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, p. 1086 e 1087.

está correta, pois as Constituições estaduais estão realmente limitadas pelas regras e princípios constantes na Constituição Federal (CF, art. 25, "caput").

38. (ESAF – AFTE/RN – 2005) No referente às normas constitucionais, ao poder reformador e ao controle de constitucionalidade, julgue os itens a seguir.

1. No caso das normas constitucionais conhecidas como programáticas, assim como no das classificadas como de eficácia limitada, é juridicamente válido o advento de norma infraconstitucional que lhes seja contrária, justamente porque a eficácia delas é deficiente.
2. As chamadas restrições ou limitações processuais ao poder reformador são aquelas relativas ao rito necessário à aprovação das emendas constitucionais; segundo a doutrina majoritária, não é facultado ao poder derivado atenuar essas limitações.
3. Quando o tribunal competente para o controle concentrado de constitucionalidade adota a técnica da interpretação conforme a Constituição, o resultado do julgamento é de declaração de inconstitucionalidade da norma examinada.
4. Segundo a doutrina e de acordo com súmula do Supremo Tribunal Federal (STF), os tribunais de contas podem exercer o controle de constitucionalidade no âmbito de sua competência, controle esse que possui natureza concentrada.

↳*Resposta:*

1) errado – as normas constitucionais têm predominância sobre todas as demais e devem ser respeitadas, independentemente de terem plena eficácia ou não.

2) correto – o Congresso Nacional, ao exercer o poder constituinte derivado reformador, tem que respeitar certas limitações, entre elas as procedimentais (art. 60, incisos, e §§ 2º, 3º e 5º). Essas disposições constitucionais não podem ser abolidas porque também são limitações materiais implícitas, ou seja, "cláusulas pétreas" implícitas.

3) errado – a declaração de inconstitucionalidade por meio de interpretação conforme a Constituição não suspende a eficácia da norma porque esta não é declarada inconstitucional, a inconstitucionalidade será de qualquer interpretação que se de a norma que não seja compatível com a Constituição Federal.

4) errado – está correto afirmar que o entendimento da doutrina e do STF (Súmula nº. 347) é no sentido de que os tribunais de contas podem exercer o controle de constitucionalidade no âmbito de sua competência, mas esse controle possui natureza incidental, ou seja, não é a norma em tese que é declarada inconstitucional, mas sim quando do exame de um determinado caso concreto.

Os itens 3 e 4 se referem ao tema "Controle da Constitucionalidade", que se encontra ao final da apostila.

(UnB / CESPE – TRT) Julgue o item a seguir.

39. Em um país da América do Sul, foi eleita pelo voto direto uma Assembleia Nacional Constituinte (ANC), com o objetivo de elaborar um novo texto constitucional. Nessa situação, a ANC é dotada de poder constituinte decorrente, pois esse poder decorre da delegação popular.

↳Resposta:

errado – a Assembleia Nacional constituinte é dotada do "poder constituinte originário" que, para o Supremo Tribunal Federal e a doutrina majoritária, não encontra juridicamente limites nem na ordem interna, nem na ordem internacional. De acordo com a CF, no art. 25, "caput" e no ADCT, art. 11, o "poder constituinte derivado decorrente" é exercido pela Assembleia Legislativa Estadual ao elaborar a Constituição estadual (para alguns autores, é exercido também pela Câmara Municipal ao elaborar a Lei Orgânica Municipal, e pela Câmara Legislativa ao elaborar a Lei Orgânica Distrital).

40. (UnB/CESPE - TCE/PE - 2004) Com referência às fontes do direito constitucional, à classificação das constituições e ao controle de constitucionalidade, julgue os itens seguintes.

1. Em relação às fontes considera-se direito constitucional, sob o ângulo material, o conjunto de normas jurídicas componentes de um documento produzido e aceito como Constituição pelo povo de um país, ainda que algumas das normas inseridas nesse documento não disciplinem temas propriamente constitucionais.
2. Em 17/10/1969 foi posta em vigor, pelos líderes militares da chamada Revolução de 1964, a Emenda Constitucional nº1, à Constituição de 1967. Admitindo como premissa que essa emenda tenha caracterizado uma nova manifestação do poder constituinte originário, é juridicamente correto afirmar que essa Constituição seria do tipo outorgado.
3. No direito brasileiro, qualquer pessoa interessada em que o Poder Judiciário decida acerca da possível inconstitucionalidade de uma norma jurídica pode arguí-la no curso de um processo judicial qualquer, como pode ocorrer, entre outros, na ação de mandado de segurança e nas ações ordinárias; esses casos são exemplos do chamado controle de constitucionalidade por via de ação.
4. A ação direta de inconstitucionalidade é típico mecanismo jurídico para o controle concentrado de constitucionalidade das normas jurídicas; a competência para o julgamento dela é exclusiva do Supremo Tribunal Federal e ela não pode ter como objeto normas derivadas de outras que regulamentem a Constituição, tais como decretos e portarias.

↳Resposta:

1) errado – esta definição é do direito constitucional sob o ângulo formal. Sob o ângulo material, devemos considerar apenas o conjunto de normas escritas e não escritas e que disciplinam temas propriamente constitucionais.

2) correto – quanto à origem, uma Constituição pode ser outorgada, ou seja, imposta ao povo por um grupo que detém o poder político. Por outro lado, uma Constituição é promulgada quando elaborada pelo povo, através de representantes eleitos e reunidos em uma Assembleia Nacional Constituinte.

3) errado – esses casos são exemplos do chamado controle de constitucionalidade por via de exceção, também conhecido por controle incidental.

4) errado – a ação direta de inconstitucionalidade pode ser examinada pelo Tribunal de Justiça, quando do confronto de lei ou ato normativo estadual ou municipal em face da Constituição estadual; ou de lei ou ato normativo distrital em face de Lei Orgânica Distrital. Por outro lado, decretos autônomos (CF, art. 84, inciso VI, alínea a), se em tese, podem ser objeto de controle da constitucionalidade.

Os itens 3 e 4 se referem ao tema "Controle da Constitucionalidade", que se encontra ao final da apostila.

41. (UnB/CESPE – TCE/PE – 2004) No que concerne à interpretação das normas constitucionais, à teoria da recepção e ao controle de constitucionalidade, julgue os itens que se seguem.

1. A Constituição Federal é, antes de tudo, um conjunto de normas jurídicas e não uma simples declaração de princípios ou uma exortação política; em consequência, as normas constitucionais devem ser prioritariamente interpretadas como preceitos escritos em linguagem técnica.
2. Considere a seguinte situação hipotética.
   Uma lei foi publicada na vigência da Constituição anterior e se encontrava no prazo de *vacatio legis*. Durante esse prazo, foi promulgada uma nova Constituição. Nessa situação, segundo a doutrina, a lei não poderá entrar em vigor.
3. Tempos atrás, o presidente da República promulgou lei federal que alterou o nome do Aeroporto do Recife para Aeroporto Internacional dos Guararapes/Gilberto Freyre. Essa lei, como resultado do processo legislativo, pode, em princípio, ser objeto válido de ação direta de inconstitucionalidade.
4. Embora se reconheça aos tribunais de contas o poder de apreciar a constitucionalidade das normas que hajam de aplicar em seus julgamentos, a doutrina majoritária entende que isso não impede o reexame dessa questão por parte do Poder Judiciário.

↳*Resposta:*

1) errado – a interpretação deve ser sistemática, considerando que a Constituição não significa um mero somatório de normas, mas um encadeamento de valores interdependentes entre si (princípio da unidade da Constituição).

2) correto – a teoria da recepção, baseada no princípio da continuidade do Direito, só se aplica sobre normas infraconstitucionais que se encontravam em vigor quando do advento da nova Constituição.

3) errado – trata-se de uma lei de efeito concreto (fato determinado e tempo determinado), por esse motivo só seria cabível a propositura de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental ou controle da constitucionalidade por via incidental.

4) correto - o entendimento da doutrina e do STF (Súmula nº. 347) é no sentido de que os tribunais de contas podem exercer o controle de constitucionalidade no âmbito de sua competência, e nada impede que haja também um controle da constitucionalidade jurisdicional.

42. (UnB/CESPE – MP/MT – 2005) Quanto ao poder constituinte e às emendas à Constituição, julgue os itens seguintes.

1. A característica da anterioridade do poder constituinte diz respeito à sua capacidade de estabelecer todos os demais poderes do Estado.
2. As emendas constitucionais sujeitam-se a restrições processuais, circunstanciais, temporais e materiais; segundo a doutrina, tais restrições podem ser explícitas ou implícitas.

↳Resposta:

1) errado – é a característica de ser inicial que permite ao poder constituinte originário estabelecer os demais poderes do Estado (os poderes constituídos ou instituídos – Poder Legislativo, Poder Executivo e Poder Judiciário).

2) errado – de acordo com a doutrina majoritária, a atual Constituição brasileira não conta com limitações de ordem temporal.

43. (UnB/CESPE – MP/MT – 2005) Em relação às *cláusulas pétreas*, julgue o item abaixo.

As *cláusulas pétreas* impedem que o poder constituído altere a ordem constitucional nos pontos e aspectos por elas definidos. Para haver alteração de temas protegidos por essas cláusulas, também chamadas de cláusulas de inamovibilidade ou cláusulas inabolíveis, é necessária a atuação do poder constituinte originário, a qual pode se dar também por meio de revolução.

↳Resposta:

correto – as "cláusulas pétreas" (limitações materiais) não podem ser abolidas, salvo quando do exercício do poder constituinte originário, o que pode ocorrer por vontade do povo (revolução ou transição democrática) ou por imposição de um grupo (golpe de Estado).

44. (UnB/CESPE – PGE/AM – 2004) No que tange à classificação das constituições, às normas constitucionais de eficácia plena, contida e limitada e ao poder constituinte, julgue os itens subsequentes.

1. Entre as espécies de constituições classificadas pela doutrina, a categoria das constituições dogmáticas corresponde àquelas resultantes da elaboração realizada por um corpo político convocado para tal finalidade, razão pela qual elas são documentos escritos.
2. É conhecida na doutrina a classificação quanto à eficácia das normas constitucionais, em que uma das categorias é a das normas de eficácia plena. Essas normas se caracterizam por ter aplicabilidade imediata e direta, independentemente da chamada *interpositio legislatoris*, embora isso não impeça a existência de leis que tratem da matéria por elas disciplinada.
3. Considerando que a revolução não reconhece legitimidade à ordem constitucional preexistente, a doutrina não a considera, juridicamente, espécie de poder constituinte.

↳Resposta:

1) correto – toda Constituição dogmática é escrita, o que significa dizer que suas normas se encontram reunidas em um único documento, elaborado de forma solene e se encontra pronto e acabado, só podendo ser alterado mediante processo legislativo (simples ou especial, dependo da ocorrência de rigidez ou não).

2) correto – a norma constitucional de eficácia plena não necessita de ato do Poder Público para que produza todos os efeitos, porém nada impede que venha a ser regulamentada, desde que não sofra restrição.

3) errado – o movimento revolucionário, ao estabelecer uma nova ordem jurídica com a ruptura com a ordem jurídica anterior, acaba por ser uma manifestação do poder constituinte originário.

45. (UnB/CESPE – TJ/MJ - 2005) No que se refere à teoria geral das constituições, assinale a opção correta.

a) Constituição flexível é aquela que somente admite a sua reforma por meio de emenda à constituição.
b) A constituição é sempre fruto de um processo democrático, não havendo constituição nos países onde há a usurpação de poderes por meio de golpes militares ou revolucionários.
c) As normas constitucionais, em regra, não podem ser interpretadas pelos mesmos mecanismos de interpretação das normas infraconstitucionais.
d) A interpretação conforme a constituição ocorre quando há, em relação a determinado dispositivo legal, no mínimo duas interpretações possíveis, sendo apenas uma dessas interpretações constitucional.

↳*Resposta:*

a) errado – é a Constituição rígida que somente admite a sua reforma por meio de emenda à Constituição. A Constituição flexível pode ser facilmente alterada, seja por procedimento legislativo ordinário ou, se for uma Constituição não escrita, até mesmo de maneira informal, através de usos e costumes sociais e da jurisprudência.

b) errado – não existe país independente sem uma Constituição soberana. O que pode ocorrer é que em um país democrático haverá uma Constituição promulgada, ou seja, elaborada por representantes do povo; por outro lado, em um país totalitário haverá uma Constituição outorgada.

c) errado - as normas constitucionais, em regra, <u>podem</u> ser interpretadas pelos mesmos mecanismos de interpretação das normas infraconstitucionais.

d) correto – neste caso não é a lei que é declarada inconstitucional, mas qualquer outra interpretação que não seja aquela compatível com a Constituição e que tenha sido a pretendida pelo legislador.

46. (NCE – MPE/RJ – 2007) Considerando a teoria da Constituição (conceitos, classificações e supremacia), é incorreto afirmar que:

a) o sistema das constituições rígidas assenta numa distinção primacial entre poder constituinte e poderes constituídos, disso resultando a superioridade e intangibilidade da obra do poder constituinte pelos atos dos poderes constituídos;
b) a hierarquia jurídica se estende da norma constitucional às normas inferiores (leis, decretos, regulamentos), tendo como consequência o reconhecimento da superlegalidade constitucional;
c) o órgão legislativo, ao derivar da Constituição sua competência, não pode obviamente introduzir no sistema jurídico leis contrárias às disposições constitucionais;
d) as leis que contrariam a supremacia constitucional se reputam sem validade, inconsistentes com a ordem jurídica estabelecida;
e) a Constituição deve ser entendida como a lei fundamental e suprema de um Estado, que contém normas referentes à estruturação do Estado, à formação dos poderes públicos, forma de governo e aquisição do poder de governar, distribuição de competências, direitos, garantias e deveres dos cidadãos.

↳Resposta:

a) errado – as normas constitucionais não são intocáveis. Uma norma constitucional originária, fruto do exercício do Poder Constituinte Originário, pode até ser revogada por norma constitucional derivada, produto da atividade do Poder Constituinte (Instituído ou Constituído) Derivado Reformador, desde que respeitadas as limitações materiais ao poder de reforma. Por outro lado, se a norma constitucional for de eficácia contida, poderá sofrer restrição em seu âmbito de incidência por ato dos poderes públicos, que são tidos por poderes constituídos.

b) correto.

c) correto – haverá inconstitucionalidade formal em lei que não tenha sido elaborada pelo procedimento constitucionalmente definido e inconstitucionalidade material quando contrariar o conteúdo constitucional.

d) correto – estas leis contrárias ao texto constitucional deverão sofrer a suspensão de sua eficácia, podendo o Judiciário definir se com efeito retroativo ("ex tunc") ou não ("ex nunc").

e) correto – toda Constituição soberana, seja escrita ou não escrita, deve definir, pelo menos, assuntos essenciais à existência daquele Estado ("normas de conteúdo material").

47. (NCE – MPE/RJ – 2007) Acerca da teoria da Constituição (conceitos, classificação e supremacia), é INCORRETO afirmar que:

a) o controle de constitucionalidade é uma consequência da rigidez constitucional;
b) as constituições populares ou democráticas são aquelas que exprimem em toda a extensão o princípio da vontade soberana do povo;
c) o sistema de constituição consuetudinária é refratário ao conceito de rigidez constitucional, o qual estabelece a superioridade das normas constitucionais;
d) as constituições se fizeram volumosas e inchadas em consequência, entre várias causas, do sentimento de que a rigidez constitucional é anteparo ao exercício discricionário da autoridade;
e) a constituição material consiste no conjunto de regras materialmente constitucionais, estejam ou não codificadas em um único documento.

↳Resposta:

a) correto – só há controle da constitucionalidade nas Constituições rígidas ou semirrígidas. Nas Constituições flexíveis, uma nova norma jurídica, escrita ou não, naturalmente se eleva à condição de norma constitucional quando trata de assuntos essenciais a uma Constituição.

b) correto – quanto à origem, as Constituições podem ser promulgadas ou outorgadas. As promulgadas são também denominadas democráticas porque são elaboradas por representantes do povo, compromissados com os valores mais importantes dos representados.

c) errado – a Constituição consuetudinária (costumeira, não escrita) de fato rejeita a rigidez, já que pode ser facilmente alterada, até mesmo por novos costumes e jurisprudências. Mas não se deve valer dessa flexibilidade para negar a supremacia de suas normas sobre todas as outras, pois se trata da supremacia material.

d) correto – na verdade as Constituições se fizeram volumosas e inchadas por tratarem também de assuntos não essenciais (conteúdo formal) de forma detalhada (analíticas). Mas é também importante

lembrar que essas características só podem se manifestar em Constituições rígidas. A consequência dessas características é uma forte limitação ao poder discricionário do governante.

e) correto – cabe lembrar que toda Constituição material ou de supremacia material é sempre facilmente alterável, o que significa dizer que são sempre flexíveis, não sendo admitido o controle da constitucionalidade. Estas Constituições podem escritas ou não escritas.

48. (FCC – DP/SP – 2006) O termo "Constituição" comporta uma série de significados e sentidos. Assinale a alternativa que associa corretamente frase, autor e sentido.

a) Todos os países possuem, possuíram sempre, em todos os momentos da sua história uma Constituição real e efetiva. Carl Schmitt. Sentido político.
b) Constituição significa, essencialmente, decisão política fundamental, ou seja, concreta decisão de conjunto sobre o modo e a forma de existência política. Ferdinand Lassale. Sentido político.
c) Constituição é a norma fundamental hipotética e lei nacional no seu mais alto grau, na forma de documento solene e que somente pode ser alterada observando-se certas prescrições especiais. Jean Jacques Rousseau, Sentido Lógico-jurídico.
d) A verdadeira Constituição de um país somente tem por base os fatores reais do poder que naquele país vigem e as constituições escritas não têm valor nem são duráveis a não ser que exprimam fielmente os fatores do poder que imperam na realidade. Ferdinand Lassale. Sentido sociológico.
e) Todas as constituições pretendem, implícita ou explicitamente, conformar globalmente o político. Há uma intenção atuante e conformadora do direito constitucional que vincula o legislador. Jorge Miranda. Sentido dirigente.

↳*Resposta:*

a) errado – de acordo com o entendimento de Karl Loewenstein, nem todas as Constituições foram ou são efetivas. Apenas as normativas são efetivas porque traduzem a estrutura do Estado, limitam o poder do governante reconhecem direitos fundamentais.

b) errado – esta concepção política da Constituição foi defendida por Karl Schmitt.

c) errado – a concepção jurídica da Constituição foi construída por Hans Kelsen.

d) correto.

e) errado – a Constituição dirigente ou programática impõe aos poderes públicos metas a serem alcançadas ao longo da história daquele Estado.

49. (FCC – Auditor- Fiscal Tributário Municipal/SP – 2007) Dispõem os incisos IX e XIII do artigo 5º e o artigo 190, todos da Constituição:

"Art. 5ª (...)

IX. é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

XIII. é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer."

"Art. 190. Alei regulará e limitará a aquisição ou o arrendamento da propriedade rural por pessoa física ou jurídica estrangeira e estabelecerá os casos que dependerão de autorização do Congresso Nacional."

Referidos dispositivos constitucionais consagram, respectivamente, normas de eficácia:

a) plena, contida e limitada.
b) contida, limitada e plena.
c) plena, limitada e contida.
d) contida, plena e limitada.
e) Limitada, plena e contida.

↳*Resposta:*

a) correto – As normas constitucionais podem ser classificadas, de acordo com o entendimento doutrinário liderado por José Afonso da Silva, em:

1. normas de eficácia plena (que não necessitam de qualquer atuação do Poder Público para produzir plenamente seus efeitos),

2. normas de eficácia contida (que não necessitam de qualquer atuação do Poder Público para produzir plenamente seus efeitos, mas podem sofrer restrições quanto ao seu âmbito de atuação, desde que respeitado o princípio da proporcionalidade, sem excessos),

3. normas de eficácia limitada (que necessitam da atuação do Poder Público para produzir plenamente seus efeitos).

A partir desta rápida explicação, é possível identificar, por exclusão, a letra a como a resposta correta, com uma única ressalva: a banca examinadora da ESAF apresentou questão semelhante e entendeu que a norma presente no artigo 5º, inciso IX, na parte final, como sendo de eficácia contida por força do artigo 138 e 139, inciso III, ao permitir que o Presidente da República ao decretar o estado de sítio venha a restringir a liberdade de imprensa, radiodifusão e televisão, na forma da lei.

50. (ESAF - AFRE – SEFAZ/CE – 2007) Sobre a aplicabilidade das normas constitucionais e sobre os direitos e garantias fundamentais, marque a única opção correta.

a) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata e eficácia plena.
b) As normas constitucionais de eficácia contida são aquelas que apresentam aplicabilidade reduzida, haja vista necessitarem de norma ulterior para que sejam aplicadas.
c) As normas constitucionais de eficácia limitada estreitam-se com o princípio da reserva legal, haja vista regularem interesses relativos à determinada matéria, possibilitando a restrição por parte do legislador derivado.
d) O condicionamento da aplicação de direitos e garantias fundamentais à preexistência de lei, não retira o poder normativo do dispositivo constitucional, haja vista impor ao legislador e ao aplicador da norma limites de atuação.
e) Caberá mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício de direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à

soberania e à cidadania. Logo, poderá ser impetrado o remédio constitucional para sanar a omissão de norma de eficácia contida.

↳*Resposta:*

a) errado – a CF/88 determina que "as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata", no art. 5º, §1º, sejam essas normas definidoras de direitos individuais, coletivos, sociais, à nacionalidade, políticos e aos partidos políticos. Mas quanto à eficácia, elas podem plenas, contidas ou limitadas.

b) errado – as normas constitucionais de eficácia contida não necessitam de qualquer norma regulamentadora porque ingressam no ordenamento jurídico com plena eficácia. São assim denominadas porque podem ser restringidas por ato do Poder Público, desde que sem excessos, atendendo o princípio da proporcionalidade.

c) errado – essas são as normas de eficácia contida, e aplica-se o princípio da legalidade, ou seja, podem sofrer restrições não só por lei no sentido formal, mas também, em alguns casos, por lei no sentido material.

d) correto – este item afirma corretamente que mesmo em se tratando de normas constitucionais de eficácia limitada, essas normas têm normatividade, ou seja, obrigam ao Poder Público respeitá-las.

e) errado – cuidado: de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, a procedência na ação judicial de mandado de Injunção, prevista no art. 5º, inciso LXXI, não permite ao julgador suprir a omissão do Poder Público elaborando a lei faltante podendo, no entanto, concretizar o direito reclamado. O STF determina a aplicação do art. 103, § 2º: comunicar ao poder competente a demora legislativa ou administrativa e, mais do que isto, determinar ao poder público que supra a omissão (natureza mandamental).

51. (FCC – Auditor- Fiscal Tributário Municipal/SP – 2007) A classificação da Constituição brasileira de 1988, quanto à alterabilidade de suas normas, decorre dos dispositivos constitucionais nos quais:

a) foi prevista a possibilidade de convocação de plebiscito para a definição quanto à forma e o sistema de governo que deveriam vigorar no país.
b) foi determinada a realização de uma revisão constitucional, cinco anos após a sua promulgação, pelo voto de três quintos dos membros do Congresso Nacional.
c) se estabelecem iniciativa, turnos e quorum de votação, além de limitações materiais e circunstanciais, para o exercício de reforma constitucional.
d) a soberania popular é assegurada, por meio do voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, por plebiscito, referendo e iniciativa popular.
e) se define que os direitos e garantias expressos na Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ele adotados.

↳*Resposta:*

a) errado – é verdade que foi previsto e de fato ocorreu aquele plebiscito, nos termos do art. 2º, do ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) e da EC nº 2. Mas esta opção não se

relaciona diretamente com o enunciado, ou seja, não se relaciona com a atual forma de alterabilidade da Constituição Brasileira.

b) errado – a atual Constituição conta com dois procedimentos distintos para a sua alterabilidade: revisão constitucional, que ocorreu após cinco anos da promulgação da atual Carta (ADCT, art. 3º) e, e a reforma constitucional que torna possível, atualmente, emendas constitucionais (CF, art. 60). O erro se encontra no fato de que as emendas de revisão constitucional ocorreram, nos termos da CF/88, com a aprovação mínima da maioria absoluta (mais da metade) dos membros do Congresso Nacional.

c) correto – para a alterabilidade, atualmente, da CF/88, encontram-se estabelecidos a iniciativa (art. 60, incisos), turnos e quorum de votação (art. 60, §2º), além de limitações materiais (art. 60, §4º) e circunstanciais (art. 60, §1º), para o exercício de reforma constitucional.

d) errado – a afirmativa encontra-se correta, de acordo com o art. 14 e incisos da CF, mas não se relaciona diretamente ao enunciado da questão.

e) errado – a afirmativa está correta (art. 5º, § 2º), mas não responde ao enunciado da questão que versa sobre a alterabilidade da Constituição brasileira.

52. (ESAF - Analista Contábil-Financeiro – SEFAZ/CE – 2007) Sobre a classificação das Constituições e o Sistema Constitucional vigente, assinale a única opção correta.

a) A Constituição Federal de 1988 é considerada, em relação à estabilidade, como semirrígida, na medida em que a sua alteração exige um processo legislativo especial.
b) No que se refere à origem, a Constituição Federal de 1988 é considerada outorgada, haja vista ser proveniente de um órgão constituinte composto de representantes eleitos pelo povo.
c) A constituição escrita apresenta-se como um conjunto de regras sistematizadas em um único documento. A existência de outras normas com *status* constitucional, *per se*, não é capaz de descaracterizar essa condição.
d) As constituições dogmáticas, como é o caso da Constituição Federal de 1988, são sempre escritas, e apresentam, de forma sistematizada, os princípios e idéias fundamentais da teoria política e do direito dominante à época.
e) Nas constituições materiais, como é o caso da Constituição Federal de 1988, as matérias inseridas no documento escrito, mesmo aquelas não consideradas "essencialmente constitucionais", possuem *status* constitucional.

↳*Resposta:*

a) errado – a atual Constituição brasileira é tida, usualmente, como rígida e, eventualmente, como super-rígida, neste último caso por força da presença de limitações materiais ("cláusulas pétreas"). Cabe notar que na história do constitucionalismo brasileiro já tivemos uma Carta semirrígida (1824).

b) errado – justamente por contar com essas características, a atual Constituição brasileira foi promulgada (em 05/10/88), tratando-se de uma Carta popular ou democrática. Nem sempre foi assim. Tivemos algumas Constituições promulgadas (1891, 1934, 1946 e 1988) e outras outorgadas (1824, 1937, 1967).

c) errado – de acordo com o entendimento da banca ESAF, não é possível a existência de normas constitucionais fora do documento constitucional. É preciso lembrar que o art. 5º, § 3º, da CF, vem

admitindo que tratado internacional que defina direitos humanos, se internalizado no ordenamento jurídico nacional por procedimento especial, terá "status" de emenda constitucional, ainda que não integre o corpo formal da Constituição.

d) correto.

e) errado – a definição apresentada nesta opção se aplica à Constituição formal (ou de supremacia formal). A atual Constituição brasileira é de supremacia formal, portanto, as matérias nela inseridas, independentemente do seu conteúdo, encontram-se no mesmo patamar.

53. (FCC – Auditor/TCE (CE) – 2006) A doutrina constitucional considera *poder constituinte originário* aquele:

a) juridicamente ilimitado, do qual resultam as constituições de Estados-membros nos estados federais.
b) juridicamente ilimitado, do qual resulta nova constituição.
c) os monarcas absolutistas sustentavam ter recebido de Deus.
d) o qual resulta reforma constitucional elaborada segundo os padrões constitucionalmente previstos.
e) juridicamente limitado pelos direitos adquiridos sob a Constituição anterior.

↳*Resposta:*

a) errado – as Constituições dos Estados-membros (Constituições estaduais), são autônomas, produto do exercício do poder constituinte (constituído ou instituído) decorrente (CF, art. 25, "caput" e ADCT, art. 11), e encontram limites na Constituição Federal (soberana).

b) correto.

c) errado – os monarcas absolutistas não justificavam juridicamente o poder.

d) errado – a reforma constitucional decorre do exercício do poder constituinte (constituído ou instituído) encontra limites de ordem material, circunstancial, procedimental e, para alguns autores, temporal.

e) errado – o poder constituinte originário não encontra limites, nem mesmo em relação ao direito adquirido (por exemplo, ADCT, art. 17).

54. (ESAF - Analista Contábil-Financeiro – SEFAZ/CE – 2007) Sobre o poder constituinte originário e o poder constituinte derivado, assinale a única alternativa correta.

a) A revisão constitucional prevista por uma Assembleia Nacional Constituinte, possibilita ao poder constituinte derivado a alteração do texto constitucional, com menor rigor formal e sem as limitações expressas e implícitas originalmente definidas no texto constitucional.
b) Entre as características do poder constituinte originário destaca-se a possibilidade incondicional de atuação, ou seja, a Assembleia Nacional Constituinte não está sujeita a forma ou procedimento pré-determinado.
c) O poder constituinte derivado decorrente é aquele atribuído aos parlamentares no processo legiferante, em que são discutidas e aprovadas leis, observadas as limitações formais e materiais impostas pela Constituição.

d) O poder emanado do constituinte derivado reformador, que é fundado na possibilidade de alteração do texto constitucional, não é passível de controle de constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal.
e) O titular do poder constituinte é aquele que, em nome do povo, promove a instituição de um novo regime constitucional ou promove a sua alteração.

↳*Resposta:*

a) errado – é verdade que a revisão que ocorreu nos termos do ADCT, art. 3º, através de um processo legislativo menos complexo do que o exigido atualmente para a reforma, previsto no art. 60, § 2º, da CF. Mas as limitações materiais ("cláusulas pétreas") expressas (art. 60, § 4, incisos) e implícitas se impõem tanto na revisão quanto na reforma.

b) correto.

c) errado – o poder constituinte derivado decorrente é aquele atribuído aos deputados estaduais no processo legislativo em que é elaborada a Constituição estadual, observadas as limitações formais e materiais impostas pela Constituição Federal.

d) errado – a norma constitucional derivada, fruto do exercício do poder constituinte derivado, está sujeita ao controle da constitucionalidade formal (procedimental e circunstancial) e material.

e) errado – o titular do poder, qualquer que seja a sua manifestação, é o povo. O exercente é que pode ser o povo diretamente ou indiretamente através de representantes eleitos, considerando que nos referimos a um regime político democrático.

55. (FCC – Auditor/TCE (CE) – 2006) Entende-se por *princípios constitucionais*:
a) as normas constitucionais de caráter amplo que norteiam e servem de fonte interpretativa àquelas com objetivos específicos.
b) as normas constitucionais expressas que não têm força obrigatória.
c) as normas que implicitamente decorrem das constituições, tendo natureza de meras recomendações.
d) somente aqueles que, caso violados, ensejam a intervenção da União Federal nos Estados membros.
e) todas as normas constitucionais que acolhem direitos dos indivíduos contra o Estado.

↳*Resposta:*

a) correto.

b) errado – todas as normas jurídicas, constitucionais ou infraconstitucionais, têm força normativa, coercibilidade. As normas constitucionais podem ter um alcance mais amplo (normas-princípios) ou um alcance mais restrito (normas-regras).

c) errado – "norma jurídica" significa ter coercibilidade.

Lembre-se que nem todo conteúdo constitucional é norma jurídica. O Preâmbulo não é considerado norma constitucional, ou seja, não tem coercibilidade, não é de observância obrigatória, de acordo com a doutrina e o entendimento do Supremo Tribunal Federal. Como afirma o STF, o Preâmbulo define a posição ideológica dos

exercentes do Poder Constituinte Originário, enquanto que para a doutrina desenvolvida por José Afonso da Silva o Preâmbulo é uma Carta de intenções dos exercentes desse Poder.

d) errado – existem alguns princípios constitucionais que são denominados doutrinariamente "sensíveis" ou "estabelecidos" que, caso violados, ensejam a intervenção da União Federal nos Estados-membros ou no Distrito Federal (art. 34, inciso VII e 36, inciso III). Mas existem vários outros princípios constitucionais além destes.

e) errado – existem várias normas constitucionais principiológicas e normas constitucionais regras que definem direitos individuais fundamentais e não fundamentais, e outros assuntos.

56. (CESGRANRIO/Secretaria de Estado da Administração, Recursos Humanos e Previdência (SEAD) – 2005) O princípio da supremacia constitucional reflete a importância e superioridade da norma constitucional, a qual descreve a estrutura do Estado, bem como estipula as suas normas fundamentais. Assim, a edição de ato legislativo cujo conteúdo contrarie o disposto na Constituição Federal é ato inconstitucional por infração do princípio da:

a) compatibilidade vertical, manifestada sob o aspecto material.
b) compatibilidade vertical, manifestada sob o aspecto formal.
c) independência nacional.
d) divisão dos poderes.
e) igualdade.

↳*Resposta:*

a) correto – a verticalidade surge por força da supremacia sobre a norma infraconstitucional, e a inconstitucionalidade sob o aspecto material por contrariedade ao assunto previsto na norma constitucional.

b) errado – é material e não formal, porque a inconstitucionalidade é por contrariedade ao conteúdo e não quanto ao procedimento legislativo equivocado.

c) errado – nenhuma relação tem o enunciado da questão com o princípio internacional da independência nacional (art. 4º, inciso I).

d) errado – não há relação entre o enunciado da questão com o princípio da divisão dos poderes (art. 2º).

e) errado – nenhuma relação tem o enunciado da questão com o princípio da igualdade (art. 5º, "caput").

57. (UnB / CESPE – IGEPREV / PA (Inst. de Gestão Previdenciária) – Procurador – 2005) Considere os seguintes trechos extraídos da Constituição Federal.

Art. 5.º, XII – É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

Art. 125, § 3.º – A lei estadual poderá criar, mediante proposta do Tribunal de Justiça, a Justiça Militar estadual, constituída, em primeiro grau, pelos Conselhos de Justiça e, em segundo, pelo próprio

Tribunal de Justiça, ou por Tribunal de Justiça Militar nos Estados em que o efetivo da polícia militar seja superior a vinte mil integrantes.

Art. 170, parágrafo único – É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

Art. 226, § 1.º – O casamento é civil e gratuita a celebração.

O constitucionalista José Afonso da Silva foi o responsável pelo estudo e sistematização da matéria atinente à aplicabilidade das normas constitucionais. No seu clássico trabalho, publicado em 1967, soergueu teoria que vem sendo adotada até mesmo pelo Supremo Tribunal Federal. Segundo ele, as normas constitucionais podem ser classificadas como normas de eficácia plena, normas de eficácia contida e normas de eficácia limitada.

Considerando essas informações e com relação às normas constitucionais acima, julgue os itens abaixo.

I - A norma descrita no artigo 226, § 1.º, é exemplo de norma de eficácia plena.

II - A norma descrita no artigo 170, parágrafo único, é exemplo de norma de eficácia contida.

III - A norma descrita no artigo 125, § 3.º, é exemplo de norma de eficácia limitada.

IV - A norma descrita no artigo 5.º, inciso XII, é exemplo de norma de eficácia limitada.

A quantidade de itens certos é igual a:

a) 0;
b) 1;
c) 2;
d) 3 ;
e) 4.

Resposta:

I) correto – trata-se de norma constitucional que não necessita de qualquer atuação do poder público para produzir seus efeitos.

II) correto – trata-se de norma constitucional que não necessita de qualquer atuação do poder público para produzir seus efeitos, mas pode sofrer regulamentação restritiva, observando o princípio da proporcionalidade, sem excessos, ou seja, sem que a restrição seja de tal monta que impeça o exercício do direito previsto na norma.

III) correto – trata-se de norma constitucional que necessita de atuação do poder público para produzir plenamente seus efeitos. É necessário lembrar que toda norma constitucional produz um mínimo de efeitos, pelo menos a possibilidade de se reclamar judicialmente a elaboração da norma faltante.

IV) errado – trata-se de norma constitucional de eficácia contida, ou seja, que não necessita de qualquer atuação do poder público para produzir seus efeitos, mas pode sofrer regulamentação restritiva, observando o princípio da proporcionalidade, sem excessos, ou seja, sem que a restrição seja de tal monta que impeça o exercício do direito previsto na norma.

A opção correta é a letra d.

58. (ESAF/Analista de Planejamento e Orçamento – MP – 2005) Sobre conceito, funções, classificações e eficácia das normas constitucionais, assinale a assertiva correta.

a) Segundo a doutrina, são características associadas às normas constitucionais, entre outras, a superioridade hierárquica e o caráter político.
b) As normas constitucionais, ao institucionalizarem o sistema de direitos fundamentais, estão exercendo, primordialmente, uma função de ordem ou de ordenação.
c) Quanto à natureza jurídica, a doutrina mais moderna considera que certas disposições de uma Constituição, por não possuírem eficácia positiva direta e imediata, não devem ser classificadas como normas jurídicas, mas como normas meramente diretivas, de caráter não obrigatório.
d) No caso de normas constitucionais, sempre há identidade entre sua vigência e sua eficácia.
e) Uma norma constitucional que possua em seu texto a expressão "na forma da lei", até a promulgação e publicação dessa lei, é classificada por José Afonso da Silva, quanto à sua aplicabilidade, como norma constitucional de eficácia contida.

Resposta:

a) errado – as normas constitucionais, sob o ponto de vista de Hans Kelsen (concepção jurídica da Constituição), as normas constitucionais têm natureza jurídica e não política. Quanto à supremacia hierárquica de suas normas em relação às normas infraconstitucionais, está correto.

b) correto.

c) errado – exceto o preâmbulo, todas as disposições constitucionais têm força normativa, têm coercibilidade.

d) errado – existem normas constitucionais de eficácia plena, contida e limitada, sendo que no último caso (eficácia limitada), ainda que em vigência, necessita da atuação do poder público para que produza plenamente seus efeitos.

e) errado – o José Afonso da Silva orienta, como mera orientação já que existem exceções, no sentido de que a expressão "na forma da lei" se refere à norma constitucional de eficácia limitada e "nos termos da lei" se refere à norma de eficácia contida.

59. (ESAF – AFC/CGU – 2006) Sobre Teoria Geral da Constituição, Poderes do Estado e suas respectivas funções e Supremacia da Constituição, assinale a única opção correta.

a) Nem toda constituição classificada como dogmática foi elaborada por um órgão constituinte.
b) Uma constituição rígida não pode ser objeto de emenda.
c) A distinção de conteúdo entre uma norma constitucional em sentido formal e uma norma constitucional em sentido material tem reflexos sobre a aplicabilidade das normas constitucionais.
d) O poder político de um Estado é composto pelas funções legislativa, executiva e judicial e tem por características essenciais a unicidade, a indivisibilidade e a indelegabilidade.
e) Segundo a doutrina, não há relação entre a rigidez constitucional e o princípio da supremacia da constituição.

↳Resposta:

a) errado – toda Constituição dogmática é, necessariamente, escrita e, consequentemente, elaborada por um órgão constituinte criado para esse fim.

b) errado – de acordo com a doutrina não é possível a existência de uma Constituição imutável já que a Lei maior tem que guardar contato com os valores da sociedade, e esta se encontra em constante transformação.

c) errado – toda norma constitucional tem aplicabilidade, imediata ou mediata, independentemente do seu conteúdo (essencial ou não essencial a uma Constituição soberana).

d) correto – o poder soberano de um Estado independente é uno, indivisível e não pode ser delegado a qualquer ente da comunidade internacional sob pena de perder a soberania se tornar um ente autônomo (subordinado).

e) errado – só há da supremacia formal da Constituição nas Constituições rígidas (e super-rígidas) e nas semirrígidas, o que significa dizer que será o procedimento pelo qual passa a norma que vai nos dizer se ela é uma norma constitucional ou infraconstitucional. Por outro lado, nas Constituições flexíveis há supremacia material, ou seja, é o conteúdo da norma que vai identificar a sua hierarquia constitucional.

60. (ESAF – Analista de Controle Externo/TCU –2006) Sobre poder constituinte, interpretação constitucional e emendas constitucionais, assinale a assertiva correta.

a) Para o positivismo jurídico, o poder constituinte originário tem natureza jurídica, sendo um poder de direito, uma vez que traz em si o gérmen da ordem jurídica.
b) Segundo a doutrina majoritária, no caso brasileiro, não há vedação à alteração do processo legislativo das emendas constitucionais, pelo poder constituinte derivado, uma vez que a matéria não se enquadra entre as hipóteses que constituem as *cláusulas pétreas* estabelecidas pelo constituinte originário.
c) Na aplicação do princípio da interpretação das leis em conformidade com a Constituição, o intérprete deve considerar, no ato de interpretação, o princípio da prevalência da constituição e o princípio da conservação das normas.
d) Quando o intérprete, na resolução dos problemas jurídico-constitucionais, dá primazia aos critérios que favoreçam a integração política e social e o reforço da unidade política, pode-se afirmar que, no trabalho hermenêutico, ele fez uso do princípio da conformidade funcional.
e) A matéria constante de proposta de emenda à Constituição rejeitada só poderá ser objeto de uma nova proposta, na mesma legislatura, se tiver o apoiamento de três quintos dos membros de qualquer das Casas.

↳Resposta:

a) errado – o Poder Constituinte Originário é um poder de natureza política porque não se apóia em nenhuma norma jurídica anterior. Já o Poder Constituinte Derivado é de natureza jurídica porque criado e submetido a uma ordem jurídica anterior, definida pelo Originário. Cabe lembrar que, de qualquer forma, as normas produzidas por ambos os poderes são de natureza jurídica.

b) errado – o entendimento doutrinário é no sentido de que as normas constitucionais que definem o procedimento legislativo para a criação de emendas (art. 60, incisos e §§ 2º e 3º) não podem ser abolidas, pois se tratam de "cláusulas pétreas" implícitas. Aliás, todas as limitações circunstanciais e procedimentais ao poder de reforma são "cláusulas pétreas" implícitas.

c) correto – ao interpretar as leis, o poder público deve considerar que as normas constitucionais se encontram em situação de primazia sobre todas as demais normas do ordenamento jurídico e deve ser levado em conta, também, que a melhor interpretação é aquela mantém íntegra a eficácia da lei.

d) errado – trata-se do princípio do efeito integrador, ou seja, na resolução dos problemas jurídico-constitucionais, deve-se dar primazia aos critérios ou pontos de vista que favoreçam a integração política e social e o reforço da unidade política, posto que essa é uma das finalidades primordiais da Constituição.

Inocêncio Mártires Coelho arrola os princípios de interpretação constitucional, que devem ser aplicados conjuntamente, como condição indispensável a que o ato de interpretação constitucional se revele em toda a sua extensão e complexidade:
"a) princípio da unidade da Constituição: as normas constitucionais devem ser consideradas não como normas isoladas, mas sim como preceitos integrados num sistema interno unitário de regras e princípios (o princípio da unidade da Constituição afasta a tese das normas constitucionais inconstitucionais, já que significa, no sentido hierárquico-normativo, que todas as normas constantes de uma Constituição têm igual hierarquia).

b) princípio do efeito integrador: na resolução dos problemas jurídico-constitucionais, deve-se dar primazia aos critérios ou pontos de vista que favoreçam a integração política e social e o reforço da unidade política, posto que essa é uma das finalidades primordiais da Constituição;

c) princípio da máxima efetividade: na interpretação das normas constitucionais devemos atribuir-lhes o sentido que lhes empreste maior eficácia ou efetividade;

d) princípio da conformidade funcional: o órgão encarregado da interpretação constitucional não pode chegar a resultados que subvertam ou perturbem o esquema organizatório-funcional constitucionalmente estabelecido, como o da separação de poderes e funções do Estado;

e) princípio da concordância prática ou da harmonização: os bens constitucionalmente protegidos, em caso de conflito ou concorrência, devem ser tratados de maneira que a afirmação de um não implique o sacrifício do outro, o que só se alcança na aplicação ou na prática do texto;

f) princípio da força normativa da Constituição: na interpretação constitucional devemos dar primazia às soluções que, densificando as suas normas, as tornem eficazes e permanentes;

g) princípio da interpretação conforme a Constituição: em face de normas infraconstitucionais polissêmicas ou plurissignificativas, deve-se dar prevalência à interpretação que lhes confira sentido compatível e não conflitante com a Constituição, não sendo permitido ao intérprete, no entanto - a pretexto de conseguir essa conformidade - contrair o sentido literal da lei e o objetivo que o legislador, inequivocamente, pretendeu alcançar com a regulamentação".

Não se pode deixar de mencionar, no domínio da interpretação constitucional, o princípio da proporcionalidade ou da razoabilidade. (COELHO. Interpretação constitucional, p. 91-92). O princípio objetiva conter o arbítrio e viabilizar a moderação no exercício do poder, tendo em vista a proteção dos indivíduos. Assim, os atos do Poder Público devem ser adequados e proporcionais relativamente às situações que visem atender. (Extraído de: Kildare Gonçalves Carvalho - "Direito Constitucional Didático" - Ed. Del Rey)

e) errado – uma matéria de um projeto de emenda constitucional rejeitado ou tido por prejudicado pode ser objeto de uma nova proposta de emenda na mesma legislatura (art. 44, parágrafo único: duração de quatro anos), só não pode na mesma sessão legislativa (art. 57, "caput" e § 6º e art. 60, §5º).

61. (ESAF – AFRF – 2005) Sobre conceito de Constituição e suas classificações e sobre a aplicabilidade e interpretação de normas constitucionais, marque a única opção correta.

a) Segundo a doutrina do conceito de constituição, decorrente do movimento constitucional do início do século XIX, deve ser afastado qualquer conteúdo que se relacione com o princípio de divisão ou separação de poderes, uma vez que tal matéria não se enquadra entre aquelas que se referem de forma direta à estrutura do Estado.
b) Uma constituição não escrita é aquela cujas normas decorrem de costumes e convenções, não havendo documentos escritos aos quais seja reconhecida a condição de textos constitucionais.
c) De acordo com o princípio da máxima efetividade ou da eficiência, princípio de interpretação constitucional, a interpretação de uma norma constitucional exige a coordenação e combinação dos bens jurídicos em conflito, de forma a evitar o sacrifício total de uns em relação a outros.
d) O art. 5º, inciso XXII, da Constituição Federal de 1988, que estabelece "Art. 5º [...] inciso XXII – é garantido o direito de propriedade", é uma norma constitucional de eficácia contida ou restringível.
e) O princípio de interpretação conforme a constituição não pode ser aplicado na avaliação da constitucionalidade de artigo de uma Emenda à Constituição promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

↳*Resposta:*

a) errado – a partir do final do século XVIII e início do século XIX o reconhecimento do princípio da separação dos poderes se tornou imprescindível ao conteúdo de uma Constituição soberana, pois um Estado moderno democrático não sobrevive sem limitações à atuação do governante.

b) errado – mesmo as Constituições não escritas contam com documentos escritos, além de normas costumeiras e jurisprudenciais, que se elevam à categoria de normas constitucionais por força de seu conteúdo, que versa sobre assuntos essenciais a uma Constituição soberana. Já na Constituição escrita todas as normas constitucionais se encontram, de forma expressa ou implícita, em um único documento, elaborado de forma solene por um órgão constituinte.

c) errado – esta definição se refere ao princípio da concordância prática ou da harmonização, conforme explicação prevista na resposta da questão anterior. Por outro lado, o princípio da máxima efetividade ou da eficiência significa que na interpretação das normas constitucionais devemos atribuir-lhes o sentido que lhes empreste maior eficácia ou efetividade.

d) correto – de acordo com o art. 5º, inciso XXIII, a fim de atender a função social da propriedade (atender ao interesse da sociedade), o poder público poderá determinar restrições ao direito de propriedade.

e) errado – o princípio da interpretação conforme a Constituição significa o reconhecimento da inconstitucionalidade não da lei, mas de determinada(s) interpretação(ões) dada à ela. Este princípio se presta a declaração de inconstitucionalidade e só pode ser aplicado em controle da constitucionalidade em abstrato: nas ações diretas, ações declaratórias e arguições de descumprimento de preceito fundamental (veja, por exemplo, o art. 102, §2º, da CF).

62. (ESAF – AFRF –2005) Sobre o poder constituinte marque a única opção correta.

a) A impossibilidade de alteração da sua própria titularidade é uma limitação material implícita do poder constituinte derivado.
b) A existência de *cláusulas pétreas*, na Constituição brasileira de 1988, está relacionada com a característica de condicionado do poder constituinte derivado.
c) Como a titulariedade da soberania se confunde com a titulariedade do poder constituinte, no caso brasileiro, a titularidade do poder constituinte originário é do Estado, uma vez que a soberania é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.
d) A impossibilidade de a Constituição Federal ser emendada na vigência de estado de defesa se constitui em uma limitação material explícita ao poder constituinte derivado.
e) O poder constituinte originário é inicial porque não sofre restrição de nenhuma limitação imposta por norma de direito positivo anterior.

↳*Resposta:*

a) correto – o titular do poder constituinte derivado reformador é o povo e seu exercente direto é o representante eleito e o exercente indireto é o povo. De acordo com a doutrina, não é possível abolir, nem mesmo por emenda constitucional, sua titulariedade e seu exercício, por se tratar de "cláusula pétrea" implícita.

b) errado – o poder constituinte derivado reformador tem como características ser derivado, condicionado, autônomo (subordinado) e limitado. Quanto à última, as limitações podem ser circunstanciais, procedimentais e materiais. As "cláusulas pétreas" se referem às limitações materiais ao poder de reforma. A característica de subordinado se refere à existência de regras externas ao Congresso Nacional, impostas pela Assembleia Nacional Constituinte.

c) errado – o art. 1º, parágrafo único, da CF, reconhece que o titular do poder e de seu exercício é o povo. A soberania nacional, ou seja, a não subordinação jurídica do Estado brasileira a qualquer vontade estrangeira, é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil (art. 1º, inciso I).

d) errado – A impossibilidade de a Constituição Federal ser emendada na vigência de estado de defesa se constitui em uma limitação circunstancial ao poder constituinte derivado (art. 60, §1º). Mas também, de acordo com a doutrina, uma limitação material implícita ("cláusula pétrea" implícita).

e) errado – o poder constituinte originário é inicial porque todas as normas jurídicas infraconstitucionais encontram validade na nova Constituição. Por outro lado, o poder constituinte originário é

incondicionado porque não sofre restrição de nenhuma limitação imposta por norma de direito positivo anterior.

63. (FCC – BACEN – 2006) O poder constituinte derivado se manifesta, na Constituição brasileira, pela possibilidade de promulgação de emendas constitucionais. Todavia, há limites formais e materiais ao poder de reforma constitucional, sendo correto afirmar que:

a) o Presidente de República não pode encaminhar proposta de emenda constitucional, razão pela qual a emenda não está sujeita a sanção e veto.
b) a Constituição não poderá ser reformada na vigência de intervenção federal, estado de defesa e estado de sítio.
c) não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a separação dos Poderes, a forma unitária e republicana de Estado e os direitos individuais e sociais.
d) existem limites implícitos ao poder de reforma constitucional, decorrentes dos princípios de direito internacional, em virtude da adoção da teoria monista pelo Supremo Tribunal.
e) a proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada pode ser objeto de nova proposta a qualquer tempo, por conta da supremacia do poder constituinte.

↳*Resposta:*

a) errado – de acordo com a Constituição Federal atual, o Presidente da República pode propor emenda à Constituição (art. 60, inciso II), mas esta espécie normativa não se submete à sanção ou veto do chefe do Executivo. Aliás, os únicos projetos de lei que se submetem à sanção ou veto do Presidente da República são os de lei ordinária e lei complementar (art. 66, "caput" e §§ 1º ao 3º).

b) correto – trata-se da limitação circunstancial (art. 60, § 1º) ao poder de reforma.

c) errado – é verdade que a separação dos Poderes é "cláusula pétrea" expressa (art. 60, § 4º, inciso III), mas nós não adotamos a forma de Estado unitária e sim federativa, que é "cláusula pétrea" expressa (art. 60, § 4º, inciso I). A forma de governo republicana não se encontra entre as "cláusulas pétreas" expressas como o era na Constituição anterior, mas para parcela da doutrina nacional seria "cláusula pétrea" implícita, porque uma de suas características é a periodicidade, que é "cláusula pétrea" expressa (art. 60, § 4º, inciso II). Por outro lado, enquanto os direitos individuais são "cláusulas pétreas" expressas, os direitos sociais não são "cláusulas pétreas" expressas ou implícitas.

d) errado – de acordo com a doutrina majoritária e a jurisprudência prevalecente no STF, o direito brasileiro se inclinaria para a teoria dualista e, consequentemente, a internalização de tratados internacionais no direito brasileiro depende de procedimento formal, que pode ser por decreto presidencial de promulgação (art. 84, inciso IV) ou por procedimento semelhante ao de um projeto de emenda constitucional (art. 5º, § 3º).

A teoria monista compreende que os ordenamentos jurídicos nacional e internacional se encontram reunidos em um só sistema e a internalização de um tratado internacional ocorre automaticamente no direito do país signatário do tratado.
A teoria dualista compreende que os ordenamentos jurídicos nacional e internacional se apresentam em sistemas jurídicos distintos, e para que haja a passagem da norma

jurídica presente em um tratado internacional para o ordenamento jurídico interno é necessário um procedimento formal.

e) errado – de acordo com o art. 60, § 5º, matéria constante de projeto de emenda constitucional rejeitado ou tido por prejudicado não pode ser objeto de uma nova proposta na mesma sessão legislativa.

65. (ESAF – AFRFB – 2009) Marque a opção incorreta.

a) A constituição escrita, também denominada de constituição instrumental, aponta efeito racionalizador, estabilizante, de segurança jurídica e de calculabilidade e publicidade.
b) A constituição dogmática se apresenta como produto escrito e sistematizado por um órgão constituinte, a partir de princípios e ideias fundamentais da teoria política e do direito dominante.
c) O conceito ideal de constituição, o qual surgiu no movimento constitucional do século XIX, considera como um de seus elementos materiais caracterizadores que a constituição não deve ser escrita.
d) A técnica denominada interpretação conforme não é utilizável quando a norma impugnada admite sentido unívoco.
e) A constituição sintética, que é constituição negativa, caracteriza-se por ser construtora apenas de liberdade-negativa ou liberdade-impedimento, oposta à autoridade.

↳*Resposta:*

a) correto – o fato deste tipo de Constituição estar inscrita em um único documento, as pessoas se sentem seguras quanto à quais sejam as normas constitucionais.

b) correto – quanto à elaboração, todas as Constituições escritas são dogmáticas.

c) errado – o correto seria: "O conceito ideal de constituição, o qual surgiu no movimento constitucional do século XVIII, considera como um de seus elementos materiais caracterizadores que a constituição deve ser escrita".

d) correto – a "interpretação conforme a Constituição" significa manter a eficácia da norma com a única interpretação que se compatibilize com a Constituição, afastando todas as demais, por serem contrárias à lei maior.

e) correto – considerando a classificação quanto à extensão, a constituição sintética ou concisa só se refere aos assuntos essenciais de forma resumida, sem detalhamentos. Consequentemente, não trata de outros direitos senão dos direitos individuais, ou seja, das liberdades negativas.

66. (ESAF – AFRFB – 2009) Marque a opção correta.

a) O Poder Constituinte Originário é ilimitado e autônomo, pois é a base da ordem jurídica.
b) O Poder Constituinte Derivado decorrente consiste na possibilidade de alterar-se o texto constitucional, respeitando-se a regulamentação especial prevista na própria Constituição Federal e será exercitado por determinados órgãos com caráter representativo.
c) A outorga, forma de expressão do Poder Constituinte Originário, nasce da deliberação da representação popular, devidamente convocada pelo agente revolucionário.
d) O Poder Constituinte Derivado decorre de uma regra jurídica de autenticidade constitucional.

e) A doutrina aponta a contemporaneidade da ideia de Poder Constituinte com a do surgimento de Constituições históricas, visando, também, à limitação do poder estatal.

↳*Resposta:*

a) errado – na verdade, a Constituição se encontra no topo da ordem jurídica.

b) errado – o poder constituinte derivado decorrente é exercido pela Assembleia Legislativa na elaboração da Constituição estadual. Porem, a CF não define como será elaborada esta Constituição estadual e, cabe lembrar que será elaborada por um único órgão: a Assembleia Legislativa.

c) errado – o correto seria a "promulgação", forma de expressão do Poder Constituinte Originário, nasce da deliberação da representação popular, devidamente convocada pelo agente revolucionário.

d) correto – o poder constituinte derivado decorre da autorização do poder constituinte originário, que lhe garante legitimidade.

e) errado – a teoria do poder constituinte surge com as Constituições dogmáticas, ou seja, escrita.

67. (ESAF - MPOG/EPPGG – 2009) Assinale a opção correta, acerca das normas constitucionais e da teoria geral da Constituição.

a) São constitucionais as normas que dizem respeito aos limites, e atribuições respectivas dos poderes políticos, e aos direitos fundamentais. As demais disposições que estejam na Constituição podem ser alteradas pelo quórum exigido para a aprovação das leis ordinárias.
b) A Constituição contém normas fundamentais da ordenação estatal que servem para regular os princípios básicos relativos ao território, à população, ao governo, à finalidade do Estado e suas relações recíprocas.
c) A constituição material é o peculiar modo de existir do Estado, reduzido, sob a forma escrita, a um documento solenemente estabelecido pelo poder constituinte e somente modificável por processos e formalidades especiais nela própria estabelecidos.
d) A constituição formal designa as normas escritas ou costumeiras, inseridas ou não num documento escrito, que regulam a estrutura do Estado, a organização dos seus órgãos e os direitos fundamentais.
e) São classificadas como dogmáticas, escritas e outorgadas as constituições que se originam de um órgão constituinte composto por representantes do povo eleitos para o fim de elaborá-las e estabelecer, das quais são exemplos as Constituições brasileiras de 1891, 1934, 1946 e 1988.

↳*Resposta:*

a) errado – considerando a CF/88, que é rígida, a alteração das normas constitucionais só poderá ocorrer mediante um processo legislativo especial, complexo, previsto no art. 60, § 2º, independentemente de serem de conteúdo material (essenciais a uma Constituição) ou de conteúdo formal (não essencial a uma Constituição).

b) correto – alem de tratar de outros assuntos.

c) errado – esta definição não é de Constituição de supremacia material, mas de supremacia formal.

d) errado – esta definição não é de Constituição de supremacia formal, mas de supremacia material.

e) errado – o único erro é quanto à origem, pois estas Constituições foram promulgadas (democráticas).

68. (ESAF - Analista Técnico da SUSEP - 2010) Muito se tem falado acerca dos princípios constitucionais. Sobre tais princípios, é correto afirmar que:

a) não há distinção entre os princípios constitucionais fundamentais e os princípios gerais do direito constitucional.
b) os princípios regionais são os que regem e modelam o sistema normativo das instituições constitucionais, como os princípios regedores da Administração Pública.
c) as normas-sínteses ou normas-matrizes não têm eficácia plena e aplicabilidade imediata.
d) os princípios jurídico-constitucionais não são princípios constitucionais gerais, todavia não se constituem em meros desdobramentos dos princípios fundamentais.
e) quando a Constituição prevê que a ordem econômica e social tem por fim realizar a justiça social, não estamos diante de uma norma-fim, por não abranger todos os direitos econômicos e sociais, nem a toda a ordenação constitucional.

↳*Resposta:*

a) errado – os princípios constitucionais fundamentais são espécies de princípios gerais do direito constitucional.

b) correto.

c) errado – as normas principiológicas (normas-sínteses ou normas-matrizes) têm aplicabilidade plena e aplicabilidade direta e imediata.

d) errado – os princípios jurídico-constitucionais (incisos XXXVIII ao LX, do art. 5º, da CF) são princípios constitucionais gerais. Por outro lado, a segunda parte está correta, pois os princípios jurídico-constitucionais não se constituem em meros desdobramentos dos princípios fundamentais (CF, arts. 1º ao 4º).

e) errado – a justiça social (arts. 170, "caput" e 193, "caput") é um objetivo e, portanto, presente em normas programáticas.

69. (ESAF - AFT - 2010) Praticamente toda a doutrina constitucionalista cita os princípios e regras de interpretações enumeradas por Canotilho. Entre os princípios e as regras de interpretação abaixo, assinale aquele(a) que não foi elencado por Canotilho.

a) Unidade da constituição.
b) Da máxima efetividade ou da eficiência.
c) Da supremacia eficaz.
d) Do efeito integrador.
e) Da concordância prática ou da harmonização.

↳*Resposta: a opção c está correta (vide a pág. 59).*

70. (ESAF - AFT - 2010) Sabe-se que a Constituição Federal, apesar de ser classificada como rígida, pode sofrer reformas. A respeito das alterações na Constituição, podemos afirmar que

I. a emenda à Constituição Federal, enquanto proposta, é considerada um ato infraconstitucional.

II. de acordo com a doutrina constitucionalista, a Constituição Federal traz duas grandes espécies de limitações ao Poder de reformá-la, as limitações expressas e as implícitas.

III. as limitações expressas circunstanciais formam um núcleo intangível da Constituição Federal, denominado tradicionalmente por "cláusulas pétreas".

IV. vários doutrinadores publicistas salientam ser implicitamente irreformável a norma constitucional que prevê as limitações expressas.

Assinale a opção verdadeira.

a) II, III e IV estão corretas.
b) I, II e III estão incorretas.
c) I, III e IV estão corretas.
d) I, II e IV estão corretas.
e) II e III estão incorretas.

↳*Resposta:*

I. correto – a emenda constitucional só passa a ter força superior às demais normas após ter sido aprovada e promulgada. O PEC se encontra equiparada a todos os projetos.

II. correto – devemos lembrar que as limitações procedimentais e circunstanciais não podem ser abolidas e, por este motivo, são também limitações implícitas.

III. errado – de fato, as limitações procedimentais não podem ser abolidas, mas a banca considerou este item como errado.

IV. correto.

§ a opção correta é a letra d.

71. (Fundação Universa – CORECON – 2010) A Magna Carta Brasileira é um marco histórico, que nasceu de profundas mudanças sociais. Acerca do poder constituinte, é correto afirmar que

(A) A Constituição, embora já tenha completado vinte anos, reclama ajustes. Devido à evolução dos fatos sociais, por ser flexível, ela permite alterações, exceto das *cláusulas pétreas*.

(B) O poder constituinte originário retira o seu fundamento de um diploma jurídico que lhe seja superior.

(C) Entende o Supremo Tribunal Federal que as normas anteriores à Constituição, que não guardam compatibilidade com esta, não continuam a vigorar, ocorrendo a revogação.

(D) O poder constituinte reformador, caracterizado por sua autonomia, pode ser iniciado por meio das mesas das assembleias legislativas.

(E) As garantias e as liberdades individuais são *cláusulas pétreas* no texto constitucional, razão pela qual o direito adquirido pode ser invocado contra norma constitucional oriunda do poder constituinte originário.

↳ *Resposta:*

a) errado – a atual Constituição brasileira é rígida (ou super-rígida, conforme preferem alguns autores).

b) errado – o poder constituinte originário não é subordinado a qualquer vontade jurídica.

c) correto – cabe lembrar que, para fins de revogação, a incompatibilidade deve ser material.

d) errado – a iniciativa de projeto de emenda à Constituição é restrita aqueles listados no art. 60, incisos I, II e III, e entre eles não se encontram as mesas das assembleias legislativas.

e) errado – de acordo com a jurisprudência do STF e a doutrina majoritária, não há direito adquirido contra o exercício do poder constituinte originário entendendo-se que ele é juridicamente ilimitado.

72. (FGV – SEFAZ/RJ – 2010) O poder de reformar a Constituição está sujeito, conforme a Constituição Federal de 1988

a) restrições temporais, sendo vedadas emendas durante o período de quatro anos de promulgação do texto constitucional.
b) à iniciativa popular de proposta de emenda, composta de, no mínimo, dois terços do coeficiente eleitoral.
c) ao voto favorável de três quintos dos membros de cada Casa do Congresso Nacional, e em dois turnos de votação em cada uma.
d) à reapresentação, na mesma sessão legislativa, de proposta de emenda nela rejeitada ou tida por prejudicada.
e) a restrições de ordem material que se exaurem no respeito ao direito adquirido, à coisa julgada e ao ato jurídico perfeito.

↳ *Resposta:*

a) errado – de acordo com a doutrina nacional majoritária, não existem limitações temporais ao poder de reforma na atual CF/88.

b) errado – não há possibilidade de iniciativa popular para as emendas constitucionais. A iniciativa para a propositura de uma PEC é restrita aos previstos nos incisos do art. 60, da CF/88.

c) correto – ver o art. 60, § 2º, da CF.

d) errado – uma PEC só pode ser reapresentada em nova sessão legislativa, de acordo com o art. 60, § 5º, da CF. Trata-se do princípio da irrepetibilidade.

e) errado – estas são apenas algumas das "cláusulas pétreas" presentes na atual Constituição brasileira.

(CESPE/UNB – MPU – 2010) Considerando a aplicabilidade, a eficácia e a interpretação das normas constitucionais, julgue os itens a seguir.

73. As normas de eficácia contida permanecem inaplicáveis enquanto não advier normatividade para viabilizar o exercício do direito ou benefício que consagram; por isso, são normas de aplicação indireta, mediata ou diferida.

↳ *Resposta:*

errado – todas normas constitucionais têm eficácia: as plenas e as contidas são autoexecutáveis, ou seja, têm aplicabilidade imediata e direta. As limitadas têm eficácia mínima até que venha norma regulamentadora, por isto são de aplicabilidade mediata e indireta.

74. As normas constitucionais de eficácia limitada são desprovidas de normatividade, razão pela qual não surtem efeitos nem podem servir de parâmetro para a declaração de inconstitucionalidade.

↳ *Resposta:*

errado – as normas constitucionais de eficácia limitada têm eficácia mínima até que venha norma regulamentadora, por isto são de aplicabilidade mediata e indireta. A eficácia mínima significa servir de parâmetro para a declaração de normas posteriores que lhes sejam contrárias, revogar normas anteriores que lhes sejam contrárias, impor ao poder público a obrigação de agir e limitar o poder do governante e o direito dos particulares.

75. (FCC – TCE/RO - 2010) O Poder Constituinte Reformador, no Brasil,

(A) é fundamento de validade para que os Estados-Membros da Federação promulguem Constituições próprias com a aprovação das respectivas Assembleias Legislativas.

(B) permite que a Constituição Federal seja emendada, por meio de revisão constitucional, desde que haja o voto favorável de três quintos de Deputados e Senadores, em sessão unicameral.

(C) está materialmente limitado à forma federativa de Estado, à separação de poderes, à forma republicana, ao sistema presidencialista, bem como aos direitos e garantias fundamentais segundo disposição expressa do texto constitucional.

(D) pode se manifestar por meio de emendas à Constituição, cujo projeto pode ser proposto por mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

(E) é caracterizado como derivado, limitado, circunstanciado e inicial.

↳ *Resposta:*

a) errado – o fundamento de validade da atividade do poder constituinte derivado decorrente na criação de uma Constituição Estadual autônoma é o poder constituinte originário que assim determinou na CF, art. 25, "caput" e no art. 11 do ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias).

b) errado – conforme o ADCT, art. 3º, pode ocorrer uma revisão constitucional após 5 anos da promulgação da CF/88, da seguinte forma: "A revisão constitucional será realizada após cinco anos, contados da promulgação da Constituição, pelo voto da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em sessão unicameral". Atualmente a CF só pode ser alterada por maio do procedimento especial previsto no art. 60, § 2º: A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

c) errado – são cláusulas pétreas expressas àquelas previstas no art. 60, § 4º, incisos. Cabe lembrar que, quanto aos direitos e garantias fundamentais, só os individuais estão expressamente protegidos.

Quanto à forma de governo republicano, é considerada por parte da doutrina nacional como "cláusula pétrea" implícita. Por fim, quanto ao sistema de governo presidencialista, não se encontra imune ao poder de reforma.

d) correto – de acordo com a CF, art. 60, inciso III.

e) errado – o poder constituinte derivado reformador tem como características ser: derivado, condicionado, limitado e subordinado.

76. (FCC – DPE/RS – 2011) No que se refere à interpretação e à eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais, considere as seguintes afirmações:

I. A interpretação constitucional evolutiva, também denominada de mutação constitucional, não implica alteração no texto constitucional, mas na interpretação da regra.

II. As normas que consubstanciam os direitos fundamentais são sempre de eficácia e aplicabilidade imediata.

III. Os direitos e garantias fundamentais consagrados na Carta Magna são ilimitados, tanto que não podem ser utilizados para se eximir alguém da responsabilização pela prática de atos ilícitos.

IV. No Direito Constitucional brasileiro fala-se de certa relatividade dos direitos e garantias individuais e coletivos, bem como da possibilidade de haver conflito entre dois ou mais deles, oportunidade em que o intérprete deverá se utilizar do princípio da concordância prática ou da harmonização para coordenar e combinar os bens tutelados, evitando o sacrifício total de uns em relação aos outros, sempre visando ao verdadeiro significado do texto constitucional. Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I e III.
(B) I e IV.
(C) I, II e III.
(D) I, II e IV.
(E) II, III e IV.

↳ *Resposta:*

I. correto – a mutação constitucional se manifesta através de novos usos e costumes sociais e jurisprudências. Trata-se, portanto, de alteração constitucional informal.

II. errado – os direitos e garantias fundamentais são de aplicação imediata (CF, art. 5º, § 1º) e podem estar presentes em normas de eficácia plena ou contida (ambas de aplicabilidade direta e imediata); ou pode ser, ainda, de eficácia limitada (de aplicabilidade indireta e mediata).

III. errado – conforme já foi dito, os direitos e garantias fundamentais poder estar presentes em norma constitucional de eficácia plena, contida ou limitada, mas, independentemente da eficácia, ninguém pode se eximir de respeitá-los.

IV. correto.

§ *a opção correta é b.*

77. (FCC – DPE/RS – 2011) No que se refere ao Poder Constituinte, é INCORRETO afirmar:

(A) O Poder Constituinte genuíno estabelece a Constituição de um novo Estado, organizando-o e criando os poderes que o regerão.

(B) Existe Poder Constituinte na elaboração de qualquer Constituição, seja ela a primeira Constituição de um país, seja na elaboração de qualquer Constituição posterior.

(C) O Poder Constituinte derivado decorre de uma regra jurídica constitucional, é ilimitado, subordinado e condicionado.

(D) Quando os Estados-Federados, em razão de sua autonomia político-administrativa e respeitando as regras estabelecidas na Constituição Federal, se auto-organizam por meio de suas constituições estaduais estão exercitando o chamado Poder Constituinte derivado decorrente.

(E) Para parte da doutrina, a titularidade do Poder Constituinte pertence ao povo, que, entretanto, detém a titularidade do exercício do poder.

↳ *Resposta:*

a) correto – a afirmativa se refere ao poder constituinte originário.

b) correto.

c) errado - o poder constituinte derivado é limitado (limitações materiais, procedimentais e circunstanciais).

d) correto – ver o ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), art. 11.

e) correto – ver o art. 1º, parágrafo único, da CF.

PARTE ESPECÍFICA

Constituição da República Federativa do Brasil (CF/88)

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS (arts. 1º ao 4º)

Forma de Governo

A forma de governo refere-se, simplificadamente, à relação de poder entre governantes e governados. Indica se o poder político é exercido por tempo certo e determinado ou ilimitadamente.
Resume-se, fundamentalmente, a duas formas - Monarquia e República.

Monarquia, originário de "*mono*", "um", quer significar o governo de uma só pessoa, o monarca. Tem como características a hereditariedade, a vitaliciedade e a irresponsabilidade política. Pode ser ilimitada (absolutista) ou limitada (constitucional). O Brasil adotou a forma de governo relativa à monarquia constitucional na Constituição de 1824.

República, donde "*res publica"* que significa coisa do povo, caracteriza-se pela temporariedade, (periodicidade) no poder e pela escolha pelo voto (eletividade) do governante. Este princípio é o adotado atualmente no Brasil e existe boa parte da doutrina que, contrariamente, entende a forma republicana como *cláusula pétrea* implícita, pois uma de suas características, a periodicidade, é *cláusula pétrea* expressa (vide o art. 60, §4º, inciso II). O STF ainda não se manifestou a respeito.
Há, porém, uma proteção ao sistema republicano na atual Constituição brasileira prevista no art. 34, inciso VII, alínea a, que possibilita a intervenção federal sobre os estados e o distrito federal quando qualquer um deles desrespeitar o princípio republicano.
Ainda é bom lembrar que na Constituição brasileira anterior, de 1967, a forma de governo republicano era *cláusula pétrea* expressa.

Forma de Estado

Em relação ao direito interno, a forma de Estado refere-se à distribuição de poder dentro do território nacional.
Resume-se, fundamentalmente, a duas formas - Estado unitário e Estado federado.

Unitário é o Estado que se apresenta internacionalmente da mesma forma que internamente, isto é, com apenas um governo central de plena jurisdição nacional. As divisões internas, caso existam, são apenas de ordem administrativa, sem qualquer autonomia. Exemplo de países que adotam esta forma de Estado: França, Portugal, Peru e Uruguai. Ressalte-se que o Brasil já adotou esta forma de Estado quando do Império (Constituição de 1824).

Federal é o Estado que se apresenta, no plano internacional, apenas como uma pessoa jurídica de Direito Público, mas no plano interno o território divide-se em regiões autônomas, isto é, é descentralizado política e administrativamente, o que significa dizer que existem vários poderes legislativos e executivos, tantos quantos forem as entidades autônomas.

Tem como características, ainda, apresentar dois planos de governo, sendo um geral e um regional, e o poder legislativo geral tem estrutura bicameral.

Acrescenta-se que a federação está presente na atual Constituição brasileira como um princípio que não pode ser abolido por emenda constitucional, tratando-se de *cláusula pétrea* expressa (art. 60, § 4º, inciso I).

Sistema de governo

Refere-se à relação de poder entre os poderes, especialmente entre os poderes legislativo e o executivo.

Boa parte da doutrina entende que o sistema de governo não se encontra protegido pelas *cláusulas pétreas*.

Existem fundamentalmente duas espécies: o sistema presidencialista e o sistema parlamentarista.

Presidencialismo caracteriza-se por acumular na pessoa do presidente as funções de chefe de governo, exercendo a administração superior do Estado e de chefe de Estado, exercendo atos de soberania junto aos demais países. Em relação ao grau de independência entre o executivo e o legislativo, existem subespécies de presidencialismo, podendo citar o presidencialismo puro (Constituição brasileira de 1891) e o presidencialismo atenuado (atual Constituição brasileira).

Parlamentarismo caracteriza-se por ser um governo de dois órgãos em que o chefe de Estado e o chefe de governo são pessoas diferentes, havendo dualidade do executivo. O chefe de Estado é ou um presidente eleito pelo povo ou um monarca, sendo que não tem atribuições administrativas, ou seja, seu encargo é representar o Estado no plano internacional e nomear e constituir o gabinete de ministros, a quem compete efetivamente as atribuições do governo. É irresponsável pelos atos de governo já que não tem poderes de administração, respondendo apenas criminalmente.

O gabinete dos ministros, órgão colegiado, é o governo propriamente dito, cujo chefe é o primeiro ministro escolhido pelo presidente ou pelo monarca, por indicação do parlamento, ou ainda por eleição popular.

Havendo perda da confiança do povo (representado pelo Parlamento), o presidente ou o monarca, após decisão do Parlamento neste sentido, pode dissolver o gabinete, convocando em seguida novas eleições, ou pode ainda manter o gabinete, dissolvendo o Parlamento e convocar novas eleições.

Fica clara a interdependência entre os poderes Executivo e Legislativo.

O Brasil experimentou o sistema parlamentarista na Constituição de 1824 e entre setembro de 1961 a janeiro de 1963.

Regime político de governo

Refere-se à relação de poder entre os governados e compreende a autocracia e a democracia. Interessa-nos a Democracia, que significa *demo* (povo) e *kratos* (poder), ou seja, poder exercido pelo povo. Apresenta-se em forma de democracia direta, indireta ou semidireta.

Democracia direta era exercitada em Atenas e na Grécia e são reminiscências do passado, quando o povo, sem governantes eleitos ou nomeados, exercia os poderes Legislativo, Judiciário e Executivo.

Democracia indireta é a que se caracteriza pela escolha de representantes por meio de eleição ou indicação, e falam em nome do povo, seus representados. Recebe também o nome de democracia representativa.

Democracia semidireta, mista ou participativa combina sistemas de democracia direta ou indireta e é uma atenuação da democracia indireta, ou seja, acumula a representação com a participação direta do povo através do plebiscito, referendo e iniciativa popular (vide art. 14, incisos I, II, III). É a forma adotada ora no Brasil.

- Iniciativa popular é a possibilidade de o povo dar início a um processo junto ao executivo, judiciário ou legislativo, buscando conformar a vontade do povo.
- Plebiscito, que significa consulta ao povo, é uma forma de consulta prévia para se obter autorização direta do povo antes de se realizar um ato.
- Referendo é a consulta popular a *posteriori*, quando o ato praticado depende de ratificação popular para tornar-se plenamente eficaz. O Estado Democrático de Direito é uma *cláusula pétrea* implícita.

Tripartição dos poderes

A tripartição dos poderes em legislativo, executivo e judiciário não é absoluta, pois, embora independentes são harmônicos entre si, exercem o controle uns sobre os outros. É adotada a teoria de Montesquieu relativa ao sistema de freios e contrapesos ou de controle do poder pelo poder. A independência se manifesta nas funções principais e a harmonia é uma suavização desta independência. Lembrar que a separação dos poderes está protegida por *cláusula pétrea* (art. 60, parágrafo 4º, III).

QUESTÕES DE PROVA

Por força da mudança de entendimento do STF e/ou da alteração da legislação desde a aplicação da prova, essas questões podem ter mais de uma resposta ou nenhuma resposta.

1. (ESAF – AFC – 96): Assinale a assertiva correta:
   a) A Constituição Federal não reconhece o princípio da igualdade entre os Estados como postulado fundamental das relações internacionais.
   b) A erradicação da pobreza não integra o elenco de objetivos fundamentais explicitados na Constituição brasileira.
   c) A prevalência dos direitos humanos, a não intervenção, a solução pacífica dos conflitos e a concessão de asilo político constituem, na expressão da Constituição, postulados que regem as relações internacionais do Brasil.
   d) A opção da Constituição de 1988 por uma democracia representativa exclui qualquer participação direta do povo nas decisões fundamentais.
   e) Embora aberta à cooperação internacional, a Constituição brasileira não contém qualquer referência à cooperação ou integração com a América Latina.

↳*Resposta:*

a) errado – art. 4º, inciso IV.

b) errado – art. 3º, inciso III.

c) correto – art. 4º, incisos II, V, VII e X.

d) errado – art.1º, parágrafo único e art. 14, incisos I, II e III.

e) errado – art. 4º, parágrafo único.

2. (ESAF – AFTN – 96): Assinale a assertiva correta:

a) Entre os princípios fundamentais da ordem constitucional, no que respeita às relações internacionais, não se encontra a concessão de asilo político.
b) O texto constitucional reconhece expressamente a possibilidade de transferência de parcela de soberania a entes supranacionais.
c) A igualdade entre os Estados é princípio fundamental da República Federativa em suas relações internacionais.
d) O direito editado por autoridades supranacionais integra a ordem jurídica brasileira, independentemente de qualquer processo de recepção ou de transformação.
e) Os princípios gerais de direito internacional público têm preeminência em relação ao direito positivo ordinário no sistema constitucional brasileiro.

↳*Resposta:*

a) errado – art. 4º, inciso X.

b) errado – art. 1º, inciso I.

O fato da EC 45/2004 ter introduzido na Constituição Federal o reconhecimento da jurisdição de tribunais penais internacionais, caso o Brasil tenha aderido a ele, não significa a transferência de parcela da soberania nacional. CF, art. 5º, § 4º: "O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão".

c) correto – art. 4º, inciso V.

d) errado – de acordo com o STF e a doutrina majoritária, o direito estrangeiro poderá ser internalizado, mas para que isso ocorra é necessário mecanismo formal: decreto de promulgação (art. 84, inciso IV) ou aprovação semelhante à exigida para emenda constitucional (art. 5º, § 3º).

e) errado – de acordo com o STF e a doutrina majoritária, o direito constitucional prevalece sobre as regras de direito internacional.

3. (CESPE – CONSULTOR DO SENADO – 96): Considerando o atual Texto Constitucional brasileiro, julgue os itens que se seguem:

1. São normas formalmente constitucionais as concernentes à forma do Estado, à forma do Governo e ao modo de aquisição e exercício do poder.
2. O controle jurisdicional difuso de constitucionalidade ocorre, em regra, pela via incidental e emana do princípio da supremacia da Constituição Federal. [13]

[13] Questão adaptada ao entendimento jurisprudencial atual do STF.

3. O Estado brasileiro, que tem entre seus objetivos promover o bem-estar de todos e erradicar a marginalização, tem, entre seus fundamentos, o pluralismo político.
4. A fusão e o desmembramento de municípios dependem de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas, e se concretizam por lei complementar do Congresso Nacional.
5. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. A autonomia desses entes federativos pressupõe a repartição de competências para o exercício e o desenvolvimento de suas atividades normativas.

↳*Resposta:*

1) errado – são materialmente constitucionais, porque, para parcela da doutrina, são assuntos essenciais à uma Constituição soberana.

2) correto.

3) correto – arts. 1º, inciso V, 3º, inciso III.

4) errado – art. 18, §4º. A fusão e o desmembramento de municípios dependem do cumprimento de três etapas: o estudo de viabilidade municipal; a concordância de toda a população do(s) município(s) envolvido(s), através de um plebiscito; lei estadual (podendo ser lei ordinária) observando certas regras previstas em lei complementar federal.

5) correto – art. 18, "caput".

4. (ESAF – ANALISTA DE FINANÇAS E CONTROLE – 2000): Imagine que certa Constituição disponha que o exercício das funções do Poder Executivo é dividido entre um Chefe de Estado e um Chefe de Governo. Este último é escolhido entre os integrantes do Poder Legislativo e depende da vontade da maioria do parlamento para se manter no cargo. De seu turno, em certas circunstâncias, o Executivo pode dissolver o Legislativo, convocando novas eleições. A partir dessas considerações, é certo dizer:

a) Tal constituição, pelas características acima delineadas, introduz a forma federativa de Estado.
b) Um Estado-membro no Brasil poderia, se quisesse, adotar o mesmo regime referido no enunciado da questão.
c) De uma constituição como a referida pode-se afirmar, com segurança, que se classifica como uma Constituição flexível, instituindo um regime tipicamente antidemocrático, na medida em que permite um autêntico golpe de Estado (a dissolução do parlamento pelo Executivo).
d) A Constituição aludida assumiu característica própria de regime parlamentarista, em que a separação entre os poderes do Estado não costuma ter a mesma rigidez do regime presidencialista.
e) De acordo com a informação dada, a norma constitucional referida consagra regime parlamentarista, Estado unitário e apresenta característica de constituição flexível.

↳Resposta:

a) errado – o enunciado está se referindo ao sistema de governo parlamentarista e não à forma de Estado.

b) errado – não poderia, sob pena de intervenção federal (art. 34, inciso VII, alínea a).

c) errado – o sistema de governo parlamentarista convive tanto nas Constituições flexíveis, quanto nas rígidas. O regime democrático pode ser parlamentarista ou presidencialista, sendo que a dissolução do parlamento reflete a aplicação da "teoria dos freios e contrapesos".

d) correto.

e) errado – a única informação correta é a definição do regime parlamentarista. Quanto à forma de Estado (federal ou unitário) e a estabilidade (rígida, flexível e semirrígida), o texto do enunciado da questão não deixa claro.

5. (ESAF – Oficial de Chancelaria/MRE – 2002) Assinale a opção correta.

a) O Estado-membro da Federação brasileira dispõe do direito de secessão, uma vez que o princípio da autodeterminação dos povos foi expressamente consagrado como princípio fundamental da Constituição Federal.
b) O princípio da independência dos poderes, como adotado pela Constituição Federal, é incompatível com o julgamento de membro do Judiciário pelo Poder Legislativo.
c) Uma vez que o Brasil se rege nas suas relações internacionais pelo princípio da não intervenção, é inconstitucional toda a participação de tropas brasileiras em ações militares em outros países.
d) O princípio da igualdade entre os Estados, que rege o Brasil nas suas relações internacionais, não impede que o Brasil confira tratamento diplomático diferenciado a países estrangeiros à conta da sua localização geográfica.
e) A Constituição expressamente estabelece como programa de ação para o Brasil no cenário internacional, a integração dos Estados latino-americanos, com vistas à formação de um único Estado que abranja todas as nações latino-americanas.

↳Resposta:

a) errado – os estados membros estão reunidos de forma indissolúvel (art. 1º, caput), não sendo admitido qualquer movimento de independência (secessão) já que a forma federativa é "cláusula pétrea" expressa (CF, art. 60, § 4º, inciso I). Por outro lado, de fato a CF reconhece a autodeterminação do povo nas relações internacionais (CF, art. 4º, III).

b) errado – o princípio da separação dos poderes convive com a "teoria dos freios e contrapesos", ambos desenvolvidos por Montesquieu e adotados pela Constituição brasileira. Portanto, é possível a influência de um poder sobre o outro, até porque não existe, no Brasil, uma rígida separação entre os poderes, como exemplo o art.52, inciso II.

c) errado – é certo que o Brasil adota, entre os princípios internacionais, a não intervenção (art. 4º, inciso IV). Mas é certo também que, para assegurar a paz e buscar soluções pacíficas dos conflitos (art.4º, incisos VI e VII), o Brasil poderá participar com contingente militar da força de paz organizada pela ONU.

d) correto – a CF reconhece a igualdade entre os Estados soberanos (art. 4º, inciso V), o que não impede que o Brasil procure estreitar relações com os países latino-americanos (art. 4º, parágrafo único).

e) errado – o estreitamento de relações com os países latino-americanos é no sentido de buscar a formação de uma Comunidade Internacional, em que cada país componente mantenha sua soberania (art. 4º, parágrafo único), e não na criação de um único país soberano, formado de entidades autônomas.

6. (ESAF – TRF/2003) Considerando os princípios fundamentais da Constituição de 1988, julgue as ações governamentais referidas abaixo e assinale a opção correta.

I. Permissão dada a Nações estrangeiras para que colaborem com a proteção do meio ambiente por meio de unidades policiais alienígenas espalhadas em áreas como a Amazônia, patrimônio natural mundial da humanidade.
II. Proposta de legislação que permita a escravidão no Brasil de indígenas perigosos condenados pela Justiça.
III. Ações administrativas que promovam a conscientização política de todos os brasileiros.
IV. Proposta de legislação complementar para a existência de um único partido político no Brasil.

a) Todas estão incorretas.
b) Somente III está correta.
c) II e IV estão corretas.
d) I e II estão corretas.
e) III e IV estão corretas.

Resposta:

I. errado – um dos fundamentos da República Federativa do Brasil é a soberania (art. 1º, inciso I), o que impede a presença de forças estrangeiras espalhadas pelo país.

II. errado – em razão do fundamento relativo a dignidade da pessoa humana (art. 1º, inciso III), é inadmissível a escravidão no Brasil.

III. correto – o fundamento que aponta para o princípio da cidadania (art. 1º, inciso II), nos oriente neste sentido.

IV. errado – o art. 1º, inciso V e o art. 17, "caput", afirma o princípio do pluralismo político que inclui a possibilidade das mais variadas escolas ideológicas e o partido único restringiria essa possibilidade.

A opção correta é a b.

7. (ESAF – TRF – 2003) Com relação aos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, assinale a opção correta relativa a normas-regras que não contradizem os enunciados principiológicos da Constituição Federal.

a) Incentivar o acúmulo de capitais nas mãos dos proprietários dos meios de produção para garantir o desenvolvimento nacional.
b) Permitir o acesso dos cidadãos da região do Piauí e de Pernambuco aos cargos públicos para redução das desigualdades regionais.

c) Estabelecer mecanismos tributários de justiça social para construção de uma sociedade justa e solidária.
d) Facilitar nas corporações militares só o acesso a pessoas da raça negra, que possuem biologicamente organismos mais resistentes às intempéries do clima brasileiro.
e) Combater a fome no Brasil privilegiando as mães e esposas, tendo em vista reduzir as desigualdades materiais na relação familiar e conjugal.

↳*Resposta:*

a) errado – observar os objetivos fundamentais previstos no art.3º, inciso III e IV e os fundamentos no art. 1º, inciso III.

b) errado – observar o objetivo fundamental previsto no art. 3º, inciso III e a disposição constitucional relativa aos concursos públicos prevista no art.37, inciso I.

c) correto – art. 3º, inciso I e art. 43, § 2º, inciso III.

d) errado – observar o objetivo fundamental previsto no art. 3º, inciso IV.

e) errado – observar o objetivo fundamental previsto no art. 3º, incisos III e IV e o direito individual à igualdade (art. 5º, inciso I).

8. (ESAF – TRF – 2003) Assinale a opção correta, a respeito das relações internacionais do Brasil com os outros países à luz da Constituição Federal de 1988.

a) Repúdio à violação aos direitos humanos para com países nos quais o Brasil não mantenha relações comerciais.
b) Apoio à guerra, quando declarada para a proteção de direitos humanitários desrespeitados por determinadas autoridades de determinados países.
c) Busca de soluções bélicas em repúdio ao terrorismo.
d) Interferência na escolha de dirigentes de outras Nações que sejam vinculados a grupos racistas.
e) Colaboração como árbitro internacional na busca de solução pacífica de conflitos.

↳*Resposta:*

a) errado – aplica-se o art. 4º, inciso II: "prevalência dos direitos humanos" nas relações internacionais em geral.

b) errado – aplica-se o art. 4º, incisos VI e VII: "defesa da paz" e "solução pacífica dos conflitos".

c) errado – aplica-se o art. 4º, inciso VII: "solução pacífica dos conflitos".

d) errado – aplica-se o art. 4º, incisos I, III e IV: "independência nacional", "autodeterminação dos povos" e "não intervenção".

e) correto – aplica-se o art. 4º, inciso VII.

9. (ESAF – AFT – 2003) Analise as assertivas a seguir, relativas aos Poderes do Estado e às suas respectivas funções e ao princípio hierárquico das normas, e marque com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas; em seguida, marque a opção correta.

1. Segundo a melhor doutrina, poder político é a energia que possui o Estado que o torna capaz de coordenar e impor decisões à sociedade estatal com o intuito de ordenar as relações entre os grupos sociais e entre os indivíduos entre si, com vistas a realizar seus fins globais, possuindo por características essenciais: a unicidade, a indivisibilidade e a indelegabilidade.
2. A função executiva, por meio da qual o Estado realiza atos concretos voltados para a realização dos fins estatais e da satisfação das necessidades coletivas, compreende a função de governo, relacionada com atribuições políticas, colegislativas e de decisão, e a função administrativa, da qual se vale o Estado para desenvolver as atividades de intervenção, fomento, polícia administrativa e serviço público.
3. Segundo a melhor doutrina, o respeito que um Poder da União deve às prerrogativas e faculdades de outro Poder insere-se dentro da característica de independência dos poderes, prevista no artigo 2º da Constituição Federal de 1988 (CF/88).
4. Por não existir hierarquia entre leis federais e estaduais, não há previsão, no texto constitucional, da possibilidade de uma norma federal, quando promulgada, suspender a eficácia de uma norma estadual.
5. Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), a distinção entre a lei complementar e a lei ordinária não se situa no plano da hierarquia, mas no da reserva de matéria.

a) V, V, V, V, F
b) F, F, V, F, V
c) V, V, F, F, V
d) V, F, V, F, V
e) V, V, V, F, F

↳*Resposta:*

1) verdadeiro – o item identifica acertadamente as características de um Estado soberano, atuando como um poder político.

2) verdadeiro – o item identifica o Estado no exercício de um dos seus poderes, o Executivo. E no exercício desse poder, realiza a função típica (função de governo ou administrativa) e a função atípica (legislativa).

3) falso – a independência associa-se o princípio da separação dos poderes do Estado, por outro lado a harmonia filia-se a "teoria dos freios e contrapesos", exigindo o respeito de um poder em relação ao outro e, ao mesmo tempo, autorizando que um poder excepcionalmente interfira no outro.

4) falso – de fato, de acordo com a doutrina majoritária, não existe hierarquia entre leis federais e estaduais. Mas é possível que, no exercício da competência concorrente, uma lei federal suspenda a eficácia de lei estadual se houver contrariedade (art. 24, § 4º). Isto é possível porque a repartição de competências se orienta pelo princípio da predominância de interesses, ou seja, é próprio da União legislar sobre normas gerais (art. 24, § 1º) e próprio dos Estados suplementá-las (art. 24, § 2º) naqueles assuntos previstos no art. 24.

5) verdadeiro – quando a Constituição quiser que aquele assunto seja objeto de lei complementar, em regra o dirá expressamente. Caso permaneça silente, dizendo apenas "lei", poderá ser por lei ordinária, que é residual.

A resposta correta é a opção c.

10. (ESAF – AFC/CGU – 2004) Analise as assertivas a seguir, relativas à Teoria Geral do Estado, aos poderes do Estado e suas respectivas funções e à Teoria Geral da Constituição, e marque com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas; em seguida, marque a opção correta.

1. Segundo a melhor doutrina, a soberania, em sua concepção contemporânea, constitui um atributo do Estado, manifestando-se, no campo interno, como o poder supremo de que dispõe o Estado para subordinar as demais vontades e excluir a competição de qualquer outro poder similar.
2. Em um Estado Parlamentarista, a chefia de governo tem uma relação de dependência com a maioria do Parlamento, havendo, por isso, uma repartição, entre o governo e o Parlamento, da função de estabelecer as decisões políticas fundamentais.
3. Em sua concepção materialista ou substancial, a Constituição se confundiria com o conteúdo de suas normas, sendo pacífico na doutrina quais seriam as matérias consideradas como de conteúdo constitucional e que deveriam integrar obrigatoriamente o texto positivado.
4. Um dos objetos do Direito Constitucional Comparado é o estudo das normas jurídicas positivadas nos textos das Constituições de um mesmo Estado, em diferentes momentos histórico-temporais.
5. A ideia de uma Constituição escrita, consagrada após o sucesso da Revolução Francesa, tem entre seus antecedentes históricos os pactos, os forais, as cartas de franquia e os contratos de colonização.

a) V, V, V, F, V
b) V, V, F, F, V
c) F, F, V, V, F
d) F, F, F, V, V
e) V, V, F, V, V

Resposta:

1) verdadeiro – um estado nacional é soberano e internamente, não existe entidade que não se submeta a ele. Por exemplo, a República Federativa do Brasil é soberana (art. 4º, inciso I), ao passo que as entidades que a compõem são meramente autônomas (art. 18, caput).

2) verdadeiro – no parlamentarismo o chefe de governo é o Primeiro Ministro e depende do apoio da maioria do parlamento para permanecer no cargo.

3) falso – de fato, o que caracteriza uma Constituição de supremacia material é seu conteúdo, ou seja, ela trata só de assuntos essenciais a uma Constituição. Ainda que a doutrina majoritária identifique qual seja esse conteúdo, não é pacífico entre os autores sobre quais sejam essas matérias, especialmente quanto à identificação de "finalidades".

4) verdadeiro – direito constitucional comparado engloba o exame entre Constituições soberanas de diversos países e também de um mesmo país ao longo de sua história.
5) verdadeiro.

A opção correta é a letra e.

11. (ESAF – AFC/CGU – 2004) Analise as assertivas a seguir, relativas aos princípios fundamentais e aos princípios constitucionais da Constituição Federal de 1988 (CF/88), e marque com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas; em seguida, marque a opção correta.

1. Segundo a melhor doutrina, os princípios constitucionais positivos se dividem em princípios políticos-constitucionais e princípios jurídico-constitucionais, sendo estes últimos também denominados como princípios constitucionais fundamentais.
2. A possibilidade de intervenção da União nos Estados onde não ocorra a prestação de contas da administração pública, direta e indireta, é uma exceção ao princípio federativo que tem por objetivo a defesa do princípio republicano.
3. Na competência legislativa concorrente, em face de omissão legislativa da União, prevê a CF/88 a competência legislativa plena de Estados e Distrito Federal.
4. A autonomia financeira dos municípios, reconhecida em razão do princípio federativo, adotado pela CF/88, implica a existência de autonomia para a instituição de seus tributos e gestão de suas rendas.
5. A possibilidade de a União instituir, mediante lei complementar, imposto não previsto expressamente como sendo um imposto de competência da União, desde que seja não cumulativo e não tenha fato gerador ou base de cálculo próprios de outros impostos discriminados na CF/88, constitui uma competência legislativa residual.

a) F, F, V, V, V
b) V, V, F, F, V
c) F, V, V, V, V
d) V, F, F, V, F
e) F, F, V, V, F

Resposta:

1) falso – na visão doutrinária majoritária, os princípios constitucionais positivos referem-se especificamente aos princípios-jurídicos.
2) verdadeiro – a intervenção federal estaria autorizada nesta hipótese, conforme o art. 34, inciso VII, alínea d. Como a república significa "coisa do povo", se o governante não expõe suas contas ao exame do povo, para proteger o governo do povo, pode haver invasão na autonomia estadual pela União (afetando a forma federativa).
3) verdadeiro – conforme o art. 24, "caput" e § 3º. É importante observar que a competência concorrente do Distrito Federal se equipara a dos Estados (art. 32, §§ 1º e 3º).
4) verdadeiro – conforme o art. 18, caput e art. 30, inciso III.
5) verdadeiro – conforme o art. 154,inciso I.

A resposta correta é a opção c.

12. (ESAF – Auditor-Fiscal do Trabalho – 2003) Analise as assertivas a seguir, relativas aos princípios fundamentais da Constituição Brasileira, e marque com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas; em seguida, marque a opção correta.

1. Um dos elementos essenciais do princípio republicano é a obrigatoriedade de prestação de contas, pela administração pública, sob as penas da lei, no caso de descumprimento desta obrigação.
2. É elemento essencial do princípio federativo a concentração da soberania estatal na União, a quem compete a representação do Estado Federal no plano internacional.
3. A repartição de competências é o ponto nuclear da noção de Estado Federal, tendo a CF/88 adotado como princípio geral de repartição de competência a predominância do interesse.
4. São elementos essenciais do Estado de Direito: a submissão do Estado, seus agentes e dos particulares ao império da lei de cuja elaboração o povo participa direta ou indiretamente; a separação dos poderes e a enunciação dos direitos fundamentais.
5. Segundo o entendimento majoritário do STF,é possível a aplicação por analogia de um dispositivo constitucional integrante do denominado "sistema de freios e contrapesos", quando o objetivo pretendido visa à defesa da ordem institucional.

a) V, V, V, V, F
b) V, F, V, V, F
c) V, F, V, F, F
d) F, V, V, F, V
e) V, F, F, V, F

Resposta:

1) verdadeiro – a intervenção federal estaria autorizada na hipótese de não prestação de contas por parte do Estado e do Distrito Federal, conforme o art. 34, inciso VII, alínea d, ou a intervenção estadual na hipótese de não prestação de contas pelo Município (art. 35, inciso IV). Como a república significa "coisa do povo", se o governante não expõe suas contas ao exame do povo, para proteger o governo do povo, pode haver invasão na autonomia estadual pela União (afetando a forma federativa).

2) falso – é elemento essencial ao princípio federativo a descentralização política, administrativa e financeira, entregue a entidades federativas autônomas. É importante notar que a União como uma entidade federativa, é autônoma (art. 18, "caput").

3) verdadeiro – art. 18, "caput".

4) verdadeiro – art. 1º, "caput", art. 2º e arts. 5º ao 17, entre outros.

5) falso – o STF tem entendido que o princípio da separação dos poderes é "cláusula pétrea" (expressamente prevista no art. 60, § 4º, inciso III), não podendo emenda constitucional criar restrições a esse princípio, menos ainda por interpretação extensiva (por analogia).

A resposta correta é a opção b.

13. (ESAF – MPU – 2004) Sobre princípios fundamentais, na Constituição de 1988, marque a única opção correta.

a) Em razão do princípio republicano, adotado na Constituição de 1988, os Estados podem instituir seus impostos e aplicar suas rendas.
b) Em decorrência do princípio federativo, há, na Constituição brasileira, a previsão de que os Estados possuirão constituições e os municípios, leis orgânicas, ambos os documentos, aprovados, por força de expressa disposição constitucional, após dois turnos de votação, respectivamente, nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras municipais.
c) A adoção do princípio de separação dos poderes, na Constituição brasileira, impõe uma independência absoluta entre os Poderes, impedindo que haja qualquer tipo de interferência de um Poder sobre o outro.
d) A concessão de asilo político, um dos princípios que rege o Brasil em suas relações internacionais, tem sua aplicação restringida, nos termos da Constituição, por questões de ideologia e de independência nacional.
e) Como decorrência da adoção do princípio do Estado Democrático de Direito, temos o princípio da independência do juiz, cujo conteúdo relaciona-se, entre outros aspectos, com a previsão constitucional de garantias relativas ao exercício da magistratura.

↳*Resposta:*

a) errado – o correto seria em razão do princípio federativo. Este sim assegura autonomia legislativa, administrativa e financeira às entidades federativas, inclusive aos municípios (a autonomia financeira do Município encontra-se prevista no art., 30, inciso III).

b) errado – é verdade que os Estados federados têm autonomia para elaborar suas próprias constituições (art. 25, "caput"), assim como os Municípios e o Distrito Federal para criar suas próprias leis orgânicas (arts. 29, "caput" e 32, "caput"). Mas, a CF só define expressamente o procedimento de aprovação no que se refere à Lei Orgânica Municipal e Distrital.

c) errado – a independência é relativizada pela "teoria dos freios e contrapesos".

d) errado – a Constituição não estabelece qualquer restrição, ao menos expressamente, ao princípio internacional de concessão ao asilo político (art. 4º, inciso X).

e) correto – a CF prevê expressamente essas garantias (art. 95) com o objetivo de que, imune a pressões, o magistrado possa decidir de acordo com o seu livre convencimento.

14. (ESAF – Procurador do Distrito Federal – 2004) O Estado de Direito é princípio fundamental da ordem constitucional brasileira e, na Constituição de 1988, está densificado por uma série de outros princípios constitucionais que lhe revelam o conteúdo, conforme preconiza a doutrina do direito constitucional. Com base nisso, aponte abaixo a única opção correta com relação ao conteúdo constitucional do referido princípio.

a) A configuração constitucional do princípio do acesso à justiça, quanto aos beneficiários do direito à assistência jurídica integral e gratuita prestada pela Defensoria Pública ou por quem lhe faça às vezes, apenas obriga o Estado e efetuar esse serviço aos que comprovarem insuficiência de recursos.

b) Não viola os princípios da separação dos Poderes e da constitucionalidade das leis considerar que a sanção do Presidente da República a projeto de Lei que deveria ser de sua iniciativa privativa, mas que fora apresentado ao Poder Legislativo por parlamentar convalida o vício formal de iniciativa.
c) Apesar de sua subordinação ao princípio da legalidade da administração, o chefe do Poder Executivo está autorizado a determinar que seus subordinados deixem de aplicar leis que entender flagrantemente inconstitucionais.
d) Por força do princípio da segurança jurídica, a lei, com exceção das disposições de ordem pública que eventualmente contiver, não retroagirá para prejudicar o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.
e) Pelo princípio da força normativa da Constituição, apenas as normas constitucionais que apresentam todas as condições de eficácia vinculam, de alguma forma, os poderes públicos.

↳*Resposta:*

a) correta – de acordo com o art. 5º, inciso LXXIV.

b) errado – o STF já entendeu que era possível que a sanção do presidente da República suprisse vício de iniciativa de projeto de lei de sua iniciativa, mas proposto por outro. O STF alterou seu entendimento. Hoje não aceita que a sanção presidencial convalide projeto de lei inconstitucional porque proposto por outro que não o Presidente da República. A inconstitucionalidade, neste caso, será formal.

c) errado – o STF tem entendido que não só o chefe do executivo, mas também o chefe do legislativo pode determinar aos seus órgãos subordinados que não apliquem, administrativamente, lei que entenda inconstitucional, até decisão definitiva do poder judiciário.

d) errado – o art. 5º, inciso XXXVI, da CF, não admite, em hipótese alguma, que lei infraconstitucional venha a prejudicar direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgado, seja essa lei de ordem pública ou privada.

e) errado – todas as normas constitucionais são normas jurídicas, têm força normativa, sejam elas de eficácia plena, contida ou limitada.

15. (ESAF – Procurador do Distrito Federal – 2004) É característica do regime da revisão constitucional consagrada no artigo 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias:

a) sessão bicameral.
b) quorum de aprovação de três quintos dos votos dos parlamentares de cada Casa do Congresso Nacional, separadamente.
c) iniciativa de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
d) quorum de aprovação da maioria absoluta dos votos dos membros do Congresso Nacional, em sessão conjunta.
e) *cláusula pétrea* da forma republicana de governo.

↳Resposta:

a) errado – sessão conjunta.

b) errado – aprovação por maioria absoluta.

c) errado – o art. 3º, do ADCT, não identifica a iniciativa para a propositura de PEC de revisão.

d) correto – a opção repete na literalidade o art. 3º, do ADCT.

e) errado – além do art. 3º, do ADCT, não se manifestar sobre esse assunto, parte da doutrina reconhece à forma de governo republicana a condição de "cláusula pétrea", sendo esse assunto doutrinariamente controvertido.

16. (ESAF – Procurador do Distrito Federal – 2004) Indique entre as opções abaixo a única em que há afirmação destoante da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acerca dos limites constitucionais ao poder de reforma.

a) Por não admitirem sanção ou veto presidencial, não podem as emendas constitucionais instituir tributo, uma vez que essa atitude implicaria ofensa à "cláusula pétrea" da separação dos Poderes.
b) As "cláusulas pétreas" não inibem toda e qualquer alteração da sua respectiva disciplina constante das normas constitucionais originárias, não representando assim a intangibilidade literal destas, mas compreendem a garantia do núcleo essencial dos princípios e institutos cuja preservação nelas se protege.
c) Os direitos e garantias individuais que representam limite ao poder de reforma não se encontram exclusivamente no art. 5º, da Constituição Federal.
d) As disposições constitucionais relativas a determinado regime de remuneração dos servidores públicos não podem deixar de ser modificadas sob o argumento de que sobre elas há direito adquirido.
e) Não apresenta vício formal a emenda constitucional que, tendo recebido modificação não substancial na Casa revisora, foi promulgada sem nova apreciação da Casa iniciadora quanto à referida alteração.

↳Resposta:

a) errado – é verdade que uma emenda constitucional não se submete à sanção ou veto, mas nada impede que disponha sobre qualquer matéria desde que respeitadas as limitações ao poder de reforma. Cabe relembrar que apenas leis complementares e ordinárias sujeitam-se à sanção ou ao veto do chefe do Executivo.

b) correto – as "cláusulas pétreas" só inibem emendas à Constituição se tendentes abolir certos assuntos, mas não a sua modificação.

c) correto – entre outros direitos individuais que se encontram fora do art. 5º, é possível citar, por exemplo, o direito a isonomia tributária (art. 150, inciso II) e o direito a anterioridade tributária (art. 150, inciso III).

d) correto – o STF firmou o entendimento de que não há direito adquirido em face de emenda à Constituição que alterar o regime jurídico do servidor público, inclusive sobre sua remuneração, não se aplicando o art. 5º, inciso XXXVI.

e) correto – se a emenda parlamentar não alterou o sentido da PEC, não precisa retornar à Casa Iniciadora, não se aplicando a regra do art. 65, § único, da CF.

17. (ESAF – Procurador do Distrito Federal – 2004) O exercício do poder não pelo seu titular, mas por órgãos de soberania que atuam no interesse do povo constitui o sentido essencial do:

a) princípio da dignidade da pessoa humana.
b) princípio do sufrágio.
c) princípio do pluralismo político.
d) princípio da representação.
e) princípio da soberania popular.

↳*Resposta:*

d) correto – a questão refere ao exercício do poder por representantes eleitos (por exemplo, o art. 1º, parágrafo único).

18. (UnB/CESPE – AGU – 2004) Quanto ao estado democrático de direito e à organização dos poderes, julgue os itens subsequentes.

1. O papel reservado à lei, tanto no estado de direito clássico, como no estado democrático de direito, é exatamente o mesmo, uma vez que, em ambos, a lei deve limitar-se a arbitrar soluções para os litígios eventualmente existentes entre o Estado e o indivíduo e entre os indivíduos, regulando as relações sociais.
2. A partir da aplicação dos princípios gerais que regem a concepção do sistema de freios e contrapesos na Constituição da República, é possível deduzir controles entre os poderes que não estejam expressos no texto constitucional.

↳*Resposta:*

1) errado – a definição refere-se especificamente à lei no estado de direito clássico. No estado democrático de direito a lei tem o papel transformador, ao criar condições para a efetivação de normas programáticas.
2) errado – as disposições que estabelecem funções atípicas dos poderes são exceções ao princípio da separação dos poderes ("cláusulas pétreas") autorizadas pela "teoria de freios e contrapesos", e não se presumem, têm que estar expressas no texto constitucional.

19. Auditor-Fiscal do Tesouro Estadual – AFTE/RN – 2005) Sobre Poderes do Estado e respectivas funções, formas de Estado e formas e sistemas de governo, marque a única opção correta.

a) A adoção do princípio de separação de poderes, inspirado nas lições de Montesquieu e materializado na atribuição das diferentes funções do poder estatal a órgãos diferentes, afastou a concepção clássica de que a unidade seria uma das características fundamentais do poder político.

b) O Estado unitário distingue-se do Estado federal em razão da inexistência de repartição regional de poderes autônomos, o que não impede a existência, no Estado unitário, de uma descentralização administrativa do tipo autárquico.
c) Em um Estado federal temos sempre presente uma entidade denominada União, que possui personalidade jurídica de direito público internacional, cabendo a ela a representação do Estado federal no plano internacional.
d) O presidencialismo é a forma de governo que tem por característica reunir, em uma única autoridade, o Presidente da República, a Chefia do Estado e a Chefia do Governo.
e) Sistema de governo pode ser definido como a maneira pela qual se dá a instituição do poder na sociedade e como se dá a relação entre governantes e governados.

Resposta:

a) errado – o fato de um Estado adotar a separação de suas funções, entregando-as a grupos distintos (Poder Legislativo, Poder Executivo e Poder Judiciário), não significa que, quanto à forma de Estado, não possa adotar a centralização política (apenas um único Legislativo) e, em regra, administrativa (apenas um Executivo), ou seja, adotar a forma de um Estado unitário. Por outro lado, são várias as características de um Estado Soberano, entre eles, a unidade política.

b) correto – o que caracteriza um Estado unitário é a existência da centralização política, ou seja, um único Poder Legislativo capaz de atender a todo o país. Nada impede que este mesmo país adote uma descentralização administrativa do tipo autárquico.

c) errado – o que caracteriza uma federação é a descentralização política e administrativa em, pelo menos, uma entidade central (União) e entidades regionais (Estados).

d) errado – o presidencialismo é o sistema de governo que tem por característica reunir, em uma única autoridade, o Presidente da República, a Chefia do Estado e a Chefia do Governo, porque todo presidencialismo é republicano, já que não é possível, de acordo com a doutrina a existência de Monarquia Constitucional Presidencialista, mas só Parlamentarista.

De acordo com o entendimento doutrinário, a república pode ser presidencialista ou parlamentarista. O parlamentarismo pode ser monárquico ou republicano. Mas toda monarquia constitucional é parlamentarista e todo presidencialismo é republicano.

e) errado - maneira pela qual se dá a instituição do poder na sociedade e como se dá a relação entre governantes e governados é a forma de governo. Sistema de governo é a forma pela qual se dá a relação de poder entre os governantes (especialmente entre o legislativo e o executivo).

20. (FCC – DP/SP – 2006) Em relação à dignidade da pessoa humana, prevista pela Constituição Federal de 1988 como fundamento da República Federativa do Brasil, é possível afirmar:

a) É um direito público subjetivo expresso numa norma-regra.
b) Por ser fundamento e princípio constitucional estruturante é densificada ao longo do texto constitucional.
c) Por ser uma norma programática a sua efetivação dependerá de políticas públicas que venham a ser adotadas pelos governantes.

d) É suficiente para sua realização o respeito aos direitos individuais clássicos: direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.
e) Exprime o conceito extremamente vago que comporta ampla discricionariedade judicial, devendo, portanto, ser evitado em demandas judiciais.

↳*Resposta:*

a) errado – é, de fato, um direito público subjetivo, mas encontra-se expresso em uma norma-princípio, porque têm uma abrangência muito ampla, diferentemente da norma-regra, que tem uma incidência menor.

b) correto – trata-se da característica de um princípio, que tem um alcance sobre várias normas constitucionais. Por exemplo, o princípio da dignidade da pessoa humana se manifesta sobre as normas constitucionais previstas no art. 5º incisos III; XLVII, alínea e; XLIX; no art. 7, inciso IV; etc.

c) errado – o princípio da dignidade da pessoa humana, previsto no art. 1º, inciso III, da CF, se traduz em uma constitucional de eficácia plena, e não em uma norma programática. Não se trata de norma constitucional de eficácia limitada diferida, que impõe aos Poderes Públicos uma atuação metajurídica (que ultrapassa a atividade legislativa e administrativa). O princípio da dignidade da pessoa humana é capaz de produzir todos os seus efeitos desde logo.

d) errado – na verdade, o princípio da dignidade da pessoa humana não só alcança os direitos fundamentais individuais e coletivos, mas também os sociais, à nacionalidade e os políticos.

e) errado – o princípio da dignidade da pessoa humana deve ser aplicado nas decisões judiciais quando presentes questões relativas à privacidade, intimidade, honra, intangibilidade do corpo humano, etc.

1) "Direito público subjetivo": a expressão público significa que obriga a todos e não apenas a algumas pessoas definidas por exemplo em uma relação contratual (privado), e a expressão subjetivo significa que é assegurado ao sujeito, pessoa. Portanto, pode-se dizer que o direito público subjetivo é aquela vantagem assegurada ao indivíduo e se impõe a todos os membros da sociedade e aos Poderes Públicos.

2) "demandas judiciais": assim chamamos as ações judiciais.

21. (FCC – Auditor- Fiscal Tributário Municipal/SP – 2007) A separação dos poderes é um critério funcional de limitação de poder:

a) incompatível com o Estado Democrático de Direito.
b) compatível com os Estados organizados como federações.
c) incompatível com os Estados regidos por constituições rígidas.
d) compatível com as monarquias absolutas.
e) incompatível com os Estados unitários descentralizados.

↳*Resposta:*

a) errado – só existe um Estado Democrático se presente o princípio da separação dos poderes (na forma tripartite, desenvolvida por Montesquieu) como forma de limitar o poder do governante, evitando um estado totalitário, onde o governante acumula todas as funções do Estado em suas mãos (assim determina a CF/88, nos arts. 1º, "caput"; 2º e 60, § 4º, inciso III).

b) correto – a atual Constituição brasileira adota o princípio da separação, inclusive como "cláusula pétrea" expressa (arts. 2º e 60, § 4º, inciso III)) e, concomitantemente, a forma federativa, também "cláusula pétrea" expressa (arts. 18, "caput" e 60, § 4º, inciso I)).

c) errado – a nossa Constituição é rígida (ou super-rígida, como preferem alguns autores) e adota o princípio da separação dos poderes.

d) errado – os Estados totalitários, tais como, por exemplo, as monarquias absolutas, concentram todos os poderes nas mãos do governante, negando a separação dos poderes.

e) errado – assim como a forma de Estado federal, também o unitário, se democrático, adota a teoria da separação dos poderes. Temos como exemplo vários países europeus: Portugal, Espanha, etc.

Constituição rígida: conta com limitações procedimentais ao poder de reforma, impondo grande dificuldade quando da alteração de suas normas ou para a inclusão de uma nova norma constitucional.
Constituição super-rígida: além de limitações procedimentais, estabelece, também, limitações materiais ao exercício do Poder Constituinte Derivado Reformador.

22. (FCC – MP/PE – 2002) O constituinte brasileiro iniciou a redação da Constituição Federal com um Preâmbulo, cuja força obrigatória é:

a) ausente e de nenhuma utilidade, tanto que, no dizer do Preâmbulo, a Constituição é promulgada "sob a proteção de Deus" e o Estado brasileiro é laico.
b) inerente a ele e a coercibilidade é a regra para todas as normas previstas em uma Constituição.
c) ausente, destinando-se a indicar a intenção do constituinte, mas deve ser levado em conta quando da interpretação nas normas.
d) presente, sendo a mesma de toda norma constitucional, com a observação de que se trata de uma norma cogente de eficácia plena.
e) exacerbada, visto que o Preâmbulo é o resumo das normas constitucionais, garantindo, por si só e sob a proteção de Deus, sua eficácia normativa.

↳*Resposta:*

a) errado – apesar do Preâmbulo da Constituição brasileira ao ter força normativa (sem caráter de obrigatoriedade, coercibilidade) segundo o entendimento jurisprudencial e doutrinário, não há qualquer contradição entre o Estado brasileiro ser laico (não se vincular a nenhuma religião específica) e a expressão "na proteção de Deus" nele prevista. Quando se refere à proteção de Deus, o Preâmbulo está respeitando a crença da população que, em sua maioria, professa alguma religiosidade.

b) errado – o Preâmbulo não é considerado uma norma constitucional, mas uma posição ideológica do exercente do Poder Constituinte Originário (STF) ou uma Carta de intenções (José Afonso da Silva).

c) correto.

d) errado – como já se disse anteriormente, o Preâmbulo não tem sido considerado norma constitucional.

e) errado – ainda que a questão nos leve a acreditar no contrário, o Preâmbulo não é considerado norma constitucional, não tem força normativa, inclusive não é de reprodução obrigatória nas

Constituições estaduais (STF). Aliás, é a única parte da Constituição Federal que não tem coercibilidade.

23. (ESAF – AFC/CGU – 2006) Sobre Teoria Geral do Estado e princípios fundamentais na Constituição Federal de 1988, assinale a única opção correta.

a) Não é elemento essencial do princípio federativo a existência de dois tipos de entidade – a União e as coletividades regionais autônomas.
b) O princípio republicano tem como características essenciais: a eletividade, a temporariedade e a necessidade de prestação de contas pela administração pública.
c) O pluralismo político, embora desdobramento do princípio do estado Democrático de Direito, não é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.
d) Rege a República Federativa do Brasil, em suas relações internacionais, o princípio da livre iniciativa.
e) É um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, expresso no texto constitucional, a garantia do desenvolvimento nacional e a busca da autossuficiência econômica.

↳*Resposta:*

a) errado – ao contrário, o Estado federal se caracteriza por contar, pelo menos, com um ente central e entes regionais, todos com autonomia legislativa e administrativa.

b) correto – ao contrário da Monarquia Constitucional que é uma forma de governo que se caracteriza pela hereditariedade e vitaliciedade do chefe de Estado (Monarca), a República é uma forma de governo que se caracteriza pela eletividade e periodicidade (temporariedade) do chefe de Estado (Presidente da República).

c) errado – a CF/88 prevê no art. 1º, inciso V, o pluralismo político como um fundamento da República Federativa do Brasil, integrante dos Princípios Fundamentais (arts. 1º ao 4º).

d) errado – a livre iniciativa é também um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, conforme o art. 1º, inciso IV, e não um princípio internacional (art. 4º, incisos).

e) errado – a busca da autossuficiência econômica não está prevista entre os objetivos fundamentais (art. 3º), por outro lado o desenvolvimento nacional, sim (art. 3º, inciso II).

24. (FCC – Procurador do Banco Central – 2006) No sistema de separação dos poderes adotado pelo Brasil, a doutrina e a jurisprudência entendem que a regra é a indelegabilidade das atribuições de cada poder. Contudo, há casos em que a Constituição Federal vigente atenua essa regra. Assim o presidente da República pode delegar a atribuição de:

a) celebrar tratados, convenções e atos internacionais.
b) decretar e executar a intervenção federal.
c) conferir condecorações e distinções honoríficas.
d) conceder indulto e comutar penas.
e) exercer o comando supremo das Forças Armadas.

↳Resposta:

a) errado – indelegável e encontra-se previsto no art. 84, inciso VIII.

b) errado – indelegável e encontra-se previsto no art. 84, inciso X.

c) errado – indelegável e encontra-se previsto no art. 84, inciso XXI.

d) correto – encontra-se previsto no art. 84, inciso XII, e é delegável por decreto presidencial ao Procurador-Geral da República, ao Advogado-Geral da União e aos Ministros de Estado, conforme o art. 84, parágrafo único.

e) errado – indelegável e encontra-se previsto no art. 84, inciso XIII.

25. (FCC – Procuradoria Geral do Estado/São Paulo – 2002) O princípio da separação dos poderes, expresso no art. 2º da Constituição Federal,

a) possibilita que o Poder Judiciário conceda mandado de segurança, impetrado com a finalidade de anular ato imotivado de Presidente de Comissão Parlamentar de Inquérito que determine a quebra de sigilo bancário de pessoa suspeita de cometimento de crime contra o sistema financeiro nacional.
b) proíbe que o Chefe do Poder Executivo exonere o Advogado-Geral da União sem a aprovação, por maioria absoluta e por voto secreto, do Senado Federal.
c) permite que o Presidente da República expeça decretos visando a suprir a falta de leis.
d) autoriza o Supremo Tribunal Federal a declarar, em sede de ação direta de inconstitucionalidade, a nulidade de projeto de lei que vise a instituir o controle externo do Poder Judiciário.
e) autoriza que o Poder Legislativo receba queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões de autoridades públicas federais, estaduais, distritais e municipais com a finalidade de aplicar-lhes sanções administrativas.

↳Resposta:

a) correto – de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal.

b) errado – a Constituição Federal exige a concordância prévia, por maioria absoluta e votação sigilosa, do Senado Federal para a exoneração do Procurador-Geral da República (art. 52, inciso XI), mas não para a exoneração do Advogado-Geral da União.

c) errado – o Presidente da República pode expedir decreto para a execução de lei (art. 84, inciso IV), mas não para suprir a sua falta, pois se trataria de um decreto autônomo. Posteriormente a esse concurso, foi aprovada a EC 45 (dezembro de 2004) possibilitando a expedição de um decreto que, e acordo com parcela da doutrina, seria um decreto autônomo (art. 84, inciso VI). Mas mesmo este não visa a suprir a falta de lei.

d) errado – a própria CF/88 prevê a possibilidade do controle externo do Judiciário através, por exemplo, do Poder Legislativo que auxiliado pelo Tribunal de Contas, exerce a fiscalização financeira sobre as contas do Judiciário.

e) errado – autoriza, neste caso, a aplicar sanções judiciais.

26. (FCC – Procurador do Banco Central – 2006) O princípio da isonomia deflui, em termos conceituais, de um dos fundamentos constitucionalmente expressos da República Federativa do Brasil e que é a:

a) soberania.
b) publicidade.
c) dignidade da pessoa humana.
d) livre iniciativa.
e) não intervenção.

↳Resposta:

c) correto – a dignidade da pessoa humana, como fundamento da República Federativa do Brasil (art. 1º, inciso III), tem, entre outras aplicações, assegurar um tratamento de igualdade aos iguais e de desigualdade aos desiguais para que todos possam participar da vida em sociedade.

27. (ESAF – AFRF – 2005) Sobre os princípios fundamentais da Constituição de 1988, marque a única opção correta.

a) No caso do Federalismo brasileiro, a soberania é um atributo da União, o qual distingue esse ente da federação dos estados e municípios, ambos autônomos.
b) A adoção da dignidade humana como fundamento da República Federativa do Brasil tem reflexos, no texto constitucional brasileiro, tanto na ordem econômica como na ordem social.
c) A forma republicana de governo, como princípio fundamental do Estado brasileiro, tem expressa proteção no texto constitucional contra alterações por parte do poder constituinte derivado.
d) A especialização funcional, elemento essencial do princípio de divisão de poderes, implica o exercício exclusivo das funções do poder político – legislativa, executiva e judiciária – pelo órgão ao qual elas foram cometidas no texto constitucional.
e) Segundo a doutrina, o princípio do Estado Democrático de Direito resulta da reunião formal dos elementos que integram o princípio do Estado Democrático e o princípio do Estado de Direito.

↳Resposta:

a) errado – a soberania é atributo exclusivo da República Federativa do Brasil (art. 1º, inciso I), enquanto que as entidades federativas que a compõem (União, Estados, Município e o Distrito Federal) são autônomas (art. 18, "caput").

b) correto – há de se observar o art. 170, "caput" (ordem econômica) e art. 193, "caput" (ordem social). Este último prevê como objetivos o bem-estar e a justiça sociais, necessários para assegurar uma vida digna a todos.

c) errado – para parcela da doutrina, a forma de governo republicana seria "cláusula pétrea" implícita. É possível ainda afirmar que existe, de fato, uma proteção constitucional expressa à forma republicana, podendo submeter a entidade federativa que dela se distancie à intervenção (art. 34, inciso VII, alínea a e art. 35, inciso IV). Mas não se trata de "cláusula pétrea" expressa, pois não há proibição explícita contra emenda constitucional tendente a abolir esta forma de governo.

d) errado – os poderes (legislativo, executivo e judiciário) têm funções típicas e atípicas, estas últimas por força da adoção da "teoria dos freios e contrapesos". Ao aplicar esta teoria no direito constitucional brasileiro, o constituinte originário negou exclusividade dos poderes no exercício de suas funções típicas.

e) errado – não basta a reunião formal das expressões "democrático" e "direito". É necessário, para que se confirme um Estado Democrático de Direito (art. 1º, "caput"), que existam meios para concretizá-lo, tais como o direito do voto e a manifestação da iniciativa popular nas decisões públicas.

28. (ESAF – TRF – 2006) Sobre princípios fundamentais na Constituição de 1988, marque a única opção correta.

a) Em função da forma de governo adotada na Constituição de 1988, existe a obrigação de prestação de contas por parte da administração pública.
b) Por ser o Brasil uma federação, é reconhecida, na Constituição brasileira, a autonomia de Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios.
c) Em razão da independência funcional, um dos elementos essenciais do princípio de separação dos poderes, o exercício das funções que integram o poder político da União é exclusivo.
d) Segundo a doutrina, não se constitui em um princípio do Estado Democrático de Direito o princípio da constitucionalidade, o qual estaria ligado apenas à noção de rigidez constitucional.
e) A concessão de asilo diplomático é um dos princípios que rege o Brasil nas suas relações internacionais, conforme expressa previsão no texto da Constituição Federal de 1988.

↳*Resposta:*

a) correto – é característica da forma de governo republicano dar satisfação à sociedade dos atos dos poderes públicos.

b) errado – os territórios federais, caso venham a ser criados por lei complementar, integrarão a União (art. 18, parágrafo 2º). Isto significa dizer que não terão autonomia, sendo sua natureza jurídica próxima à de autarquias federais.

c) errado – as funções legislativas e administrativas da União não serão exercidas com exclusividade, já que a Constituição prevê competências exclusivas (art. 21), privativas (art. 22), concorrentes (art. 24) e comuns (art. 23).

d) errado – o controle da constitucionalidade dos atos dos poderes públicos implica em limitar o poder do governante, limitação esta absolutamente necessária à existência de um Estado democrático de direito.

e) errado – a CF/88 prevê a concessão do asilo político como um dos princípios internacionais (art. 4º, inciso X).

29. (ESAF – ATRFB – 2009) Assinale a única opção correta.

a) Todo o poder emana do povo, que o exerce apenas por meio de representantes eleitos, nos termos da Constituição Federal.
b) A República Federativa do Brasil não adota nas suas relações internacionais o princípio da igualdade entre os Estados.

c) A lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, devendo, ainda, ser efetuado o registro no órgão competente.
d) A Constituição Federal de 1988 não previu os direitos sociais como direitos fundamentais.
e) Embora resida, primariamente, nos Poderes Legislativo e Executivo, a prerrogativa de formular e executar políticas públicas, cabe, no entanto, ao Poder Judiciário determinar, ainda, que, em bases excepcionais, especialmente nas hipóteses de políticas públicas definidas pela própria Constituição, sejam estas implementadas pelos órgãos estatais inadimplentes, cuja omissão mostra-se apta a comprometer a eficácia e a integridade de direitos sociais impregnados de estatura constitucional.

↳*Resposta:*

a) errado – direta ou indiretamente (CF, art. 1º, § 1º e art. 14, incisos I, II e III).

b) errado – CF, art.4º, inciso V.

c) errado – CF, art.8º, inciso I.

d) errado – CF, art.6º.

e) correto – cabe ao Poder Judiciário julgar mandado de injunção (CF, art.5º, inciso LXXI) e ação direta de inconstitucionalidade por omissão (CF, art.103, § 2º).

30. (CESGRANRIO – Petrobras – 2008) De acordo com a doutrina, os princípios constitucionais fundamentais estabelecidos no Título I da Constituição Federal de 1988 podem ser discriminados em princípios relativos (i) à existência, forma e tipo de Estado; (ii) à forma de governo; (iii) à organização dos Poderes; (iv) à organização da sociedade; (v) à vida política; (vi) ao regime democrático; (vii) à prestação positiva do Estado e (viii) à comunidade internacional.
Adotando essa classificação, é exemplo típico de princípio fundamental relativo à forma de governo o princípio
a) federalista.
b) republicano.
c) de soberania.
d) do pluralismo político.
e) do Estado Democrático de Direito.

↳*Resposta:*

a) errado – trata-se de forma de Estado.

b) correto.

c) errado – trata-se de um dos fundamentos da República Federativa do Brasil (CF, art. 1º, inciso I).

d) errado – trata-se de um dos fundamentos da República Federativa do Brasil (CF, art. 1º, inciso V).

e) correto – trata-se do regime político adotado no Brasil e do princípio da legalidade (CF, art. 1º, "caput").

31. (CESGRANRIO – BACEN - 2010) A Constituição de 1988 estabelece alguns princípios fundamentais que apontam um perfil estruturante do Estado brasileiro e que devem, portanto, ser

observados pelos órgãos de governo. Nesse sentido, caso o Governo Federal decidisse adotar medidas a partir das quais o Estado passasse a planejar e dirigir, de forma determinante, a ordem econômica do país, inclusive em relação ao setor privado, essas medidas violariam o valor constitucional da

(A) soberania.
(B) República.
(C) Federação.
(D) livre iniciativa.
(E) supremacia do interesse público.

↳*Resposta:*

d) correto – de acordo com o art. 1º, inciso IV, da CF.

32. (FCC – DPE/SP – 2009) Assinale a afirmativa correta.

(A) Nosso federalismo prevê a atuação do poder constituinte derivado decorrente, por meio de instituições que correspondam à ideia centralizadora de afirmação do estado que atua em bloco único.
(B) A teoria da 'tripartição de poderes' confirma o princípio da indelegabilidade de atribuições, por isso qualquer exceção, mesmo advinda do poder constitucional originário, deve ser considerada inconstitucional.
(C) O princípio do pluralismo político refere-se à ideologia unitária da preferência político-partidária, já que nesse terreno é imperativa a aplicação da reserva da constituição.
(D) Nas relações internacionais aplica-se o princípio constitucional da intervenção, com repúdio ao terrorismo e defesa da paz, além da solução pacífica dos conflitos.
(E) O princípio republicano, que traduz a maneira como se dá a instituição do poder na sociedade e a relação entre governantes e governados, mantém-se na ordem constitucional, mas hoje não mais protegido formalmente contra emenda constitucional.

↳*Resposta:*

a) errado – é da natureza da forma de estado federal a descentralização, por isto também denominado estado composto, que se opõe ao estado centralizado, ou seja, unitário.
Por outro lado, por ser juridicamente ilimitado, o poder constituinte originário pode dispor livremente quanto à distribuição das competências.
b) errado – o princípio da separação dos poderes por ser considerada pela CF/88 "cláusula pétrea", está imune ao poder de reforma, mas não ao exercício do poder constituinte originário porque este tem como uma de suas características ser ilimitado juridicamente.
c) errado – o princípio do pluralismo político, que é um fundamento da República Federativa do Brasil (art. 1º, inciso V), dispõe sobre o direito de diversidade ideológica e também da liberdade negativa de não ter qualquer posição ideológica.

d) errado – nas relações internacionais aplica-se o princípio constitucional da não intervenção (CF, art. 4º, inciso IV), com repúdio ao terrorismo (CF, art. 4º, inciso VIII) e defesa da paz (CF, art. 4º, inciso VI), além da solução pacífica dos conflitos (CF, art. 4º, inciso VII).

e) correto – o princípio republicano foi considerado na CF/69 como "cláusula pétrea" expressa. A atual CF/88 não proíbe expressamente a exclusão deste princípio, mas boa parte da doutrina constitucionalista nacional reconhece-o como "cláusula pétrea" implícita.

(UnB/CESPE – MPU – 2010) A respeito dos princípios fundamentais, da aplicabilidade das normas constitucionais e dos direitos sociais, julgue o item a seguir.

33. A dignidade da pessoa humana, um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, apresenta-se como direito de proteção individual em relação ao Estado e aos demais indivíduos e como dever fundamental de tratamento igualitário dos próprios semelhantes.

↳*Resposta:*

correto – art. 1º, inciso III.

34. (FCC – DPE/RS – 2011) O ideal preconizado na Constituição Federal de 1988 é o de instituir um Estado Democrático de Direito, cujo ponto de equilíbrio são os direitos fundamentais, que também limitam o poder estatal. Vários de seus dispositivos indicam o cidadão como um dos maiores protagonistas na tomada de decisões relevantes para o País, por isso ela também é denominada de Constituição Cidadã. Na prática, porém, a participação popular ainda é incipiente, tanto que poucas são as leis de iniciativa popular.
De acordo com tais aspectos, é correto afirmar que

(A) a Constituição Federal contempla um modelo de democracia participativa, também denominada semidireta.

(B) a participação popular é exercida através do sufrágio universal, garantido a todos, sem exceção, bem como por meio do referendo.

(C) todo o poder emana do povo, que o exerce sempre por meio de representantes eleitos pelo voto secreto.

(D) a iniciativa popular propriamente dita consiste, no âmbito federal, na apresentação de projeto de lei ao Congresso Nacional, subscrito por 1% do eleitorado nacional, distribuído por pelo menos dez Estados-Federados, com não menos de 0,3% dos eleitores de cada um deles.

(E) a competência para autorizar referendo e convocar plebiscito é privativa do Congresso Nacional e é materializada por meio de resolução.

↳*Resposta:*

a) correto – a CF prevê a possibilidade de o povo tomar decisões políticas seja indiretamente, seja diretamente, de acordo com o art. 1º, parágrafo único e art. 14, "caput" e incisos I, II e III.

b) errado – a participação popular alcança os cidadãos, ou seja, aqueles que se encontram no exercício de seus direitos políticos, plenos ou limitados.

c) errado – o poder popular pode ser exercido direta ou indiretamente, como já se disse anteriormente.

d) errado – a opção se refere à iniciativa popular junto ao legislativo federal (CF, art. 61, § 2º) e necessita de cidadãos presentes em pelo menos cinco Estados.

e) errado – na esfera federal, a competência para autorizar referendo e convocar plebiscito é exclusiva do Congresso Nacional (CF, art. 49, inciso XV) e é materializada por meio de decreto legislativo.

35. (FCC – DPE/RS – 2011) É correto afirmar:

(A) As normas do ADCT não podem ser alteradas por meio de emendas constitucionais, pois são de natureza transitória.

(B) O preâmbulo da Constituição Federal, ao referir-se expressamente ao pacto federativo, está a indicar a intenção do constituinte em instituir um Estado Democrático e, por isso, deve ser considerado quando da interpretação das normas.

(C) São objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil previstos e assim descritos no artigo 3º da Constituição Federal, construir uma sociedade livre, justa e pluralista, garantir o desenvolvimento regional, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e locais, promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

(D) São fundamentos da República Federativa do Brasil a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, a livre concorrência, o voto direto e secreto e o pluralismo político.

(E) Os direitos sociais estão expressamente referidos no preâmbulo da Constituição Federal de 1988, assim como os direitos fundamentais e o pluralismo político.

↳*Resposta:*

a) errado – várias normas do ADCT foram alteradas e outras acrescentadas por meio de emendas constitucionais.

b) errado – de acordo com o STF, o preâmbulo se manifesta como uma posição ideológica do Constituinte Originário; para o doutrinador José Afonso da Silva, o preâmbulo é uma carta de intenções quando do exercício do poder constituinte originário. Para ambos, o preâmbulo não tem força normativa e não se presta como instrumento de interpretação.

c) errado – ver o art. 3º, incisos, da CF.

d) errado – ver o art. 1º, incisos, da CF.

e) correto.

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Os termos *direitos humanos, direitos do homem* e *direitos fundamentais* têm sido usados indistintamente, os dois primeiros mais frequentemente pelos anglo-americanos e latinos e o último pelos publicistas alemães. Existe o entendimento no sentido de que os direitos fundamentais seriam direitos humanos positivados em Constituições soberanas.

Os primeiros direitos fundamentais a se apresentarem no panorama ocidental foram os direitos individuais, daí serem conhecidos como *direitos de primeira geração* ou *primeira dimensão de direitos*, compreendidos como aqueles inerentes ao homem e oponíveis ao Estado (sujeitos a prestações negativas), a saber: o direito a liberdade (especificamente as liberdades civis e políticas) Ou seja, são direitos de resistência ou de oposição perante o Estado Liberal. Seu surgimento jurídico data de fins do século XVIII, quando das declarações de direitos dos Estados Unidos, em 1776: *Declaração de Virgínia*, *Declaração de Pensilvânia* e a *Declaração de Maryland*, seguida das nove emendas da Constituição de 1787. E na Revolução Francesa de 1789, da *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, tendo como principal base teórica e filosófica o *Contrato Social* de Rousseau e as concepções jusnaturalistas. A partir daí estes direitos ganharam a característica da *universalidade* e *generalização*.

Os próximos direitos a se apresentarem no cenário constitucional foram os direitos sociais, daí serem conhecidos como *direitos de segunda geração* ou *segunda dimensão de direitos*, com a instalação do Estado do Bem Estar Social ao término da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), quando "a concepção liberal-burguesa do homem abstrato e artificial foi substituída (na verdade somada) pelo conceito do homem em sua concretude histórica, socializando-se então os direitos humanos" [14], dominando o século XX, da mesma forma que os direitos de primeira geração dominaram o século XIX. O Estado deixa de apenas se abster (prestação negativa) como também tem o dever de atuar em outros momentos a fim de que sejam assegurados aqueles direitos sociais, culturais, econômicos e coletivos (prestação positiva) como habitação, moradia, alimentação, segurança social, além de que o direito de propriedade adquire restrições para atender a sua função social. Na pós-Segunda Guerra (1939-1945) ocorre a internacionalização dos direitos humanos, com a assinatura de tratados internacionais dando proteção a espécie humana como: *Declaração Universal dos Direitos do Homem* (Paris, 1948); *Pactos Internacionais de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e de Direitos Cívicos e Políticos* (em vigor desde 1976) e *Convenção Americana de Direitos do Homem* (conhecida como *Pacto de San José da Costa Rica*, assinado pelos Estados americanos em 1969). No Brasil, este Pacto só foi celebrado após o advento da atual CF/88.

Ainda foram introduzidos os direitos de *terceira geração* (como o direito ao desenvolvimento, à paz, ao meio-ambiente equilibrado, à comunicação e ao patrimônio comum da humanidade) e os de *quarta geração* (como o direito à democracia, à informação e ao pluralismo). O fato é que todas essas gerações

[14] Kildare Gonçalves Carvalho - *Direito Constitucional Didático* - Del Rey, Belo Horizonte, 1996, p.186.

de direitos interagem-se entre si, complementam-se, não significando, portanto, que o surgimento de uma exclua as precedentes.

Cabe lembrar que novas gerações (ou dimensões) de direitos vêm sendo reconhecidas ao longo da histórias, tais como as de 5ª, etc.

QUESTÕES DE PROVA

Por força da mudança de entendimento do STF e/ou da alteração da legislação desde a aplicação da prova, essas questões podem ter mais de uma resposta ou nenhuma resposta.

1. (ESAF – AGU – 99) - Assinale a opção correta:
   a) Segundo a jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal, os direitos fundamentais não podem ser regulados por medida provisória.
   b) Nos casos autorizados pela Constituição, pode o legislador ordinário alterar completamente a conformação de determinados direitos fundamentais.
   c) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a limitação aos direitos fundamentais há de observar o princípio da proporcionalidade.
   d) É pacífico na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal o entendimento segundo o qual os direitos fundamentais não têm aplicação às relações entre particulares.
   e) Em caso de colisão entre direitos fundamentais, recomenda a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal que se identifique e se aplique a norma de hierarquia mais elevada.

Resposta:

a) errado – nem o STF, nem a doutrina e nem a própria Constituição proíbe que medida provisória regulamente direitos individuais. Cabe lembrar que devem ser observadas as ressalvas previstas na CF, nos arts. 62, §1º e 246, introduzidas pela EC 32, de 11/09/2001.

b) errado – se o direito fundamental estiver previsto em norma constitucional de eficácia limitada, deverá ser regulamentado, sem alterar o seu conteúdo, salvo se para ampliar o direito. Por outro lado, se o direito fundamental estiver previsto em norma constitucional de eficácia contida, poderá haver norma regulamentadora restringindo o direito, desde que a restrição não seja de tal monta que impeça o exercício do direito.

c) certo – como foi dito em relação ao item anterior, a restrição ao direito fundamental previsto em norma constitucional de eficácia contida não poderá ser de forma a impedir o exercício do próprio direito.

d) errado – ao contrário, é pacífico na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal o entendimento segundo o qual os direitos fundamentais têm aplicação às relações entre particulares. Os reflexos que os direitos fundamentais causam nas relações interprivadas denominam-se efeitos horizontais dos direitos.

e) errado – ainda que parcela da doutrina se utilize da expressão "colisão de direitos", na verdade há apenas a aplicação de um determinado direito, em certo caso concreto, considerando o direito que concretamente está sofrendo maior lesão. O erro do item reside em hierarquizar direitos, o que é

impossível em uma Constituição rígida e, portanto, de supremacia formal, onde todas as normas têm igual importância.

2. (ESAF – AFTN - 98) - Assinale a opção correta:
   a) Segundo entendimento dominante na doutrina, os direitos fundamentais podem ser regulamentados por medida provisória.
   b) Os direitos constantes do catálogo de direitos individuais e coletivos estão elencados de forma exaustiva.
   c) Os direitos constantes de tratados internacionais são intangíveis, não podendo ser alterados sequer por emenda constitucional.
   d) Segundo a jurisprudência dominante, somente os direitos constantes do catálogo de direitos individuais gozam de proteção da *cláusula pétrea*.
   e) No sistema constitucional brasileiro, os direitos previstos em tratado internacional são dotados de força de uma norma constitucional.

↳*Resposta:*

a) correto – conforme já observado na questão anterior, nem o STF, nem a doutrina e nem a própria Constituição proíbe que medida provisória regulamente direitos individuais. Cabe lembrar que devem ser observadas as ressalvas previstas na CF, nos arts. 62, §1º e 246, introduzidas pela EC 32, de 11/09/2001.

b) errado – existem outros direitos e garantias individuais e coletivos além daqueles previstos no art. 5º, como por exemplo, aqueles previstos no art. 150, incisos.

c) errado – os direitos previstos em tratados internacionais poderão ser alterados por norma infraconstitucional ou por emenda constitucional se internalizado como lei federal, por meio de promulgação do presidente de República. Por outro lado, se internalizado no ordenamento jurídico como emenda constitucional, por meio de aprovação semelhante à de uma EC (art. 5º,§ 3º, introduzido por meio da EC 45) poderá ser alterado por outra EC desde que não o venha a abolir.

d) errado – além daqueles previstos no art. 5º, existem outros direitos individuais fundamentais previstos na CF, todos "cláusulas pétreas".

e) errado – com o advento da EC 45, que incluiu o § 3º, o art. 5º, há, atualmente, a possibilidade de que direitos previstos em tratado internacional venham a ser dotados de força semelhante à de uma emenda constitucional desde que, e só se, aquele tratado internacional passar por uma aprovação semelhante à de uma emenda constitucional.

3. (UnB/CESPE - AGU - 2004) No que se refere às declarações de direitos, aos direitos e garantias individuais e coletivos e, ainda, ao princípio da legalidade, ao princípio da isonomia e ao regime constitucional da propriedade na Constituição da República de 1988, julgue os itens subsequentes.
   1. A Declaração de Direitos do Bom Povo da Virgínia constitui a primeira declaração de direitos fundamentais em sentido moderno, sendo anterior à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão francesa.

2. As garantias institucionais, uma decorrência dos direitos fundamentais de segunda geração, tiveram papel importante na transformação do Estado em agente concretizador dos direitos coletivos ou de coletividades, sociais, culturais e econômicos.
3. Segundo a doutrina, os efeitos horizontais dos direitos, liberdades e garantias individuais dizem respeito às suas limitações recíprocas, na ordem constitucional.
4. No caso brasileiro, a aplicação do princípio da legalidade a uma matéria não afasta a possibilidade de que, sob certas condições expressas no texto constitucional, seja ela regulada por um ato equiparado à lei formal.
5. O princípio da isonomia, em seu sentido de igualdade formal, não admite o tratamento diferenciado entre os indivíduos.

↳*Resposta:*

1) correto – ainda que a declaração de direitos americana seja anterior, a francesa foi mais completa e por isso tornou-se um marco no reconhecimento de direitos de primeira geração ou de primeira dimensão.

2) correto – o reconhecimento dos direitos de segunda geração ou de segunda dimensão criou ao estado o dever de agir legislativa e administrativa a fim de alcançar certas metas.

3) errado – para a doutrina, os efeitos horizontais dos direitos, liberdades e garantias individuais dizem respeito à aplicação desses direitos, liberdade e garantias às relações entre particulares. Já as limitações recíprocas dizem respeito ao dever que tem o particular de respeitar o direito do outro.

4) correto – o princípio da legalidade previsto na Constituição em vários momentos (por exemplo, no art. 5º, inciso II; art. 37, caput; e art. 150, inciso I) autoriza que medida provisória (art. 62), que é ato normativo com força de lei, ainda que não seja lei formal, legisle sobre alguns assuntos submetidos àquele princípio (veja, por exemplo, matéria tributária, de acordo com o art. 150, inciso I e art. 62, § 2º).

5) errado – o princípio da igualdade sob o aspecto material significa criar condições concretas para o exercício da isonomia. Por outro lado, o princípio da igualdade sob o aspecto formal pode se manifestar através de lei dando tratamento desigual aos desiguais na medida de desigualdade, como uma manifestação da política de inclusão, também chamada de política de ação afirmativa.

4. (UnB/CESPE –TCU – 2004) No que se refere à aplicação e à interpretação das normas de direitos fundamentais, julgue os itens subsequentes.

1. A noção atual de que a Constituição Federal alberga e positiva valores fundamentais da sociedade, combinada com a inequívoca posição de *lex superior* que ostenta, leva o intérprete à conclusão de que todos os princípios jurídicos nela positivados hão de ter eficácia jurídica.
2. Na concepção liberal-burguesa, os direitos fundamentais são oponíveis apenas contra o Estado, uma vez que eles existem essencialmente para assegurar aos indivíduos um espaço de liberdade e autonomia contra a ingerência indevida do poder público. Logo, tal concepção não agasalha a tese da eficácia dos direitos fundamentais no âmbito das relações interprivadas.
3. A norma que garante aplicabilidade aos direitos fundamentais somente se refere aos direitos arrolados no art. 5º da Constituição Federal.

4. A norma constante do art. 5º, segundo a qual o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor, é de eficácia contida, tendo em vista a necessidade de intermediação legislativa.
5. O princípio processual penal do *favor rei*, de inspiração nitidamente democrática, está expresso, entre outras ideias, na disposição constitucional que assegura que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

Resposta:

1) correto – todas as normas constitucionais sejam normas-regras (particularidade), sejam normas-princípios (universalidade), tem eficácia (plena, contida ou limitada).

2) errado – os direitos fundamentais devem ser observados no espaço público e no espaço privado (neste segundo caso, a doutrina denomina de efeitos horizontais dos direitos).

3) errado – de acordo com o entendimento doutrinário e jurisprudencial o art. 5, §1º, ao assegurar que "os direitos e garantias tem aplicação imediata", aplica-se a todos os direitos e garantias fundamentais, e não apenas aos do art. 5º.

4) errado – o inciso XXXII, do art. 5º, tem eficácia limitada, porque depende de regulamentação legal, isto é, intermediação legislativa.

5) correto – conforme o art. 5º, inciso LVII, mas também o inciso XL, entre outros.

"favor rei" significa a favor do réu.

5. (ESAF – Procurador do Distrito Federal – 2004) Suponha a existência de uma lei ordinária regularmente aprovada com base no texto constitucional de 1969, a qual veicula matéria que, pela Constituição de 1988, deve ser disciplinada por lei complementar. Com base nesses elementos, pode-se dizer que tal lei:

a) foi revogada por incompatibilidade formal com a Constituição de 1988.
b) incorreu no vício de inconstitucionalidade superveniente em face da nova Constituição.
c) pode ser revogada por outra lei ordinária.
d) foi recepcionada como lei ordinária, mas somente pode ser modificada por lei complementar.
e) pode ser revogada por emenda à Constituição Federal.

Resposta:

e) correto – não havendo incompatibilidade material, esta lei foi recepcionada como lei complementa e pode ser revogada por outra lei complementar, pelo critério cronológico, ou por emenda à Constituição, pelo critério hierárquico.

6. (ESAF - Procurador do Distrito Federal – 2004) Quanto ao regime dos direitos, garantias e deveres fundamentais, consagrado na Constituição de 1988, é correto afirmar que:

1. os direitos e garantias fundamentais expressos na Constituição Federal não poderão ser objetos de restrição ou suspensão, salvo na vigência de estado de defesa ou estado de sítio.
2. emenda à Constituição não pode abolir o dever fundamental de votar.

3. os direitos individuais estão garantidos contra o poder de emenda, mas não contra o poder de revisão constitucional.
4. os direitos e garantias expressos na Constituição Federal têm aplicabilidade imediata, o que significa dizer que são assegurados materialmente independentemente de qualquer prestação positiva por parte dos poderes públicos.
5. a reprodução em emenda constitucional de direito constante de tratado internacional sobre direitos humanos em que a República Federativa do Brasil seja parte eleva esse direito no ordenamento jurídico brasileiro a *status* constitucional.

Resposta:

1) errado –mesmo os direitos e garantias fundamentais individuais, que são "cláusulas pétreas" (CF, art. 60, § 4º, inciso IV) poderão sofrer restrições em tempo de normalidade na federação brasileira se presentes em normas constitucionais de eficácia contida.

2) errado – emenda constitucional não pode abolir o direito de votar por se tratar de uma "cláusula pétrea" (art. 60, § 4º, inciso II), enquanto o dever de votar pode ser abolido. Isto significa dizer que o voto obrigatório pode ser transformado em facultativo e vice-versa, desde que não seja retirado o direito de voto.

3) errado – tanto o exercício do poder de emenda (art. 60, CF) como o exercício do poder de revisão (art. 3º, ADCT) se submetem às limitações materiais.

4) errado – ter aplicação imediata (art. 5º, § 1º) significa ser exigível desde logo, enquanto que a eficácia (capacidade de produzir efeitos) pode ser plena, contida e limitada. As duas primeiras são de aplicabilidade direta e imediata, a terceira é de aplicabilidade indireta e mediata.

5) correto – em primeiro lugar, se a matéria objeto de tratado internacional for objeto de emenda constitucional, naturalmente se eleva a condição de norma constitucional. Por outro lado, se um tratado internacional se refere a direitos humanos e é aprovado pelo mesmo processo de uma emenda constitucional, passa a ter força semelhante à de uma emenda constitucional, conforme a CF, art. 5º, § 3º.

7. (UnB/CESPE – INSS – 2003) O direito constitucional contemporâneo não pode ser aceito como um sistema de regras que organiza os poderes do Estado Nacional. Vai para além disso. Cuida da liberdade e da igualdade como pontos centrais do seu desenvolvimento. Com isso, pode-se dizer que, onde houver direito constitucional, haverá discussão sobre liberdade e igualdade irradiada sobre todos os demais direitos fundamentais.

Hoje, quem estuda direito constitucional não pode prender-se apenas à formalidade, sob pena de estar em franco descompasso. Exige-se o estudo não só de mecanismos formais, mas daquilo que se costuma chamar de direito material constitucional. Esse estudo requer, também, uma nova "sensibilidade jurídica", como diz Geertz. Mais: exige do jurista e de todos os cidadãos uma apropriação da hermenêutica como método de compreensão desse universo.

Considerando o texto acima e a doutrina relativa a direito fundamentais, julgue os itens de 1 a 6.

1. O texto permite a ilação de que o direito constitucional contemporâneo deve ser estudado na ótica de compreensão dos direitos fundamentais.

2. O autor sobrepõe a igualdade e a liberdade ao ideal clássico de organização do Estado, bem como reconhece a impossibilidade de se desvincular a hermenêutica (método de conhecimento) de seu objeto (direitos fundamentais).
3. No Estado democrático de direito, ao contrário do que ocorria no Estado liberal e no Estado do bem-estar social, a discussão sobre liberdade e igualdade perdeu sua importância, dando lugar ao direito à segurança e à propriedade.
4. O direito à vida relaciona-se tanto ao direito de continuar vivo quanto ao de ter uma vida digna em relação à própria subsistência.
5. A reserva legal tem uma abrangência maior, mas menor densidade que o princípio da legalidade, uma vez que este trata de matéria exclusiva do Poder Legislativo, sem participação do Executivo.
6. Os conceitos de intimidade e de vida privada são interligados e possuem o mesmo raio de amplitude, uma vez que dizem respeito às relações subjetivas do cidadão e ao trato íntimo da pessoa.

↳*Resposta:*

1) correto – o direito constitucional tem como objeto necessário de estudo a declaração de direitos.

2) correto – o direito constitucional atual dá aos princípios da liberdade e da igualdade uma interpretação mais ampla do que aquela do século XVIII, que observava o indivíduo isolado.

3) errado – todos esses direitos constitucionais são igualmente importantes.

4) correto – o direito à vida pressupõe qualidade de vida.

5) errado – o princípio da legalidade é mais abrangente na medida em que se manifesta através de lei formal e lei material. Já o princípio da reserva legal é mais denso, se manifesta por lei formal e, às vezes, se submete a sanção ou veto do chefe do Executivo (quando se tratar de lei complementar ou lei ordinária).

6) errado – os dois conceitos se diferem no sentido de que o conceito de intimidade se refere à pessoa, tal como a honra, imagem e convicção política, enquanto privacidade é externa ao indivíduo, mas se restringe a esfera particular e fechada do indivíduo, tal como o do ambiente familiar ou do trabalho, por exemplo.

8. (UnB/CESPE – INSS – 2003) No que se refere aos direitos sociais, julgue os itens 1 e 2.
   1. Os direitos sociais são direitos fundamentais, caracterizados como liberdades positivas e negativas conquistadas no âmbito do Estado democrático de direito, com finalidade de concretização social.
   2. Todos os direitos sociais do cidadão brasileiro estão dispostos na Constituição da República de 1988, que enumerou exaustivamente os direitos fundamentais constitucionais dos trabalhadores em capítulo específico.

Resposta:

1) errado – os direitos sociais são liberdades positivas, que impõem ao Estado o dever de fazer, enquanto os direitos individuais impõem ao Estado o dever de se abster, tratando-se de liberdades negativas.

2) errado – a CF elencou os direitos fundamentais sociais dos trabalhadores de forma exemplificativa, conforme se depreende do art. 7º, caput.

9. (UnB/CESPE - TCE/PE - 2004) Em relação aos direitos e garantias fundamentais, julgue os itens que se seguem.

1. Na evolução dos direitos fundamentais, consolidou-se a classificação deles em diferentes gerações (direitos fundamentais de primeira, segunda e terceira gerações), as quais se sucederam e se substituíram ao longo do tempo, a partir, aproximadamente, da Revolução Francesa de 1789.
2. A Constituição de 1988 permite que, em determinadas circunstâncias, homens e mulheres sejam tratados desigualmente.
3. A aquisição dos direitos políticos não ocorre pelo simples nascimento com vida, como se dá em relação a alguns direitos civis, mas por meio do alistamento eleitoral; este, porém, ainda quando realizado de maneira correta, não confere ao eleitor com 16 anos de idade, integralmente, a capacidade eleitoral passiva.

Resposta:

1) errado – os direitos fundamentais não se substituíram, mas se somaram.

2) correto – trata-se da aplicação do princípio da igualdade ou da isonomia material, isto é, dar um tratamento desigual aos desiguais na proporção de sua desigualdade, como por exemplo, art. 7º, inciso XX.

3) correto – os maiores de 16 anos podem se alistar e votar (art. 14, § 1º, inciso I) ou seja, a capacidade eleitoral ativa, mas não podem se eleger para nenhum cargo (art. 14, § 3º, inciso VI), ou seja, a capacidade eleitoral passiva.

10. (ESAF – Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental – 2005) Assinale a opção correta.

a) Considera-se direito fundamental todo direito individual previsto na Constituição ou na legislação ordinária federal.
b) Constitui característica típica dos direitos fundamentais de índole social dependerem eles de serem desenvolvidos pelo legislador ordinário, para que, só então, possam produzir efeitos jurídicos.
c) Pessoa jurídica pode ser titular de direitos fundamentais no Brasil.
d) A Constituição veda que se criem outros direitos fundamentais além daqueles que expressamente foram reconhecidos pelo poder constituinte originário.
e) Direitos fundamentais podem ter incidência em relações jurídicas entre particulares, mesmo que o Poder Público delas não participe.

Resposta: há duplicidade de opções corretas

a) errado – os direitos fundamentais podem ser individuais, coletivos, sociais, à nacionalidade, políticos e partidos políticos. Cabe lembrar que nem todo direito previsto na Constituição se traduz em direito fundamental. Por outro lado, os direitos fundamentais, em regra, se encontram no interior da Constituição Federal. Mas é possível a existência desses direitos fora do texto constitucional como, por exemplo, aqueles direitos humanos presentes em tratados internacionais que sejam aprovados duas vezes em cada Casa congressual por, no mínimo, três quintos em cada uma delas (CF, art. 5º, §3º).

b) errado – apesar de boa parte dos direitos sociais fundamentais estarem previstos em normas constitucionais de eficácia limitada (ainda que produzam um mínimo de efeitos), outros tantos independem de qualquer ato dos Poderes Públicos, produzindo todos os efeitos desde logo.

c) correto – a banca ESAF considerou essa opção errada, mas é importante notar que o entendimento da doutrina e do STF é no sentido de reconhecer à pessoa jurídica alguns direitos fundamentais, tais como direito à honra e à imagem (CF, art. 5º, inciso X, e informativo do STF nº. 262) e o direito a assistência jurídica integral e gratuita desde que comprovado de plano a insuficiência de recursos (CF, art. 5º, inciso LXXIV, e informativo do STF nº. 277).

d) errado – a Constituição Federal autoriza a criação de novos direitos, inclusive deixando claro essa autorização no seu art. 5º, § 2º, "os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte". A emenda constitucional nº 45, por exemplo, criou um novo direito individual fundamental, presente no art. 5º, inciso LXXVIII: "a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação".

e) correto – esta foi a questão que a banca ESAF considerou correta. De fato, também está correta. Os direitos fundamentais têm que ser observados nas relações entre os particulares e o poder público (efeitos verticais dos direitos fundamentais), assim como entre os particulares, nas relações interprivadas (efeitos horizontais dos direitos).

11. (Fundação Universa – PC/DF – 2008) A teoria dos direitos fundamentais leva ao estudo daqueles de natureza indisponível por parte dos cidadãos, na medida de sua titularidade pela comunidade como um todo, como a essência mínima de caracterização da própria definição de sociedade humana. A respeito dos direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa correta.

a) Por caracterizarem espécie altamente diferenciada de direitos, impondo, inclusive, limitações ao poder constituinte derivado, é assente na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal que, como exceção que são assim devem ser tratados, restringindo-os às espécies previstas no art. 5º, da Constituição Federal, o conhecido artigo da cidadania.
b) Na evolução das conhecidas dimensões dos direitos fundamentais, há, sucessivamente, substituição de direitos na medida do atingimento de novos estágios.
c) Todos os direitos previstos no art. 5º, da Carta Federal também têm sido deferidos pelo Supremo Tribunal Federal mesmo aos estrangeiros não residentes.
d) Os direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

e) Tendo em conta o histórico do nascimento dos direitos fundamentais, não há que se considerar a sua aplicação em face dos particulares.

↳*Resposta:*

a) errado – são consideradas "cláusulas pétreas" apenas os direitos e garantias fundamentais individuais e devem ser interpretados de forma extensiva. Alem daqueles arrolados no art. 5º, existem outros espalhados pela atual Constituição brasileira.

b) errado – as gerações ou dimensões de direitos se somam e não se excluem.

c) errado – o STF tem interpretado de forma extensiva, apesar do "caput" do art. 5º se dirigir apenas aos brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil. Porém, nem todos os direitos são assegurados aos estrangeiros, como por exemplo, aquele previsto no art. 5º, inciso LI.

d) correto – conforme o art. 5º, § 1º, da CF.

e) errado – os direitos fundamentais obrigam aos poderes públicos e aos particulares, que devem respeitar os direitos dos demais particulares.

(UnB/CESPE – AGU – 2010) Considerando a Constituição Federal de 1988, julgue o item a seguir.

1. Embora se saliente, nas garantias fundamentais, o caráter instrumental de proteção a direitos, tais garantias também são direitos, pois se revelam na faculdade dos cidadãos de exigir dos poderes públicos a proteção de outros direitos, ou no reconhecimento dos meios processuais adequados a essa finalidade.

↳*Resposta:*

correto – de acordo com o constitucionalista José Afonso da Silva, as garantias são direitos dos direitos, já que é direito das pessoas reclamarem seus direitos.

I. DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (art. 5)

a) **Deveres** individuais e coletivos

"Por deveres, em sentido genérico, deve-se entender as situações jurídicas de necessidade ou de restrições de comportamento impostas pela Constituição às pessoas" [15]. Ainda que não apareçam de forma explícita e expressa, pode-se concluir pela sua conexão aos direitos, decorrendo destes "na medida em que cada titular dos direitos individuais tem o dever de reconhecer e respeitar igual direito do outro" [16]. A imposição desses deveres tem como destinatários todos, especialmente o Poder Público e seus agentes.

b) **Direitos** individuais e coletivos

Convém lembrar que os direitos individuais e coletivos, apesar de guardarem na Constituição um capítulo próprio, encontram-se espalhados por toda ela. Neste tópico busca-se estudar apenas aqueles expressamente incursos no domínio do art. 5º, por razões puramente didáticas.

Quanto aos destinatários há divergência doutrinária: a parte majoritária prefere compreender a expressão "*estrangeiros residentes no Brasil"* (*caput* do art. 5º) no sentido de que a Constituição assegura esses direitos (igualdade, liberdade, vida, propriedade e segurança) a todos que estejam em território brasileiro, residentes ou não (portanto, também os turistas e aqueles em trânsito) porque tendo caráter universal "deles serão destinatários todos os que se encontrem sob a tutela da ordem jurídica brasileira, pouco importando se são nacionais ou estrangeiros" [17] (**deve-se utilizar este primeiro posicionamento para fins de concurso público, já que é o entendimento do Supremo Tribunal Federal**); outra parte da doutrina, neste caso minoritária, prefere o entendimento de que se estrangeiro não é residente, mas esteja de passagem pelo país terá com certeza essa proteção, mas por norma infraconstitucional[18].
Vale lembrar que aos brasileiros serão assegurados esses direito, independentemente de se encontrarem em território nacional ou não.

Quanto aos direitos coletivos, apenas as liberdades de reunião e de associação (art. 5º, incisos XVI a XX), o direito de entidade associativa de representar seus filiados (art. 5º, inciso XXI) e os direitos de receber informações de interesse coletivo (art. 5º, inciso XXXIII) e de petição (art. 5º, inciso XXXIV, alínea a) são considerados direitos coletivos dentre todos aqueles previstos no art. 5º da Constituição Federal. "Alguns deles não são propriamente direitos coletivos, mas *direitos individuais de expressão coletiva*,

[15] Idem, p.193.
[16] José Afonso da Silva - *Curso de Direito Constitucional Positivo* - Malheiros, 2002, p.199.
[17] Kildare Gonçalves Carvalho …, p. 192
[18] Assim José Afonso da Silva, p. 194 a 196.

como as liberdades de reunião e associação" [19], enquanto outros dão motivo a classificação "porque conferidos não em função de interesse individual, mas da coletividade, específica ou genérica"[20].

Direito à vida: diz respeito ao direito à existência física e moral, incluindo em seu conceito o direito à privacidade, o direito à integridade físico-corporal, o direito à integridade moral e o direito à existência. Em consequência, a pena de morte é proibida no território brasileiro em tempo de paz, podendo ser excepcionada apenas em tempo de guerra declarada (art. 5º, inciso XLVII, alínea a e art. 84, inciso XIV) e não em mero estado de beligerância. Além disso, a adesão ao *Pacto de San José da Costa Rica* estabelece essa obrigação convencional de não adoção da pena de morte no país, impedindo inclusive a extradição quando a pena cominada for à de morte. Outras cláusulas constitucionais do art. 5º que podem ser citadas, exemplificativamente, são aquelas dos incisos III e XLIII (no que diz respeito à tortura), V, X e XLIX.

Direito à privacidade: este direito integra o direito anterior, porque não expresso explicitamente no *caput* do art. 5º, mas de forma reflexa. O seu corolário manifesta-se no inciso X do art. 5º: proteção à intimidade (esfera secreta da vida do indivíduo na qual este tem o poder legal de evitar os demais[21], abrangendo a inviolabilidade do domicílio (5º, inciso XI), o sigilo de correspondência (5º, inciso XII) e o segredo profissional (5º, inciso XIV), à vida privada (conjunto de modo de ser e viver, como direito de o indivíduo sua própria vida, a vida interior que se debruça sobre a mesma pessoa, sobre os membros de sua família, sobre seus amigos, protegendo, portanto o segredo da vida privada e a liberdade da vida privada[22]), à honra (conjunto de qualidades que caracterizam a dignidade da pessoa, o respeito dos concidadãos, o bom nome, a reputação[23]) e à imagem (aspecto físico, perceptível visivelmente[24]). A violação a qualquer destes direitos poderá conduzir à indenização. Além disso, a Constituição buscou resguardar esses direitos com o remédio protetor do *Habeas Data* (art. 5º, inciso LXXII).

Direito à igualdade: não se busca igualizar as desigualdades naturais ou físicas, pois estas são fonte da riqueza humana da sociedade plural. O que se busca é igualizar a desigualdade moral ou política, fruto de convenções, ou seja, a igualdade jurídica, que será "satisfeita se o legislador tratar de maneira igual os iguais e de maneira desigual os desiguais" [25]. Assim o *caput* do art. 5º estabelece o princípio da isonomia (igualdade jurídica) não só formal (perante a lei), mas também material (observando as desigualdades e impedindo quaisquer discriminações). Cláusulas constitucionais do art. 5º que podem ser citadas, exemplificativamente, são aquelas dos incisos I (admitindo-se apenas as discriminações feitas pela própria CF), XXXV(garantia da acessibilidade à justiça: igualdade de ordem formal) e LXXIV (garantia da acessibilidade à justiça: igualdade de ordem material), XXXVII (princípio da igualdade da

[19] Idem, p. 198
[20] Idem, p.262
[21] Idem, p.210
[22] Idem, p.211
[23] Idem, p.212
[24] Idem, p.212
[25] Idem, p.216

Justiça), LIII (princípio do juiz natural), LV (princípio do contraditório e da ampla defesa do acusado), LIV (princípio do devido processo legal).

Direito à liberdade: São várias as formas de liberdade que a CF busca dar conta, porém existe aquela liberdade primeira que serve de base, de matriz para todas as demais que é a *liberdade de ação em geral, a liberdade geral de atuar*[26]: a liberdade de ação prevista no art. 5º, inciso II (princípio da legalidade). Portanto, diversamente da atuação dos agentes públicos, a sociedade civil tem como regra a liberdade de agir, só podendo ser excepcionada e condicionada quando a lei (lei no sentido formal e material: no primeiro caso, por exemplo, a lei constitucional ou infraconstitucional elaborada pelo Congresso Nacional, de acordo com o procedimento exigido pela Constituição Federal, no segundo caso, por exemplo, medida provisória) assim exigir. A partir daí pode-se identificar as liberdades: liberdade de locomoção (art. 5º, inciso XV e tem como remédio garantidor o *Habeas Corpus* - art. 5º, inciso LXVIII), liberdade de manifestação do pensamento e de opinião (art. 5º, incisos IV e VIII, incluindo-se aí a liberdade de escusa de consciência e a liberdade religiosa), liberdade de comunicação (art. 5º, incisos IV e IX, incluindo-se aí a criação, expressão e manifestação por meios de comunicação), liberdade de exercício profissional (art. 5º, inciso XIII), liberdade de informação jornalística (art.5º, inciso XIV).

Direito à propriedade: previsto no art. 5º, inciso XXII, é relativizado em razão do inciso seguinte que, eliminando o seu caráter exclusivo e ilimitado, impõe uma restrição matriz: atender ao interesse da sociedade (função social da propriedade) e estabelecendo a seguir aquelas restrições (art. 5º, inciso XXIV, XXV, XXVI e XXIX (neste caso tratando de uma propriedade imaterial: o direito do autor)). São essas limitações espécies de "*restrições"* porque retiram o caráter absoluto do direito de propriedade, como as *servidões* e outras formas de utilização da propriedade alheia que limitam o caráter exclusivo; e a *desapropriação* que limita o caráter perpétuo [27].

§ 2º do art. 5º: ao estabelecer que além dos direitos e garantias expressos na Constituição outros poderão vir a integrar o ordenamento jurídico a partir do regime e dos princípios adotados pela Constituição além daqueles que surgirem a partir de tratados internacionais de que o Brasil faça parte gerou uma enorme divergência doutrinária e jurisprudencial. Enquanto alguns liam essa cláusula entendendo que os direitos acrescentados por tratados internacionais seriam internalizados como normas constitucionais, outros compreendiam que tratado internacional não poderia vir a integrar a o ordenamento como norma constitucional porque estaria usurpando função do poder constituinte. O Supremo Tribunal Federal, no exercício de guardião constitucional, sem exclusão dos demais órgãos, conforme competência atribuída pela própria Constituição (art. 102, inciso I, alínea a) tem o entendimento de que os atos internacionais que não se refiram a direitos humanos, uma vez regularmente incorporados ao direito interno, situam-se no mesmo plano de validade e eficácia das normas infraconstitucionais, existindo, entre os tratados internacionais e leis internas brasileiras, de caráter ordinário (infraconstitucionais) mera relação de paridade (igualdade) normativa. A eventual precedência dos atos internacionais sobre as normas infraconstitucionais de direito interno somente ocorrerá em razão da

[26] Idem, p. 238 e Kildare Gonçalves Carvalho…, p. 197
[27] José Afonso da Silva …, p.282

aplicação do critério cronológico (lei posterior derroga a anterior) ou do critério da especialidade. O *iter* procedimental da internalização de um tratado internacional no sistema normativo pátrio ocorre da seguinte forma:

1) Negociação, 2) Assinatura (pelo Presidente da República, art. 84, inciso VIII), 3) Ratificação (pelo Presidente da República após aprovação do Congresso Nacional por Decreto Legislativo, art. 49, inciso I), 4) Promulgação (pelo Presidente da República, por decreto) e 5) Publicação.

Ou, em se tratando de tratado ou convenção sobre direitos humanos, pode ser internalizado com força, *status*, semelhante à de uma emenda. Assim determina o art. 5º, § 3º, da CF, após o advento da emenda constitucional nº.45: "os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais".

Há de se observar ainda que o Brasil, ao adotar esse procedimento para que um tratado internacional venha a integrar o seu ordenamento jurídico infraconstitucional, assimila a doutrina dualista, a saber: a doutrina monista, desenvolvida por Hans Kelsen, estabelece que haveria um único sistema jurídico, com duas faces - a interna e a externa (internacional) e porque um único sistema, a internalização do tratado internacional seria imediata e automática. Por outro lado, a teoria Dualista, desenvolvida por Triepel, estabelece dois sistemas jurídicos distintos, o externo e o interno e a penetração do primeiro no segundo se realizaria de acordo com as regras estabelecidas por este.

Por outro lado, para introduzir uma norma com força semelhante à de uma emenda é necessário todo um procedimento legislativo especial equivalente ao que ocorre durante o exame de um projeto de emenda à Constituição, previsto no art. 60, ou durante o exame de alguns tratados ou convenções internacionais definidores de direitos humanos, previsto no art. 5º, § 3º, o que inclusive caracteriza a atual Constituição brasileira como uma constituição rígida.

Por esse motivo, o STF entende que se o tratado internacional, ao ser internalizado, não passar por aquele processo, não terá força de emenda a Constituição, mas, apenas o de uma norma infraconstitucional, mais especificamente de norma supralegal.

Garantias:

GARANTIA	DISPOSITIVO	BEM PROTEGIDO	LEGITIMADO ATIVO	LEGITIMADO PASSIVO	INTERESSE
Habeas Corpus	5º, LXVIII	Direito de Locomoção 5º, XV	Qualquer pessoa, independentemente da capacidade civil ou postulatória	Autoridade Pública e pessoa privada	Legitimação ordinária e extraordinária
Mandado de Segurança Individual	5º, LXIX	Direito líquido e certo, não protegido pelo *habeas corpus* ou *habeas data*	Qualquer pessoa física ou jurídica	Autoridade pública ou agente de pessoa jurídica de que o Estado participe	Legitimação ordinária
Mandado de Segurança Coletivo	5º, LXX	Direito líquido e certo, não protegido pelo *habeas corpus* ou *habeas data*	Partido político com representação no CN, sindicato, entidade de classe, associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano	Autoridade pública ou agente de pessoa jurídica de que o Estado participe	Legitimação extraordinária
Habeas Data	5º, LXXII	Direito relativo à informação e retificação sobre a pessoa do impetrante constantes em banco de dados públicos ou privados de caráter público	Qualquer pessoa	Pessoa detentora de dados públicos ou privado de caráter público	Legitimação Ordinária
Mandado de Injunção	5º, LXXI	Direitos e liberdades constitucionais, nacionalidade, soberania e cidadania	Qualquer pessoa	Agente ou órgão público omisso	Legitimação ordinária
Mandado de Injunção Coletivo	Interpretação Do STF e da Doutrina	Direitos e liberdades constitucionais, nacionalidade, soberania e cidadania	Partido político com representação no CN, sindicato, entidade de classe, associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano	Agente ou órgão Público omisso	Legitimação Extraordinária
Ação Popular	5º, LXXIII	Patrimônio público patrimônio de entidade de que o Estado participe, moralidade administrativa, patrimônio público e cultural e meio ambiente	Qualquer cidadão	Pessoas públicas ou privadas, autoridades, funcionários ou administradores.	Legitimação Extraordinária

JURISPRUDÊNCIA DO STF

⇨O princípio da isonomia é autoaplicável e deve ser considerado sob duplo aspecto: a) o da igualdade na lei; b) o da igualdade perante a lei. A igualdade na lei é exigência dirigida ao legislador, que, no processo de formação da norma, não poderá incluir fatores de discriminação que rompam com a ordem isonômica. A igualdade perante a lei pressupõe a lei já elaborada e se dirige aos demais Poderes, que, ao aplicá-la, não poderão subordiná-la a critérios que ensejem tratamento seletivo ou discriminatório.

⇨A quebra do sigilo bancário não afronta o art. 5º, incisos X e XII, da Constituição Federal. O sigilo bancário não consubstancia direito absoluto, cedendo passo quando presentes que denotem a existência de interesse público superior. Sua relatividade, no entanto, deve guardar contornos na própria lei, sob pena de se abrir caminho para o descumprimento da garantia à intimidade. Apenas o Poder Judiciário e a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) podem exigir das instituições financeiras a quebra do dever de segredo. De acordo com decisão do STF (2010) autoridade da Receita Federal não pode mais exigir das instituições financeiras a quebra do dever de segredo.

⇨A associação regularmente constituída e em funcionamento pode representar em seus membros ou associados, precisando de autorização especial em Assembleia, não bastando a constante do estatuto. O Supremo Tribunal Federal adotou esse novo entendimento a partir do ano de 2000.

⇨Não se confunde a figura de representação, prevista no inciso XXI do art. 5º da Constituição, com a substituição processual, contemplada no inciso LXX do art. 5º, referente à legitimação para o mandado de segurança coletivo. Neste último não há necessidade de autorização dos membros da categoria.

⇨Não há direito adquirido contra texto constitucional, resulte ele do poder constituinte originário, ou do poder constituinte derivado. A supremacia jurídica das normas inscritas na Carta Federal não permite, ressalvadas as eventuais exceções proclamadas no próprio texto constitucional, que contra elas seja invocado o direito adquirido. (Atenção sobre essa jurisprudência, porque sofre forte divergência entre os próprios Ministros do STF).

⇨O princípio da irretroatividade somente condiciona a atividade jurídica do Estado nas hipóteses expressamente previstas pela Constituição, em ordem a inibir a ação do Poder Público eventualmente configuradora de restrição gravosa: a) ao *status libertatis* da pessoa (art. 5º, inciso XL), b) ao *status subjectionis* do contribuinte em matéria tributária (art. 150, inciso III, alínea a) e c) à medida jurídica no domínio das relações sociais (art. 5º, inciso XXXVI). Na medida em que a retroprojeção normativa da lei não gere e nem produza os gravames referidos, nada impede que o Estado edite e prescreva atos normativos, com efeito, retroativo.

⇨O postulado do juiz natural, por encerrar uma expressiva garantia de ordem constitucional, limita de modo subordinante, os poderes do Estado - que fica assim impossibilitado de instituir juízos *ad hoc* ou de criar tribunais de exceção - ao mesmo tempo em que assegura ao acusado o direito ao processo perante

a autoridade competente abstratamente designada na forma da lei anterior, vedados em consequência, os juízos *ex post facto.*

⇨A prestação de informações vagas e/ou incompletas sobre a pessoa do impetrante enseja a concessão do *habeas data*.

⇨Pessoa jurídica não tem legitimidade para propor ação popular.

⇨Pessoa jurídica tem direito a honra e a indenização por dano moral.

⇨Pessoa jurídica tem direito a assistência jurídica integral e gratuita, a ser oferecida pelo Estado, desde que comprovada a insuficiência de recursos.

QUESTÕES DE PROVA

Por força da mudança de entendimento do STF e/ou da alteração da legislação desde a aplicação da prova, essas questões podem ter mais de uma resposta ou nenhuma resposta.

1. (ESAF - AFCE/TCU - 99) Assinale a opção correta:
   a) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o princípio da proporcionalidade tem aplicação no nosso sistema constitucional por força do princípio do devido processo legal.
   b) A prisão provisória não se compatibiliza com o princípio constitucional da presunção de inocência.
   c) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a determinação contida na lei de crimes hediondos no sentido de que os autores de determinados crimes cumpram a condenação em regime fechado atenta contra o princípio da individualização da pena.
   d) A condenação criminal proferida com base exclusiva em provas obtidas no inquérito criminal é plenamente válida.
   e) O direito a permanecer calado está limitado estritamente à esfera do processo criminal.

Resposta:

a) correto – de acordo com o STF o princípio constitucional da proporcionalidade se aplica aos poderes públicos, seja na atividade administrativa, legislativa ou jurisdicional.

Na atividade jurisdicional, de acordo com o art. 5º, inciso LIV, há de se observar o devido processo legal ("ninguém será privado de sua liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal"). O princípio do devido processo legal se manifesta na observância, pelo juiz, da lei processual (aspecto formal do devido processo legal) e na sua aplicação de forma proporcional ao caso concreto apresentado, observando as singularidades daquele caso (aspecto material ou substantivo do devido processo legal). O princípio da proporcionalidade decorre da aplicação do devido processo legal material ou substantivo pelo juiz, quando da atividade jurisdicional.

b) errado – a CF admite a prisão provisória (art. 5º, inciso LXI), que convive com o princípio da inocência (art. 5º, inciso LVII), entendendo que não existe direito absoluto.

c) errado – o STF tem entendido que a própria CF estabeleceu princípios rigorosos no trato de crimes hediondos (art. 5º, inciso XLIII), autorizando o cumprimento da pena em regime fechado (conferir no informativo do STF, nº. 136 e 138). Porém há de se lembrar de que o STF também entendeu da possibilidade da liberdade provisória para aqueles que respondem por cometimento de crime hediondo, ainda que a lei regulamentadora proíba, tendo sido esta lei, neste aspecto, declarada inconstitucional.

d) errado – o STF vem afirmando justamente o contrário, ou seja, que a investigação policial não se processa sob o crivo do contraditório, e por ser meramente inquisitorial, não assegura a ampla defesa. Por estes motivos, a condenação não pode se fundar exclusivamente em elementos informativos do inquérito policial.

e) errado – o direito a não autoincriminação deve ser observado em relação à matéria civil, penal e administrativo, inclusive, em certas hipóteses, em relação à testemunha (conferir no informativo do STF, nº. 209).

Os informativos do STF são resumos semanais de suas decisões. Para acessá-los basta buscar no site do STF (www.stf.jus.br).

2. (ESAF – AGU – 98) Assinale a opção correta:
   a) Nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o princípio da proporcionalidade tem sua sede material na disposição constitucional que determina a observância do devido processo legal.
   b) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, não se pode cogitar, em qualquer hipótese, de renúncia de direito fundamental no ordenamento constitucional brasileiro.
   c) No caso de colisão entre direitos fundamentais, deve o intérprete identificar o direito ou a garantia hierarquicamente superior a fim de solver o conflito.
   d) Não há limite constitucional expresso ou implícito para as chamadas "reservas legais simples".
   e) Segundo entendimento dominante na doutrina e na jurisprudência, os direitos fundamentais não têm aplicação às relações privadas.

Resposta:

a) correto – repete-se o item a, da questão anterior: de acordo com o STF o princípio constitucional da proporcionalidade se aplica aos poderes públicos, seja na atividade administrativa, legislativa ou jurisdicional.

Na atividade jurisdicional, de acordo com o art. 5º, inciso LIV, há de se observar o devido processo legal ("ninguém será privado de sua liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal"). O princípio do devido processo legal se manifesta na observância, pelo juiz, da lei processual (aspecto formal do devido processo legal) e na sua aplicação de forma proporcional ao caso concreto apresentado, observando as singularidades daquele caso (aspecto material ou substantivo do devido processo legal). O princípio da proporcionalidade decorre da aplicação do devido processo legal material ou substantivo pelo juiz, quando da atividade jurisdicional.

b) errado – devemos lembrar que os direitos fundamentais são, de acordo com boa parte de doutrina e do STF, aqueles conhecidos pela sua forma positivada, que se encontram previstos constitucionalmente. Se observarmos, no índice da Constituição, o Título II, veremos que se incluem entre os direitos fundamentais os individuais e coletivos, os sociais, a nacionalidade, os políticos e os partidos políticos. Dentre os direitos fundamentais, os individuais não são passíveis de renúncia, mas os sociais sim, como por exemplo, a irredutibilidade de salário (art. 7º, inciso VI) e a irredutibilidade da jornada de trabalho (art. 7º, inciso XIII e XIV).

c) errado - *no caso de (aparente) colisão entre direitos fundamentais, deve o intérprete identificar o direito ou a garantia que, concretamente, esteja sofrendo maior lesão e, através de ponderação de interesses, solver o conflito. O que não é possível, de acordo com o STF e a doutrina majoritária, é hierarquizar direitos constitucionais, na medida em que todos eles se encontram em normas da CF e todas as normas constitucionais têm igual hierarquia.*

d) errado – existem os limites relativos à observância dos requisitos e das condições definidos implícita ou explicitamente na CF. Por exemplo, ao restringir o âmbito de um direito constitucional previsto em norma de eficácia contida, a lei não pode criar condições a ponto impedir o exercício do direito.

e) errado – os direitos fundamentais devem ser observados pelos poderes públicos (efeitos verticais dos direitos fundamentais) e pelos particulares, na esfera interprivada (efeitos horizontais dos direitos fundamentais).

3. (ESAF – AGU –98) Assinale a opção correta:
   a) No direito constitucional brasileiro, o princípio do direito adquirido protege contra mudança das situações estatutárias ou dos regimes jurídicos.
   b) As leis de ordem pública aplicam-se de imediato, independentemente da proteção ao ato jurídico perfeito e ao direito adquirido.
   c) A aplicação da lei que amplia os prazos de prescrição aquisitiva ou extintiva às situações em curso viola o princípio do ato jurídico perfeito.
   d) A tentativa de alteração, mediante lei, de situação jurídica submetida a termo ou a condição insuscetível de ser modificada a arbítrio de outrem atenta contra o princípio constitucional do direito adquirido.
   e) Segundo a jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal, o princípio do direito adquirido afirma-se inclusive em face de alteração introduzida mediante Emenda Constitucional.

Resposta:

a) errado – o STF, na contramão da doutrina, tem entendido que não há direito adquirido em face de normas constitucionais originárias ou derivadas (provenientes de emendas constitucionais), decisão esta publicada na Revista Trimestral de Jurisprudência do STF (RTJ) 114/237. Como os princípios relativos aos institutos, regimes ou estatutos jurídicos encontram-se previstos na CF, sob o ponto de vista do STF, alterações nessas normas, por emendas constitucionais, não teriam que respeitar direito adquirido.

b) errado – as leis infraconstitucionais, sejam elas de ordem pública ou privada, têm que respeitar direito adquirido (art. 5º, inciso XXXVI).

Entende-se por lei de ordem pública aquela que impõe o dever de obediência, chamadas de cogentes, impositivas. Por outro lado, a lei de ordem privada, também denominada dispositiva, é aquela que, em razão de seus efeitos indiretos sobre a sociedade, é subsidiária à vontade das partes envolvidas naquela relação jurídica, isto é, a lei só será aplicada se as pessoas envolvidas naquele contrato, por exemplo, não preferirem outra forma.

c) errado – se a situação encontra-se ainda em curso, não é possível se falar em ato jurídico perfeito. Portanto, lei pode alterar não se aplicando o art. 5º, inciso XXXVI.

d) correto – se a condição necessária para a formação do direito adquirido ocorrerá inevitavelmente, já se pode falar em direito adquirido e, neste caso, lei não poderá modificar se for para prejudicar (estaria melhor se na questão estivesse presente essa última expressão).

e) errado – conforme já foi dito no item a, o STF, na contramão da doutrina, tem entendido que não há direito adquirido em face de normas constitucionais originárias ou derivadas (provenientes de emendas constitucionais), decisão esta publicada na Revista Trimestral de Jurisprudência do STF (RTJ) 114/237.

4. (ESAF – AGU – 98) Assinale a opção correta:

a) Na fase do inquérito policial, a confissão do acusado na ausência de advogado deve ser considerada prova ilícita para todos os fins.
b) A denúncia genérica no processo penal configura lesão ao princípio da ampla defesa e do contraditório.
c) A lei penal mais benéfica, para fins estabelecidos na Constituição Federal, há de ser considerada tão somente a lei que define ou suprime crime e estabelece ou reduz pena.
d) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a gravação de conversa telefônica por um dos interlocutores, sem o conhecimento dos demais, constitui prova ilícita se utilizada em qualquer processo judicial ou administrativo.
e) A disposição do Código de Processo Penal brasileiro segundo a qual o silêncio do acusado pode ser interpretado em seu desfavor foi recebida pela ordem constitucional de 1988.

Resposta:

a) errado – se foi comunicado ao investigado o direito de permanecer em silêncio (art. 5º, inciso LXIII) e, ainda assim, preferiu falar, não haverá qualquer ilicitude na prova obtida a partir dessa confissão. A ausência de um advogado em nada prejudica porque não se trata de se estabelecer o contraditório em um inquérito (investigação) policial, o contraditório é fase própria de processo (ação) judicial ou administrativo (art. 133).

b) correto – uma pessoa não tem como se defender de uma acusação se ela não se dirige a fato(s), pessoa (s) e tempo determinados (art. 5º, inciso LXV).

c) errado – a CF, no art. 5º, inciso XL, ao determinar que "lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu", afirma-se sobre qualquer matéria de direito penal e não apenas sobre a definição de crime ou fixação de pena.

d) errado – a gravação por um dos interlocutores sem conhecimento do outro, se este outro se encontra em uma investida criminosa contra o primeiro, não é ilícita, de acordo com o STF (conferir no informativo

do STF, º 124). Se não houvesse investida criminosa, seria violação da privacidade (art. 5º, inciso X) e não violação de comunicação telefônica (art. 5º, inciso XII).

e) errado – o art. 186, do CPP, que afirmava que o silêncio do preso poderia ser usado contra o réu, não foi recepcionado por ofensa à nova CF, em razão do seu conteúdo (aspecto material), foi revogado.

5. (ESAF – AGU – 99) Assinale a opção correta:
   a) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a proteção do direito adquirido impede mudanças no regime de um dado instituto jurídico.
   b) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, as leis de ordem pública hão de respeitar o princípio do direito adquirido.
   c) O caráter de garantia institucional que se atribui ao direito de propriedade impede qualquer alteração legislativa de seu conteúdo ou configuração.
   d) É legítimo invocar direito adquirido contra alteração no estatuto da moeda.
   e) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, pode-se invocar legitimamente direito adquirido em face de mudança de um estatuto jurídico como, por exemplo, o Estatuto dos Servidores Públicos.

↳*Resposta:*

a) errado – conforme já foi explicado em questão anterior, o STF, na contramão da doutrina, tem entendido que não há direito adquirido em face de normas constitucionais originárias ou derivadas (provenientes de emendas constitucionais), decisão esta publicada na Revista Trimestral de Jurisprudência do STF (RTJ) 114/237. Como os princípios relativos aos institutos, regimes ou estatutos jurídicos encontram-se previstos na CF, sob o ponto de vista do STF, alterações nessas normas, por emendas constitucionais, não teriam que respeitar direito adquirido.

b) correto – as leis infraconstitucionais, sejam elas de ordem pública ou privada, têm que respeitar direito adquirido (art. 5º, inciso XXXVI).

c) errado – a CF autoriza que lei venha a regulamentar, por exemplo, o processo de desapropriação (art. 22, inciso II) e a requisição (art. 22, inciso III). O direito à propriedade (CF, art. 5º, inciso XXII) está presente em norma constitucional de eficácia contida, podendo sofrer restrições por parte do poder público, desde que essa restrição não seja excessiva a ponto de impedir o exercício do direito.

d) errado – é a CF que estabelece o estatuto da moeda, art. 164, entre outros. Para alterar o estatuto da moeda será necessária uma emenda constitucional, e contra esta emenda constitucional não existe direito adquirido.

e) errado – conforme já foi explicado em questão anterior, o STF, na contramão da doutrina, tem entendido que não há direito adquirido em face de normas constitucionais originárias ou derivadas (provenientes de emendas constitucionais), decisão esta publicada na Revista Trimestral de Jurisprudência do STF (RTJ) 114/237. Os princípios relativos ao estatuto do servidor público encontram-se nos arts. 37 ao 41 da CF, e sobre eles podem recair emendas constitucionais, sem que se alegue direito adquirido (por exemplo, EC 19, art. 29, e EC 41, art. 8º).

6. (ESAF – AGU – 99) Assinale a opção correta:

a) Além da aplicação da lei mais benéfica, em se tratando de leis penais no tempo, afigura-se razoável, segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que se proceda à combinação interpretativa de disposições da lei velha e da lei nova com o objetivo de assegurar a aplicação da *lex mitior*.

b) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é constitucional a prisão civil do devedor fiduciante.

c) Segundo entendimento dominante no Supremo Tribunal Federal é inconstitucional disposição legal que vede a progressividade do regime de cumprimento da pena para crimes hediondos.

d) A Constituição Federal admite a interceptação telefônica para fins de investigação criminal, administrativa ou parlamentar.

e) A norma superveniente que amplie o prazo de prescrição tem aplicação imediata, independentemente dos reflexos que produza nas situações concretas, por se tratar de norma de conteúdo processual.

↳*Resposta:*

a) errado – em razão do art. 5º, inciso XL, da CF, deve-se aplicar a lei mais benéfica para o réu, mas não será possível juntar a parte mais benéfica de uma e de outra, sob pena de se estar criando uma terceira lei, e isto o juiz não pode fazer (art. 5º, inciso XL).

lex mitior" significa "lei melhor", isto é, mais benéfica.

b) errado – o STF não tem confirmado esse entendimento. Cabe lembrar que existe no STF entendimento, em decisão de 2008,no sentido de que o Pacto de São José da Costa Rica teria sido internalizado como norma supralegal e, consequentemente, teria revogado as leis que tratavam da prisão do depositário infiel.

"devedor fiduciante" significa aquele está adquirindo um bem por alienação fiduciária, e, de acordo com o STF, se ele não paga nem entrega o bem quando pedido não estará sujeito a sofrer prisão como depositário infiel.

c) correto – em relação aos crimes hediondos (art. 5º, inciso XLIII), a lei autoriza o cumprimento da pena em regime fechado (conferir no informativo do STF, nº. 136 e 138), mas o STF reconheceu a inconstitucionalidade desta lei na parte que proíbe a progressão de pena.

d) errado – de acordo com o art. 5º, inciso XII, da CF, não é admissível para fins de investigação administrativa ou parlamentar.

Atenção quanto à possibilidade de violação da comunicação telefônica em outras hipóteses, como durante o estado de defesa (art. 136, §1º, inciso I, alínea c) e durante o estado de sítio (art. 139, inciso III).

e) errado – em primeiro lugar, a lei posterior não será aplicada se ferir direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada (art. 5º, inciso XXXVI) e, em segundo lugar, lei que trata de prescrição não é de conteúdo processual, mas de conteúdo material [28].

[28] É incomum fazer parte de conteúdo programático de concurso público da área fiscal a última parte deste item, isto é, a identificação do que seja matéria de conteúdo processual ou material.

7. (ESAF – AUDITOR FORTALEZA/CE – 98) Assinale a opção correta:
   a) É possível invocar-se direito adquirido contra mudanças de um dado regime ou de um determinado instituto jurídico.
   b) As leis de ordem pública aplicam-se independentemente da proteção do direito adquirido ou do ato jurídico perfeito.
   c) No sistema constitucional brasileiro, veda-se expressamente a aplicação de qualquer lei com caráter retroativo.
   d) A jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal consagra a possibilidade de se invocar direito adquirido contra a Constituição Federal.
   e) Preenchidos os requisitos para a aposentadoria segundo a lei vigente ao tempo da aposentação, reconhece-se a existência a direito adquirido.

↳Resposta:

a) errado – este assunto já foi examinado em questões anteriores. Conforme já foi explicado, o STF, na contramão da doutrina, tem entendido que não há direito adquirido em face de normas constitucionais originárias ou derivadas (provenientes de emendas constitucionais), decisão esta publicada na Revista Trimestral de Jurisprudência do STF (RTJ) 114/237. Como os princípios relativos aos institutos, regimes ou estatutos jurídicos encontram-se previstos na CF, sob o ponto de vista do STF, alterações nessas normas, por emendas constitucionais, não teriam que respeitar direito adquirido.

b) errado – também este assunto já foi examinado em questões anteriores e cabe lembrar que essas questões continuarão se repetindo em provas mais recentes. As leis infraconstitucionais, sejam elas de ordem pública ou privada, têm que respeitar direito adquirido (art. 5º, inciso XXXVI).

c) errado – a lei poderá retroagir desde que não prejudique ato jurídico perfeito, direito adquirido e coisa julgada (art. 5º, inciso XXXVI) e, particularmente, a lei penal pode retroagir desde que para beneficiar o réu (art. 5º, inciso XL).

d) errado – remeter-se à resposta do item a.

e) correto – há direito adquirido à aposentadoria se na época encontram-se cumpridos todos os requisitos legais necessários e lei posterior não poderá prejudicar esse direito já incorporado ao patrimônio do sujeito (art. 5º, inciso XXXVI). Mas lembre-se que, de acordo com o STF, nada impede que norma constitucional superveniente, seja ela originária ou derivada, venha a prejudicá-lo.

8. (ESAF - ANALISTA COM. EXTERIOR - 98) Assinale a opção correta:
   a) O princípio segundo o qual a força probatória do inquérito policial se esgota com a apresentação da denúncia constitui regra inafastável em qualquer condição.
   b) Não constitui prova ilícita a captação por meio de fita magnética de conversa entre presentes autorizada por um dos interlocutores, se realizada em legítima defesa.
   c) É inconstitucional a prisão civil do depositário infiel em se tratando de alienação fiduciária em garantia.
   d) A existência de outros processos penais sem trânsito em julgado contra o mesmo réu não pode ser apreciada como maus antecedentes por implicar violação do princípio da presunção de inocência.

e) A exigência de comprovação de depósito como pressuposto de admissibilidade e garantia recursal afronta o princípio da ampla defesa e do contraditório.

Resposta:

a) errado – de acordo com o STF, a condenação não pode se basear exclusivamente nas provas obtidas no inquérito policial, mas elas poderão ser utilizadas para fundamentar a condenação se estas provas foram ratificadas no curso do processo, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa (art. 5º, inciso LXV), e especialmente se lograram fornecer a prova material do crime e da autoria.

b) correto – conforme já examinado em momento anterior, a gravação por um dos interlocutores ou por terceira pessoa, por consentimento do primeiro e sem conhecimento do outro, se este outro se encontra em uma investida criminosa contra o primeiro, não é ilícita, de acordo com o STF (conferir no informativo do STF, º 124). Isto porque aquele que grava, ou permite que se grave, encontra-se em legitima defesa. Se não houvesse investida criminosa, seria violação da privacidade (art. 5º, inciso X) e não violação de comunicação telefônica (art. 5º, inciso XII).

É considerada investida criminosa, por exemplo, a ameaça, a chantagem, o sequestro e o estelionato.

c) correto – conforme já alertado em questão anterior, o STF não tem admitindo que o comprador por alienação fiduciária possa ser preso a pedido da instituição financeira, caso não pague e se recuse a devolver o bem.

Cabe lembrar que o Pacto de San José da Costa Rica, em seu art.7º, §7º, proíbe a prisão do depositário infiel. Mesmo sendo o Brasil signatário deste pacto, e mesmo que ele trate de direitos humanos, continua prevalecendo a norma do art. 5º, inciso LXVII, ainda que tenha revogado toda legislação regulamentadora por ter sido internalizado com norma supralegal.

d) errado – de acordo com o STF, é elemento caracterizador de maus antecedentes o fato de o réu responder a diversos inquéritos policiais e ações penais sem trânsito em julgado (assim os informativos nº. 1, 18, 24 e 73).

e) errado – de acordo com jurisprudência firmada pelo STF, ofende o direito a ampla defesa e ao contraditório a lei exigir o depósito prévio de uma determinada quantia para, em alguns casos, para se recorrer de uma decisão judicial, em busca de uma nova decisão. Conferir no art. 5º, inciso XXXV, o princípio do livre acesso ao Poder Judiciário.

Ocorreram algumas mudanças importantes no posicionamento do Supremo Tribunal Federal. É importante considerá-las para os próximos concursos públicos. Por ofender a garantia do livre acesso ao Poder Judiciário (CF, art. 5º, XXXV), bem como à da ampla defesa e do contraditório (CF, art. 5º, LV), o Supremo Tribunal Federal decidiu pela inconstitucionalidade:
I. Quando da exigência de depósito prévio como requisito para ação judicial que envolva discussão de dívida com o INSS. Dessa forma, devemos considerar suspensa a eficácia da Lei 8.870/94, art. 19, caput (Ver a ADI 1074 e o Informativo 461).
II. Quando da exigência de depósito prévio como requisito para a interposição de recurso administrativo. Baseado neste entendimento foi suspensa a eficácia da Lei nº. 10.522/02, artigo 32, originária da Medida Provisória nº. 1.863-51/1999 e reedições (Ver o Recurso Extraordinário nº. 388359 e o Informativo 463).

III. Quando da substituição do depósito prévio pelo arrolamento de bens porque não implica alteração substancial do conteúdo da norma impugnada, já que a obrigação de arrolar bens cria a mesma dificuldade que depositar quantia para recorrer administrativamente (Ver ADI 1922 e o Informativo 461).

9. (ESAF – AFTN – 98) Assinale a opção correta:

a) Os direitos sociais são considerados direitos de conteúdo meramente programático.
b) A prova obtida de forma ilícita poderá ser utilizada em qualquer outro processo, vedada a sua utilização naquele para o qual foi originariamente produzida.
c) Segundo a jurisprudência assente do Supremo Tribunal Federal, a interceptação telefônica somente poderá efetivar-se mediante autorização da autoridade judicial, nos casos expressamente previstos em lei.
d) O princípio constitucional que assegura a ampla defesa e contraditório não permite que se realize o interrogatório do indiciado perante a autoridade policial na ausência do advogado.
e) Segundo orientação dominante na jurisprudência, os direitos fundamentais passíveis de restrição mediante atividade legislativa podem ter seu âmbito de proteção reduzido de forma ilimitada.

↳Resposta:

a) errado – ainda que boa parte dos direitos sociais fundamentais esteja prevista em normas constitucionais de eficácia limitada, algumas prontas a produzirem todos os efeitos assim que devidamente regulamentadas, outras diferidas no tempo, por serem programáticas, existe também aquele conjunto de direitos sociais fundamentais que produz todos os efeitos, desde logo, porque previsto em normas constitucionais de eficácia plena ou contida.

b) errado – o STF e a doutrina acompanham a teoria americana "dos frutos da árvore envenenada" ("fruits of the poisonous tree"), isto é, entendem ser inadmissível em qualquer processo, seja judicial ou administrativo, a prova ilícita e todas que dela derivam (ilicitude por derivação). Para conferir, ver o informativo do STF, nº.137.

c) correto – de acordo com o STF, o art. 5º, inciso XII, é uma norma constitucional de eficácia contida, ou seja, o direito de inviolabilidade de comunicação telefônica pode sofrer restrições por permissão do juiz que terá de observar os casos previstos na lei, que por sinal já existe: Lei 9.296, de 24.7.96.

As provas produzidas antes do advento dessa lei foram consideradas ilícitas pelo STF. Essa decisão foi publicada no DJU (Diário de Justiça da União) em 27.4.2001.

Cabe lembrar que ao decretar o estado de defesa (art. 136, §1º, inciso I, c) ou o estado de sítio (art. 139, inciso III), o Presidente da República poderá restringir esse direito.

d) errado – durante a investigação policial ainda não existe qualquer acusação, por este motivo não há o que se falar em contraditório e ampla defesa.

e) errado – os direitos previstos em normas constitucionais de eficácia contida podem sofrer restrição por ato do poder público desde que se observe o princípio da proporcionalidade, ou seja, desde que não se restrinja a ponto de impedir o exercício do próprio direito.

10. (ESAF - FISCAL DO TRABALHO - 98) Assinale a assertiva correta:
    a) Segundo orientação dominante no Supremo Tribunal Federal, pode-se invocar, validamente, direito adquirido em face de normas constitucionais.
    b) É pacífico o entendimento segundo o qual o princípio do direito adquirido protege o indivíduo contra mudanças nos estatutos e institutos jurídicos.
    c) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, pode-se invocar validamente o princípio do direito adquirido em face das leis de ordem pública.
    d) O princípio do direito adquirido é um instituto típico do direito privado, não se aplicando às relações regidas pelo direito público.
    e) Direito adquirido e ato jurídico perfeito são conceitos complementares, aplicando-se o primeiro às relações jurídicas de direito público e o segundo ao direito privado, especialmente aos contratos.

Resposta:

a) errado – ao contrário do entendimento doutrinário, há orientação do STF de que não há direito adquirido contra texto constitucional, resulte ele do poder constituinte originário ou do poder constituinte derivado. (STF, RTJ – Revista Trimestral de Jurisprudência do STF - 114/237 e informativo do STF nº42).

b) errado – se entendermos que as regras básicas relativas aos estatutos e institutos jurídicos encontram-se na Constituição, e se entendermos a orientação dominante do STF é no sentido de que não existe direito adquirido em face de norma constitucional, seja ela originária ou derivada, então não haverá direito adquirido contra emendas constitucionais que alterem aquelas normas básicas.

c) correto – as normas infraconstitucionais legais se dividem naquelas de ordem pública (têm como característica serem, em regra, cogentes, impositivas, de observância obrigatória) e de ordem privada (têm como característica serem, em regra, dispositivas, de observância facultativa). Em se tratando de normas legais, têm que respeitar direito adquirido de acordo com o art. 5º, inciso XXXVI: "lei não prejudicará direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada".

d) errado – o direito adquirido, conforme já visto no item anterior, deve ser observado pelo direito público ou privado e nas relações regidas por qualquer um desses direitos.

e) errado – de acordo com José Afonso da Silva ("Curso de Direito Constitucional Positivo", p. 434), a diferença entre direito adquirido e ato jurídico perfeito está em que aquele emana diretamente da lei em favor de um titular, enquanto o segundo é negócio fundado na lei.

11. (PROCURADOR DO RS – 97) O mandado de injunção na Constituição de 1998 visa a:
    a) tornar viável o exercício de direitos constitucionais.
    b) tornar efetiva norma constitucional programática.
    c) proteger direito líquido e certo.
    d) conferir aplicabilidade plena aos direitos sociais.
    e) declarar a inconstitucionalidade de omissões do legislador ordinário.

Resposta:

Está correta letra a. De acordo com o art. 5º, inciso LXXI: cabe mandado de injunção em caso de norma constitucional de eficácia limitada, definidora de direitos e liberdades constitucionais, ainda não regulamentada.

12. (CESPE - DEL. POLÍCIA FEDERAL - 97) Acerca dos direitos fundamentais, julgue os itens seguintes.

1. Considere a seguinte situação: Marcelo é Delegado de Polícia Federal e, em operação de rotina, prende Bruno em flagrante delito de tráfico internacional ilícito de substância entorpecente. Na carceragem da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal (SR/DPF), Marcelo põe-se a ameaçar Bruno, caso ele não confesse o nome dos demais integrantes de sua quadrilha. Diz-lhe, por exemplo, que "você não terá sossego" enquanto não os apontar, que "você e sua família poderão arrepender-se" se não colaborarem com a ação policial e que "você não sabe com quem está lidando", e que ele, por ser traficante de drogas, "não é ser humano", entre outras bravatas. Marcelo, no entanto, embora repita essas afirmações várias vezes a cada dia, durante a prisão de Bruno, preserva-lhe a integridade física. Na situação apresentada, Marcelo não chegou a ultrapassar os limites do que preceitua a Constituição.
2. A Constituição brasileira protege o direito à vida, e não tolera, em circunstância alguma, a pena de morte.
3. Considere a seguinte situação: Cláudia é namorada de Luís e recebe uma carta endereçada a ele. Por ser muito curiosa, Cláudia não resiste e abre a carta. Na situação descrita, além de haver praticado o delito de violação de correspondência, Cláudia feriu norma constitucional.
4. Considera a seguinte situação: Antônio e Pedro são homossexuais e vivem na mesma casa, que foi adquirida com o resultado do trabalho de ambos e está em nome deles. Os dois são maiores, capazes e economicamente independentes. Na situação descrita, postas de lado possíveis discussões religiosas, culturais e morais, Antônio e Pedro, juridicamente, têm direito à proteção constitucional de seu modo de vida.
5. Considere a seguinte situação: a assembleia legislativa de um estado da federação aprovou lei, que veio a ser sancionada pelo governador, criando o título de Benfeitor do Estado, a ser outorgado por ato do chefe do Poder Executivo e que conferiria ao respectivo portador certas vantagens e privilégios, como alíquotas tributárias reduzidas e pontos adicionais em concursos públicos e licitações. Na situação descrita, a despeito da aparente ofensa ao princípio da igualdade, esta, na verdade, não foi ferido, porquanto a Constituição Federal consagra a igualdade perante a lei, que é dirigida aos aplicadores da lei, mas não a igualdade na lei, direcionada ao legislador.

Resposta:

1) errado – o delegado Marcelo não respeitou a determinação constitucional que assegura o respeito à integridade física e moral do preso, conforme o art. 5º, inciso XLIX.

2) errado – a CF/88 admite a fixação da pena de morte em tempo de guerra, conforme o art. 5º, inciso XLVII, a.
3) correto – Cláudia, além de ferir a norma constitucional prevista no art. 5º, inciso XII, conforme o item afirma, feriu também o inciso X, ao violar a privacidade de seu namorado Luís.
4) correto – por força do art. 1º, inciso III e do art. 5º, inciso X, é inviolável a intimidade e a vida privada.
5) errado – de acordo com o José Afonso da Silva, na obra "Curso de Direito Constitucional Positivo", p. 214, a igualdade perante a lei é uma exigência feita a todos aqueles que aplicam as normas jurídicas gerais aos casos concretos, ao passo que a igualdade na lei é uma exigência dirigida àqueles que criam as normas jurídicas.

13. (CESPE - AG. POLÍCIA FEDERAL - 97) Considerando as normas constitucionais que regem os direitos fundamentais, julgue os itens a seguir.

1. A Constituição prevê proteção jurídica apenas aos direitos fundamentais explicitamente indicados no próprio texto constitucional.
2. Se Pedro é Agente de Polícia Federal e, juntamente com outros colegas, está de posse de um mandado de prisão, expedido pelo Juiz Federal competente, contra Marcelo, por este haver participado de tráfico internacional de entorpecentes, e se Marcelo é encontrado, à noite, pela equipe policial no barraco em que mora, e não consente na entrada dos policiais, e nem aceita entregar-se, então Pedro poderá ingressar na residência de Marcelo e efetuar a prisão imediatamente.
3. Considere a seguinte situação: Suzana é Agente de Polícia Federal e comanda uma equipe organizada para investigar e eventualmente prender em flagrante Antônio, um importante servidor público federal, suspeito de exigir propina. Com base em escuta autorizada judicialmente, e com a colaboração de Sandro, empresário vítima das exigências ilegais de Antônio, a equipe acompanha o empresário a uma reunião marcada por Antônio na casa deste, no período da noite. Logo após a chegada de Sandro, Antônio anuncia que, se aquele não lhe pagar a quantia de R$ 50.000,00, será impedido de participar em licitações na administração pública federal pelo prazo de dois anos. Nesse momento, em que se consumou o crime de concussão, a equipe invadiu a casa de Antônio e o prendeu em estado de flagrância, embora fosse noite. É correto afirmar que, na situação apresentada, a equipe agiu corretamente.
4. Se Carlos, suspeito de participar de tráfico de armas na região de fronteira internacional do Brasil e, por isso, investigado pela Polícia Federal, embora sem antecedentes criminais, um dia, transitando em uma cidade brasileira dessa região, foi abordado por uma equipe comandada pelo Agente de Polícia Federal Augusto, que, apenas em razão das suspeitas pendentes sobre ele, o deteve para maiores averiguações, então, nessas circunstâncias, Augusto agiu inconstitucionalmente.
5. O indivíduo que sofrer ato ilegal de agente público contra o direito líquido e certo de locomoção pode recorrer ao Poder Judiciário, por meio de mandado de segurança, contra a ilegalidade, sem prejuízo da ação penal que poderá vir a ser instaurada, caso se configurar o crime de abuso de autoridade.

Resposta:

1) errado – a CF prevê proteção contra emenda tendente a abolir ("cláusula pétrea") em relação aos direitos e garantia fundamentais individuais, expressos e implícitos (vide art. 5º, § 2º, da CF) constitucionalmente.

2) errado – a CF autoriza a entrada na casa (considerado como tal inclusive "um simples barraco", de acordo com o STF) com mandado judicial e sem autorização do morador, apenas durante o dia (art. 5º, inciso XI).

É bom lembrar que o sentido da palavra "casa" é bastante amplo, conforme o art. 150, § 4º, do CP, devendo ser definida não só como local de moradia, inclusive coletiva, mas também local fechado ao público, onde se exerce atividade.

3) correto – art. 5º, inciso XI.

4) correto – as hipóteses de prisão são apenas aquelas previstas no art. 5º, inciso LXI, e entre elas não se inclui aquela para "mera investigação".

Cabe ressaltar que o STF (RT, 641/269) e o STJ (DJU 15.4.02, p. 215) não admitem prisão administrativa, por força do advento do art. 5º, inciso LXI.

5) errado – para proteger o direito de locomoção existe um remédio constitucional específico que é o "habeas corpus" (art. 5º, LXVIII).

14. (CESPE - AG. POLÍCIA FEDERAL - 97) Ainda acerca dos direitos fundamentais na Constituição da República de 1988, julgue os itens seguintes.

1. Se Patrícia foi presa em flagrante pelo crime de descaminho, em detrimento dos interesses da União, e, ao chegar à Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal para ser autuada, apresentou cédula de identidade regularmente expedida, Júlio, o Delegado de Polícia Federal que presidia o inquérito policial, para prevenir possíveis e eventuais dúvidas acerca da pessoa da autuada, determinou que fossem coletadas suas impressões papiloscópicas, então Júlio feriu a Constituição.
2. Considere a seguinte situação: João e Maria firmaram um contrato de empréstimo, mediante o qual esta emprestou àquele a importância de R$ 5.000,00, a ser devolvida após seis meses, sob pena de prisão de João. Após o término do prazo contratual, João tornou-se inadimplente e, a despeito dos prazos de tolerância concedidos pela credora, não liquidou o débito. Maria, então, com apoio no instrumento contratual ajuizou ação contra o devedor impontual, requerendo ordem judicial para que ele fosse preso, até o pagamento da dívida. É correto afirmar que, na situação apresentada, esse último pedido não pode merecer deferimento.
3. Considere a seguinte notícia, de autoria do jornalista Lúcio Vaz, divulgada na Folha de S. Paulo, em 15/09/97: a Câmara dos Deputados pagou o salário de sete jogadores e do supervisor do time de futebol do Itumbiara Esporte Clube. Todos eles foram contratados por meio do gabinete do deputado Zé Gomes da Rocha (PSD – GO), presidente do clube de 94 a 96, que confirmou ter contratado os jogadores pelo gabinete e disse que voltará a fazê-lo se for presidente do clube de novo. Em face dessa notícia e partindo da premissa de que é inconstitucional e lesivo ao patrimônio público o pagamento de remuneração, com verba

pública, em situação de ofensa aos princípios da finalidade e da moralidade, qualquer cidadão poderia ajuizar, com base na Constituição, mandado de segurança contra os atos do citado parlamentar.

4. O *habeas corpus* é cabível não só contra a lesão a certo direito como também se houver apenas ameaça a ele.
5. A Constituição, por exigência do princípio da segurança jurídica, não permite a retroatividade da lei penal, em hipótese alguma.

↳*Resposta:*

1) correto – a CF/88, no art. 5º, inciso LVIII, assegura que "o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei". Trata-se de uma norma constitucional de eficácia contida, passível, portanto, de restrição legal (Lei 10.054, de 7.12.2000). E a lei não autoriza o delegado Júlio identificar por mera precaução.

2) correto – as únicas hipóteses de prisão civil constitucionalmente previstas são aquelas duas previstas no art. 5º, inciso LXVII, e nelas não se inclui o inadimplemento (não pagamento) de empréstimo.

3) errado – a garantia constitucional que protege a moralidade administrativa e que pode ser impetrada por qualquer cidadão é a ação popular (art. 5º, inciso LXXIII) e não mandado de segurança (art. 5º, inciso LXIX).

Cabe lembrar que membro do Ministério Público, e não apenas ele, pode propor ação civil pública para proteger a moralidade administrativa (art. 129, inciso III).

4) correto – o "habeas corpus" (art. 5º, inciso LXVIII) pode ser para proteger contra ameaça ao direito de locomoção (HC preventivo, denominado "salvo-conduto") ou para afastar lesão àquele direito (HC repressivo, denominado "liberatório").

5) errado – de acordo com a CF, art. 5º, inciso XL, a lei penal poderá retroagir excepcionalmente para beneficiar o réu.

15. (CESPE – PF – 97) Imagine que os meios de comunicação hajam realizado ampla cobertura jornalística acerca de Guilherme, cidadão brasileiro suspeito de haver posto um artefato explosivo em um avião de carreira, apontando-o como efetivo responsável pelo ato que causou o pouso forçado da aeronave, com lesões corporais em dezenas de passageiros e duas mortes. Todas as notícias basearam-se nas apaixonadas declarações que Luís, Delegado de Polícia Federal, fez em público, afirmando sua convicção pessoal quanto à culpabilidade de Guilherme, em razão dos indícios de que dispunha até aquele momento. Guilherme, devido ao intenso burburinho que se formou em torno de sua pessoa, entrou em depressão, foi demitido e seus filhos sofreram o repúdio dos colegas de escola. Alguns meses depois, quando a imprensa já deixara de comentar o assunto, o inquérito policial chegou a termo e o delegado responsável, Luís, apontou como verdadeiro culpado no relatório final, Antônio, outro passageiro do avião, que, aliás, confessou o crime. Antônio foi denunciado pelo Ministério Público Federal e acabou condenado pelo delito. Tendo em conta a situação acima e as normas constitucionais relativas aos direitos e garantias fundamentais, julgue os itens seguintes.

1. Não caberia indenização a Guilherme, por parte dos meios de comunicação, porquanto a Constituição consagra a liberdade de manifestação do pensamento.
2. Uma vez que a autoridade policial responsável pela investigação formasse sua íntima convicção acerca da culpabilidade de Guilherme, caberia a este provar a própria inocência.
3. Se Antônio, no processo penal, se recusasse, perante a autoridade judicial, a fazer qualquer declaração, seu silêncio deporia contra si e poderia redundar em condenação.
4. Sabendo que a competência para julgar o crime é, em princípio, da Justiça Federal, nenhuma nulidade haveria se Antônio fosse denunciado, processado e condenado pela Justiça Comum, desde que, nesta, lhe fosse facultado o pleno exercício dos direitos ao contraditório e à ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.
5. Se ficasse provado somente depois de ser condenado e tivesse cumprido a pena que, na realidade, Antônio não fora responsável pelo delito, ele poderia pleitear indenização do Estado pela prisão decorrente de erro judiciário.

↳Resposta:

1) errado – a atual Constituição brasileira consagra não só a liberdade de manifestação de pensamento (art. 5º, inciso IV), como também a inviolabilidade da honra (art.5º, inciso X) e o princípio da presunção de inocência (art. 5º, inciso LVII) e, ainda a possibilidade do direitos de resposta e indenização por dano moral, material e à imagem (art. 5º, inciso V). Deve-se levar em conta os efeitos verticais e horizontais dos direitos fundamentais, ou seja, estes direitos devem ser observados nas relações com os poderes públicos e interprivadas e, também o princípio da ponderação de interesses, quando, havendo aparente colisão de interesses, privilegia-se aquele que está sofrendo, no caso concreto, maior lesão. Por todos os motivos acima elencados, Guilherme poderia pleitear uma indenização.

2) errado – por força da presunção de inocência, também denominada presunção da não culpabilidade, ninguém será considerado culpado até decisão penal condenatória transitada em julgado (art. 5º, inciso LVII), portanto desnecessária a prova negativa.

"Decisão transitada em julgado" significa uma decisão definitiva, última naquela ação judicial.

3) errado – o princípio da não autoincriminação justifica o direito ao silêncio que tem o investigado, o indiciado e o acusado, durante uma investigação ou um processo judicial ou administrativo.

4) errado – em razão do princípio do juiz natural, ninguém será processado ou julgado senão pela autoridade competente (art. 5º, inciso LIII). Caso a Justiça Comum (estadual) viesse a assumir a responsabilidade pelo processo e julgamento dessa matéria, certamente estaríamos diante de um juízo de exceção (art. 5º, inciso XXXVII) e a decisão seria nula.

Por vezes a CF autoriza a Justiça Estadual assumir a responsabilidade para processar e julgar matéria de competência da Justiça Federal, como exemplo a hipótese prevista no art. 109, § 3º. Mas este não é o caso do item acima.

5) correto – assim autoriza a CF, no art. 5º, inciso LXXV. Aliás, este é um caso de responsabilidade objetiva do Estado, ou seja, independentemente de dolo ou culpa.

16. (CESPE - PF - 97) PROCURADOR PEDE EXPLICAÇÃO – Laudos levantam dúvidas quanto à culpa do professor. São Paulo – O Procurador da República Pedro Barbosa afirmou ontem que não vai denunciar o professor Leonardo Teodoro de Castro, acusado pela Polícia Federal como autor do atentado à bomba no avião da TAM, enquanto não forem esclarecidas as divergências existentes nos dois laudos anexados ao inquérito sobre o caso. Ele disse que o Ministério Público Federal vai chamar os peritos para que eles expliquem os laudos ou então vai requerer investigações complementares, que poderiam ser condensadas num novo laudo. As dúvidas foram levantadas pelo diretor do Instituto de Criminalística (IC) da Polícia Civil de São Paulo, Osvaldo Negrini. Jornal do Brasil, p. 5, 12/9/97.
Em face da situação apresentada e considerando as normas constitucionais que dispõem acerca dos direitos fundamentais, julgue os seguintes itens.

1. Casos como o referido no trecho do jornal (atentado à bomba contra avião), considerados como terrorismo, são passíveis de pena de morte, segundo exceção prevista na Constituição.
2. Caso o Procurador da República recebesse da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal o inquérito concluído e se quedasse inerte, nada fazendo no prazo legal, caberia ação penal movida por qualquer cidadão, ainda que o crime fosse de ação penal de iniciativa pública.
3. Se o Procurador da República oferecesse denúncia contra o suspeito apontado pelo inquérito policial e aquela fosse recebida – dando início, assim, ao processo da ação penal -, caberia ao juiz competente determinar a imediata inscrição do nome do denunciado no chamado rol dos culpados.
4. Considere a seguinte situação: Cláudio, um Agente de Polícia Federal, obteve informação de que o suspeito, em liberdade, estaria preparando um novo atentado. Em razão disso e para evitar qualquer demora, Cláudio realizou uma escuta não autorizada no telefone do suspeito, conseguindo fartos elementos de sua culpabilidade, tanto do atentado anterior quanto dos planos do segundo. Nada obstante, o suspeito consegue levar seu plano adiante e derruba um novo avião. Conforme a situação apresentada é correto afirmar que Cláudio não poderá utilizar as gravações que fez para instruir a ação penal decorrente do inquérito – até porque, se o fizer, poderá provocar a anulação de todo o processo.
5. Considere a seguinte situação: O suspeito de um crime do mesmo tipo do que foi objeto da notícia jornalística causou a queda de um avião, acarretando a morte de centenas de passageiros. Ele perdeu o voo e foi preso. Na carceragem do DPF, foi posto em uma cela coletiva, vindo a sofrer grave espancamento por parte dos demais presos, revoltados com a maldade daquele ato. Na situação apresentada, o suspeito poderia processar a União pelo desrespeito à sua integridade física e, dependendo da situação, os policiais responsáveis por ela.

↳*Resposta:*

1) errado – em regra, a Constituição brasileira não admite a pena de morte. A única possibilidade seria em tempo de guerra formalmente declarada pelo Presidente de República, em caso de agressão estrangeira (art. 84, inciso XIX). Neste caso até poderia, se o Congresso Nacional assim decidisse (art. 5º, inciso XXXIX e art. 22, inciso I). Como a situação descrita ocorreu de fato e em tempo de paz, não

será possível a instituição da pena de morte, posto ser um direito individual fundamental e, por conseguinte "cláusula pétrea" expressa.

2) correto – de acordo com o art. 129, inciso III, da CF, é atribuição privativa do Ministério Público promover essa ação penal pública. Mas se não o fizer, qualquer pessoa poderá oferecer uma queixa-crime, desencadeando uma ação penal privada subsidiária da pública (art. 5º, inciso LIX).

O item usa a expressão "qualquer cidadão", mas na verdade quer dizer cidadão no sentido amplo, no sentido de indivíduo, e não no sentido restrito, relativo ao exercício de direitos políticos, de indivíduo inscrito eleitoralmente.

3) errado – a norma que se encontrava no Código de Processo Penal arts. 393, inciso II, e 408, § 1º, que determinava a inclusão do nome do réu, antes mesmo de qualquer condenação, no rol dos culpados, não foi recepcionada, tendo sido revogada quando do advento da atual CF/88, por ofensa ao princípio da presunção de inocência previsto no art. 5º, inciso LVII.

4) correto – a escuta constitucionalmente autorizada ocorre nos termos do art. 5º, inciso XII. O fato descrito não se encaixa no dispositivo constitucional citado, por este motivo essa prova é ilícita e não poderá ser utilizada no processo (art. 5º, inciso LVI). A prova ilícita deverá ser descartada e todas que dela derivar ("teoria dos frutos da árvore envenenada", denominada ilicitude por derivação).

Durante o Estado de Sítio, outras hipóteses de violação de comunicação telefônica poderão ser definidas pelo decreto presidencial que decretou essa situação emergencial. Mas, a questão não relata situação excepcional, portanto devemos nos ater à regra do art. 5º, inciso XII.

5) correto – a norma constitucional contida no art. 5º, inciso XLIX, reconhece ao preso o direito a integridade física e moral, e a responsabilidade objetiva do Estado e subjetiva de seus agente em relação ao dano causado à terceiros (art. 37, § 6º).

17. (CESPE - FISCAL/INSS - 98) O direito de ampla defesa, juntamente com o princípio do devido processo legal, é garantido pela Constituição brasileira. Com relação ao tema, julgue os itens a seguir.

1. A garantia da ampla defesa não é incompatível com a fixação de prazos para a apresentação de provas e recursos no âmbito administrativo.
2. Por força da garantia da ampla defesa, todas as provas requeridas pelo acusado devem ser admitidas pela autoridade que preside o processo contra ele aberto.
3. Não ofende o princípio do devido processo legal nem a garantia da ampla defesa e suspensão imediata do pagamento de benefício devido pela previdência a seu segurado, tão logo a administração receba evidências de fraude na concessão do benefício, contanto que, pelo menos antes da cassação definitiva do benefício, o segurado tenha a oportunidade de apresentar as suas razões.
4. Não ofende a garantia da ampla defesa a produção de prova testemunhal, sem a presença do acusado, se este, intimado à audiência, a ela não comparecer sem motivo justificado.
5. As garantias constitucionais da ampla defesa e do devido processo legal têm aplicação exclusiva nos processos administrativos ou judiciais em que alguém se acha na condição de acusado de infração administrativa ou criminal.

Resposta:

1) correto – o fato de uma pessoa ter direito de se defender por todos os meios lícitos de prova e buscar um reexame de uma primeira decisão, seja em processo judicial ou administrativo (art. 5º, inciso LIV e LV) não exclui o oferecimento legal de um prazo razoável para realizar essa defesa ou o recurso. O princípio da ampla defesa, através de todos os meios lícitos de prova não impede que, em prol da celeridade processual (hoje prevista no art. 5º, inciso LXXVIII), se estabeleça prazo para o estabelecimento de prazos para a apresentação de provas e recursos em processos administrativos e judiciais.

2) errado – deverão ser admitidas pela autoridade que preside o processo apenas aquelas provas necessárias, tempestivas (apresentadas no prazo legal) e obtidas de forma lícitas. De acordo com o Supremo Tribunal Federal, a prova ilícita e aquelas dela decorrentes (informativo do STF nº. 137), assim como a prova tida por desnecessária, serão indeferidas sem que haja ofensa ao princípio da ampla defesa.

3) errado – de acordo com a CF/88, ninguém será privado de sua liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal (art. 5º, inciso LIV). Portanto, o segurado só será privado do seu benefício depois de esgotado o processo legal.

4) correto – a lei processual determina que o acusado tenha direito de presenciar o depoimento das testemunhas, direito este que ele exerce se quiser. O entendimento do STF é neste sentido, ou seja, inexiste cerceamento de defesa, pois o próprio acusado deu causa ao não comparecer à oitiva da testemunha.

5) errado – a atual Constituição brasileira afirma, em seu art. 5º, inciso LV, que em processo judiciais ou administrativos e aos acusados em geral, e não só a estes, o direito a ampla defesa. Por outro lado, qualquer pessoa tem o direito de buscar uma solução processual, judicial ou administrativa, para proteger seu direito, seja na condição de autor ou réu.

18. (CESPE - FISCAL/INSS - 98) A respeito dos direitos fundamentais da Constituição de 1988, julgue os itens seguintes.

1. Considere que, em uma investigação criminal, realizada sem autorização judicial, foi feita a gravação de comunicações telefônicas de J. Silva e que, no entanto, não se apurou o cometimento de nenhum crime por parte deste; mas as gravações revelaram fato que poderiam, em tese, ensejar a aplicação de sanções administrativas a ele. Nessa situação a administração não poderá punir J. Silva com base exclusivamente nos fatos tornados conhecidos pela gravação realizada.
2. Sabendo que, segundo a Constituição, é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer, é correto concluir que enquanto não sejam definidas por lei as qualificações necessárias para o desempenho de certa atividade profissional, ela não poderá ser exercida.
3. Qualquer indivíduo, desde que brasileiro, é parte legítima para ajuizar ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público.
4. A Constituição não admite penas de caráter perpétuo ou de trabalhos forçados.

5. Mesmo sabendo que a Constituição estabelece que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória, não é correto afirmar que o indivíduo somente possa ser legitimamente preso depois de transitada em julgado a sentença condenatória.

Resposta:

1) correto – a prova foi colhida por meios ilícitos, ou seja, sem autorização judicial (art. 5º, inciso XII) e sem que um dos interlocutores estivesse sofrendo investida criminosa (informativo do STF nº.124). Portanto, não servirá para instruir qualquer processo, seja judicial ou administrativo, muito menos para a punição de alguém.

2) errado – a norma prevista no art. 5º, inciso XIII, é de eficácia contida. Isto significa dizer que não necessita de ato do poder público para produzir todos os seus efeitos. Por este motivo, independentemente de qualquer legislação, é livre o exercício de qualquer trabalho ofício ou profissão, admitindo-se restrições legais, desde que essa legislação não seja restritiva a ponto de impedir o exercício do direito.

3) errado – de acordo com o art. 5º, inciso LXXIII, só o cidadão, ou seja, aquele inscrito eleitoralmente, no exercício de seus direitos políticos (plenos ou limitados), pode propor uma ação popular.

4) correto – a Constituição brasileira proíbe a instituição destas penas, conforme o art. 5º, inciso XLVII, alíneas b e c.

5) correto – a Constituição brasileira permite a prisão em outras hipóteses além da decorrente da condenação penal transitada em julgado. As hipóteses de prisões estão previstas no art. 5º, inciso LXI.

19. (ESAF – AFTN – 96) Assinale a assertiva correta:

a) O princípio da presunção de inocência consagrado na Constituição não permite que se proceda ao lançamento do nome do réu no rol dos culpados após a sentença de pronúncia no processo penal.
b) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a escuta telefônica poderá ser efetivada, para fins de investigação criminal, desde que devidamente autorizada pelo juiz.
c) O princípio da presunção de inocência não é compatível com a prisão cautelar.
d) Nos termos da Constituição Federal, os direitos previstos em Tratados têm hierarquia constitucional.
e) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o legislador ordinário não pode, tendo em vista o princípio constitucional da individualização da pena, estabelecer que determinados crimes sejam submetidos a regime exclusivamente prisional fechado.

Resposta:

a) correto – a norma que se encontrava no Código de Processo Penal arts. 393, inciso II, e 408, § 1º, que determinava a inclusão do nome do réu, antes mesmo de qualquer condenação, no rol dos culpados, não foi recepcionada, tendo sido revogada quando do advento da atual CF/88, por ofensa ao princípio da presunção de inocência previsto no art. 5º, inciso LVII.

b) errado – de acordo com o art. 5º, do inciso XII, a escuta telefônica poderá ser efetivada, para fins de investigação criminal ou instrução processual penal, desde que devidamente autorizada pelo juiz, na forma e hipóteses que a lei estabelecer. Até o advento da lei (Lei 9.296/96), qualquer decisão de juiz no sentido de violação de comunicação telefônica foi considerada inconstitucional pelo STF.

c) errado – o fato de prevalecer a presunção da não culpabilidade até a decisão condenatória definitiva não impede a prisão do indivíduo, nas hipóteses previstas no art. 5º, inciso LXI, incluindo-se entre elas a prisão cautelar.

d) errado – só terão semelhança à emenda constitucional os tratados internacionais referentes a direitos humanos se aprovados pelo Congresso Nacional, nos termos do art. 5º, § 3º (aprovação em dois turnos em cada uma das casas congressuais, por no mínimo três quintos dos membros, conforme alteração introduzida posteriormente pela EC 45/2004).

e) errado – o STF já afirmou, por exemplo, que a lei que define crimes hediondos (Lei 8.072/90), ao excluir estes crimes do benefício do indulto, não ofende o princípio constitucional da individualização da pena (informativo do STF, nº. 138).

20. (ESAF – TTN – 98) Assinale a assertiva correta:

a) A interceptação de comunicação telefônica pode-se realizar mediante autorização judicial, policial ou fazendária.
b) A prova obtida de forma ilícita poderá ser utilizada em qualquer outro processo, vedada a sua utilização naquele para o qual foi originariamente obtida.
c) As leis de caráter restritivo devem observar o princípio da proporcionalidade ou do devido processo legal na acepção substantiva.
d) O depoimento do indiciado perante autoridade policial sem a presença de advogado é nulo de pleno direito.
e) O lançamento do nome do réu no rol dos culpados previsto no Código de Processo Penal é compatível com o princípio constitucional da presunção de inocência.

↳*Resposta:*

a) errado – de acordo com o art. 5º, do inciso XII, a escuta telefônica poderá ser efetivada, para fins de investigação criminal ou instrução processual penal, desde que devidamente autorizada pelo juiz, na forma e hipóteses que a lei estabelecer. Não será possível, por outro lado por determinação policial ou fazendária.

b) errado – a prova colhida por meios ilícitos, ou seja, sem autorização judicial (art. 5º, inciso XII) e sem que um dos interlocutores estivesse sofrendo investida criminosa (informativo do STF nº.124) não servirá para instruir qualquer processo, seja judicial ou administrativo.

c) correto – as normas constitucionais de eficácia contida podem sofrer restrições, mas não de forma ilimitada. O limite deverá ser definido pela aplicação do princípio da proporcionalidade ou do devido processo legal na acepção substantiva (observando a necessidade, adequação e medida certa).

d) errado – não há necessidade de advogado porque não se trata de qualquer processo judicial, onde se estabelece a ampla defesa e o contraditório. Trata-se apenas de um procedimento investigativo, sem

qualquer acusação formal. Lembre-se que, de acordo com o art. 133, o advogado é, em regra, indispensável à administração da Justiça.

e) errado – a norma que se encontrava no Código de Processo Penal arts. 393, inciso II, e 408, § 1º, que determinava a inclusão do nome do réu, antes mesmo de qualquer condenação, no rol dos culpados, não foi recepcionada, tendo sido revogada quando do advento da atual CF/88, por ofensa ao princípio da presunção de inocência previsto no art. 5º, inciso LVII.

21. (ESAF – TTN – 98) Assinale a assertiva correta:

a) A ação popular destina-se a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.
b) Segundo entendimento dominante na doutrina e na jurisprudência, é inconstitucional a fixação de prazo para a impetração de mandado de segurança.
c) Nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a decisão proferida em mandado de injunção pode suprir a eventual omissão legislativa.
d) A denúncia vaga ou genérica no processo penal é plenamente compatível com o princípio constitucional do direito de defesa.
e) O princípio da presunção de inocência não permite a prisão cautelar ou provisória.

↳*Resposta: há duplicidade de respostas*

a) correto – art. 5º, inciso LXXIII.

b) errado – de acordo com o STF não é inconstitucional a fixação de prazo (de 120 dias, de acordo com o art. 18, da Lei 1.533) para a impetração de mandado de segurança, previsto no art. 5º, incisos LXIX e LXX.

c) correto – esta opção foi considerada, à época da aplicação como errada, mas novo entendimento do STF é no sentido de que a procedência do pedido do autor em uma ação de mandado de injunção (art. 5º, inciso LXXI) confere ao tribunal poder para concretizar o direito reclamado.

Por exemplo, o Presidente da República deveria propor um projeto de lei para a regulamentação da aposentadoria especial de que trata o art. 40, § 4º, da CF.
Por força da omissão do Presidente da República, o Supremo Tribunal Federal, salientando o caráter mandamental e não simplesmente declaratório do mandado de injunção, entendeu caber ao Judiciário, por força do disposto no art. 5º, LXXI e § 1º, da CF, não apenas reconhecer a mora do Poder Executivo, mas viabilizar, no caso concreto, o exercício desse direito, afastando as consequências da inércia do legislador (Ver Mandado de Injunção nº. 721 e o Informativo 477).
Conclui-se que o STF passou a reconhecer possibilidade de concretizar um direito presente em norma constitucional de eficácia limitada ainda não regulamentada.

d) errado – para que uma pessoa possa se defender de uma acusação é preciso que ela saiba exatamente qual é a acusação que recai sobre ela, o que não acontece com a denúncia vaga ou genérica.

e) errado – o fato de prevalecer a presunção da não culpabilidade até a decisão condenatória definitiva não impede a prisão do indivíduo, nas hipóteses previstas no art. 5º, inciso LXI, incluindo-se entre elas a prisão cautelar ou provisória.

22. (ESAF – TTN – 97) Assinale a assertiva correta:

a) Mandado de injunção permite que o juiz assuma a função de legislador.
b) Mandado de segurança não pode ser utilizado na defesa de interesse de competência de órgão público.
c) A liberdade de expressão e a liberdade artística não podem sofrer qualquer tipo de restrição legal ou judicial, porque a Constituição veda a instituição de todo e qualquer sistema de censura.
d) A ampliação do prazo prescricional em matéria criminal não se aplica aos fatos praticados antes da entrada em vigor da lei, aplicando-se o princípio da anterioridade em matéria penal.
e) A ação popular somente pode ser proposta para defesa do patrimônio público contra eventual ato lesivo.

↳*Resposta:*

a) errado - ao contrário, o STF tem entendido que a procedência do pedido do autor em uma ação de mandado de injunção (art. 5º, inciso LXXI) não confere ao tribunal poder para elaborar a lei faltante, mas sim o de concretizar o direito reclamado, naquela situação concreta.

b) errado – a competência equipara-se a um direito líquido e certo, passível, portanto, de ser exigível por meio de mandado de segurança (art. 5º, inciso LXIX).

c) errado – os direitos individuais não são ilimitados, mas sujeitos às limitações recíprocas, o que significa dizer que um direito fundamental poderá ser exercido desde que não interfira em outro direito sem autorização constitucional. Cabe lembrar que não podemos entender que se trate de censura, pois que esta é expressamente vedada pela Constituição no art. 5º, inciso IX, e art. 220, § 2º.

d) correto – a Constituição brasileira determina que não haja crime sem lei anterior que o defina (art. 5º, inciso XXXIX) e que a lei penal não retroagirá salvo para beneficiar o réu (art. 5º, inciso XL), portanto se aplica também o princípio da irretroatividade da lei penal. Por este motivo, a lei penal pode aumentar o prazo de prescrição, diminuindo a possibilidade do indivíduo de se ver livre daquela acusação, mas para que isso aconteça é necessário que a lei nova se aplique somente aos fatos posteriores a lei.

"Prescrição", neste caso, significa que por força da inércia do poder público ou do particular, que não promoveu contra o indivíduo uma ação penal deixando transcorrer certo prazo, aquele indivíduo se vê livre de qualquer ação penal futura em relação aquele fato.

e) errado – a ação popular, de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, pode ser proposta não só para a defesa de patrimônio público, mas também para proteger patrimônio de entidade de que o Estado participe patrimônio cultural, patrimônio histórico, moralidade administrativa e meio ambiente, contra ato lesivo ou ameaça de lesão. A ação popular pode ser preventiva ou repressiva.

23. (ESAF – TTN – 98) Assinale a assertiva correta:

a) As leis de ordem pública aplicam-se independentemente da proteção ao ato jurídico perfeito e ao direito adquirido.
b) O mandado de injunção coletivo é plenamente compatível com a ordem constitucional brasileira.
c) A prisão civil por dívida do depositário infiel, em decorrência de contrato de alienação fiduciária em garantia, contraria o disposto em tratado internacional de que o Brasil faz parte, revelando-se, por isso, inconstitucional.
d) O princípio da presunção de inocência impede a prisão provisória ou cautelar.
e) Os direitos previstos em tratado internacional têm, no ordenamento jurídico brasileiro, hierarquia constitucional.

Resposta:

a) errado – é pacífico o entendimento doutrinário e jurisprudencial de que a norma infraconstitucional tem que respeitar direito adquirido, independentemente de ser ela lei de ordem pública (de observância obrigatória) ou privada (de observância facultativa).

b) correto – apesar da Constituição brasileira se referir expressamente apenas ao mandado de injunção (individual, art. 5º, inciso LXXI), é pacífico o entendimento jurisprudencial e doutrinário quanto à existência implícita do mandado de injunção coletivo, que poderia ser proposto pelos mesmos legitimados para a propositura do mandado de segurança coletivo (art. 5º, inciso LXX).

c) errado – a prisão do depositário infiel contraria norma infraconstitucional supralegal, portanto seria caso de ilegalidade e não inconstitucionalidade. O STF tem decidido pelo não cabimento da prisão do comprador fiduciante como depositário infiel por ofensa ao Pacto de São José da Costa Rica e, para a doutrina majoritária (maior parte dos autores) e o STF, este não teve o poder de revogar a prisão civil do depositário infiel prevista na CF (art. 5º, inciso LXVII), por ter sido internalizado na ordem jurídica como norma infraconstitucional supralegal. O Pacto de São José da Costa Rica, ao ser incorporado no direito brasileiro revogou a lei que definia as hipóteses de prisão do depositário infiel.

d) errado – de acordo com o STF, não ofende o princípio da presunção de inocência ou da não culpabilidade a prisão provisória ou cautelar, conforme se percebe a partir da leitura do art. 5º, incisos LXI e LXVI.

e) errado – pela leitura literal do art. 5º, § 3º, da CF, o tratado internacional que define direitos humanos terá força semelhante à de uma emenda constitucional se passar por uma discussão e votação semelhante à de uma emenda. Cabe ressaltar que há entendimento diverso, de uma doutrina minoritária filiada à teoria jusnaturalista, no sentido de que todo tratado internacional referente a direitos humanos seria automaticamente internalizado como norma constitucional, a partir da adesão do Brasil, entendimento não compartilhado pelo STF.

24. (ESAF – AGU – 96) Assinale a assertiva correta:

a) O princípio do direito adquirido protege o indivíduo contra a mudança do padrão monetário.
b) O princípio da presunção de inocência não obsta a que se determine a prisão preventiva do eventual acusado.

c) É legítimo invocar a existência de direito adquirido a um dado instituto do direito.
d) A liberdade de consciência e de crença pode ser invocada para eximir-se de obrigação legal a todos imposta, sendo legítima, inclusive a recusa ao cumprimento de prestação alternativa.
e) É ilegítima a invocação do direito de permanecer calado perante Comissão Parlamentar de Inquérito.

Resposta:

a) errado – de acordo com o entendimento jurisprudencial do STF de longa data, não é legítima a alegação de direito adquirido contra a mudança de padrão monetário. Ver os informativos do STF nº. 79, 285 e 294.

b) correto – de acordo com o STF, não ofende o princípio da presunção de inocência ou da não culpabilidade a prisão provisória ou cautelar, conforme se percebe a partir da leitura do art. 5º, incisos LXI e LXVI.

c) errado - de acordo com o entendimento jurisprudencial do STF de longa data, não é legítima a alegação de direito adquirido um dado instituto do direito.

d) errado – de acordo com a Constituição brasileira, não é possível se invocar escusa de consciência (art. 5º, inciso VIII) para não cumprir obrigação legal a todos imposta ou prestação alternativa, quando houver, sob pena de perda (para os constitucionalistas em geral) ou suspensão (para a lei eleitoral nº. 8.239/91), conforme a CF, art. 14, inciso IV.

e) errado – de acordo com o STF, o direito de não autoincriminação permite que ao investigado o direito ao silêncio. Aliás, é assegurado o direito ao silêncio não só ao investigado, mas também ao acusado, indiciado e preso, em geral (art. 5º, inciso LXIII).

25. (ESAF – TJ/CE) Assinale a assertiva correta.
a) A liberdade de expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação não admite qualquer restrição ou limitação por parte do Poder Público, pois isto equivaleria ao restabelecimento da censura prévia.
b) A pequena propriedade rural, trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de dívida decorrente de atividade produtiva.
c) O legislador poderá outorgar ao júri competência para conhecer também de crimes culposos contra a vida.
d) O uso de propriedade particular pelo Poder Público depende de indenização prévia.
e) A liberdade de exercício de qualquer trabalho, assegurada constitucionalmente, torna inviável que lei ordinária, de qualquer forma, restrinja essa liberdade.

Resposta:

a) errado – a liberdade de expressão da atividade de comunicação (art. 5º, inciso IX, última parte) por ser de eficácia contida pode sofrer restrição por ato do Presidente da República ao decretar o Estado de Sítio, conforme o art. 139, inciso III. É possível também que ocorram limitações por parte do Poder Público através de lei federal, com o intuito de proteger a sociedade de produtos nocivos à saúde (art.

220, § 3º). Por outro lado, isto não significa dizer que esteja sendo autorizada a censura no país, até porque a sociedade proíbe expressamente no art. 5º, inciso IX e no art. 220, § 2º.

b) correto – trata-se da impenhorabilidade de pequena propriedade rural e tem por objetivo evitar o êxodo rural, facilitando a fixação da população rural no campo, conforme o art. 5º, inciso XXVI.

c) errado – a Constituição determina que só se sujeitará ao julgamento popular aquele que cometer crime doloso contra a vida. Norma que venha a determinar que outro crime sofra tal tratamento estará ofendendo o direito de não submissão à exposição pública.

Cabe lembrar que, excepcionalmente, algumas pessoas que venham a cometer crimes dolosos não serão julgadas pelo júri, por força da prerrogativa de foro (por exemplo: art. 53, § 1º).

d) errado – em regra, qualquer pessoa que venha a usar da propriedade privada sem autorização do proprietário estará sujeito a indenizá-lo. Excepcionalmente, a Constituição brasileira autoriza que em certos casos o Estado use da propriedade privada sem que tenha que indenizar pelo uso, mas apenas pelo dano. Indenização esta que será paga após o uso, conforme o art. 5º, inciso XXV.

O art. 22, inciso III, da CF, determina que caiba à União legislar sobre a requisição civil e militar, em caso de iminente perigo e em tempo de guerra, podendo delegar, por meio de lei complementar, essa competência aos estados federados e, implicitamente, ao Distrito Federal (art. 22, parágrafo único).

e) errado – a CF/88 autoriza, no art. 5º, inciso XIII, que o legislador ordinário elabore lei restritiva da liberdade profissional, por se tratar de uma norma constitucional de eficácia contida.

26. (CESPE – PC – 98) Assinale a assertiva correta:

a) De acordo com jurisprudência do STF, se a escuta telefônica, sem autorização judicial, for utilizada como meio de prova, o processo será nulo independentemente da existência de outras provas.
b) Esse meio de prova será aceito e o processo será válido, haja vista a aplicação ao direito processual penal do princípio da verdade material.
c) Ainda que esse meio de prova não possa ser admitido, se houver outras provas que independa da escuta, o processo será válido.
d) O processo será nulo, ainda que a escuta tenha sido feita com autorização judicial. A escuta caracteriza invasão da intimidade do indivíduo, sendo, portanto, totalmente excluída do ordenamento jurídico brasileiro.
e) Será ela considerada prova inválida, ainda que tenha sido gravada por um dos interlocutores.

↳*Resposta:*

a) errado – a prova ilícita só tem o poder de anular o processo, seja judicial ou administrativo, se não houver outra prova em que se apoiar. Caso contrário preserva-se o processo, afastando-se a prova ilícita (art. 5º, inciso LVI).

A prova ilícita é inadmissível em qualquer processo e não apenas naquele para o qual foi produzida.

b) errado – a prova ilícita, na expressão literal da CF, é inadmissível em qualquer processo, administrativo ou judicial e, neste caso, civil ou penal (art. 5º, inciso LVI).
c) correto – a prova ilícita só tem o poder de anular o processo, seja judicial ou administrativo, se não houver outra prova em que se apoiar a decisão. Caso contrário preserva-se o processo, afastando-se a prova ilícita (art. 5º, inciso LVI).
d) errado – em razão das limitações recíprocas do direito, o direito à intimidade (na verdade seria mais correto dizer direito de privacidade) encontra barreira na autorização constitucional de violação da comunicação telefônica, mediante autorização judicial, na forma e hipóteses previstas em lei, quando se tratar de investigação criminal ou instrução processual penal (art. 5º, incisas X e XI).
e) errado – o STF tem admitido que em caso de investida criminosa por um dos interlocutores (como ameaça, estelionato, sequestro ou chantagem), o outro poderá gravar ou permitir que outra pessoa grave, sem que por isso se caracterize ofensa à privacidade ou à intimidade.

27. (CESPE – PF – 98) Considerando as normas constitucionais acerca dos direitos fundamentais, julgue os itens abaixo.

1. Os direitos e as garantias fundamentais previstos na Constituição, em especial no art. 5º, aplicam-se tão somente aos brasileiros e aos estrangeiros naturalizados.
2. De acordo com a Constituição, pode ser condenado ao pagamento de indenização o servidor público, inclusive policial, que causar dano moral a qualquer pessoa, mesmo ao preso condenado por sentença transitada em julgado.
3. Se João, Delegado de Polícia Federal, prende Carla, famosa traficante de drogas, e a exibe à imprensa contra a vontade dela, pode ser condenado ao pagamento de indenização por dano material ou moral decorrente da violação da imagem da pessoa.
4. Se Pedro, fugitivo da justiça, homizia-se à noite na casa de sua irmã Mariana, durante perseguição, e a dona da casa não permite a entrada da equipe policial, então os policiais poderão ingressar na residência para efetuar a prisão de Pedro apenas no dia seguinte.
5. É inconstitucional a legislação que permite a interceptação telefônica, uma vez que a Constituição classifica como inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, telefônicas e de dados, sendo, em consequência, também inconstitucionais os atos de persecução criminal que se baseiem na quebra ilícita desse sigilo.

↳*Resposta:*
1) errado – o "caput", do art. 5º, em sua expressão literal, assegura os direitos e garantias individuais e coletivas aos brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil. Por outro lado, de acordo com a doutrina majoritária e o STF, deve-se dar uma interpretação extensiva, assegurando-se aos brasileiros e estrangeiros residentes ou não, desde que se encontrem no Brasil. Assim, aproveitariam também os turistas e os estrangeiros em trânsito.
2) correto – de acordo com o art. 37, § 6º e o art. 5º, inciso XLIX.
3) correto – de acordo com o art. 37, § 6º e o art. 5º, inciso X.
4) correto – se é fugitivo da justiça, é porque existe contra ele um mandado judicial de prisão. Neste caso, nos termos do art. 5º, inciso XI, só é possível entrar em recinto fechado ao público sem autorização do

responsável durante o dia claro. Lembre-se que não se trata de flagrante delito, desastre ou socorro, porque nestes casos poderia se ingressar na casa sem autorização do morador a qualquer hora do dia (dia no sentido de vinte e quatro horas).

5) errado – a inviolabilidade da correspondência e das comunicações encontra limites (limitações recíprocas), seja em tempo de normalidade (art. 5º, inciso XII) ou anormalidade (arts. 136, § 1º, alíneas b e c, e 139, inciso III).

28. (CESPE – PF – 98) Em relação aos remédios constitucionais, julgue os seguintes itens.

1. Os chamados remédios constitucionais, ou remédios do direito constitucional, constituem em meios à disposição do indivíduo para provocar a atuação das autoridades competentes, com o fim de evitar ou sanar ilegalidade e abuso de poder em prejuízo de direitos e interesses individuais ou coletivos.
2. Se Armando, simples cidadão, tomar conhecimento de que na Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal (DPF) de algum estado da Federação estão sendo praticados atos ilícitos pelo respectivo superintendente, poderá, por meio de simples petição, dirigir-se ao Diretor-Geral do DPF para apontar as ilegalidades, estando esta autoridade obrigada a despachar a petição.
3. Se for o caso de *habeas corpus*, não cabe mandado de segurança.
4. Com o alargamento promovido pela Constituição de 1988 na área dos remédios constitucionais, passou a ser possível a impetração de mandado de segurança coletivo, para a defesa de qualquer interesse coletivo, por qualquer organização sindical, entidade de classe ou associação, desde que legalmente constituída.
5. Se Lúcia – adversária política de Ana, governadora de um estado – ajuizar ação popular contra atos praticados por Ana e o pedido da ação for julgado improcedente, deverá haver condenação da autora às custas judiciais e ao ônus da sucumbência, desde que se tenha alegado, na contestação, má-fé da autora.

↳*Resposta:*

1) correto – as garantias constitucionais podem se desenvolver por via administrativa, como por exemplo, o direito de petição previsto no art. 5 º, inciso XXXIV, alínea a, e por via judicial, como por exemplo, o "habeas corpus" previsto no art. 5 º, inciso LXVIII. As garantias constitucionais têm como objetivo a proteção de direitos e liberdades contra ameaças e lesões por parte do poder público e dos particulares.

2) correto – o direito de petição é uma das garantias constitucionais e encontra-se prevista no art. 5º, inciso XXXIV, alínea a. Pode ser proposta contra atos ilegais ou abusivos dos poderes públicos (Legislativo, Judiciário e Executivo) ou para a defesa de direito. Mas não se resume a pedir um exame daquela irregularidade, mas alcança o direito de acompanhar o processo e conhecer a decisão final.

3) correto – a Constituição brasileira assim determina expressamente, no art. 5º, inciso LXIX: "conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por "habeas corpus" ou "habeas data", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público".

4) errado – é correto afirmar que o mandado de segurança coletivo (art. 5º, inciso LXX) é uma nova garantia constitucional, prevista pela primeira vez na atual Constituição brasileira. Antes só existia na modalidade individual (desde a Constituição brasileira de 1934). Mas é errado dizer que se presta "para a defesa de qualquer interesse coletivo" e que seus legitimados são "qualquer organização sindical, entidade de classe ou associação, desde que legalmente constituída". Na verdade, na expressão literal da CF, seu objetivo é: proteger direito líquido e certo, não amparado por "habeas corpus" ou "habeas data", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público; e seus legitimados são: partido político com representação no Congresso Nacional, organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.

5) errado – de acordo com a CF, no art. 5º, inciso LXXIII, não basta a alegação de má-fé, é necessário que fique comprovado, demonstrado nos autos, ter o cidadão autor da ação popular agido em busca de uma satisfação particular sem qualquer prova que confirme a ocorrência de ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.

29. (CESPE – INSS – 99) "Fita revela tortura e PM sugerindo matar – Gravação feita sigilosamente em São Paulo por presos em uma delegacia e por soldados da Polícia Militar durante as preleções de um oficial registra humilhação, tortura e sugestão para matar. O comandante do 5º Batalhão de Policiamento Militar Metropolitano, tenente-coronel Edson Pimenta Bueno Filho, diz à tropa que "lugar de vagabundo é no caixão". De acordo com depoimentos de soldados à Ouvidoria da Polícia, a expressão é uma das formas de o oficial ordenar a morte de criminosos feridos em tiroteio, antes de chegarem ao hospital. No 26º Distrito Policial, em Socomã (zona sudeste), os presos gravaram uma blitz ocorrida após tentativa de fuga. Policiais civis xingam os detentos e os chamam de "orangotango", "macaco" e "paraíba". O policial que comandou a operação gritou ameaças como "quero um", "vai tomar tiro", "tou louco pra sentar o dedo em vocês". A fita foi retirada do distrito policial por parentes de presos e encaminhada ao Ministério Público pelo coordenador da Pastoral Carcerária e pela secretária do movimento. Caderno Cotidiano. In: Folha de S. Paulo. 10/10/99 (com adaptações)

Em face das informações contidas na notícia e de acordo com a Constituição da República, julgue os itens abaixo.

1. O desrespeito à dignidade dos presos, além de ofender seus direitos fundamentais, ataca um dos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil.
2. A Constituição estabelece que a pena não passe da pessoa do condenado. Por isso, se um policial praticar tortura contra um preso na presença de seu superior, que nada faz para impedi-lo, este não poderá ser responsabilizado pelo crime.
3. A despeito de ser inafiançável, o crime de tortura deve ser objeto de ação penal, condenação e execução em determinados prazos, previstos na lei, pois, do contrário, a pretensão estatal de punir e executar a pena poderá ser atingida pela prescrição.

4. Na hipótese de ser julgado procedente o pedido judicial de indenização por parte de um preso ofendido por policial, tanto a pessoa jurídica do Estado quando a pessoa física do policial podem ser responsabilizados.
5. Errou a Pastoral Carcerária ao encaminhar a fita ao Ministério Público, pois não compete a esse órgão estatal exercer controle sobre a atividade policial.

↳*Resposta:*

1) correto – ofende o direito individual fundamental previsto no art. 5º, inciso XLIX, que assegura aos presos o respeito à integridade física e moral, e o princípio fundamental previsto no art. 1º, inciso III, que privilegia a dignidade da pessoa humana.

2) errado – a primeira parte está correta ao afirmar que nenhuma pena não ultrapassa a pessoa do condenado (art. 5º, inciso XLV). Mas a parte final está equivocada ao afirmar que autoridade superior não será responsabilizada pela omissão porque a Lei 9.455/97, em seu art. 1º, § 2º, determina que aquele que se omite em face da conduta de tortura, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, incorre na pena de detenção de um a quatro anos.

3) correto – o art. 5º, inciso XLIII, determina que tortura seja crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia, mas permite a prescrição.

4) correto – é o que se deduz da leitura do art. 37, § 6º: "as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa".

5) errado – a CF entrega essa competência ao Ministério Público conforme se encontra no art. 129, inciso VII: "exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior".

30. (CESPE – INSS – 99) Acerca da disciplina constitucional dos direitos fundamentais, julgue os itens seguintes.

1. Garantias dos direitos fundamentais são instituições jurídicas criadas em favor do indivíduo para que ele possa usufruir dos direitos fundamentais propriamente ditos.
2. Os direitos fundamentais de primeira, segunda e terceira gerações, como são conhecidos, sucederam-se historicamente, de maneira que os direitos fundamentais de primeira geração hoje não são mais aplicados.
3. Os direitos fundamentais de primeira geração estão associados à liberdade; os de segunda, à igualdade; os de terceira, à fraternidade.
4. A possibilidade de indenização do dano moral, que a Constituição eleva à categoria de direito fundamental, assiste apenas às pessoas naturais.
5. Nos crimes cuja ação penal seja de iniciativa pública, apenas o Ministério Público pode provocar a atividade jurisdicional, estando banidos do atual sistema constitucional os procedimentos penais "*ex officio*", bem como a ação penal instaurada por meio de portaria.

Resposta:

1) correto - as garantias constitucionais, que o José Afonso da Silva chama de direito dos direitos, podem se desenvolver por via administrativa, como por exemplo, o direito de petição previsto no art. 5 º, inciso XXXIV, alínea a, e por via judicial, como por exemplo, o "habeas corpus" previsto no art. 5 º, inciso LVIII. As garantias constitucionais têm como objetivo a proteção de direitos e liberdades contra ameaças e lesões por parte do poder público e dos particulares.

2) errado – a primeira parte está correta: os direitos de primeira geração ou dimensão são os direitos da liberdade (civis e políticos); os de segunda são os direitos da igualdade (sociais, culturais, econômicos e coletivos); os de terceira são os da fraternidade ou solidariedade (desenvolvimento, paz, meio ambiente, comunicação e patrimônio comum da humanidade); e os direitos de quarta geração são direito à democracia, direito à informação e o direito ao pluralismo. Por outro lado a segunda parte de afirmativa é incorreta porque as novas gerações ou dimensões de direitos somaram-se as primeiras, ou seja, elas não se excluem, mas se completam.

3) correto – vide a resposta do item anterior.

4) errado – o Supremo Tribunal Federal já reconheceu que alguns direitos individuais fundamentais protegem também às pessoas jurídicas. Entre esses direitos se encontra a inviolabilidade da honra e da imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação. A palavra "pessoas", presente nesta norma se refere tanto as pessoas naturais (pessoas físicas, seres humanos) como as pessoas jurídicas de direito público e de direito privado.

5) errado – a primeira parte está incorreta porque a própria CF, no art. 5º, inciso LIX, admite ação privada (proposta por particular, através de queixa-crime) nos crimes de ação pública (proposta por membro do Ministério Público através de denúncia, conforme o art. 129, inciso I), se esta não for intentada no prazo legal. Por outro lado, a segunda parte está correta porque de fato encontram-se banidos do atual sistema constitucional os procedimentos penais "ex officio" (isto é, a ação é iniciada por ato do juiz, sem que haja um pedido de quem quer que seja), bem como a ação penal instaurada por meio de portaria (uma ação judicial desencadeada por um ato administrativo).

31. (CESPE - ANALISTA JUDICIÁRIO/STF - 99) Acerca dos direitos e deveres individuais e coletivos consagrados na Constituição da República, assinale a opção correta.

a) Considere a seguinte situação: Recentemente, em uma telenovela, produziu-se uma situação em que uma criança, aproveitando-se da ausência dos pais, saiu sorrateiramente de casa à noite, à procura de um amigo. Chegando em casa e dando pela falta do filho, os pais dirigiram-se à delegacia de polícia. O pai, então, acusou um homem de haver sequestrado a criança. Em sequência, uma equipe de policiais dirigiu-se à casa do pretenso sequestrador, o qual estava, em verdade, inteiramente alheio ao paradeiro da criança. Os policiais encontravam-se no interior da residência quando o suspeito chegou e levaram-no preso – fato este ocorrido após as 22 horas. Em uma situação real, não havendo a caracterização de flagrante e tendo a diligência policial sido realizada à noite, a casa do suspeito não poderia vir a ser invadida para se efetivar a prisão – salvo se a diligência se efetivasse mediante mandado de prisão expedido por autoridade judicial.

b) Considere a seguinte situação: Em uma recente encenação televisiva, em que se representava situação ocorrida no século passado, um indivíduo foi detido e mantido incomunicável, objetivando-se, com isso, impedirem-se prejuízos às investigações. Ademais, sua prisão não foi comunicada a qualquer pessoa ou autoridade. Em uma situação real e presente, a prisão do indivíduo haveria de ser necessariamente comunicada ao juiz competente, embora pudesse, por ordem judicial e no interesse das investigações, temporariamente ser mantido o conscrito incomunicável e não ser dada ciência da prisão a qualquer pessoa de sua esfera pessoal.

c) Considere a seguinte situação hipotética: Em um país vizinho ao Brasil, instalou-se regime político de exceção. Suprimidas as garantias de um Estado democrático de direito, foi editada uma lei pelo grupo que tomou o poder, consoante a qual seria crime a criação de qualquer partido político, bem assim a divulgação de ideias, por qualquer meio, que contrariassem a ideologia do movimento que se instalara no poder. Nessa situação, se aquele país pedisse ao Brasil a extradição de um seu nacional que lá tivesse praticado algum desses crimes políticos, o governo brasileiro só poderia entregar o estrangeiro se houvesse tratado internacional de extradição celebrado entre os dois países.

d) Considere a seguinte situação hipotética: Mévio obteve junto ao Banco X um empréstimo financeiro, com garantia hipotecária, o qual deveria ser liquidado integralmente após dois anos. Decorrido esse prazo e não tendo havido o pagamento do mútuo, o banco X providenciou a execução do contrato. No curso do processo, constatou-se, contudo, que Mévio estava em lugar incerto e não sabido e que o imóvel dado em garantia da dívida fora alienado a terceiro antes do início da execução. O banco X postulou, então, ao juízo da execução, a decretação da prisão de Mévio. Nessa situação, a prisão não poderá ser decretada, sob pena de violação de garantia individual prevista na Constituição.

e) Considere a seguinte situação hipotética: Caio foi submetido à cirurgia de emergência em hospital particular, localizado em Brasília, para onde foi levado em decorrência de grave acidente de trânsito, ocorrido nas proximidades daquele nosocômio. Após quatro semanas de internação, Caio obteve alta hospitalar. Suspeitando, contudo, que o cheque, oriundo de outra praça, dado em pagamento das despesas não estaria provido de fundos, a direção do hospital determinou que não permitisse a saída do paciente das instalações do hospital até que se assegurasse de que o cheque não seria devolvido pelo banco sacado – o que deveria acorrer em cinco dias. Nessa situação, o instrumento processual de sede constitucional de que o paciente deve valer-se para obter ordem judicial que lhe garanta sair do hospital é o mandado de segurança.

Resposta:

a) errado – não é possível a violação da casa por meio de mandado judicial à noite. Portanto todas as hipóteses de violação de domicílio descritas neste item não são admitidas em razão do fato relatado. Assim determina a CF, no art.5º, inciso XI: "a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial".

b) errado – no que se refere à incomunicabilidade do preso, há uma divergência doutrinária, mas a CF a proíbe expressamente durante o Estado de Defesa (art. 136, § 3º, inciso IV) e, ao menos aparentemente, também em tempo de normalidade, obrigando, nos termos do art. 5º, inciso LXII, que a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada, e ainda nos termos do art. 5º, inciso LXIII, quando fica assegurada a assistência da família e de advogado. Cabe ainda ressaltar que em nenhuma hipótese poderá a prisão deixar de ser comunicada ao juiz.

c) errado – o STF não autorizará (art. 102, inciso I, alínea g) a extradição por força de proibição constitucional expressa (art. 5º, inciso LII).

d) correto – as duas únicas possibilidades de prisão civil são as expressamente previstas no art. 5º, inciso LXII: a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel. O caso descrito neste item não se caracteriza depositário infiel porque é possível a venda de imóvel hipotecado e o comprador sabe da hipoteca (por isso ela tem que ser inscrita no registro de imóveis) e ela (hipoteca) acompanha o imóvel na mão de quem quer que ele se encontre (é a chamada garantia "proper rem"). É bom lembrar que o Pacto de San Jose da Costa Rica, ao ser incorporado ao direito brasileiro como norma supralegal revogou a norma legal que definia as hipóteses de prisão civil do depositário infiel. Portanto, mesmo se fosse o caso de prisão, não seria aplicável por falta de lei.

e) errado - o instrumento processual de sede constitucional de que o paciente deve valer-se para obter ordem judicial que lhe garanta sair do hospital é o "habeas corpus" (art. 5º, inciso LXVIII: "conceder-se-á "habeas-corpus" sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder").

32. (CESPE - ANALISTA JUDICIÁRIO STF - 99) Considere a seguinte situação hipotética: O STF processou e julgou mandado de segurança preventivo, impetrado por um partido político (**a Banca se enganou: o STF tem admitido a propositura por parlamentar e não por partido político, assim deve-se ler "parlamentar" e não "partido político"**), em que se discutia a constitucionalidade de um projeto legislativo. A corte concedeu a ordem postulada, determinando à casa legislativa em que tramitava o projeto que o arquivasse em definitivo. O pronunciamento em questão do STF seria em tese:

a) cabível na hipótese de projeto de emenda constitucional elaborado no sentido de extirpar do ordenamento jurídico o instituto da irredutibilidade de salários.
b) cabível em face da tramitação de qualquer projeto de emenda constitucional.
c) cabível em face da tramitação de qualquer projeto de lei ou emenda constitucional.
d) cabível na hipótese de projeto de emenda constitucional em que se propusesse concomitantemente a extinção do Senado Federal, das assembleias legislativas estaduais e das constituições estaduais.
e) incabível, já que o controle de constitucionalidade das leis, *latu sensu*, exercido de forma direta pelo STF, só incide sobre normas jurídicas, sendo inconcebível, pois, em face de projetos de normas. Logo, trata-se de controle exercido a *posteriori*, ou seja, após a promulgação da norma.

Resposta:

a) errado – o instituto da irredutibilidade do salário não é "cláusula pétrea" e, portanto, não está protegido contra emendas constitucionais, bastando examinar o art. 29, da EC 19 ("Os subsídios, vencimentos, remuneração, proventos da aposentadoria e pensões e quaisquer outras espécies remuneratórias adequar-se-ão, a partir da promulgação desta Emenda, aos limites decorrentes da Constituição Federal, não se admitindo a percepção de excesso a qualquer título") e o art. 4º, da EC 41 ("Os servidores inativos e os pensionistas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, em gozo de benefícios na data de publicação desta Emenda, bem como os alcançados pelo disposto no seu art. 3º, contribuirão para o custeio do regime de que trata o art. 40 da Constituição Federal com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos").

b) errado – em regra, há invasão em questões "interna corporis". Mas o Supremo Tribunal Federal se vê capaz de examinar em mandado de segurança o controle jurisdicional sobre projeto de lei ou projeto de emenda à Constitucional.

c) errado – vide resposta do item anterior.

d) correto – o STF tem, reiteradamente, admitido mandado de segurança impetrado por parlamentar contra a tramitação de proposta de emenda à Constituição que verse sobre matéria vedada ao poder reformador do Congresso Nacional, por contrariar "cláusula pétrea". É o que trata o caso descrito no enunciado da questão, ou seja, ofensa ao princípio federativo, ao autorizar a extinção da autonomia dos estados federados, retirando deles sua capacidade de se auto-organizar através de constituições estaduais, de se autolegislar e de defesa dos seus interesses na esfera federal.

e) errado – as respostas das letras c e d se completem e explicam o erro da letra e.

33. (CESPE – PC – 98) A CF traz a previsão de que "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza", enunciando, assim, o princípio genérico da igualdade ou da isonomia. A respeito desse princípio, assinale a opção correta.

a) A expressão "iguais perante a lei" significa que o princípio não se dirige ao legislador, mas ao aplicador da lei.
b) O STF, na aplicação do cânone em referência, não admite a fixação de idade máxima como restrição ao acesso de cidadãos a qualquer cargo ou emprego público.
c) A norma constitucional que prevê aposentadoria para mulher com idade inferior à do homem fere o princípio da isonomia, demonstrando que este não tem aplicabilidade imediata, mas é apenas um ideal a perseguir.
d) A garantia do juiz natural é indispensável para a concretização do princípio da igualdade no plano jurisdicional, tal como prevista na Declaração Universal dos Direitos Humanos, cujo conteúdo proclama que todo homem, em plena igualdade, a uma justa e pública audiência por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir de seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.
e) As distinções de tratamento postas em lei são lícitas, porque há diferenças naturais entre as pessoas; ao juiz não cabe julgar se são arbitrárias, pois não pode se substituir ao legislador.

Resposta:

a) errado – de acordo com o Supremo Tribunal Federal, o princípio da isonomia (art. 5º, caput: "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza") é autoaplicável e deve ser considerado sob duplo aspecto: o da igualdade na lei e o da igualdade perante a lei. A igualdade na lei é exigida ao legislador, que, no processo de formação da norma, não poderá incluir fatores de discriminação que rompam com a ordem isonômica. A igualdade perante a lei pressupõe a lei já elaborada e dirige-se aos demais Poderes, que, ao aplicá-la, não poderão subordiná-la a critérios que ensejem tratamento seletivo ou discriminatório.

b) errado – é verdade que o STF toma como regra a proibição prevista na CF, no art. 7º, inciso XXX ("proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil"), mas tem também admitido a exceção prevista na CF, art. 39, § 3º ("... podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir"), incluindo-se aí a possibilidade de se estabelecer limites de idade (Informativo do STF, nº. 352).

c) errado – é possível um tratamento desigual entre desiguais (princípio da igualdade material) e a própria CF prevê no art. 40, § 1º, inciso III, que "voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições: sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher; e sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição" (Incisos I, II e III introduzidos pela Emenda n° 20, de 15 de dezembro de 1998).

d) correto – o princípio do juiz natural, pela própria natureza abrangente de todo princípio, aplica-se em várias normas constitucionais, entre elas aquelas previstas no art. 5º, incisos XXXVII ("não haverá juízo ou tribunal de exceção"), LIII ("ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente") e LV ("ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal"). Todas elas asseguradoras e necessárias a um Estado democrático.

e) errado – em primeiro lugar, não se trata de combater as diferenças, respeitadas um uma sociedade pluralista. Trata-se de combater as desigualdades que não são naturais, mas fruto de políticas equivocadas. Cabe observar que se a lei que der tratamento desigual aos iguais, poderá o juiz declará-la inconstitucional.

34. (CESPE – PC – 98) A CF relaciona uma série de direitos e garantias individuais que constituem dimensões da liberdade e da própria dignidade humana, com ampla repercussão na área criminal. A esse respeito, julgue os itens que se seguem.

1. A tortura policial, seja física ou psicológica, é repudiada veemente pela ordem constitucional, sendo considerada como crime inafiançável, imprescritível e insuscetível de graça ou de anistia.
2. A extensão aos sucessores do condenado da obrigação de reparar o dano resultante do crime, caso admitida, representaria uma violação ao princípio magno de que nenhuma pena passará da pessoa do condenado.

3. A norma que garante às presidiárias condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação não tem aplicabilidade imediata, pois depende da construção de celas apropriadas.
4. A instituição do júri popular pode ser abolida pela lei processual, desde que se garanta ao acusado um julgamento imparcial.

A quantidade de itens certos é igual a
a) 0 b) 1 c) 2 d) 3 e) 4

Resposta:

1) errado – é correto que a tortura é repudiada tanto quando a Constituição elenca os direitos individuais fundamentais (art. 5º, inciso III: "ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante"), mas não determina a imprescritibilidade (art. 5º, inciso XLIII: "a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura").

2) errado – o que pode ultrapassar a pessoa do condenado alcançando aos sucessores é a sanção civil de reparar o dano ou a sanção administrativa ao decretar o perdimento de bens art. 5º, inciso XLV ("nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens serem, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido").

3) correto – a aplicação (exigibilidade) é imediata (art. 5º, § 1º: "As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata."), mas é de eficácia limitada, portanto aplicabilidade (executoriedade) mediata e indireta, pois depende de ato do Poder Público (art. 5º, inciso L: "às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação").

4) errado – a instituição do júri (art. 5º, inciso XXXVIII) não pode ser abolida por norma infraconstitucional por se tratar de previsão constitucional, e nem pode ser abolida por emenda por se tratar de "cláusula pétrea" (art. 60, § 4º, inciso IV).

A letra b está correta.

35. (CESPE/DELEGADO - PC/GO - 98) Uma denúncia anônima informou à polícia que, em determinada casa, estaria ocorrendo um crime. Comparecendo ao local, a polícia constatou que muito provavelmente a denúncia seria verídica. Em face dessa situação e considerando que já era noite, a polícia:

1. somente poderá invadir a mencionada casa se houver consentimento de seu morador, salvo se for este que estiver cometendo o crime.
2. somente poderia invadir a casa durante o dia, desde que obtivesse ordem judicial.
3. Somente poderá invadir a casa por ordem judicial. A invasão poderia, nesse caso, ocorrer a qualquer hora do dia ou da noite.
4. poderá invadir a casa independentemente de ordem judicial.
5. não poderá, em hipótese alguma, invadir a casa, haja vista ter sido anônima a denúncia e a Constituição Federal vedar o anonimato.

Resposta:

a) errado – a força policial poderia entrar na casa mesmo que fosse outra pessoa a cometer o crime no interior da casa e não o morador.

b) errado – pode entrar na casa havendo fortes indícios de que lá está sendo cometido um crime.

c) errado – se for por ordem judicial, só poderia entrar durante o dia claro, ainda que pudesse lá permanecer à noite.

d) correto – de acordo com a Constituição Federal, art. 5º, inciso XI, "a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial" e Código Penal, art. 150, § 3°, "não constitui crime a entrada ou permanência em casa alheia ou em suas dependências: I - durante o dia, com observância das formalidades legais, para efetuar prisão ou outra diligência; II - a qualquer hora do dia ou da noite, quando algum crime está sendo ali praticado ou na iminência de o ser.

§ 4° - A expressão "casa" compreende: I - qualquer compartimento habitado; II - aposento ocupado de habitação coletiva; III - compartimento não aberto ao público, onde alguém exerce profissão ou atividade.

§ 5° - Não se compreendem na expressão "casa": "I - hospedaria, estalagem ou qualquer outra habitação coletiva, enquanto aberta, salvo a restrição do n° II do parágrafo anterior; II - taverna, casa de jogo e outras do mesmo gênero".

e) errado – de fato é vedado o anonimato quando do exercício da liberdade de expressão (art. 5º, inciso IV), mas a denúncia não torna pública aquela acusação, serve apenas de alerta para que o Poder Público investigue o fato. Inclusive é bom alertar que não é possível desencadear uma ação judicial e muito menos condenar uma pessoa a partir de uma denúncia anônima.

36. (CESPE - AFCE/TCU - 98) Considerando as normas pertinentes aos remédios constitucionais na Constituição de 1988, julgue os itens a seguir.

1. Apenas ações judiciais foram previstas na Constituição de 1988 como remédios constitucionais garantidores dos direitos fundamentais.
2. A ação de *habeas corpus* destina-se a evitar qualquer ilegalidade praticada contra direito do cidadão no curso de processo penal.
3. O mandado de segurança não tutela direito amparável por *habeas corpus*.
4. O mandado de segurança pode ser impetrado, em certos casos, mesmo se necessário for o exame das provas.
5. Qualquer direito previsto no ordenamento jurídico e não regulamentado pode ser satisfeito por meio do mandado de injunção.

Resposta:

1) errado – as garantias fundamentais se manifestam ora por via administrativa como, por exemplo, o direito de petição previsto no art. 5º, inciso XXXIV, alínea a, ora por via judicial como, por exemplo, aquelas previstas no art. 5º, incisos LXVIII ao LXXIII.

2) errado – o "habeas corpus" tem como finalidade a proteção contra ameaça ou lesão do direito de locomoção e de não locomoção por ato do Poder Público ou de particular (art. 5º, LVIII: "conceder-se-á

"habeas-corpus" sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder").

3) correto – se for cabível a propositura de "habeas corpus" (art. 5º, inciso LXVIII) ou de "habeas data" (art. 5º, inciso LXVIII), não será admitido o mandado de segurança (art. 5º, inciso LXIX e LXX: "conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por "habeas-corpus" ou "habeas-data", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público").

4) correto – a ação judicial de mandado de segurança visa assegurar a proteção de direito líquido e certo. Consequentemente é desnecessária a instrução do processo com provas, porque a existência do direito de fato já resta provada. Por outro lado, é possível que seja necessária a prova jurídica do direito.

5) errado – a Constituição brasileira só admite a propositura da ação de mandado de injunção quando uma norma constitucional for definidora de direitos e liberdades fundamentais ou de prerrogativas necessárias ao exercício da cidadania, soberania e nacionalidade, e de eficácia limitada, conforme prevê o art. 5º, inciso LXXI, "conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania".

37. (ESAF – PC – 2001) O direito à segurança em matéria penal vem protegido pelas garantias constitucionais de:

a) Anterioridade da lei penal, inviolabilidade de domicílio, devido processo legal.
b) Inexistência de juízo ou tribunal de exceção, juiz competente, individualização da pena.
c) Vedação e punição da tortura, vedação à instituição de tributo com efeito confiscatório, personalização da pena.
d) Moralidade e publicidade, irretroatividade da lei, juiz natural.
e) Comunicabilidade da prisão, incomunicabilidade do preso, não ultratividade da lei penal.

↳*Resposta:*

a) errado – a "inviolabilidade de domicílio" se refere ao direito à privacidade.

b) correto – previstos, sucessivamente, no art. 5º, incisos XXXVII, LIII, LIV.

c) errado – a "vedação à instituição de tributo com efeito confiscatório" se refere à ordem tributária.

d) errado – a "moralidade e publicidade" se referem à Administração Pública.

e) errado – a "incomunicabilidade do preso" não está previsto na CF.

38. (ESAF – PC – 2001) Indique o(s) remédio(s) constitucional(is) adequado(s) para anular ato lesivo ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente, ao patrimônio histórico e cultural:

a) Mandado de injunção coletivo, que se configura um remédio coletivo para se obter um provimento que assegure o exercício de direitos e liberdades inertes a mingua de norma regulamentadora de proteção.
b) Mandado de segurança coletivo, que deve ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional.

c) Ação popular, que se manifesta como garantia político constitucional e visa à tutela de interesses da coletividade.
d) Ação civil pública que enseja a recomposição do erário pela conduta danosa.
e) *Habeas data*, previsto como garantia constitucional por meio do qual se obtém a retificação dos dados junto às entidades governamentais que praticaram o ato lesivo.

↳*Resposta:*

c) correto – Conforme a CF, art. 5º, inciso LXXIII.

39. (ESAF – PC/2001) O art. 5º da Constituição afirma que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Assim, é correto afirmar:

a) O regime jurídico das liberdades públicas protege tanto as pessoas naturais, quanto as pessoas jurídicas.
b) A garantia de igualdade não significa que todos tenham igual acesso aos remédios constitucionais, pois o estrangeiro não pode impetrar mandado de segurança, já que não é cidadão brasileiro.
c) Não há diferença entre direitos e garantias individuais.
d) Ao estrangeiro não residente no Brasil, mas em trânsito, nenhum direito constitucional é garantido.
e) A inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade significa que esses bens não poderão ser restringidos ou afetados sob nenhum aspecto.

↳*Resposta:*

a) correto – todos os direitos fundamentais protegem as pessoas físicas, mas nem todos, porém certamente alguns protegem também as pessoas jurídicas, como por exemplo, aquele previsto no art. 5º, inciso X, da CF.

b) errado – a garantia constitucional do mandado de segurança (art. 5º, inciso LXIX) pode ser impetrada por nacional ou estrangeiro, residente no Brasil ou que aqui se encontre, de acordo com o STF e a doutrina majoritária. Mas, é verdade quanto à afirmativa que algumas garantias não são acessíveis aos estrangeiros, como por exemplo, a ação popular (CF, art. 5º, LXXIII).

c) errado – as garantias também são reconhecidas como direitos que buscam proteger a integridade de outros direitos.

d) errado – a doutrina majoritária e o STF, em uma interpretação extensiva do "caput" do art. 5º, reconhecem aos estrangeiros que aqui se encontrem ainda que não residentes, vários dos direitos individuais e coletivos fundamentais.

e) errado – poderão sofrer restrições caso esses direitos se encontrem previstos em normas constitucionais de eficácia contida. Além disto, os direitos não são absolutos, pois encontram limites em outros direitos.

40. (ESAF – DP/SP – 2000) A legitimidade ativa do cidadão para intentar ação popular representa a consagração de um direito:

a) político.
b) econômico-financeiro.
c) à segurança jurídica.
d) social.

Resposta:

a) correto – a ação popular (art. 5º, inciso LXXIII) é uma das formas de se exercer os direitos políticos na forma de iniciativa popular (art. 14, inciso III), que por sua vez é uma das possibilidades de se exercer diretamente a democracia semidireta ou participativa (art. 1º, parágrafo único) na forma direta.

41. (OFICIAL DE JUSTIÇA/ITAPECERICA) Analise os itens abaixo e assinale a alternativa correta:

I - São livres a manifestação do pensamento e o exercício de qualquer profissão, vedado, quanto à primeira, o anonimato e atendidas, no tocante ao segundo, as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

II - A Constituição Federal veda terminantemente a associação de caráter paramilitar, muito embora diga ser plena a liberdade de associação para fins lícitos.

III - É vedada a interferência estatal no funcionamento das associações e das cooperativas, mas estas últimas somente podem ser criadas na forma da lei.

a) Todos os itens estão corretos.
b) Todos os itens estão incorretos.
c) Apenas o item I está correto.
d) Apenas o item II está correto.
e) Apenas o item III está correto.

Resposta:

a) correto – o item I: art. 5º, inciso XIII; item II: art. 5º, inciso XVII; e o item III: art. 5º, inciso XVIII.

42. (OFICIAL DE JUSTIÇA/ITAPECERICA) É correto afirmar que:

a) a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que produtiva, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo o Poder Executivo sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.
b) a pequena propriedade, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de hipoteca para pagamento de débitos decorrentes de financiamentos agrícolas, dispondo a lei específica sobre os meios de incentivar o seu desenvolvimento.
c) a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.

d) a pequena propriedade rural, assim definida em lei complementar, desde que produtiva, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de financiamentos agrícolas, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.
e) a pequena propriedade, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de hipoteca para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo o Poder Executivo sobre os meios de incentivar o seu desenvolvimento.

Resposta:

c) correto – conforme o art. 5º, inciso XXVI.

43. (ESAF - ANALISTA DE FINANÇAS E CONTROLE/2000) Sobre os direitos individuais e coletivos previstos na Constituição é correto dizer:

a) Trata-se de direitos que, por serem fundamentais, somente podem ser abolidos por meio de emenda à Constituição.
b) O domicílio do indivíduo pode ser invadido por terceiros, a qualquer hora, em caso de flagrante delito, desastre ou para prestação de socorro. Em cumprimento a determinação judicial, porém, no domicílio somente se pode penetrar sem o consentimento do morador durante o dia.
c) Por força do princípio da isonomia, toda norma que estabeleça tratamento jurídico diferenciado entre brasileiros é inconstitucional.
d) As provas obtidas por meio contrário ao Direito somente podem ser utilizadas no processo civil ou penal se a parte tiver dificuldade em encontrar outro meio de provar o seu direito.
e) A Constituição admite a interceptação de comunicações telefônicas de indivíduo suspeito do cometimento de crimes graves, desde que a escuta seja determinada por ordem judicial, pelo Ministério Público ou por Comissão Parlamentar de Inquérito.

Resposta:

a) errado – a CF proíbe expressamente (por isso "cláusula pétrea" expressa) qualquer discussão sobre emenda tendente a abolir direitos e garantias individuais fundamentais, de acordo com o art. 60, § 4º, inciso IV.

b) correto – assim a CF, art. 5º, inciso XI.

c) errado – o princípio da igualdade jurídica ou da isonomia significa dar um tratamento igual aos iguais (isonomia formal) e desigual aos desiguais (isonomia material). Cabe recordar que a lei não poderá distinguir brasileiros entre si, mas a Constituição Federal pode (art. 12, § 2º), e o faz, como por exemplo, nos arts. 5º, LI; 12, § 3º; 14, § 4º, I e 89, VII.

d) errado – a prova ilícita não é admissível nos processos judiciais ou administrativos (art. 5º, inciso LVI). É importante ressaltar que em direito penal se admite o uso de prova obtida por meio ilícito quando for o único meio de se provar a inocência.

e) errado – apenas o juiz pode autorizar a violação de comunicação telefônica, sem conhecimento dos interlocutores, nos termos do art. 5º, inciso XII ("é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem

judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual pena").

44. (ESAF - AFC - 2000) Assinale a opção correta a respeito dos direitos e garantias individuais.

a) Segundo entendimento já assentado, os direitos e garantias expressos em normas constantes de tratados internacionais de que o Brasil faz parte têm estatura constitucional e constituem *cláusulas pétreas*.
b) Os direitos e garantias individuais, como regra, têm a sua aplicabilidade dependente de lei que os regulamente.
c) Para o exercício do direito de reunião pacífica, sem armas e em lugar aberto ao público, não se exige prévia autorização da autoridade administrativa, mas se exige que a ela seja dirigido prévio aviso.
d) Segundo o princípio do juiz natural, não se pode despojar alguém da sua liberdade ou da sua propriedade sem que se lhe assegure o direito ao contraditório.
e) O exercício do direito de criar associação depende de autorização da autoridade pública competente, nos termos da lei.

↳*Resposta:*

a) errado – de acordo com o STF e a doutrina majoritária, deve-se entender que os tratados internacionais só serão internalizados com força semelhante à de emendas constitucionais se passarem por um procedimento semelhante aos de uma emenda (art. 5º, § 3º: "Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais"), caso contrário, poderão ser internalizados como normas infraconstitucionais supralegais.

b) errado – de acordo com o art. 5º, § 1º, os direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata e direta se presentes em norma constitucional de eficácia plena ou contida são de aplicabilidade imediata e direta, se presentes em norma constitucional de eficácia limitada são de aplicabilidade mediata e indireta.

c) correto – de acordo com o art. 5º, inciso XVI.

d) errado – os princípios que justificam são o do devido processo legal (art. 5º, inciso LIV: "ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal") e o do contraditório (art. 5º, inciso LV: "aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes"). O princípio do juiz natural está previsto no art. 5º, incisos XXXVII e LIII.

e) errado – a criação de associação não depende de qualquer autorização ("a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento").

45. (ESAF - ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - 2000) Sobre os direitos e garantias fundamentais, assinale a opção correta.

a) É obrigatória a filiação a sindicato representativo do segmento econômico em que o trabalhador atua.
b) Para o exercício da liberdade de reunião pacífica e sem armas, e em local aberto ao público, não é necessário pedir permissão ao poder público.
c) Qualquer trabalho ou profissão somente pode ser exercido depois de regulado por lei.
d) Todo brasileiro está legitimado a propor ação popular, para a defesa do patrimônio público, contra atos lesivos de autoridades e servidores públicos.
e) Em nenhuma hipótese o salário do trabalhador pode ser reduzido.

Resposta:

a) errado – de acordo com o art. 8º, inciso V ("ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato"), a filiação é facultativa, ainda que a contribuição sindical seja obrigatória.

b) correto – só será necessário prévio aviso (art. 5º, inciso XVI: "todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente").

c) errado – trata-se de uma norma de eficácia contida, ou seja, não depende de regulamentação, mas pode vir a sofrer regulamentação restritiva sem excessos (art. 5º, inciso XIII: "é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer").

d) errado – apenas aqueles que se encontrem no exercício dos seus direitos políticos, plenos ou limitados (art. 5º, inciso LXXIII: "qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência").

e) errado – o salário pode ser reduzido quando de acordo ou convenção coletiva (art. 7º, inciso, VI).

46. (ESAF - ANALISTA JUDICIÁRIO) A respeito dos direitos, garantias e remédios constitucionais, a opção CORRETA é:

a) a União pode propor ação popular.
b) o Mandado de Segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Senado Federal.
c) o *Habeas Data* será concedido para assegurar conhecimento de informações, mas não para retificação de dados.
d) a prática do racismo constitui crime inafiançável e insuscetível de graça e anistia.
e) a lei penal pode retroagir para beneficiar o réu.

Resposta:

a) errado – só quem pode propor uma ação popular é o cidadão, ou seja, aquele inscrito eleitoralmente, no exercício dos direitos políticos, de acordo com o art. 5º, inciso LXXIII ("qualquer cidadão é parte

legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência").

b) correto – a banca considerou este item errado, mas está correto porque quando a Constituição Federal, assim como o STF, determina que o partido político com representação no Congresso Nacional pode propor mandado de segurança coletivo, isso quer dizer que o partido político tem que ter, entre seus filiados, um deputado federal ou um senador. Portanto basta que tenha representação em uma das casas parlamentares, que pode ser a Câmara dos Deputados ou o Senado Federal. Mas a banca preferiu fazer uma leitura na literalidade do art. 5º, inciso LXX: "o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por: a) partido político com representação no Congresso Nacional;...".

c) errado – o "Habeas Data" será concedido para assegurar conhecimento de informações, e também para retificação de dados (art. 5º, inciso LXXII, alíneas a e b).

d) errado – de acordo com a Constituição Federal, no art. 5º, inciso XLII, "a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei". Mas não é insuscetível de graça ou anistia.

e) correto – de acordo com o art. 5º, inciso XL: "a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu".

47. (ESAF - ANALISTA JUDICIÁRIO) A CF/88 contempla Remédios Constitucionais destinados à proteção das Garantias Individuais. Nesse sentido, pode-se afirmar que:

a) qualquer brasileiro pode propor ação popular.
b) o Mandado de Segurança coletivo pode ser impetrado por organização sindical em funcionamento há pelo menos um ano.
c) o Mandado de Injunção tem como pressuposto a existência de norma regulamentar.
d) o Mandado de Segurança coletivo pode ser impetrado por organização sindical em funcionamento há pelo menos dois anos.
e) o *Habeas Corpus* só pode ser impetrado por advogado.

↳*Resposta:*

a) errado – o art.5º, inciso LXXIII, da atual Constituição brasileira, determina que qualquer cidadão pode propor uma ação popular, o que significa dizer que tem legitimidade ativa apenas aquele indivíduo inscrito eleitoralmente (art. 14, § 1º, incisos I e II).

b) correto – de acordo com o art. 5º, inciso LXX: "o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por : a) partido político com representação no Congresso Nacional; b) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados".

c) errado – a ação judicial de mandado de injunção tem como pressuposto a inexistência (e não a existência) de norma regulamentadora de norma constitucional de eficácia limitada definidora de direitos e liberdades constitucionais (não só individuais e coletivos, como também sociais, nacionalidade e políticos), de acordo com o art. 5º, inciso LXXI.

d) errado – basta que esteja em funcionamento há pelo menos um ano.

e) errado – em regra, de acordo com o art. 133 ("o advogado é indispensável à administração da justiça") é necessária a representação por um advogado quando se tratar de uma ação judicial. Mas existem exceções, entre elas encontra-se a ação judicial de "habeas corpus", prevista no art.5º, inciso LVIII ("conceder-se-á "habeas-corpus" sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder") e no inciso LXXVII ("são gratuitas as ações de "habeas-corpus" e "habeas-data", e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania").

48. (ESAF - ANALISTA JUDICIÁRIO) A Constituição Federal garante, em seu art. 5º, XXII, o direito de propriedade. O inciso XXIV do mesmo dispositivo constitucional, no entanto, prevê a possibilidade de desapropriação, que poderá ser exercida, ressalvados os casos previstos na Constituição:

I - por necessidade ou utilidade social;
II - por interesse público;
III - mediante justa indenização em dinheiro;
IV - por interesse social;

Tendo em vista o que se declara acima, a alternativa correta é:

a) os itens "I" e "II" são falsos.
b) os itens "III" e "I" são falsos.
c) os itens "II" e o "III" são falsos e o item "IV" verdadeiro.
d) os itens "I", "II" e "IV" são falsos e o item "III" verdadeiro.
e) o item "IV" é verdadeiro e o item "III" falso.

↳*Resposta:*

I – errado – por necessidade ou utilidade pública.
II – errado – por interesse social.
III – correto, de acordo com a CF, art. 5º, inciso XXIV: a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição
IV – correto.

§ *A resposta correta é a opção a.*

49. (ESAF - ANALISTA JUDICIÁRIO) A sucessão de bens de estrangeiros, situados no País, será regulada pela lei brasileira, em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros:

a) sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do "*de cujus*".
b) quando a celebração do casamento tiver ocorrido em território nacional.
c) na hipótese do último domicílio conjugal ter sido no Brasil.
d) apenas quando o "*de cujus*" tiver falecido no Brasil.
e) sempre que não haja testamento.

Resposta:

A resposta correta é a opção a, de acordo com o art. 5º, inciso XXXI.

50. (ESAF – PC – 2001) Quanto ao que dispõe a Constituição Federal, no Título referente aos Direitos e Garantias Fundamentais, é correto afirmar:

a) Direitos sociais inserem-se entre os direitos fundamentais da pessoa e caracterizam-se como prestações estatais positivas, enunciadas em normas constitucionais.
b) A associação profissional e a sindical constituem ambas, associações profissionais; diferem porque a sindical desfruta de prerrogativas especiais, tais como, defender os direitos e interesses coletivos e individuais da categoria, até em questões judiciais e administrativas e a associação puramente profissional destina-se a finalidade de estudo e coordenação dos interesses econômicos de seus associados.
c) A Constituição Federal adotou a unidade sindical que consiste na possibilidade de criação de um só sindicato para cada categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que não pode ser inferior a uma região metropolitana.
d) A Constituição Federal adotou a pluralidade sindical que permite a criação de vários sindicatos para uma mesma categoria profissional ou econômica, desde que em bases territoriais distintas, não inferiores a um distrito.
e) A Constituição Federal assegura o direito de greve sem subordinação à previsão em lei e sem limitações quanto a natureza da atividade ou serviço, inclusive aqueles consideradas essenciais, seja para os trabalhadores da iniciativa privada, seja para os do setor público.

Resposta:

a) correto – os direitos sociais encontram-se enunciados no art. 6º e mais detalhadamente nos arts. 7º ao 11, e nos arts. 193 ao 232. E, regra geral, traduzem obrigações positivas do Estado na medida em que impõem ao poder público e, por vezes também à sociedade, a obrigação de criar condições para que esses direitos tenham plena eficácia.

b) errado – a associação profissional tem tratamento semelhante ao dispensado ao sindicato quanto à capacidade para defender os direitos e interesses coletivos e individuais da categoria, inclusive em questões judiciais e administrativas (ver o "caput" e inciso III do art. 8º e inciso LXX do art. 5º).

c) errado – os princípios da unicidade sindical e da pluralidade de bases territoriais permitem a existência de um só sindicato representando determinada categoria de trabalhadores em uma determinada área do tamanho mínimo de um município (art. 8º, inciso II, "é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município").

d) errado – ver resposta do item anterior.

e) errado – o direito de greve do trabalhador celetista (sujeito as leis trabalhistas previstas na CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas) encontra-se previsto em norma constitucional de eficácia contida, podendo, portanto, se sujeitar as restrições legais. É possível confirmar a natureza dessa norma lendo o art. 9º e os parágrafos 1º e 2º, da CF : "É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores

decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender" ; § 1°: "A lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade"; e § 2°: "Os abusos cometidos sujeitam os responsáveis às penas da lei".

51. (CESPE – INSS – 2000) No Estado democrático de direito, as relações entre Estado e os indivíduos estão pautadas por um sistema de direitos fundamentais. À luz das normas relativas a esses direitos, julgue os itens que se seguem:

1. Uma escuta telefônica realizada à margem da lei não pode ser utilizada como meio de prova em um processo administrativo ou judicial, com exceção dos casos em que o Estado não tenha outro meio de provar fato relevante para fins fiscais ou criminais.
2. Um auditor fiscal da previdência social não pode ingressar em recinto, não franqueado ao público, de empresa sob a sua investigação sem ordem judicial e contra a vontade do responsável pela firma, mesmo que tenha ciência segura de que ali se guardam documentos essenciais para as suas investigações.
3. O indivíduo preso tem o direito de manter-se calado nos interrogatórios a que se submeter; além disso, o seu silêncio não pode ser interpretado em seu desfavor.
4. Suponha que, quando um indivíduo ingressou em certa carreira do serviço público, a lei garantia-lhe o direito ao porte de arma. Nesse caso, uma lei posterior proibindo o mesmo porte de arma não poderá atingir o antigo servidor, em face da garantia constitucional do direito adquirido.
5. Nenhuma lei, nem mesmo uma lei de ordem pública, pode estabelecer aumento de contribuição previdenciária com efeito retroativo. A previdenciária especialmente, porque há de respeitar o prazo do princípio da segurança jurídica.

↳*Resposta:*

1) errado – se a escuta ocorreu sem observância de lei, portanto em desacordo com o art. 5º, inciso XII ("é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual pena"), a prova decorrente desta escuta é ilícita e não poderá ser utilizada em qualquer processo, nem mesmo nos casos em que o Estado não tenha outro meio de provar fato relevante para fins fiscais ou criminais, de acordo com o art. 5º, inciso LVI: "são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos".

2) correto – de acordo com a lei penal (art. 150, § 4º, "a expressão "casa" compreende: I - qualquer compartimento habitado; II - aposento ocupado de habitação coletiva; III - compartimento não aberto ao público, onde alguém exerce profissão ou atividade") a empresa também é considerada "casa", aplicando-se a regra prevista no art. 5º, inciso XI ("a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial"). Por não se tratar de flagrante, desastre ou socorro, a entrada só poderia ocorrer por ordem judicial.

3) correto – a Constituição brasileira assegura o direito de silêncio ao preso no art. 5º, inciso LIII ("o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a

assistência da família e de advogado"), e é claro que o exercício do direito de não autoincriminação não pode lhe causar prejuízo, tendo sido revogada a norma penal que determinava que o silêncio do preso poderia servir em prejuízo de sua defesa, ou seja, em seu desfavor.

4) errado – o porte de arma não se caracteriza um direito individual fundamental, mas sim uma prerrogativa da função que o indivíduo exerce. Portanto, não há o que se falar em direito adquirido, nos termos da CF, no art. 5º, inciso XXXVI ("a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada").

5) correto – a cobrança previdenciária retroativa ofende o princípio da segurança jurídica previsto no "caput" do art. 5º e, mais especificamente, o direito adquirido, preceito previsto no inciso XXXVI: "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada".

52. (ESAF - RECEITA FEDERAL) O regime jurídico da propriedade tem seu fundamento na Constituição. Esta garante o direito de propriedade, desde que este atenda a sua função social. Assinale a opção que não interfere com o direito de propriedade amplamente considerado.

a) Inviolabilidade da honra e imagem das pessoas.
b) Desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou interesse social.
c) Direitos autorais e sua utilização, publicação ou reprodução de obras.
d) Proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas.
e) Uso de propriedade particular.

↳*Resposta:*

a) correto – essa opção não tem relação alguma com o direito à propriedade, que no art. 5º concentra-se entre os incisos XXII e XXXII. Na verdade se relaciona ao direito à intimidade (incisos V e X)

b) errado – previsto no inciso XXIV, do art. 5º.

c) errado – previsto no inciso XXVII e XXVIII, do art. 5º.

d) errado – previsto no inciso XXVIII, do art. 5º.

e)errado – previsto no inciso XXV, do art. 5º.

53. (ESAF - RECEITA FEDERAL) Nos casos de interceptação telefônica, a Constituição Federal, no inciso XII, do artigo 5º, abriu uma exceção, qual seja a possibilidade de violação das comunicações telefônicas, desde que presente o seguinte requisito:

a) injúria grave apurada em regular ação penal.
b) inquérito policial seguido de autorização judicial.
c) ordem do juiz, para fins de investigação criminal ou instrução processual penal, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer.
d) ordem judicial para fins de investigação civil ou penal.

e) ordem judicial, para fins de investigação penal ou instrução processual civil, nas hipóteses taxativamente descritas na lei ou no regulamento.

↳*Resposta:*

A opção correta é a letra c, conforme a literalidade do inciso XII, do art. 5º, da CF.

54. (ESAF - RECEITA FEDERAL) Em relação ao princípio da presunção de inocência, previsto em nossa Constituição no artigo 5º, inciso LVII, podemos afirmar:

a) A consagração do princípio da presunção de inocência significa o afastamento de toda espécie de possibilidade de prisão no ordenamento jurídico brasileiro.
b) Por seu intermédio, há necessidade de o Estado comprovar a culpabilidade do indivíduo, que é constitucionalmente presumido inocente, sob pena de voltarmos ao total arbítrio estatal.
c) Sua consagração constitucional não afasta a possibilidade de prisão, contudo, proíbe o lançamento do nome do acusado no rol dos culpados em virtude da presunção "*juris tantum*" de não culpabilidade daqueles que figurem como réus nos processos civis e administrativos condenatórios.
d) Sua consagração constitucional significa, concretamente, o direito de aguardar em liberdade seu julgamento, até o trânsito em julgado do processo penal.
e) A consagração do princípio da presunção de inocência é garantia estritamente ligada ao tema das provas ilícitas.

↳*Resposta:*

a) errado – a Constituição Federal determina que uma pessoa possa ser presa em certas situações, como aquelas previstas no art. 5º, inciso LXI ("ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei"), não ocorrendo ofensa ao princípio da inocência (conforme o art. 5º, inciso LVII: "ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória").

b) correto – assim determina a Constituição Federal no art. 5º, inciso LVII: "ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória".

c) errado – é verdade que a presunção de inocência, também chamada de não culpabilidade, prevista no art. 5º, inciso LVII, proíbe que o nome do réu seja colocado em uma lista de culpado, já que ele ainda não foi condenado definitivamente em um processo penal. Mas, no que se refere ao processo administrativo, não se fala em lançamento do nome do acusado em lista alguma.

d) errado – é possível que, mesmo que o processo penal ainda não tenha chegado ao fim, o acusado tenha que se recolher à prisão (art. 5º, inciso LXVI: "ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança").

e) errado – a presunção de inocência não se resume a exclusão de provas ilícitas, mas também a comprovação real da culpa do indivíduo.

"Juris Tantum" significa presunção relativa, que admite prova em contrário, diversamente, "juris et de iures" significa presunção absoluta, que não admite prova em contrário.

55. (ESAF - RECEITA FEDERAL) Em relação à liberdade de opinião, podemos dizer que a Constituição Federal contempla-a nas seguintes perspectivas:

a) exterioriza-se, basicamente, entre presentes e ausentes, garantindo o sigilo ou segredo através da correspondência, não tendo qualquer conexão com a liberdade religiosa, política ou filosófica.
b) reconhece-a como pensamento íntimo, através da liberdade de consciência e religiosa, significando que todos têm o direito constitucional de aderir a qualquer crença ou partido político, desde que não haja conotação de cunho ideológico ou sectário.
c) o direito de qualquer pessoa, nacional ou estrangeira, de emitir opiniões e pronunciamentos acerca de qualquer tema ou assunto, em qualquer veículo de comunicação, sendo entretanto vedado ao estrangeiro residente no país opinar e escrever sobre temas políticos ou ideológicos.
d) significa estritamente a possibilidade garantida pela Constituição de que todos têm direito de aderir a qualquer crença religiosa ou política.
e) reconhece-a em duas grandes dimensões: como pensamento íntimo, através da liberdade de consciência e de crença, que declara inviolável, e como a de crença religiosa e de convicção filosófica ou política.

Resposta:

a) errado – uma das formas de se exteriorizar a liberdade de opinião é a manifestação, ou não manifestação, da crença religiosa, da convicção política e filosófica, de acordo com o art. 5º, incisos IV ("é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato") e VI ("é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias").

b) errado – a liberdade de convicção política inclui as mais diversas escolas ideológicas, desde que não apresentem cunho discriminatório (sectário), como por exemplo, o nazista.

c) errado – a Constituição brasileira assegura a liberdade de expressão aos brasileiros e estrangeiros que se encontrem no território nacional (art. 5º, "caput" e incisos IV e VI), incluindo opinar e escrever sobre temas políticos ou ideológicos.

d) errado – a liberdade de opinião não se restringe à liberdade de crença religiosa ou política, mas também a liberdade de convicção política e a sua negativa, por exemplo.

e) correta – assim se manifesta a Constituição, no art. 5º, incisos VI e VIII, e no art. 143, §1º.

56. (TRE - 2001) As normas do art. 5.º da Constituição Federal de 1988 destinam-se:

a) aos brasileiros e portugueses apenas.
b) aos brasileiros e estrangeiros residentes no País e, em certos casos, também a estrangeiros não- residentes.

c) exclusivamente aos estrangeiros que possuírem bens imóveis no Brasil.
d) somente aos brasileiros natos.
e) aos brasileiros natos e naturalizados, e não aos estrangeiros, em qualquer hipótese.

↳Resposta:

b) correto – na expressão literal da Constituição Federal, os direitos previstos no art. 5º, e não só neles, alcançam aos brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil. Mas, o Supremo Tribunal Federal e a doutrina têm dado uma interpretação mais alargada, assegurando-os aos estrangeiros que aqui não residam, mas aqui se encontrem, como por exemplo, os turistas e aquele que estejam em trânsito.

57. (TRE - 2001) Sobre a inviolabilidade do domicílio do indivíduo, é incorreto afirmar que:
a) o ingresso de qualquer pessoa, inclusive autoridades públicas, pode ocorrer quando autorizado pelo morador.
b) trata-se de princípio de natureza absoluta, não admitindo qualquer tipo de exceção
c) pode ocorrer a entrada, sem autorização do morador, em caso de flagrante delito.
d) o ingresso para prestar socorro independe de consentimento do morador.
e) a ordem judicial não legitima a entrada, sem consentimento do morador, durante a noite.

↳Resposta:

b) errado – a Constituição Brasileira afirma, em seu art. 5º, inciso XI, que "a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial". É possível notar, a partir da leitura desta norma, que o princípio da inviolabilidade da casa e da privacidade encontra limites.

58. (TRE - 2001) Relativamente à aplicação das normas constitucionais definidoras de direitos e deveres individuais e coletivos, contidas no art. 5.º da Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que:
a) em nenhuma hipótese podem ser aplicadas, por exemplo, a turistas.
b) aplicam-se exclusivamente a brasileiros e estrangeiros residentes em nosso território.
c) destinam-se apenas aos brasileiros aqui residentes.
d) sua aplicabilidade depende, de regra, de leis regulamentadoras, por não possuírem aplicabilidade imediata.
e) possuem, de regra, aplicação imediata, e podem, em certos casos, ser aplicadas também a estrangeiros não residentes.

↳Resposta:

e) correto – em primeiro lugar, de acordo com o art. 5º, § 1º, "as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata". Em segundo lugar, o "caput" do art. 5º, ao afirmar que "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e

à propriedade", tem sido interpretado pelo Supremo Tribunal Federal e pela doutrina majoritária de forma extensiva, ou seja, ultrapassando o texto literal da Constituição Federal e alcançando aos estrangeiros não residentes, que aqui se encontrem, como por exemplo, os turistas e aqueles em trânsito.

59. (ESAF – TCU – 2002) Sobre os direitos fundamentais, assinale a opção correta.

a) No sistema constitucional brasileiro, os direitos fundamentais apenas podem ser arguidos em face dos poderes públicos, não podendo ser invocados nas relações entre particulares.
b) Todas as normas que tratam de direitos fundamentais na Constituição são autoexecutáveis, tendo aplicação imediata.
c) Uma lei não pode contrariar norma definidora de direito fundamental e nem uma emenda à Constituição pode revogar direito individual fundamental instituído pelo poder constituinte originário.
d) Na Constituição brasileira, consideram-se direitos fundamentais os direitos e garantias individuais e coletivos enumerados no Texto Magno, os direitos sociais, porém, não são considerados direitos fundamentais.
e) Consideram-se direitos fundamentais apenas aqueles expressamente enumerados no título da Constituição relativo aos direitos e garantias fundamentais.

↳*Resposta:*

a) errado – os direitos fundamentais devem ser observados e respeitados pelos poderes públicos (esses são os chamados "efeitos verticais dos direitos fundamentais"), mas também devem ser observados e respeitados pelos particulares, nas relações privadas (esses são os chamados "efeitos horizontais dos direitos fundamentais").

b) errado – de acordo com a Constituição Federal, no art. 5º, § 1º, todas as normas que tratam de direitos fundamentais na Constituição têm aplicação imediata, ou seja, são passíveis de exercício, mas nem todos são autoexecutáveis, isto é, alguns dependem de ato do Poder Público que o complete, quando previstos em normas constitucionais de eficácia limitada.

c) correto – o princípio da supremacia da Constituição não permite que norma inferior (norma infraconstitucional) contrarie norma superior (norma constitucional). Por outro lado, os direitos individuais fundamentais são "cláusulas pétreas" e, consequentemente, não podem ser abolidos por emendas constitucionais.

d) errado – são direitos fundamentais todos aqueles previstos no título II da Constituição Federal (direitos individuais, coletivos à nacionalidade, políticos e partidos políticos). Esses direitos se encontram arrolados neste título e em outros artigos espalhados pela Constituição.

e) errado – conforme foi dito no item anterior, os direitos previstos no Título II da Constituição Federal não são exaustivos, existem outros espalhados pela CF.

60. (CESPE – PF – 2002) A respeito dos direitos e deveres fundamentais, julgue os itens abaixo.

Considere a seguinte situação hipotética.

1. Eliane teve sua inscrição indeferida em concurso público para o cargo de assistente administrativo, por contar com mais de trinta e cinco anos de idade. O indeferimento estribou-

se no edital do certame, que apresentava como requisito de admissão ao concurso: ter mais de 25 anos e menos de 35 anos de idade, salvo se ocupante de cargo ou função pública. Nessa situação, a discriminação do edital é inconstitucional, por violar o princípio da igualdade e da vedação constitucional de diferença de critério de admissão por motivo de idade.

2. A proteção constitucional a intimidade, vida privada, honra e imagem refere-se tanto a pessoas físicas quanto a pessoas jurídicas, abrangendo a imagem frente aos meios de comunicação em massa. Assim, a utilização de fotografia em anúncio com fim lucrativo, sem a devida autorização da pessoa correspondente, traz como corolário indenização pelo uso indevido da imagem.
3. A Constituição da República consagra a inviolabilidade do domicílio no sentido restrito do local, onde o indivíduo estabelece residência com o ânimo definitivo. Não está sujeito à proteção constitucional o consultório profissional de um cirurgião-dentista, que prescinde de mandado judicial para efeito de ingresso de agentes públicos para efetuarem uma busca e apreensão requerida por autoridade policial.
4. O sigilo de correspondência e de comunicação é absoluto. A interceptação de correspondências, mesmo que estiverem sendo utilizadas como instrumento de salvaguarda de práticas ilícitas, é inconstitucional.
5. A gravação de conversa telefônica clandestina realizada por meio de fita magnética afronta os direitos à intimidade e à vida privada do interlocutor da relação dialógica que não tinha conhecimento.

↳*Resposta:*

1) correto – a CF tem admitido, excepcionalmente, o estabelecimento de limite de idade (art. 39. § 3º: "aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7°, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir"), mas há de se observar que no caso relatado na questão, o cargo (assistente administrativo) não justifica a restrição. Ademais, ofende o princípio da igualdade (isonomia) o estabelecimento de restrições apenas para candidatos que não estejam ocupando cargos ou funções públicas.

2) correto – art. 5º, inciso X, da CRFB (Constituição da República Federativa do Brasil).

3) errado – o conceito jurídico de "casa" abrange, de acordo com o Código Penal, art. 150, § 4º, "I - qualquer compartimento habitado; II - aposento ocupado de habitação coletiva; III - compartimento não aberto ao público, onde alguém exerce profissão ou atividade". Portanto, de acordo com o CP, art. 150, inciso III, o consultório de um cirurgião-dentista, nos termos do art. 5º, inciso XI, da CF, só poderá ser violado nas seguintes hipóteses: flagrante delito, desastre, para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.

De acordo com o STF (2010): "Não opera a inviolabilidade do escritório de advocacia, quando o próprio advogado seja suspeito da prática de crime, sobretudo concebido e consumado no âmbito desse local de trabalho, sob pretexto de exercício da profissão".

4) errado – de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, "a administração penitenciária, com fundamento em razões de segurança pública, de disciplina prisional ou de preservação da ordem jurídica, pode, sempre excepcionalmente, e desde que respeitada a norma inscrita no art. 41, parágrafo único, da Lei nº 7.210/84, proceder à interceptação da correspondência remetida pelos sentenciados, eis que a cláusula tutelar da inviolabilidade do sigilo epistolar não pode constituir instrumento de salvaguarda de práticas ilícitas." (HC 70.814, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 24/06/94). É importante lembrar que durante o estado de defesa e o estado de sítio, é autorizado ao decreto presidencial restringir a inviolabilidade da correspondência (CF, art. 136, § 1º, inciso I, alínea b e art. 139, inciso III).
5) correto – o art. 5º, inciso XII, da CF, assim dispõe: "é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal". Há, entretanto, uma exceção: quando um dos interlocutores se encontra em investida criminosa por parte do outro.

61. (ESAF - MRE - 2002) Assinale a opção correta.

a) Em nenhum caso os brasileiros não residentes no Brasil são alcançados pela declaração de direitos fundamentais inscrita na Constituição Federal.
b) O princípio da igualdade entre homens e mulheres fulmina de inconstitucionalidade todo o tratamento legislativo diferenciado em razão do sexo do destinatário da norma.
c) O direito fundamental à vida é tido pelo constituinte como direito absoluto, insuscetível de qualquer restrição por parte do Estado.
d) As provas obtidas por meio de escuta telefônica ilícita não podem ser aproveitadas em processo judicial, mas podem servir de elemento de convicção no processo administrativo, na medida em que revelem a verdade objetiva.
e) O proprietário de um bem cujo uso foi requisitado pela autoridade competente em caso de perigo público não tem direito a ser indenizado pelo uso do bem, sendo apenas ressarcido se houver dano.

↳*Resposta:*
a) errado – de acordo com o STF e a doutrina majoritária, em uma interpretação extensiva do art. 5º, "caput", os direitos são destinados aos brasileiros residentes ou não no Brasil, se encontrem ou não no território brasileiro, e aos estrangeiros, ainda que não residentes no Brasil, desde que aqui se encontrem.
b) errado – ao afirmar que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações (art. 5º, inciso I), a CF determina que essa isonomia deva ser examinada sob o aspecto formal e material, sendo que neste último caso, se faz necessário levar em conta as desigualdades, assegurando-se um tratamento desigual aos desiguais, na medida da desigualdade (por exemplo, art. 7º, inciso XX: "proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei").
c) errado – ACF prevê a possibilidade de ser instituída a pena de morte em tempo de guerra formalmente declarada pelo Presidente da República em caso de agressão estrangeira (arts. 5º, inciso XLVII, alínea a, e 84, inciso XIX).

d) errado – as provas ilícitas são inadmissíveis em qualquer processo, seja de natureza judicial ou administrativo (CF, art. 5º, inciso LVI).

e) correto – e, o ressarcimento em razão do dano será posterior ao uso (CF, art. 5º, inciso XXV: "no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano").

62. (ESAF – AFT – 2003) Analise as assertivas a seguir, relativas aos direitos e garantias fundamentais, e marque com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas; em seguida, marque a opção correta.

1. Segundo precedentes do STF, a ofensa à intimidade e à vida privada, praticada por um Senador, ainda que no exercício da sua atividade parlamentar, não o exime do pagamento da indenização por danos materiais ou morais, porque esta hipótese não está coberta pela imunidade material que lhe confere a CF/88.
2. Segundo a jurisprudência do STF, a inviolabilidade do sigilo das correspondências, das comunicações telegráficas e dos dados não é absoluta, sendo possível sua interceptação, sempre excepcionalmente, com fundamento em razões de segurança pública, de disciplina prisional ou de preservação da ordem jurídica, quando este direito estiver sendo exercido para acobertar práticas ilícitas.
3. Segundo a jurisprudência do STF, a contribuição confederativa, como instrumento essencial para a manutenção do sistema de representação sindical, um direito coletivo dos trabalhadores, é compulsória para os integrantes de uma categoria patronal ou laboral, sindicalizados ou não.
4. Aplicado o princípio da reserva legal a uma determinada matéria constante do texto constitucional, a sua regulamentação só poderá ser feita por meio de lei em sentido formal, não sendo possível discipliná-la por meio de medida provisória ou lei delegada.
5. Segundo a CF/88, o princípio da anterioridade, garantia individual do contribuinte, não se aplica ao decreto presidencial que alterar a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

a) V, F, V, V, F
b) V, V, V, F, V
c) V, V, F, F, V
d) F, V, F, V, F
e) F, V, F, F, V

Resposta:

1) falso – a inviolabilidade do parlamentar por suas opiniões, palavras e voto, desde que manifestada no exercício da atividade parlamentar ou em razão desta, impossibilita qualquer ação judicial penal ou civil (CF, art. 53, "caput").

2) verdadeiro – conforme já foi afirmado em questão anterior, de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, "a administração penitenciária, com fundamento em razões de segurança pública, de disciplina prisional ou de preservação da ordem jurídica, pode, sempre excepcionalmente, e desde que respeitada a norma inscrita no art. 41, parágrafo único, da Lei nº 7.210/84, proceder à interceptação da correspondência remetida pelos sentenciados, eis que a cláusula tutelar da inviolabilidade do sigilo

epistolar não pode constituir instrumento de salvaguarda de práticas ilícitas." (HC 70.814, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 24/06/94).

3) falso – ao interpretar o art. 8º, inciso IV, o STF criou a súmula nº. 666, e nela afirmou que "a contribuição confederativa de que trata o art. 8º, IV, da Constituição, só é exigível dos filiados ao sindicato respectivo". O STF explica este entendimento da seguinte maneira: "A contribuição assistencial visa a custear as atividades assistenciais dos sindicatos, principalmente no curso de negociações coletivas. A contribuição confederativa destina-se ao financiamento do sistema confederativo de representação sindical patronal ou obreira. Destas, somente a segunda encontra previsão na Constituição Federal, que confere à assembleia geral a atribuição para criá-la. Este dispositivo constitucional garantiu a sobrevivência da contribuição sindical, prevista na CLT. Questão pacificada nesta Corte, no sentido de que somente a contribuição sindical prevista na CLT, por ter caráter parafiscal, é exigível de toda a categoria independente de filiação".

4) falso – a Banca, ao formular essa questão considerou a Lei Delegada como lei no sentido formal, deixando a condição de lei no sentido material a Medida Provisória (ato normativo com força de lei). Há divergências doutrinárias, pois o autor Dezen Júnior, por exemplo, considera a Lei Delegada como lei apenas no sentido material.

5) verdadeiro – a CF determina no art. 150, inciso III, b, que "sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou", mas a ressalva, no art. 150, § 1º, de que a vedação do inciso III, b, não se aplica ao tributo previsto no art. 153, IV e § 1º, ou seja, em decreto presidencial que alterar a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

A opção correta é a letra e.

63. (UnB/CESPE - DP - 2003) Os direitos fundamentais possuem quatro dimensões básicas, que a doutrina de Bobbio consagrou como gerações de direito.

Menciona-se o termo dimensão, pois se considera o alerta de Antonio Cançado Trindade para o reducionismo do termo geração, no sentido de que este fornece uma ideia de que os direitos nascem e morrem quando em verdade são indivisíveis e interdependentes, sobrevivendo com o passar do tempo. Impossível ter direito à liberdade sem direitos econômicos e sociais. Além disso, sempre se concebe o direito fundamental como detentor de uma garantia, embora alguns direitos já se revelem em si mesmos como tal.

Acerca desse tema e considerando o texto acima, julgue os itens a seguir.

1. São considerados direitos fundamentais de primeira geração os direitos civis e políticos, que correspondem, em um quadro histórico, à fase inicial do constitucionalismo no ocidente.
2. Os direitos de primeira geração consagram a titularidade no indivíduo, porém não podem ser traduzidos em forma de oposição ao Estado, uma vez que são atributos da pessoa humana e não se enquadram na categoria de *status negativus*.
3. De acordo com a boa doutrina, a concepção de direitos fundamentais que contêm garantias institucionais de liberdade deve ser recebida com certa cautela, pois o direito de liberdade, ao

contrário do que acontece com a propriedade, não está suscetível de institucionalização em termos de garantia.

4. O direito ao desenvolvimento, o direito à paz, o direito ao meio ambiente e o direito de propriedade ao patrimônio comum da humanidade podem ser considerados como direitos de segunda geração ou dimensão.
5. O direito de comunicação pode ser enquadrado no rol dos direitos de terceira dimensão ou geração.

↳*Resposta:*

1) correto – os direitos de primeira geração ou primeira dimensão de direitos foram inicialmente incorporados no constitucionalismo através da Declaração dos Direitos do Homem e da Constituição de Filadélfia, espalhando-se pelo mundo democrático através da declaração francesa de 1789.

2) errado – é verdade que os direitos de primeira geração ou dimensão consagram a titularidade no indivíduo, mas, ao contrário do que afirma o item, estes direitos devem ser traduzidos como forma de oposição ao Estado, justamente por serem atributos da pessoa humana e, consequentemente, se enquadrarem na categoria de "status negativus". A expressão "status negativus" significa que o Estado tem a obrigação negativa, ou seja, de não fazer, de se abster, de não interferir nas relações interprivadas, nas relações entre os particulares. O Estado com esta característica foi denominado de "Estado mínimo" ou Estado Liberal.

3) correto – inicialmente, a expressão "boa" e "melhor" doutrina se refere à doutrina majoritária, ou seja, aquela que predomina, a que conta com um maior número de adeptos. De fato, o maior número de autores tende a identificar o princípio do direito à propriedade dentro de um conceito mais delimitado e de incidência também mais delimitada do que o princípio da liberdade.

4) errado – estes são considerados direitos de terceira geração ou dimensão. Segundo Paulo Bonavides[29], são reconhecidas quatro geração ou dimensão de direitos: a primeira geração ou dimensão se assenta sobre a liberdade - direitos individuais, ou seja, os direitos civis e políticos; a segunda geração ou dimensão se assenta sobre a igualdade - direitos sociais, culturais, econômicos, e coletivos; a terceira geração ou dimensão se assenta sobre a fraternidade ou solidariedade (há divergência) – direito ao desenvolvimento, à paz, ao meio-ambiente, de comunicação e ao patrimônio comum da humanidade; e a quarta geração ou dimensão se assenta na globalização política[30] - direito à democracia, à informação e ao pluralismo.

5) correto – conforme listado acima.

64. (ESAF - AFC/CGU - 2004) Na questão a seguir, relativa a direitos e garantias fundamentais, marque a única opção correta.

a) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o direito à inviolabilidade da honra, pela natureza subjetiva desse atributo, não se aplica à pessoa jurídica.

[29] Paulo Bonavides, *Curso de Direito Constitucional*, ed. Malheiros.

[30] Para Paulo Bonavides, "globalizar direitos fundamentais equivale a universalizá-los no campo institucional. Só assim aufere humanização e legitimidade um conceito que, doutro modo, qual vem acontecendo de último, poderá aparelhar unicamente a servidão do porvir", p. 524

b) Como forma de assegurar os objetivos da igualdade tributária, que tem natureza distributiva, a CF/88, expressamente, faculta à administração tributária identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

c) Segundo precedentes do STF, em um processo criminal, é possível a recusa pelo juiz da tomada de depoimento de uma testemunha arrolada pelo advogado do Réu, sem ofensa ao princípio da ampla defesa, quando, de forma evidente, tratar-se de testemunha imprestável para o processo.

d) Segundo precedentes do Supremo Tribunal Federal, toda norma constitucional de aplicabilidade imediata, mesmo as decorrentes de emenda à Constituição, possui uma retroatividade mínima, que alcança efeitos futuros de fatos passados, porém não pode a emenda constitucional, em respeito à estabilidade dos direitos subjetivos, alcançar os efeitos já produzidos, mas não consumados de fatos passados e os efeitos produzidos e consumados de fatos passados.

e) Embora qualquer pessoa tenha legitimidade ativa para propor *habeas corpus*, a seu favor ou de terceiro, independentemente de sua capacidade civil e política, segundo a jurisprudência dos Tribunais, essa legitimidade ativa não se estende ao menor de dezoito anos, em razão dos requisitos essenciais para a validade dos atos judiciais.

Resposta:

a) errado – o art. 5º, inciso X, a CF, que prevê o direito à inviolabilidade da honra e a imagem protegem não só pessoas físicas (naturais ou humanas), mas também as pessoas jurídicas contra possível dano à sua reputação. Portanto, tanto aquelas quanto estas podem reclamar indenização por dano material quanto moral.

b) errado – de acordo com o art. 145, §1º, da CF e sua interpretação doutrinária e jurisprudencial, se identifica o princípio da capacidade contributiva. O princípio da igualdade ou isonomia tributária manifesta-se mais propriamente no art. 10, inciso II, da CF (art. 150: "Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos").

c) correto – assim tem sido o entendimento do STF.

d) errado – ao contrário do que afirma este item, pode a emenda constitucional alcançar os efeitos já produzidos, mas não consumados de fatos passados, porque ainda não se pode falar em "ato jurídico perfeito", conforme o art. 5º, inciso XXXVI.

e) errado – é firme a jurisprudência do STF (manifestada através de decisões reiteradas, repetidas, constantes) no sentido de qualquer pessoa, seja jurídica, seja física (neste caso de qualquer idade, sendo desnecessário ter representante ou ser assistida) ter capacidade ativa (ser autor) para propor "habeas corpus" a favor de pessoa física.

65. (ESAF – TRF – 2003) Assinale a opção correta, entre as assertivas abaixo relacionadas às garantias dos direitos fundamentais:

a) Menor de dezesseis anos pode propor ação popular para anular ato lesivo à proteção do meio ambiente.
b) O *habeas data* pode ser impetrado para proteção de direito líquido e certo.
c) Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data.*
d) Não há possibilidade constitucional de impetração de *habeas corpus* preventivo nem de *habeas corpus* contra ato praticado por particular.
e) O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita a todos os brasileiros residentes no Brasil.

↳*Resposta:*

a) errado – só quem pode propor ação popular é o cidadão (CF, art. 5º, inciso LXXIII), ou seja, aquele inscrito eleitoralmente e, consequentemente, apenas os maiores de 16 anos podem se alistar (CF, art. 14, § 1º, inciso II).

b) errado – o "habeas data" pode, de fato, proteger um determinado direito líquido e certo: o direito de informação. Mais propriamente, o direito de obtenção e de retificação de informação sobre a pessoa do impetrante, contida em banco de dados público ou privado de caráter público (CF, art. 5º, inciso LXXII).

A banca, entretanto, privilegiou a resposta mais próxima da literalidade da Constituição Federal, ou seja, a opção c.

c) correto – de acordo com a CF, art. 5º, inciso LXIX.

d) errado – há possibilidade constitucional de impetração de "habeas corpus" preventivo, denominado pela doutrina de "salvo conduto". É também possível a propositura de "habeas corpus" contra ato praticado por particular. Por exemplo, contra recusa injustificada de médico de dar alta para paciente.

e) errado – de acordo com a CF, art. 5º, inciso LXXIV, o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita apenas para aqueles que comprovarem insuficiência de recursos.

66. (ESAF - Oficial de Chancelaria/MRE - 2002) Suponha que um brasileiro nato, um brasileiro naturalizado e dois estrangeiros tenham cometido um crime contra o patrimônio num país estrangeiro. Todos os quatro vieram, depois, se esconder no Brasil. Um dos estrangeiros, depois do crime, também se naturalizou brasileiro. Mais tarde, o país em que o crime foi cometido pediu a extradição dos quatro. Considerando o fator da nacionalidade, quantos desses criminosos poderão ser extraditados?

a) Apenas um deles.
b) Apenas dois deles.
c) Apenas três deles.
d) Todos os quatro.
e) Nenhum deles.

↳*Resposta: opção b.*

A CF, no art. 5º, inciso LI, desautoriza a extradição do brasileiro nato, em qualquer hipótese, assim como a do brasileiro naturalizado, exceto em dois casos (crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei) que não se enquadram na situação descrita no enunciado da questão. Por outro lado, os dois estrangeiros poderão ser extraditados, já que Constituição Federal veda apenas quando se tratar de crime de opinião ou crime político.

67. (UnB/CESPE - AGU - 2004) Acerca da tutela constitucional das liberdades na Constituição da República, julgue os itens que se seguem.

1. Para fins de utilização do *habeas data* com vistas ao acesso a informações pessoais, considera-se de caráter público todo registro ou banco de dados que não seja de uso privativo do órgão ou da entidade produtora ou depositária das informações.
2. Em consonância com a jurisprudência do STF, nos mandados de segurança coletivos impetrados por sindicato em defesa de direito subjetivo comum aos integrantes da categoria, exige-se, na inicial, a autorização expressa dos sindicalizados, uma vez que se trata de hipótese de representação e não de substituição processual.

↳*Resposta:*

1) correto – de acordo com a Lei 9507/97 que regulamenta a ação de "habeas data".

2) errado – é entendimento jurisprudencial do STF que o mandado de segurança coletivo, assim como o mandado de injunção coletivo, pode ser impetrado por quaisquer daqueles legitimados do art. 5º, inciso LXX, da CF, independentemente de autorização expressa de quem quer que seja, pois se trata de substituição processual. Por outro lado, também é entendimento do STF que o art. 5º, inciso XXI, trata de representação, ou seja, a associação, desde que expressamente autorizada pelos associados, pode representá-los, acompanhando os atos processuais. No primeiro caso estamos diante da legitimação extraordinária, no segundo, diante da legitimação ordinária.

68. (ESAF - Procurador do Distrito Federal - 2004) Apesar de a adoção do princípio republicano traduzir o caráter laico do Estado brasileiro, ainda assim a Constituição de 1988, em virtude do seu apego aos direitos fundamentais do cidadão, não deixou de dar atenção à importância que o elemento religioso tem na sociedade. Considerando a disciplina constitucional acerca do assunto, aponte entre as hipóteses abaixo, a única opção incorreta.

a) É vedado o ensino religioso como disciplina de matrícula obrigatória dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.
b) Constitui vedação constitucional de caráter federativo o estabelecimento de aliança entre as unidades da Federação e igrejas, inclusive os representantes destas, sendo possível, na forma da lei, a colaboração de interesse público.
c) A alegação de imperativo de consciência em virtude de crença religiosa não pode ser feita por quem, não sendo mulher ou eclesiástico, pretender, em tempo de paz, se eximir do alistamento militar.

d) O cidadão poderá ser privado de seus direitos por motivo de crença religiosa se a invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

e) É assegurada a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva, não podendo a lei, em virtude do livre exercício dos cultos religiosos e da inviolabilidade da liberdade de crença, estabelecer restrições àquela prestação.

Resposta:

a) correto – a CF, no art. 210, § 1º, afirma que: "o ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental".

b) correto - a CF, no art. 19, inciso I, afirma que: "é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público".

c) correto - a CF, no art. 143 "caput" e §§ 1º e 2º, afirma que: "o serviço militar é obrigatório nos termos da lei. Às Forças Armadas compete, na forma da lei, atribuir serviço alternativo aos que, em tempo de paz, após alistados, alegarem imperativo de consciência, entendendo-se como tal o decorrente de crença religiosa e de convicção filosófica ou política, para se eximirem de atividades de caráter essencialmente militar. As mulheres e os eclesiásticos ficam isentos do serviço militar obrigatório em tempo de paz, sujeitos, porém, a outros encargos que a lei lhes atribuir".

d) correto - a CF, no art. 5º, inciso VIII, afirma que: "ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei", e completa com o art. 15, inciso IV: "é vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão se dará no caso de recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5°, VIII", entre outros casos previstos nos demais incisos desse mesmo artigo 15.

e) errado – a CF, no art. 5º, inciso VII, afirma que "é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva". A banca ESAF entendeu que essa "lei" seria restritiva, portanto tratando-se de hipótese de norma de eficácia contida.

Alguns autores têm estabelecido uma diferença entre as expressões "na forma da lei" e "nos termos da lei". A primeira estaria relacionada às normas constitucionais de eficácia limitada e a segunda às normas constitucionais de eficácia contida. Mas é preciso não realizar de forma mecânica essa conversão.

69. (ESAF - Procurador do Distrito Federal / 2004) Aponte o enunciado que está em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acerca do mandado de injunção.

a) É cabível o mandado de injunção nos casos em que o Congresso Nacional se mostra omisso em expedir decreto legislativo disciplinando as relações decorrentes de medida provisória não convertida em lei.

b) É caso de deferimento parcial do mandado de injunção pelo Supremo Tribunal Federal quando a norma infraconstitucional regulamentadora do direito ou liberdade constitucional oferece disciplina insatisfatória aos interesses do impetrante, por ser injusta ou inconstitucional.

c) É admissível o mandado de injunção perante o Supremo Tribunal Federal mesmo naquelas hipóteses em que, impetrado por organização sindical, estiver destinado a constatar a ausência de norma que inviabilize o exercício de direito ou liberdade constitucional de seus filiados.

d) É caso de deferimento integral do mandado de injunção pelo Supremo Tribunal Federal quando a norma constitucional asseguradora de um determinado benefício possibilitar a sua fruição independentemente da edição de um ato normativo intermediário pelo Poder Legislativo.

e) É cabível mandado de injunção com a finalidade de corrigir exclusão pecuniária incompatível com o princípio da igualdade, como nos casos em que, em virtude do exercício imperfeito do poder de legislar, se pretende a equiparação de vencimentos entre servidores que não foram, todos, contemplados na lei garantidora do benefício.

↳Resposta:

a) errado – a ação de mandado de injunção (art. 5º, inciso LXXI) se presta a reclamar a regulamentação de norma constitucional de eficácia limitada definidora de direitos e liberdades, e não a regulamentação de normas infraconstitucionais, como é o caso de medida provisória.

b) errado – a concessão de mandado de injunção parcial ocorre por omissão parcial do poder público ao regulamentar norma constitucional de eficácia limitada. Nada tem a ver com ser a norma infraconstitucional regulamentadora injusta ou inconstitucional.

c) correto – trata-se do mandado de injunção coletivo (que conta com os mesmos legitimados para a propositura do mandado de segurança coletivo - art. 5º, inciso LXX) que, aliás, pode ser impetrado junto ao STF ou outro tribunal competente, dependendo de qual seja o órgão ou autoridade pública que deveria ter garantido a plena eficácia da norma constitucional e não o fez.

d) errado – se a norma constitucional independe da edição de norma para o seu exercício, então não há o que falar em propositura de mandado de injunção, já que a Constituição Federal permite o uso de mandado de injunção quando "a ausência de norma regulamentadora torne inviável o exercício de direitos e liberdade constitucionais".

e) errado – o mandado de injunção não se presta a estender direitos.

70. (UNB/CESPE - PF/2004) Julgue os itens seguintes, considerando os direitos e os deveres individuais e coletivos fundamentais previstos na Constituição Federal.

1. O princípio da proporcionalidade ou da razoabilidade deriva da força normativa dos direitos fundamentais. Por isso, há possibilidade de se declarar inconstitucionalidade de lei em caso de dispensabilidade (inexigibilidade), de inadequação (falta de utilidade para o fim perseguido) ou de ausência de razoabilidade em sentido estrito (desproporção entre o objetivo perseguido e o ônus imposto ao atingido).
2. É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz. As pessoas podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo

apenas exigido prévio aviso à autoridade competente. Mas, na própria Constituição da República, admitem-se restrições à liberdade de locomoção e até mesmo a suspensão da liberdade de reunião. Para ambos os casos de restrição, porém, é imprescindível prévia e fundamentada ordem ou decisão judicial.

3. Às pessoas maiores de 16 e menores de 18 anos de idade, aos maiores de 70 anos de idade, assim como aos analfabetos, a Constituição da República faculta o exercício da dimensão ativa da cidadania. Entre esses, apenas aos maiores de 70 anos de idade é franqueado o exercício da dimensão passiva da cidadania.

↳Resposta:

1) correto – o princípio da razoabilidade e da proporcionalidade são princípios constitucionais implícitos que obrigam os Poderes Públicos, inclusive o legislativo no exercício de sua função típica de legislar.

2) errado – a primeira parte da afirmativa está certa: a liberdade de locomoção está prevista no art. 5º, inciso XV, e, em se tratando de norma constitucional de eficácia contida, pode sofrer restrição por norma legal (lei) e até mesmo por norma infralegal (decreto presidencial) em tempo de estado de sítio (art. 139, inciso I). a segunda parte está errada porque não depende de decisão judicial, mas conforme já foi dito, depende ora de lei, ora de decreto.

3) errado – de acordo com o art. 14, §1º, inciso II, autoriza o alistamento e o voto facultativos (capacidade política ativa) aos maiores de 16 e menores de 18 anos, aos analfabetos e aos maiores de 70 anos. Mas de acordo com o art. 14, §2º e §3º, inciso VI, alínea d, apenas esses últimos (maiores de setenta) podem ser eleitos (capacidade política passiva). A banca CESPE, entretanto, em grau de recurso, decidiu em gabarito definitivo que o item estava errado assim justificando: "no vocábulo "pessoas" estão incluídos os estrangeiros, assim como os conscritos, aos quais, independentemente da idade, não é franqueado o exercício da cidadania em suas dimensões ativa e passiva."

71. (UnB/CESPE – TCE/PE – 2004) O mandado de segurança, o mandado de injunção e o *habeas data* são instrumentos de controle de garantias constitucionais. Com relação a tais instrumentos, julgue os itens a seguir.

1. Em mandado de segurança coletivo para compensação de créditos de contribuição previdenciária indevidamente recolhida, o sindicato impetrante carece da relação dos filiados e da autorização destes para ter legitimidade ativa.
2. Segundo a jurisprudência do STF, a mora do Congresso Nacional quanto à edição de lei que regulamente o direito à greve do servidor público, previsto no art. 37, inciso VII, da Constituição Federal, autoriza que, por meio de mandado de injunção, o Poder Judiciário declare o pleno gozo desse direito ao impetrante, até a superveniência de lei.
3. Segundo jurisprudência do STF, a prova do anterior indeferimento do pedido de informação de dados pessoais, ou da omissão em atendê-lo, constitui requisito indispensável para que se concretize o interesse de agir no *habeas data*.

Resposta:

1) errado – os legitimados para a propositura do mandado de segurança coletivo (art. 5º, inciso LXX: partido político com representação no Congresso Nacional, sindicato, entidade de classe e associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano) tem legitimação extraordinária (substitutos processuais) isto é, já se encontram autorizados pela Constituição e, consequentemente, dispensam (não carecem) de autorização dos titulares do direito. Por outro lado, diferentemente da situação anteriormente descrita, as associações no exercício da atividade de representação (art. 5º, inciso XXI) necessitam de autorização os titulares do direito. Lá são autores, aqui meros representantes para acompanhar os atos processuais.

2) correto – o art. 37, inciso VII, da CF, traduz um direito previsto em uma norma constitucional de eficácia limitada, segundo entendimento jurisprudencial do STF. Isto significa dizer que comporta a ação de mandado de injunção individual ou coletivo (art. 5º, inciso LXXI). Por outro lado, cabe ao tribunal julgador comunicar a mora ao Poder competente e, em se tratando de órgão administrativo, o ato regulamentar deverá ser realizado em no máximo trinta dias (aplicando-se o art. 103, § 2º). O STF admitiu estender a lei regulamentadora do direito de greve para os trabalhadores celetistas (assalariado, orientado pela Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT) aos servidores públicos civis. Este item foi considerado errado na época da aplicação da prova, mas, por força de alteração jurisprudencial do STF, hoje devemos considerá-la correta.

3) correto – assim determina a Lei 9507/97, que regulamenta a ação judicial de "habeas data". Cabe lembrar que essa lei dá um prazo para que o responsável pelo banco de dados se pronuncie (10 dias para obtenção de informações e 15 dias para retificação de informações). Mas não se exige que se esgote administrativamente para se buscar uma proteção junto ao Poder Judiciário, até porque, se assim fosse, haveria uma ofensa ao princípio do livre acesso ao Poder Judiciário, assegurando, dentre outras normas constitucionais, naquela prevista no art. 5º, inciso XXXV ("lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito").

72. (UnB/CESPE – MP/MT – 2005) Com referência aos direitos e garantias individuais, ao direito de propriedade e à comunicação social, julgue os itens seguintes.

1. De acordo com a doutrina constitucionalista, o princípio constitucional da presunção de inocência consiste, essencialmente, na aplicação da técnica processual conhecida como *in dubio pro reo*.
2. Para a constatação de que determinada propriedade atende à sua função social, o exame deve circunscrever-se, essencialmente, à pesquisa da legislação civil específica acerca do instituto do domínio, ou seja, não são pertinentes considerações ligadas ao direito ambiental e trabalhista, por exemplo.
3. Em virtude do princípio constitucional da isonomia, que assegura a todas as pessoas proteção idêntica do direito, a comunicação social não pode divulgar fatos da intimidade dos cidadãos, em que pese o direito à livre manifestação do pensamento.

Resposta:

1) errado – o princípio da não culpabilidade ou da inocência abrange não só a técnica processual da absolvição do réu se não restar certa a culpa, como também a aplicação do devido processo legal (art. 5º, inciso LIV), do contraditório e da ampla defesa (art. 5º, inciso LV), da presunção de inocência até decisão penal condenatória definitiva (art. 5º, inciso LVI), do livre acesso ao Poder Judiciário, da anterioridade da lei penal, entre outros.

"in dubio pro reo" significa que havendo dúvidas, a decisão judicial deverá ser favorável ao réu.

2) errado – a CF, estabelece que a propriedade rural (art. 186 e incisos) atende a sua função social quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. Por outro lado, a CF, estabelece que a propriedade urbana (art. 182, §4º, inciso III) atende a sua função social quando o proprietário não permite que o solo urbano permaneça não edificado, subutilizado ou não utilizado.

3) errado – por força da teoria das limitações recíprocas dos direitos, os direitos não são aplicáveis de forma idêntica. Deve-se realizar a ponderação de interesses quando ocorrer uma aparente colisão de direito. A própria CF realiza essa tarefa quando, por exemplo, resolve o aparente conflito entre a proteção à intimidade da parte em um processo e o direito público à informação (art. 93, inciso IX: "todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação").

73. (UnB/CESPE – PGE/AM – 2004) Relativamente aos direitos e garantias fundamentais, à tutela constitucional das liberdades, aos direitos sociais, aos direitos de nacionalidade e ao direito de cidadania, julgue os itens que se seguem.

1. O princípio da igualdade não impede que o direito estabeleça tratamentos desiguais, desde que, entre outras condições, o elemento discriminador esteja direcionado ao atingimento de alguma finalidade juridicamente legítima, seja de maneira expressa, seja implícita.
2. A ação popular busca proteger, essencialmente, o patrimônio público, ou seja, o que comumente se denomina erário; por conseguinte, bens jurídicos do poder público alheios a essa dimensão patrimonial, econômica, não são passíveis de proteção por meio desse remédio processual.
3. Os direitos sociais, segundo a doutrina, integram os chamados direitos fundamentais de segunda geração (ou dimensão) e têm como destinação precípua realizar o princípio da igualdade; como tal, implicam a adoção de prestações positivas por parte do Estado.
4. Se um brasileiro residir em outro país e neste, por força do direito local, for obrigado a adquirir a cidadania dali para poder lá permanecer, a aquisição da nova cidadania implicará a perda da

nacionalidade brasileira, desde que declarada por sentença no Brasil e observado o devido processo legal.

Resposta:

1) correto – quando a Constituição Federal afirma que todos são iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza (art. 5º, "caput"), está afirmando não só a igualdade formal, mas também a igualdade material, o que significa dizer que há de se dar um tratamento desigual aos desiguais na medida da desigualdade. Trata-se da chamada "política de ação afirmativa do Estado" ou "política de inclusão social". Como por exemplo, a política de cotas nas universidades públicas, facilitando o acesso aos negros e aos que estudaram por um período em escolas públicas.

2) errado – a ação popular tem alcance mais amplo em relação ao bem jurídico protegido, não se resumindo à proteção ao patrimônio público na sua dimensão patrimonial. De acordo com o art. 5º, inciso LXXIII, da CF, a ação popular visa a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.

3) correto – os direitos sociais foram constitucionalmente reconhecidos, pela primeira vez, na Constituição Mexicana, de 1917, e na Constituição de Weimar, de 1919. São denominados direitos de segunda geração ou dimensão, em contrapartida aos direitos individuais, que são conhecidos como direitos de primeira geração ou dimensão. Os direitos de primeira geração, destinando-se a realizar o princípio da liberdade, buscam reprimir a interferência do Poder Público nas relações interprivadas. Os direitos de segunda geração, destinando-se a realizar o princípio da igualdade, determinam ao Poder Público o dever de implementar políticas a fim de garantir a inclusão social daqueles que não tem acesso ao mínimo necessário à uma vida digna. Cabe lembrar que os direitos constitucionais não se resumem a esses dois grupos e que eles não se excluem, mas, ao contrário, se somam.

4) errado – a atual Constituição brasileira admite que um brasileiro tenha outra(s) nacionalidade(s), sem que por isso perca a nacionalidade brasileira. Assim prevê o art. 12, § 4º, inciso II, alíneas a e b: não perderá a nacionalidade brasileira quando do reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira e, também, quando de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em Estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis.

74. (TRT/PR – 2004) Marque a alternativa incorreta:

a) Ninguém será preso senão em flagrante delito, ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar, responsabilidade civil por danos morais ou crime militar definidos em lei.
b) Ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal.
c) Ninguém será processado e nem sentenciado senão por autoridade competente.
d) A prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária.
e) Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento dos bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido.

Resposta:

a) errado – a Constituição federal, no art. 5º, inciso LXI, determina que "ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei". Não se inclui, nas possibilidades constitucionalmente autorizadas, a prisão por motivo de responsabilidade civil por danos morais.

b) correto – CF, art. 5º, inciso LIX, aplicando-se o princípio do devido processo legal.

c) correto – CF, art. 5º, inciso LIII, aplicando-se o princípio do juiz natural.

d) correto – CF, art. 5º, inciso LXV, aplicando-se o princípio da liberdade.

e) correto – CF, art. 5º, inciso XLV.

75. (CESPE/UNB - PF - 2004) A Polícia Federal, em cumprimento a mandado judicial, promoveu busca e apreensão de documentos, computadores, fitas de vídeo, discos de DVD, fotos e registros em um escritório de uma empresa suspeita de ligação com tráfico organizado de drogas, grilagem de terras, falsificação de documentos e trabalho escravo. A ação, realizada em um estado do Nordeste — onde amanhece às 6 h e anoitece às 18 h —, iniciou-se às 6 h 15 min. e prolongou-se até as 20 h. Os advogados dos proprietários da empresa constataram, pelo horário constante do auto de apreensão, assinado ao final da atividade, que as ações prolongaram-se além do período diurno. Analisando o material apreendido após o período diurno, a Polícia Federal encontrou farta documentação que comprovava a prática de ações contrárias às normas trabalhistas, as quais caracterizariam trabalho escravo nas propriedades rurais da empresa, cujas dimensões ultrapassam os limites legais estabelecidos para a caracterização da pequena e média propriedade rural.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

1. O direito individual à inviolabilidade da casa tem como exceção o ingresso nela, sem consentimento do morador, para o cumprimento de determinação judicial, porém, essa exceção tem o limite temporal do período diurno; em consequência, por ter a ação policial prolongado-se além do período diurno, os atos praticados após o anoitecer estão eivados de inconstitucionalidade.
2. No caso descrito, se as provas obtidas não fossem consideradas ilícitas, seria possível utilizá-las para fundamentar a desapropriação, por interesse social, das propriedades da empresa, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária.

Resposta:

1) errado – em primeiro lugar, a autorização constitucional para o ingresso na casa sem consentimento do morador por meio de mandado judicial é uma das hipóteses. As outras são, de acordo com o art. 5º, inciso XI, flagrante delito, desastre e prestar socorro. Em segundo lugar, existe, de fato, um limite temporal para o ingresso: só durante o dia. Mas após o ingresso será tolerada a permanência além do dia claro.

2) correto – a CF ao determinar no art. 186, inciso III, que "a função social é cumprida quando a propriedade rural atende observância das disposições que regulam as relações de trabalho", autoriza, por descumprimento da função social da propriedade, a desapropriação prevista no art. 184, "caput", nos

seguintes termos "compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei".

76. (CESPE/UNB - PF - 2004) Um português, em férias no Brasil, soube, por amigos, que havia sido investigado pelo DPF, logo após a sua chegada, em razão de denúncia de que ele pertenceria a uma organização internacional envolvida com espionagem financeira e industrial.

Indignado com a invasão de sua privacidade, ele requereu perante o órgão local do DPF que lhe fosse dada ciência das informações obtidas a seu respeito nessa investigação. Como o funcionário administrativo não quis receber sua petição, ele ameaçou recorrer ao Poder Judiciário brasileiro, sendo preso, imediatamente, por desacato. Na prisão, ele pediu que lhe fosse indicado um advogado, o que lhe foi negado porque ele havia afirmado que não possuía recursos para pagar pelos serviços de um profissional.

Considerando a situação hipotética apresentada acima, julgue os itens a seguir.

1. Não há fundamento constitucional para o pedido formulado pelo turista português, porque o direito a receber informações de órgãos públicos se aplica apenas aos estrangeiros com residência fixa no Brasil.
2. Se a situação vivenciada pelo turista português tivesse ocorrido com um brasileiro, a Constituição asseguraria ao brasileiro preso o direito de assistência de advogado, cabendo ao Estado prestar assistência jurídica integral e gratuita se ele comprovasse insuficiência de recursos.

↳*Resposta:*

1) errado – a CF, no "caput", do art. 5º, reconhece expressamente como titulares dos direitos e garantias fundamentais individuais e coletivos os brasileiros e os estrangeiros residentes no Brasil, mas a doutrina majoritária e a jurisprudência do STF são no sentido de que esses direitos se estendem, implicitamente, aos estrangeiros ainda que não residentes no Brasil, desde que se encontrem no país. Consequentemente, o turista português que aqui se encontra tem direitos constitucionalmente assegurados, inclusive o direito de petição (CF, art. 5º, inciso XXXIV).

2) correto – o direito à assistência jurídica integral e gratuita assegurado pelo Estado aos que comprovarem insuficiência de recursos (CF, art. 5º, LXXIV), é um direito individual assegurado aos brasileiros. Mas deve ser assegurado também aos estrangeiros que aqui se encontrem e às pessoas jurídicas, de acordo com o STF e doutrina majoritária.

77. (ESAF/AFC – STN – 2005) Sobre direitos individuais, coletivos e sociais e processo legislativo brasileiro, assinale a única opção correta.

a) As associações não poderão ser compulsoriamente dissolvidas, havendo a necessidade de decisão judicial, transitada em julgado, para a simples suspensão de suas atividades.
b) O princípio da anterioridade nonagesimal, direito individual do contribuinte, não se aplica ao imposto de renda.

c) A possibilidade das entidades associativas de representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente não se estende às associações de segundo grau, as quais têm como filiadas outras associações.
d) É vedada a edição de medida provisória sobre matéria relativa a créditos adicionais e suplementares, salvo para atender a despesas imprevisíveis e urgentes.
e) Tendo o presidente da República enviado ao Congresso Nacional um projeto de lei que cria o Código de Direito Administrativo Federal e já tendo a proposição sido aprovada na Câmara dos Deputados, poderá o presidente pedir urgência constitucional para esse projeto de lei, o qual deverá ser votado pelo Senado Federal no prazo máximo de quarenta e cinco dias contado do recebimento do pedido, sob pena de sobrestarem-se todas as demais deliberações legislativas dessa Casa Legislativa.

↳*Resposta:*

a) errado – a CF, no art. 5º, no inciso XIX, determina que decisão judicial poderá determinar compulsoriamente, a suspensão das atividades de uma associação e, se transitada em julgado, a dissolução da associação. Fora isso, os próprios associados poderão dissolver ou suspender as atividades da associação.

b) correto – a CF determina a inaplicabilidade, de acordo com o art. 150, inciso III, alínea b e c, art.150, §1º e art. 153, inciso III.

c) errado – alterando o seu entendimento jurisprudencial, o STF tem autorizado a representação dos seus associados, por parte das associações, sejam elas de primeiro grau, sejam de segundo grau (associação das associações).

d) errado – de acordo com o art. 62, § 1º, d, inciso IV, por outro lado o art. 167, § 3º autoriza que medida provisória trate de créditos suplementares.

e) errado – a Constituição Brasileira proíbe pedido de regime de urgência quando se tratar de projeto de código, no caso Código de Direito Administrativo Federal, conforme o art. 64, §4º.

78. (UnB/CESPE – DPF – 2004) A Polícia Federal, em cumprimento a mandado judicial, promoveu busca e apreensão de documentos, computadores, fitas de vídeo, discos de DVD, fotos e registros em um escritório de uma empresa suspeita de ligação com tráfico organizado de drogas, grilagem de terras, falsificação de documentos e trabalho escravo. A ação, realizada em um estado do Nordeste — onde amanhece às 6 h e anoitece às 18 h —, iniciou-se às 6 h 15 min. e prolongou-se até as 20 h. Os advogados dos proprietários da empresa constataram, pelo horário constante do auto de apreensão, assinado ao final da atividade, que as ações prolongaram-se além do período diurno. Analisando o material apreendido após o período diurno, a Polícia Federal encontrou farta documentação que comprovava a prática de ações contrárias às normas trabalhistas, as quais caracterizariam trabalho escravo nas propriedades rurais da empresa, cujas dimensões ultrapassam os limites legais estabelecidos para a caracterização da pequena e média propriedade rural.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

1. O direito individual à inviolabilidade da casa tem como exceção o ingresso nela, sem consentimento do morador, para o cumprimento de determinação judicial, porém, essa exceção

tem o limite temporal do período diurno; em consequência, por ter a ação policial prolongado-se além do período diurno, os atos praticados após o anoitecer estão eivados de inconstitucionalidade.

2. No caso descrito, se as provas obtidas não fossem consideradas ilícitas, seria possível utilizá-las para fundamentar a desapropriação, por interesse social, das propriedades da empresa, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária.

Resposta:

1) errado – a CF, quando determina, no art. 5º, inciso XII, que é possível a entrada na casa (no sentido amplo, incluindo local de moradia, quarto de hotel ocupado e local de trabalho fechado ao público) ainda que sem consentimento do morador, por motivo de flagrante delito, para prestar socorro e em caso de desastre, a qualquer hora, e por mandado judicial só durante o dia, neste caso mesmo que se prolongue além do dia a permanência após o anoitecer, não tem importância. Lembre-se que durante o estado de sítio, é possível a violação do domicílio, por decreto presidencial, isto é, norma secundária.

2) correto – o trabalho escravo, por força do art. 184 e 186, autoriza a desapropriação rural para fins de reforma agrária.

79. (UnB/CESPE – SERPRO – 2004) Julgue os seguintes itens, referentes aos direitos e às garantias fundamentais.

1. O brasileiro naturalizado somente será extraditado no caso da prática de crime comum antes da naturalização ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei. No primeiro caso, entretanto, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) tem entendido não ser possível a extradição caso o ato ilícito seja crime no ordenamento jurídico estrangeiro e contravenção no Brasil.
2. A lei que organiza e institui o tribunal do júri deve assegurar a plenitude de defesa, o sigilo das votações, a soberania dos veredictos e a competência para julgamento dos crimes dolosos contra a vida, sendo vedada a inserção de outros tipos penais nesta competência.
3. A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito; entretanto, no que concerne a processos administrativos, a existência de recurso com efeito suspensivo impede o ajuizamento de ação em face da inexistência do interesse de agir.

Resposta:

1) correto – entendimento do STF, pois cabe a ele julgar o pedido de extradição pela justiça estrangeira (CF, art. 102, inciso I, alínea g) e porque a Constituição Federal Brasileira determina que tem que se classificar na categoria de crime (CF, art. 5º, inciso LI).

2) errado – emenda à Constituição não pode acrescentar outra categoria de crime, além do doloso contra a vida na competência do Tribunal do Júri. Mas nada impede que a lei que define os crimes dolosos contra a vida inclua ou exclua crimes desse rol de crimes dolosos contra a vida.

3) errado – de acordo com o STF, ofende o princípio do livre acesso ao Poder Judiciário, ou princípio da inafastabilidade da tutela jurisdicional, a exigência de esgotamento ou de recurso com efeito suspensivo na esfera administrativa para se buscar uma solução junto ao Poder Judiciário.

80. (UnB/CESPE – PGE/AM – 2004) Relativamente aos direitos e garantias fundamentais, à tutela constitucional das liberdades, aos direitos sociais, aos direitos de nacionalidade e ao direito de cidadania, julgue os itens que se seguem.

1. O princípio da igualdade não impede que o direito estabeleça tratamentos desiguais, desde que, entre outras condições, o elemento discriminador esteja direcionado ao atingimento de alguma finalidade juridicamente legítima, seja de maneira expressa, seja implícita.
2. A ação popular busca proteger, essencialmente, o patrimônio público, ou seja, o que comumente se denomina erário; por conseguinte, bens jurídicos do poder público alheios a essa dimensão patrimonial, econômica, não são passíveis de proteção por meio desse remédio processual.
3. Os direitos sociais, segundo a doutrina, integram os chamados direitos fundamentais de segunda geração (ou dimensão) e têm como destinação precípua realizar o princípio da igualdade; como tal, implicam a adoção de prestações positivas por parte do Estado.
4. Se um brasileiro residir em outro país e neste, por força do direito local, for obrigado a adquirir a cidadania dali para poder lá permanecer, a aquisição da nova cidadania implicará a perda da nacionalidade brasileira, desde que declarada por sentença no Brasil e observado o devido processo legal.

↳*Resposta:*

1) correto – o princípio da igualdade material, ou seja, o tratamento desigual entre desiguais, só é possível na medida da desigualdade, de forma a assegurar a inclusão social do indivíduo que se encontra à margem da sociedade. Deve-se aplicar esse tratamento observando o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade, considerando a medida certa, evitando o excesso.

2) errado – a ação popular, nos termos do art. 5º, inciso LXXIII, tem como objeto de proteção, não só o patrimônio público ou aquele em que se encontre envolvido, mas também o meio ambiente, a moralidade administrativa, o patrimônio cultural e histórico.

3) correto – conforme análise desenvolvida doutrinariamente.

4) errado – a CF autoriza, no art. 12, §4º, inciso II, alíneas a e b, que o brasileiro tenha dupla nacionalidade, sem perder a nacionalidade brasileira, em caso de um outro pais lhe reconhecer a condição de nacional nato ou em caso de naturalização por força de lá permanecer residindo ou exercendo seus direitos civis.

81. (UnB/CESPE – TRE/MT – 2005) Em relação ao direito constitucional, assinale a opção correta.

a) A norma constitucional que prevê a liberdade de convicção religiosa tem maior hierarquia que a norma constitucional que estabelece a imunidade tributária dos locais destinados a cultos religiosos.
b) Compete ao Poder Legislativo fiscalizar as atividades do Poder Executivo.
c) Compete ao presidente da República apreciar, para fins de sanção ou veto, as leis ordinárias e complementares, as emendas à Constituição da República e os decretos legislativos.
d) Havendo colisão entre um princípio constitucional previsto no texto original da Constituição da República e um princípio introduzido por emenda constitucional, deve prevalecer o primeiro.

e) É vedado ao Poder Judiciário interpretar ampliativamente normas definidoras de direitos fundamentais.

Resposta:

a) errado – ambas as normas são constitucionais e, consequentemente, ambas tem igual importância. No entendimento da doutrina majoritária e do STF, as normas constitucionais encontram-se no mesmo patamar, independentemente de conteúdo nelas tratado, posto ser a Constituição brasileira de supremacia formal, ou seja, não é considerado o conteúdo da norma para que se classifique como norma constitucional, mas a dificuldade de sua alteração.

b) correto – os arts. 31; 33, §2º; e 70, confirmam a fiscalização orçamentária, financeira, patrimonial, operacional e contábil exercida pelo Poder Legislativo sobre o Poder Executivo.

c) errado – a sanção ou veto (CF, art. 66, "caput" e §§ 1º ao 3º) do Executivo só recai sobre projetos de lei complementar e ordinária.

d) errado – as normas constitucionais têm igual hierarquia, sejam elas fruto do exercício do poder constituinte originário ou derivado.

e) errado – as normas constitucionais definidoras de direitos fundamentais devem ser interpretadas de forma extensiva. Por outro lado, os deveres e prerrogativas devem ser interpretados de forma restritiva, porque causam encargo ou porque tratam de forma diferenciada.

82. (ESAF - Gestor Fazendário/MG - 2005) Assinale a opção correta.

a) O agente político do Estado não pode invocar o direito à privacidade, enquanto estiver no exercício do cargo.
b) A garantia do sigilo bancário somente pode ser quebrada por decisão fundamentada de membro do Judiciário ou de membro do Ministério Público.
c) É irrelevante, para o exercício da liberdade de reunião em local aberto ao público, que os participantes do evento estejam armados, desde que a reunião esteja autorizada pela autoridade policial competente.
d) A Constituição proclama a liberdade de expressão, assegurando o direito ao anonimato e o sigilo de fonte.
e) A Constituição em vigor expressamente admite a possibilidade de leis retroativas no ordenamento brasileiro.

Resposta:

a) errado – os direitos constitucionais, entre eles os direito à privacidade (art. 5º, inciso X), alcançam a todos dentro do território nacional (doutrina majoritária e STF), independente da atividade que exercem.

b) errado – o juiz pode determinar a quebra de sigilo bancário, e não só ele, mas também a CPI.

O STF entende, atualmente, que as autoridades da Fazenda não podem determinar a quebra de sigilo bancário.

c) errado – de acordo com a expressão literal da CF, no art. 5º, inciso XVI, o exercício do direito de reunião tem que ser pacífico, sem armas e não se faz necessária licença, mas apenas aviso prévio a fim de não inibir o exercício do direito de outros indivíduos.
d) errado – o sigilo da fonte é assegurado no art. 5º, inciso XIV, mas o anonimato é vedado, conforme o mesmo artigo, inciso IV.
e) correto – a lei penal retroagirá para beneficiar o réu (CF, art. 5º, inciso XL).

83. (UNB / CESPE – SNJ / 2005) Com relação ao direito constitucional, julgue os próximos itens.
1. Os atos que integram um processo judicial são sigilosos, exceto nos casos em que a matéria julgada seja de interesse geral.
2. É inadmissível, em processos administrativos, prova consistente em gravação de conversas telefônicas efetuadas mediante autorização do ministro da Justiça.
3. O automóvel, por ser considerado uma extensão do domicílio da pessoa, é abrangido pela norma da Constituição da República que garante a inviolabilidade domiciliar.

↳*Resposta:*
1) errado – via de regra, os atos processuais são público (CF, art. 5º, inciso LX), exceto quando o interesse público exigir (como por exemplo, nos caso do art. 5º, inciso XXXVIII, alínea b e art. 14, § § 10 e 11 e quando da defesa da intimidade da parte. Mas neste último caso, existe a "exceção da exceção", ou seja será público se envolver o interesse público à informação (CF, art. 93, inciso IX, com as alterações promovidas pela EC 45).
2) correto – o Ministro da Justiça não tem autorização constitucional para determinar a violação da comunicação telefônica, que só poderão ocorrer nos casos previstos nos artigos 5º, inciso XII; 136, § 1º, inciso I; e 139
3) errado – o entendimento jurisprudencial do STF é no sentido de que o carro tem por finalidade o transporte, a menos que esteja em seu uso incomum, servindo por exemplo de moradia para alguém.

84. (ESAF - Gestor Fazendário - 2005) Assinale a opção correta.
a) Como regra geral, os direitos fundamentais somente podem ser invocados em juízo depois de minudenciados pelo legislador ordinário.
b) Nenhuma norma da Lei Maior em vigor que dispõe sobre direito fundamental pode ser objeto de emenda à Constituição.
c) Os direitos fundamentais são garantidos aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país. Os demais estrangeiros não podem invocar direitos fundamentais no Brasil.
d) No âmbito dos direitos políticos, o analfabeto pode votar, mas não pode ser eleito para nenhum cargo eletivo.
e) Pode-se afirmar que, no direito brasileiro, o direito à vida e à incolumidade física são direitos absolutos, no sentido de que nenhum outro previsto na Constituição pode sobre eles prevalecer, nem mesmo em um caso concreto isolado.

↳Resposta:

a) errado – em regra geral, os direitos não precisam de ato do poder público para que produzam todos os seus efeitos, porque, em regra, eles encontram-se definidos em normas constitucionais de eficácia plena.
b) errado – as normas constitucionais, em geral, podem ser objeto de emenda, desde que o constituinte derivado reformador observe as limitações materiais, procedimentais e circunstanciais.
c) errado – de acordo com o entendimento do STF e da doutrina majoritária, o disposto no art. 5º, "caput" deve ser observado de forma extensiva e não restritiva, pois se trata de direitos. Portanto, os demais brasileiros, residentes ou não, e os estrangeiros não residentes que se encontrem no Brasil também têm direitos fundamentais.
d) correto – assim a CF, nos art. 14, §§ 1º (o alistamento e o voto são facultativos), inciso II e 4º (são absolutamente inelegíveis).
e) errado – os direitos fundamentais encontram limites em outros direitos (são as chamadas limitações recíprocas). Os direitos, nem mesmo os fundamentais da pessoa humana, são absolutos: o direito à vida encontra limite na possibilidade de fixação da pena de morte em tempo de guerra declarada (CF, art. 5º, inciso XLVI, alínea a, e art. 84, inciso XIX).

(UnB/CESPE – TJ/CE – 2005) Julgue o item subsequente com referência aos direitos fundamentais.

85. A ação popular não pode ser ajuizada pelo MP, pois é mecanismo processual constitucionalmente deferido ao cidadão. Por outro lado, considerando que essa ação visa à tutela do patrimônio público, o MP está vinculado à defesa das posições adotadas no processo pelo autor popular, isto é, não poderá o promotor de justiça ou procurador da República, conforme o caso, opinar pela improcedência do pedido.

↳Resposta:

errado – é verdade que o autor de uma ação popular tem que se qualificar como cidadão, indicando o número de seu título eleitoral na petição inicial. Por outro lado não é verdade que o membro do Ministério Público esteja obrigado a alegação do autor.

86. (ESAF - AFRE/MG - 2005) Assinale a opção correta.

a) A Constituição enumera, de forma taxativa, no seu Título sobre Direitos e Garantias Fundamentais, os direitos individuais reconhecidos como fundamentais pela nossa ordem jurídica.
b) As garantias constitucionais do direito adquirido e do ato jurídico perfeito não constituem *cláusulas pétreas*.
c) Os direitos individuais fundamentais, por serem considerados *cláusulas pétreas*, somente podem ser abolidos ou modificados por meio de emenda à Constituição.
d) O mandado de segurança, o *habeas corpus* e o mandado de injunção são instrumentos processuais que compõem o grupo das garantias constitucionais.
e) O princípio da separação dos poderes impede que o juiz invoque o princípio da proporcionalidade como fundamento para a declaração de inconstitucionalidade de uma lei.

Resposta:

a) errado – existem outros direitos individuais constitucionalmente reconhecidos fora do art. 5º, como por exemplo, aquele do art. 150, incisos (legalidade, isonomia e anterioridade tributárias).

b) errado – de acordo com o art. 5º, inciso XXXVI, esses direitos são considerados "cláusulas pétreas" (CF, art. 60, §4º, inciso IV). A leitura da palavra "lei", presente neste inciso é que tem gerado divergências entre a doutrina e o entendimento do STF.

c) errado – os direitos individuais fundamentais não podem ser abolidos por expressa determinação constitucional (CF, art. 60, §4º, inciso IV).

d) correto – conforme a CF, no art. 5º, incisos LVIII e LXIX e LXXI.

e) errado – o juiz tem sido autorizado implicitamente pela Constituição para declarar a inconstitucionalidade de lei e de ato administrativo que ofenda os princípios constitucionais implícitos da razoabilidade e da proporcionalidade. Esses princípios obrigam não só ao legislador, mas também ao julgador e administrador.

87. (UnB/CESPE – IGEPREV – 2005) Uma interceptação telefônica, realizada sem ordem judicial, indicou o local onde se guardava grande quantidade de cocaína para fins de comércio ilegal. Diante da informação, expediu-se, por ordem do juiz competente, mandado judicial para a devida busca e apreensão da mencionada substância. Cumprido o mandado nos estritos limites da regra constitucional contida no art. 5.º, inciso XI, da Constituição Federal e nos artigos pertinentes do Código de Processo Penal, grande quantidade de drogas foi apreendida e os envolvidos foram presos.

Diante das limitações constitucionais das provas, assinale a opção correta tendo como referência a situação hipotética acima descrita.

a) O Ministério Público poderá formar sua *opinio delicti* e oferecer a denúncia com base na prova obtida por meio da interceptação telefônica realizada sem ordem judicial.
b) A prisão dos envolvidos e a apreensão do entorpecente, apesar de regularmente realizadas, não podem lastrear decisão condenatória, pois o entendimento hodierno é de que a prova colhida por meio ilícito é inadmissível no processo, pois se trata de prova ilícita por derivação.
c) A prova colhida pode ser admitida no processo, visto que o entorpecente foi apreendido por força de busca e apreensão realizada com respeito à regra constitucional e nos limites da lei processual penal, sendo, portanto, prova material do delito.
d) A prova é admissível, pois, mesmo que obtida por meio do crime de interceptação telefônica, nenhuma liberdade individual é absoluta diante de práticas ilícitas.
e) A prova não pode ser admitida no processo, pois se trata de prova ilegítima, colhida única e exclusivamente em afronta a norma processual.

Resposta:

a) errado – o MP não poderá oferecer denúncia baseado na prova obtida por meio da interceptação telefônica (CF, art. 5º, inciso XII) ilegal porque, de acordo com a CF, art. 5º, inciso LVI, a prova ilícita não será admitida no processo.

b) errado – a prova colhida por meio da violação de domicílio regularmente autorizada (CF, art. 5º, inciso XI) e a prisão poderão instruir a ação penal e motivar a condenação porque não decorrem diretamente da primeira prova, esta ilícita (CF, art. 5º, inciso LXVI).

c) correto.

d) errado – é do entendimento do STF e da doutrina que os direitos não são absolutos, pois encontram limites em outros direitos (limitações recíprocas dos direitos). Também é corrente o entendimento doutrinário e jurisprudencial de que os direitos encontram barreiras nas práticas ilícitas. Mas este entendimento há de ser aplicado de forma restritiva, porque limitador de direitos, e o STF não tem admitido este tipo de prova.

e) errado – a prova obtida por meio de escuta deverá ser tida por ilegal por afronta a lei processual, mas também inconstitucional por afronta ao art. 5º, inciso XII, da CF.

88. (UnB/CESPE – EMBRAPA – 2005) A respeito dos direitos e garantias constitucionais, julgue os itens seguintes.

Considere a seguinte situação hipotética.

Autoridade policial, munida do competente mandado judicial, adentra na residência de Carlos visando à apreensão de provas da prática de um crime. O cumprimento do mandado teve início às 21 h e término às 23 h 30 min.

1. Nessa situação, foi observado o direito constitucional de inviolabilidade do domicílio, visto que a autoridade policial encontrava-se resguardada por determinação judicial.
2. O *habeas corpus* é cabível contra ato ilegal de autoridade, sendo remédio constitucional de natureza preventiva no caso de estar o paciente ameaçado de violência ou coação em sua liberdade de locomoção.
3. Para a extradição do estrangeiro, é necessário que, além da condenação penal ou do mandado de prisão emanados de autoridade competente do país solicitante, o fato seja considerado crime não só no Estado estrangeiro, mas também no Brasil.
4. Considere que um concurso público para o cargo de advogado de determinada autarquia tenha imposto como exigência para inscrição a apresentação, por parte dos candidatos do sexo feminino, de atestado de gravidez negativo e laudo médico de esterilização. Nessa situação, é correto afirmar que tal limitação se adequa aos princípios constitucionais da igualdade e da isonomia, desde que a exigência esteja prevista no edital do concurso, de forma a estabelecer regras próprias para o referido certame.

↳*Resposta:*

1) errado – a hipótese demonstra um flagrante desrespeito à vontade constitucional porque em desacordo com o art. 5º, inciso XII. A CF determina, naquela disposição, que por mandado judicial, a violação do domicílio deverá ocorrer durante o dia claro, podendo se estender após o anoitecer.

2) correto – é o chamado "salvo-conduto", (CF, art. 5º, inciso LXVIII).

3) correto – CF, art. 5º, inciso LII.

4) errado – a exigência de atestado negativo para gravidez ofende o princípio constitucional da igualdade, mais especificamente, da igualdade entre homens e mulheres, quanto aos direitos e obrigações (CF, art. 5º, "caput" e inciso I).

89. (NCE/UFRJ – ELETRONORTE – 2005) São direitos e deveres individuais e coletivos previstos na Carta Magna, exceto:

a) igualdade de homens e mulheres em direitos e obrigações;
b) inviolabilidade da liberdade de consciência e de crença;
c) assistência jurídica integral e gratuita a todos os jurisdicionados;
d) gratuidade das ações de *habeas data* e *habeas corpus*;
e) a defesa do consumidor.

Resposta:

a) errado – CF, art. 5º, inciso I.

b) errado – CF, art. 5º, inciso VI.

c) correto – a CF, no art. 5º, inciso LXXIV, determina que para que a pessoa física ou jurídica tenha assistência jurídica integral e gratuita terá que demonstrar a insuficiência de recursos. Portanto, não é para todos.

d) errado – CF, art. 5º, inciso LXXVII.

e) errado – CF, art. 5º, inciso XXXII.

90. (UnB/CESPE – TRT – 2005) Quanto aos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal, julgue os itens que se seguem.

1. A justiça brasileira concederá sempre mandado de segurança a quem sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
2. Para a falta de norma regulamentadora que torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania, o remédio jurídico é o mandado de injunção.
3. O cidadão brasileiro que queira assegurar o conhecimento de informações relativas à sua pessoa, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, deverá impetrar ação popular.
4. São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de mãe brasileira, desde que venham residir no Brasil e optem, dentro do prazo de um ano, pela nacionalidade brasileira.
5. É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregados interessados, não podendo ser inferior à área de um município.

Resposta:

1) errado – trata-se da concessão da garantia de "habeas corpus" (CF, art. 5º, inciso LXVIII), e não mandado de segurança (CF, art. 5º, inciso LXIX.).

2) correto – CF, art. 5º, inciso LXXI.

3) errado – essas informações poderão ser obtidas por meio, dentre outros instrumentos processuais, do "habeas data", conforme determina a CF, art. 5º, inciso LXXII, e não ação popular (CF, art. 5º, inciso LXXIII).

4) errado – a Constituição brasileira não impõe prazo para que pessoa nascida em país estrangeiro, de pai ou mãe brasileiros, que não se encontrem a serviço do Brasil, venha a optar pela nacionalidade brasileira (art. 12, inciso I, alínea c).

5) correta – conforme determina a CF, no art. 8º, inciso II.

91. (NCE/UFRJ – DPC – 2004) Sobre os remédios constitucionais, é correto afirmar que:

a) o *habeas corpus* pode ser impetrado por qualquer pessoa física, desde que nacional, sendo vedada a sua utilização por pessoa jurídica, ainda que em favor de pessoa física, e pelo Ministério Público;
b) conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;
c) conceder-se-á *habeas data* para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, assim como para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;
d) qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público;
e) conceder-se-á mandado de injunção para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

↳*Resposta:*

a) errado – a garantia constitucional do "habeas corpus" (CF, art. 5º, inciso LXVIII) pode se proposta não só pelos brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil (CF, art. 5º, "caput"), como também por estrangeiros não residentes, desde que aqui se encontrem, sejam pessoas físicas ou jurídicas, como também pelo membro do Ministério Público, mas sempre a favor de pessoa física.

b) errado – a garantia cabível, neste caso é a ação de mandado de injunção, prevista na CF, art. 5º, inciso LXX.

c) correto – conforme a CF, art. 5º, inciso LXXII.

d) errado – só quem pode propor uma ação popular é o cidadão, inscrito eleitoralmente, nos termos da CF, art. 5º, inciso LXXIII e art. 14, §1º, incisos I e II.

e) errado – a garantia constitucional apropriada pra a proteção de direito líquido e certo, não amparado por "habeas corpus" e "habeas data", é a ação judicial de mandado de segurança, conforme o art. 5º, inciso LXIX, da CF.

92. (NCE/UFRJ - DPC - 2004) Com pertinência à Constituição da República Federativa do Brasil em vigor, é correto afirmar que:

a) todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros domiciliados há, pelo menos, um ano ininterrupto no País, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade;
b) são brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que venham residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira;
c) o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezoito anos e facultativos para os analfabetos, os maiores de setenta anos, os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos e para os estrangeiros;
d) os partidos políticos, no Brasil, são pessoas jurídicas de direito público, devem ter caráter nacional e desfrutam de imunidade tributária quanto ao patrimônio, rendas ou serviços;
e) é assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento, sendo-lhes vedado, todavia, estabelecer, em seus estatutos, normas de fidelidade e disciplina partidárias.

Resposta:

a) errado – o princípio da igualdade, previsto no "caput" do art. 5º e de acordo com a interpretação doutrinária majoritária e jurisprudencial do STF, alcança a todas as pessoas que se encontrem em território nacional, sem tempo determinado de permanência.

b) errado – de acordo com a CF, art. 12, inciso I, alínea c, de acordo com a EC 54, que deixou de exigir a residência no Brasil, se o filho de brasileiro for registrado na repartição brasileira competente no exterior.

c) errado – a CF, determina no seu art. 14, §1º, inciso I e II que o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezoito anos e menores de setenta, desde que alfabetizados, e facultativos para os analfabetos, os maiores de setenta anos, os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos. Os estrangeiros não têm, em regra, autorização para se alistarem (CF, art. 14, §2º).

d) errado – as pessoas jurídicas são pessoas jurídicas de direito privado porque adquirem personalidade jurídica na forma da lei civil (CF, art. 17, § 2º).

e) errado – de acordo com a CF, at. 17, §1º, os estatutos dos partidos políticos deveram estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.

93. (NCE/UFRJ - DPC - 2004) Assinale, conforme o Texto Fundamental em curso, a assertiva correta:

a) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação da autoridade policial a que couber a atribuição;
b) incluído o direito à vida dentre as tutelas fundamentais, é vedada, em qualquer hipótese, a instituição de pena de morte;
c) nenhum brasileiro será extraditado, nem sequer o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização;

d) é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, resultando defeso ao legislador ordinário determinar, em qualquer circunstância, o atendimento de qualificações profissionais;
e) aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

↳*Resposta:*

a) errado – não há previsão constitucional, doutrinária ou jurisprudencial, autorizando a violação de domicílio por ordem policial (CF, art. 5º, inciso XI).

b) errado – há previsão da pena de morte, em tempo de guerra, podendo o Congresso Nacional instituí-la mediante lei (CF, art. 5º, incisos XXXIX e XLVII, alínea a).

c) errado – o brasileiro naturalizado poderá ser extraditado, em caso de cometimento de crime comum antes da naturalização e de envolvimento em tráfico ilícito ou drogas afins, antes ou depois da naturalização (CF, art. 5º, inciso LII).

d) errado – o legislador ordinário pode estabelecer restrições ao exercício da atividade profissional, como por exemplo, ter que atender a certas qualificações profissionais, sempre observando o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade, ou seja, sem excesso, não impedindo o exercício do próprio direito (CF, art. 5º, inciso XIII).

e) correto – CF, art. 5º, inciso LV.

94. (ESAF - Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental - 2005) Assinale a opção correta.

a) As provas ilícitas são proibidas tanto no processo judicial quanto no processo administrativo.
b) O *habeas data* não pode ser impetrado para retificação de dados.
c) O direito de reunião pacífica e sem armas é assegurado pela Constituição, que o condiciona, porém, à prévia autorização escrita da autoridade policial.
d) A autoridade pública pode usar da propriedade particular para enfrentar iminente perigo público, fazendo jus o proprietário do bem à indenização pelo próprio uso da coisa e pelos danos que o bem vier a sofrer.
e) A União pode invocar garantia constitucional do ato jurídico perfeito ou do direito adquirido para se insurgir contra a aplicação de dispositivo de lei federal que concede vantagem pecuniária a servidor público relativa a período já trabalhado pelos servidores e anterior à própria edição da lei.

↳*Resposta:*

a) correto – CF, art. 5º, inciso LVI.

b) errado – CF, art. 5º, inciso LXXII, alínea a.

c) errado – a CF, no art. 5º, inciso XVI, determina o prévio aviso à autoridade pública, não condicionando á autorização.

d) errado – de acordo com o art. 5º, inciso XXV, o proprietário não fará jus à indenização em razão do uso, mas apenas se houver dano.

e) errado – não há o que se falar em direito adquirido ou ato jurídico perfeito do Poder Público em se tratando de retroatividade de lei sem prejuízo do particular.

95. (ESAF - Analista de Planejamento e Orçamento - 2005) Sobre direitos e garantias individuais da Constituição Federal de 1988, assinale a assertiva correta.

a) Embora a pena não passe da pessoa do condenado, a Constituição autoriza que a obrigação de reparar o dano seja estendida aos sucessores, sendo a obrigação contra eles executada até o valor do seu patrimônio.
b) Nos termos da Constituição Federal, não há possibilidade do civilmente identificado ser obrigado a ser submetido à identificação criminal.
c) Nos termos da Constituição, o direito de uso da propriedade privada pode sofrer restrições no caso de iminente perigo público, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, ainda que do uso não decorra dano.
d) O *habeas data* pode ser utilizado para que o impetrante tenha conhecimento de informações relativas à sua pessoa, porém a retificação de dados incorretos só pode ser promovida por meio do devido processo administrativo sigiloso.
e) A razoável duração do processo administrativo é um direito individual assegurado expressamente no texto constitucional brasileiro.

Resposta:

a) errado – não só a obrigação de reparar dano, mas também a decretação de perdimento de bens alcança a pessoa do condenado, até o valor do patrimônio transferido, o patrimônio deixado pelo morto ("de cujus") (CF, art. 5º, inciso XLV).

b) errado – excepcionalmente, o civilmente identificado poderá ser obrigado a se submeter à identificação criminalmente. A lei dirá em que hipóteses essa identificação deverá ocorrer (CF, art. 5º, inciso LVIII).

c) errado – a CF, no art. 5º, inciso XXV, determina expressamente que, neste caso, a indenização ocorrerá por força do dano, mas não do uso.

d) errado – a garantia do "habeas data" se presta também a retificação de dados sobre o autor da ação (CF, art. 5º, inciso LXXII).

e) correto – a CF, no art. 5º, inciso LXXVIII, incluído na Constituição por meio da EC 45, assegura o direito individual fundamental, de pessoa física e jurídica, à duração razoável de processo administrativo e judicial, assim como meios que assegurem essa celeridade.

96. (CESPE – DP/SE - 2005) Julgue os itens a seguir.

1. Tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos são incorporados automaticamente como normas constitucionais e, a partir de então, passam a constituir *cláusulas pétreas*.
2. O direito constitucional do preso, ou do investigado, à assistência de advogado não se estende ao inquérito. Dessa forma, o defensor ou advogado não pode, em regra, ter acesso aos autos do inquérito, quando em curso na delegacia.

3. A violabilidade do domicílio é permitida durante o dia, por meio de ordem judicial ou por determinação de comissão parlamentar de inquérito.
4. O direito à assistência jurídica gratuita, nos termos da lei, é garantido apenas a pessoas jurídicas ou aos cidadãos brasileiros.
5. Conforme orientação do STF, a concessão de assistência gratuita a pessoas jurídicas constituídas com o intuito de lucro deve ser precedida de demonstração da qualidade de necessitado, que as impossibilite de arcar com as despesas do processo.
6. A assistência gratuita pode ser concedida em qualquer fase do processo, inclusive em sede de julgamento do recurso especial. No entanto, se o pedido for indeferido na instância ordinária, o tribunal de instância especial não poderá apreciá-lo, por tratar-se de reexame de provas.

↳*Resposta:*

1) errado – a CF, no art. 5º, § 3º, só autoriza que os tratados e convenções definidores de direitos humanos tenham força de emenda constitucional se forem aprovados por no mínimo três quintos, duas vezes em cada uma das casas do Congresso Nacional.

2) errado – a CF, no art. 5º, incisos LXIII e LXXIV e o STF, na súmula vinculante nº 14, asseguram a assistência de um advogado, inclusive gratuitamente se comprovada insuficiência de recursos, que terá acesso ao inquérito.

3) errado – CPI não tem poder para autorizar a violação de domicílio, nem por permissão constitucional (CF, art. 5º, inciso XI), nem por entendimento jurisprudencial do STF.

4) errado – de acordo com o STF, também o estrangeiro que se encontra no Brasil tem direito à assistência jurídica gratuita, se comprovada a insuficiência de recursos (CF, art. 5º, inciso LXXIV).

5) correto – as pessoas jurídicas têm que demonstrar a insuficiência de recursos desde logo, através, por exemplo, de pedido de insolvência, concordata ou falência.

6) errado – ainda que um juízo negue o pedido de assistência gratuita, nada impede que um tribunal defira o pedido.

97. (FCC - BACEN - 2006) No que tange aos direitos e garantias individuais, a Constituição Federal:

a) apresenta um rol não taxativo, tendo em vista, sobretudo, o regime e os princípios por ela adotados e os compromissos decorrentes de tratados internacionais.
b) dota as normas definidoras desses direitos e garantias de aplicabilidade diferida e eficácia contida.
c) proíbe as penas infamantes e degradantes, vedando completamente o banimento, a prisão perpétua e a pena de morte.
d) inclui o direito à moradia, ao lazer, à previdência social, à educação e ao meio ambiente, por se tratarem de direitos que só podem ser gozados individualmente.
e) equipara o direito de petição e o direito de certidão, já que ambos são oponíveis aos Poderes Públicos, condicionando-os ao pagamento das taxas respectivas.

Resposta:

a) correto – de acordo com o art. 5º, § 2º, da CF, os direitos e garantias (individuais, coletivos, sociais, à nacionalidade, políticos e partidos políticos) previstos na Constituição brasileira não excluem outros previstos fora dela.

"rol não taxativo" significa dizer que a CF, ao enumerar os direitos e garantias, não o faz de forma completa, admitindo a existência de outros além daqueles nela listados.

b) errado – a CF determina em seu art. 5º, § 1º, que as normas definidoras de direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata. Por outro lado, essas normas podem ser de eficácia plena, contida e limitada. Cabe lembrar que as normas constitucionais de eficácia plena e contida, por dispensarem a atuação dos Poderes Públicos, são autoexecutáveis, com aplicabilidade direta e imediata. Por outro lado, as normas constitucionais de eficácia limitada não são autoexecutáveis, e, por este motivo, têm aplicabilidade indireta e mediata.

c) errado – de acordo com o art. 5º, inciso XLVII, alínea a, a pena de morte é proibida em tempo de paz, podendo vir a ser adotada em tempo de guerra declarada pelo Presidente da República, em caso de agressão estrangeira (arts. 84, inciso XIX, e 49, inciso II). As penas previstas nas demais alíneas são absolutamente proibidas (caráter perpétuo, trabalhos forçados, banimento e cruéis). Essas proibições visam a proteger a pessoa humana e são "cláusulas pétreas" expressas (art. 60, § 4º, inciso IV).

d) errado – os direitos à moradia, ao lazer, à previdência social, à educação e ao meio ambiente são considerados direitos sociais fundamentais (art. 6º), e não direitos individuais.

e) errado – os direitos de petição (art. 5º, inciso XXXIV, alínea a) e obtenção de certidões para a defesa de direitos ou esclarecimento de situações de interesse pessoal (art. 5º, inciso XXXIV, alínea b), são isentos de pagamento de taxa.

98. (ESAF - TRF - 2006) Sobre direitos e deveres individuais e coletivos, marque a única opção correta.

a) No texto constitucional brasileiro, o direito de reunião pacífica, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, não sofre qualquer tipo de restrição.
b) O ingresso na casa, sem consentimento do proprietário, só poderá ocorrer em caso de flagrante delito ou desastre ou, durante o dia, para a prestação de socorro.
c) Segundo a Constituição Federal de 1988, a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio permanente para sua utilização, bem como proteção às criações industriais e à propriedade das marcas.
d) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, sendo assegurada ao proprietário, nos termos da Constituição Federal, a indenização pelo uso, independentemente de dano.
e) Nos termos da Constituição Federal, as entidades associativas têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente, apenas quando expressamente autorizadas.

Resposta:

a) errado – o direito coletivo de reunião (para o doutrinador José Afonso da Silva, seria um direito individual de expressão coletiva), previsto no art. 5º, inciso XVI, da CF, pode sofrer restrições se: 1) não houver prévio aviso à autoridade competente, 2) impedir o exercício desse direito por outros que avisaram anteriormente, 3) o decreto de Estado de Defesa assim determinar (art. 136, § 1º, inciso I, alínea a) e 4) o decreto de Estado de Sítio determinar a sua suspensão do exercício desse direito (art. 139, inciso IV).

Por força das restrições cabíveis por decreto presidencial, quando da decretação do Estado de Defesa e Estado de Sítio, a norma constitucional que reconhece o direito de reunião é de eficácia contida.

b) errado – a CF reconhece a possibilidade de violação de domicílio em duas hipóteses: no art. 5º, inciso XI, (em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial) e no art. 139, V (quando da decretação do Estado de Sítio).

c) errado – de acordo com o art. 5º, do inciso XXIX, este privilégio será temporário (e não permanente).

d) errado – a requisição da propriedade privada, prevista no art. 5º, inciso XXV, da CF, prevê a possibilidade de indenização ulterior em caso de dano, mas não pelo uso.

e) correto – de acordo com o art. 5º, inciso XXI.

99. (ESAF - TRF - 2006) Sobre direitos e deveres individuais e coletivos, marque a única opção correta.

a) Nos termos da Constituição Federal, não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.
b) Estabelece a Constituição Federal que não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento escusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel.
c) Com relação ao direito, a todos assegurado, de não ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei, o sentido do termo “lei” é restrito, não contemplando nenhuma outra espécie de ato normativo primário.
d) A Constituição Federal, como estímulo para que qualquer cidadão proponha ação popular visando a anular ato lesivo ao patrimônio público, estabelece que essa ação é isenta de custas e, em nenhuma hipótese, poderá haver condenação do autor no ônus da sucumbência.
e) Nos termos da Constituição Federal, conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo de uma pessoa de permanecer em determinado local, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público.

Resposta:

a) correto – assim determina a CF, no art. 5º, inciso LII.

b) errado – a CF, no art. 5º, inciso LVII, o inadimplemento (não pagamento, mora) tem que ser inescusável (indesculpável), e não escusável (desculpável).

c) errado – recai sobre o art. 5º, inciso II, o princípio da legalidade, o que significa dizer que só a "lei" pode definir direitos e obrigações. O sentido da palavra "lei" é amplo, alcançando as normas primárias em geral: lei ou ato normativo assemelhado (no sentido material ou formal).

Diversamente do princípio da legalidade, o princípio da reserva legal determina que a regulamentação de determinadas matérias só possa ocorrer por meio de lei no sentido formal (emenda constitucional, lei complementar, lei ordinária, decreto legislativo, resolução legislativa e, para alguns autores, lei delegada).

d) errado – o art. 5º, inciso LXXIII, determina que a ação popular seja, regra geral, gratuita em relação às despesas processuais. Mas, se caracterizada a má-fé do autor, se tornará onerosa.
e) errado – o direito de uma pessoa permanecer em determinada localidade dentro do território nacional pode ser garantido através da ação judicial de "habeas corpus" (art. 5º, inciso LXVIII).

100. (ESAF - TRF - 2006) Sobre direitos e deveres individuais e coletivos, marque a única opção correta.

a) A impossibilidade de concessão de fiança para indiciados em crimes de tortura implica que esse indiciado não poderá responder ao processo judicial em liberdade.
b) A proteção da honra, prevista no texto constitucional brasileiro, que se materializa no direito a indenização por danos morais, aplica-se apenas à pessoa física, uma vez que a honra, como conjunto de qualidades que caracterizam a dignidade da pessoa, é qualidade humana.
c) A doutrina e a jurisprudência reconhecem que a igualdade de homens e mulheres em direitos e obrigações, prevista no texto constitucional brasileiro, é absoluta, não admitindo exceções destinadas a compensar juridicamente os desníveis materiais existentes ou atendimento de questões socioculturais.
d) A competência da União para legislar sobre as condições para o exercício de profissões é uma restrição à liberdade de ação profissional.
e) Nos termos definidos na Constituição Federal, a objeção de consciência, que pode ser entendida como impedimento para o cumprimento de qualquer obrigação que conflite com crenças religiosas e convicções filosóficas ou políticas, não poderá ser objeto de nenhuma espécie de sanção sob a forma de privação de direitos.

Resposta:
a) errado – de acordo com o STF, "aos acusados pela prática de crimes hediondos é vedada a liberdade provisória, nos termos do inciso II do art. 2º da Lei n. 8.072/90. Dispositivo que dá concretização ao mandamento constitucional do inciso XLIII do art. 5º, no sentido de serem inafiançáveis os crimes hediondos e o tráfico ilícito de entorpecentes." (HC 89.286, Rel. Min. Carlos Britto, julgamento em 15-8-06, DJ de 27-4-07). Mas poderá ser concedida a liberdade se houver ilegalidade na prisão, tal como não estar sendo assegurado ao preso a sua integridade física ou moral (CF, art. 5º, incisos XLIX e LXVI).
b) errado – o Supremo Tribunal Federal já decidiu reiteradas vezes, firmando jurisprudência neste sentido, que pessoa jurídica de direito público ou privado também tem direito constitucional à honra e é cabível que o lesado reclame indenização por dano moral.

c) errado – os direitos fundamentais individuais, apesar de serem imprescritíveis, inalienáveis e irrenunciáveis, são relativos, encontrando limites em outros direitos. A partir desse entendimento jurisprudencial do STF, é possível dar um tratamento desigual aos desiguais, na medida dessa desigualdade, inclusive no que se refere aos direitos e obrigações em relação aos sexos. A própria CF dispensa tratamento diferenciado quando dispõe, por exemplo, no art. 7º, inciso XX a "proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei".

d) correto – a norma constitucional prevista no art. 5º, inciso XIII, é de eficácia contida, pois admite a restrição do alcance da norma por ato dos Poderes Públicos.

e) errado – de acordo com a CF, no art. 5º, inciso VIII, "ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei" e, consequentemente, poderá ser privado de direitos políticos, conforme o art. 15, inciso IV.

101. (FCC – BACEN – 2006) *Habeas data* impetrado contra ato de Presidente do Tribunal de Contas da União deve ser processado e julgado originariamente pelo:

a) próprio Tribunal de Contas da União.
b) Supremo Tribunal Federal.
c) Superior Tribunal de Justiça.
d) Tribunal Regional Federal.
e) juiz federal de primeira instância.

↳*Resposta:*

A opção correta é a letra b, de acordo com a CF, art. 102, inciso I, alínea d.

102. (ESAF – AFRF – 2005) Sobre os direitos e garantias individuais e coletivos, na Constituição de 1988, marque a única opção correta.

a) Em face da liberdade de associação para fins lícitos, as associações só poderão ter suas atividades suspensas por decisão judicial transitada em julgado.
b) Nos termos da Constituição Federal, toda desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, dar-se-á mediante justa e prévia indenização em dinheiro.
c) Segundo a Constituição Federal, os atos necessários ao exercício da cidadania serão gratuitos, na forma da lei.
d) Havendo cônjuge ou filhos brasileiros, a sucessão de bens de estrangeiros situados no Brasil será sempre regulada pela lei brasileira.
e) Segundo a Constituição Federal, a todos é assegurado o direito de obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal, independentemente do pagamento de taxas, salvo nas hipóteses que a lei o exigir.

Resposta:

a) errado – o reconhecimento da liberdade de associação se encontra previsto no art. 5º, inciso XVII. Por outro lado, as atividades de uma associação poderão ser compulsoriamente suspensas por decisão judicial, ainda que não transitada em julgado, exigindo-se esta para a sua dissolução (art. 5º, inciso XIX).

b) errado – segundo a CF, é possível a desapropriação (sanção ou punição) por interesse social com indenização através de título de dívida pública (imóvel urbano, art. 182, § 4º, inciso III) ou título de dívida agrária (imóvel rural, art. 184, "caput"). A CF prevê a expropriação ou confisco sem qualquer indenização, nas hipóteses do art. 243, "caput" e parágrafo único.

c) correto – conforme o art. 5º, inciso LXXVII.

d) errado – trata-se de hipótese de aplicação do princípio da extraterritorialidade da lei, ou seja, a utilização de lei estrangeira pessoal do falecido quando este deixar bens no território brasileiro e filhos e/ou cônjuge brasileiros como seus sucessores (art. 5º, inciso XXXI).

e) errado – este direito será exercido independentemente de pagamento de taxas, sem exceções (art. 5º, inciso XXXIV, b). Lei não poderá restringir essa norma, pois se trata de norma constitucional de eficácia plena, e não contida.

103. (ESAF – AFC/CGU – 2006) Sobre direitos e garantias fundamentais, na Constituição Federal de 1988, assinale a única opção correta.

a) A liberdade de associação para fins lícitos é plena, não tendo nenhuma restrição no texto constitucional.
b) A Constituição Federal reconhece a instituição do júri, assegurado-lhe a imutabilidade dos seus veredictos.
c) A Constituição Federal veda a identificação criminal do civilmente identificado.
d) A lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio apenas temporário para sua utilização.
e) O exercício do direito de petição aos Poderes Públicos, independentemente de taxas, para defesa de direitos, depende, nos termos constitucionais, de disciplina legal.

Resposta:

a) errado – de acordo com o art. 5º, inciso XVII, a liberdade de associação é plena desde: 1) tenha fins lícitos e 2) não tenha caráter paramilitar (por exemplo, a formação de milícias a partir de associações de moradores de bairro).

b) errado – a CF, no art. 5º, inciso XXXVIII, reconhece a instituição do Tribunal do Júri, com a organização que lhe der a lei, se tratando de norma constitucional de eficácia limitada. O art. 593, inciso III, do Código de Processo Penal, que regulamenta essa norma constitucional prevê que cabe apelação contra o julgamento perante o Júri, quando a decisão dos jurados for manifestamente contrária à prova dos autos. Portanto, a decisão do Júri não é imutável.

c) errado – a norma constitucional prevista no art. 5º, inciso LXVII, da CF, ("o civilmente identificado não será submetido à identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei") é de eficácia contida, podendo a lei restringir o direito ao exigir a identificação criminal em certas hipóteses.

d) correto – art. 5º, inciso XXIX.

e) errado – o art. 5º, inciso XXXIV, alínea a, prevê uma norma constitucional de eficácia plena, portanto não necessita de regulamentação e se esta ocorrer, não pode ter caráter restritivo.

104. (ESAF – AFC/CGU – 2006) Sobre direitos e garantias fundamentais, na Constituição Federal de 1988, assinale a única opção correta.

a) Nos termos da Constituição Federal, a lei não poderá restringir a publicidade dos atos processuais.
b) Nos termos da Constituição Federal, o piso salarial deverá ser proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.
c) É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical, permanecendo a estabilidade provisória até um ano após o pleito, caso ele não seja eleito.
d) A legalidade do exercício do direito de greve pelo trabalhador, nos termos da Constituição Federal, é aferida em face do período de dissídio da categoria.
e) A Constituição Federal proíbe, sob qualquer modalidade, o trabalho do menor de dezesseis anos.

↳*Resposta:*

a) errado – a CF permite a restrição dos atos processuais quando for para proteger a intimidade da parte ou o interesse social exigir, por meio de lei (arts. 5º, inciso LX e 93, inciso IX). Trata-se, portanto, de uma norma de eficácia contida.

b) correto – art. 7º, inciso V.

c) errado – o art. 8º, inciso VIII, determina que "é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei". O candidato a cargo eletivo sindical pode ser despedido após as eleições se: 1) não for eleito ou 2) eleito, cometer falta grave. Cabe lembrar que esta norma é de eficácia contida, portanto lei pode restringir esta estabilidade temporária em razão do cometimento de falta grave.

d) errado – de acordo com o art. 9º, "caput", que dispõe sobre o direito de greve do trabalhador assalariado, regulado pela CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), cabe ao trabalhador decidir sobre a oportunidade de exercer este direito e os interesses que deva por meio dele defender. Mas cabe ressaltar que, por se tratar de uma norma de eficácia contida, lei pode restringir este direito no que tange aos serviços e atividades essenciais (art. 9º, § 1º). O não atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade pode ser determinante para a ilegalidade da greve.

e) errado – a CF autoriza, no art. 7º, inciso XXXIII, determina a "proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos". Portanto, o menor de dezesseis anos pode trabalhar na condição de aprendiz.

105. (ESAF – AFRF – 2005) Sobre a tutela constitucional das liberdades, marque a única opção correta.

a) Uma organização sindical, desde que em funcionamento há pelo menos um ano, poderá impetrar mandado de segurança coletivo em defesa de seus membros ou associados.
b) Como definido no texto constitucional, o *habeas corpus* poderá ser utilizado para fazer cessar coação à liberdade de locomoção promovida por ato ilegal de particular.
c) O ajuizamento da ação de *habeas data*, por ter as hipóteses de cabimento previstas no texto constitucional, dispensa a comprovação da negativa administrativa de fornecimento de informações relativas à pessoa do impetrante ou retificação de dados.
d) Quanto aos efeitos do mandado de injunção, a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal filia-se à corrente concretista individual direta.
e) A ação popular, por ter a possibilidade de condenação no ônus da sucumbência no caso de comprovada má-fé, não pode ser proposta por brasileiro com dezessete anos de idade, ainda que ele tenha realizado seu alistamento eleitoral.

↳Resposta:

a) errado – o entendimento da doutrina é divergente no sentido de que só as associações têm que estar em funcionamento há pelo menos um ano ou se também os sindicatos. Mas o entendimento do STF é no sentido de que o sindicato não necessita deste requisito para impetrar mandado de segurança coletivo (art. 5º, inciso LXX) a favor de seus membros. Como exemplo, é possível citar a decisão deste Tribunal no recurso extraordinário nº. 198.919, em que o Ministro Relator foi Ilmar Galvão: "Legitimidade do sindicato para a impetração de mandado de segurança coletivo independentemente da comprovação de um ano de constituição e funcionamento" (julgamento em 15-6-99, publicado em 24-9-99).

b) correto – de acordo com o art. 5º, inciso XV.

c) errado – a CF prevê a garantia judicial de "habeas data" no art. 5º, inciso LXXII para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público e para a retificação de dados. Por outro lado, a lei 9507, de 12/11/1997, exige uma tentativa administrativa antes de se tentar judicialmente, o que de acordo com o STF, não ofende o princípio do livre acesso ao Poder Judiciário, previsto no art. 5º, inciso XXXV.

d) correto – de acordo com o novo entendimento do STF, a procedência da ação judicial de mandado de injunção (art. 5º, inciso LXXI) autoriza ao tribunal julgador assegurar o direito até que ocorra a expedição de ato administrativo ou a elaboração de lei.

O STF admitiu a possibilidade de estender a legislação relativa ao direito de greve do trabalhador celetista (regulado pela CLT) ao servidor público estatutário (regulado pelo Estatuto do servidor público), o que não significa que o STF tenha legislado, pois a lei já existia.

Em outra decisão judicial, o STF determinou prazo para o legislador quando da ocorrência de mora legislativa, já que a CF só define prazo para órgão administrativo (trinta dias), nos termos do art. 103, § 2º.

e) errado – de acordo com a doutrina, os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos não se encontram impedidos para propor ação popular, se alistados eleitoralmente, ainda que relativamente incapazes pela lei civil (se não emancipados).

106. (UnB/CESPE – PGE/PA – 2007) Em relação à administração pública e aos direitos e garantias fundamentais, assinale a opção correta.

a) Servidor detentor de cargo efetivo de agente administrativo, no âmbito da administração direta, não está impedido, pelo texto constitucional, de acumular esse cargo com emprego público no âmbito da administração indireta, como, por exemplo, em uma subsidiária de empresa pública.
b) Para o STF, o dispositivo constitucional que assegura a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação, não se aplica na hipótese de publicação não autorizada de imagens de artistas consagrados em revistas.
c) O STF entende como ilegítima a utilização de ação civil pública como instrumento de controle difuso de constitucionalidade, por usurpação de sua competência, mesmo se a questão constitucional posta em discussão for apenas prejudicial à resolução do litígio principal.
d) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político, desde que esse partido tenha representação no Congresso Nacional.

↳*Resposta:*

a) errado – encontra-se impedido nos termos do art. 37, incisos XVI e XVII.

b) errado – de acordo com o STF, "para a reparação do dano moral não se exige a ocorrência de ofensa à reputação do indivíduo. O que acontece é que, de regra, a publicação da fotografia de alguém, com intuito comercial ou não, causa desconforto, aborrecimento ou constrangimento, não importando o tamanho desse desconforto, desse aborrecimento ou desse constrangimento. Desde que ele exista, há o dano moral, que deve ser reparado, manda a Constituição, art. 5º, X." (recurso extraordinário nº. 215.984, Relator Min. Carlos Velloso, julgamento em 4-6-02)".

c) errado – ao contrário, a ação civil pública (art. 129, inciso III), de acordo com o STF é apta para se questionar, em concreto, a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, com o efeito "inter-partes".

A expressão "inter-partes" significa que a decisão alcança apenas as pessoas envolvidas, "erga-omnes" significa que a decisão alcança toda a sociedade.

d) correto – de acordo com o art. 5º, inciso LXX, alínea a. É importante lembrar que o STF, a partir de agosto de 2004, vem reconhecendo legitimidade ativa ao partido político, mesmo que após a impetração do mandado de segurança coletivo ele venha a perder representação no Congresso Nacional.

Caso o partido político objetive proteger o seu direito líquido e certo (do próprio partido político, na condição de pessoa jurídica), ele poderá ingressar com mandado de segurança individual (art. 5º, inciso LXIX). Neste caso o partido político não tem que ter representação no Congresso Nacional.

107. (FCC – TCE/CE – 2006) Caso a autoridade competente não forneça, no prazo legal, certidão de que precise certa associação para poder exercer seu direito à imunidade tributária, a associação poderá ajuizar, visando a obtenção da referida certidão:

a) *habeas data*.
b) mandado de injunção individual.
c) mandado de injunção coletivo.
d) mandado de segurança individual.
e) mandado de segurança coletivo.

Resposta:

A resposta correta é a letra d, porque a associação busca defender o seu próprio direito líquido e certo,e não dos associados (art. 5º, inciso LXIX).

108. (CESPE/UnB – Oficial de Justiça/RR – 2006) Acerca dos direitos fundamentais previstos constitucionalmente, assinale a opção correta.

a) As violações a direitos fundamentais ocorrem somente no âmbito das relações entre o cidadão e o Estado, não ocorrendo, portanto, nas relações entre pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas de direito privado.
b) Os direitos e as garantias individuais têm caráter absoluto devido a seu elevado grau de importância no sistema constitucional.
c) Segundo a Constituição Federal, o exercício das liberdades públicas não pode ser condicionado.
d) Na Constituição Federal, foram estabelecidos direitos tanto individuais quanto de grupos sociais.

Resposta:

a) errado – de acordo com o STF e a doutrina, os direitos fundamentais, especialmente os individuais provocam efeitos verticais (obrigação dos Poderes Públicos de respeitarem esses direitos ao se relacionarem com os particulares) e efeitos horizontais (obrigação dos particulares (pessoas físicas ou jurídicas) de respeitaram esses direitos nas relações interprivadas).

Assim o STF decidiu: "Eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas: as violações a direitos fundamentais não ocorrem somente no âmbito das relações entre o cidadão e o Estado, mas igualmente nas relações travadas entre pessoas físicas e jurídicas de direito privado" (recurso extraordinário nº. 201.819, Relator Ministro Gilmar Mendes, julgamento em 11-10-05).

b) errado – os direitos fundamentais encontram limites entre si. Portanto, não são absolutos, mas relativos; não são ilimitados, mas limitados. A doutrina reconhece a aplicação da "teoria das limitações recíprocas", ou seja, os direitos fundamentais encontram limites em outros direitos, e a aparente colisão de direitos se resolve através da "teoria da ponderação de valores".

c) errado – chamamos liberdades públicas os direitos fundamentais individuais. Estes direitos se encontram previstos em normas constitucionais de eficácia plena, contida ou limitada. Quando previstos em normas constitucionais de eficácia contida, podem sofrer restrições por atos dos Poderes Públicos

(condicionados) desde que sem excessos, ou seja, desde que a restrição não seja de tal monta a ponto de impedir o exercício do direito previsto na norma ou tornar quase impossível o seu exercício.
d) correto – a CF reconhece direitos individuais, coletivos e sociais fundamentais, entre outros.

109. (CESPE/UnB – Oficial de Justiça/RR – 2006) Assinale a opção que está em consonância com a interpretação que o Supremo Tribunal Federal (STF) tem dado aos direitos fundamentais.

a) É constitucional provimento judicial que, em ação civil de investigação de paternidade, implique determinação no sentido de o réu ser conduzido ao laboratório, "debaixo de vara", para coleta do material indispensável à realização do exame de DNA.
b) A adoção, pelo poder público, do critério fundado na idade do candidato importa em ofensa ao postulado fundamental da igualdade, se a esse tratamento diferenciado instituído pelo legislador não corresponder motivo bastante que o justifique lógica e racionalmente.
c) O postulado constitucional do devido processo legal, em sua destinação jurídica, não está vocacionado à proteção da propriedade.
d) O princípio da isonomia, que se reveste de autoaplicabilidade, é suscetível de regulamentação ou de complementação normativa.

↳*Resposta:*
a) errado – de acordo com o STF, é inconstitucional obrigar uma pessoa a fazer exame de sangue, por ofensa, entre outros princípios, a intangibilidade do corpo humano. Neste sentido, a decisão ora transcrita: "discrepa, a mais não poder, de garantias constitucionais implícitas e explícitas — preservação da dignidade humana, da intimidade, da intangibilidade do corpo humano, do império da lei e da inexecução específica e direta de obrigação de fazer — provimento judicial que, em ação civil de investigação de paternidade, implique determinação no sentido de o réu ser conduzido ao laboratório, "debaixo de vara", para coleta do material indispensável à feitura do exame DNA. A recusa resolve-se no plano jurídico-instrumental, consideradas a dogmática, a doutrina e a jurisprudência, no que voltadas ao deslinde das questões ligadas à prova dos fatos." (Habeas Corpus nº. 71.373, Relator Ministro Marco Aurélio, julgamento em 10-11-94, DJ de 22-11-96). No mesmo sentido: Habeas Corpus nº. 76.060, Relator Ministro Sepúlveda pertence, julgamento em 31-3-98, DJ de 15-5-98.
b) correto – a CF reconhece a igualdade jurídica (art. 5º, "caput"), e admite que ocorra um tratamento diferenciado (em relação à idade, altura, sexo, etc.) junto aos poderes Públicos, quando da contratação, se a natureza do cargo exigir (art. 39, § 3º).
Em relação ao tratamento diferenciado em relação à idade, o STF tem a súmula nº. 683, neste sentido: "O limite de idade para a inscrição em concurso público só se legitima em face do art. 7º, XXX, da Constituição, quando possa ser justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido".
c) errado – o princípio do devido processo legal abrange a proteção ao direito de propriedade, conforme se depreende do art. 5º, inciso LIV, da CF: "ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal".
d) errado – o princípio da isonomia é de eficácia plena e, portanto, autoexecutável. Pode ser regulamentado pelo Poder Público, mas não necessita. Por outro lado, não pode ser regulamentado de forma restritiva.

110. (CESPE/UnB – Oficial de Justiça/RR – 2006) O princípio da legalidade é corolário dos direitos e deveres individuais e coletivos. Acerca desse princípio, assinale a opção incorreta.

a) O princípio da reserva de lei atua como limitação constitucional ao poder do Estado.
b) Nenhum ato regulamentar pode criar obrigações ou restringir direitos, sob pena de incidir em violação constitucional do âmbito de atuação material da lei em sentido formal.
c) O ato que viola o princípio da legalidade fica sujeito ao controle jurisdicional e viabiliza, em alguns casos, o exercício, pelo Congresso Nacional, da competência extraordinária que lhe permite sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar.
d) O princípio constitucional da reserva de lei formal é uma limitação ao exercício das atividades administrativas do Estado, mas não, às atividades jurisdicionais.

↳*Resposta:*

a) correto – o Poder Público é obrigado a respeitar os limites que a lei lhe impõe.

b) correto – de acordo com a CF, só lei ou ato normativo assemelhado à lei pode reconhecer direitos e impor obrigações (art. 5º, inciso II). Norma secundária, salvo decreto autônomo, não pode inovar o ordenamento jurídico, mas dar execução à lei ou a outro ato regulamentar.

c) correto – o Poder Judiciário pode, e deve exercer o controle da legalidade e da constitucionalidade em relação aos atos dos Poderes Públicos. Por outro lado, o Poder Legislativo também pode exercer o controle da legalidade, conforme dispõe a CF, no art. 49, inciso V, se utilizando de um decreto legislativo (art. 59, inciso VI) para sustar ato normativo que exorbite do poder regulamentar.

d) errado – a lei impõe limites aos Poderes Públicos, sejam eles Legislativo, Executivo ou Judiciário.

111. (FCC – Auditor- Fiscal Tributário Municipal/SP – 2007) Dispõem os artigos 1º e 3º da Lei nº. 9296, de 1996:

"Art. 1º. A interceptação de comunicações telefônicas, de qualquer natureza, para prova em investigação criminal e em instrução processual penal, observará o disposto nesta Lei e dependerá de ordem do juiz, da ação principal, sob segredo de justiça."

"Art. 3º. A interceptação das comunicações poderá ser determinada pelo juiz, de ofício ou a requerimento:

I. da autoridade policial, na investigação criminal;

II. do representante do Ministério Público, na investigação criminal e na instrução processual penal."

Os dispositivos legais acima transcritos são:

a) integralmente incompatíveis com a garantia constitucional da inviolabilidade das comunicações telefônicas.
b) o primeiro, compatível com a garantia constitucional da inviolabilidade das comunicações telefônicas, e o segundo, com ela incompatível, no que se refere à possibilidade de determinação pelo juiz de ofício, da interceptação.
c) o segundo, compatível com a garantia constitucional da inviolabilidade das comunicações telefônicas, e o primeiro, com ela incompatível, relativamente à tramitação da interceptação em segredo de justiça.

d) incompatíveis com a garantia constitucional da inviolabilidade das comunicações telefônicas, relativamente à interceptação prevista para fins de investigação criminal.
e) compatíveis com a garantia constitucional da inviolabilidade das comunicações telefônicas.

Resposta:

A resposta correta é a opção e, porque as disposições previstas na lei restritiva do direito à inviolabilidade da comunicação telefônica se encontram de acordo com a CF, no art. 5º, inciso XII.

112. (FCC – Auditor- Fiscal Tributário Municipal/SP – 2007) Segundo a Constituição, é característica comum à ação popular e a ação civil pública:

a) o rol de legitimados para sua propositura.
b) a obrigatoriedade de intervenção do órgão competente do Ministério Público no feito, nas hipóteses em que não for o autor da ação.
c) a legitimação passiva exclusiva de autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público.
d) terem por objeto a tutela do patrimônio público e do meio ambiente.
e) a isenção do autor no pagamento de custas e ônus as sucumbência, na hipótese de improcedência da ação.

Resposta:

a) errado – em relação à ação popular (art. 5º, inciso LXXIII), só o cidadão (art. 5º, § 1º, incisos I e II) tem legitimidade ativa. Por outro lado, é legitimado ativo na ação civil pública um rol bastante extenso: Ministério Público, Defensoria Pública, União, Estados, Municípios, autarquia, empresa pública, fundação, sociedade de economia mista ou por associação que esteja constituída há pelo menos um ano, nos termos da lei civil e inclua entre suas finalidades institucionais a proteção ao meio ambiente ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência, ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

b) errado – a lei regulamentadora da ação popular prevê expressamente que "o Ministério Público acompanhará a ação, cabendo-lhe apressar a produção da prova e promover a responsabilidade, civil ou criminal, dos que nela incidirem, sendo-lhe vedado, em qualquer hipótese, assumir a defesa do ato impugnado ou dos seus autores" (Lei nº. 4717 art. 6º, § 4º). Por outro lado, a lei regulamentadora da ação civil pública prevê expressamente que "o Ministério Público, se não intervier no processo como parte, atuará obrigatoriamente como fiscal da lei" (Lei nº. 7.347, art. 5º, §1º). Portanto a intervenção autorizada na ação civil pública é vedada na ação popular.

c) errado – é assegurada a legitimidade passiva ao particular tanto na ação popular, quanto na ação civil pública.

d) correto – conforme o art. 5º, inciso LXXIII e o art. 129, inciso III, ambos da CF.

e) errado – é possível, ainda que excepcionalmente, que o autor (cidadão) na ação popular quanto na ação civil pública (associação), se comprovada a má-fé, tenha que arcar com o ônus da sucumbência, ou seja, as despesas processuais e os honorários do advogado da parte ré.

113. (ESAF - Analista Contábil-Financeiro – SEFAZ/CE – 2007) Sobre os direitos e garantias fundamentais, assinale a única opção correta.

a) A Constituição Federal de 1988 estabeleceu cinco espécies de direitos e garantias fundamentais: direitos e garantias individuais e coletivos; direitos sociais; direitos de nacionalidade; direitos políticos; e direitos relativos à existência e funcionamento dos partidos políticos.
b) Os dispositivos relativos aos direitos e garantias individuais, por se constituírem *cláusulas pétreas*, não podem sofrer modificações que lhe alterem a substância. Mesmo *status* não foi conferido aos direitos sociais, que podem ser objeto de emenda à Constituição, tendente à sua abolição.
c) A Constituição Federal de 1988 garante apenas aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à propriedade. Nesse sentido, a autoridade policial poderá determinar o ingresso em imóvel de estrangeiro, que não resida do País, sem que sejam observadas as limitações constitucionais.
d) O princípio da legalidade, consagrado na Constituição Federal de 1988, estabelece que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei. Logo, no Sistema Constitucional pátrio, não é possível a edição, pelo Chefe do Poder Executivo, de decreto autônomo.
e) De acordo com a Constituição Federal de 1988, deve o Poder Público proporcionar a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva, contribuindo, inclusive, com recursos materiais e financeiros.

Resposta:

a) correto – de acordo com a CF, nos arts. 5º ao 17.

b) errado – os direitos e garantias fundamentais individuais não podem ser abolidos (art. 5º, § 4º, inciso IV), mas podem ser alterados no sentido de ampliar esses direitos. A Emenda Constitucional nº. 45 definiu um novo direito no art. 5º, inciso LXXVIII. Por outro lado, a doutrina majoritária não tem reconhecido aos direitos sociais a condição de "cláusulas pétreas".

c) errado – o entendimento jurisprudencial do STF e doutrinário interpreta de forma extensiva o "caput", do art. 5º, reconhecendo aos estrangeiros residentes ou não residentes, desde que se encontrem no Brasil, os direitos fundamentais, inclusive o direito à privacidade e, mais especificamente, o direito à inviolabilidade de domicílio previsto no art. 5º, inciso XI.

d) errado – é verdade que o princípio da legalidade encontra-se previsto constitucionalmente em vários momentos, como por exemplo, no art. 5º, inciso II. Por outro lado, a CF prevê a possibilidade de edição de decreto autônomo por parte dos respectivos chefes de governo (federal, estadual, distrital e municipal), nos termos do art. 84, inciso VI.

e) errado – a CF reconhece o direito à prestação religiosa aos que dela necessitarem e que se encontrarem em locais de internação coletiva (art. 5º, inciso VII). Entretanto, não há previsão constitucional quanto à obrigação de o Estado arcar com as despesas financeiras.

114. (ESAF - Analista Contábil-Financeiro – SEFAZ/CE – 2007) Sobre os direitos e garantias fundamentais, assinale a única opção correta.

a) A pena de morte, vedada pelo Sistema Constitucional Brasileiro atual, impede que o Poder Legislativo edite lei nesse sentido. Contudo, a Constituição Federal de 1988 prevê que a consulta popular, por meio de plebiscito, poderá autorizar o Congresso Nacional a instituir a referida pena.
b) A pena de caráter perpétuo, vedada pela Constituição Federal de 1988, não impede que o Poder Judiciário condene determinado indivíduo ao cumprimento efetivo de pena que ultrapasse cem anos de prisão.
c) A pena de banimento refere-se à expulsão de estrangeiro do país, nas situações em que cometer infração que atente contra a segurança nacional, a ordem política e social, a tranquilidade ou moralidade pública e a economia popular.
d) No Brasil, não se admite a aplicação de penas cruéis, salvo em caso de guerra declarada pelo Presidente da República, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele.
e) A pena de trabalhos forçados, expressamente rejeitada pela Constituição Federal de 1988, não impede que o preso exerça atividade laboral remunerada e que seja deduzido o período trabalhado da pena remanescente a ser cumprida.

Resposta:

a) errado – a CF proíbe a pena de morte em tempo de paz, o que não impede que o Congresso Nacional venha a instituí-la em tempo de guerra, formalmente declarada pelo Presidente de República (art. 84, inciso XIX). Por se tratar de um direito fundamental, a vedação à pena de morte em tempo de paz é "cláusula pétrea" (art. 60, § 4º, inciso IV), portanto, nem mesmo o povo, demonstrando o desejo em plebiscito, pode contornar essa proibição.

b) errado - a proibição de caráter absoluto da pena de caráter perpétuo, prevista no art. 5º, inciso XLVII, alínea b, impede que o condenado cumpra pena superior a trinta anos, ainda que tenha sido condenado por vários crimes e que as penas somadas totalizem mais do que trinta anos.

c) errado – a pena de banimento, também absolutamente proibida no Brasil (art. 5º, inciso XLVII, alínea d), recai sobre nacional que venha a cometer determinados crimes e tem como punição a sua expulsão do seu próprio país.

d) errado – a pena cruel é absolutamente proibida por expressa previsão constitucional (art. 5º, inciso XLVII, alínea e), inclusive por força do princípio da dignidade da pessoa humana (art. 1º, inciso III) e do direito fundamental de que ninguém será submetido à tortura, nem tratamento desumano ou degradante (art. 5º, inciso III).

e) correto – a CF proíbe a pena de trabalhos forçados, conforme o art. 5º, inciso XLVII, alínea c, o que não impede que o condenado venha a exercer, por vontade própria, uma atividade produtiva.

115. (ESAF - AFRE – SEFAZ/CE – 2007) Sobre a tutela constitucional das liberdades, marque a única opção correta.

a) O mandado de segurança confere aos indivíduos a possibilidade de afastar atos ilegais ou praticados com abuso de direito. Contudo, o remédio constitucional não poderá ser utilizado contra atos vinculados, na medida em que, nessa situação, o agente público que praticou o ato não agiu com liberalidade, mas o praticou em atenção à norma.
b) Ao impetrar mandado de segurança contra lei em tese, o demandante não necessita demonstrar o justo receio de sofrer violação de direito líquido e certo, bastando a indicação, em Juízo, do dispositivo que considera abusivo.
c) É possível a impetração de mandado de segurança contra ato jurisdicional. Todavia, para que seja admitido, deve o impetrante demonstrar, além da violação de direito líquido e certo, a inexistência de recurso com efeito suspensivo e que o provimento do recurso cabível não seria suficiente à reparação do dano.
d) É condição de admissibilidade do mandado de segurança, o exaurimento da via administrativa, haja vista ser temerária à segurança jurídica decisões administrativa e judicial conflitantes.
e) O mandado de segurança coletivo poderá ser interposto por entidade de classe ou associação legalmente constituída, independentemente do prazo de sua constituição e funcionamento, para a defesa de interesses líquidos e certos de seus representados.

Resposta:

a) errado – o ato vinculado é aquele que impõe ao agente público a obrigação de agir, mas se este atuar além ou aquém do que a lei prescreve, cabe mandado de segurança.

b) errado – de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, não cabe mandado de segurança contra lei em tese, o que significa dizer, lei genérica e/ou abstrata (que atinge pessoas indeterminadas, fatos indeterminados e tempo indeterminado).

c) correto – esta afirmativa vem sendo confirmada pelo STF, entendo-se da possibilidade "a contrario sensu" (no sentido contrário):

1) "Se o decreto é, materialmente, ato administrativo, assim de efeitos concretos, cabe contra ele mandado de segurança. Todavia, se o decreto tem efeito normativo, genérico, por isso mesmo sem operatividade imediata, necessitando, para a sua individualização, da expedição de ato administrativo, contra ele não cabe mandado de segurança (STF: Súmula 266)", sendo possível contra lei de efeito concreto;

2) "Não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição (STF: Súmula 267)", sendo possível contra ato judicial que não seja passível de recurso;

3) "Não cabe mandado de segurança contra decisão judicial com trânsito em julgado (STF: Súmula 268)", sendo possível se a ação judicial ainda não transitou em julgado.

d) errado – segundo o STF, ofende o princípio do livre acesso ao Poder Judiciário a exigência de esgotamento na esfera administrativa como requisito para a impetração de uma ação judicial, inclusive para a propositura da ação de mandado de segurança.

e) errado – de acordo com a CF, art. 5º, inciso LXX, o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por uma associação desde que legalmente constituída de acordo com a lei civil e em funcionamento há pelo menos um ano.

116. (FCC – TJ/AL – 2007) Considere as seguintes afirmações sobre a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acerca das garantias constitucionais de tutela das liberdades e instrumentos assemelhados:

I. A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados independente da autorização destes.

II. Entidades sindicais não possuem legitimidade ativa para a impetração, em favor de seus membros ou associados, de mandado de injunção coletivo.

III. O Ministério Público possui, em regra, legitimidade para a propositura de ação civil pública que tenha por fundamento a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, operando-se nesta sede controle *incidenter tantum* de constitucionalidade.

Diante dessas afirmações, tem-se que somente:

a) I e II são verdadeiras.
b) I e III são verdadeiras.
c) II e III são verdadeiras.
d) II é verdadeira.
e) III é verdadeira.

Resposta:

I. correto – cabe lembrar que enquanto a representação (art. 5º, inciso XXI) depende de autorização expressa e, de acordo com o STF, específica, a substituição processual não necessita de autorização do titular do direito reclamado, bastando a autorização legal ou constitucional (como é o caso de, por exemplo, o mandado de segurança coletivo).

II. errado – a doutrina e o STF reconhecem a existência implícita da garantia constitucional da ação de mandado de injunção coletivo, e a legitimação ativa coincide com a do mandado de segurança coletivo.

III. correto – a garantia constitucional da ação civil pública, prevista na CF, art. 129, inciso III, pode ser utilizada para se arguir a inconstitucionalidade incidental.

Está correta a opção b.

117. (ESAF - AFRE – SEFAZ/CE – 2007) Sobre os direitos e garantias fundamentais, assinale a única opção correta.

a) O indivíduo poderá se negar à prestação do serviço militar obrigatório, mesmo em tempo de guerra, alegando escusa de consciência (convicção filosófica). Todavia, não poderá se negar à prestação de atividade alternativa legalmente definida.
b) A Constituição Federal de 1988 assegura o direito de reunião pacífica em locais públicos, independentemente de autorização, condicionado, entretanto, ao aviso prévio à autoridade

competente e desde que não frustre outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.

c) Segundo o texto constitucional, a criação de associações, na forma prescrita em lei, independe de autorização. Por outro lado, a dissolução de associações imprescinde de autorização legal, mesmo que seja a vontade de seus associados, haja vista a necessidade de se resguardar interesses públicos decorrentes da atividade.

d) Segundo a Constituição Federal de 1988, todos têm direito de receber dos órgãos públicos informações de interesse coletivo ou geral, ressalvadas aquelas imperiosas à segurança nacional. Caso o Poder Público se negue à prestação das informações, o remédio constitucional cabível será o *habeas data*.

e) O princípio da personificação da pena, contemplado no texto constitucional, informa que nenhuma pena passará da pessoa do condenado. Logo, se o condenado vier a falecer antes de restituir à vítima o equivalente aos danos que proporcionou, não poderá o seu espólio ser acionado para que cumpra a obrigação.

↳*Resposta:*

a) errado – a Constituição Federal determina no art. 143, § 1º, que: "às Forças Armadas compete, na forma da lei, atribuir serviço alternativo aos que, em tempo de paz, depois de alistados, alegarem imperativo de consciência, entendendo-se como tal o decorrente de crença religiosa e de convicção filosófica ou política, para se eximirem de atividades de caráter essencialmente militar". Em tempo de guerra, não cabe escusa de consciência que justifique o não cumprimento de prestação de serviço militar obrigatório em atividades de caráter essencialmente militar, sendo punível com a restrição de direitos políticos (art. 15, inciso IV).

b) correto – de acordo com o art. 5º, inciso XVI.

c) errado – a CF, conforme disposto no art. 5º, inciso XIX, as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado. Por outro lado, a associação pode ser dissolvida ou ser suspensa por vontade dos próprios associados.

d) errado – a negativa dos órgãos públicos de fornecer informações de interesse coletivo ou geral pode ensejar mandado de segurança (art. 5º, inciso LXIX) e não "habeas data" (art. 5º, inciso LXXII), pois este último remédio se presta a proteger o direito de informação sobre a pessoa do autor.

e) errado – de acordo com a CF, art. 5º, inciso XLV, o espólio poderá ser acionado para reparação de danos ou decretação de perdimento de bens ("nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens serem, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido").

118. (UnB/CESPE – TRE/PA – 2007) A respeito dos direitos e garantias individuais, assinale a opção correta.

a) O mandado de segurança não pode ser utilizado no âmbito penal.

b) O *habeas data* é o instrumento adequado para afastar ilegalidade de privação do direito de liberdade.
c) O servidor público tem direito adquirido ao regime jurídico, sendo defeso alterar as disposições legais existentes no momento do início do exercício do cargo.
d) A Constituição Federal de 1988 veda a instituição de pena de morte.
e) Para propor ação popular, é indispensável que o interessado demonstre a condição de brasileiro no exercício dos direitos políticos.

↳*Resposta:*

a) errado – é possível a utilização de mandado de segurança contra decisão judicial civil ou penal desde que não tenha efeito suspensivo e não caiba recurso para proteger o direito líquido e certo.
b) errado – conforme o art. 5º, inciso LXVIII, "conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder".
c) errado – de acordo com o entendimento do STF, não há direito adquirido em face ao regime jurídico do servidor público, não sendo defeso (proibido, vedado) alterar as disposições legais existentes no momento do início do exercício do cargo.
d) errado – a Constituição Federal de 1988 veda a instituição de pena de morte em tempo de paz, mas autoriza em caso de guerra declarada pelo Presidente da República, conforme o art. 84, inciso XIX.
e) correto – de acordo com o art. 5º, inciso LXXIII e art. 14, § 1º.

119. (FCC – DP/SP – 2006) O inciso XXXV do artigo 5º da Constituição Federal estabelece como direito constitucional fundamental o acesso à justiça e a inafastabilidade do controle jurisdicional. A Reforma do Poder Judiciário pretendeu avançar no sentido de imprimir maior agilidade à prestação jurisdicional. Nesse sentido:

a) havendo coincidência entre o direito a um processo célere e o direito ao contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes deve prevalecer o primeiro, pois norma posterior de mesma hierarquia revoga a anterior.
b) a morosidade da atividade jurisdicional é inerente a uma justiça que prima pela qualidade. Sacrifício que deve ser suportado pela coletividade a fim de se evitar os erros judiciários.
c) a razoável duração de um processo não se coaduna com o sistema recursal brasileiro que pode ser revisto até mesmo com prejuízo ao contraditório e ampla defesa.
d) entre os novos mecanismos estabelecidos merece destaque o novo direito constitucional fundamental que assegura a todos, no âmbito judicial e administrativo, a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.
e) a nova sistemática de interposição de recursos extraordinários, que permite ao Supremo Tribunal Federal escolher com liberdade os casos que irá julgar, permitirá maior agilidade na prestação do controle de constitucionalidade.

↳*Resposta:*

a) errado – havendo um aparente conflito de valores entre o direito a um processo célere (art. 5º, inciso LXXVIII) e o direito ao contraditório e à ampla defesa (art. 5º, inciso LV), resolve-se pela aplicação da "teoria da ponderação de valores". Portanto as normas constitucionais permanecem válidas, não tendo ocorrido revogação alguma.

b) errado – a EC 45 introduziu no art. 5º, inciso LXXVIII, um novo direito constitucional determinando que os processos judiciais transcorram dentro de um prazo razoável, impedindo a morosidade da atividade jurisdicional.

c) errado – conforme as explicações das opções a e b.

d) correto – de acordo com o art. 5º, inciso LXXVIII.

e) errado – a CF, no art. 102, § 3º, determina que "no recurso extraordinário o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros (EC 45)". Consequentemente, o STF só poderá recusar o exame em recurso extraordinário se não existir repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso.

120. (UnB/CESPE – Auditor /TCU – 2007) Ao julgar um processo de fiscalização referente a um conselho de fiscalização profissional, o TCU decidiu fixar prazo para que a entidade adotasse as providências cabíveis à rescisão de contratos de trabalho firmados, no ano de 2005, sem o prévio concurso público. A associação dos empregados do mencionado conselho protocolizou, no TCU, a peça intitulada recurso de reconsideração, requerendo a reforma da decisão sob as alegações de que os empregados dos conselhos não eram servidores públicos, não se aplicando a eles a norma que exige a contratação mediante prévio concurso público, e de que a rescisão imediata de todos os contratos de trabalho oneraria demasiadamente o conselho, levando-o à extrapolação dos limites de gastos estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Ante a situação hipotética acima descrita, julgue os itens a seguir.

1. A Constituição Federal garante a plena liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar, sendo que a criação de associações independe de autorização e é proibida a interferência estatal em seu funcionamento. Ademais, ninguém pode ser compelido a associar-se ou a permanecer associado, além do que as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.
2. A associação referida na situação hipotética tem legitimidade para interpor recurso perante o TCU em nome dos associados, desde que esteja expressamente autorizada, conforme norma constitucional, e comprove, nos autos, o vínculo associativo daqueles em nome de quem recorre.

↳*Resposta:*

1) correto – de acordo com o art. 5º, incisos XVII, XVIII, XIX e XX.

2) correto – de acordo com o art. 5º, inciso XXI.

121. (FCC - TCE/MG - 2007) Em conformidade com a doutrina que rege a matéria, é correto afirmar que a generalidade das constituições revela em sua estrutura normativa vários elementos.
Assim, aqueles que se manifestam nas normas que consubstanciam o elenco dos direitos e garantias fundamentais: direitos individuais e suas garantias, direitos de nacionalidade e direitos políticos e democráticos, dizem respeito aos elementos:

a) formais de aplicabilidade.
b) orgânicos.
c) de estabilização constitucional.
d) limitativos.
e) socioideológicos.

Resposta:

A resposta correta é a opção d.

Elementos da Constituição:

a) Elementos orgânicos - normas sobre a estrutura do Estado e seu poder.
b) Elementos limitativos - limita a atuação do Estado sobre os direitos individuais, com base em um conjunto de direitos e garantias fundamentais.
c) Elementos socioideológicos - prescreve a atuação social do Estado (intervencionista ou liberal).
d) Elementos de estabilização constitucional - normas para defesa da Constituição (ações diretas, intervenção federal, estado de sítio, estado de defesa).
e) Elementos formais de aplicabilidade - regras sobre a correta aplicação da Constituição.

122. (FCC - TCE/MG – 2007) As normas constitucionais relativas aos direitos e garantias individuais, inseridas no título relativo aos direitos e garantias fundamentais, contêm elementos da Constituição ditos:

a) socioideológicos, por revelar o compromisso da Constituição entre o Estado individualista e o Estado social.
b) orgânicos, por regularem a estrutura do Estado e do poder.
c) limitativos, por limitarem a atuação do Estado, dando ênfase à sua configuração como Estado de Direito.
d) de estabilização constitucional, na medida em que asseguram a defesa da Constituição e das instituições democráticas.
e) formais de aplicabilidade, diante da aplicação imediata das normas definidoras de direitos dessa espécie.

Resposta:

A resposta correta é a opção c.

123. (FCC - TCE/MG - 2007) A anulação de ato lesivo ao meio ambiente pode ser pleiteada por meio de:

a) ação popular, ficando o autor, salvo má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
b) *habeas data*, ficando o autor isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
c) mandado de injunção, ficando o autor, salvo má-fé, isento de custas judiciais, mas não do ônus de sucumbência.
d) mandado de segurança, respondendo o autor pelas custas judiciais e pelo ônus da sucumbência.
e) provimento do Ministério Público, ficando o autor isento de custos administrativos, mas não de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

Resposta:

A resposta correta é a opção a, de acordo com o art. 5º, inciso LXXIII, da CF.

124. (FCC – TCE/MG – 2007) Dentre as garantias constitucionais do direito de propriedade, prevê-se que:

a) a pequena propriedade rural, definida em lei e desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora, salvo para assegurar pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.
b) a desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social será efetuada mediante prévia e justa indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos na Constituição.
c) aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, não transmissível aos herdeiros, por seu caráter personalíssimo.
d) a propriedade particular poderá ser objeto de uso pela autoridade competente, em caso de iminente perigo público, assegurada indenização posterior, independentemente da ocorrência de dano.
e) a sucessão de bens de estrangeiros situados no país será sempre regulada pela lei brasileira, independentemente do que estabelecer a lei pessoal do *de cujus*.

Resposta:

a) errado – a CF, art. 5º, inciso XXVI, reconhece com um direito fundamental a impenhorabilidade da pequena propriedade rural nos seguintes termos "a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento".

b) correto – de acordo com a CF, art. 5º, inciso XXIV.

c) errado – conforme o art. 5º, inciso XXVII, o direito autoral será transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei determinar.

d) errado – o art. 5º, inciso XXV, da CF, determina que a requisição da propriedade privada em caso de iminente perigo público, impõe ao Poder Público indenizar o proprietário particular em caso de dano ao bem. Cabe lembrar que essa indenização será posterior.
e) errado – a CF determina que a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável à lei pessoal do "de cujus", nos termos do art. 5º, inciso XXXI.

125. (FCC – TCE/MG – 2007) A Constituição da República considera crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei,

a) qualquer discriminação atentatória das liberdades fundamentais.
b) o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
c) a prática do racismo.
d) o crime definido como hediondo.
e) a prática de tortura.

↳*Resposta:*
a) errado – regra geral, a lei é que definirá a punição para aquele que atentar contra liberdades fundamentais (art. 5º, inciso XLI).
b) errado – tráfico de entorpecentes ou drogas afins é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia (art. 5º, inciso XLIII).
c) correto – de acordo com a CF, no art. 5º, inciso XLII.
d) errado – crime hediondo é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia (art. 5º, inciso XLIII).
e) errado – a prática de tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia (art. 5º, inciso XLIII).

126. (FCC – TCE/MG – 2007) A Constituição da República contempla, como garantia da liberdade de pensamento, a escusa ou objeção de consciência, pela qual:

a) é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.
b) é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.
c) ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.
d) são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.
e) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

Resposta:

a) errado – a CF prevê no art. 5º, inciso IX, a liberdade de expressão, mas não se relaciona à escusa de consciência.

b) errado – no art. 5º, inciso V, se encontra uma modalidade do princípio da igualdade.

c) correto – de acordo com o art. 5º, inciso VIII.

d) errado – no inciso X, do art. 5º, se faz presente o princípios da privacidade e intimidade.

e) errado – é o princípio da liberdade que se manifesta no art. 5º, inciso XVI, da CF.

(UnB/CESPE – DPU – 2010) A respeito dos direitos e garantias fundamentais e dos direitos políticos, julgue o item a seguir.

127. Conforme entendimento do STF com base no princípio da vedação do anonimato, os escritos apócrifos não podem justificar, por si sós, desde que isoladamente considerados, a imediata instauração da *persecutio criminis*, salvo quando forem produzidos pelo acusado, ou, ainda, quando constituírem eles próprios o corpo de delito.

Resposta:

correto - de acordo com o STF: "os escritos anônimos não podem justificar, só por si, desde que isoladamente considerados, a imediata instauração da "persecutio criminis", eis que peças apócrifas não podem ser incorporadas, formalmente, ao processo, salvo quando tais documentos forem produzidos pelo acusado, ou, ainda, quando constituírem, eles próprios, o corpo de delito (como sucede , por exemplo, com bilhetes de resgate no delito de extorsão mediante sequestro, ou como ocorre com cartas que evidenciem a prática de crimes contra a honra)". (HC 80.405)

"Apócrifo" significa anônimo.
"Persecução penal" significa o conjunto de atividades que o Estado desenvolve durante a investigação e processo penal.

(UnB/CESPE – AGU – 2010) Quanto a direitos e garantias individuais e coletivos, julgue os itens a seguir.

128. A CF assegura a todos, independentemente do pagamento de taxas, a obtenção de certidões em repartições públicas, para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesse pessoal. Nesse sentido, não sendo atendido o pedido de certidão, por ilegalidade ou abuso de poder, o remédio cabível será o *habeas data*.

Resposta:

errado – é correto afirmar o direito de obtenção de certidões em repartições públicas previsto no art. 5º, inciso XXXIV, alínea b, mas é incorreto afirmar que a garantia seria o "habeas data" (art. 5º, LXXII). O correto seria a utilização do mandado de segurança (art. 5º, LXIX).

129. O *habeas corpus* constitui, segundo o STF, medida idônea para impugnar decisão judicial que autoriza a quebra de sigilos fiscal e bancário em procedimento criminal.

↳*Resposta:*

correto – é possível que a quebra de sigilo fiscal ou bancário possa levar o investigado ou acusado à prisão. Neste caso poderá ser utilizada a ação judicial de "habeas corpus" (art. 5º, LVXIII).

130. A ação popular, que tem como legitimado ativo o cidadão brasileiro nato ou naturalizado, exige, para seu ajuizamento, o prévio esgotamento de todos os meios administrativos e jurídicos de prevenção ou repressão aos atos ilegais ou imorais lesivos ao patrimônio público.

↳*Resposta:*

errado – não é necessário o esgotamento de qualquer tentativa prévia pois é possível a impetração da ação popular (art. 5º, LXXIII) desde logo.

(UnB/CESPE – ANAC – 2009) Quanto aos direitos e garantias fundamentais, julgue os itens a seguir.

131. Embora seja possível a restrição da liberdade de locomoção dos indivíduos nos casos de prática de crimes, é vedada a prisão civil por dívida, salvo, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), quando se tratar de obrigação alimentícia ou de depositário infiel.

↳*Resposta:*

errado – apesar da Constituição brasileira autorizar expressamente a prisão civil por dívida nos casos de inadimplemento de pensão alimentícia e depositário infiel, o STF vem entendendo da impossibilidade de prisão civil do depositário infiel em razão da revogação da norma legal definidora dessa prisão pela norma supralegal decorrente de internalização do Pacto de San Jose da Costa Rica.

132. A CF assegura a validade e o gozo dos direitos fundamentais, dentro do território brasileiro, ao estrangeiro em trânsito, que possui, igualmente, acesso às ações, como o mandado de segurança e demais remédios constitucionais.

↳*Resposta:*

errado – de fato, a CF assegura a validade e o gozo dos direitos fundamentais, dentro do território brasileiro, ao estrangeiro em trânsito. Mas algumas garantias não podem ser propostas por estrangeiros, como por exemplo, a ação popular (art. 5º, LXXIII).

(UnB/CESPE – MMA – 2009) A respeito dos direitos e das garantias fundamentais, julgue os itens a seguir à luz da CF.

133. Associação com seis meses de constituição pode impetrar mandado de segurança coletivo.

↳*Resposta:*

errado – o art. 5º, LXIX, da CF, dispõe que:" o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por: a) partido político com representação no Congresso Nacional; b) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados;

134. Aos autores pertence o direito exclusivo de utilização e publicação, mas não o de reprodução, não podendo a transmissão desse direito aos herdeiros ser limitada por lei.

Resposta:
errado – a CF dispõe, no art. 5º, inciso XXVII, que "aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar".

135. Se um indivíduo, ao se desentender com sua mulher, desferir contra ela inúmeros golpes, agredindo-a fisicamente, causando lesões graves, as autoridades policiais, considerando tratar-se de flagrante delito, poderão penetrar na casa desse indivíduo, ainda que à noite e sem determinação judicial, e prendê-lo.

Resposta:
correto – conforme o art. 5º, inciso XI, da CF.

136. Se um brasileiro nato viajar a outro país estrangeiro, lá cometer algum crime, envolvendo tráfico ilícito de entorpecentes, e voltar ao seu país de origem, caso aquele país requeira a extradição desse indivíduo, o Brasil poderá extraditá-lo.

Resposta:
errado – o brasileiro nato não pode ser extraditado (extradição passiva) a pedido de outro país (CF, art. 5º, LI).

(UnB/CESPE – TRT 17.ª Região/ES – 2009) Julgue os itens que se seguem, relativos aos direitos e às garantias fundamentais.

137. O estrangeiro sem domicílio no Brasil não tem legitimidade para impetrar *habeas corpus*, já que os direitos e as garantias fundamentais são dirigidos aos brasileiros e aos estrangeiros aqui residentes.

Resposta:
errado – o STF vem interpretando o "caput", do art. 5º, de forma extensiva, incluindo os estrangeiros não residentes no Brasil.

138. Caso um escritório de advocacia seja invadido, durante a noite, por policiais, para nele se instalar escutas ambientais, ordenadas pela justiça, já que o advogado que ali trabalha estaria envolvido em organização criminosa, a prova obtida será ilícita, já que a referida diligência não foi feita durante o dia.

Resposta:
errado – STF decidiu que "não opera a inviolabilidade do escritório de advocacia, quando o próprio advogado seja suspeito da prática de crime, sobretudo concebido e consumado no âmbito desse local de

trabalho, sob pretexto de exercício da profissão." (Inq 2.424, Rel. Min. Cezar Peluso, julgamento em 26-11-2008, Plenário, DJE de 26-3-2010.)

(CESPE/UnB – CFOPM/2010 – 2010) No tocante à organização político-administrativa do Estado e aos direitos e garantias fundamentais, julgue o item a seguir.

139. Não será ofendido o direito à inviolabilidade de domicílio caso o agente estatal adentre em casa alheia, durante o dia ou no período noturno, independentemente de autorização do morador, em caso de flagrante delito ou em decorrência do cumprimento de mandado judicial de busca e apreensão devidamente especificado e expedido por autoridade competente.

↳*Resposta:*

errado – é verdade que não será ofendido o direito à inviolabilidade de domicílio caso o agente estatal adentre em casa alheia, durante o dia ou no período noturno, independentemente de autorização do morador, em caso de flagrante delito. Porém, por ordem judicial, sem consentimento do morador, só é possível a violação de domicílio durante o dia (CF, art. 5º, inciso XI).

(UnB/CESPE – MPE/RO – 2010) No tocante às garantias individuais do cidadão no processo penal, julgue os itens a seguir.

140. O brasileiro, nato ou naturalizado, não pode ser extraditado. Entretanto, o Brasil poderá requerer a extradição de brasileiro a outro país, o que caracteriza a chamada extradição passiva.

↳*Resposta:*

errado – o brasileiro nato não pode ser extraditado (extradição passiva), mas o brasileiro naturalizado pode, de acordo com o art. 5º, inciso LI, da CF. A extradição ativa é exercida pelo país que pede a extradição (e neste caso, o Brasil pode requerer a extradição de brasileiro nato ou naturalizado ou de estrangeiro), enquanto a extradição passiva é exercida pelo país que atendendo ao pedido, envia o indivíduo (e neste caso o Brasil só pode enviar o brasileiro naturalizado e o estrangeiro ao país que pede).

141. Segundo jurisprudência do STF, é constitucional norma legal que vede a progressão do regime de cumprimento de pena para os crimes hediondos.

↳*Resposta:*

errado – de acordo com a súmula vinculante nº 26, é inconstitucional norma legal que vede a progressão do regime de cumprimento de pena para os crimes hediondos.

142. Os tratados de direitos humanos, ainda que aprovados apenas no Senado Federal, em dois turnos e por maioria qualificada, equiparam-se às emendas constitucionais.

↳Resposta:

errado – a CF, no art. 5º, § 3º, determina que "os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais".

143. A concessão de asilo político é prevista no acervo garantista do art. 5.º da CF, que também proíbe a extradição e o banimento de brasileiros do território nacional.

↳Resposta:

errado – a concessão de asilo político é um princípio internacional previsto no art. 4º, inciso X. Por outro lado, a extradição é autorizada em algumas hipóteses, conforme o art. 5º, incisos LI e LII; e a pena de banimento é proibida, art. 5º, incisos XLVII, alínea d.

(UnB/CESPE – TRT – 2010) Acerca dos direitos e garantias fundamentais, julgue os itens a seguir.

144. A CF não admite o ingresso no domicílio legal sem consentimento do morador.

↳Resposta:

errado – a CF autoriza nos casos previstos art. 5º, inciso XI.

145. Embora a CF admita a decretação, pela autoridade judicial, da interceptação telefônica para fins de investigação criminal ou instrução processual penal, é possível a utilização das gravações no processo civil ou administrativo, como prova emprestada.

↳Resposta:

correto – o STF firmou o entendimento que "dados obtidos em interceptação de comunicações telefônicas e em escutas ambientais, judicialmente autorizadas para produção de prova em investigação criminal ou em instrução processual penal, podem ser usados em procedimento administrativo disciplinar, contra a mesma ou as mesmas pessoas em relação às quais foram colhidos, ou contra outros servidores cujos supostos ilícitos teriam despontado à colheita dessa prova." (Inq 2.424-QO-QO, Rel. Min. Cezar Peluso, julgamento em 20-6-2007, Plenário, DJ de 24-8-2007)

146. Diante da natureza dos interesses envolvidos, a administração pública pode legitimamente determinar a quebra dos sigilos fiscal e bancário em procedimento administrativo na esfera tributária.

↳Resposta:

errado – de acordo com o STF, só quem pode determinar a quebra dos sigilos fiscal e bancário é o juiz ou a CPI.

147. A CF assegura aos litigantes em processo judicial ou administrativo e aos acusados em geral o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a eles inerentes, razão pela qual, no âmbito do processo administrativo disciplinar, é imprescindível a presença de advogado.

Resposta:

errado – a primeira parte (princípio do contraditório e da ampla defesa) está correta, conforme a CF, art. 5º, inciso LV. Quanto à necessidade da capacidade postulatória do advogado (CF, art. 133), só ocorre em processo judicial, assim mesmo com algumas exceções.

148. (ESAF - AFRFB - 2009) Marque a opção correta.

I. Não cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de concessionárias de serviço público.

II. Compete originariamente ao Supremo Tribunal Federal o julgamento de *Habeas Corpus* contra decisão de turma recursal de Juizados Especiais Criminais.

III. Consoante entendimento jurisprudencial predominante, não se exige negativa da via administrativa para justificar o ajuizamento do *habeas data.*

IV. O Supremo Tribunal Federal decidiu pela autoaplicabilidade do mandado de injunção, cabendo ao Plenário decidir sobre as medidas liminares propostas.

V. Consoante entendimento jurisprudencial dominante, o Supremo Tribunal Federal adotou a posição não concretista quanto aos efeitos da decisão judicial no mandado de injunção.

a) apenas I e V estão corretas.
b) apenas II e IV estão corretas.
c) apenas II e III estão incorretas.
d) apenas I e II estão corretas.
e) apenas III e IV estão incorretas.

Resposta:

I. *correto – de acordo com a Lei 12.016/09, parágrafo 2º do artigo 1º, é proibido o mandado de segurança "contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público".*

II. *errado – a súmula 690 do STF assim afirmava, porém foi cancelada por decisões posteriores que reconheceram aos tribunais de justiça estaduais esta competência, como por exemplo o acórdão do HC 86834 (DJ de 9/3/2007), do Tribunal Pleno do STF.*

III. *errado – de acordo com a Lei 9.507/97, art. 8º, parágrafo único, incisos I, II e III, só cabe "habeas data" se houver recusa total ou parcial, expressa ou implícita, por parte do detentor do banco de dados.*

IV. *errado – a primeira parte está correta: mandado de injunção (CF, art. 5º, inciso LXXI) está presente em norma constitucional de eficácia plena, com autoexecutoriedade, direta e imediata. A segunda parte está errada, pois não cabe medida liminar em mandado de injunção, de acordo com o STF.*

V. *correto.*

a resposta correta é a opção a

149. (ESAF – ATRFB – 2009) Sobre os direitos e deveres individuais e coletivos, assinale a única opção correta.

a) A lei penal pode retroagir para beneficiar ou prejudicar o réu.

b) Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes ou depois da naturalização.
c) A Constituição Federal proíbe a aplicação de pena de morte em caso de guerra declarada.
d) Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido.
e) É cabível a extradição de estrangeiro por crime político.

↳*Resposta:*

a) errado – a lei penal só pode retroagir se for para beneficiar o réu (CF, art. 5º, inciso XL). A CF adota como regra o princípio de irretroatividade de lei penal. O princípio da retroatividade da lei penal é uma exceção.

b) errado – o brasileiro naturalizado pode ser extraditado, se cometeu um crime comum antes da naturalização ou se comprovado o envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes ou drogas afins antes ou depois da naturalização (CF, art. 5º, inciso LI).

c) errado – a pena de morte só poderá ser instituída no Brasil quando declarada a guerra pelo Presidente da República, em caso de agressão estrangeira (CF, art. 5º, inciso XLVII, alínea a).

d) correto – de acordo com a CF, art. 5º, inciso XLV.

e) errado – o Brasil não extraditará o estrangeiro por crime político ou por crime de opinião (CF, art. 5º, inciso LII). Neste caso, o Brasil poderá conceder asilo político (CF, art. 1º, inciso X).

150. (ESAF – ATRFB – 2009) Sobre os direitos e deveres individuais e coletivos, assinale a única opção correta.

a) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político que não tenha representação no Congresso Nacional, desde que, no entanto, tenha representação em Assembleia Legislativa Estadual ou em Câmara de Vereadores Municipal.
b) As Comissões Parlamentares de Inquérito podem determinar a interceptação de comunicações telefônicas de indivíduos envolvidos em crimes graves.
c) Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
d) Pessoas jurídicas de direito público não podem ser titulares de direitos fundamentais.
e) Qualquer pessoa física é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

Resposta:

a) errado – conforme o art. 5º, inciso LXX, da CF, para que o partido político tenha legitimidade ativa no mandado de segurança coletivo, necessário se faz que conte com pelo menos um congressista entre seus filiados.

b) errado – atualmente, só o juiz pode determinar a interceptação telefônica (CF, art. 5º, inciso XII). Em caso de estado de sítio (CF, art. 139, inciso III) ou de defesa (CF, art. 136, §1º, inciso I, c), o decreto presidencial poderá estender a outros.

c) correto – CF, art. 5º, inciso XXXIII.

d) errado – o STF tem estendido às pessoas jurídicas de direito público ou privado alguns direitos fundamentais.

e) errado – de acordo com o STF, só o cidadão tem legitimidade ativa para a ação popular (CF, art. 5º, inciso LXXIII).

151. (ESAF – ATRFB – 2009) Sobre os direitos e deveres individuais e coletivos, assinale a única opção correta.

a) O defensor do indiciado não tem acesso aos elementos de prova já documentados em procedimento investigatório realizado pela polícia judiciária.
b) A garantia da irretroatividade da lei, prevista no texto constitucional, não é invocável pela entidade estatal que a tenha editado.
c) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial ou da autoridade policial competente.
d) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo exigida, no entanto, autorização prévia da autoridade competente.
e) Segundo entendimento atual do Supremo Tribunal Federal, a prisão civil por dívida pode ser determinada em caso de descumprimento voluntário e inescusável de prestação alimentícia e também na hipótese de depositário infiel.

Resposta:

a) errado – de acordo com a súmula vinculante nº 14 do STF, "é direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa".

b) correto – de acordo com a súmula nº 654 do STF, "a garantia da irretroatividade da lei, prevista no art. 5º, XXXVI, da Constituição da República, não é invocável pela entidade estatal que a tenha editado".

c) errado – a CF, no art. 5º, inciso XI, determina que só autoridade judicial pode determinar a violação da casa senão for hipótese de flagrante, desastre ou socorro.

d) errado – a CF, no art. 5º, inciso XVI, não exige autorização, apenas prévio aviso à autoridade competente.

e) errado – o STF (súmula vinculante nº 25) não reconhece a possibilidade da prisão por falta da lei restritiva do direito de o depositário infiel de não ser preso civilmente.

152. (ESAF – ATRFB – 2009) Sobre os direitos e deveres individuais e coletivos, assinale a única opção correta.

a) A impetração do mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados depende da autorização destes.
b) É cabível *habeas corpus* contra decisão condenatória a pena de multa.
c) É cabível *habeas corpus* contra a imposição da pena de perda da função pública.
d) Comissão Parlamentar de Inquérito não pode decretar a quebra do sigilo fiscal, bancário e telefônico do investigado.
e) Apesar de o art. 5º, *caput*, da Constituição Federal de 1988 fazer menção apenas aos brasileiros e aos estrangeiros residentes, pode-se afirmar que os estrangeiros não residentes também podem invocar a proteção de direitos fundamentais.

↳*Resposta:*

a) errado – de acordo com a súmula nº 629, do STF, "a impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados independe da autorização destes".

b) errado – ainda de acordo com a súmula nº 693, do STF, "não cabe "habeas corpus" contra decisão condenatória a pena de multa, ou relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada".

c) errado – o STF, na súmula 694, determinou que "não cabe "habeas corpus" contra a imposição da pena de exclusão de militar ou de perda de patente ou de função pública".

d) errado – de acordo com o STF, tanto o juiz como a CPI podem decretar a quebra de sigilo fiscal, bancário e telefônico, desde que fundamentada.

e) correto.

153. (ESAF – ATRFB – 2009) Sobre os direitos e deveres individuais e coletivos, assinale a única opção correta.

a) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em turno único, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
b) A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência.
c) A Constituição Federal de 1988 previu expressamente a garantia de proteção ao núcleo essencial dos direitos fundamentais.
d) Quanto à delimitação do conteúdo essencial dos direitos fundamentais, a doutrina se divide entre as teorias absoluta e relativa. De acordo com a teoria relativa, o núcleo essencial do direito fundamental é insuscetível de qualquer medida restritiva, independentemente das peculiaridades que o caso concreto possa fornecer.

e) O direito fundamental à vida, por ser mais importante que os outros direitos fundamentais, tem caráter absoluto, não se admitindo qualquer restrição.

Resposta:

a) errado – a CF, no art. 5º, § 3º, exige que ocorram dois turnos de votação.

b) correto – o entendimento do STF (súmula nº 711) é no sentido de que "a lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência".

c) errado – a Constituição Federal de 1988 previu expressamente a garantia de proteção aos direitos fundamentais individuais.

d) errado – de acordo com a teoria absoluta, o núcleo essencial do direito fundamental é insuscetível de qualquer medida restritiva, independentemente das peculiaridades que o caso concreto possa fornecer.

e) errado – de acordo com a doutrina majoritária não existe norma constitucional de caráter absoluto. Nem mesmo o direito à vida (CF, no art. 5º, "caput") é absoluto, pois é possível a pena de morte em tempo de guerra (CF, no art. 5º, inciso XLVII, alínea a).

154. (ESAF – ATRFB – 2009) Sobre os direitos e deveres individuais e coletivos, assinale a única opção correta.

a) A sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei do país do *de cujus*, ainda que a lei brasileira seja mais benéfica ao cônjuge ou aos filhos brasileiros.
b) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular. No entanto, se houver dano, não será cabível indenização ao proprietário.
c) As violações a direitos fundamentais não ocorrem somente no âmbito das relações entre o cidadão e o Estado, mas igualmente nas relações travadas entre pessoas físicas e jurídicas de direito privado. Assim, os direitos fundamentais assegurados pela Constituição vinculam diretamente não apenas os poderes públicos, estando direcionados também à proteção dos particulares em face dos poderes privados.
d) A garantia constitucional da inviolabilidade de domicílio não inclui escritórios de advocacia.
e) É cabível a interceptação de comunicações telefônicas por ordem judicial a fim de instruir processo administrativo disciplinar.

Resposta:

a) errado – a CF, no art. 5º, inciso XXXI assim determina: "a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do "de cujus"".

b) errado – de acordo com o art. 5º, inciso XXV, da CF, não haverá indenização em razão do uso, mas poderá ser reclamada se houver dano.

c) correto.

d) errado – de acordo com o STF, o art. 5º, inciso XI, da Constituição Federal, conjugado ao art. 150, § 4º do Código Penal, o escritório de advocacia estaria incluído no sentido de "casa". Por outro lado, se este escritório estiver sendo utilizado para práticas ilícitas, o tratamento deverá ser outro: "Não opera a

inviolabilidade do escritório de advocacia, quando o próprio advogado seja suspeito da prática de crime, sobretudo concebido e consumado no âmbito desse local de trabalho, sob pretexto de exercício da profissão." (Inq 2.424, Rel. Min. Cezar Peluso, julgamento em 26-11-2008, Plenário, DJE de 26-3-2010).
e) errado – é cabível a interceptação de comunicações telefônicas por ordem judicial a fim de instruir processo pela, mas não administrativo.

155. (ESAF - MPOG/EPPGG – 2009) A Constituição trouxe, entre os direitos e garantias fundamentais, o direito ao contraditório e à ampla defesa. Esse direito, nos termos da Constituição, é destinado somente àqueles litigantes que demandem em processos:

a) judiciais criminais e nos processos administrativos disciplinares.
b) judiciais de natureza criminal.
c) judiciais de natureza cível.
d) judiciais e administrativos.
e) judiciais criminais e cíveis.

↳*Resposta:*

a resposta correta e a opção d, que engloba todas as demais hipóteses. Ver a CF, art. 5º, inciso LV.

156. (ESAF - MPOG/EPPGG – 2009) Assinale a opção incorreta relativamente aos direitos e garantias fundamentais na Constituição Federal de 1988.

a) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença, assim como a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.
b) São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem decorrente de sua violação.
c) É inviolável a liberdade de consciência e de crença, assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida de forma absoluta a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.
d) Poderá ser privado de direitos quem invocar motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.
e) As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas por decisão judicial transitada em julgado.

↳*Resposta:*
a) correto – de acordo com a CF, art. 5º, incisos IV e IX.
b) correto – de acordo com a CF, art. 5º, inciso X.
c) errado – de acordo com a CF, art. 5º, inciso VI, porém é sempre bom lembrar que não existem direitos absolutos.
d) correto – de acordo com a CF, art. 5º, inciso VIII.
e) correto – de acordo com a CF, art. 5º, inciso XIX.

157. (CESGRANRIO – BACEN – 2010) Na hipótese de o Banco Central vir a praticar ato manifestamente ilegal e lesivo ao patrimônio público, um cidadão brasileiro, indignado com o ocorrido e com o propósito de anular o referido ato, pode ajuizar

(A) ação popular.
(B) ação civil pública.
(C) mandado de segurança coletivo.
(D) mandado de injunção coletivo.
(E) *habeas data*.

Resposta:

a) correto – vide a CF, art. 5º, inciso LXXIII.

b) errado – vide a CF, art. 129, III. Cabe lembrar que, neste caso, o cidadão não tem legitimação ativa ainda que o bem possa ser protegido por esta garantia.

c) errado – vide a CF, art. 5º, inciso LXX,

d) errado – garantia esta que se encontra implícita na CF.

e) errado – vide a CF, art. 5º, inciso LXXII.

158. (ESAF – Agente de Trabalhos de Engenharia/RJ – 2010) Em relação aos direitos individuais, coletivos e sociais assegurados pela Constituição Federal, assinale a opção correta.

a) As repartições públicas são obrigadas a fornecer gratuitamente certidões para o esclarecimento de situações de interesse pessoal do requerente.
b) A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito, salvo se para condenar criminalmente pessoas notoriamente culpadas.
c) O reconhecimento constitucional do direito à licença maternidade em prazo superior ao da licença paternidade é uma violação ao princípio da isonomia.
d) Os coletivamente internados em entidades civis ou militares poderão, quando autorizados pelo correspondente superior, ser submetidos à tortura e a outras formas de tratamento desumano ou degradante.
e) Aos litigantes e aos acusados em processo administrativo está assegurado o devido processo legal, mas não o direito ao contraditório ou à ampla defesa.

Resposta:

a) errado – apesar de a CF garantir a vedação de cobrança de taxa (CF, art. 5º, inciso XXXIV, b), isto não significa que serão gratuitas, pois poderão ser cobrados os emolumentos, ou seja, as despesas da repartição pública com a expedição da certidão.

b) errado – de acordo com a CF, art. 5º, incisos XXXV e LVII, será assegurada a ampla defesa e o contraditório por força da presunção de inocência ou da não culpabilidade.

c) errado – trata-se da igualdade material, ou seja, dispensar um tratamento desigual aos desiguais na medida desta desigualdade.

d) errado – é proibida a tortura e o tratamento desumano ou degradante (vide a CF, art. 5º, inciso III).

e) errado – vide a CF, art. 5º, inciso LV.

(UNB/CESPE– TRE/ES – 2011) Julgue os itens que se seguem, relativos aos direitos e às garantias fundamentais.

159. Uma associação já constituída somente poderá ser compulsoriamente dissolvida mediante decisão judicial transitada em julgado, na hipótese de ter finalidade ilícita.

↳*Resposta:*

errado - a CF, art. 5º, inciso XIX, permite a dissolução sem definir as razões.

160. Para o Supremo Tribunal Federal (STF), *habeas corpus* não é medida idônea para impugnar decisão judicial que autoriza a quebra de sigilo bancário e fiscal em procedimento criminal, visto que não decorre constrangimento à liberdade da pessoa investigada.

↳*Resposta:*

errado – como pode ameaçar ao liberdade de locomoção, pois se trata de processo criminal, caberá "habeas corpus". Assim entende o STF: "o "habeas corpus" é medida idônea para impugnar decisão judicial que autoriza a quebra de sigilos fiscal e bancário em procedimento criminal, haja vista a possibilidade destes resultarem em constrangimento à liberdade do investigado." AI 573623 QO/RJ, rel. Min. Gilmar Mendes, 31.10.2006. (AI-573623)

(UnB/CESPE – PC/ES – 2011) Julgue o item que se segue, relativo à garantia dos direitos coletivos.

161. São legitimados para a propositura do mandado de segurança coletivo os partidos políticos com representação no Congresso Nacional, as entidades de classe, as associações e as organizações sindicais em funcionamento há pelo menos um ano, na defesa dos interesses coletivos e dos interesses individuais homogêneos.

↳*Resposta:*

errado – é necessário também que estejam legalmente constituídos (CF, art. 5º, inciso LXX).

(UnB/CESPE – PC/ES – 2011) Tendo em vista a disciplina constitucional sobre os direitos à liberdade e à propriedade, julgue os próximos itens.

162. A propriedade poderá ser desapropriada por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mas sempre mediante justa e prévia indenização em dinheiro.

↳*Resposta:*

errado – existem exceções, conforme é possível se observar na CF, art. 5º, inciso XXIV: "a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição".

163. A Constituição Federal de 1988 confere à liberdade de locomoção caráter absoluto, que não comporta restrição de qualquer natureza.

Resposta:

errado – não há direito constitucional absoluto, conforme o entendimento do STF e da doutrina majoritária.

(UnB/CESPE – PC/ES – 2011) Julgue o item seguinte, relativo aos direitos e garantias fundamentais.

164. Com fundamento no dispositivo constitucional que assegura a liberdade de manifestação de pensamento e veda o anonimato, o Supremo Tribunal Federal (STF) entende que os escritos anônimos não podem justificar, por si só, desde que isoladamente considerados, a imediata instauração de procedimento investigatório.

Resposta:

correto – o STF só admite o uso de escritos anônimos quando produzidos pelo acusado, ou, ainda, quando constituírem eles próprios o corpo de delito.

165. (FCC – DPE/RS – 2011) 75. A Constituição Federal de 1988, no artigo 5º, inciso LV, preconiza que "aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes". Considerando tal disposição, leia as afirmativas abaixo.

I. O contraditório e a ampla defesa referidos no dispositivo supracitado referem-se somente ao processo penal e administrativo, tanto que todo aquele que comparecer a Juízo sem advogado, ser-lhe-a nomeado Defensor Público para efetuar a defesa.

II. Lei infraconstitucional pode condicionar o acesso ao Judiciário ao prévio exaurimento das vias administrativas, como forma de garantir o disposto no artigo supra-referido.

III. O contraditório e a ampla defesa não podem ser abolidos pelo legislador, pois fazem parte das *cláusulas pétreas* dispostas no parágrafo 4º do artigo 60 da Constituição Federal.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I.
(B) II.
(C) III.
(D) I e III.
(E) II e III.

Resposta:

I. errado – o princípio do contraditório e o princípio da ampla defesa se aplicam aos processos judiciais (civis e penais) e aos processos administrativos.

II. errado – de acordo com o entendimento do STF, ofende o princípio do livre acesso ao Poder Judiciário (CF, art. 5º, inciso XXXV) e, portanto, será inconstitucional tal lei.

III. correto – por se tratar de garantias individuais, não podem ser abolidas (CF, art.60, § 4º, inciso IV).

a opção correta é c.

166. (FGV – ICMS/RJ – 2011) Abelhudo, cidadão brasileiro, contrai casamento com Abelhudinha, tendo o casal três filhos. Infelizmente, o casal resolve divorciar-se, e o varão assume o dever de prestar alimentos à sua ex-esposa e aos seus filhos. Apesar de contar com boa remuneração, Abelhudo deixa de pagar várias prestações dos alimentos acordados judicialmente, vindo a sofrer processo de cobrança, tendo sua ex-mulher requerido sua prisão caso não solvesse a dívida. O varão, apesar de regularmente comunicado do processo, não pagou a dívida nem justificou o não pagamento, vindo sua prisão a ser declarada pelo magistrado presidente do processo. A respeito da prisão civil, é correto afirmar que

(A) foi extinta após a edição da Constituição Federal de 1988.
(B) está preservada somente para militares em tempo de guerra.
(C) está restrita à dívida quando ela tem natureza de alimentos.
(D) é admissível quando o devedor contrai dívidas com fornecedores.
(E) é constitucionalmente prevista para homens inadimplentes de alimentos.

↳Resposta:

a) errado – a CF prevê expressamente a prisão civil por inadimplemento de pensão alimentícia (art. 5º, inciso LXXVII).

b) errado – qualquer pessoa pode ser presa por inadimplemento de pensão alimentícia, exceto aqueles que têm imunidade, tais como o presidente da República (CF, art. 86, § 3º) e o congressista (CF, art. 53, § 2º).

c) correto – de acordo com o STF, a prisão civil do depositário infiel, apesar de expressamente prevista na CF, depende de regulamentação restritiva, que foi revogada com a incorporação do Pacto de São José da Costa Rica.

d) errado – não é possível, na prática, a prisão de depositário infiel.

e) errado – a prisão por inadimplemento de pensão alimentícia, se voluntária e inescusável, pode ser aplicada tanto aos homens quanto às mulheres.

167. (FGV – ICMS/RJ – 2011) Manoel Gadaffi, prócer de governo que sofreu abalos por movimentos populares internos, refugia-se no Brasil, tendo sido apresentado pedido de extradição pelo novo governo do seu país de origem, que fundamenta o seu pedido na garantia de um processo justo, uma vez que os revolucionários formaram um tribunal especial composto de membros do povo, do novo Congresso eleito, de magistrados indicados pelos membros do Executivo, religiosos etc. Diante das características desse órgão julgador, é correto afirmar que ocorreria a violação do princípio do(a)

(A) república.
(B) publicidade.
(C) juiz natural.
(D) isonomia.
(E) prova ilícita.

↳*Resposta:*

c) correto – haveria ofensa ao princípio do juiz natural, pois seria um tribunal de exceção, já que criado após o cometimento do fato, nos termos da CF, art. 5º, inciso XXXVII.

II. DIREITOS SOCIAIS (arts. 6º a 11)

Os direitos sociais ganharam dimensão jurídico-constitucional no Brasil a partir da Constituição de 1934, repetindo-se nas Constituições brasileiras subsequentes (1937,1946,1967/69) e finalmente na atual, promulgada em 1988. A sistematização constitucional dos direitos sociais ocorreu, em termos globais, com a Carta Mexicana de 1917 e a Alemã de Weimar de 1919 e estendeu-se no pós-Primeira Guerra (1914-1918).

Na atual Constituição brasileira os direitos sociais (arts. 6º a 11) encontram-se inseridos na ordem social (arts. 193 a 232) apesar de aparentemente apartados. No primeiro encontramos o conteúdo do direito e no segundo o seu mecanismo e aspecto organizacional.

1) **Conceito** de direitos sociais

"Os *direitos sociais*, como segunda dimensão dos direitos fundamentais do homem, são prestações positivas (obrigação de fazer) proporcionadas pelo Estado direta ou indiretamente, enunciadas em normas constitucionais, que possibilitam melhores condições de vida aos mais fracos, direitos que tendem a realizar a igualização de situações sociais desiguais. São, portanto, direitos que se ligam ao direito de igualdade" [31]. Por dependerem de uma atuação do Estado, grande parte dessas normas é de eficácia limitada, algumas de eficácia diferida, ou seja, programáticas, e sujeitas ao remédio protetor do mandado de injunção (CF, art. 5º, inciso LXXI). Ainda, "valem como pressupostos do gozo dos direitos individuais na medida em que criam condições materiais mais propícias ao auferimento da igualdade real, o que, por sua vez, proporciona condição mais compatível com o exercício efetivo da liberdade" [32].

1) **Classificação** dos direitos sociais

Ao enumerar, no art. 6º, os direitos sociais, somos remetidos aos arts. 193 a 232, salvo no que se refere ao direito dos trabalhadores, quando a Constituição nos mantém neste capítulo, nos arts. 7º a 11. Com base nos arts. 7º a 11, podemos agrupar os direitos sociais relativos aos trabalhadores nas seguintes espécies:

1. *direitos relativos aos trabalhadores em suas relações individuais de trabalho*, que são os direitos dos trabalhadores do art. 7º.
2. *direitos coletivos dos trabalhadores* (arts. 8º a 11), que são aqueles que os trabalhadores exercem coletivamente ou no interesse de uma coletividade deles, e são os direitos de associação profissional ou sindical, o direito de greve, o direito de substituição processual, o direito de participação e o direito de representação classista.

1. Direitos relativos aos trabalhadores em suas relações **individuais** de trabalho

Quanto aos **destinatários**, o *caput* do art. 7º alcança os trabalhadores, com vínculo empregatício permanente ou avulso (inciso XXXIV), rurais (trabalhadores empregados em exploração agropastoril) e

[31] José Afonso da Silva - *Curso de Direito Constitucional Positivo* - Malheiros, 2002, p. 290
[32] Idem.

urbanos (trabalhadores de atividade industrial, comercial ou de prestação de serviços não relacionados à exploração agropastoril), que não os distingue quanto ao tratamento[33], e o seu parágrafo único recolhe alguns daqueles direitos e os reserva também aos trabalhadores domésticos (que "são aqueles que prestam serviços auxiliares da administração residencial de natureza não lucrativa" [34]). Vale lembrar ainda que esses direitos são, em parte, oferecidos aos servidores ocupantes de cargos públicos (art. 39, § 3º). Os direitos expressamente reconhecidos, que na verdade são meramente exemplificativos por força do *caput* do art. 7º, são:

Direito ao trabalho e garantia do emprego: o direito ao trabalho encontra-se implícito nos arts. 1º inciso IV, 170 e 193, e enquanto direito individual, no art. 5º, inciso XIII. Já a garantia do emprego encontra-se prevista expressamente no art. 7º, inciso I, preceito entendido como de eficácia contida[35] (e não limitada) porque, "em termos técnicos, é de aplicabilidade imediata, de sorte que a lei complementar apenas virá determinar os limites dessa aplicabilidade, com a definição dos elementos (despedida arbitrária e justa causa) que delimitem a sua eficácia, inclusive pela possível conversão em indenização compensatória da garantia de permanência no emprego". Caracterizado o direito a estabilidade, que não é absoluta, ao mesmo tempo restringe ao empregador o direito potestativo de despedir, restando dependente de definição os termos "*despedidas arbitrária"* e "*sem justa causa"* (aplicável o art. 10, inciso I, do ADCT, até que viesse a ser promulgada a lei complementar). Uma espécie de estabilidade provisória estende-se aqueles eleitos para cargos de direção ou representação sindical (art. 8º, inciso VIII), às gestantes (art. 10, inciso II, alínea b, do ADCT), e aos eleitos para cargos de direção de comissões internas de prevenção de acidentes (CIPA) (ADCT, art. 10, inciso II, alínea a).
Ainda como "uma espécie de patrimônio individual do trabalhador, que servirá para suprir despesas extraordinárias para as quais o simples salário não se revele suficiente, como por exemplo, a aquisição de casa própria, despesas com doenças graves e casamentos" [36], encontra-se no art. 7º, inciso III, o FGTS. Por fim, o seguro desemprego (art. 7º, inciso II), que será financiado de acordo com o art. 239, e o aviso prévio (art. 7º, inciso XXI).

Direitos relativos aos salários: a fim de garantir condições dignas de trabalhadores, a Constituição Federal, em termos de fixação do salário determinou no art. 7º: o salário mínimo apresentando-se com dimensão *familiar* (incisos IV e VII), piso salarial[37] (inciso V), décimo terceiro (inciso VIII), adicional do trabalho noturno (IX), salário-família para trabalhador de baixa renda (inciso XII, conforme emenda constitucional nº. 20), assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas (com a EC 53/2006, foi dada nova redação ao art. 7º, inciso XXV reduzindo de seis para cinco anos e art. 212, § 5º), adicional de hora extra (inciso XVI),

[33] Antes da Emenda à Constituição nº. 28 haviam as ressalvas referentes aos prazos prescricionais daqueles direitos (arts. 7º, inciso XXIX, alínea a, 233 e ADCT, art. 10, § 3º). Os artigos 7º, inciso XXIX, alínea a, e 233 encontram-se revogados por aquela E.C.
[34] José Afonso da Silva - *Curso de Direito Constitucional Positivo* - Malheiros, 2002, p. 292
[35] Idem, p. 293
[36] Idem, p.295
[37] Tomando-se o cuidado para não confundir piso salarial com salário mínimo. O primeiro pode ser estabelecido à nível estadual e corresponde ao mínimo de uma categoria de trabalhadores, enquanto que o segundo é estabelecido à nível federal para todo o território nacional, impedindo que qualquer trabalhador receba abaixo dele.

adicional para atividades penosas, insalubres ou perigosas (inciso XXIII), isonomia salarial (isonomia material) (incisos XXX a XXXIV).
Ainda, especificamente quanto à proteção do salário determina o art. 7º: a irredutibilidade (relativa) do salário (inciso VI) e a caracterização de crime de apropriação indébita pelo empregador em caso de retenção dolosa (inciso X). Assim os salários são irredutíveis (salvo por acordo coletivo), impenhoráveis, irrenunciáveis e constituem créditos privilegiados na falência e na concordata do empregador.

Direitos relativos ao repouso e à inatividade do trabalhador: ainda com o objetivo de garantir condições dignas de trabalho, a Constituição federal, no art. 7º, assegura aos trabalhadores o repouso semanal remunerado (inciso XV), o gozo de férias anuais, com remuneração prévia ao seu início com o intuito de garantir o seu descanso efetivo (inciso XVII), licença à gestante, dando-lhe certa estabilidade desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto (inciso XVIII e ADCT, art.10, II, b), licença-paternidade (inciso XIX e ADCT, art. 10, §1º) que deverá ser concedida a partir do dia do parto, e a inatividade remunerada, ou seja, o direito a aposentadoria (inciso XXIV e art. 202).

Direitos relativos à proteção do trabalhador: percebem-se algumas inovações constitucionais importantes como dar à mulher condições de competitividade no mercado de trabalho (inciso XX) e "criar condições de defesa do trabalhador diante do grande avanço da tecnologia, que o ameaça, pela substituição da mão de obra humana pela de robôs, com vantagens para empresários e desvantagens para a classe dos trabalhadores", possibilitando a "repartição de vantagens entre aqueles e estes" [38] (inciso XXVII). Outras se perpetuaram na atual Constituição tais como a diminuição de riscos próprios do trabalho (inciso XXII), o seguro e indenização em razão de acidentes de trabalho (inciso XXVIII), e a garantia da não discriminação (isonomia material) dos trabalhadores (incisos XXX, XXXI, XXXII e XXXIV), sendo o último uma inovação da atual Carta constitucional protetora do trabalhador avulso, entendendo por trabalhador avulso "aquele prestador de serviços na orla marítima e que realiza serviços para empresas marítimas, por conta destas, mediante rodízio controlado pelo sindicato da respectiva categoria que o agrupa, (…) tem constância no tempo, ocupa sua posição por tempo indefinido com sua presença permanente no posto de trabalho, ou seja, no lugar onde existe o trabalho que requer a sua força, sua fixação a uma fonte de trabalho constante, sendo por isso registrado como força de trabalho permanente junto a essa fonte de trabalho" [39], como por exemplo, os estivadores. Já não sofrem dessa proteção o trabalhador eventual (cujo trabalho "se caracteriza por ser de curta duração, passageiro, um acontecimento isolado (um evento), que se extingue por sua temporariedade, por sua natureza contingente" e a "relação jurídica que o vincula a terceiros se caracteriza pela descontinuidade, pela impossibilidade de fixação jurídica a uma fonte de trabalho e a curta duração" [40]) e o trabalhador autônomo ("aquele que trabalha quando quer, para quem quer, onde quer"[41]).

[38] Idem, p. 299
[39] Idem, p.299 e 300
[40] Idem, p. 299
[41] Idem, p. 300

Direitos relativos ao menor trabalhador: o ECA (Estatuto da Criança e Adolescente) estabelece o critério de diferenciação entre a criança (de 0 a 14 anos) e adolescente (de 14 a 18 anos). A partir destes dados, a Constituição proibiu qualquer trabalho para a criança e permitiu ao adolescente de 14 até os 16 anos apenas como aprendiz, recebendo salário e impossibilitado de exercê-lo em condições de insalubridade, periculosidade ou em horário noturno, permitindo o exercício do trabalho para os adolescentes a partir de 16 anos, desde que não seja em condições de insalubridade, periculosidade ou em horário noturno (inciso XXXIII e EC nº. 20).

Direitos de participação nos lucros e na gestão: previsto no inciso XI, é norma de eficácia limitada, porque dependente de lei para efetivar-se, lembrando que a participação na gestão da empresa é admitida apenas excepcionalmente.

1) Direitos **coletivos** dos trabalhadores

Direito de associação profissional ou sindical: por questão de ordem, necessário se faz definir associação profissional não sindical com aquela que "se limita a fins de estudo, defesa e coordenação dos interesses econômicos e profissionais de seus associados", enquanto a associação profissional sindical é aquela "com prerrogativas especiais, tais como: defender os direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, até em questões judiciais e administrativas; participar de negociações coletivas de trabalho e celebrar convenções e acordos coletivos; eleger ou designar representantes da respectiva categoria e; impor contribuições a todos aqueles que participam das categorias econômicas ou profissionais representadas" [42].

O *princípio da autonomia sindical* inclui a possibilidade de ser criada a pessoa jurídica do sindicato sem qualquer autorização ou formalismo, a não ser a sua inscrição no registro de pessoas jurídicas, não mais estando submetido ao Ministério do Trabalho ou a qualquer outro órgão (art. 8º, inciso I), assim como a liberdade de adesão sindical significa a ausência de qualquer autorização ou constrangimento na filiação ou na manutenção da filiação (incisos V e IV).

O sindicato está capacitado a representar os interesses gerais da categoria, os interesses individuais dos associados (seja diante de autoridade administrativa ou judicial, tratando-se do direito *de substituição processual*, ou seja, o sindicato ingressa em nome próprio na defesa de interesses alheios - art. 8º, inciso III) e a celebrar "acordos de caráter normativo, pelo qual dois ou mais sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, às relações individuais de trabalho" [43] (convenções coletivas de trabalho) (art. 8º, inciso VI).

Adota-se constitucionalmente o *princípio de unicidade sindical* por categoria (só pode existir um único sindicato representando uma mesma categoria profissional ou econômica dentro de determinado território, a saber, do tamanho mínimo de um Município) e o *princípio da pluralidade de bases territoriais* (possibilidade da existência de vários sindicatos a nível supramunicipal) (art. 8º, inciso II).

[42] Idem, p. 304
[43] CLT, art. 611

Direito de greve: trata-se de uma abstenção coletiva concertada do trabalho subordinado (decidida em conjunto pelos trabalhadores) e tem como objetivo a concretização de direitos e interesses através da formação de um futuro contrato coletivo de trabalho, sendo por isso considerado o direito de greve um direito fundamental de natureza instrumental, ou seja, uma garantia constitucional (art. 9º, inciso I).
A regulamentação do direito de greve se dará por meio de lei infraconstitucional, que não poderá limitá-lo, mas poderá restringi-lo, portanto podemos compreender essa norma constitucional como de eficácia contida (de acordo com o art. 9º, §1º, da CF). "A greve pode, é de lembrar-se, revestir-se de múltiplas feições: as greves *reivindicatórias*, as de *solidariedade*, as de *cunho político* e as de simples *protestos*" [44].
Ainda é de se lembrar de que as atividades essenciais da sociedade (art. 9º, § 1º) são: tratamento e abastecimento de água, produção e distribuição de energia elétrica, gás e combustível; assistência médica e hospitalar; distribuição e comercialização de medicamentos e alimentos; serviços funerários; transporte coletivo; captação e tratamento de esgoto e lixo; telecomunicações; guarda e controle de substâncias radioativas, equipamentos e materiais nucleares; processamentos de dados ligados a serviços essenciais; controle de tráfego aéreo; e compensação bancária.

Direito de participação laboral: não é um direito típico dos trabalhadores, porque também cabe aos empregadores. É direito coletivo de natureza social, previsto no art. 10.

JURISPRUDÊNCIA DO STF

⇨Unicidade Sindical - Princípio da Anterioridade:
Havendo mais de um sindicato constituído na mesma base territorial, o que é vedado pelo princípio da unicidade sindical (CF, art. 8º, inciso II), tal sobreposição deve ser resolvida com base no princípio da anterioridade, isto é, cabe a representação da classe trabalhadora a organização que primeiro efetuou o registro sindical.

⇨Sindicato - Princípio da Unicidade:
Não ofende o princípio da unicidade sindical (CF, art. 8º, inciso II: "é vedada a criação de mais de uma organização sindical, de qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial...") a criação de sindicato, por desmembramento, na mesma base territorial, quando não se tratar de categoria profissional diferenciada. Com esse entendimento, a Turma não conheceu de recurso extraordinário interposto por sindicato contra o desmembramento de categoria profissional que não possui estatuto próprio, portanto não pode ser tida como diferenciada, à luz do disposto no § 3º do art. 511 da CLT ("§ 3º Categoria diferenciada é a que se forma dos empregados que exerçam profissões ou funções diferenciadas por força de estatuto profissional especial ou em consequência de condições de vida singulares.").

[44] Rosah Russomano - *Curso de Direito Constitucional* - Freitas Bastos, 1997, p. 285

⇨Associação - Representação Judicial de Filiados:
A autorização para que as entidades associativas tenham legitimidade para representar seus filiados judicialmente tem que ser expressa (CF, art. 5º, inciso XXI), sendo necessário a juntada de instrumento de mandato ou de ata da assembleia geral com poderes específicos, não bastando previsão genérica constante em seu estatuto.

⇨Dirigente Sindical - Estabilidade Provisória:
A formalidade do art. 543, § 5º, da CLT, que trata da ciência do empregador da candidatura do empregado a mandato sindical, foi recepcionada pelo art. 8º, inciso VIII da CF ("É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se converter falta grave nos termos da lei").
Diante do princípio da razoabilidade, a Turma deu provimento a recurso extraordinário, ao fundamento de que a circunstância da CF/88 não aludir à ciência do empregador não implica em ausência de recepção das normas contidas na CLT e que tal ciência é indispensável a que se venha contestar rescisão de contrato de trabalho.

⇨Limite Máximo de Dirigentes Sindicais:
O art. 522, da CLT ("A administração do sindicato será exercida por uma diretoria constituída, no máximo, de sete e, no mínimo, de três membros e de um conselho fiscal composto de três membros, eleitos esses órgãos pela assembleia geral.") foi recepcionado pela CF/88. A Turma entendeu que não há incompatibilidade entre a mencionada norma e o princípio da liberdade sindical, que veda ao poder público a interferência e a intervenção na organização sindical (CF, art. 8º, inciso I), ao fundamento de que, estando tal liberdade disciplinada em normas infraconstitucionais, a lei pode fixar o número máximo de dirigentes sindicais à vista da estabilidade provisória no emprego a eles garantida no art. 8º, inciso VIII, da CF (acima transcrito).

⇨A fixação do adicional de insalubridade em determinado percentual do salário mínimo contraria o disposto no art. 7º, inciso IV, da CF, que veda a sua vinculação para qualquer fim.

⇨A CF/88 extinguiu a estabilidade laboral, estabelecendo como forma de proteção contra despedida arbitrária ou sem justa causa do trabalhador a indenização compensatória (CF, art. 7º, inciso I: "São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: I - relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos").

⇨Registro de Sindicato - Efeito Retroativo:
Não ofende o art. 8º, inciso I, da CF ("É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte: I - a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente,..."), a decisão do TST que reconhecera o direito à estabilidade provisória de membros da diretoria de sindicato recém-fundado, cujo pedido de registro perante o Ministério do Trabalho ocorrera

dentro do prazo de aviso prévio de seus diretores. Considerou-se que uma vez deferido o registro do sindicato, sua eficácia retroage à data do pedido para efeito da garantia da estabilidade provisória no emprego (CLT, art. 453, § 3º: "Fica vedada a dispensa do empregado sindicalizado ou associado a partir do momento do registro de sua candidatura a cargo de representação de entidade sindical ou de associação profissional, até um ano após o final do seu mandato,...").

⇨Considera-se recepcionada pela CF/88 a contribuição sindical compulsória prevista no art. 578, da CLT - exigível de todos os integrantes de categoria econômica ou profissional, independentemente de filiação ao sindicato.

⇨Jornada de Trabalho e Revezamento:
A existência de intervalo para descanso ou alimentação, dentro de cada turno, não descaracteriza a hipótese de turnos ininterruptos de revezamento, prevista no art. 7º, inciso XIV, da CF ("Art. 7º: São direitos dos trabalhadores: XIV - jornada de trabalho de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.").

Tratando-se de trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, o intervalo fixado para descanso e alimentação do trabalhador não afasta o seu direito à jornada de 6 horas, assegurado pelo art. 7º, inciso XIV, da CF ("Art. 7º São direitos dos trabalhadores: XIV - jornada de trabalho de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva."). Ao referir-se a qualificação "ininterruptos" ao sistema de produção da empresa (cujas máquinas têm de estar funcionando continuamente) e não à jornada de trabalho individual do empregado — concluíra no sentido de não conhecer do recurso extraordinário da empresa porquanto a “ratio” do inciso XIV, do art. 7º, da CF é minimizar os desgastes biológicos causados ao empregado sujeito a revezamento (que trabalha ora pela manhã, ora pela tarde, ora pela noite, ora pela madrugada), garantindo-lhe a jornada de trabalho de 6 horas.

⇨Sindicato e Substituição Processual:
O art. 8º, inciso III da CF (“ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas”) confere às entidades sindicais substituição processual ampla e irrestrita. Esse entendimento foi acolhido pelo legislador ordinário ao dispor, no art. 3º da Lei 8.073/90, que os sindicatos poderão atuar na defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais dos integrantes da categoria, como substitutos processuais.

QUESTÕES DE PROVA

Por força da mudança de entendimento do STF e/ou da alteração da legislação desde a aplicação da prova, essas questões podem ter mais de uma resposta ou nenhuma resposta.

1. (ESAF – AGU – 98) - Assinale a opção correta:
   a) A liberdade sindical constitucionalmente assegurada não permite a criação de mais de um sindicato, representativo de uma mesma categoria profissional ou econômica, por base territorial.
   b) A contribuição fixada pela assembleia geral para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva é obrigatória para filiados ou não filiados.
   c) A participação dos sindicatos nas negociações coletivas pode ser dispensada se os trabalhadores designarem diretamente os seus próprios representantes.
   d) As normas que integram o capítulo referente aos direitos sociais são normas constitucionais programáticas.
   e) A Constituição Federal assegura um direito de greve absoluto ou irrestrito.

Resposta:

a) correto – de acordo com art. 8º, inciso II.

b) errado – a CF não esclarece, no seu art. 8º, inciso IV, mas o STF tem afirmado que só a contribuição sindical, instituída por lei, de natureza tributária, é obrigatória para os filiados ou não filiados. Por outro lado, a contribuição confederativa só é obrigatória para os sindicalizados.

c) errado – a CF exige a presença dos sindicatos nas negociações coletivas (CF, art. 8º, inciso VI).

d) errado – entre as normas constitucionais definidoras de direitos sociais encontram-se algumas de eficácia limitada (inclusive de eficácia limitada diferida, ou seja, programática), outras de eficácia plena e outras de eficácia contida.

e) errado – conforme o art. 9º, §§ 1º e 2º, da CF, o direito de greve, como os direitos fundamentais em geral, não é absoluto, por força do princípio das limitações recíprocas dos direitos fundamentais.

2. (ESAF – AGU/99) - Assinale a opção correta:
   a) Mandado de segurança somente pode ser utilizado para a defesa de direitos e garantias individuais, sendo vedado o seu uso com objetivo de defender atribuições ou prerrogativas de órgãos públicos.
   b) A decisão proferida em mandado de injunção supre plenamente a omissão legislativa.
   c) O salário do trabalhador é irredutível, salvo disposição contida em acordo ou convenção coletiva.
   d) A contribuição sindical, fixada pela assembleia geral, será descontada em folha de qualquer trabalhador independentemente de sua vinculação ao sindicato.
   e) Lei complementar não pode estabelecer restrições ao direito de greve do servidor público.

Resposta:

a) errado – a garantia constitucional do mandado de segurança (CF, art. 5º, inciso LXIX e LXX) pode ser utilizada na defesa de direito líquido e certo de particulares (pessoas físicas e jurídicas de direito privado) e de pessoas jurídicas de direito público, como por exemplo, um município pode propor mandado de segurança para exercer suas competências caso se veja impossibilitado de exercê-las por ato de autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

b) errado – a decisão judicial julgada procedente em uma ação judicial de mandado de injunção não supre a falta de norma regulamentadora ou o ato administrativo faltante, mas, em de regra, serve para que a falta do Poder Público seja a ele comunicada para que o realize (CF, art. 5º, inciso LXXII e art. 103, § 2º). De acordo com o STF, a procedência do mandado de injunção traduz uma decisão de natureza mandamental (ordem judicial ao poder público omisso, obrigando-o a agir) e permite à autoridade judicial a concretização do direito concreto reclamado (adoção da teoria concretista).

c) correto – de acordo com a CF, art. 7º, inciso VI.

d) errado – a CF não esclarece, no seu art. 8º, inciso IV, mas o STF tem afirmado que só a contribuição sindical, instituída por lei (e não pela assembleia legislativa), de natureza tributária, é obrigatória para os filiados ou não filiados.

e) correto – a banca considerou esta assertiva como errada, mas o STF entende que o direito de greve do servidor público (CF, art. 37, inciso VII) é uma norma de eficácia limitada (dependente de regulamentação), e não uma norma de eficácia contida (de plena eficácia, mas sujeita às restrições pelo Poder Público). Cabe ressaltar que o dispositivo constitucional relativo ao direito de greve do servidor sofreu emenda constitucional (EC 19) e, atualmente, uma simples lei (específica) pode regulamentá-lo, podendo até ser regulamentada por lei complementar (mas não restringida), mas não é necessário que seja por ela.

É necessário lembrar que esta questão deveria ter sido anulada por duplicidade de opções corretas.

3. (ESAF - AGU/99) - Assinale a opção correta:
   a) Nos termos da Constituição, a proteção contra a despedida arbitrária há de ser estabelecida em lei ordinária.
   b) É permitida a criação de mais de uma entidade sindical, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial.
   c) A Constituição admite a não equiparação dos direitos do trabalhador avulso e do trabalhador com vínculo empregatício.
   d) A Constituição legitima a distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual.
   e) Nos termos da Constituição, é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

Resposta:

a) errado – o valor da indenização previsto no art. 7º, inciso I, da CF, encontrava-se, temporariamente definido no ADCT, art. 10, inciso I. Mas, por autorização constitucional poderia ser redefinido por lei complementar e foi, e não por lei ordinária.

Recai sobre esta norma (CF, art. 7º, incido I) o princípio da reserva legal.

b) errado – é vedado, por expressa previsão constitucional (CF, art. 8º, inciso II).

c) errado – a Constituição brasileira prevê a equiparação entre o trabalhador urbano e rural, com vínculo empregatício permanente ou avulso (CF, art. 7º, inciso XXXIV).

d) errado – a Constituição Federal proíbe a distinção entre o trabalho manual, técnico e intelectual (art. 7º, inciso XXXII).

e) correto – CF, art. 8º, inciso VI.

4. (ESAF - FISCAL DO TRABALHO - 98) - Assinale a assertiva correta:
   a) Segundo o entendimento dominante do Supremo Tribunal Federal, os direitos sociais são insuscetíveis de alteração mediante emenda constitucional.
   b) Extingue-se em dois anos, para o trabalhador urbano, o direito de reivindicar créditos resultantes de relações do trabalho.
   c) A participação nos lucros da empresa é um direito inalienável do empregado.
   d) Nos termos da Constituição Federal, o salário do trabalhador pode sofrer redução com base em convenção ou acordo coletivo.
   e) Nos termos da Constituição Federal, o aviso-prévio poderá ser inferior a 30 dias.

↳*Resposta:*

a) errado – os diretos sociais não são considerados "cláusulas pétreas" e, por este motivo, podem ser alterados por emenda, no sentido de aboli-los no todo ou em parte. Há exemplos de emendas constitucionais neste sentido: EC nº 20/98, EC nº 28/00 e EC nº 53/06.

b) errado – o direito de reivindicar créditos trabalhistas prescreve em dois anos a contar da extinção do contrato de trabalho. Enquanto perdurar o contrato de trabalho, o prazo para que o trabalhador reclame seus direitos trabalhistas será de cinco anos (CF, art. 7º, inciso XXIX).

c) errado – inalienáveis são os direito individuais fundamentais (direitos de primeira geração ou dimensão de direitos), mas não os direitos sociais (direitos de segunda geração ou dimensão de direitos). Portanto, este direito social (CF, art. 7º, inciso XI) pode ser alienado (objeto de transação, troca).

d) correto – CF, art. 7º, inciso VI.

e) errado – de acordo com a CF, art.7º, inciso XXI, o aviso prévio será de no mínimo 30 dias, e deverá ser regulamentado por lei.

5. (ESAF - FISCAL DO TRABALHO - 98) - Assinale a assertiva correta:
   a) É facultada aos sindicatos a participação nas negociações coletivas de trabalho.
   b) Não é permitida a criação de mais de uma organização sindical, representativa de uma mesma categoria profissional, em uma mesma base territorial.
   c) A fundação de sindicato deverá ser homologada no órgão estatal competente.
   d) O aposentado não tem direito a participar de organização sindical.
   e) A contribuição para custeio do sistema confederativo da representação sindical é obrigatória para todos os membros da categoria profissional.

↳Resposta:

a) errado – é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho (CF, art. 8º, inciso VI).

b) correto – art. 8º, inciso II, da CF. Trata-se do princípio da unicidade sindical.

c) errado – de acordo com a CF, art. 8º, inciso I, é desnecessária a autorização e vedada a interferência e intervenção estatal nas organizações sindicais.

d) errado – art. 8º, inciso VII.

e) errado - a CF não esclarece, no seu art. 8º, inciso IV, mas o STF tem afirmado que só a contribuição sindical, instituída por lei, de natureza tributária, é obrigatória para os filiados ou não filiados.

6. (ESAF - AFC/CGU - 2004) Na questão abaixo, relativa a direitos e garantias fundamentais, marque a única opção correta.

a) Segundo a jurisprudência do STF, havendo mais de um sindicato constituído na mesma base territorial, a sobreposição deve ser resolvida com base no princípio da anterioridade, cabendo a representação da classe trabalhadora à organização que primeiro efetuou o registro sindical.
b) Segundo a jurisprudência do STF, a estabilidade do dirigente sindical, no caso do servidor público, estende-se inclusive ao cargo em comissão eventualmente por ele ocupado à época de sua eleição.
c) Segundo a jurisprudência dos Tribunais, a interposição de Mandado de Segurança Coletivo por sindicatos ou associações legitimadas não dispensa a juntada de procuração individual por parte dos integrantes da coletividade, unida pelo vínculo jurídico comum.
d) A decretação de greve por questões salariais, fora da época de dissídio coletivo, não encontra respaldo no direito de greve definido no texto constitucional.
e) A participação dos empregados nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais sejam objetos de deliberação, nos termos da CF/88, depende da existência de número mínimo de empregados registrados na categoria.

↳Resposta:

a) correto

b) errado – cargos em comissão e de confiança são denominados cargos demissíveis "ad nutum", ou seja, desde logo, independentemente de qualquer processo judicial ou administrativo ou mesmo de qualquer motivação.

c) errado – de acordo com o STF, existem processos em que o autor é legitimado pela própria lei (constitucional ou infraconstitucional) para, em nome próprio defender interesses alheios, independentemente da autorização destes. Estes são os denominados "substitutos processuais", e podemos identificá-los quando da propositura do mandado de segurança coletivo (CF, art. 5º, inciso LXX), mandado de injunção coletivo (garantia constitucionalmente implícita), ação popular (CF, art. 5º, inciso LXXIII), ação de impugnação de mandato eletivo (CF, arts. 5º, §§ 10 e 11), ação direta (CF, art. 102, inciso I, alínea a), ação declaratória (CF, art. 102, inciso I, alínea a), etc.

STF, súmula nº 629: "A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados independe da autorização destes".

d) errado – de acordo com a CF (art. 9º, "caput"), cabe aos trabalhadores decidir a sobre a oportunidade de exercer o direito de greve, e os interesses que devam por meio dele defender.
e) errado – a CF, no art. 10, não exige um número mínimo de trabalhadores registrados na categoria para o exercício do direito de, democraticamente, contribuir para a tomada de decisões do Poder Público no que diz respeito aos interesses dos trabalhadores e empregadores.

7. (ESAF – TRF – 2003) Assinale a opção correta com relação aos direitos sociais.
   a) Seguro-desemprego a ser concedido em qualquer caso por tempo determinado.
   b) Fundo de garantia por tempo de serviço a ser fornecido a todos os trabalhadores brasileiros públicos e privados.
   c) Remuneração do trabalho noturno igual à do diurno.
   d) Proteção em face da automação, na forma da lei.
   e) Salário-família pago a todos os empregados urbanos e rurais.

↳*Resposta:*
a) errado – de acordo com a CF, art. 7º, inciso II, o seguro desemprego só é possível em caso de desemprego involuntário.
b) errado – o FGTS (CF, art. 7º, inciso III) é assegurado constitucionalmente aos trabalhadores urbanos e rurais com vínculo empregatício permanente ou avulso (art. 7º, "caput" e inciso XXXIV). Mas não aos trabalhadores domésticos (art. 7º, parágrafo único) e nem aos servidores públicos civis (art. 39, §3º).
c) errado – a remuneração do trabalho noturno deverá ser superior ao diurno, nos termos da CF, art. 7º, inciso IX.
d) correto – art. 7º, inciso XXVII, da CF.
e) errado – apenas para os trabalhadores de baixa renda, em razão de seus dependentes (CF, art. 7º, inciso XII, alterado pela EC nº 20/98).

8. (ESAF – MPU – 2004) Sobre direitos e garantias fundamentais, marque a única opção correta.
   a) A criação de cooperativas independe de regulação legal e de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
   b) Qualquer brasileiro pode propor ação popular para anular ato lesivo ao meio ambiente, sendo o autor da ação isento, em qualquer caso, dos ônus da sucumbência e das custas judiciais.
   c) Ocorrerá perda da nacionalidade brasileira sempre que um brasileiro adquirir voluntariamente outra nacionalidade.
   d) O direito do empregado à irredutibilidade salarial pode ser objeto de negociação coletiva.
   e) O aposentado filiado a um sindicato preserva o direito de votar nas eleições para escolha dos dirigentes do sindicato, mas não poderá concorrer a cargo de direção ou representação sindical.

Resposta:

a) errado – de acordo com a CF, no art. 5º, inciso XVIII, a criação das cooperativas depende de regulamentação legal, mas independe de autorização e não admite interferência em seu funcionamento por parte do Poder Público.

b) errado – apenas os cidadãos são legitimados para a propositura de uma ação popular, e, via de regra, essa ação é gratuita, salvo se comprovada a má-fé do autor (CF, art. 5º, inciso LXXIII).

c) errado – o brasileiro pode adquirir outra nacionalidade e, eventualmente, não perder a nacionalidade brasileira (CF, art. 12, § 4º, inciso II, alíneas a e b).

d) correto – art. 7º, inciso VI, desde que haja a participação do sindicato (CF, art. 8º, inciso VI).

e) errado – o aposentado sindicalizado pode votar e ser votado para um cargo eletivo dentro do sindicato, conforme o art. 8º, inciso VII, da CF.

9. (ESAF – AFRF – 2005) Sobre os direitos sociais, na Constituição de 1988, marque a única opção correta.

a) Para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, a jornada será sempre de seis horas.
b) A Constituição Federal fixa que a remuneração do serviço extraordinário será superior em cinquenta por cento à do normal.
c) O salário-família pago em razão do dependente é direito apenas do trabalhador considerado de baixa renda, nos termos da lei.
d) Nos termos da Constituição Federal, é assegurada ao empregado a participação nos lucros, ou resultados, vinculada à remuneração, e à participação na gestão da empresa.
e) A Constituição Federal assegura a eleição, nas empresas, de um representante dos empregados com a finalidade exclusiva de promover o entendimento direto com os empregadores.

Resposta:

a) errado – de acordo com o art. 7º, inciso XIV, da CF, é direito do trabalhador "jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva". Portanto, a jornada poderá ser diversa se houver acordo coletivo, com a participação do sindicato (CF, art. 8º, inciso VI).

b) errado – o art. 7º, inciso XVI, determina que a hora extra será de no mínimo cinquenta por cento acima da hora normal.

c) correto – conforme o art. 7º, inciso XII, alterado pela EC 20.

d) errado – a CF determina no art. 7º, inciso XI, o direito do trabalhador à "participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei".

e) errado – o art. 11, da CF, autoriza esta representação apenas nas empresas com mais de duzentos empregados.

10. (ESAF – TRF – 2006) Sobre direitos sociais, marque a única opção correta.

a) A duração do trabalho normal tem previsão constitucional, não havendo a possibilidade de ser estabelecida redução da jornada de trabalho.
b) Nos termos da Constituição Federal, a existência de seguro contra acidentes de trabalho, pago pelo empregador, impede que ele venha a ser condenado a indenizar o seu empregado, em caso de acidente durante a jornada normal de trabalho.
c) A irredutibilidade do salário não é um direito absoluto do empregado, podendo ocorrer redução salarial, desde que ela seja aprovada em convenção ou acordo coletivo.
d) A Constituição Federal assegura, como regra geral, a participação do empregado na gestão da empresa, salvo disposição legal em contrário.
e) Não integra os direitos sociais, previstos na Constituição Federal, a assistência aos desamparados.

Resposta:

a) errado – a CF, no art. 7º, inciso XIII, ao determinar a duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, possibilita a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.

b) errado – o art. 7º, no seu inciso XXVIII, garante ao trabalhador seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.

c) correto – de acordo com o inciso XIII, do art. 7º.

d) errado – a CF determina no art. 7º, inciso XI, ao trabalhador, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.

e) errado – o art. 6º, ao elencar de forma não exaustiva os direitos sociais, insere a assistência aos desamparados.

11. (ESAF – TRF – 2006) Sobre direitos sociais e nacionalidade brasileira, marque a única opção correta.

a) A assistência gratuita aos filhos e dependentes do trabalhador em creches e pré-escolas só é garantida desde o nascimento até a idade de seis anos.
b) Nos termos da Constituição Federal, o repouso semanal é remunerado e deve ser concedido aos domingos.
c) Ao adotar o *jus solis* como critério para aquisição da nacionalidade brasileira nata, a Constituição Federal assegura que todos os filhos de estrangeiros nascidos no Brasil serão brasileiros.
d) A regra especial de aquisição da nacionalidade brasileira para os nascidos em países de língua portuguesa, prevista no texto constitucional, estabelece que esses estrangeiros necessitam apenas comprovar residência por um ano ininterrupto e inexistência de condenação penal transitada em julgado.
e) Havendo reciprocidade, um português poderia ser oficial das Forças Armadas brasileira.

Resposta:

a) errado – esta questão foi considerada correta pela Banca organizadora deste concurso, mas por força da alteração promovida pela EC 53/2006, foi dada nova redação reduzindo de seis para cinco anos: art. 7º, inciso XXV, "assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas".

A questão restou sem resposta, por força da ausência de alternativa correta.

b) errado – de acordo com a CF, art. 7º, inciso XV, o repouso será semanal, remunerado e preferencialmente, mas não obrigatoriamente, aos domingos.

c) errado – nem todos os nascidos no Brasil serão considerados brasileiros. A CF excepciona os filhos de estrangeiros a serviço do país de origem (art. 12, inciso I, alínea a).

d) errado – de acordo com a CF, no art. 12, inciso II, alínea a, serão exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.

e) errado – o art. 12, § 3º, determina que só os brasileiros natos poderão ocupar certos cargos, entre eles o de oficial das Forças Armadas brasileiras.

12. (FCC - AFTM/SP – 2007) A Constituição assegura a liberdade de associação sindical, observando que:

a) ninguém será obrigado a filiar-se ou manter-se filiado a sindicato, salvo na hipótese de assumir cargo de direção ou representação sindical.
b) o aposentado filiado tem direito de votar, mas não de ser votado, nas organizações sindicais.
c) é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
d) ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, exceto em questões administrativas.
e) a assembleia geral somente pode fixar contribuição para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva diante da inexistência de contribuição prevista em lei.

Resposta:

a) errado – de acordo com o art. 8º, inciso V, não há qualquer exceção ao direito de filiação ou não filiação ao sindicato.

b) errado – o art. 8º, inciso VII, autoriza ao aposentado sindicalizado não só o direito de votar, mas também o direito de ser votado nas organizações sindicais.

c) correto – de acordo com o art. 8º, inciso VI.

d) errado – ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas, conforme o art. 8º, inciso III.

e) errado – a CF determina no art. 8º, inciso IV, que a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei.

13. (CESPE/UnB – Oficial de Justiça/RR – 2006) Assinale a opção correta a respeito dos direitos sociais previstos na Constituição Federal.

a) O rol de garantias contido no artigo 7.º da Constituição, que elenca direitos sociais, exaure a proteção social que se pode atribuir aos cidadãos.
b) A negociação coletiva — direito reservado exclusivamente aos trabalhadores da iniciativa privada — pressupõe a existência de partes detentoras de ampla autonomia negocial, o que não se realiza no plano da relação estatutária, pois a administração pública é vinculada pelo princípio da legalidade.
c) Os direitos sociais são também conhecidos como direitos de terceira geração, pois compreendem as liberdades clássicas do cidadão.
d) A Constituição Federal faz opção absoluta pelo repouso do trabalhador aos domingos.

Resposta:

a) errado – o art. 7ª, "caput", define os direitos sociais apenas exemplificativamente, inclusive porque se utiliza da expressão "além de outros" ("são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social").

b) correto.

c) errado – os direitos individuais são direitos de primeira geração ou primeira dimensão de direitos e compreendem as liberdades clássicas do cidadão, reconhecidos a partir do século XVIII. Por outro lado, os direitos sociais são denominados direitos de segunda geração ou segunda dimensão de direitos e só passaram a integrar as Constituições a partir do século XX.

d) errado – de acordo com o art. 7º, inciso XV, a CF impõe um descanso semanal, mas apenas sugere que seja aos domingos ("preferencialmente").

14. (FCC – TCE/MG – 2007) São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos o direito, dentre outros,

a) à proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei.
b) à licença-paternidade, nos termos fixados em lei.
c) à remuneração do serviço extraordinário, superior, no mínimo a cinquenta por cento à do normal.
d) ao salário-família, pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda, nos termos da lei.
e) ao reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho.

Resposta:

a) errado – art. 7º, inciso XX, que se encontra excluído do § único deste artigo.

b) correto – de acordo com o art. 7º, § único, que estende aos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VIII, XV, XVII, XVIII, XIX, XXI e XXIV, bem como a sua integração à previdência social. Percebemos que entre eles se encontra o inciso XIX.

c) errado – art. 7º, inciso XVI, que se encontra excluído do § único deste artigo.

d) errado – art. 7º, inciso XII, que se encontra excluído do § único deste artigo.
e) errado – art. 7º, inciso XXVI, que se encontra excluído do § único deste artigo.

(CESPE/UNB – TCU – 2007) Acerca dos direitos sociais, julgue os itens subsequentes.

15. Os direitos sociais, de estatura constitucional, correspondem aos chamados direitos de segunda geração. Entre esses direitos, incluem-se a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

↳*Resposta:*
correto – de acordo com o art. 6º, da CF.

16. Em capítulo próprio da Constituição Federal, é apresentado o rol de todos os direitos sociais a serem considerados no texto constitucional.

↳*Resposta:*
errado – além dos direito sociais previstos nos arts. 6º ao 11, existem outros espalhados pela Constituição brasileira. Por exemplo, aqueles presentes no Título VIII, relativo à Ordem Social (arts. 193 ao 232).

17. (ESAF – ATRFB – 2009) Sobre os direitos sociais, assinale a única opção correta.

a) A Constituição Federal de 1988 proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezesseis e qualquer trabalho a menores de quatorze anos.
b) É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Estado Federado.
c) Os intervalos fixados para descanso e alimentação durante a jornada de seis horas descaracterizam o sistema de turnos ininterruptos de revezamento previsto no texto constitucional.
d) A Constituição Federal de 1988 garante a igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.
e) É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

↳*Resposta:*
a) errado – de acordo com a CF, art. 7º, inciso XXXIII, é proibido o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.
b) errado – a CF, no art. 8º, inciso II, determina que não pode ser inferior à área de um Município.

c) errado – o entendimento do STF, de acordo com a Súmula nº 675 é: "Os intervalos fixados para descanso e alimentação durante a jornada de seis horas não descaracterizam o sistema de turnos ininterruptos de revezamento previsto no texto constitucional".

d) correto – de acordo com o art. 7º, inciso XXXIV, da CF.

e) errado – a CF determina, no art. 8º, inciso VIII, que "é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei".

(UnB/CESPE – ANAC – 2009) Quanto aos direitos e garantias fundamentais, julgue o item a seguir.

18. No direito de greve, além do fato de o empregado não trabalhar, incluem-se diversas situações de índole instrumental, tais como atuação em piquete pacífico, passeata, propaganda, coleta de fundos, operação tartaruga e não colaboração.

↳*Resposta:*

correto – CF, art. 9º, "caput", e entendimento doutrinário e jurisprudencial.

(UnB/CESPE – PGM/RR – 2010) Acerca das diversas formas de controle sobre a administração pública, julgue os itens a seguir.

19. Nas empresas com mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de um representante dos empregados com a finalidade exclusiva de promover o entendimento direto entre eles e os empregadores.

↳*Resposta:*

correto – de acordo com o art. 11, da CF. Trata-se da figura conhecida popularmente como o "delegado de fábrica".

20. Tanto o trabalhador urbano quanto o trabalhador rural têm direito a assistência gratuita para seus filhos e dependentes, em creches e pré-escolas até determinada idade.

↳*Resposta:*

correto – a CF, no art. 7º, inciso XXV, define a idade máxima (até cinco anos), mas a falta desde dado não implica na invalidação do item, pois a expressão "até determinada idade" identifica um limite máximo.

(UnB/CESPE – AGU – 2010) Considerando a Constituição Federal de 1988, julgue o item a seguir.

21. Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, até mesmo em questões judiciais ou administrativas, sendo permitida a criação, na mesma base territorial, de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, as quais serão definidas pelos trabalhadores ou empregadores interessados.

↳Resposta:

errado – o art. 8º, inciso II, da CF, adota o princípio da unicidade sindical: só admite uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial

(UnB/CESPE – MP/SE – 2010) Com referência às ações constitucionais e aos direitos sociais previstos na CF, julgue os itens a seguir.

22. Diferentemente das organizações sindicais, das entidades de classe e das associações, os partidos políticos não têm legitimidade para impetrar mandado de segurança coletivo.

↳Resposta:

errado – de acordo com o art. 5º, inciso LXX, da CF, todos aqueles citados no item têm legitimidade ativa, ou seja, podem ser autores) de um mandado de segurança coletivo. Cabe lembrar que se trata de legitimação ativa extraordinária, isto é, substituição processual.

23. Os sindicatos não têm legitimidade processual para atuar na defesa de direitos individuais da categoria que representem, mas são parte legítima para defender direitos e interesses coletivos, tanto na via judicial quanto na administrativa.

↳Resposta:

errado – a CF, no art. 8º, inciso III, reconhece ao sindicato legitimidade para a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

24. Os direitos sociais dos trabalhadores urbanos e rurais indicados no texto constitucional são extensíveis, em sua totalidade, aos servidores ocupantes de cargo público.

↳Resposta:

errado – a CF, no art. 39, § 3º, só estende alguns dos direitos sociais previstos no art. 7º aos servidores ocupantes de cargo público.

(UnB/CESPE – PC/ES – 2011) Julgue os itens a seguir, acerca dos direitos sociais.

25. Os sindicatos têm legitimidade para atuar na defesa dos direitos coletivos dos integrantes da categoria por eles representada, mas não na defesa dos direitos subjetivos individuais destes.

↳Resposta:

errado – a CF, no art. 8º, inciso III, reconhece ao sindicato legitimidade para a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

26. Na condição de direitos fundamentais, os direitos sociais são autoaplicáveis e suscetíveis de defesa mediante ajuizamento de mandado de injunção sempre que a omissão do poder público inviabilize seu exercício.

↳*Resposta:*

correto – de acordo com a CF, art. 5º, § 1º, os direitos fundamentais (individuais, coletivos, sociais, nacionalidade, políticos e partidos políticos) têm aplicação imediata. Muitos dos direitos sociais estão presentes em normas constitucionais de eficácia limitada, portanto há possibilidade de se reclamar o seu exercício através do mandado de injunção (art. 5º, inciso LXXI).

III. DIREITO DE NACIONALIDADE (ART. 12)

Um dos elementos que constituem um Estado soberano é o *humano*, ou seja, o povo. Não se deve confundir o conceito de *povo* (conjunto de nacionais) com o de *população* (conjunto de habitantes que podem ser nacionais ou estrangeiros). Interessa, neste momento, examinarmos o conceito de nacionalidade.

1. **Aquisição** da nacionalidade brasileira:

A nacionalidade divide-se em duas espécies: primária (ou originária) e secundária (ou derivada, ou ainda, adquirida).

a) nacionalidade primária: trata-se do nacional nato e decorre do nascimento no território nacional (critério *jus solis* – art. 12, inciso I, alínea a), ou fora dele, mas havendo descendência de nacional (critério *jus sanguinis* – art. 12, inciso I, alíneas b e c). Neste último caso, o Brasil só reconhece como nacional o(a) filho(a) de nacional, portanto descendente de nacional de primeiro grau.

Nos casos mencionados acima, a nacionalidade decorre de fato natural e involuntário.

Observe-se ainda que o art. 12, inciso I, alínea c, sofreu alteração pela a EC 54/2007, tornando constitucionalmente possível o registro em repartição brasileira competente instalada no exterior.

b) nacionalidade secundária: trata-se do naturalizado e decorre de ato de vontade do indivíduo e do Estado (art. 12, inciso II).

A naturalização não importa aquisição da nacionalidade brasileira pelo cônjuge e filhos do naturalizado, nem autoriza estes a entrar ou se radicar no Brasil, sem que satisfaçam as exigências legais[45].

Só a Constituição Federal Brasileira pode distinguir brasileiros natos dos naturalizados (art.12, §2º) e o faz em alguns momentos: art. 12, § 3º; art. 89, VII; art. 5º, LI; art.14, § 4º, inciso I e art. 222.

1) **Perda** da nacionalidade brasileira:

O brasileiro nato só perderá a nacionalidade brasileira caso se naturalize em outro país (art.12, § 4º, inciso II), e, assim mesmo, será mantida nos casos previstos no art. 12, § 4º, inciso II, alíneas a e b.

Por outro lado, o brasileiro naturalizado poderá perder a sua nacionalidade brasileira no caso descrito anteriormente (art. 12, § 4º, inciso II) e também se cometer um ato nocivo ao interesse nacional (art. 12, § 4º, inciso I).

A Constituição Brasileira prevê caso de dupla nacionalidade (art. 12, § 4º, inciso II, alíneas a e b).

[45] José Afonso da Silva, *Curso de Direito Constitucional Positivo*, p.330.

2) **Reaquisição** da nacionalidade brasileira:

O indivíduo que perder a nacionalidade brasileira poderá recuperá-la na mesma condição que tinha: se era nato, retorna a condição de nato; se era naturalizado, retorna como naturalizado.
As hipóteses são de reaquisição da nacionalidade brasileira são:

a) através de uma ação rescisória no caso de perda previsto no art. 12, § 4º, inciso I.
b) através de um decreto presidencial no caso de perda previsto no art. 12, § 4º, inciso II.

Observe-se que compete à União legislar privativamente sobre a nacionalidade e a naturalização (CF, art. 22, inciso XIII), não se admitindo delegação aos Estados-membros por não se tratar de questão específica deste (CF, art. 22, § único).

QUESTÕES DE PROVA

Por força da mudança de entendimento do STF e/ou da alteração da legislação desde a aplicação da prova, essas questões podem ter mais de uma resposta.

1. (FCC – TRT/RN – 2003) Em condições de reciprocidade, os portugueses nem precisam se naturalizar, pois detém, no Brasil, uma "quase nacionalidade". Os estrangeiros oriundos de países de língua portuguesa também são privilegiados, pois, para se naturalizarem, além da idoneidade moral, exige-se apenas residência no país por:
   a) um ano ininterrupto.
   b) dois anos ininterruptos.
   c) cinco anos ininterruptos.
   d) dois anos, ininterruptos ou não.
   e) cinco anos, ininterruptos ou não.

Resposta:
correto – letra a, nos termos da CF, art. 12, inciso II, alínea a.

2. (FCC –TRT/24ª Região – 2003) São privativos de brasileiro nato, dentre outros, os cargos:
   a) Presidente, de Vice-Presidente da República e de Deputado Federal.
   b) da carreira diplomática, de oficial das Forças Armadas e de Presidente do Senado Federal.
   c) de Presidente, de Vice-Presidente da República e de Senador.
   d) do Poder Judiciário Federal, da carreira diplomática e de oficial das Forças Armadas.
   e) de Presidente, de Senador e de Deputado Federal.

Resposta:
a) errado – deputado federal pode ser brasileiro naturalizado.
b) correto – de acordo com a CF, art. 12, §3º.

c) errado – senador pode ser brasileiro naturalizado.

d) errado – cargo do Poder Judiciário pode ser ocupado por brasileiro naturalizado.

e) errado – deputado federal e senador podem ser brasileiros naturalizados.

3. (FEC[46] – TRT/RJ – 2003) NÃO são privativos de brasileiros natos os cargos relacionados na opção:
   a) Ministro de Estado da Defesa, Embaixador, Presidente do Senado Federal;
   b) Ministro do Tribunal de Contas da União, Presidente da República, Presidente da Câmara dos Deputados;
   c) Membro da carreira diplomática, Advogado-Geral da União, Presidente do Supremo Tribunal Federal;
   d) Ministro do Tribunal de Contas da União, Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Ministro do Tribunal Superior do Eleitoral;
   e) Ministro de Estado da Defesa, Ministro do Tribunal Superior do Eleitoral, Ministro do Supremo Tribunal Federal.

↳*Resposta:*

a) errado – todos são privativos de brasileiros natos (CF, art. 12, § 3º).

b) errado – são privativos de brasileiros natos (CF, art. 12, § 3º), salvo ministro do TCU, que basta ser brasileiro (CF, art. 73, § 1º).

c) errado – todos são privativos de brasileiros natos (CF, art. 12, § 3º), salvo AGU, que basta ser brasileiro (CF, art. 131, § 1º).

d) correto – art. 12, § 3º, a "contrario sensu". Nenhum deles precisa ser brasileiro nato, bastando que seja brasileiro (CF, arts. 131, § 1º; 104, parágrafo único; 119).

e) errado – todos são privativos de brasileiros natos (CF, art. 12, § 3º), salvo o ministro do TSE, que pode ser brasileiro naturalizado (CF, art. 119).

4. (FCC – TRT/BA – 2003) É privativo de brasileiro nato o cargo de:
   a) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
   b) Ministro do Supremo Tribunal Federal.
   c) Procurador-Geral da República.
   d) Ministro de Estado da Justiça.
   e) Ministro de Estado das Relações Exteriores.

↳*Resposta:*

b) correto – de acordo com a CF, art. 12, § 3º.

[46] FEC = Fundação Euclides da Cunha

5. (ESAF – TRF – 2006) Sobre nacionalidade brasileira e a organização e competências da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, marque a única opção correta.
   a) Um brasileiro nato poderá perder a nacionalidade brasileira em razão de condenação penal transitada em julgado, decorrente de prática de atividade nociva ao interesse nacional.
   b) Os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira só terão sua nacionalidade nata reconhecida se vierem a residir no Brasil e optarem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.
   c) A criação de um novo Estado, a partir do desmembramento de parte de um Estado já existente, depende de aprovação pela população do Estado a ser desmembrado, por meio de plebiscito estadual, e de promulgação e publicação de lei complementar, cujo projeto foi aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo Presidente da República.
   d) O ouro de uma mina localizada na área do município "A" pertence à União; porém, o município tem direito à participação no resultado da exploração do ouro ou compensação financeira por essa exploração.
   e) Compete à União explorar diretamente, ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de transporte rodoviário interestadual e intermunicipal de passageiros.

↳*Resposta:*

a) errado – a única possibilidade de o brasileiro nato perder a sua nacionalidade será em caso de naturalização em outro país (art. 12, § 4º, inciso II), com as ressalvas previstas nas alíneas a e b.

b) errado – atualmente, por força da alteração promovida pela EC 54 moficando o art. 12, inciso I, alínea c, não só filho de brasileiro ou brasileira a serviço do Brasil, mas de qualquer brasileiro nascido em outro país, pode ser registrado em repartição brasileira diplomática ou consular instalada e será considerado brasileiro nato.

c) errado – a CF determina no art. 18, § 3º, que a consulta plebiscitária ocorrerá apenas junto à população diretamente interessada.

d) correto – de acordo com o art.20, inciso IX, e § 1º.

e) errado – a CF determina, no art. 30, inciso V, que compete ao município organizar e prestar, diretamente ou sob-regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local (municipal), incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial. Por outro, compete a União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros (art. 20, inciso XII, alínea e). E, por fim, compete ao Estado explorar os serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros (art. 25, § 1º), no exercício de sua competência residual.

6. (UnB/CESPE – TSE – 2007) Luis é um cidadão francês que se naturalizou brasileiro há dois anos. Nessa situação, em virtude de regras constitucionais, Luís:
   a) precisa ter residido no Brasil por mais de trinta anos.
   b) pode ser presidente da Câmara dos Deputados, mas não do Senado Federal.
   c) pode ser extraditado em função de crime comum cometido há cinco anos.

d) perderá a nacionalidade brasileira, se deixar de residir no país por mais de cinco anos consecutivos.

↳*Resposta:*

A opção correta se encontra na letra C, de acordo com o art. 5º, inciso LI.

7. (FCC – TRE – 2007) Márcio é brasileiro nato e é o embaixador do Brasil na Inglaterra, residindo na cidade de Londres. Lá, Márcio conhece Tina, inglesa e começa um relacionamento amoroso com ela, que resulta no nascimento de um filho, de nome Cris. Nos termos da Carta Magna Brasileira de 1988, Cris:

a) somente será considerado brasileiro nato se não optar pela nacionalidade inglesa originária, decorrente de sua genitora.
b) é brasileiro nato, desde que venha residir na República Federativa do Brasil e opte a qualquer tempo pela nacionalidade brasileira.
c) é brasileiro nato, desde que venha residir na República Federativa do Brasil até vinte e um anos de idade e opte pela nacionalidade brasileira.
d) é brasileiro nato, independentemente de vir residir no Brasil e optar pela nacionalidade brasileira.
e) é brasileiro nato, desde que venha residir na República Federativa do Brasil, independentemente de qualquer opção pela nacionalidade brasileira.

↳*Resposta:*

A opção correta é a letra D

8. (UnB/CESPE – TRF – 2007) Acerca dos partidos políticos, direitos políticos e direitos de nacionalidade previstos na Constituição Federal, julgue os seguintes itens.

1. Mantidas as atuais regras eleitorais, nas eleições de 2010, os partidos políticos não estarão vinculados, no plano estadual, ao princípio da simetria de coligações partidárias que se realizem para a eleição presidencial.
2. Considere a seguinte situação hipotética. Uma empregada doméstica brasileira decidiu buscar emprego em país estrangeiro que estabelece como critério de aquisição de nacionalidade o *jus sanguinis* e lá teve um filho, cujo pai, também brasileiro, não estava a serviço do Brasil. Nessa situação, a criança não poderá obter a nacionalidade do país onde nasceu, mas poderá adquirir a nacionalidade brasileira, bastando que o registro seja feito na repartição diplomática brasileira sediada nesse país.
3. O brasileiro nato não pode ser extraditado pelo governo brasileiro a pedido de governo estrangeiro, a menos que o país requerente igualmente lhe tenha concedido nacionalidade originária.
4. A Constituição Federal exige a condição de brasileiro nato ao ocupante dos cargos de ministro do STF e de procurador-geral da República.

5. Os analfabetos, embora alistáveis, não possuem direitos políticos passivos, pois não podem concorrer a cargos eletivos.
6. A infidelidade partidária é hipótese não inserta entre as causas de perda do mandato parlamentar, como tem entendido o STF.

↳*Resposta:*

1. correto – a CF sofreu a EC 52/2006, e passou a assegurar, no art. 17, § 1º, aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações eleitorais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária. Cabe lembrar a ressalva constitucionalmente prevista no art. 16, exigindo que a lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência. Como essa alteração ocorreu em 2006, deverá ser aplicada nas eleições de 2010.

2. correto – esta opção foi considerada incorreta porque elaborada antes da alteração provocada pela EC 54, de 29.09.2007. Atualmente, a questão está de acordo com o art. 12, inciso I, alínea c: "os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira".

3. errado – de acordo com o art. 5º, inciso LI, o brasileiro nato não será extraditado pelo Brasil para a Justiça de país estrangeiro em nenhuma hipótese, se tratando, inclusive, de "cláusula pétrea" expressa (art. 60, § 4º, inciso IV).

4. errado – de acordo com a CF, art. 12, § 3º, inciso IV, é privativo de brasileiro nato o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Por outro lado, não há qualquer impedimento ao brasileiro naturalizado ser nomeado procurador-geral da República pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, desde que seja maior de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal.

5. correto – de acordo com o art. 14, §§ 2º e 4º.

6. errado – este era o entendimento do STF, quando da elaboração desta prova e, portanto, este item foi considerado correto. Mas ocorreu uma alteração neste entendimento, derrubando a jurisprudência anterior. O STF decidiu em outubro de 2007, ao examinar mandados de segurança propostos por partidos políticos, que o mandato pertence ao partido e não ao candidato eleito. Ou seja, reconheceu que os partidos políticos e as coligações partidárias têm o direito de preservar a vaga obtida pelo sistema eleitoral proporcional, se, não ocorrendo razão legítima que o justifique, registrar-se ou o cancelamento de filiação partidária ou a transferência para legenda diversa, do candidato eleito por outro partido (ver informativo do STF nº. 482).

9. (CESGRANRIO – Petrobras – 2008) Maria é brasileira, funcionária da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, e casada com João, também brasileiro. Foi enviada grávida à Itália, juntamente com sua equipe de trabalho, para tratar de assuntos profissionais do interesse da Petrobras. Ao chegar a Roma, Maria teve complicações na gravidez e deu à luz prematuramente a seu filho

Mário, que sobreviveu. De acordo com as disposições constitucionais relativas a direitos da nacionalidade, esse filho de João e Maria será

a) apátrida.
b) estrangeiro.
c) brasileiro nato.
d) brasileiro naturalizado.
e) italiano, podendo optar pela nacionalidade brasileira após a maioridade.

↳*Resposta:*

A opção correta é a letra C, por força do art. 12, inciso I, alínea b, da CF: "os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil".

(UnB/CESPE – ANAC – 2009) Quanto aos direitos e garantias fundamentais, julgue o item a seguir.

10. São brasileiros os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira que vierem a residir no Brasil e optarem pela nacionalidade brasileira, desde que essa opção ocorra até a maioridade.

↳*Resposta:*

errado – de acordo com o art. 12, inciso I, alínea c, da CF: "os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira".

(UnB/CESPE – MMA – 2009) A respeito dos direitos e das garantias fundamentais, julgue o item a seguir à luz da CF.

11. Um brasileiro naturalizado pode ser ministro do STF.

↳*Resposta:*

errado – de acordo com o art. 12, § 3º, inciso IV, da CF.

(UnB/CESPE – MP/SE – 2010) Tendo em vista a disciplina constitucional relativa aos direitos de nacionalidade e aos direitos políticos, julgue o item a seguir.

12. Os estrangeiros originários de países de língua portuguesa adquirirão a nacionalidade brasileira se mantiverem residência contínua no território nacional pelo prazo mínimo de quatro anos, imediatamente anteriores ao pedido de naturalização.

↳*Resposta:*

errado – de acordo com o art. 12, inciso II, alínea a, da CF: "os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral".

13. (Fundação Universa – SEJUS/DF – 2010) Pietra Ferrari é uma italiana naturalizada brasileira. Após anos de luta nos movimentos de defesa dos direitos humanos, foi escolhida para representar o grupo de mulheres na política nacional. Com base no que dispõe a Constituição Federal, é correto afirmar que Pietra poderá ocupar o cargo de
    a) Presidente da República.
    b) Presidente da Câmara dos Deputados.
    c) Presidente do Senado Federal.
    d) Governador de seu estado.
    e) Vice-presidente da República.

Resposta:

A opção correta é a letra D, por força do art. 12, § 3º, incisos, da CF.

14. (FCC – TRE/RN – 2011) Tício, filho de pais americanos, nasceu no Brasil uma vez que seus pais são diplomatas e estavam em território brasileiro a serviço do seu país. Bruno, filho de pais brasileiros, nasceu no México, uma vez que sua mãe estava neste país a serviço da República Federativa do Brasil. Nestes casos,
    a) Tício e Bruno são brasileiros natos.
    b) apenas Tício é brasileiro nato.
    c) apenas Bruno é brasileiro nato.
    d) Tício e Bruno são americano e mexicano, respectivamente.
    e) Tício e Bruno podem ser brasileiros naturalizados, desde que façam esta opção no prazo constitucional.

Resposta:

A opção correta é a letra C, por força do art. 12, inciso I, alínea a e b, da CF: "São brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país" e "São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil".

IV. DIREITOS POLÍTICOS (ARTS. 14 A 16)

A CF/88 determina que o regime político democrático, adotado no Brasil, é o semidireto (democracia participativa), previsto no art. 1º, § único. Isto significa dizer que ora se manifesta indiretamente, através de representantes eleitos, e ora diretamente, através do plebiscito (art. 14, inciso I), referendo (art. 14, inciso II) e iniciativa popular (art. 14, inciso III).

Democracia semidireta, mista ou participativa combina sistemas de democracia direta ou indireta e é uma atenuação da democracia indireta, ou seja, acumula a representação com a participação direta do povo através do plebiscito, referendo e iniciativa popular (vide art. 14, incisos I, II, III). É a forma adotada ora no Brasil.

a) *Iniciativa popular* é a possibilidade de o povo dar início a um processo junto ao executivo, judiciário ou legislativo, buscando conformar a vontade do povo.

b) *Plebiscito*, que significa consulta a plebe, ou seja, ao povo, é uma forma de consulta prévia para se obter autorização direta do povo antes de se realizar um ato.

c) *Referendo* é a consulta popular a *posteriori*, quando o ato praticado depende de ratificação popular para tornar-se plenamente eficaz. O Estado Democrático de Direito é uma *cláusula pétrea* implícita.

O titular do poder político (que é uno e indivisível) é o povo e, em um Estado democrático, também é o seu exercente (direta ou indiretamente, conforme vimos acima).

Por vezes, para que o povo participe interferindo nas decisões políticas, se faz necessário que se encontre no exercício dos seus direitos políticos. Ou seja, não basta ser nacional, é necessário que seja cidadão. *Nacionalidade* é o vínculo que se estabelece entre o indivíduo e o território estatal em razão do nascimento ou por força da naturalização. Já a *cidadania* (no sentido restrito), que permite a participação nas decisões políticas, é o vínculo que se estabelece entre o indivíduo e os poderes públicos, por força do alistamento eleitoral.

1. **Tipos** de direitos políticos:

a) direito político ativo: significa a capacidade de votar (art. 14, §1º, inciso I e II).

b) direito político passivo: significa a capacidade de se eleger (art. 14, §3º).

A capacidade política pode se traduzir como um direito – art. 14, §1º, inciso II; ou pode ser o binômio direito/dever – art. 14, §1º, inciso I.

As palavras "sufrágio", "voto" e "escrutínio" não se confundem (art. 14, caput):

a) Sufrágio significa o direito (direito público subjetivo de natureza política), que aqui no Brasil é universal.

b) Voto significa o exercício desse direito, que aqui no Brasil pode ser direto ou indireto.

c) Escrutínio significa o modo do exercício, que no nosso país é secreto, em se tratando do voto popular.

É bom não esquecer que esse conteúdo do art. 14, caput deve ser preservado enquanto durar a CF/88, já que se trata de uma "cláusula pétrea" (art. 60, §4º, inciso II).

2. Direitos políticos **negativos**:

São negativos porque consistem no conjunto de regras que negam ao cidadão o direito de eleger, ou de ser eleito, ou de exercer atividade político-partidária ou de exercer função pública[47]. Os direitos políticos negativos encontram-se no art. 14, §§ 4º ao 9º, e art. 15.

Observe-se que compete à União legislar privativamente sobre a cidadania (art. 22, inciso XIII), não se admitindo delegação aos Estados-membros por não se tratar de questão específica deste (CF, art. 22, parágrafo único).

QUESTÕES DE PROVA

Por força da mudança de entendimento do STF e/ou da alteração da legislação desde a aplicação da prova, essas questões podem ter mais de uma resposta.

1. (FCC – TRE/CE – 2002) São considerados eleitores os
   a) brasileiros naturalizados, desde o ato solene de concessão da nacionalidade brasileira.
   b) recrutas, no período do serviço militar obrigatório.
   c) maiores de 18 anos, devidamente alistados.
   d) maiores de 16 anos, a partir da data do aniversário.
   e) estrangeiros alistados, residentes no Brasil há, pelo menos, quinze anos ininterruptos.

Resposta:

a) errado – desde o alistamento eleitoral.

b) errado – são inalistáveis e inelegíveis (inelegibilidade absoluta), conforme a CF, art. 14, §§ 2º e 4º.

c) correto – CF, art.14, §1º, inciso I. Não apenas, mas também estes são considerados eleitores no Brasil.

d) errado – só se alistados eleitoralmente (CF, art. 14, § 1º, inciso I).

e) errado – são inalistáveis eleitoralmente (CF, art. 14, § 2º).

2. (FCC – TRE/CE – 2002) O alistamento eleitoral produz o efeito de:
   a) viabilizar a candidatura para todos os postos eletivos.
   b) fixar o número de votantes nos pleitos eletivos.
   c) assegurar, em relação ao alistado, o direito de votar e ser votado.
   d) integrar o nacional no corpo eleitoral.
   e) afastar das urnas os analfabetos.

Resposta:

d) correto – CF, art. 14, § 1º.

[47] José Afonso da Silva, *Curso de Direito Constitucional Positivo*, p.380.

3. (FEC –TRT/RJ – 2003) Autorizar referendo e convocar plebiscito é competência:
   a) privativa da Câmara dos Deputados;
   b) exclusiva do Congresso Nacional;
   c) privativa do Senado Federal;
   d) privativa da União;
   e) exclusiva do Presidente da República.

Resposta:

b) correto – CF, art. 49, inciso XV.

4. (FEC –TRT/RJ – 2003) Dos casos relacionados nos itens abaixo, aquele que, segundo as normas constitucionais, provocará a perda ou suspensão dos direitos políticos é:
   a) cancelamento da naturalização por sentença, antes de transitada em julgado;
   b) invocação de convicção filosófica para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;
   c) condenação criminal, antes de transitada em julgado;
   d) atos de probidade administrativa com observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
   e) incapacidade civil relativa.

Resposta:

a) errado – há perda, mas só após o transito em julgado da sentença condenatória (CF, art. 15, inciso I).

b) correto – CF, art. 15, inciso IV e art. 5º, inciso VIII.

Neste caso, há divergência quanto a se tratar de perda (José Afonso da Silva) e suspensão (legislação eleitoral) dos direitos políticos.

c) errado – há suspensão, mas só após a decisão definitiva (CF, art. 15, inciso III).

d) errado – se houver observância daqueles princípios, não há que se falar em suspensão (CF, art. 15, inciso V, e art. 37, § 4º).

e) errado – só há suspensão dos direitos políticos em caso de declaração judicial da incapacidade civil absoluta (CF, art. 15, inciso II).

5. (FCC – MP/PE – 2002) Ribamar, mesmo sabendo que no Brasil o serviço militar é obrigatório, recusou-se a prestá-lo, alegando escusa de consciência em razão de sua crença religiosa. Nesse caso,
   a) terá seus direitos políticos suspensos, se recusar cumprir prestação alternativa.
   b) nada lhe poderá ser exigido, porque a liberdade de crença religiosa é um dos postulados da Constituição Federal.
   c) sofrerá cassação de seus direitos políticos durante o prazo em que perdurar sua recusa de cumprir a obrigação exigida de todos.

d) a escusa de consciência não será cabível porque a obrigação é geral e atinge a todos os brasileiros do sexo masculino.
e) poderá cumprir uma prestação alternativa, mas não se eximirá da suspensão de seus direitos políticos.

Resposta:

A opção correta é a letra A, de acordo com o art. 5º, inciso VIII; art. 15, inciso IV; e art. 143, § 1º.

Neste caso, há divergência quanto a se tratar de perda (José Afonso da Silva) e suspensão (legislação eleitoral) dos direitos políticos.

(UnB / CESPE – DPF – 2004) Nas eleições para prefeito na cidade Alfa, concorria à reeleição o atual prefeito, Acácio. Bruno, filho de Acácio, embora filiado ao mesmo partido político do pai há mais de dois anos, nunca se motivou a concorrer a nenhum cargo eletivo. Oito meses antes da eleição, Acácio, depois de inflamado discurso, em que sustentou que se fosse reeleito melhoraria as condições educacionais do município por meio do investimento prioritário no ensino superior, sofreu um fulminante infarto do miocárdio, morrendo antes da chegada de socorro médico. Acerca dessa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

6. Bruno poderá concorrer ao cargo de prefeito da cidade Alfa, em substituição a seu pai, não se aplicando à sua candidatura o instituto da inelegibilidade reflexa.

Resposta:

correto – a CF determina em seu art. 14, § 7º, que são inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição. Como o seu pai, prefeito, faleceu antes do prazo limite, não há impedimento para que seu filho concorra ao mandato de prefeito daquele município.

7. A proposta de investimento prioritário no ensino superior, base da campanha eleitoral de Acácio, contraria o texto constitucional brasileiro que estabelece que os municípios deverão atuar, de forma prioritária, no ensino fundamental e médio.

Resposta:

errado – de acordo com a CF, no art. 211, § 2º, os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil (Redação dada pela Emenda Constitucional nº. 14, de 1996).

(UnB / CESPE – TJBA – 2005) A respeito dos direitos políticos, julgue o item abaixo.

8. A Constituição brasileira tanto prevê casos de simples suspensão dos direitos políticos (como na condenação criminal passada em julgado) quanto de perda deles (a exemplo do cancelamento da naturalização); relativamente às inelegibilidades, existem as absolutas e as relativas, sendo

que estas restringem a candidatura apenas a determinados cargos ou em determinadas condições.

↳*Resposta:*

correto – o art. 15, proíbe a cassação de direitos políticos, mas permite a perda ou suspensão, sendo que nos incisos I - cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado: trata-se de perda de direitos políticos; II - incapacidade civil absoluta: trata-se de suspensão de direitos políticos; III - condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos: trata-se de suspensão de direitos políticos; IV - recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII: para a lei eleitoral, trata-se de suspensão de direitos políticos e para o autor José Afonso da Silva, trata-se de perda de direitos políticos; V - improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º: trata-se de suspensão de direitos políticos. Considerando a inelegibilidade, a absoluta se encontra prevista no art. 14, § 4º, e a relativa, no art. 14, §§ 5º ao 8º.

9. (NCE – PC – 2004) Com pertinência à Constituição da República Federativa do Brasil em vigor, é correto afirmar que:
   a) todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros domiciliados há, pelo menos, um ano ininterrupto no País, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade;
   b) são brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que venham residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira;
   c) o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezoito anos e facultativos para os analfabetos, os maiores de setenta anos, os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos e para os estrangeiros;
   d) os partidos políticos, no Brasil, são pessoas jurídicas de direito público, devem ter caráter nacional e desfrutam de imunidade tributária quanto ao patrimônio, rendas ou serviços;
   e) é assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento, sendo-lhes vedado, todavia, estabelecer, em seus estatutos, normas de fidelidade e disciplina partidárias.

↳*Resposta:*

a) errado – a CF, no art. 5º, "caput", não exige tempo de residência. Aliás, de acordo com o STF e a doutrina majoritária, basta que o estrangeiro se encontre no Brasil para que tenha assegurados os direitos fundamentais individuais e coletivos.

b) errado – esta opção foi considerada correta porque elaborada antes da alteração provocada pela EC 54, de 29.09.2007. Atualmente, a questão está em desacordo com o art. 12, inciso I, alínea c: "os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente instalada em país estrangeiro ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira".

c) errado – regra geral, os estrangeiros são inalistáveis (art. 14, § 2º), com a ressalva dos portugueses com residência permanente no Brasil, se houver tratamento de reciprocidade em relação aos brasileiros residentes em Portugal (art. 12, § 1º).
d) errado – os partidos políticos, no Brasil, são pessoas jurídicas de direito privado, pois serão registrados na forma da lei civil (art. 17, § 2º), devem ter caráter nacional (art. 17, inciso I) e desfrutam de imunidade tributária quanto ao patrimônio, rendas ou serviços (art. 150, inciso VI, alínea c).
e) errado – de acordo com o art. 17, § 1º, os partidos políticos podem estabelecer, em seus estatutos, normas de fidelidade e disciplina partidárias.

(CESPE – DP/SE - 2005) Julgue o item a seguir.

10. Os casos de inexigibilidade política são previstos taxativamente na Constituição Federal.

Resposta:
errado – além dos casos previstos na CF, outros casos poderão ser previstos por lei complementar (art. 14, § 9º).

(CESPE – DP/SE - 2005) Julgue o item a seguir.

11. A personalidade jurídica dos partidos políticos é adquirida na forma da lei civil.

Resposta:
correto – os partidos políticos, no Brasil, são pessoas jurídicas de direito privado, pois serão registrados na forma da lei civil (art. 17, § 2º).

12. (ESAF – AFRF – 2005) Sobre os direitos políticos e da nacionalidade, na Constituição de 1988, marque a única opção correta.
    a) Cumpridas as demais condições de elegibilidade, previstas na Constituição Federal, todos os que tiverem feito alistamento eleitoral são elegíveis.
    b) O alistamento eleitoral facultativo não implica obrigatoriedade do voto.
    c) Os nascidos no Brasil, ainda que de pais estrangeiros, serão sempre brasileiros natos, porque o Brasil adota, para fins de reconhecimento de nacionalidade nata, o critério do *jus solis*.
    d) Nos termos da Constituição Federal, o cargo de Ministro de Estado da Justiça é privativo de brasileiro nato.
    e) A condenação criminal, transitada em julgado, de brasileiro naturalizado implica a perda dos seus direitos políticos.

Resposta:
a) errado – não basta preencher as condições previstas no art. 12, § 3º, mas também atender condições previstas na legislação eleitoral.
b) correto – de acordo com a CF, art. 14, § 1º, inciso II.
c) errado – o art. 12, inciso I, alínea a, determina que os filhos de estrangeiros a serviço de seu país, ainda que nascidos no Brasil, não serão brasileiros natos.

d) errado – o único cargo de Ministro de Estado que a CF exige que seja ocupado por brasileiro nato é o de Defesa (art. 12, § 3º, inciso VII).
e) errado – de acordo com o art. 15, inciso III, a condenação criminal transitada em julgado (quando se torna definitiva), enquanto durarem seus efeitos, implica em suspensão de direitos políticos.

13. (FCC – BACEN – 2006) Em matéria de direitos políticos a Constituição Federal prevê que:
   a) a improbidade administrativa é causa de perda dos direitos políticos.
   b) o militar alistável é inelegível.
   c) os analfabetos possuem capacidade eleitoral ativa e passiva.
   d) a nacionalidade brasileira é condição de elegibilidade.
   e) a incapacidade civil absoluta não afeta o gozo dos direitos políticos.

↳*Resposta:*
a) errado – a improbidade administrativa é causa de suspensão dos direitos políticos (art. 15, inciso V e art. 37, § 4º).
b) errado - § 8º - O militar alistável é elegível, atendidas as seguintes condições: I - se contar menos de dez anos de serviço deverá se afastar da atividade; e II - se contar mais de dez anos de serviço será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.
c) errado – os analfabetos podem se alistar eleitoralmente (capacidade eleitoral ativa), conforme o art. 14, § 1º, inciso II, mas não podem ser eleitos (capacidade eleitoral passiva), conforme o art. 14, § 4º.
d) correto – art. 14, § 3º, inciso I.
e) errado – a incapacidade civil absoluta suspende os direitos políticos (art. 15, inciso II).

14. (CESPE/UnB – TJ/RR – 2006) Quanto aos direitos políticos, assinale a opção correta.
   a) O princípio do sufrágio universal vem conjugado à exigência do sigilo do voto, mas não ofende esse princípio a decisão de validar cédula de votação assinalada que possibilite a identificação do eleitor.
   b) Os requisitos de elegibilidade se confundem, no plano jurídico-conceitual, com as hipóteses de inelegibilidade, cuja definição, já consideradas as situações previstas pelo texto constitucional, somente pode derivar de norma prevista em lei complementar.
   c) O princípio republicano rejeita qualquer prática que possa monopolizar o acesso aos mandatos eletivos e patrimonializar o poder governamental, o que comprometeria a legitimidade do processo eleitoral.
   d) De acordo com a Constituição Federal, não configura abuso de poder econômico a situação em que simuladores particulares orientem, em pesquisas eleitorais os eleitores em relação a determinado candidato.

↳*Resposta:*
a) errado – a CF determina no art. 14, "caput", que A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: I -

plebiscito; II - referendo; III - iniciativa popular. O fato de se validar a cédula de votação a fim de identificar o eleitor ofende o voto secreto popular, que é, inclusive, "cláusula pétrea" (CF, art. 60, § 4º, inciso II).

b) errado – além das hipóteses previstas no art. 14, §§ 3º ao 9º, da CF, outros requisitos se apresentam na legislação eleitoral.

c) correto.

d) errado – pelo contrário, configura abuso de poder econômico a situação em que simuladores particulares orientem, em pesquisas eleitorais os eleitores em relação a determinado candidato.

15. (FCC – MPU – 2007) Considere as seguintes assertivas a respeito dos Direitos Políticos previstos na Carta Magna:

I. É condição de elegibilidade para o cargo de governador e vice-governador de Estado e do Distrito Federal possuir a idade mínima de trinta e cinco anos.

II. Para concorrerem a outros cargos os prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

III. São inelegíveis, em qualquer hipótese, no território de jurisdição do titular, os parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau, do Presidente da República.

IV. É condição de elegibilidade para o cargo de deputado federal, deputado estadual ou distrital possuir a idade mínima de vinte e um anos.

Está correto o que se afirma somente em:

a) I e II.
b) II e IV.
c) I, II e III.
d) I, III e IV.
e) II, III e IV.

Resposta:

I. errado – é condição de elegibilidade para o cargo de governador e vice possuir a idade mínima de 30 anos (art. 14, § 3º, inciso VI, alínea b).

II. correto – trata-se da desincompatibilização prevista no art. 14, § 6º.

III. errado – de acordo com o art. 14, § 7º, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

IV. correto – de acordo com o art. 14, § 3º, inciso VI, alínea c.

A opção correta é a letra B.

16. (NCE – MPE/RJ – 2007) Acerca dos direitos políticos, é correto afirmar que:

a) somente se afigura possível a restrição de direitos políticos nas hipóteses constitucionalmente previstas, vedada a criação de inelegibilidades em sede legislativa;
b) a Constituição da República estabelece a possibilidade de instituição através de lei complementar de casos de inelegibilidade a fim de proteger a probidade e moralidade para o exercício do mandato;

c) a Constituição do Estado do Rio de Janeiro enumera os casos de inelegibilidades aplicáveis aos Prefeitos e Vereadores;
d) a inelegibilidade constitui restrição constitucional ao exercício da capacidade eleitoral ativa, ou seja, da condição de apresentar-se como candidato a cargo eletivo;
e) os direitos políticos positivos correspondem às previsões constitucionais que restringem o acesso aos cargos eletivos, por meio de procedimentos administrativos.

Resposta:

a) errado – a CF admite a definição de outras hipóteses de inelegibilidade por lei complementar (art. 14, § 9º).

b) correto – de acordo com a CF, no art. 14, § 9º.

c) errado – a Constituição Estadual não pode definir casos de inelegibilidade que não sejam aqueles previstos na Constituição Federal.

d) errado – a inelegibilidade constitui restrição constitucional ao exercício da capacidade eleitoral passiva, ou seja, da condição de apresentar-se como candidato a cargo eletivo.

e) errado – esses são direitos políticos negativos. Os direitos políticos positivos são aqueles que permitem o exercício do voto e do direito de ser votado.

17. (NCE – MPE/RJ – 2007) Santos de Almeida, Vereador eleito, figura como réu em ação de impugnação de mandato eletivo proposta pelo MP. Inocêncio Cruz, seu inimigo político e dono de emissora de rádio, procura o gabinete do Ministério Público solicitando informações acerca do processo movido em face de Santos de Almeida. O fornecimento de dados contidos em tal processo é:
a) ilícito, eis que se trata de inimigo político do réu, destituída a solicitação de fundamentação razoável;
b) lícito, eis que possibilitará à população, através da rádio, melhor formar sua opinião política;
c) ilícito, eis que a ação de impugnação de mandato eletivo deve tramitar em segredo de justiça;
d) lícito, eis que se trata de autoridade pública, não sendo aplicáveis as garantias à privacidade e intimidade;
e) lícito, eis que autorizada expressamente pelo texto constitucional.

Resposta:

A resposta correta é a letra C, de acordo com o art. 14, §§ 10 e 11.

18. (FGV – SF – 2008) A respeito dos direitos políticos regidos na Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa correta.
a) Lei complementar poderá estabelecer outros casos de inelegibilidade além dos previstos na Constituição.
b) Apenas os brasileiros natos são elegíveis, não podendo se candidatar a cargos eletivos os estrangeiros residentes no Brasil e os brasileiros naturalizados.

c) Os analfabetos podem se alistar como eleitores e se candidatar apenas a cargos eletivos no âmbito do Poder Legislativo.
d) A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, apenas mediante plebiscito e referendo popular.
e) Serão admitidas candidaturas de brasileiros que não sejam filiados a partidos políticos, excepcionalmente, na forma de lei complementar.

↳*Resposta:*

a) correto – de acordo com a CF, art. 14, § 9º.

b) errado – a CF, no art. 14, § 3º, inciso I, exige a condição de brasileiro, podendo ser nato ou naturalizado, com exceção do presidente e vice-presidente da República, que têm que ser brasileiros natos (CF, art. 12, § 3º, inciso I).

c) errado – os analfabetos são alistáveis (CF, art. 14, § 1º, inciso II), mas inelegíveis (CF, art. 14, § 4º).

d) errado – diretamente, a democracia brasileira poderá ser exercida também através da iniciativa popular (CF, art. 14, inciso III).

e) errado – é condição de elegibilidade a filiação partidária (CF, art. 14, § 3º, inciso V).

19. (ESAF - MPOG/EPPGG – 2009) A Constituição da República previu consequências graves para os administradores que praticam atos de improbidade administrativa. Assinale, entre as opções abaixo, aquela que não se coaduna com as consequências pela prática dos atos de improbidade administrativa.
    a) Suspensão dos direitos políticos.
    b) Indisponibilidade dos bens.
    c) A perda da nacionalidade.
    d) Ressarcimento ao erário.
    e) Perda da função pública.

↳*Resposta:*

a opção correta é a letra C.

(UnB/CESPE – TRT/21ª - 2010) Julgue o item a seguir, acerca de noções de direito constitucional. Nesse sentido, considere que a sigla CF se refere à Constituição Federal de 1988.

20. Entre as inelegibilidades relativas estipuladas na CF, está previsto o impedimento relativo à capacidade eleitoral passiva previsto exclusivamente em lei complementar com o objetivo, entre outros, de proteger a probidade administrativa e a moralidade para exercício de mandato.

↳*Resposta:*

correto – conforme a CF, art. 14, § 9º.

(UnB/CESPE – TRT/21ª - 2010) No que concerne aos direitos e às garantias fundamentais, julgue o item que se segue.

21. O voto, que deve ser exercido de forma direta, apresenta os caracteres constitucionais de personalidade, obrigatoriedade, liberdade, sigilosidade, igualdade e periodicidade. A igualdade revela-se no fato de que todos os cidadãos têm o mesmo valor no processo eleitoral.

Resposta:

errado – em regra, o voto será exercido de forma direta (CF, art. 14, "caput"), podendo, excepcionalmente, ser exercido na forma indireta (CF, art. 81, § 1º). Ainda é bom lembrar que nem sempre o voto será obrigatório (CF, art. 14, § 1º, inciso II).

(UnB/CESPE – PREVIC – 2010) Considerando as disposições constitucionais relativas aos direitos e garantias fundamentais, julgue o seguinte item.

22. A CF determina como condição de elegibilidade para o cargo de presidente e vice-presidente da República a idade mínima de trinta anos.

Resposta:

errado – a idade mínima é de trinta e cinco anos (CF, art. 14, § 3º, inciso VI, alínea a).

(UnB/CESPE – PC/ES – 2010) Em relação à nacionalidade e à cidadania, julgue os itens subsecutivos.

23. Considere que João seja reconhecidamente analfabeto. Nessa situação, por não dispor de capacidade eleitoral ativa e passiva, João não pode votar ou ser candidato às eleições, salvo quando expressamente autorizado pela justiça eleitoral.

Resposta:

errado – o analfabeto é alistável (CF, art. 14, § 1º, inciso II), porém inelegível (CF, art. 14, § 4º).

24. (FCC – TRE/RN – 2011) Maurício, Alice, Roberto e Ronaldo são irmãos e almejam cargos públicos eletivos. Maurício tem vinte e um anos de idade; Alice tem trinta anos de idade; Roberto tem trinta e três anos de idade e Ronaldo tem trinta e cinco anos de idade. Nestes casos, com relação à condição de elegibilidade relacionada à idade, pode(m) concorrer ao cargo de Governador do Estado do Rio Grande do Norte
    a) Alice e Roberto, apenas.
    b) Ronaldo, apenas.
    c) Maurício, Alice, Roberto e Ronaldo.
    d) Roberto e Ronaldo, apenas.
    e) Alice, Roberto e Ronaldo, apenas.

Resposta:

a opção correta é a letra E, de acordo com o art. 14, § 3º, VI, alínea b, que exige a idade mínima de trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal.

(CESPE/UNB – TRE/ES – 2011) Considerando as disposições constantes da Constituição Federal de 1988 (CF) relativas aos direitos políticos e aos partidos políticos, julgue os itens subsequentes.

25. Os partidos políticos adquirem personalidade jurídica mediante o registro de seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

↳*Resposta:*

errado – de acordo com a CF, art. 17, § 2º, os partidos políticos, adquirem personalidade jurídica na forma da lei civil e, só após, registrarão seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.

26. Todos os que sofrem condenação criminal com trânsito em julgado estão com seus direitos políticos suspensos até que ocorra a extinção da punibilidade, como consequência automática da sentença condenatória.

↳*Resposta:*

correto – de acordo com a CF, art. 15, inciso III.

27. (FCC – DPE/RS – 2011) A sociedade brasileira vivenciou, recentemente, um processo eleitoral, oportunidade em que se questionava acerca da inelegibilidade de alguns candidatos em virtude do disposto na "Lei da Ficha Limpa". Referida lei foi objeto de discussão no Supremo Tribunal Federal em razão de sua (in)constitucionalidade. Dentre as alternativas abaixo, é correto afirmar:
    a) A inelegibilidade significa capacidade eleitoral passiva e condição obstativa ao exercício passivo da cidadania.
    b) A inelegibilidade tem por finalidade proteger a probidade administrativa, a moralidade para o exercício do mandato, considerada a vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.
    c) O mandato eletivo poderá ser impugnado perante a Justiça Eleitoral no prazo de dez dias contados da diplomação.
    d) É possível a cassação dos direitos políticos sempre que ocorrer a condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.
    e) De acordo com o disposto no artigo 16 da Constituição Federal, a lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor um ano após a data de sua publicação.

↳*Resposta:*

a) errado - a inelegibilidade significa incapacidade eleitoral passiva e condição obstativa ao exercício passivo da cidadania.

b) errado – alem dos casos elencados na opção e previstos no art. 14, § 9º, da CF, existem as outras hipóteses previstas no mesmo artigo, §§ 4º a 8º.

c) errado – a ação de impugnação de mandato eletivo pode ser proposta junto à Justiça Eleitoral no prazo de 15 dias a contar da diplomação (CF, art. 14, §§ 10 e 11).

d) errado – o art. 15, "caput", da CF, proíbe expressamente a cassação de direitos políticos.

e) errado – o art. 16, da CF, determina que "lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência".

O STF reconheceu, em grau de recurso extraordinário (CF, art. 103, III e art. 102,§ 3º) a inaplicabilidade da Lei da "Ficha Limpa" nas eleições de 2010, determinando a posse dos eleitos e que estavam respondendo a processo naquele ano, já com uma condenação e em fase recursal, por força do art. 16, da CF.

ESTADO FEDERAL

"O Estado Federal surgiu no século XVIII, com a Constituição norte-americana de 1776, nas emendas ocorridas em 1787, não obstante se falar em federações na Grécia antiga, as quais, sem características dos Estados federais modernos, traduziam meras alianças temporárias" [48]. Esta nova forma de Estado originou-se a partir da reunião de estados-membros que passaram a se sujeitar a uma série de princípios e diretrizes emanados de uma única Constituição soberana, comum a todos eles, ainda que cada um se mantivesse organizado pela sua própria Constituição autônoma.

"Em razão disso, há no Estado Federal, na concepção de Hans Kelsen, uma ordem jurídica central (União) e ordens jurídicas parciais (Estados Federados e, não sendo obrigatórios, Municípios e Distrito Federal), sendo que a primeira abrange todos os indivíduos que se encontram no território do Estado (país), e as outras, os que se acham no âmbito territorial dos entes federados. A reunião dessas duas ordens jurídicas" autônomas "forma a terceira ordem jurídica, que é o Estado Federal, comunidade jurídica total" [49], soberana.

Vale conceituar o *princípio da soberania* como "poder supremo consistente na capacidade de autodeterminação" [50] e o *princípio da autonomia* como "governo próprio dentro do círculo de competências traçadas pela Constituição Federal" [51].

AUTONOMIA FEDERATIVA

Os elementos básicos em que se funda a autonomia federativa são: existência de órgãos governamentais próprios, ou seja, um poder legislativo próprio com capacidade política e um poder executivo próprio com capacidade administrativa; capacidade de se auto-organizar através de Constituições autônomas ou de Leis Orgânicas; capacidade financeira para gerir suas rendas; e posse de competências exclusivas.

HISTÓRIA DA FEDERAÇÃO NO BRASIL

Enquanto a história do federalismo dos Estados Unidos foi marcada por um movimento de centripetismo (de fora para dentro), no Brasil deu-se, ao contrário, um movimento de centrifugismo (dentro para fora). Isto porque, na vigência da Constituição brasileira de 1824 (a primeira, conhecida com a Constituição Imperial), a forma de Estado era a unitária (portanto, centralização político-administrativa). Foi a partir da segunda Constituição brasileira, de 1891, que, ocorrendo a desagregação do Estado unitário, as províncias foram transformadas em Estados-membros autônomos. Porém essa primeira fase do federalismo brasileiro se apoiou no norte-americano gerando o chamado federalismo dualista, ou seja, de extrema autonomia estadual, abrindo espaço para o nascimento de oligarquias estaduais e à política dos governadores (ou política dos Estados). Com o governo federal intervencionista, a Constituição de 1934 marcou o início do federalismo de cooperação, em uma progressiva centralização de competências em favor da União e redução da autonomia

[48] Kildare Gonçalves Carvalho - *Direito Constitucional Didático* - Del Rey, Belo Horizonte, 1996, p. 255
[49] Idem, p. 256
[50] José Afonso da Silva - *Curso de Direito Constitucional Positivo* - Malheiros, 2002, p. 104
[51] Idem.

estadual, em substituição da federação dual ou isolacionista da República Velha. A Carta de 1937, a de 1946 e a de 1967/69 só fizeram fortalecer a União, transformando-a em uma entidade federativa principal. "A Constituição de 1988 se propõe a restaurar o Estado Federal brasileiro, estruturando um federalismo de equilíbrio, mediante a ampliação da autonomia dos Estados federados e o fortalecimento de sua competência tributária" [52]. Ou seja, "a Constituição de 1988 estruturou um sistema que combina competências exclusivas, privativas, comuns e concorrentes, buscando reconstruir o sistema federativo segundo critérios de equilíbrio ditados pela experiência histórica" [53].

ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO ESTADO (arts. 18 ao 33)

A estrutura federal se baseia, entre outros elementos enunciados anteriormente, na repartição de competências, que pode mesmo ser considerado o elemento essencial da construção federal, compreendendo por *competência* "a faculdade juridicamente atribuída a uma entidade ou a um órgão ou agente do Poder Público para emitir decisões. Competências são as diversas modalidades de poder de que se servem os órgãos ou entidades estatais para realizar suas funções" [54].

Seguindo a classificação de José Afonso da Silva, pode-se entender a repartição de competências federativas segundo:

a) O princípio da predominância do interesse: "à União caberão aquelas matérias e questões de *predominante interesse geral, nacional*, ao passo que aos Estados tocarão as matérias e assuntos de *predominante interesse regional*, e aos Municípios concernem os *assuntos de interesse local*" [55].

b) As técnicas de repartição de competência: "*enumeração dos poderes da União* (arts. 21 e 22), com *poderes remanescentes para os Estados Federados* (art. 25, §1º) e *poderes definidos indicativamente para os Municípios* (art. 30)" [56].

c) As espécies de competências: "*competência material*, que pode ser exclusiva (art. 21), e comum, cumulativa ou paralela (art. 23); e *competência legislativa*, que pode ser exclusiva (art. 25, §§ 1º e 2º), privativa (art. 22), concorrente (art. 24), e suplementar (art. 24, § 2º)" [57].

d) A forma: "*competência enumerada ou expressa*, quando estabelecida de modo explícito, direto, pela Constituição para determinada entidade (por exemplo, arts. 21 e 22,), *competência reservada ou remanescente e residual*, a que compreende toda a matéria não expressamente incluída numa enumeração (arts. 25, §1º e 154, I), *competência implícita ou resultante* (ou *inerente* ou *decorrente*), quando se refere à prática de atos ou atividades razoavelmente considerados necessários ao exercício de poderes expressos, ou reservado" [58].

[52] Kildare Gonçalves Carvalho, p. 258
[53] José Afonso da Silva, p. 477
[54] Idem, p. 479
[55] Idem, p. 478
[56] Idem, p. 479
[57] Idem, p. 480
[58] Idem, p. 480

e) O conteúdo: "a competência distingue-se em *econômica*, *social*, *político-administrativa*, *financeira* e *tributária*. É cabível falar-se, também, numa área de *competência internacional*" [59].

f) A extensão: "quanto à participação de uma ou mais entidades na esfera da normatividade ou da realização material: *exclusiva*, quando é atribuída a uma entidade com exclusão das demais (art. 21); *privativa*, quando enumerada como própria de uma entidade, com possibilidade, no entanto, de delegação ou de competência suplementar (art. 22 e seu parágrafo único e art. 24 e seus parágrafos); a diferença entre exclusiva e privativa está em que aquela não admite suplementariedade nem delegação; *comum*, *cumulativa* ou *paralela*, faculdade de legislar ou praticar atos em pé de igualdade entre as entidades, sem que o exercício de uma exclua a competência de outra (art. 23); *concorrente*, possibilidade de disposição sobre o mesmo assunto por mais de uma entidade federativa e primazia da União no que tange à fixação de normas gerais (art. 24 e parágrafos); e *suplementar* relacionada à concorrente, permitem desdobramentos de normas (art. 24 e parágrafos)" [60].

g) A origem: "*originária*, quando desde o início é estabelecida em favor de uma entidade; e *delegada*, quando a entidade recebe sua competência por delegação daquela que a tem originariamente (art. 22, parágrafo único e art. 23, parágrafo único)" [61].

h) A execução de serviços: "o sistema brasileiro é o de *execução imediata*, pois as entidades federativas mantêm cada qual seu corpo de servidores públicos, destinados a executar os serviços das respectivas administrações" [62].

I. UNIÃO (arts. 18, § 1º e 20 a 24)

Conceito

A *União* é a entidade federada formada pela reunião das partes componentes, constituindo pessoa jurídica de Direito Público interno, autônoma em relação às demais unidades federadas; enquanto o Estado Federal (ou seja, a República Federativa do Brasil) é pessoa jurídica de Direito Internacional porque só este tem capacidade frente ao Direito Internacional (as entidades federativas - União, Estados Federados, Distrito Federal e Municípios - não são reconhecidas pelo Direito Internacional).

Art. 18, § 1º

A União, como pessoa jurídica de Direito Público interno, é titular de direitos e sujeito de obrigações e tem como seu domicílio a Capital Federal (Brasília).

[59] Idem, p. 481
[60] Idem, p. 481
[61] Idem, p. 482
[62] Idem, p. 482

Competências

As competências da União são as mais extensas quando comparadas com as das demais entidades federativas; são enumeradas e fracionadas em várias modalidades: competência material exclusiva (art. 21) e comum (art. 23); competência legislativa privativa e exclusiva (art. 22) e concorrente, limitada a normas gerais (art. 24). Ainda, em matéria tributária, além da competência enumerada (art. 153), exerce também a competência residual (art. 154, I) e a concorrente (art. 145, II e III).

1. Competência material exclusiva (art. 21): essas competências classificam-se[63] como *competência internacional ou de relações internacionais* (I, II e IV); *competência de política de segurança ou de defesa nacional* (III, V, VI, XIV, XVII e XXII); *competência econômico-social e financeira* (IX, XX, XXIV, XXV, VII e VIII); *competência de cooperação* (IX, XIII, XVIII e XX); *competência de comunicações e de prestação de serviços* (X, XI, XV, XVI, XIX, XXI e XII); e *competência nuclear* (XXIII).

Este artigo não esgota o elenco de competência material exclusiva da União, outras se encontram espalhadas pela Constituição (arts. 142; 144, §1º; 164; 174, §1º; 176; 177; 184; 194; 198 e 214).

2. Competência legislativa privativa e exclusiva (art. 22): "toda matéria de competência da União é suscetível de regulamentação mediante lei (ressalvado o disposto nos arts. 49, 51 e 52), conforme dispõe o art. 48 da Constituição, mas os arts. 22 e 24 especificam o seu campo de competência legislativa" [64]. O art. 22 traz algumas matérias em que cabe um limite, o de a União editar normas gerais e não legislar plenamente sobre elas (como os incisos IX, XXI, XXIV e XXVII). Ainda é de compreender que o parágrafo único deste art. 22 permite a delegação de competências para atender às peculiaridades e condições de cada Estado federado, "caso em que esta norma editada terá eficácia apenas em seu território" [65].

3. Competência material comum (art. 23): compete à União e às demais entidades federativas atuarem sobre setores de relevância no contexto geral do País, ou seja, envolve a prestação de serviços a serem partilhados entre aquelas entidades políticas, sendo que os incisos II, IX e X, de conteúdo social, tratam de normas programáticas (de eficácia limitada por carecerem de normas concretizadoras). Em razão do parágrafo único, as quatro entidades federativas exercerão ação conjunta de cooperação na execução de tarefas e objetivos comuns a elas conferidos. "Observe-se que também a competência material comum pressupõe normatividade precedente (anterior). A maioria dos temas que se incluem na competência material comum é de competência legislativa concorrente, cabendo à União editar regras gerais e às demais esferas do poder (Estados Federados e Distrito Federal) a legislação suplementar (art.24)" [66].

[63] Há uma ligeira diferença entre a classificação de José Afonso da Silva e Kildare Gonçalves Carvalho. Aqui, utilizou-se a do segundo.
[64] José Afonso da Silva, p. 501
[65] Kildare Gonçalves Carvalho, p. 269
[66] Idem, p. 267

4. Competência legislativa concorrente (art. 24): de acordo com o §1º, "no âmbito da legislação concorrente a competência da União terá um limite: fixará as normas gerais" [67], e na sua ausência, o Estado poderá fazê-lo sob a condição de que seja necessário para atender as suas peculiaridades, atentando para a compreensão do § 4º de que "a lei federal superveniente não revoga a lei estadual, nem a derroga no aspecto contraditório, esta apenas perde a sua aplicabilidade porque fica com sua eficácia suspensa", isto significa que "sendo revogada a lei federal, a lei estadual recobra a sua eficácia e passa outra vez a incidir" [68].

II. ESTADOS FEDERADOS (arts. 18, § 3º e 25 a 28)

Art. 18, § 3º

O Estado não é uma entidade federada em razão do nome, mas o que lhe dá essa natureza é a autonomia garantida constitucionalmente.

José Afonso da Silva[69] entende que não há mais como formar novos estados, senão por divisão de outro. Mas, a fusão de dois ou mais Estados dá origem a um novo Estado, desaparecendo os anteriores. A possibilidade de criação, extinção ou transformação ocorrerá em obediência aos requisitos constitucionais: plebiscito, convocado pelo Congresso Nacional (art. 49, inciso XV, através de decreto legislativo, previsto no art. 59, inciso VI) e organizado pelos Tribunais Regionais Eleitorais; se a reposta for positiva, o processo relativo à alteração será remetido a(s) Assembleia(s) Legislativa(s) competentes para que sejam ouvidas (art. 48, inciso VI); após essa pronunciamento deverá seguir para o Congresso Nacional que deverá atuar por lei complementar. O Congresso Nacional não se obriga ao pronunciamento do plebiscito, nem ao da Assembleia Legislativa, porque estas não decidem, apenas opinam.

Autonomia dos Estados Federados

Consubstancia-se na capacidade de auto-organização (art. 25, *caput*), capacidade de autogoverno (arts. 27, 28 e 125) e capacidade de autoadministração (25, §1º).

Todos os Estados Federados são obrigados a ter idêntica estrutura governamental, sendo que os governadores e seus vices serão eleitos pelo sistema majoritário e, na vacância dos cargos, serão substituídos sucessivamente pelo presidente da Assembleia Legislativa e pelo presidente do Tribunal de Justiça.

O Poder Legislativo Estadual (art. 27) é unicameral (aliás, como todos os outros Poderes Legislativos, salvo o da União), não se admitindo a criação de Senado estadual, sendo seus membros, deputados estaduais, eleitos pelo sistema proporcional. O processo legislativo estadual tem como objeto a formação de emendas à Constituição Estadual, leis complementares, leis ordinárias, decretos legislativos e resoluções, podendo o Governador, se autorizado pela Constituição daquele Estado, elaborar medida provisória e lei delegada. Equipara-se, portanto, ao processo legislativo federal: a criação de medidas provisórias que são expressamente permitidas no âmbito federal sendo

[67] Rosah Russomano, p. 311
[68] José Afonso da Silva, p. 503
[69] Idem, p. 473

implicitamente permitidas no âmbito estadual e municipal (assim o entendimento da doutrina e da jurisprudência).

Competências

1. É competência das Assembleias Legislativas a auto-organização dos Estados Federados, isto é, a elaboração de suas Constituições através do exercício do Poder Constituinte Decorrente Institucionalizador (ADCT, art. 11) e sua reforma por via do Poder Constituinte de Revisão Estadual, sempre observando os princípios e regras básicas da Constituição Federal.

2. Como a autonomia estadual decorre da fonte matriz que é a Constituição Federal, há uma relação de sujeição (heteronomia), limitando a autonomia do Estado. Neste sentido podendo-se citar: a) *princípios constitucionais enumerados* ou *princípios constitucionais sensíveis*, no sentido daquilo que é facilmente percebido pelos sentidos, daquilo que se faz perceber claramente, evidente, visível, manifesto, mostrados pela Constituição Federal, os enumerados [70]: art. 34, VII; b) *os princípios constitucionais estabelecidos*, que se referem às regras que revelam a organização dos Estados Federados e as normas constitucionais de caráter vedatório, bem como os princípios de organização política, social e econômica, que determinam o retraimento da autonomia estadual, cuja identificação reclama pesquisa no texto da Constituição Federal [71]: arts. 1º a 12, 14, 29, I a XIV, 37 a 39; e c) *as normas de preordenação*, relativas às normas limitadoras e condicionadoras da autonomia dos Estados-Membros[72]: arts. 27 e 28.

3. Tradicionalmente os Estados são depositários dos poderes *reservados, remanescentes ou residuais* (art. 25, §1º), ou seja, aqueles que não foram definidos como sendo da União e dos Municípios, além das expressas como a *comum* (art. 23), *concorrente* (art. 24), e a *exclusiva* (arts. 18, § 4º, 25, *caput* e §§ 2º e 3º).

4. Ainda em relação à competência estadual é de se assinalar as vedações *explícitas* (por exemplo, o art. 19) e as *implícitas* (por exemplo, os arts. 20, 21 e 22, que a CF ditou como competência da União, e arts. 29 e 30, que a CF ditou como competência dos Municípios).

III. MUNICÍPIOS (arts. 18, § 4º e 29 a 31)

Questão de ordem

Ao dotar os Municípios de autonomia, a Constituição Federal parece não ter esclarecido se têm natureza de uma unidade federativa. Contra essa natureza encontra-se José Afonso da Silva[73]; por outro lado a maior parte da doutrina[74] confere aos Municípios essa natureza em razão dos arts. 1º,

[70] Idem, p. 593
[71] Idem, p. 594
[72] Kildare Gonçalves Carvalho, p. 273
[73] José Afonso da Silva, p. 474 e 475
[74] Rosah Russomano, p. 318; Kildare, p. 274; Paulo Bonavides - *Curso de direito Constitucional* - Malheiros, 1997, p. 311, 312 e 318

caput, e 18, *caput*, acrescentando ter sido uma inovação constitucional alçá-los a essa condição, dando a forma tridimensional (ou dimensão trilateral) à federação brasileira.

Autonomia dos Municípios

Assegurada pelos arts. 18, § 4º; 29 (a CF atual inovando ao garantir o poder de auto-organização); e 34, inciso VII, alínea c; determina que a ingerência dos Estados federados nos assuntos municipais ficou limitada aos aspectos estritamente indicados na Constituição Federal.

Os vereadores são eleitos via sistema proporcional e guardam inviolabilidade apenas no sentido material e só na circunscrição daquele Município (art. 29, inciso VIII), entendendo-se a inviolabilidade como a garantia do beneficiado em ficar "isento da incidência de norma penal definidora de crime" [75] quanto às opiniões, palavras e votos, e não imunidade processual, ou seja, "se cometer qualquer outro ato considerado crime, ficará sujeito ao respectivo processo" [76], não podendo a Câmara Municipal suspender o andamento de processo contra um vereador.

Os prefeitos e respectivos vices serão eleitos via sistema majoritário e serão substituídos, se for o caso, pelo presidente da Câmara Municipal.

Competências

1. A Câmara Municipal tem competência para elaborar leis de interesse local (art. 30, inciso I), bem como promulgar a Lei Orgânica (uma espécie de Constituição Municipal, art. 29, *caput*), tratando-se de uma inovação da CF. A elaboração da Lei Orgânica municipal não conta com qualquer participação do prefeito seja quanto à iniciativa, sanção e veto, ou promulgação.

2. A Constituição Federal ampliou a matéria de competência municipal por interesse local ("consistindo no interesse predominante e não exclusivo do Município em relação aos interesses da União e dos Estados" [77]).

3. Art. 30, inciso II - trata-se de competência legislativa supletiva porque apesar do Município não estar incluído na competência concorrente do art. 24, compreende-se pela sua inclusão no âmbito suplementar, a partir do art. 30, inciso II, naquelas matérias que envolvam interesse local (como por ex. 24, I e 182); inciso VIII - o plano urbanístico (plano diretor) será obrigatório para os Municípios com mais de vinte mil habitantes (art. 182, §1º). Há divergência doutrinária sobre a interpretação e abrangência desta competência.

4. Além do art. 30, ainda deve-se citar a competência exclusiva dos arts. 145 e 156, a competência comum com a União, os Estados Federados e o Distrito Federal (art. 23).

5. Havendo contrariedade das leis municipais em relação à Lei Orgânica daquele Município, não cabe ação direta de inconstitucionalidade para impugná-las em face da Lei Orgânica ou da Constituição

[75] José Afonso da Silva, p. 627
[76] Idem, p. 627
[77] Kildare, p. 277

Federal, de acordo com o art. 102, inciso I, alínea a, da CF. A invalidade ou ilegitimidade da lei municipal, nessas condições, será declarada pelo Poder Judiciário mediante via indireta, pelo controle incidental, ou via direta, por controle através da arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF em face da Constituição Federal) de acordo com o art. 1º, parágrafo único, inciso I, da Lei 9882/99, ou de ação direta de inconstitucionalidade estadual (ADIN em face da Constituição Estadual) de acordo com o art. 125, § 2º, da CF.

IV. DISTRITO FEDERAL (art. 32)

Art. 18, §1º

Brasília faz parte de uma das várias divisões administrativas, incluindo as cidades-satélites, do Distrito Federal, que não pode ser dividido em Municípios (art. 32, *caput*). Com as características de uma "cidade inventada" [78], é uma cidade centro de onde partem as decisões de alcance nacional porque lá se instalam o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal e os Tribunais Superiores, e a chefia do governo federal e do Estado soberano. Foge ao conceito geral de cidade porque não é sede de Município. Brasília tem como função ser: Capital da União, Capital Federal e Capital da República Federativa do Brasil, e ainda sede do governo do Distrito Federal.

Autonomia do Distrito Federal

Antigo Município neutro que não tinha autonomia, o Distrito Federal foi elevado à condição de unidade federada ou unidade da federação, portanto autônomo, a partir da atual Constituição brasileira. Recebeu tratamento peculiar porque não se equipara completamente aos Estados ou aos Municípios, guardando ora as características dos primeiros, ora as dos segundos, sendo certo se tratar de pessoa jurídica de Direito Público interno.

Porque algumas das suas instituições fundamentais são tuteladas pela União (Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública e Polícias Civil e Militar e Corpo de Bombeiros Militar, conforme arts. 21, incisos XIII e XIV; 22, inciso XVII; e 32, § 4º) pode-se conceber o Distrito Federal como uma unidade federada (arts.1º, *caput* e 18, *caput*) com autonomia parcialmente tutelada, sendo menos do que um Estado e mais do que um Município.

Tem capacidade de auto-organização através de Lei Orgânica própria (art.32, *caput*) e autogoverno próprio, aqui se equiparando ao Estado Federado, mas com limitações porque não organiza e mantém a própria Justiça, o Ministério Público e a Defensoria Pública (art. 21, inciso XIII, e suas respectivas legislações, art. 22, inciso XVII) e a polícia civil e militar e o corpo de bombeiros militar (art. 21, inciso XIV, que depende de lei federal, art. 32, § 4º).

O Poder Legislativo é composto por deputados distritais, membros da Câmara Legislativa, e seu número será calculado da mesma forma que o número dos deputados estaduais (art. 32, § 3º), ou seja: corresponde ao triplo de sua representação na Câmara dos Deputados, eleitos pelo sistema proporcional.

[78] José Afonso da Silva, p.472

Quanto ao Poder Executivo aplica-se o art. 28, conforme o art. 32, § 2º, salvo no que diz respeito ao critério de sucessão porque na vacância do cargo de governador e vice-governador distrital "não cabe outorgar ao presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal essa prerrogativa pela simples razão de que esse tribunal não integra a estrutura do Poder governamental do Distrito Federal" [79].
A Justiça, no âmbito do Distrito Federal, é organizada e mantida pela União, mas é local e não integra a Justiça Federal.

Competências
Sendo considerado mais do que um Município e menos do que um Estado, ao Distrito Federal são reservadas as mesmas competências tributárias e legislativas dos Estados Federados e Municípios (arts. 32, § 1º e 147).
Detêm muito das competências correspondentes as dos Estados: art. 25, §1º (competências remanescentes) e art. 25, §2º. Detém outras correspondentes as dos Municípios: art. 30.

Obs.: Territórios Federais: A Constituição Federal mais uma vez inovou retirando dos Territórios Federais a natureza de componentes da Federação (art.18, § 2º), ganhando a natureza de mera autarquia, ou seja, simples descentralização administrativo-territorial da União.
Ainda que atualmente não existam Territórios Federais (ADCT, arts. 14 e 15) a Constituição Federal reconhece a possibilidade de sua criação mediante lei complementar federal (art. 18, § 2º) e sua organização administrativa e judiciária por lei ordinária federal (art. 33, final).

JURISPRUDÊNCIA DO STF

⇨Os princípios e as regras básicas do processo legislativo federal são de absorção compulsória pelos Estados-membros, Municípios e Distrito Federal em tudo aquilo que diga respeito — como ocorre às que enumeram casos de iniciativa legislativa reservada — ao princípio fundamental de independência e harmonia dos poderes, como delineado na Constituição da República.

Trata-se da aplicação do princípio da simetria ou reprodução obrigatória.

⇨A criação, a organização e a supressão de distritos, de competência dos Municípios, fazem-se com observância da legislação estadual (CF, art. 30, inciso IV). Também a competência municipal, para promover, no que couber adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano (CF, art. 30, inciso VIII) por relacionar-se com o direito urbanístico, está sujeita a normas federais e estaduais (CF, art. 24, inciso I). As normas das entidades políticas diversas (União e Estado-membro) deverão, entretanto, ser gerais, em forma de diretrizes, sob pena de tornarem inócua a competência municipal, que constitui exercício de sua autonomia constitucional.

[79] Idem, p.631

⇨As regras do processo legislativo federal, especialmente as que dizem respeito à iniciativa reservada, são normas de observância obrigatória pelos Estados-membros. A norma inscrita no art. 63, inciso I, da Constituição, aplica-se ao processo legislativo instaurado no âmbito dos Estados-membros, razão pela qual não se reveste de legitimidade constitucional o preceito que, oriundo de emenda oferecida por parlamentar, importe em aumento da despesa prevista nos projetos de iniciativa exclusiva do Governador do Estado, ressalvadas as emendas parlamentares aos projetos orçamentários (CF, art. 166, §§ 3º e 4º).

⇨A alteração dos limites territoriais de municípios não prescinde da consulta plebiscitária prevista no art. 18 § 4º, da Constituição Federal, pouco importando a extensão observada.

⇨Uma vez cumprido o processo de desmembramento de área de certo município, criando-se nova unidade, descabe, mediante lei, a revogação do ato normativo que o formalizou. A fusão há de observar novo processo e, portanto, a consulta plebiscitária prevista no § 4º do artigo 18 da Constituição Federal.

⇨São da competência legislativa da União a definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento. (Súmula 722)

⇨Implícito ao poder privativo da União de legislar sobre direito do trabalho está o de decretar feriados civis, mediante lei federal ordinária, por envolver tal iniciativa consequências nas relações empregatícias e salariais.

⇨Natureza jurídica da reclamação não é a de um recurso, de uma ação e nem de um incidente processual. Situa-se ela no âmbito do direito constitucional de petição previsto no artigo 5º, inciso XXXIV da Constituição Federal. Em consequência, a sua adoção pelo Estado-membro, pela via legislativa local, não implica em invasão da competência privativa da União para legislar sobre Direito Processual (art. 22, I da CF).

⇨Declarando superado o Enunciado da Súmula nº 3 do STF (“A imunidade concedida a deputados estaduais é restrita a justiça do estado”), o Plenário do Supremo Tribunal Federal entendeu que, em razão do mandamento explícito do art. 27, § 1º, da CF/88, aplicam-se, aos deputados estaduais, as regras constitucionais relativas às imunidades dos membros do Congresso Nacional, restando superada, destarte, a doutrina da referida súmula.

⇨O Estado-Membro dispõe de competência para disciplinar o processo de escolha, por sua Assembleia Legislativa, do Governador e do Vice-Governador do Estado, nas hipóteses em que se verificar a dupla vacância desses cargos nos últimos dois anos do período governamental. Essa competência legislativa do Estado-membro decorre da capacidade de autogoverno que lhe outorgou a própria Constituição da República.

⇨A competência do tribunal de justiça para julgar prefeitos restringe-se aos crimes de competência da justiça comum estadual; nos demais casos, a competência originária caberá ao respectivo tribunal de segundo grau.

QUESTÕES DE PROVA

Por força da mudança de entendimento do STF e/ou da alteração da legislação desde a aplicação da prova, essas questões podem ter mais de uma resposta ou nenhuma resposta.

1. (ESAF – AGU – 99) Assinale a opção correta:

a) A Constituição Federal elenca, de forma precisa e expressa, a competência dos Estados-membros e da União.

b) Adotou-se, no sistema federativo brasileiro, um rígido modelo horizontal de distribuição de competência legislativa.

c) Nos termos da Constituição brasileira, os municípios não dispõem de competência material específica.

d) Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado.

e) O Distrito Federal é dotado de todas as competências reconhecidas aos Estados-membros.

Resposta:

a) errado – a CF/88 elenca de forma precisa e expressa as competências da União (art. 21 ao 24), mas define de forma residual ou remanescente a competência dos Estados Federados (art. 25, §1º).

Cabe lembrar que apesar de ser a competência do Estado Federado em regra residual, às vezes se apresenta de forma expressa, como por exemplo, no art. 25, §§ 2º e 3º, da CF.

b) errado – está correto afirmar que se adotou um modelo horizontal de competências, porque elas estão constitucionalmente dispostas sem hierarquização, tendo sido aplicado o princípio da predominância de interesses. Por outro lado, o modelo de repartição de competências adotado não é rígido, admitindo-se um partilhamento de algumas delas entre os entes federados.

c) errado – os municípios têm competências legislativas específicas (por exemplo, art. 30, inciso I), assim como têm também competências materiais ou administrativas específicas (por exemplo, art. 30, inciso III).

d) correto – de acordo com a CF/88, no art. 25, § 2º : "Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação". O fato de a norma constitucional não ter sido transcrita integralmente não comprometeu a afirmativa.

e) errado – ao Distrito Federal, nos termos do art. 32, §1º, compete as competências semelhantes às dos Estados e dos Municípios, mas não idênticas. Por exemplo, diferentemente dos Estados, cabe à União legislar (CF, art. 22, inciso XVII e 32, § 4º) e manter (CF, art. 21, incisos XIII e XIV) as polícias militar e civil, o corpo de bombeiros militar, a defensoria pública, o ministério público, e a justiça no

Distrito Federal. Por outro lado, é o próprio Estado Federado que legisla e mantém as polícias militar e civil, o corpo de bombeiros militar, a defensoria pública, o ministério público, e a justiça estadual.

2. (ESAF – AGU – 99) Assinale a opção correta:

a) É amplo o poder constituinte do Estado-membro, facultando-se-lhe dispor, de forma incondicionada, sobre o sistema eleitoral e o sistema de governo.
b) No âmbito das competências do Estado-membro, não se exclui a possibilidade de instituição de uma verdadeira Corte Constitucional.
c) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o processo legislativo previsto na Constituição Federal aplica-se aos Estados-membros.
d) Nos termos da Constituição, a criação de municípios é decisão que compete exclusivamente aos Estados-membros.
e) A Constituição não veda, expressamente, o direito de secessão dos entes federados.

↳*Resposta:*

a) errado – o sistema eleitoral é matéria de competência da União, sendo que matéria de direito eleitoral pode ser delegada, por meio de lei complementar federal, aos Estados-Membros apenas quando se tratar de questão específica, o que não é o caso. Por outro lado, o sistema de governo, que pode ser presidencialismo ou parlamentarismo, é matéria de direito constitucional, não se incluindo na autonomia estadual a sua definição (CF, art. 22, inciso I e § único).

b) errado – a "Corte Constitucional" se presta a examinar exclusivamente atos normativos contrários à Constituição soberana de um país. Por isso, é inadmissível que uma entidade autônoma possa instituir em seu âmbito este tipo de Corte.

c) correto – nem todas as regras relativas ao processo legislativo federal, previstas na Constituição da República, se aplicam nos processos legislativos das demais esferas. De acordo com o STF, apenas os princípios e as regras básicas são reproduzidos em todas as esferas. Como a opção não afirma que "todas" as regras são aplicáveis, ela deve ser considerada correta.

d) errado – o art. 18, § 4º, da CF, exige a concordância da população do(s) Município(s) envolvido(s) e a regulamentação pelo Congresso Nacional de determinadas regras gerais através de lei complementar, que deverão ser observadas quando a Assembleia Legislativa Estadual for criar um determinado Município.

e) errado – a Constituição proíbe qualquer movimento de independência (secessão) por parte das entidades federativas ao afirmar que a união entre elas é indissolúvel, nos termos do art. 1º, "caput", da CF/88.

3. (ESAF - AUDITOR /CE - 98) Assinale a opção correta:

a) A Constituição Estadual pode estabelecer, legitimamente, que qualquer convênio ou obrigação assumida pelo Estado-membro somente produzirá efeitos após a aprovação do ato pelo Poder Legislativo Estadual.
b) A regra da Constituição Federal que veda a recondução dos membros da mesa das Casas Legislativas é de reprodução obrigatória por parte dos Estados-membros.

c) Os requisitos para nomeação dos membros do Tribunal de Contas da União contidos na Constituição Federal são de observância obrigatória pelo constituinte estadual.
d) O processo legislativo estabelecido na Constituição Federal não tem força vinculante para o Estado-membro.
e) A criação de municípios é matéria da alçada exclusiva do Estado-membro.

Resposta:

a) errado – este tipo de previsão ofenderia o princípio da separação dos poderes ao retirar a autonomia do Executivo estadual de exercer as atribuições que lhe são próprias, de acordo com o STF: "Norma que subordina convênios, acordos, contratos e atos de Secretários de Estado à aprovação da Assembleia Legislativa: inconstitucionalidade, porque ofensiva ao princípio da independência e harmonia dos poderes." (ADI 676, Rel. Min. Carlos Velloso, julgamento em 1º-7-1996, Plenário, DJ de 29-11-1996.) No mesmo sentido: ADI 770, Rel. Min. Ellen Gracie, julgamento em 1º-7-2002, Plenário, DJ de 20-9-2002; ADI 165, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, julgamento em 7-8-1997, Plenário, DJ de 26-9-1997".

b) errado – o STF já decidiu que o art. 57, § 4º, não é de simetria obrigatória nas demais esferas (estadual, municipal e distrital). Ver ADIN (Ação Direta de Inconstitucionalidade) nº 2.292.

c) correto – conforme o disposto no art. 75, da CF: "As normas estabelecidas nesta seção aplicam-se, no que couber, à organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios".

d) errado – a jurisprudência do STF é no sentido de que é de reprodução obrigatória no processo legislativo estadual os princípios e regras básicas relativas ao processo legislativo federal, conforme, por exemplo, as ADINs nº 216-PB e nº 822-RS, cujas decisões foram publicadas em 1997.

e) errado – de acordo com a CF, no art. 18, § 4º, o legislativo estadual criará um Município seguindo as regras previstas em lei complementar federal: "A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei".

4. (ESAF – ANALISTA/COMÉRCIO EXTERIOR - 98) Assinale a opção correta:
a) O Senado Federal não está obrigado a suspender a execução da lei declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em controle concreto ou incidental de normas.
b) Os Estados-membros podem atribuir competência para julgar as ações diretas a uma Corte Constitucional.
c) Qualquer juiz ou órgão fracionário de Tribunal pode declarar a inconstitucionalidade incidental de lei na ordem constitucional brasileira.
d) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a ação civil pública não constitui instrumento adequado para impugnação de lei inconstitucional.
e) Os Estados-membros podem adotar controle abstrato de normas do direito estadual ou municipal em face da Constituição estadual ou da Constituição Federal.

Resposta:

a) correto – acordo com o Supremo Tribunal Federal, a previsão constitucional do art. 52, inciso X, que define a competência privativa do Senado Federal de "suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal", não tem efeito vinculante, ou seja, possibilita, mas não obriga o Senado elaborar a Resolução de caráter suspensivo, conforme a decisão do STF: "(...) procedência da arguição de inconstitucionalidade por incompatibilidade com a Constituição, que, não obstante já declarada pelo Supremo Tribunal Federal, teve o processo de suspensão do dispositivo arquivado, no Senado Federal, que, assim, negou-se a emprestar efeitos "erga omnes" à decisão proferida na via difusa do controle de normas." (ADI 15, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, julgamento em 14-6-2007, Plenário, DJ de 31-8-2007).

b) errado – só a Constituição Federal pode definir tribunal com competência para examinar a constitucionalidade em abstrato, e é de competência privativa da União legislar sobre direito processual (art. 22, inciso I).

c) errado – de acordo com o STF, os órgãos fracionários (turmas, câmaras ou seções) só podem reconhecer a inconstitucionalidade quando já houver um precedente pelo tribunal pleno ou órgão especial (CF, art. 97 e 93, inciso XI), quando for o caso, deste tribunal ou do STF.

d) errado – o STF tem admitido o controle incidental da constitucionalidade de uma lei em ação civil pública.

e) errado – de acordo com a Constituição Federal, no art. 125, § 2º ("Cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão"), os Estados Federados só podem adotar controle abstrato de normas do direito estadual ou municipal em face da Constituição Estadual, que será julgada pelo Tribunal de Justiça. Cabe lembrar que lei estadual pode ser objeto de controle abstrato em face da CF (ADIn ou ADPF), assim como a lei municipal pode ser objeto de controle abstrato em face da CF (ADPF), mas neste caso se trata de previsão da própria CF.

5. (ESAF - ANALISTA COM. EXTERIOR - 98) Assinale a opção correta:

a) Os Estados-membros dispõem de amplo poder de conformação de sua ordem constitucional, estando autorizados a disciplinar, no seu âmbito, a forma de Governo e o sistema eleitoral.
b) Os Estados-membros estão impedidos pela Constituição Federal de instituir ação declaratória de constitucionalidade.
c) O processo legislativo estabelecido na Constituição Federal não vincula o Estado-membro.
d) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a sanção presidencial a projeto de lei aprovado não supre o vício de iniciativa verificado.
e) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, os Estados-membros estão autorizados a proceder a uma revisão constitucional especial nos moldes da estabelecida na Constituição Federal.

Resposta:

a) errado – a forma de governo é tema a ser definido pela Constituição Federal. Por outro lado, matéria relativa ao sistema eleitoral é assunto de competência legislativa privativa de União (art. 22, inciso I).

b) errado – apesar de não ter expressa permissão constitucional, o STF tem entendido pela autorização constitucional implícita de ação declaratória de constitucionalidade no âmbito estadual, de lei ou ato normativo estadual em face da Constituição Estadual.
c) errado – a jurisprudência do STF é no sentido de que é de reprodução obrigatória no processo legislativo estadual os princípios e regras básicas relativas ao processo legislativo federal.
d) correto – o STF já entendeu o contrário, mas revendo a sua jurisprudência, tem decidido que se o projeto de lei é de iniciativa exclusiva do Presidente da República e outro, indevidamente, o propõe ao Congresso Nacional, esse projeto fere a CF e mesmo que o Congresso Nacional o aprove e o Presidente de República o sancione, o vício de inconstitucionalidade formal permanece. Assim decidiu o STF na ADIN nº 1381, cancelando a sua Súmula nº 5: "Nem mesmo a ulterior aquiescência do Chefe do Poder Executivo, mediante sanção ao projeto de lei, ainda quando dele seja a prerrogativa usurpada, tem o condão de sanar esse defeito jurídico radical. Insubsistência da Súmula nº 5/STF, motivada pela superveniente promulgação da Constituição Federal de 1988".
e) errado – a reforma da Constituição Estadual, por meio de emendas aprovadas pela Assembleia Legislativa, tem que observar no que couber, os princípios e regras básicas próprias do processo legislativo de emendas à Constituição Federal previstas nos parágrafos do art. 60, da CF. A possibilidade de revisão constitucional, prevista no art. 3º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, só foi autorizada para a Constituição Federal e naquela época.

6. (ESAF – AFTN – 98) Assinale a opção correta:
   a) A criação de territórios, bem como sua transformação em Estado, será disciplinada em lei ordinária federal.
   b) A União, os Estados e os Municípios não estão impedidos de subvencionar cultos religiosos ou igreja.
   c) A outorga de tratamento diferenciado a cidadãos ou empresas do Estado-membro é perfeitamente compatível com a Constituição.
   d) Em determinados casos, a intervenção federal poderá realizar-se sem a designação de um interventor.
   e) No caso de não execução da lei federal, a intervenção federal dependerá de provimento à representação formulada pelo Advogado-Geral da União.

Resposta:
a) errado – de acordo com a CF, no art. 18, §§ 2º e 3º, será lei complementar federal que decidirá sobre a criação de territórios, bem como sua transformação em Estado.
b) errado – conforme o art. 19, inciso I, da CF, "é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público".
c) errado – conforme o art. 19, inciso III, da CF, "é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si".

d) correto – a CF confirma essa possibilidade no art. 36, §§ 1º e 3º: "O decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeará o interventor, será submetido à apreciação do Congresso Nacional ou da Assembleia Legislativa do Estado, no prazo de vinte e quatro horas. Nos casos do art. 34, incisos VI e VII, ou do art. 35, incisos IV, dispensada a apreciação pelo Congresso Nacional ou pela Assembleia Legislativa, o decreto limitar-se-á a suspender a execução do ato impugnado, se essa medida bastar ao restabelecimento da normalidade".
e) errado – a CF determina no art. 36, inciso III, que no caso de não execução da lei federal, a intervenção federal dependerá de provimento à representação formulada pelo Procurador Geral da República. Cabe ainda observar que o PGR formulava a representação diante do STJ. Por força da EC 45, o inciso IV, do art. 36, da CF, foi revogado e transferida a competência para o STF, art. 36, inciso III.

7. (ESAF – AFTN – 98) Assinale a opção correta:
a) A Constituição de 1988 conferiu aos municípios a condição de autênticos integrantes da Federação.
b) Os Estados-membros não estão impedidos de adotar medida provisória como espécie legislativa estadual.
c) Nos termos da Constituição Federal, o Estado-membro não pode, em qualquer hipótese, legislar sobre matéria de competência privativa da União.
d) A Constituição estadual deve instituir ação direta de controle de constitucionalidade de ato normativo tanto de direito estadual quanto municipal em face da Constituição Federal.
e) Os Estados-membros não estão impedidos de celebrar tratados internacionais, desde que com a interveniência expressa da União.

↳*Resposta:*
a) correto – na época da aplicação desta prova havia um forte entendimento doutrinário, liderado pelo autor José Afonso da Silva, negando ao município a condição de autêntico integrante da Federação, na medida em que a existência de uma federação não depende da existência de entidades municipais autônomas. Atualmente, ainda que existam vozes divergentes, a tendência tem sido no sentido de que o município deve ser considerado um integrante autêntico da Federação, porque assim previsto pela atual CF (CF, art. 18, "caput").
b) correto – ainda que a atual Constituição brasileira preveja expressamente apenas medida provisória editada pelo Presidente da República, nada impede que as demais leis de organização (Constituições Estaduais, Leis Orgânicas Municipais e Lei Orgânica Distrital) prevejam medidas provisórias expedidas pelos demais chefes dos Executivos estaduais, municipais e distrital.
c) errado – a CF, no art. 22, parágrafo único, permite que a União, por meio de lei complementar autorize os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas entre suas competências privativas.
d) errado – a CF autoriza que o Estado institua ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual ou municipal em face da Constituição Estadual, e não em face da Constituição Federal (CF, art. 102, inciso I, alínea a e art. 125, § 2º).

e) errado – os Estados Federados, que são autônomos, não podem celebrar tratados internacionais, porque só um Estado soberano pode dialogar com outro Estado soberano.

§ *A questão conta com duas opções corretas.*

8. (ESAF – AFTN - 98) Assinale a assertiva correta quanto ao Distrito Federal.

a) No âmbito do Distrito Federal, a organização da Defensoria Pública e da Polícia Civil constitui tarefas de competência legislativa do Distrito Federal.
b) Compete ao Distrito Federal, nos termos da Constituição Federal, a organização do Poder Judiciário local.
c) O Distrito Federal dispõe de competência legislativa estadual e municipal.
d) A Constituição não prevê a possibilidade de decretação de intervenção federal no Distrito Federal.
e) A Constituição não proíbe a divisão do Distrito Federal em municípios.

↳*Resposta:*

a) errado – a CF determina no art. 22, inciso XVII, que a competência para legislar sobre a organização da defensoria pública e polícia civil distritais pertence à União.

b) errado – a CF define como competências da União a legislação e a organização da Justiça Distrital (arts. 21, inciso XIII e 22, inciso XVII).

c) correto – como o Distrito Federal não pode ser dividido em municípios, ele exerce competências semelhantes as dos municípios e dos estados (CF, art. 32, "caput" e § 1º).

d) errado – a CF, no art. 34, "caput", prevê a possibilidade de intervenção federal no Distrito Federal.

e) errado – a CF, no art. 32, "caput", proíbe a divisão do Distrito Federal em municípios.

9. (ESAF – PFN – 98) - Assinale a assertiva correta:

a) O Distrito Federal constitui uma autêntica unidade federada, dispondo de amplo poder de auto-organização em relação à sua estrutura administrativa e à organização dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.
b) A Constituição do Estado-membro pode condicionar a eficácia de convênio celebrado pelo Poder Executivo à aprovação pelo Poder Legislativo local.
c) Na ordem constitucional brasileira, o Estado-membro, no âmbito do seu poder de auto-organização, está impedido de instituir um Poder Legislativo bicameral e um regime parlamentar de Governo.
d) Dentro do poder de conformação da sua ordem constitucional, pode o Estado-membro estabelecer "quorum" para a aprovação de emenda constitucional mais rígido do que o previsto na Constituição Federal.
e) Segundo orientação do Supremo Tribunal Federal, o Estado-membro pode adotar modelo de revisão constitucional simplificado, tal como previsto no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

Resposta:

a) errado – quanto a ser o Distrito Federal uma autêntica unidade federada, existe controvérsia, pois o Distrito Federal não é necessário para a existência de uma federação, inclusive só na atual Constituição brasileira se tornou uma entidade federativa autônoma. Por outro lado, a CF incumbiu o Distrito Federal quanto à competência para se organizar administrativamente através da Lei Orgânica Distrital (CF, art. 32, "caput"), organizar o seu Legislativo (CF, art. 32, § 3º) e o seu Executivo (CF, art. 32, § 2º), mas não para organizar sua justiça. Esta é competência da União (CF, art. 21, inciso XIII).

b) errado – por falta de previsão da CF, haveria ofensa ao princípio da separação dos poderes a Constituição do Estado-membro condicionar a eficácia de convênio celebrado pelo Poder Executivo à aprovação pelo Poder Legislativo local.

c) correto – a estrutura do legislativo é assunto próprio de uma Constituição soberana. Isto significa dizer que uma Constituição estadual estaria agindo contrária a CF se tentasse definir a estrutura do seu Legislativo. Além disso, o Senado Federal tem por objetivo representar os interesses dos Estados e do Distrito Federal, resumindo, representar a própria federação, fugindo à lógica a existência de um "senado estadual". Por outro lado, o sistema de governo (presidencialismo ou parlamentarismo) também é assunto de definição própria da Constituição soberana, não podendo ser tratado por Constituições Estaduais.

d) errado – as regras básicas relativas ao procedimento legislativo próprio de um projeto de emenda à Constituição devem ser observadas, no que couber, quando da alteração da Constituição Estadual.

e) errado – aquela revisão nos moldes mais simplificados previstos no ADCT, art. 3º, não pode ser reproduzida na esfera estadual. Só foi possível naquele momento, e em relação à CF.

10. (CESPE - AFCE/TCU - 95): A intervenção nas unidades federadas, no regime da Constituição de 1988,
    1. só é autorizada à União, sendo vedada aos Estados-membros.
    2. não contempla a intervenção em Municípios, mesmo porque tais entes não integram a Federação.
    3. é processo em que participam apenas os Poderes Executivo e Legislativo, não tomando parte o Poder Judiciário.
    4. pode ser realizada para assegurar a observância do princípio constitucional dos direitos da pessoa humana.
    5. pode ser realizada para repelir invasão estrangeira.

Resposta:

1) errado – é possível a decretação de intervenção estadual sobre os Municípios (CF, art. 35, incisos).

2) errado – conforme dito acima, cabe intervenção estadual sobre a autonomia municipal.Por outro lado a CF reconhece expressamente a autonomia municipal, conforme o art. 18, "caput".

3) errado – cabe participação do Poder Judiciário, quando da requisição (art. 36, inciso III) e do provimento (art. 36, inciso IV) junto ao Presidente da República para a decretação de intervenção federal.

4) correto – assim afirma a CF, no art. 34, inciso VII, alínea b.

5) correto – assim afirma a CF, no art. 34, inciso II.

§ *A questão conta com duas opções corretas.*

11. (ESAF – TFC - 96): O Distrito Federal tem características jurídicas ora iguais ora diferentes daquelas dos Estados que compõem a Federação. A esse respeito, assinale a opção correta.
    a) Da mesma forma do que ocorre nos Estados-membros da Federação, o Distrito Federal é o responsável pela manutenção e organização do Ministério Público que atua no seu território.
    b) Da mesma forma que os Estados-membros da Federação, o Distrito Federal é responsável pela manutenção de três Poderes locais, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.
    c) Diferentemente dos Estados-membros da Federação, o Distrito Federal não tem o poder de auto-organização, não podendo reger-se por normas próprias de natureza constitucional.
    d) Diferentemente do que ocorre nos Estados-membros da Federação, o Distrito Federal tem o seu governador nomeado por ato do Presidente da República.
    e) Diferentemente dos Estados-membros da Federação, o Distrito Federal pode legislar sobre assuntos da competência reservada dos municípios.

↳*Resposta:*

a) errado – a competência para a manutenção e organização do Ministério Público que atua no Distrito Federal é da União, nos termos da CF, art. 21, inciso XIII.

b) errado – no que se refere à justiça distrital, a competência para a sua manutenção é da União (art. 21, inciso XIII).

c) errado – a CF, no art. 32, "caput", determina ao Distrito Federal o poder de se auto-organizar através de uma Lei Orgânica Distrital.

d) errado – a população do Distrito Federal decide, através de eleições, quem será o seu governador.

e) correto – a CF determina que o Distrito Federal não pode se dividir em Municípios (art. 32, "caput"), por este motivo, cabe a ele exercer competências semelhantes às dos Estados e às dos Municípios (art. 32, § 1º).

12. (PROCURADOR DO RS - 97): A competência denominada literalmente de concorrente pela Constituição de 1988
    a) cabe à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.
    b) exclui a competência da União de legislar normas específicas para a sua própria esfera de poder.
    c) confere, em qualquer caso, liberdade legislativa plena aos Estados.
    d) pode colocar limites à atuação dos poderes municipais.
    e) importa a revogação da lei estadual, na hipótese de superveniência de lei do Congresso Nacional que lhe for contrária.

Resposta:

a) errado – a competência denominada literalmente de concorrente, ou pela doutrina e STF de concorrente cumulativa, cabe apenas à União, aos Estados e ao Distrito Federal, nos termos do art. 24, "caput", da CF, excluindo os Municípios.

b) errado – a União continua podendo legislar plenamente dentro de sua própria órbita.

c) errado – a CF determina no art. 24, § 3º, que o Estado só vai legislar plenamente se não houver norma geral da União sobre aquele assunto.

d) correto – a legislação suplementar do Município depende de uma norma geral federal ou estadual, estas definindo limites àquela (CF, art. 30, inciso II).

e) errado – a CF determina a suspensão de eficácia da lei estadual ou distrital semelhante à estadual, no que for contrária à legislação federal (art. 24, § 4º).

13. (MARE - GESTOR GOVERNAMENTAL - 97): Ocorrendo conflito entre normas federais e estaduais, versando tema específico submetido à competência concorrente, determina a Constituição que deve prevalecer:

a) a regra estadual, visto que a autonomia dos Estados é o ponto de partida da ordem federativa.
b) a norma federal, visto que a competência estadual é remanescente, não podendo excluir nenhuma lei de âmbito superior.
c) a norma mais recente, visto que sendo a competência concorrente e igual, resolve-se o conflito pelas regras de direito intertemporal.
d) a norma federal geral superveniente, visto que esta suspende a eficácia da norma estadual que a contrarie.
e) a norma federal, visto que a competência da União para legislar sobre normas gerais exclui a competência dos Estados.

Resposta:

a) errado – nos termos do art. 24, § 4º, da CF, deve prevalecer a norma geral federal, suspendendo a eficácia da norma estadual naquilo que com esta colidir.

b) errado – idem ao item anterior. A competência de que trata a questão é a concorrente, e não aquela exclusiva e residual do Estado, prevista no art. 25, § 1º, da CF.

c) errado – idem ao item a.

d) correto – idem ao item a.

e) errado – nos termos do art. 24, § 4º, da CF, deve prevalecer a norma geral federal, mas esta não exclui competência suplementar do Estado, conforme o art. 24, § 2º.

14. (CESPE - AUDITOR DO TCU - 97): O Estado Federal consiste em uma descentralização política,

a) caracterizada pela autonomia – decorrente de lei federal – dos estados-membros.
b) caracterizada pela existência do poder constituinte derivado, de que são investidos os estados-membros, e em função do qual estes editam suas próprias constituições.
c) caracterizada pela capacidade administrativa das unidades que promovem a desconcentração do poder.

d) caracterizada pela repartição de competências entre as unidades federadas – repartição essa que, na Constituição Brasileira, está erigida como *cláusula pétrea*.
e) em que a rigidez constitucional e o controle da constitucionalidade são necessários à sua mantença.

↳*Resposta:*

a) errado – o Estado Federal se caracteriza pela autonomia administrativa e política da União, dos estados-membros, dos municípios e do Distrito Federal, decorrente da CF (art. 18, "caput").
b) errado – os estados federados editam suas próprias constituições estaduais pelo exercício do poder constituinte derivado decorrente, mas não se relaciona ao enunciado da questão.
c) errado – o Estado Federal caracteriza-se pela descentralização, e não desconcentração, política e administrativa.
d) correto – a CF determina expressamente que não poderá ocorrer qualquer deliberação sobre projeto de emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado (art. 60, § 4º, inciso I).
e) errado – não é necessária à existência de uma federação a rigidez constitucional e o controle da constitucionalidade.

15. (CESPE - FISCAL/INSS - 97): Julgue os itens que se seguem, acerca da federação.
1. O sistema federativo brasileiro é composto por quatro espécies de pessoas jurídicas de direito público, entre elas os municípios.
2. Uma vez que a Constituição Federal define as competências exclusivas da União e dos municípios, é correto dizer que as competências não incluídas em nenhuma dessas duas órbitas dizem respeito somente aos estados, desde que tais competências não sejam concorrentes.
3. Todos os estados e o Distrito Federal elegem o mesmo número de senadores, pois estes são seus representantes junto ao Legislativo federal.
4. Apenas no plano federal o Legislativo é bicameral.
5. Lei complementar não pode autorizar a União a desempenhar serviço de interesse local.

↳*Resposta:*

1) correto – nos termos da CF, art. 18, "caput".
2) errado – dizem respeito também ao Distrito Federal, naquelas competências semelhantes às dos estados federados (CF, art. 32, § 1º). Além disso, existem as competências comuns a todas as entidades federativas (CF, 23) e as privativas da União delegáveis aos estados federados (CF, art. 22 e § único).
3) correto – art. 46, da CF.
4) correto – todos os demais legislativos são unicamerais.
5) correto – a lei federal seria inconstitucional por ofensa a forma federativa já que a legislação de serviço de interesse local é de competência dos municípios e do Distrito Federal (CF, arts. 30 e 32, § 1º).

16. (ESAF – AFTN - 96): Assinale a assertiva correta:
a) O Estado-membro no uso de sua autonomia pode adotar a forma parlamentar de Governo.
b) O modelo de iniciativa legislativa adotado pela Constituição Federal não vincula o constituinte estadual, podendo este fixar sistema diverso, especialmente no que respeita às iniciativas privadas do Poder Executivo.
c) Os Estados podem instituir controle abstrato de normas para aferição da legitimidade do direito municipal em face da Constituição Estadual ou da Constituição Federal.
d) Lei orgânica do Distrito Federal deverá dispor sobre a organização e competência do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.
e) A Constituição do Estado-membro pode exigir que o processo-crime contra o Governador do Estado dependa da autorização específica da Assembleia Legislativa.

Resposta:

a) errado – cabe intervenção da União naquele estado federado por ofensa a um princípio constitucional estabelecido ou sensível previsto no art. 34, inciso VII, alínea a, da CF (sistema representativo adotado é o presidencialismo).

b) errado – de acordo com o STF, a iniciativa para a propositura de projeto de lei federal é de simetria obrigatória, no que couber nas demais esferas (estaduais, distrital e municipais).

c) errado – os estados federados podem instituir ação direta de inconstitucionalidade só na esfera estadual, de lei ou ato normativo estadual ou municipal em face da Constituição Estadual, junto ao Tribunal de Justiça (CF, art. 125, § 2º).

d) errado – é a lei federal que deverá dispor sobre a organização e competência do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, de acordo com a CF, art. 22, inciso XXVII.

e) correto – por força do princípio da simetria em relação ao disposto na CF, art. 86, "caput", o Judiciário só pode processar e julgar o chefe do Executivo em caso de crime comum mediante prévia autorização do Legislativo. Veja uma decisão do STF neste sentido: "Os Governadores de Estado estão sujeitos, uma vez obtida a necessária licença da respectiva Assembleia Legislativa (RTJ 151/978-979 – RTJ 158/280 – RTJ 170/40-41 – Lex/Jurisprudência do STF 210/24-26), a processo penal condenatório, ainda que as infrações penais a eles imputadas sejam estranhas ao exercício das funções governamentais." (HC 80.511, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 21-8-2001, Segunda Turma, DJ de 14-9-2001)

17. (CESPE - PROCURADOR/INSS - 96): A respeito da competência legislativa concorrente, definida no texto constitucional, julgue os itens a seguir.
1. A União, os Estados e o Distrito Federal são concorrentemente competentes para legislar acerca de previdência social.
2. A competência da União é limitada à fixação de normas gerais, no âmbito da legislação relativa à defesa da saúde.
3. Sendo omissa a União, em sua atividade legislativa, os Estados, para atenderem às suas peculiaridades, ficam investidos de competência plena para legislar a respeito da proteção à infância e à juventude.

4. O Estado que legisla, plena e legitimamente, acerca da matéria de competência concorrente, terá as suas respectivas leis revogadas quando, exercitando sua competência constitucionalmente definida, a União editar suas leis e estas dispuserem contrariamente às regras fixadas no âmbito estadual.
5. Não pode ser objeto de emenda à Constituição a proposta que intente alterar a competência concorrente dos entes federativos.

↳*Resposta:*

1) correto – de acordo com a CF, no art. 24, "caput" e inciso XII.

2) correto – de acordo com a CF, no art. 24, § 1º e inciso XII.

3) correto – de acordo com a CF, no art. 24, § 3º e inciso XV.

4) errado – as normas estaduais terão suspensas a sua eficácia com a superveniência de lei federal sobre normas gerais (CF, art. 24, § 4º).

5) errado – este tipo de EC não atenta contra a forma federativa, pois o importante é manter íntegras as competências exclusivas.

18. (ESAF – TTN – 98): Assinale a assertiva correta:

a) Os Estados-membros não podem recusar fé aos documentos públicos da União, facultando-se-lhes, porém, recusar o reconhecimento de documentos de outros Estados ou dos Municípios.
b) Enquanto unidade federada, o Distrito Federal é dotado somente de competências legislativas estaduais.
c) A inexistência de lei federal de caráter geral impede a promulgação de lei estadual sobre a matéria.
d) Na sua organização, os Estados-membros submetem-se aos princípios constitucionais sensíveis e aos princípios estabelecidos.
e) A criação de regiões metropolitanas depende de lei ordinária estadual.

↳*Resposta:*

a) errado – é vedado a uma entidade federativa negar autenticidade a documento público de qualquer entidade federativa (de outra ou si de mesma), conforme a CF, art. 19, inciso II.

b) errado – ao Distrito Federal competem atribuições semelhantes aos dos estados federados e aos dos municípios, já que não pode ser descentralizado em municípios (CF, art. 32, "caput" e § 1º).

c) errado – em se tratando de legislação concorrente, a CF, no art. 24, § 3º, autoriza o estado-membro a dispor através de normas gerais na ausência de norma federal geral.

d) correto – sob pena de sofrer intervenção federal, nos termos do art. 25, "caput" e do art. 34, inciso VII, da CF.

e) errado – a criação de regiões metropolitanas depende de lei complementar, de acordo com o art. 25, § 3º, da CF.

19. (ESAF – AGU – 96): Assinale a assertiva correta:

a) Os Estados-membros podem adotar medida provisória como espécie legislativa.
b) A intervenção federal nos Estados, na hipótese de violação dos princípios sensíveis ou para assegurar a execução do direito federal, depende de representação do Procurador-Geral da República ao Supremo Tribunal Federal.
c) A Constituição Federal não impede que o Estado-membro adote um sistema parlamentar de governo ou um modelo bicameral.
d) Os Estados-membros não podem instituir direitos fundamentais diversos daqueles previstos na Constituição Federal.
e) Cabe ao Distrito Federal dispor, na sua Lei Orgânica, sobre a organização e funcionamento do Tribunal de Justiça e Ministério Público local.

Resposta:

a) correto – de acordo com o STF, nada impede que os estados federados reproduzam em suas Constituições as regras básicas que disciplinam a medida provisória na CF.

b) correto – a intervenção federal nos Estados autorizada na hipótese de violação dos princípios sensíveis ou para assegurar a execução do direito federal (CF, art. 36, inciso III), depende de representação do Procurador-Geral da República ao Supremo Tribunal Federal. Cabe lembrar que ao tempo deste concurso, a CF ainda não havia sofrido a alteração prevista na EC 45, que só ocorreu em dezembro de 2004, no que se refere ao descumprimento de lei federal. Portanto, por força dessa alteração superveniente, existem duas opções corretas.

c) errado – o art. 34, inciso VII, alínea a, da CF, determina a decretação de intervenção federal por ofensa ao sistema representativo ora adotado é o presidencialismo. Por outro lado, o sistema bicameral tem como objetivo assegurar por um lado a representação popular (através de Câmara dos Deputados), e por outro a paridade das entidades federativa na legislação nacional (através do Senado Federal), perdendo o sentido a existência de uma casa legislativa semelhante ao senado nos demais legislativos.

d) errado – a CF, no art. 5º, § 2º, determina que "os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte". Não existe, portanto, qualquer impedimento para que os diversos legislativos definam outros direitos não previstos na CF.

e) errado – de acordo com a CF, no art. 21, inciso XIII e art. 22, inciso XXVII, cabe à União dispor sobre a organização e funcionamento do Tribunal de Justiça e Ministério Público local.

20. (ESAF – AGU – 96): Assinale a assertiva correta:

a) No sistema constitucional, se nenhum candidato à Presidência da República obtiver a maioria absoluta na primeira votação, far-se-á nova eleição, concorrendo os dois candidatos mais votados e considerando-se eleito aquele que obtiver a maioria dos votos válidos, computados os brancos e nulos.
b) Na eleição para Governador e Prefeito Municipal, considerar-se-á eleito aquele que obtiver a maioria de votos.

c) Os Senadores são eleitos pelo sistema proporcional.
d) É plenamente legítima, do prisma constitucional, decisão do legislador ordinário federal com vistas a introduzir o sistema distrital misto para a eleição dos deputados federais.
e) Aplica-se aos deputados estaduais as regras da Constituição Federal sobre sistema eleitoral, inviolabilidade e imunidade.

Resposta:

a) errado – de acordo com a CF, art. 77, § 2º, não serão computados os votos em branco e os nulos.

b) errado – a CF determina que a eleição para governador e, em regra, para prefeito, siga o princípio da maioria absoluta (art. 28, "caput"; art. 29, inciso II e art. 77, § 2º). Mas naqueles municípios com 200 mil ou menos ELEITORES, será eleito o candidato mais votado, ainda que não alcance a maioria dos votos válidos (art. 29, inciso II, "a contrario sensu").

c) errado – os senadores são eleitos pelo sistema majoritário (CF, art. 45, "caput"), enquanto os deputados federais são eleitos pelo sistema proporcional (CF, art. 45, "caput").

d) errado – os princípios relativos ao sistema eleitoral devem ser tratados por norma constitucional, por serem assuntos típicos de uma Constituição. Por outro lado, o voto distrital foge ao sistema proporcional nos estados e Distrito Federal, devendo ser levado em conta a vontade de parcela da população de um estado ou do distrito federal.

e) correto – de acordo com o art. 27, § 1º, da CF.

21. (CESPE - ANALISTA JUDICIÁRIO/STM - 99): É característica da federação brasileira adotada pela Constituição de 1988,
    a) a impossibilidade de formação de novos estados-membros, a partir da subdivisão dos atuais.
    b) a autonomia municipal para criação dos juizados especiais com jurisdição local.
    c) a enumeração taxativa das competências legislativas estaduais.
    d) a possibilidade de intervenção da União nos estados ou no Distrito Federal, para assegurar a observância de princípios constitucionais significativos, como forma republicana de governo ou direitos humanos fundamentais.
    e) a legitimidade dos prefeitos para propositura de ação direta de inconstitucionalidade de lei municipal perante o Supremo Tribunal Federal (STF) e tribunais de justiça estaduais.

Resposta:

a) errado – a CF, no art. 18, § 3º, autoriza o desmembramento, a fusão e a incorporação de Estados.

b) errado – a CF não autorização a instalação de justiça municipal (art. 92).

c) errado – as competências estaduais legislativas e materiais são, em regra, residuais ou remanescentes (CF, art. 25, § 1º).

d) correto – assim autoriza a CF, no art. 34, inciso VII, alíneas a e b.

e) errado – o prefeito não tem legitimidade para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade de lei em face da CF (art. 103). Por outro lado, cabe à Constituição Estadual definir os legitimados para

a propositura de ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual ou municipal em face de si mesma (CF, art. 125, § 2º).

22. (CESPE – PROCURADOR/INSS – 99): Considerando as normas constitucionais acerca da estrutura federal brasileira na Constituição, julgue os itens abaixo.
    1. No sistema constitucional positivo do Brasil, os municípios são integrantes da Federação, apesar de não possuírem as mesmas competências e os mesmos poderes da União e dos estados.
    2. Dos municípios do Distrito Federal, Brasília é a capital dessa unidade da Federação, a qual acumula as competências dos estados-membros e dos municípios.
    3. Considere a seguinte situação hipotética: Em um determinado estado da Federação, o governador deixou de cumprir decisões do tribunal de justiça, o qual, mediante requerimento da parte interessada, comunicou a desobediência ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), para fins de intervenção federal. O STJ julgou procedente o pedido de intervenção federal e, após gestões inúteis, decretou a intervenção no estado. Na situação apresentada, o STJ agiu conforme lhe autoriza a Constituição.
    4. Considere a seguinte situação hipotética: Dois estados-membros vizinhos constataram que em suas populações havia o desejo de unirem-se em uma só unidade da Federação. Em face disso, cada um realizou plebiscito no respectivo território, sendo aprovada a fusão entre ambos. O resultado dos plebiscitos foi comunicado ao Congresso Nacional, que o aprovou, por lei complementar, dando nascimento ao novo estado. Nesse caso, foi constitucionalmente válida a criação da nova unidade da Federação.
    5. Considere a seguinte situação hipotética: Carolina é vereadora de um município da região Norte do país e, indignada com uma emenda constitucional que, a seu ver, causou dano às finanças de seu município, escreveu um artigo e remeteu-o à publicação em jornais de Brasília. No artigo, deferiu violentos ataques pessoais à honra do Presidente do Congresso Nacional, que resolveu processá-la criminalmente. Nessas condições, apesar de deter inviolabilidade por suas opiniões e palavras no exercício do mandato, Carolina poderá ser condenada judicialmente porque agiu fora do território municipal.

↳*Resposta:*

1) correto – de acordo com o art. 18, "caput", da CF, os municípios são entidades federativas com competências legislativas e administrativas próprias.

2) errado – o art. 32, "caput" proíbe a descentralização do Distrito Federal em Municípios.

3) errado – o Superior Tribunal de Justiça (STJ) não pode decretar intervenção federal. A CF, no art. 34, inciso VI; art. 36, inciso II; e art. 84, inciso X, determina que, neste caso, cabe ao Presidente da República decretar a intervenção federal por requisição do Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça ou Tribunal Superior Eleitoral.

4) correto – está de acordo com o texto constitucional previsto no art. 18, § 3º, sendo importante lembrar que, neste caso, a convocação do plebiscito se dará por decreto legislativo federal (CF, art. 49, inciso XV e art. 59, inciso VI).

5) correto – a CF prevê a inviolabilidade do vereador quanto às suas opiniões, palavras e votos, apenas nos limites do Município em que ele foi eleito.

23. (ESAF - Auditor-Fiscal do Trabalho - 2003) Analise as assertivas a seguir, relativas à organização do Estado Brasileiro, e marque com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas; em seguida, marque a opção correta.
    1. Segundo a CF/88, a criação de um Território, a partir do desmembramento de parte do território de um Estado, far-se-á por lei complementar, aprovada no Congresso Nacional, após aprovação da criação do Território, em plebiscito, do qual participa apenas a população diretamente interessada, sendo obrigatória, ainda, a audiência da Assembleia Legislativa do Estado.
    2. O subsídio dos vereadores será fixado, para a legislatura seguinte, por lei de iniciativa da Câmara de Vereadores, sendo seu limite máximo estabelecido no texto constitucional, sob a forma de um percentual, definido com base no número de habitantes do município, a ser aplicado sobre o subsídio do Deputado Estadual.
    3. Nos termos da Constituição Federal de 1988, integra o sistema de controle interno do Distrito Federal o controle interno dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.
    4. A decretação da intervenção da União nos Estados, em razão de impedimento ao livre exercício do Poder Judiciário Estadual, dar-se-á por requisição do STF, provocada por pedido do Presidente do Tribunal de Justiça; nesta hipótese, a decretação da intervenção é obrigatória, não sendo mais um ato discricionário pelo Presidente da República.
    5. Segundo a CF/88, o servidor público estável só perderá seu cargo: em virtude de sentença judicial transitada em julgado; mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa; e mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

    a) F, V, V, V, V
    b) V, F, F, V, F
    c) V, V, F, V, V
    d) F, V, F, F, V
    e) V, F, V, V, F

Resposta:

1) verdadeiro – assim determina a CF no art. 18, §§ 2º e 3º, e o art. 48, inciso VI.

2) falso – a CF determina que o subsídio dos vereadores seja fixado pela Câmara Municipal. Isto significa dizer que será por Resolução, sem participação do Poder Executivo através de sanção ou veto (art. 29, inciso VI). E o limite máximo em proporção ao número de habitantes, percentual dos deputados estaduais e receita do município (art. 29, incisos VI e VII; e art. 29-A).

3) falso – o Poder Judiciário sofre controle interno nacional e não distrital ou estadual.

4) verdadeiro – assim determina a CF, nos arts. 34, inciso IV e 36, inciso I.

5) falso – existem outros casos de perda de cargo como, por exemplo, o previsto no art. 41, § 3º, da CF, extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade,

com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo. Ou ainda aquele previsto no art. 169, § 4º, da CF, ao determinar que a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar e se as medidas adotadas não forem suficientes para assegurar o cumprimento da determinação da lei complementar referida, o servidor estável poderá perder o cargo, desde que ato normativo motivado de cada um dos Poderes especifique a atividade funcional, o órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal.

§ *A opção correta é a letra b.*

24. (ESAF - Procurador do Distrito Federal - 2004) Supondo que as proposições abaixo constassem do texto de uma Constituição estadual, aponte a única opção que seria compatível com os limites impostos pela Constituição de 1988 à autonomia constitucional dos Estados-membros.
    a) No primeiro ano da legislatura, a Assembleia Legislativa reunir-se-á em sessões preparatórias para a posse de seus membros e eleição da respectiva Mesa, para mandato de dois anos, permitida a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.
    b) O Governador do Estado, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.
    c) O Ministério Público estadual formará lista tríplice entre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Governador do Estado após aprovação pela maioria absoluta dos membros da Assembleia Legislativa, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.
    d) A não execução da programação orçamentária decorrente de emendas de parlamentares constitui crime de responsabilidade.
    e) São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre matéria tributária.

↳*Resposta:*

a) correto – a primeira parte, relativa às eleições, se aplicam por simetria com o art. 57, § 4º, da CF. Por outro lado, por entendimento do STF, a proibição de reeleição na mesma legislatura das mesas do Legislativo Federal, não é de reprodução obrigatória nos demais Legislativos. Vide ADIN nº 793/97.

b) errado – a proibição prevista no art. 86, § 4º, da CF, se aplica apenas ao Presidente de República, não podendo ser estendida aos demais chefes dos Executivos, sob pena de ofensa ao princípio da isonomia. Esta prerrogativa não deve ser interpretada de forma extensiva. Assim proclama o STF: "Os Estados-membros não podem reproduzir em suas próprias Constituições o conteúdo normativo dos preceitos inscritos no art. 86, § 3º e § 4º, da Carta Federal, pois as prerrogativas contempladas nesses preceitos da Lei Fundamental – por serem unicamente compatíveis com a condição institucional de chefe de Estado – são apenas extensíveis ao Presidente da República." (ADI 978, Rel. p/ o ac. Min. Celso de Mello, julgamento em 19-10-1995, Plenário, DJ de 24-11-1995.)".

c) errado – ofende o princípio da separação dos poderes o exame pela Assembleia Legislativa da escolha pelo Governador do Procurador-Geral, nos termos do art. 128, § 3º, da CF, ainda que para sua destituição seja necessária a apreciação do Legislativo Estadual (art. 128, § 4º, da CF).

d) errado – apesar do descumprimento da lei orçamentária poder provocar um processo de "impeachment" (art. 85, inciso VI, da CF), o descumprimento de disposição decorrente de emenda parlamentar a essa lei não provoca processo de "impeachment" (art.166, § 8º, da CF).

e) errado – leis que disponham sobre matéria tributária, com incidência no âmbito estadual, pelo princípio da simetria, podem ser propostas pelo governador, deputado estadual e comissões da Assembleia Legislativa.

25. (ESAF - AFC/CGU - 2004) Na questão abaixo, relativa à organização político-administrativa do Estado, marque a única opção correta.
    a) Segundo a CF/88, as eleições para Prefeito seguirão as mesmas regras definidas na Constituição para a eleição do Presidente da República, se o município tiver mais de duzentos mil habitantes.
    b) Segundo a CF/88, a Câmara Municipal não poderá gastar mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, não sendo incluído nesse percentual o gasto com o subsídio de seus Vereadores.
    c) Com relação ao controle interno nos municípios, a CF/88 só prevê expressamente a existência de sistemas de controle interno no Poder Executivo municipal, o que não impede que a lei orgânica municipal preveja a existência de controle interno no âmbito do Poder Legislativo.
    d) O parecer prévio, emitido pelo órgão competente, sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, é meramente indicativo, podendo ser rejeitado pela maioria simples dos membros da Câmara de Vereadores.
    e) Segundo o STF, por falta de previsão expressa no texto da CF/88, não é possível ao Tribunal de Justiça do Estado requisitar a intervenção estadual no município, na hipótese de descumprimento por este de ordem ou decisão judicial.

↳*Resposta:*

a) errado – de acordo com a CF, no art. 29, inciso II.

b) errado – o art. 29-A, "caput", da CF, inclui o gasto com o subsídio dos vereadores e exclui o gasto com os inativos.

c) correto – nos termos do art. 31, da CF, expressa ou implicitamente.

d) errado – o parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas do Município ou do Estado não é meramente indicativo, porque prevalece se a Câmara Municipal não rejeitá-lo pela maioria qualificada de dois terços de seus membros (CF, art. 31, § 2º).

e) errado – a possibilidade decorre do art. 35, inciso IV, da CF.

26. (ESAF – TRF – 2003) Assinale a opção que não constitui competência administrativa de todos os entes da federação.
    a) Preservar a fauna.
    b) Cuidar da saúde.
    c) Fiscalizar a exploração de recursos hídricos.
    d) Fiscalizar as instalações nucleares.
    e) Impedir a destruição de obras de arte.

Resposta:

a) errado – CF, art. 23, inciso VII.

b) errado – CF, art. 23, inciso II.

c) errado – CF, art. 23, inciso XI.

d) correto – CF, art. 21, inciso XXIII.

e) errado – CF, art. 23, inciso III.

27. (ESAF – TRF – 2003) Assinale a opção correta, entre as assertivas abaixo, relativas aos Municípios.
    a) O Município é unidade integrante da federação brasileira, possuindo autogoverno, auto-organização e autoadministração.
    b) O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em um turno.
    c) O número de Vereadores é proporcional sempre à população do Município.
    d) O Distrito Federal equipara-se, em termos de competências, a um Município.
    e) Compete ao Município legislar sobre assuntos regionais.

Resposta:

a) correto – assim determina a CF, no art. 18, "caput", e no art. 29, "caput" e inciso I.

b) errado – a Lei Orgânica Municipal deverá ser votada em dois turnos (CF, art. 29, "caput").

c) errado – depende de outros fatores, tais como o valor do subsídio do deputado estadual (art. 29, inciso VI, da CF) e a receita município (CF, art. 29, inciso VII e art. 29-A).

d) errado – de acordo com a CF, art. 32, §1º, ora assemelha-se aos municípios, ora aos estados federados.

e) errado – de acordo com o art. 31, inciso I, da CF, compete ao Município legislar sobre assuntos locais.

28. (ESAF – AFRF – 2003) Assinale a opção correta:
    a) O desrespeito por um dos Municípios existentes hoje no país de um princípio constitucional sensível da Constituição Federal enseja intervenção federal.
    b) Desrespeito por qualquer pessoa jurídica de direito público que forma a República Federativa do Brasil de uma decisão do Supremo Tribunal Federal enseja intervenção federal.

c) Apenas o Supremo Tribunal Federal pode requisitar intervenção federal ao Presidente da República.
d) O Estado-membro não pode realizar intervenção em Município, mesmo que situado no seu território.
e) O Estado-membro que não assegura os direitos da pessoa humana expõe-se à intervenção federal.

Resposta:

a) errado – pode ensejar intervenção estadual, ou seja, decretada pelo Governador do Estado sobre a autonomia municipal (art. 35, inciso IV, da CF).
b) errado – a intervenção federal só pode se manifestar sobre os estados federados, o Distrito Federal e sobre municípios de futuros territórios federais.
c) errado – podem requisitar intervenção federal ao Presidente da República aqueles previstos no art. 36, inciso II: Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal Superior Eleitoral.
d) errado – a CF autoriza expressamente a intervenção estadual sobre municípios que se encontrem em seu território (art. 35).
e) correto – assim determina a CF, no art. 34, inciso VII, alínea b.

29. (UnB/CESPE - AGU - 2004) Em relação ao Estado federal e à Federação brasileira, julgue os itens seguintes.
    1. Nos Estados modernos, na repartição das competências entre as entidades componentes do Estado federal, as constituições têm combinado as técnicas de definição de poderes enumerados, remanescentes ou indicados com a possibilidade de delegação e com o estabelecimento de áreas comuns de competência ou de setores concorrentes.
    2. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu em favor da União, em matéria tributária, uma competência legislativa residual.

Resposta:

1) correto – por exemplo, as técnicas de definição de poderes enumerados (CF, art. 21ao 24), remanescentes (CF, art. 25, § 1º) ou indicados com a possibilidade de delegação (CF, art. 22 e § único) e com o estabelecimento de áreas comuns de competência (art. 23) ou de setores concorrentes (CF, art. 24 e § 3º).
2) correto – conforme se depreende dos arts. 154 a 156, da CF, e do exame do Código Tributário Nacional.

30. (UnB/CESPE - AGU - 2004) No que se refere à União e aos estados-membros, julgue os itens a seguir.
    1. A competência legislativa da União, prevista no art. 22 da Constituição Federal, é uma competência privativa porque comporta as possibilidades de delegação e de competência legislativa suplementar dos estados e do Distrito Federal (DF).

2. Segundo o STF, os limites constitucionalmente estabelecidos para o poder constituinte estadual determinam que, aplicado o princípio da simetria, um núcleo central da Constituição Federal seja obrigatoriamente reproduzido na constituição do estado-membro; caso contrário, as normas que integram esse núcleo não incidirão sobre a ordem local.
3. Em razão de sua autonomia financeira, uma consequência do princípio federativo, os estados podem respeitados os limites decorrentes do texto da Constituição Federal, promulgar leis estaduais sobre direito financeiro e estabelecer normas orçamentárias específicas.

↳*Resposta:*

1) correto – assim se compreende da leitura do parágrafo único, do artigo 22, da CF, que permite à União delegar competências ao estado e ao Distrito Federal (no que se assemelha ao estado), através de lei complementar federal, para atender a questões específicas daquelas entidades federativas.

2) errado – a aplicação do princípio da simetria a determinados assuntos significa que mesmo que aquele assunto não esteja previsto expressamente nas demais leis de organização (Constituição Estadual, Lei Orgânica Distrital e Lei Orgânica Municipal), estará previsto implicitamente e deverá ser observado pelas respectivas entidades federativas.

3) correto – há autorização constitucional para que o Estado e o Distrito Federal (no exercício de competências semelhantes as estaduais) legislem sobre os direitos financeiro e tributário (CF, art. 24, inciso I e §§ 2º e 3º).

31. (ESAF - Procurador do Distrito Federal - 2004) Assinale abaixo a única hipótese em que foram atendidas as normas básicas do processo legislativo fixado na Constituição Federal.
    a) Desde que não impliquem aumento da despesa prevista, as emendas parlamentares a projetos de lei sobre organização dos serviços administrativos do Poder Judiciário podem dispor sobre matéria diversa daquela que é objeto da proposta inicial.
    b) Podem as Leis Orgânicas dos Municípios estabelecerem que a competência para iniciar o processo legislativo é, como regra, do chefe do Poder Executivo municipal e, apenas como exceção, da Câmara Municipal.
    c) É de iniciativa exclusiva do chefe do Poder Executivo estadual a lei que disponha sobre organização do Ministério Público do Estado.
    d) Os subsídios do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado serão fixados por lei de iniciativa da Assembleia Legislativa, que, ao concluir a votação, enviará o respectivo projeto para sanção ou veto do chefe do Poder Executivo estadual.
    e) Podem as Constituições estaduais estabelecer a exigência de lei complementar para matérias que, segundo a Constituição Federal, são disciplinadas por lei ordinária cujo projeto seja de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo.

↳*Resposta:*

a) errado – emenda parlamentar tem que ficar restrita ao assunto tratado no projeto de lei quando este for de iniciativa exclusiva dos Tribunais. Além dessa ressalva às emendas parlamentares, há de

observar aquelas presentes no art. 63, da CF. Assim tem entendido o STF, conforme a decisão a seguir: "Matérias de iniciativa reservada: as restrições ao poder de emenda ficam reduzidas à proibição de aumento de despesa e à hipótese de impertinência da emenda ao tema do projeto. Precedentes do STF: RE 140.542-RJ; ADI 574; ADI 865-MA." (RE 191.191, Rel. Min. Carlos Velloso, julgamento em 12-12-1997, 2ª Turma, DJ de 20-2-1998).

b) errado – a iniciativa de lei é matéria própria da Constituição Federal e deve ser reproduzida, no que couber nas demais leis de organização. Seria ofensivo ao princípio da separação e independência dos poderes a entrega da iniciativa para a propositura de lei, em geral, a órgão que não tem como função típica a atividade legislativa.

c) errado – pelo princípio da simetria (CF, art. 61, § 1º, inciso II, d e art. 128, § 5º), trata-se de competência concorrente do Governador e do Procurador-Geral de Justiça.

d) correto – de acordo com o art. 28, § 2º, da CF.

e) errado – a definição do procedimento legislativo adequado é matéria da CF, não podendo lei dispor sobre o assunto.

32. (CESGRANRIO – ANP – 2008) Sobre as matérias cuja competência para legislar é concorrente da União, Estados e Distrito Federal, foram feitas as afirmativas a seguir.

I. No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

II. A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

III. Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena.

IV. A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, naquilo que lhe for contraditório.

Estão corretas as afirmativas

(A) I e II, apenas.
(B) I e IV, apenas.
(C) II e IV, apenas.
(D) I, II e IV, apenas.
(E) I, II, III e IV.

Resposta:

I. correto – CF, art. 24, § 1º.

II. correto – CF, art. 24, § 2º.

III. correto – CF, art. 24, § 3º.

IV. correto – CF, art. 24, § 4º.

A opção correta é a letra E.

33. (CESGRANRIO – TJ/RO – 2008) Legislar sobre custas dos serviços forenses é competência
    (A) privativa dos Municípios.
    (B) privativa dos Estados.
    (C) privativa da União.
    (D) comum dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
    (E) concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal.

Resposta:

A opção correta é a letra E: CF, art. 24, inciso IV.

(UnB/CESPE – ABIN – 2008) Quanto à organização do Estado, no que se refere à União e à administração pública, julgue o item que se segue.

34. Compete à União legislar privativamente sobre direito processual, mas a competência para legislar sobre procedimentos é concorrente entre a União, os estados e o DF. Sendo assim, na ausência de legislação federal sobre normas gerais acerca de procedimentos, os estados e o DF poderão disciplinar de forma plena esse tema até que sobrevenha a lei geral federal, quando então serão as normas legais estaduais e distritais recepcionadas como leis federais.

Resposta:

errado – a primeira parte está correta, pois de acordo com a CF, art. 22, inciso I, é da União a competência legislativa privativa sobre direito processual, assim como é competência legislativa concorrente da União, Estado e Distrito Federal (naquilo que se assemelha à competência do Estado) dispor sobre procedimentos em matéria processual (CF, art. 24, inciso). Mas está errada a afirmação quanto à superveniência de lei federal na competência legislativa concorrente. De acordo com a CF, art. 24, § 4º, "a superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário".

(UnB/CESPE – AGU - 2008) No que concerne à Federação brasileira, julgue os itens a seguir.

35. Suponha que a constituição de determinado estado-membro tenha assegurado a estudantes o direito à meia-passagem nos transportes coletivos urbanos rodoviários municipais. Nessa situação, de acordo com o entendimento do STF, a previsão é constitucional, pois o ente estadual atuou no âmbito de sua competência, dando tratamento equânime aos estudantes em toda a sua esfera de atuação.

Resposta:

errado – de acordo com o STF (ADIN nº 845), o Estado estaria usurpando a competência do Município (CF, art. 30, incisos I e V) ao assegurar aos estudantes o direito à meia-passagem nos transportes coletivos urbanos rodoviários municipais, o que não ocorreria se fosse nos transportes intermunicipais.

36. Na hipótese de alteração, por uma nova Constituição Federal, do rol de competência legislativa dos entes da Federação, para inserir na competência federal matéria até então da competência legislativa estadual ou municipal, ocorre o fenômeno da federalização da lei estadual ou municipal, a qual permanecerá em vigor como se lei federal fosse em atenção ao princípio da continuidade do ordenamento jurídico.

Resposta:

errado – de acordo com a doutrina nacional, não há a recepção de leis estaduais e municipais quando uma matéria que era da competência dos estados ou dos municípios passa a ser competência federal (da União), caso contrário teríamos diversas leis estaduais ou municipais tratando do mesmo assunto sendo recepcionadas com "status" de lei federal, gerando enorme insegurança jurídica. Resolve-se a situação através de revogação da legislação estadual ou municipal.

37. No tocante às hipóteses de alteração da divisão interna do território brasileiro, é correto afirmar que, na subdivisão, há a manutenção da identidade do ente federativo primitivo, enquanto, no desmembramento, tem-se o desaparecimento da personalidade jurídica do estado originário.

Resposta:

errado – ocorre justamente o contrário: na subdivisão, tem-se o desaparecimento da personalidade jurídica do estado originário, surgindo novos Estados. No desmembramento há a manutenção da identidade do ente federativo primitivo alem de surgimento de um novo Estado (relativa à parte desmembrada).

38. No âmbito da competência legislativa concorrente, caso a União não tenha editado a norma geral, o estado-membro poderá exercer a competência legislativa ampla. Contudo, sobrevindo a norma federal faltante, o diploma estadual terá sua eficácia suspensa no que lhe for contrário, operando-se, a partir de então, um verdadeiro bloqueio de competência, já que o estado-membro não mais poderá legislar sobre normas gerais quanto ao tema tratado na legislação federal.

Resposta:

correto – de acordo com a CF, art. 24, §§ 1º ao 4º.

(UnB/CESPE – AGU - 2008) A respeito do direito constitucional, julgue os itens.

39. A União não pode intervir em municípios, exceto quando a intervenção ocorrer em município localizado em territórios federais.

Resposta:

correto – conforme a CF, no art. 33, § 1º e o art. 35.

40. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil restringe-se aos estados, aos municípios e ao DF, todos autônomos, nos termos da CF.

Resposta:

errado – deve ser acrescentada a União, que também faz parte da organização político-administrativa da República Federativa do Brasil (CF, art. 18, "caput").

41. (CESGRANRIO - DECEA – 2009) Considere as afirmativas a seguir, a respeito da Federação brasileira.

I. O Estado-membro não pode recusar fé aos documentos que ele mesmo expediu, mas pode recusá-la aos documentos públicos produzidos nos Municípios.
II. A competência legislativa concorrente, tal como adotada na Constituição brasileira, condiciona a elaboração de ato normativo estadual à existência prévia de norma federal.
III. A competência privativa da União não exclui a competência suplementar dos Estados.
IV. A competência dos municípios para "suplementar a legislação federal e a estadual no que couber" (art. 30, II) abrange inclusive as matérias de competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal (art. 24).

Está(ão) correta(s) APENAS a(s) afirmativa(s)

(A) III.
(B) IV.
(C) I e II.
(D) I, II e III.
(E) II, III e IV.

Resposta:

I. errado – o art. 19, inciso II, da CF, determina que as entidades federativas não podem negar fé (presunção de autenticidade) aos documentos públicos expedidos por elas ou por outras entidades federativas.

II. errado – a competência concorrente que se encontra no art. 24, §§ 1º e 3º, da CF, autoriza o Estado legislar sobre normas gerias apenas na ausência de legislação federal. A legislação federal exerce um bloqueio na competência estadual no que diz respeito às normas gerais, autorizando apenas a legislação estadual suplementar (art. 24, § 2º, da CF).

III. correto – de acordo com interpretação que se dá ao art. 22, "caput", a União tem competência legislativa plena, ou seja, pode elaborar normas gerais e normas suplementares. Por outro lado, por delegação de União através de lei complementar federal (art. 22, parágrafo único, da CF), os Estados podem exercer a competência legislativa suplementar.

IV. errado – em relação às matérias previstas nos inciso do art. 24, da CF, os Municípios só podem exerce a competência legislativa suplementar e assim mesmo, no que couber (art. 30, inciso II, da CF).

A opção correta é a letra A.

42. (UnB/CESPE – PGE/PE – 2009) Em um distrito pertencente ao município X, foi realizada pesquisa de opinião pública, seguida de abaixo-assinado, no qual sua população optou por desmembrar o distrito do município X, criando um novo município. Sendo assim, a assembleia legislativa do estado aprovou lei estadual em que criou o novo município e delimitou os novos limites deste e do município X.

    Nessa situação hipotética, a lei estadual que criou o novo município é

    a) constitucional, já que foram realizados uma pesquisa de opinião pública e um abaixo-assinado, em que a população do distrito manifestava seu interesse na criação do novo município.
    b) inconstitucional, pois a criação de novos municípios pode ser regulamentada apenas por lei federal.
    c) constitucional, pois atende a todos os requisitos previstos na CF para desmembramento de municípios.
    d) inconstitucional, pois não foi realizada prévia consulta, mediante plebiscito, das populações de ambas as localidades.
    e) inconstitucional, pois a transformação de distrito em município depende de autorização prévia de lei municipal ao qual pertença o distrito, não cabendo ao estado legislar sobre tal matéria.

Resposta:

a) errado - de acordo com o art. 18, § 4º, da CF, deveria ter sido ouvida toda a população do Município X e não apenas a população diretamente interessada.

b) errado - de acordo com o art. 18, § 4º, da CF, a criação de um Município ocorre por meio de lei estadual.

c) errado – não atende alguns pressupostos do art. 18, § 4º, da CF.

d) correto – de acordo com o art. 18, § 4º, da CF: "A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei".

e) errado - de acordo com o art. 18, § 4º, da CF, a criação de um Município depende de lei estadual, a ser elaborada pela Assembleia Legislativa do Estado que o Município integra.

43. (ESAF - Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil – ATRFB/2009) Sobre as competências da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, assinale a única opção correta.

    a) Compete privativamente à União legislar sobre vencimentos dos membros das polícias civil e militar do Distrito Federal.
    b) Compete privativamente à União legislar sobre direito econômico.
    c) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre trânsito e transporte.
    d) Compete ao Município decretar o estado de sítio.

e) É constitucional a lei ou ato normativo estadual ou distrital que disponha sobre sistemas de consórcios e sorteios, inclusive bingos e loterias.

Resposta:

a) correto – de acordo com o STF, na Súmula nº 647.

b) errado – CF, art. 24, inciso I: compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre econômico.

c) errado – CF, art. 22, inciso XI: compete à União legislar privativamente sobre trânsito e transporte.

d) errado – CF, art. 21, inciso V: compete à União decretar o estado de sítio, o estado de defesa e a intervenção federal.

e) errado – CF, art. 22, inciso XX: compete à União legislar privativamente sobre sistemas de consórcios e sorteios.

44. (FGV – SEFAZ/RJ – 2009) Na esfera das competências legislativas concorrentes, estabelecidas pelo artigo 24 da Constituição Federal, analise as afirmativas a seguir:

I. A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

II. Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

III. A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende integralmente a eficácia da lei estadual.

Assinale:

(A) se somente a afirmativa I estiver correta.

(B) se somente a afirmativa II estiver correta.

(C) se somente a afirmativa III estiver correta.

(D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.

(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

Resposta:

I. correto – conforme previsto no art. 24, § 2º, da CF.

II. correto – de acordo com o art. 24, § 3º, da CF.

III. errado – em desacordo com o art. 24, § 4º, da CF, que prescreve que "a superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário". Conforme é possível observar, a suspensão pode ser parcial.

A opção correta é a letra D.

(UnB/CESPE – DPE/AL - 2009) Julgue o item a seguir, a respeito da organização do Estado.

45. Os territórios, quando criados, podem ser divididos em municípios, aos quais não serão aplicadas as regras de regência dos demais municípios, já que estarão inseridos em território federal, considerado como descentralização administrativa da União.

↳*Resposta:*

errado – de acordo com o art. 33, §1º, da CF, os Territórios Federais poderão ser descentralizados em Município. Porém, apesar dos Territórios Federais se assemelharem as autarquias federais, os municípios que os integram terão autonomia semelhante aos dos Municípios que integram os Estados.

(UnB/CESPE – DPE/AL - 2009) A respeito da organização dos poderes no Estado, julgue os próximos itens.

46. A CF não atribuiu a imunidade formal ao parlamentar municipal e não a reconheceu, ao parlamentar estadual, quanto aos crimes praticados antes da diplomação.

↳*Resposta:*

correto – conforme determina a CF, no art. 29, inciso VIII, por exclusão, só atribui a imunidade material ou inviolabilidade aos vereadores; o art.55, § 3º, da CF, garante a imunidade formal ou processual ao deputado federal e ao senador, apenas aos crimes cometidos após a diplomação ("Recebida a denúncia contra o Senador ou Deputado, por crime ocorrido após a diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação").

47. A CF, ao conferir autonomia aos estados-membros, impõe a observância obrigatória de princípios relacionados ao processo legislativo, de modo que o legislador estadual não pode validamente dispor sobre as matérias reservadas à iniciativa do chefe do Poder Executivo.

↳*Resposta:*

correto - a jurisprudência do STF é no sentido de que é de reprodução obrigatória no processo legislativo estadual os princípios e regras básicas relativas ao processo legislativo federal.

(UnB/CESPE – MJ/DPF – 2009) Julgue o item abaixo, que trata da ordem social.

48. A Constituição Federal de 1988 (CF) não reconhece aos índios a propriedade sobre as terras por eles tradicionalmente ocupadas.

↳*Resposta:*

correto – a CF, no art. 20, inciso XI, entrega estas terras à administração da União, tratando-se de bem público: "São bens da União: as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios".

CF, no art. 231, § 1º, define o sentido da expressão "terras tradicionalmente ocupadas pelos índios" : "São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas

em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições".

(CESPE/UNB – Instituto Rio Branco/Diplomacia – 2009) Acerca do Estado federal brasileiro e do sistema de repartição de competências entre os entes federativos, julgue (C ou E) os próximos itens.

49. O Estado federal brasileiro — a República Federativa do Brasil — é pessoa jurídica de direito público internacional, e sua organização político-administrativa compreende a União, os estados e o Distrito Federal, mas não, os municípios, pois estes não são entidades federativas, visto que constituem divisões político-administrativas dos estados.

↳*Resposta:*

errado – o Estado Federal brasileiro, ou seja, a República Federativa do Brasil, realiza atos de soberania (CF, art. 1º, inciso I) como pessoa jurídica de direito público internacional, e se descentraliza internamente em entidades federativas, quais sejam União, Estados, Distrito Federal e Municípios, que exercem atos de autonomia (CF, art. 18, "caput") como pessoas jurídicas de direito público interno. Cabe lembrar que de fato os Municípios constituem divisões político-administrativas dos estados.

50. Competência concorrente é a faculdade que todas as entidades federativas têm de legislar ou praticar certos atos, conjuntamente e em situação de igualdade, em um campo comum de atuação, sem que o exercício de uma exclua a competência da outra.

↳*Resposta:*

errado – a competência legislativa concorrente é a faculdade que a União (CF, art. 24, § 1º) tem de legislar sobre normas gerais sobre os assuntos previstos nos incisos do art. 24, da CF, e dos Estados (CF, art. 24, § 3º) de legislar sobre normas gerais sobre aqueles assuntos na falta de legislação federal.

51. A Constituição Federal adota um sistema de repartição de competências no qual enumera os poderes da União, dos estados e dos municípios, deixando, para o Distrito Federal, poderes remanescentes.

↳*Resposta:*

errado – A Constituição Federal adota um sistema de repartição de competências no qual enumera os poderes da União (CF, arts 21 a 24), define aos estados a competência residual ou remanescente (CF, art. 25, § 1º) e determina aos municípios apenas indicativamente (CF, art. 30), deixando, para o Distrito Federal, poderes remanescentes e indicativos (CF, art. 32, § 1º).

52. Não é passível de deliberação a proposta de emenda constitucional que desvirtue a forma republicana de governo, a qual está prevista como *cláusula pétrea*; no entanto, pode o Congresso Nacional, no exercício do poder constituinte derivado reformador, promover modificação do modelo federal, de modo a transformar o Brasil em Estado unitário.

Resposta:

errado – boa parcela da doutrina nacional tem entendido que a forma de governo republicana seria "cláusula pétrea" implícita, pois uma de suas características é a periodicidade, considerada "cláusula pétrea" expressa (CF, art. 60, § 4º, inciso II), sendo para aqueles juristas inadmissível a discussão ou aprovação de emenda constitucional tendente a instituir a monarquia constitucional. Quanto à forma de estado federativa, trata-se de "cláusula pétrea" expressa (CF, art. 60, § 4º, inciso I), não se admitindo a discussão ou aprovação de emenda constitucional tendente a instituir o estado unitário.

(CESPE/UNB – ANAEEL- 2010) Com relação ao disposto na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o próximo item.

53. De acordo com a CF, compete à União explorar, mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços e as instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água, em articulação com os estados e municípios onde se situam os potenciais hidroenergéticos.

Resposta:

errado – a CF não inclui a participação dos municípios e a União pode explorar diretamente, conforme se percebe no art. 21, inciso XII, alínea b: "compete à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água, em articulação com os Estados onde se situam os potenciais hidroenergéticos".

(UnB/CESPE – IPAJM – 2010) A respeito da competência da União, julgue os itens a seguir.

54. Ao legislar sobre normas gerais, a União, no que diz respeito à sua competência, não deixa margem de atuação legislativa para os estados-membros, caso o assunto tenha sido esgotado.

Resposta:

errado – mesmo que a União tenha elaborado norma geral (CF, art. 24, § 1º), nada impede que os estados e o Distrito Federal legislem de forma suplementar (CF, art. 24, § 2º), assim como os municípios, no que couber (CF, art. 30, inciso II).

55. A União, por ser soberana, poderá editar normas específicas aplicáveis aos estados-membros e ao DF que não serão passíveis de controle de constitucionalidade.

Resposta:

errado – assim como os estados, o Distrito Federal e os municípios, a União é autônoma (CF, art. 18, "caput") e a sua atividade legislativa está sujeita ao controle da constitucionalidade, se submetendo à supremacia da Constituição Federal. Dentre as atividades normativas, apenas as normas constitucionais originárias se encontram imunes a qualquer modalidade de controle.

56. É competência exclusiva da União legislar sobre direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho.

↳*Resposta:*

errado – trata-se de competência legislativa da União (CF, art. 22, inciso I).

(UnB/CESPE – TCE/BA – 2010) Julgue o item que se segue, relativo às competências dos entes federativos.

57. Na esfera da competência material comum, cabe à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social.

↳*Resposta:*

errado – trata-se de competência exclusiva (material ou administrativa) da União (CF, art. 21, inciso IX).

(CESPE/UnB – CFOPM/2010 – 2010) Acerca das normas constitucionais, julgue o próximo item.

58. Por ser a intervenção da União em determinado município localizado em território federal uma medida excepcional e temporária, pode-se, durante sua vigência, emendar a CF para a ela acrescentar direitos e garantias fundamentais.

↳*Resposta:*

errado – trata-se de limitação circunstancial prevista no art. 60, § 1º, da CF: "A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio".

(UnB/CESPE – MPE/ES – 2010) Acerca do sistema de repartição de competências inserido na CF e do sistema federalista adotado pelo Brasil, julgue os itens a seguir.

59. O sistema federal adotado pelo Brasil confere autonomia administrativa e política aos estados, ao DF e aos municípios, mas não lhes confere competência para o exercício de sua atividade normativa, em razão dos diversos limites impostos pelas normas de observância obrigatória.

↳*Resposta:*

errado – de acordo com o art. 18, "caput": "a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição", o que significa dizer que as entidades federativas têm capacidade de se autoadministrar e se autolegislar.

60. É possível a criação de novos territórios federais, na qualidade de autarquias que integrem a União, na forma regulada por lei complementar.

Resposta:

correto – art. 18, § 2º, da CF. Cabe lembrar que os Territórios Federais não terão autonomia e serão equiparados as entidades autárquicas.

61. É da competência exclusiva da União promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.

Resposta:

errado – trata-se de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (CF, art. 23, inciso IX).

62. (UnB/CESPE – MPE/SE – 2010) Assinale a opção correta acerca da Federação.
    a) As matérias de competência privativa da União podem ser delegadas por meio de lei complementar que autorize os estados a legislar sobre temas específicos nela previstos.
    b) São requisitos para que os estados se incorporem, se subdividam ou se desmembrem para se anexarem a outros ou para formarem novos estados a aprovação da população diretamente interessada, mediante plebiscito, e lei complementar estadual aprovada pela maioria absoluta das casas legislativas dos estados envolvidos.
    c) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios devem preservar a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, serão feitos por lei estadual, obedecidos os requisitos de lei complementar estadual, e dependem de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas.
    d) Não existem, na atualidade, territórios federais no Brasil. Nada impede, entretanto, que voltem a ser criados sob a forma de distritos federais, dotados de autonomia política, mas não administrativa e financeira, constituindo entes *sui generis* do Estado Federal.
    e) Os estados podem, mediante decreto governamental, no período determinado por lei complementar federal, instituir regiões metropolitanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

Resposta:

a) correto – de acordo com o art. 22, parágrafo único, da CF.

b) errado – a CF exige lei complementar federal (art. 18, § 3º).

c) errado – obedecidos os requisitos de lei complementar federal, e dependem de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações interessadas (CF, art. 18, § 4º).

d) errado - art. 18, § 2º, da CF. Cabe lembrar que os Territórios Federais não terão autonomia e serão equiparados as entidades autárquicas.

e) errado – os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum (CF, art. 25, § 3º).

63. (ESAF - Analista Técnico da SUSEP/2010) Quanto à competência legislativa privativa da União, é possível classificá-la em direito material substancial e direito material administrativo. Sobre o tema, é correto afirmar que
    a) o direito marítimo é classificado como direito material administrativo.
    b) a água, a energia, a informática, as telecomunicações e a radiodifusão são classificadas como direito material substancial.
    c) as requisições civis e militares são classificadas como direito material substancial.
    d) o direito agrário é classificado como direito material administrativo.
    e) a desapropriação é classificada como um direito material administrativo.

Resposta:

a) errado – é classificado como direito material não administrativo (CF, art. 22, inciso I).

b) errado – são classificados como direito material administrativo (CF, art. 22, inciso IV).

c) errado – são classificados como direito material administrativo (CF, art. 22, inciso III).

d) errado – é classificado como direito material não administrativo (CF, art. 22, inciso I).

e) correto – CF, art. 22, inciso II.

De acordo com o jurista José Afonso da Silva, a competência privativa da União (art. 22, da CF) pode ser sobre direito material ou pode ser sobre direito processual.
A competência legislativa sobre direito material se divide em administrativo e não administrativo ou substancial.

64. (ESAF - Analista Técnico da SUSEP/2010) Sobre a organização Político-Administrativa e a formação dos Estados, é correto afirmar que:
    a) de acordo com as disposições constitucionais vigentes, é possível criar novos Estados, mesmo que não seja por intermédio de divisão de outro ou outros Estados.
    b) os Territórios Federais transformados em Estados não podem mais restabelecer a situação anterior.
    c) poderá ocorrer a fusão entre Estados. Nesse caso, nem todos perdem a primitiva personalidade, pois, ao surgir o Estado novo, este adquire a personalidade de um deles.
    d) nos processos de transformação dos Estados, o Senado não está obrigado a ouvir nem ao pronunciamento plebiscitário, nem ao das Assembleias, notando-se que estas não decidem, apenas opinam pela aprovação, pela rejeição, ou simplesmente se abstêm de tomar partido.
    e) qualquer processo de transformação do Estado deve passar por um pronunciamento plebiscitário favorável à alteração, devendo o processo ser remetido ao Senado, a quem cabe a aprovação das alterações, mediante lei.

Resposta:

a) errado – a Banca ESAF manteve a questão como errada após o recurso, porém deveria ter sido considerada correta, pois é possível a fusão de dois ou mais estados, quando estes desaparecem dando origem a um novo estado.

b) errado – criado um Território Federal por meio de lei complementar (CF, art. 18, §§ 2º e 3º), poderá ser extinto desde que ocorra o mesmo procedimento para a sua criação.

c) errado – em caso de fusão entre os Estados, estes perdem a sua personalidade primitiva e surge um novo com personalidade nova.

d) correto – o projeto de lei complementar deverá ser examinado pelas casas legislativas e elas não são obrigadas a aprovar o projeto .

e) errado – o projeto de lei complementar deverá ser examinado por ambas as casas legislativas e não apenas pelo Senado Federal.

65. (FGV – AFRM – 2010) Nas alternativas a seguir, as afirmativas são corretas e a segunda vincula-se à primeira, À EXCEÇÃO DE UMA. Assinale a.
    (A) Os Estados Federados poderão instituir regiões metropolitanas e microrregiões. / As regiões metropolitanas são dotadas de personalidade enquanto as microrregiões são órgãos.
    (B) Os Municípios dispõem de competência privativa sobre os temas de interesse local. / É hostil à Constituição a lei do Estado que fixa o tempo de espera em fila de banco.
    (C) A competência suplementar dos Municípios se exerce para regulamentar as normas legislativas federais e estaduais. / A superveniência de lei federal ou estadual contrária à municipal suspende a eficácia desta.
    (D) Não existe superioridade hierárquica das leis federais sobre as leis estaduais. / Há inconstitucionalidade tanto na invasão de competência da União pelo Estado-membro como na hipótese inversa.
    (E) Não há hierarquia entre os entes que compõem a Federação. / Mas pode-se falar em hierarquia de interesses, em que os mais amplos (da União) devem preferir aos mais restritos (dos Estados).

↳*Resposta:*

a) errado – a primeira afirmativa está correta (CF, art. 25, § 3º); a segunda está errada, pois as regiões metropolitanas não são dotadas de personalidade.

b) correto - a primeira parte se encontra na CF, art. 30; a segunda se encontra em decisão do STF: "Atendimento ao público e tempo máximo de espera na fila. Matéria de interesse local e de proteção ao consumidor. Competência legislativa do Município." AI 427.373-AgR, Rel. Min. Cármen Lúcia, julgamento em 13-12-2006, Primeira Turma, DJ de 9-2-2007.

c) correto - primeira parte se encontra na CF, art. 30, inciso II; a segunda se encontra, por via interpretativa, no art. 24, § 4º.

d) correto.

e) correto.

66. (FGV – BADESC – 2010) As alternativas a seguir apresentam características do sistema federativo brasileiro, à exceção de uma. Assinale-a.
    (A) Repartição constitucional de competências entre a União, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios.
    (B) Atribuição de autonomia constitucional aos Estados membros, Distrito Federal e Municípios, podendo tais entes federativos organizar seus poderes executivo, legislativo e judiciário, na forma de suas constituições regionais.
    (C) Participação dos Estados-membros na elaboração das leis federais, através da eleição de representantes para o Poder Legislativo Federal.
    (D) Possibilidade constitucional excepcional e taxativa de intervenção federal nos Estados-membros e no Distrito Federal, para manutenção do equilíbrio federativo.
    (E) Indissolubilidade da federação, sendo vedada a aprovação de emenda constitucional tendente a abolir a forma federativa de Estado.

↳*Resposta:*

a) correto – de acordo com o art. 18, "caput", da CF.

b) errado – a justiça distrital é organizada pela União (CF, arts. 21, incido XIII e 22, XVII); não á justiça municipal.

c) correto – de acordo com a CF, art. 45 - A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal, e a CF, art. 46, § 1º - Cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de oito anos.

d) correto - de acordo com a CF, art. 34 e incisos e art. 35 e incisos.

e) correto – assim determina a CF, art. 60, § 4º, inciso I: "Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado".

67. (FGV – TJ – 2011) A competência dos entes federativos para legislar está disposta na Constituição de 1988.
    A esse respeito, analise os itens a seguir:

I. seguridade social;
II. custas dos serviços forenses;
III. proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;
IV. trânsito e transporte;
V. registros públicos.

Para legislar, é correto afirmar que os itens
    (A) I, IV e V são de competência privativa da União.
    (B) I, II e IV são de competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal.
    (C) I, III e IV são de competência privativa da União.
    (D) III, IV e V são de competência privativa da União.
    (E) I, II e V são de competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal.

Resposta:

I. trata-se de competência legislativa privativa da União, conforme a CF, art. 22, inciso XXIII.

II. trata-se de competência legislativa concorrente da União, conforme a CF, art. 24, inciso IV.

III. trata-se de competência legislativa concorrente da União, conforme a CF, art. 24, inciso XIV.

IV. trata-se de competência legislativa privativa da União, conforme a CF, art. 22, inciso XI.

V. trata-se de competência legislativa privativa da União, conforme a CF, art. 22, inciso XXV.

A opção correta é a letra A.

68. (FGV – ICMS/RJ – 2011) Analise as afirmativas a seguir:

I. A competência para legislar sobre direito tributário é privativa da União, mas pode ser delegada aos Estados.

II. Lei estadual sobre política de crédito é inconstitucional, porque se trata de matéria de competência da União.

III. A competência para editar normas gerais de licitação é da União, mas, na ausência de lei federal, os Estados poderão legislar sobre a matéria.

Assinale

(A) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.

(B) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.

(C) se apenas a afirmativa I estiver correta.

(D) se apenas a afirmativa II estiver correta.

(E) se apenas a afirmativa III estiver correta.

Resposta:

I. errado – de acordo com o art. 24, inciso I, da CF, se trata de competência legislativa concorrente, sendo que o estado poderá suplementar a legislação geral federal (CF, art. 24, § 2º) e se esta não existir, o estado poderá exercer a competência legislativa plena (CF, art. 24, § 3º).

II. correto – trata-se de competência privativa de acordo com o art. 22, inciso VII e parágrafo único, da CF, e o estado só poderá legislar se a União delegar..

III. errado – trata-se de competência privativa de acordo com o art. 22, inciso XXVII e parágrafo único, da CF, consequentemente, o estado poderá legislar se a União delegar.

A opção correta é a letra D.

PODER LEGISLATIVO

Tem como objeto a função típica (principal, precípua) de criar normas jurídicas obrigatórias que irão inovar o Direito, e para uma parcela da doutrina, de fiscalizar e controlar externamente e os atos de administração exercidos pelo Executivo e Judiciário. Neste último caso, a tendência seria reconhecer o controle externo como função atípica, o que, aliás, é exercido por todos os poderes.

PODER LEGISLATIVO FEDERAL (arts. 44 a 75)

Seguindo a tradição de quase todas as Constituições brasileiras anteriores, a atual adotou o *bicameralismo* do tipo federal[80] (a função legislativa de competência da União exercita-se pelo Congresso Nacional que se organiza em duas Casas, sendo que uma delas representa os Estados Federados e o Distrito Federal), com algumas características do *bicameralismo de moderação* ou *sistemático* (que pretende afastar o Senado de interesses político-partidários e, consequentemente, introduzir certa ponderação às deliberações junto à Câmara dos Deputados, daí a razão da exigibilidade de idade mais avançada e duração maior do mandato do senador em relação à do deputado federal).

"No bicameralismo brasileiro não há predominância ou hierarquia de uma Casa sobre a outra. O que a Constituição estabelece em favor da Câmara dos Deputados é formalmente *certa primazia relativa à iniciativa legislativa"* [81], como por exemplo, os arts. 61,§ 2º e 64.

VII. AUTONOMIA

Capacidade de se auto-organizar através do seu Regimento Interno, que é uma lei interna de uma Assembleia deliberante que determina as regras segundo as quais ela prepara e conduz suas deliberações e fixa os direitos e deveres internos dos seus membros[82], de acordo com o art. 2º conjugado com os arts. 51, incisos III e IV (Câmara dos Deputados); 52, incisos XII e XIII (Senado Federal); e 57, § 3º, inciso II (Congresso Nacional).

Ainda a fim de garantir a autonomia do Poder Legislativo Federal, a Constituição estabeleceu certas prerrogativas, direitos e incompatibilidades aos congressistas.

1. Prerrogativas: a) inviolabilidade; b) imunidade; c) prerrogativa de foro; d) isenção do serviço militar e; e) limitação ao dever de testemunhar.
   a) inviolabilidade - também chamada de imunidade material, exclui os parlamentares da incidência do crime contra a honra quando no exercício ou em razão do mandato, ou seja, exclui a responsabilidade penal ou civil, não podendo o processo ser instaurado mesmo após o término do mandato (art. 53, *caput*).
   b) imunidade - também chamada de imunidade processual ou formal, não exclui o crime, mas permite a suspensão do andamento do processo se assim for o desejo da Casa, e neste caso, ficará suspensa a prescrição até o final do mandato. O mesmo ocorre com a prisão de

[80] José Afonso da Silva - *Curso de Direito Constitucional Positivo* - Malheiros, 2002, p. 509) afirma a existência de bicameralismo também em Estados unitários.
[81] Kildare Gonçalves Carvalho - *Direito Constitucional Didático* - Del Rey, Belo Horizonte, 1996, p. 300
[82] Idem, p. 304

congressista por flagrante de crime inafiançável (art. 53, §§ 3º ao 5º). É bom lembrar que essa imunidade é apenas em relação a processo penal. (Emenda Constitucional nº 35).

c) prerrogativa de foro - os congressistas serão julgados, em processo penal, pelo Supremo Tribunal Federal (art. 53, §1º).
d) isenção do serviço militar - ainda que obrigatório aos brasileiros, os congressistas não poderão incorporar-se às Forças Armadas, salvo se renunciar ao mandato ou sob licença da respectiva Casa (art. 53, § 7º).
e) limitação ao dever de testemunhar - fica resguardado o sigilo da fonte (art. 53, § 6º). É também denominado de sigilo parlamentar

2. **Direitos**: trata-se de "direitos genéricos decorrentes de sua própria condição de parlamentar. (…) Muitos desses direitos são líquidos e certos e, portanto, amparáveis por **mandado de segurança**" [83], previsto no art. 5º, inciso LXIX, da CF.

3. **Incompatibilidades**: proibição de ocupações ou atos enquanto no exercício do mandato.

São elas: a) funcionais, b) negociais, c) políticas e d) profissionais.

a) incompatibilidades funcionais - desde a diplomação (art. 54,inciso I, alínea b) e desde a posse (art. 54,inciso II,alínea b).
b) incompatibilidades negociais - desde a diplomação (art. 54, inciso I, alínea a).
c) incompatibilidades políticas - desde a posse (art. 54, inciso II, alínea d).
d) incompatibilidades profissionais - desde a posse (art. 54, inciso II, alínea a e c).

Ainda é de ressaltar as hipóteses de perda de mandato:

a) por "cassação" - entendendo-se cassação como "decretação da perda do mandato, por ter o seu titular incorrido em falta funcional, definida em lei e punida com esta sanção"[84]. São casos de "cassação" os incisos I, II e VI, do art. 55. Trata-se de uma decisão constitutiva.
b) por extinção - entendendo-se por extinção do mandato "o perecimento pela ocorrência de fato ou ato que torna automaticamente inexistente a investidura eletiva"[85]. São casos de extinção do mandato os incisos III, IV e V, do art. 55. Trata-se de uma decisão declaratória.

VIII. MESAS

Existe a Mesa da Câmara dos Deputados, a do Senado Federal e a do Congresso Nacional, sendo elas os órgãos diretores e sua composição determinada pelo Regimento Interno de cada Casa e do Congresso Nacional. A Constituição Federal refere-se expressamente sobre a composição da Mesa do Congresso Nacional (art. 57, § 5º) e sobre e eleição das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal (art. 57, § 4º).

[83] José Afonso da Silva …, p. 534 (grifo inserido)
[84] Hely Lopes Meirelles *in* José Afonso da Silva …, p. 536
[85] Idem

IX. COMISSÕES PARLAMENTARES (art. 58)

São organismos colegiados constituídos em cada Casa, ordinária ou extraordinariamente, compostos de número geralmente restrito de membros. Distinguem-se entre si pelas atribuições, pelo prazo de duração e pelo objetivo, e podem ser: 1. comissões permanentes, 2. comissões temporárias ou especiais, 3. comissões de inquérito, 4. comissão representativa e, 5. comissões mistas.

1. Comissões permanentes: mantém a mesma composição durante a legislatura e a ultrapassam com nova composição, são organizadas em função da matéria e são competentes, entre outras atribuições, para aquelas previstas no art. 58, § 2º.

2. Comissões temporárias ou especiais: são desconstituídas ao final da legislatura ou até mesmo antes dela se preenchidos os fins a que se destinam. Como exemplo, é possível citar as CPIs.

3. Comissões de inquérito: têm como função a fiscalização, investigação e controle da Administração Pública e sofrem limitações constitucionais, pois "não podem substituir-se à ação dos juízes e tribunais, para determinar procedimentos de natureza judiciária. Se o fizessem, atentariam contra a divisão de poderes e poriam em risco as próprias liberdades individuais" [86]. Essas comissões "não proferem sentença, no sentido jurídico-processual" [87]. Não há, entretanto, limitações à sua criação: poderão ser criadas tantas quantas julgarem necessárias, nos termos do art.58, § 3º.

4. Comissão representativa: trata-se de inovação constitucional prevista no art. 58, § 4º, possibilita uma espécie de "plantão" parlamentar enquanto o Congresso Nacional estiver em recesso.

5. Comissões mistas: permanentes ou temporárias são compostas por deputados federais e senadores, e estudam assuntos expressamente fixados (por exemplo, art. 166, §1º) e que devam ser decididos pelo Congresso Nacional em sessão conjunta ou pelas Casas parlamentares separadamente, por ex. o art. 62, §§ 5º e 9º.

X. LEGISLATURA (art. 44, § único)

Com duração de 4 anos, corresponde ao período que vai do início ao término do mandato dos deputados federais. A sua importância está em marcar o início do funcionamento de *cada Congresso*[88] e ainda ser marco para determinadas deliberações (como, por exemplo, art. 57, § 4º).

XI. REUNIÕES LEGISLATIVAS

As reuniões legislativas podem ser em sessões conjuntas ou separadas. "O princípio do bicameralismo é que as Casas do Congresso Nacional funcionem ou deliberem cada qual por si, separadamente.

[86] Raul Machado Horta - *Limitações Constitucionais aos Poderes de Investigação* - Revista de Direito Público, nº5, p. 34
[87] Rosah Russomano - *Curso de Direito Constitucional* - Freitas Bastos, 1997, p. 369
[88] José Afonso da Silva …, p. 516

Mas a Constituição Federal prevê hipóteses em que se reunirão em sessão conjunta"[89], como por exemplo os arts. 57,§ 3º; 66,§ 4º; e 78. Essas reuniões ocorrem durante as sessões legislativas.

As reuniões podem ser em sessões ordinárias ou extraordinárias. "Os trabalhos legislativos realizam-se efetivamente nas reuniões diárias dos congressistas, chamadas sessões ordinárias, que se processam nos dias úteis. (…) Fora do horário preestabelecido, poderá ser convocada qualquer das Casas para sessões extraordinárias, para apreciar matéria determinada ou concluir a apreciação do que já tenha tido a discussão iniciada"[90].

XII. SESSÕES LEGISLATIVAS

A sessão legislativa pode ser ordinária ou extraordinária, e difere da sessão (no sentido de reunião, dia de trabalho) porquanto esta se refere à reunião diária dos trabalhos legislativos, aquela se refere ao período anual em que o Congresso Nacional se reúne.

1. Sessão legislativa ordinária: divide-se em 2 períodos legislativos (art. 57). Cabe lembrar que por período legislativo compreende-se aquele de funcionamento do Congresso Nacional em cada semestre (1º período - 02 de fevereiro a 17 de julho; 2º período - 01 de agosto a 22 de dezembro). Só não se encerra o primeiro período legislativo, prolongando-se além do dia 17 de julho, evitando as férias de recesso, na hipótese de não ter sido aprovado o projeto de lei de diretrizes orçamentárias (LDO), conforme o art. 57,§ 2º, da CF.

2. Sessão legislativa extraordinária: a princípio, durante o período de recesso parlamentar, funcionará a Comissão representativa (ver "comissões parlamentares" acima), salvo se nos termos do art. 57, §§ 6º a 8º, quando todo o Congresso será chamado a atuar[91].

XIII. ATRIBUIÇÕES PARLAMENTARES

1. Do Congresso Nacional (arts. 48 e 49)

a) Privativas (art.48) - esse rol não é exaustivo. Há participação do Presidente da República através da sanção ou veto e são reguladas por lei, ou seja, trata-se de atribuições legislativas, segundo o processo legislativo estabelecido nos arts 61 a 69.

b) Exclusivas (art. 49) - Não há participação do Presidente da República através da sanção ou veto em razão de serem reguladas por via de decretos legislativos. Tratam-se em geral de atribuições meramente deliberativas, havendo ainda aquelas atribuições de fiscalização e controle (incisos IX e X).

[89] Idem, p. 518
[90] Idem, p. 517 e 518
[91] No entender de José Afonso da Silva, em caso de convocação de sessão legislativa extraordinária, estarão atuando o Congresso Nacional e a Comissão Representativa.

Há de se observar que os decretos legislativos disciplinam matéria com efeitos externos à Casa que o regulou, enquanto que, em regra, as resoluções disciplinam aquelas de efeito interno à Casa que as regulou.

2. Da Câmara dos Deputados (art. 51) e Do Senado Federal (art. 52)

Apesar de denominadas de privativas, segundo José Afonso da Silva[92], trata-se antes de atribuições exclusivas porque insuscetíveis de delegação (observar o art. 68, § 1º), e serão tratadas por Resoluções, salvo na hipótese de fixação da remuneração dos cargos, empregos e funções dos serviços na Câmara (art. 51, inciso IV) e do Senado (art. 52, inciso XIII), que será tratada por lei de iniciativa da respectiva Casa Parlamentar.

É de se observar que, eventualmente, é possível que uma Resolução venha a ser elaborada pelo Congresso, ou seja, com a participação das duas Casas Parlamentares (por exemplo, o art. 68, § 2º).

PROCESSO LEGISLATIVO

I. CONCEITO

"É um conjunto de atos preordenados visando a criação de normas de Direito" [93] realizado pelo Poder Legislativo. Esses atos são: 1. iniciativa legislativa; 2. emendas; 3. votação; 4. sanção e veto; 5. promulgação; 6. publicação.

II. ATOS DO PROCESSO LEGISLATIVO

1. Iniciativa - trata-se da faculdade de uma pessoa ou algum órgão para apresentar projetos de lei infraconstitucional ou constitucional ao Poder Legislativo. Para José Afonso da Silva[94], não é propriamente um ato, mas deflagra e impulsiona o trâmite legislativo. É através da iniciativa que o órgão legislativo competente recebe e encaminha o projeto de lei, depositando-o junto à Mesa da Casa legislativa iniciadora.

A iniciativa pode ser: a) concorrente e b) exclusiva.

a) iniciativa concorrente (ou geral): porque o poder de iniciativa é conferido a mais de uma pessoa ou órgão (art. 61, § 2º ; art. 61, § 1º, inciso II, alínea d conjugado com o art. 128, § 5º).

b) iniciativa exclusiva (ou reservada): porque o poder de iniciativa é outorgado a apenas uma pessoa ou a um órgão, ou seja, determinadas matérias somente poderão ser objeto de projeto de lei se apresentados por um único titular (uma única pessoa ou por um único órgão), e só ocorre em casos expressos. São casos de iniciativa exclusiva: do Presidente da República (CF, art. 61, §1º, exceto o art. 61, § 1º, inciso II, alínea d, que é concorrente); do Supremo Tribunal Federal (CF, arts 93; 96, II, b; 99, §2º, I); dos Tribunais Superiores (art. 96, II, a, b, c).

[92] José Afonso da Silva …, p. 520
[93] Idem, p. 523
[94] Idem. Porém, para grande parte da doutrina trata-se de um verdadeiro ato legislativo.

2. Emendas - "não se confunda a emenda como ato do processo legislativo com a emenda à Constituição como seu objeto (art. 60). Como ato do processo legislativo, a emenda é o acessório do principal (projeto de lei)" [95]. Podem propor emendas ao projeto de lei os congressistas e as Comissões parlamentares. São as espécies de emenda: a) aditiva; b) supressiva e; c) modificativa.
   a) emenda aditiva: acrescenta algo ao projeto.
   b) emenda supressiva: elimina disposição ou parte do projeto.
   c) emenda modificativa: visa alterar o projeto. Inclui o chamado substitutivo, que altera substancialmente o projeto, e a aglutinativa, que é a fusão de várias emendas.

Fora a vedação do art. 63, são possíveis emendas que aumentem despesas, conforme art. 166, §§ 3º e 4º.

3. Votação – prevista, por exemplo, no art. 65, é "geralmente precedida de estudos e pareceres de comissões técnicas (permanentes e especiais) e de debates em plenário" [96]. A Constituição não adotou a aprovação por decurso de prazo, sendo exigido atualmente e manifestação do Congresso Nacional por via da votação.

4. Sanção e Veto - previstos no art. 66, §§ 1º a 4º, é a adesão, ou não, do Poder Executivo. É ato exclusivo do chefe do Poder Executivo. "O veto é relativo", ou seja, "não tranca de modo absoluto o andamento do projeto" [97], pois pode ser derrubado nos termos do art. 66, §4º.

5. Promulgação[98] - prevista, por exemplo, no art. 66, §§ 5º e 7º, "é o meio de constatar a existência da lei" [99], presumindo-se que a lei promulgada é válida, executória e potencialmente obrigatória. "Ocorrendo sanção expressa, os atos da sanção e da promulgação se realizam num mesmo momento" [100]. A competência sucessiva, prevista no art. 66, § 7º, é concorrente.

6. Publicação - as normas acerca da publicação encontram-se previstas fora da Constituição, na Lei de Introdução ao Código Civil (LICC), art.1º e na Lei Complementar nº. 95, alterada pela Lei Complementar nº. 107. É o ato que informa a existência, eficácia (capacidade de produzir efeitos) e conteúdo da lei aos seus destinatários; por isso a necessidade de publicação da promulgação na imprensa oficial.

[95] Kildare Gonçalves Carvalho …, p.326
[96] José Afonso da silva …, p. 525
[97] Idem, p. 526
[98] Há divergência quanto a promulgação e a publicação serem atos integrantes do processo legislativo. José Afonso da Silva é pela negativa, obra citada, p. 526
[99] José Afonso da Silva …, p. 527
[100] Kildare Gonçalves Carvalho …, p. 330

III. PROCEDIMENTOS LEGISLATIVOS

"É o modo pelo qual os atos do processo legislativo se realizam. Diz respeito ao andamento da matéria nas Casas legislativas. É o que chama tramitação do projeto" [101]. Dividem-se em:

1. Procedimento legislativo ordinário (ou normal ou comum) - destina-se a elaboração de leis ordinárias, excluídos os códigos e as leis financeiras. Ocorre através de cinco fases (arts. 65, 66 e 67):
   a) fase introdutória: apresentação do projeto de lei.
   b) fase de exame do projeto nas comissões permanentes: através de pareceres, emendas e substitutivos do projeto de lei.
   c) fase das discussões: o projeto de lei vai a plenário na Casa Iniciadora, a partir do parecer exarado pela comissão permanente, lembrando que só não se iniciará na Câmara dos Deputados quando o projeto for proposto por senador ou Comissão do Senado, quando então se iniciará no Senado Federal. É a oportunidade dos membros da Casa Iniciadora oferecer emendas, que deverão ser estudadas pela comissão permanente.
   d) fase decisória: momento da votação, que se aprovado, passará a outra Casa (Revisora), se rejeitado, será arquivado ou declarado prejudicado (são considerados prejudicados os projetos de lei que sejam idênticos a outro já aprovado ou rejeitado na mesma sessão legislativa).
   e) fase revisória: passará pelas mesmas fases na Casa Revisora que aconteceram na Casa Iniciadora.

2. Procedimento legislativo sumário - previsto no art. 64, tem como pré-requisito a urgência. As Casas têm prazo determinado para se manifestarem, e não o fazendo, o projeto será incluído na ordem do dia (ordem do dia diz respeito ao momento das reuniões diárias dos parlamentares em que debatem, votam e deliberam).

3. Procedimento legislativo especial - assim denominados os procedimentos cabíveis para a elaboração de emendas à Constituição (art. 60); leis financeiras (art. 166); leis delegadas, se for o caso (art. 68, § 3º); transformação de medidas provisórias em lei (art. 62 e §§) e; leis complementares (que só se diferenciam das leis ordinárias quanto a aprovação por maioria absoluta, art. 69).

4. Procedimento legislativo sumaríssimo - "É o regime conhecido informalmente por urgência urgentíssima, não previsto na Constituição, mas no regimento interno das Casas e do Congresso Nacional e diz respeito a situações de calamidade pública ou perigo para a segurança nacional".

[101] José Afonso da Silva …, p. 527/8

IV. ESPÉCIES NORMATIVAS

1. Emenda à Constituição - é norma constitucional derivada, portanto limitada às restrições constitucionais, sendo "possíveis emendas à Constituição nas matérias elencadas no § 4º do art. 60, desde que não tendentes a abolir" [102]. Em decorrência do princípio da imediata incidência das normas constitucionais, a sua vigência é imediata, nada impedindo que entre em vigor tempos após a sua publicação (período de vacância ou *vacatio legis*). Por outro lado, pode, por dispositivo expresso, retroagir sua vigência, não havendo direito adquirido contra a Constituição, de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal.

2. Lei Complementar - é ato legislativo primário que estabelece, em regra, normas gerais e abstratas. Porque busca regulamentar normas constitucionais, a lei complementar é apenas aquela que, em regra, é expressamente qualificada como tal pela Constituição. As "matérias indicadas na Constituição como próprias de lei complementar não podem ser tratadas pelas leis ordinárias, que não têm força para modificar preceitos nela contidos, salvo se a lei complementar cuidar de assunto próprio de lei ordinária" [103], portanto, em regra, lei ordinária não pode alterar lei complementar. A maior parte da doutrina entende ser a sua enumeração no interior da Constituição exaustiva e não meramente exemplificativa. Passa por todos os atos do processo legislativo. Exige o cumprimento de todos os atos do processo legislativo e seu procedimento é considerado especial em razão do número exigido para a aprovação: maioria absoluta (art. 69).

3. Lei Ordinária - também ato legislativo primário, é residual, ou seja, regulamenta qualquer matéria que não lhe seja vedada, em razão do princípio da ilimitação ou da universalidade do objeto de incidência da lei ordinária. Exige o cumprimento de todos os atos do processo legislativo e seu procedimento é considerado ordinário em razão do número exigido para a aprovação: maioria relativa ou simples (art. 47).

4. Lei Delegada - também ato legislativo primário, é exercido pelo chefe do Poder Executivo, dependendo de prévia autorização (delegação) do Poder Legislativo que não pode ser genérica. Se a Resolução autorizativa for por alguma razão inconstitucional, contaminará igualmente a lei delegada dela resultante.

5. Medida Provisória – a Emenda Constitucional nº. 32 (11.09.01) dispõe sobre a possibilidade de reedição, mas apenas em sessão legislativa posterior a de sua rejeição ou perda de eficácia. Deverá ser examinada em 60 dias, prorrogável por mais 60 dias, sendo que decorridos 45 dias da sua edição, se não tiver sido examinada, o seu exame entra em regime de urgência. A Constituição Federal estabelece, agora, expressamente os assuntos que são proibidos a uma medida provisória.

[102] Eduardo K. M. Carrion - *Apontamentos de Direito Constitucional* - Livraria do Advogado Editora, Porto Alegre, 1997, p. 139
[103] Kildare …, p.332

6. Decreto Legislativo - ato legislativo primário estabelece, em regra, normas individuais e concretas. Refere-se, entre outras, às matérias do art. 49 e do art. 62, § 11, não admite sanção ou veto, e provoca efeitos externos ao Poder Legislativo.

7. Resolução - ato legislativo primário estabelece, em regra, normas individuais e concretas; diz respeito, entre outras, às matérias elencadas nos arts. 51 (exceto o inciso IV), 52 (exceto o inciso XIII) e 68, § 2º; não admite sanção ou veto; e, em regra, produz efeitos internos ao Poder Legislativo.

JURISPRUDÊNCIA DO STF

⇨As medidas provisórias configuram, no direito constitucional positivo brasileiro, uma categoria especial de atos primários emanados do Poder Executivo, que se revestem de força, eficácia e valor de lei.

⇨O Presidente da República pode expedir medida provisória revogando outra medida provisória, ainda em curso no Congresso Nacional. A medida provisória revogada fica, entretanto, com sua eficácia suspensa, até que, haja pronunciamento do Poder Legislativo sobre a medida provisória ab-rogante. Se for acolhida pelo Congresso Nacional a medida provisória ab-rogante, e transformada em lei, a revogação da medida anterior torna-se definitiva; se for, porém, rejeitada, retomam seu curso os efeitos da medida provisória ab-rogada, que há de ser apreciada, pelo Congresso Nacional, no prazo restante à sua vigência.

⇨A comissão parlamentar de inquérito se destina a apurar fatos relacionados como a administração, CF, art. 49, inciso X, com a finalidade de conhecer situações que possam ou devam ser disciplinadas em lei, ou ainda para verificar os efeitos de determinada legislação, sua excelência, inocuidade ou nocividade. Não se destina a apurar crimes nem a puni-los, entretanto, se no curso de uma investigação, vem a se deparar com fato criminoso, dele dará ciência ao Ministério Público, para que promova ação penal (Constituição, art. 58, § 3º, *in fine*.).
Na CPI a testemunha pode escusar-se a prestar depoimento se este colidir com o dever de guardar sigilo. O sigilo profissional tem alcance geral e se aplica a qualquer juízo, cível, criminal, administrativo ou parlamentar. Não basta invocar sigilo profissional para que a pessoa fique isenta de prestar depoimento. É preciso haver um mínimo de credibilidade na alegação.

⇨A prisão decretada pelo presidente da CPI extravasa claramente os limites legais caso não ocorra em razão de flagrante delito.

⇨A expressão “ampla defesa” contida no § 2º do art. 55 da Constituição Federal não encerra, necessariamente, a representação do parlamentar por profissional de advocacia, a ponto de impor, em qualquer das Casas do Legislativo, a admissão deste na tribuna. O processo de perda de mandato não é administrativo, nem judicial, mas político, sendo regido por normas internas.

⇨Os atos das CPI, que venham a ser constituídas no âmbito do Poder Legislativo da União, são passíveis de controle jurisdicional, sempre que, de seu eventual exercício abusivo, derivarem injustas lesões ao regime tutelar das liberdades públicas.

⇨O instituto da imunidade parlamentar é garantia da independência do Legislativo. Não se reconhece ao congressista a faculdade de a ela renunciar.

⇨A garantia da imunidade parlamentar em sentido formal não impede a instauração de inquérito policial contra membro do Poder Legislativo.

⇨Não cabe ação direta de inconstitucionalidade contra ato normativo em fase de formação. Inexiste, no direito brasileiro, controle jurisdicional preventivo abstrato da constitucionalidade. Cabe, todavia, controle *in concreto* por via de mandado de segurança contra a própria tramitação legislativa, em hipóteses em que a vedação constitucional se dirige ao próprio processamento da lei ou da emenda, vedando a sua apresentação ou sua deliberação.

⇨A sanção de projeto não tem efeito de suprir a falta de iniciativa do Poder Executivo.

⇨Só cabe lei complementar, no sistema de direito positivo brasileiro, quando formalmente reclamada a sua edição por norma constitucional explícita. (ADI 789, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 26-5-1994, Plenário, *DJ* de 19-12-1994.) No mesmo sentido: ADI 2.010-MC, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 30-9-1999, Plenário, *DJ* de 12-4-2002; ADI 2.028-MC, Rel. Min. Moreira Alves, julgamento em 11-11- 1999, Plenário, *DJ* de 16-6-2000.

⇨Inexistência de relação hierárquica entre lei ordinária e lei complementar. Questão exclusivamente constitucional, relacionada à distribuição material entre as espécies legais. (RE 377.457, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgamento em 17-9-2008, Plenário, *DJE* de 19-12-2008, entre outros julgados).

⇨A lei de conversão não convalida os vícios existentes na medida provisória.

QUESTÕES DE PROVA

Por força da mudança de entendimento do STF e/ou da alteração da legislação desde a aplicação da prova, essas questões podem ter mais de uma resposta ou nenhuma resposta.

1. (ESAF – AGU – 99) Assinale a opção correta:
   a) A imunidade parlamentar somente protege o Deputado ou Senador após a posse.
   b) As comissões permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão, na forma do regimento, discutir e votar determinados projetos de forma definitiva.
   c) A convocação extraordinária do Congresso Nacional não poderá ser requerida pelos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
   d) A deliberação do Congresso Nacional que suspende a eficácia de ato regulamentar do Poder Executivo é insuscetível de controle judicial.
   e) É legítima a deliberação do Congresso Nacional, na sessão extraordinária, sobre qualquer matéria que esteja submetida à sua apreciação.

Resposta:

a) errado – a Constituição Federal determina no art. 53, § 1º, que a imunidade parlamentar protege o Deputado ou Senador desde a diplomação.

b) correto – a discussão e votação de um projeto de lei poderão ocorrer em plenário ou nas comissões quando for dispensada, na forma do regimento, a competência do Plenário, salvo se houver recurso de um décimo dos membros da Casa (CF, art. 58, § 2º, inciso I).

c) errado – a Constituição brasileira permite a convocação extraordinária a requerimento da maioria dos membros de ambas as Casas, em caso de urgência ou interesse público relevante, em todas as hipóteses deste inciso com a aprovação da maioria absoluta de cada uma das Casas do Congresso Nacional (CF, art. 57, § 6º, inciso II e EC nº. 50/06).

d) errado – o art. 49, inciso V, da CF, autoriza que o Congresso Nacional suspenda a eficácia de ato regulamentar do Poder Executivo, através de um decreto legislativo (art. 49, inciso VI). E, de acordo com o Supremo Tribunal Federal, este decreto legislativo é suscetível de fiscalização abstrata da constitucionalidade (ADI 784-MC, de 06/11/92).

e) errado – de acordo com o art. 57, §§ 7º e 8º, na sessão legislativa extraordinária, o Congresso Nacional somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocado, ressalvadas as medidas provisórias em vigor na data de convocação extraordinária do Congresso Nacional, que serão automaticamente incluídas na pauta da convocação.

2. (ESAF – AUDITOR FORTALEZA/CE – 98) Assinale a opção correta:
   a) A Constituição Federal adota um modelo vertical de distribuição de competência legislativa.
   b) A Constituição Federal admite expressamente a possibilidade de delegação da competência legislativa federal para os Estados-membros.
   c) Cabe ao órgão responsável pela advocacia do Estado-membro a propositura de representação interventiva contra Município.

d) O modelo de competência legislativa concorrente, consagrado na Constituição Federal, condiciona a elaboração de ato normativo estadual à existência prévia da norma federal.
e) No âmbito da autonomia dos Estados-membros, coloca-se até mesmo a possibilidade de adoção de um sistema parlamentar de Governo.

↳*Resposta:*

a) errado – a Constituição Federal não adotou com rigidez nenhum dos dois sistemas, vertical ou horizontal, de repartição de competências, na verdade, houve a adoção de um modelo misto. No modelo horizontal se estabelece uma repartição rígida e delimitada de competências, ocorre o fortalecimento da autonomia dos entes federativos, haja vista a ausência de superposição do ente mais abrangente. A repartição horizontal, prevista no ordenamento constitucional brasileiro, estabelece-se, principalmente, através das competências enumeradas à União (CF, art. 21 e 22), as reservadas ou remanescentes dos Estados-Membros (CF, art. 25, § 2º), as indicadas de interesse local aos Municípios (CF, art. 30, I), e ao Distrito Federal, ao qual foram estabelecidas as competências legislativas Estaduais e as Municipais (CF, art. 32, § 2º).

No modelo vertical de repartição de competências diferentes entes federados atuarão sobre as mesmas matérias, de forma a estabelecer um verdadeiro condomínio legislativo, conforme as palavras de Raul Machado Horta. Na Carta Política de 1988, no art. 24, realizou-se verdadeiro modelo de repartição vertical de competências, onde se estabeleceu a competência legislativa concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal. Cumpre verificar que se constituiu a possibilidade de vários entes atuarem legislativamente sobre a mesma matéria.

b) correto – de acordo com o art. 22 e parágrafo único, da CF, que permite que a União delegue, mediante lei complementar federal, aos Estados algumas de suas competências privativas.

c) errado – apesar da Constituição Federal não definir expressamente, por força do princípio da simetria, cabe ao procurador-geral de Justiça a propositura de representação de inconstitucionalidade interventiva contra Município (CF, art. 35, inciso IV).

d) errado – o Estado pode legislar de forma plena, se não houver legislação federal, ou seja, tem autorização constitucional para elaborar norma geral e específica para atender as suas necessidades (CF, art. 24, § 3º).

e) errado – a autonomia estadual não autoriza a Assembleia Legislativa dispor sobre sistema de governo diverso do estabelecido nacionalmente pela Constituição brasileira. Se o Estado Federado assim agir estará sujeito à intervenção federal (CF, art. 34, inciso VII, a).

3. (CESPE – AFCE/TCU – 95) Na estrutura do Poder Legislativo brasileiro, julgue:
    1. Compete privativamente ao Senado Federal aprovar a escolha de Governador de Território.
    2. Deputados e Senadores são eleitos pelo voto direto, por sistema proporcional.
    3. compete privativamente à Câmara dos Deputados proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não forem apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.

4. durante o recesso do Poder Legislativo federal, funciona Comissão representativa do Congresso Nacional, eleita pelas duas Casas do mesmo.
5. cada legislatura vai de 15 de fevereiro a 30 de junho, recomeçando em 1º de agosto e encerrando em 15 de dezembro.

↳Resposta:

1) correto – é atribuição do Presidente da República nomear o Governador de um futuro Território Federal, mediante prévia aprovação do Senado Federal (art. 52, inciso III, c e art. 84, inciso XIV).

2) errado – de acordo com o "caput" do art. 45, a Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal. Já o art. 46, "caput" determina que o Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.

3) correto – assim a Constituição Federal determina expressamente no art. 51, inciso II.

4) correto – assim a Constituição Federal determina expressamente no art. 58, § 4º.

5) errado – atualmente, por força da alteração promovida pela emenda constitucional nº. 50, no art. 57, "caput", da CF/88, cada reunião legislativa vai de 02 de fevereiro a 17 de julho, recomeçando em 1º de agosto e encerrando em 22 de dezembro. Por outro lado, de acordo com o art. 44, parágrafo único, cada legislatura tem a duração de 4 anos.

4. (ESAF – AGU – 96) Assinale a assertiva correta:
   a) As Comissões Parlamentares de Inquérito, dotadas de poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, podem determinar a prisão cautelar dos eventuais indiciados ou a condução coercitiva de testemunha.
   b) O parlamentar federal perderá o cargo se investido no cargo de Secretário de Estado.
   c) Os projetos de lei encaminhados pelo Presidente da República poderão ter início na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal.
   d) É admissível a rejeição parcial do veto total.
   e) As Comissões Parlamentares de Inquérito não podem determinar a quebra do sigilo bancário de eventual investigado.

↳Resposta:

a) errado – de acordo com o Supremo Tribunal Federal, as comissões parlamentares de inquérito só podem determinar a prisão em flagrante.

b) errado – de acordo com o art. 56, inciso I, da CF, o parlamentar federal não perderá o cargo se investido no cargo de Secretário de Estado.

c) errado – de acordo com o art. 64, "caput", os projetos de lei de iniciativa do Presidente da República serão examinados inicialmente pela Câmara dos Deputados.

d) correto – assim determina a CF/88, no art. 66, "caput".

e) errado – de acordo com o Supremo Tribunal Federal, as comissões parlamentares de inquérito podem determinar a quebra do sigilo bancário, fiscal ou telefônico do investigado, desde que fundamentada a decisão.

5. (CESPE – ANALISTA JUDICIÁRIO/STM – 99) Ao lado da função típica do Poder Legislativo, legislar, outras atividades podem e devem ser desenvolvidas, posto que a tripartição de poderes não encerra rígida divisão de tarefas. Nesse contexto, incluem-se trabalhos de significativa importância das comissões parlamentares de inquérito (CPIs), os quais nem sempre se processam com a tranquilidade desejada, pois os seus limites de atuação têm sido questionados. Acerca desse assunto, julgue os itens abaixo.

I. O STF entende que os poderes investigatórios dos membros da CPI são menores que os dos juízes.

II. Nenhuma testemunha pode, perante CPI, invocar direito de permanecer calada, alegando dever de manter sigilo profissional.

III. Os poderes investigatórios de uma CPI afirmam-se como instrumentos básicos para que ela possa processar e julgar os acusados.

IV. O prazo para conclusão dos trabalhos de uma CPI há de ser determinado, o que não impede a possibilidade de sua prorrogação.

V. A criação de uma CPI requer a indicação inicial do fato a ser apurado; não se pode criar uma CPI para investigar se há algo a ser investigado.

Estão certos apenas os itens:

a) I, II e V
b) I, III e IV
c) I, IV e V
d) II, III e IV
e) II, III e V

↳*Resposta:*

I. correto – por exemplo, os juízes podem e as CPIs não podem determinar a violação de comunicação telefônica (CF, art. 5º, inciso XII) e da casa (CF, art. 5º, inciso XI).

II. errado – a testemunha pode se recusar a falar se for para proteger o sigilo profissional (interpretação dada pelo Supremo Tribunal Federal em relação ao art.5º, inciso *XIV) ou caso se encontre na condição de investigado (CF, 5º,* inciso *LVII).*

III. errado – de acordo com o Supremo Tribunal Federal e as disposição constitucional constante no art. 58, § 3º, as comissões parlamentares não têm poderes judicantes (de processar e julgar), mas só investigatórios semelhantes, mas não idênticos, aos dos juízes.

IV. correto – assim entende o Supremo Tribunal Federal ao interpretar o art. 58, § 3º, da CF.

V. correto – a CPI não pode investigar senão há algo concreto e determinado a ser investigado, conforme se depreende do art. 58, § 3º, da CF.

§ *A resposta correta é a letra c.*

6. (ESAF – AFRF – 2002) Suponha que um membro do Congresso Nacional, em discurso proferido na tribuna da sua Casa Legislativa, afirme que certo servidor público cometeu diversos crimes na condição de funcionário público federal. Esse servidor, sentindo-se agredido, quer que o congressista seja criminalmente punido, porque o Código Penal diz ser calúnia imputar a outrem injustamente fato definido como crime. Tais as circunstâncias, assinale a opção correta.
   a) O servidor pode propor, ele próprio, ação penal pública contra o congressista perante qualquer juiz de direito competente.
   b) O servidor pode ajuizar, ele próprio, a ação penal pública, mas deve endereçá-la ao Supremo Tribunal Federal.
   c) O congressista deverá sofrer sanção penal pelo crime que cometeu, a ser imposta pelo próprio Congresso Nacional, em processo penal aberto pelo Ministério Público.
   d) O congressista está sujeito a processo criminal no Supremo Tribunal Federal, desde que a Casa a que ele pertence dê ao STF licença para o processo.
   e) O congressista não pode ser processado criminalmente pelo discurso que proferiu.

Resposta:

A resposta correta é a letra e: de acordo com a CF, no art. 53, "caput", o parlamentar não responderá judicialmente, seja civil (reparação de danos) ou penalmente (crime de ofensa à honra), ao manifestar seu pensamento se o fizer no exercício da atividade parlamentar ou em razão dele. Trata-se da inviolabilidade ou imunidade material do parlamentar.

É de se notar que essa prerrogativa do parlamentar tem alcance nacional, o que significa dizer que vale em qualquer local do Brasil. Nada impede, entretanto, que responda administrativamente, por falta de decoro parlamentar (CF, art. 55, inciso II e § 2º).

Por outro lado, se essa manifestação ocorrer quando o parlamentar se encontrar na condição de um indivíduo comum, ele poderá responder judicialmente, e se for ação penal, contará com prerrogativa de foro (processo e julgamento junto ao Supremo Tribunal Federal – CF, art. 53, § 1º) e imunidade formal (a Casa congressual a que pertence o parlamentar poderá suspender o andamento do processo até o final do mandato, se o crime for cometido após a diplomação - CF, art. 53, §§ 3º ao 5º).

7. (ESAF – Auditor-Fiscal do Trabalho – 2003) Marque a opção correta, relativa à organização dos poderes.
   a) O julgamento dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, pelo Senado Federal, nos crimes de responsabilidade, por eles praticados, conexos com crime de responsabilidade praticado pelo Presidente da República, depende de prévia autorização da Câmara dos Deputados.
   b) Tendo sido um Deputado Federal, no exercício de seu primeiro mandato eletivo, denunciado, perante o STF, por crime comum praticado durante a campanha eleitoral, o Supremo Tribunal Federal, acatando a denúncia, dará ciência à Câmara dos Deputados da abertura do devido processo penal, sendo possível, de acordo com a CF/88, que, por iniciativa de partido político representado na Câmara dos Deputados, e pelo voto da

maioria dos membros dessa Casa Legislativa, seja sustado o andamento da ação, até a decisão final.

c) Embora a Constituição Federal determine que a criação ou extinção de cargos, no âmbito do Poder Executivo, deva ocorrer por meio de lei, no caso do cargo estar vago, sua extinção poderá se dar por meio de Decreto do Presidente da República.

d) A competência originária do STF para julgar as causas e os conflitos entre autarquias da União e os Estados não se restringe aos conflitos de atribuições que possam, potencialmente, comprometer a harmonia do pacto federativo.

e) Nas causas em que forem partes instituição de previdência social e segurado, a ação terá que ser ajuizada em vara do juízo federal, ou em vara da justiça trabalhista, que também é federal, quando, na comarca, não houver vara do juízo federal.

↳*Resposta:*

a) errado – nos termos da CF, art. 52, inciso I, o processo e julgamento transcorrerão no Senado Federal, mas não dependerão de prévia autorização da Câmara dos Deputados (CF, art. 51, inciso I).

b) errado – neste caso não há a imunidade formal prevista na CF, art. 53, §§ 3º ao 5º, já que o crime teria sido cometido antes diplomação.

c) errado – conforme o art. 84, incisos VI, alínea b, da CF, o Presidente da República pode dispor, mediante decreto, sobre extinção de cargos públicos, quando vagos. Neste caso se trata de decreto autônomo, regulamentando diretamente a CF, independentemente de lei. Por outro lado, a CF no art. 84, inciso XXV, permite ao Presidente da República extinguir os cargos públicos federais, na forma da lei. Neste caso o decreto presidencial se presta a dar execução à lei. O erro se encontra na afirmativa de que a Constituição determina que a extinção de cargos, no âmbito do Poder Executivo, deva ocorrer por meio de lei. O que deve ocorrer por lei é a criação de cargos, no âmbito do Poder Executivo, sendo que esta lei deve ser de iniciativa do Presidente da República (art. 61, § 1º, inciso II, alínea a).

d) correto – a competência para processar e julgar é originária do STF, independentemente de estar ou não comprometendo potencialmente a harmonia do pacto federativo (CF, art. 102, inciso I, alínea f).

e) errado – a CF determina que será a justiça estadual, e não trabalhista, quando aquela comarca não for sede da justiça federal (CF, art. 109, § 3º): "Serão processadas e julgadas na justiça estadual, no foro do domicílio dos segurados ou beneficiários, as causas em que forem parte instituição de previdência social e segurado, sempre que a comarca não seja sede de vara do juízo federal, e, se verificada essa condição, a lei poderá permitir que outras causas sejam também processadas e julgadas pela justiça estadual".

8. (ESAF – MPU – 2004) Sobre o Poder Legislativo, marque a única opção correta:

a) É competência exclusiva do Congresso Nacional aprovar a decretação de intervenção federal e a decretação de estado de sítio ou suspender qualquer uma dessas medidas.

b) O deputado que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado terá a perda de seu mandato declarada pela Mesa da Câmara dos Deputados.

c) A inviolabilidade, ou imunidade material, dos membros do Congresso Nacional afasta o dever de indenizar qualquer pessoa por danos morais e materiais por ela sofridos em razão

de atos praticados pelo deputado ou senador, no estrito exercício de sua atividade parlamentar.

d) A reunião de inauguração da sessão legislativa do Congresso Nacional ocorrerá sempre no dia 15 de fevereiro de cada ano.
e) As Comissões permanentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados têm competência para convocar autoridades do Poder Executivo ou qualquer cidadão para prestar informações ou depoimentos perante o Plenário da Comissão.

↳*Resposta:*

a) errado – o artigo 49, inciso IV, da CF, determina ser de competência exclusiva de o Congresso Nacional aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas.

b) errado – no caso de perda de mandato do deputado federal por condenação criminal em decisão transitada em julgado (CF, art. 55, inciso VI), essa perda será decidida pelo plenário da Câmara dos Deputados, por maioria absoluta dos seus membros, e não pela Mesa da Casa (CF, art. 55, § 2º).

c) correto – conforme o art. 53, "caput", pois se trata de inviolabilidade ou imunidade material do parlamentar, ou seja, não há possibilidade de qualquer ação penal ou civil, podendo ocorrer processo administrativo interno à casa e perda do mandato (CF, art. 55, inciso II e §§ 1º e 2º).

d) errado – a Emenda Constitucional nº. 50/2006 deu nova redação ao art. 57, da CF: "o Congresso Nacional reunir-se-á, anualmente, na Capital Federal, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro". Além desta alteração, é necessário observar o art. 57, § 1º, que determina que "as reuniões marcadas para essas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recaírem em sábados, domingos ou feriados", portanto, poderá ser iniciada em data posterior ao dia 2 de fevereiro.

e) errado – a CF, no artigo 50, "caput", autoriza a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, permanentes ou temporárias, convocarem Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, mas não "qualquer cidadão".

9. (ESAF – AFCE/TCU – 99) Assinale a opção correta:
   a) As Comissões Parlamentares de Inquérito podem decretar a prisão provisória de eventual indiciado.
   b) As Comissões Parlamentares de Inquérito podem determinar a quebra de sigilo fiscal e bancário de pessoa submetida à sua investigação.
   c) As Comissões Parlamentares de Inquérito podem determinar a interceptação ou escuta telefônica de pessoa submetida à sua investigação.
   d) As Comissões Parlamentares de Inquérito podem determinar a busca e apreensão de documentos, no domicílio de pessoa submetida à sua investigação.
   e) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é legítima a decretação da indisponibilidade de bens pelas Comissões Parlamentares de Inquérito.

↳Resposta:

a) errado – de acordo com o entendimento do STF, uma CPI só pode decretar a prisão quando caracterizado o flagrante delito. Vide, entre outras decisões do STF, a seguinte: "O princípio constitucional da reserva de jurisdição – que incide sobre as hipóteses de busca domiciliar (CF, art. 5º, XI), de interceptação telefônica (CF, art. 5º, XII) e de decretação da prisão, ressalvada a situação de flagrância penal (CF, art. 5º, LXI) – não se estende ao tema da quebra de sigilo, pois, em tal matéria, e por efeito de expressa autorização dada pela própria Constituição da República (CF, art. 58, § 3º), assiste competência à Comissão Parlamentar de Inquérito, para decretar, sempre em ato necessariamente motivado, a excepcional ruptura dessa esfera de privacidade das pessoas". HC 100.341, Rel.Min. Joaquim Barbosa, julgamento em 4-11-2010, Plenário, DJE de 2-12-2010.

b) correto – a CPI pode determinar a quebra de sigilo fiscal, bancário ou telefônico desde que essa determinação seja fundamentada e específica. Cabe lembrar que a CPI não pode determinar a violação de comunicação telefônica.

c) errado – apenas o juiz (princípio constitucional da reserva de jurisdição) pode determinar a violação de comunicação telefônica de pessoa submetida à sua investigação (CF, 5º, inciso XII).

d) errado – apenas o juiz (princípio constitucional da reserva de jurisdição) pode determinar a busca e apreensão de documentos, no domicílio de pessoa submetida à sua investigação, sem a autorização do morador (CF, art. 5º, inciso XI e Código Penal, art. 150).

e) errado – segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, apenas o juiz (princípio constitucional da reserva de jurisdição) pode determinar a decretação da indisponibilidade de bens.

O "princípio constitucional da reserva de jurisdição" significa que a CF autoriza apenas ao juiz a realização de determinados atos.

10. (ESAF – AGU – 99) Assinale a opção correta:
    a) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, as Comissões Parlamentares de Inquérito podem determinar a quebra de sigilo bancário de eventuais indiciados.
    b) Comissão Parlamentar de Inquérito dispõe de poderes para decretar a prisão preventiva de eventual indiciado.
    c) A comissão representativa do Congresso Nacional que deve atuar no período de recesso dispõe de poderes para emendar a Constituição ou decretar a perda de mandato de parlamentares.
    d) Não se pode invocar sigilo profissional perante Comissão Parlamentar de Inquérito.
    e) Não se pode alegar o direito de permanecer calado perante Comissão Parlamentar de Inquérito.

↳Resposta:

a) correto – a CPI pode determinar a quebra de sigilo fiscal, bancário ou telefônico desde que essa determinação seja fundamentada e específica (CF, art. 58, § 3º e jurisprudência do STF).

b) errado – de acordo com o entendimento do STF, uma CPI só pode decretar a prisão quando caracterizado o flagrante delito.

c) errado – a Comissão representativa, prevista no art. 58, § 4º, da CF, é uma inovação da atual Constituição e tem como finalidade unicamente administrar o Congresso Nacional durante o recesso parlamentar.

d) errado – o sigilo parlamentar é uma prerrogativa do congressista (CF, art. 53, § 6º) e se impõe contra uma investigação parlamentar ou judicial.

e) errado – o investigado tem o direito de permanecer calado, de acordo com a interpretação do STF, baseada no princípio da não auto-incriminação, de que ninguém é obrigado a fazer prova contra si mesmo.

11. (ESAF – AFTN – 98) Assinale a opção correta:
    a) As comissões permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão discutir e votar determinados projetos de forma definitiva.
    b) A imunidade parlamentar somente protege o Deputado ou Senador após a posse.
    c) A convocação extraordinária do Congresso Nacional não poderá ser requerida pelos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
    d) A Comissão Parlamentar de Inquérito dispõe de poderes para decretar a prisão preventiva de eventual indiciado.
    e) A comissão representativa do Congresso Nacional, que deve atuar no período de recesso, dispõe de poderes para emendar a Constituição ou decretar a perda de mandato de parlamentares.

↳*Resposta:*

a) correto – conforme determina o art. 58, § 2º, inciso I, da CF: "às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do regimento, a competência do Plenário, salvo se houver recurso de um décimo dos membros da Casa".

b) errado – a imunidade parlamentar protege os membros do Congresso Nacional desde a diplomação, portanto antes da posse (CF, art. 53, § 2º).

c) errado – de acordo com o art. 57, § 6º, inciso II, alterado pela EC nº. 50, a reunião legislativa extraordinária poderá ser convocada "pelo Presidente da República, pelos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal ou a requerimento da maioria dos membros de ambas as Casas, em caso de urgência ou interesse público relevante, em todas as hipóteses deste inciso com a aprovação da maioria absoluta de cada uma das Casas do Congresso Nacional".

d) errado – de acordo com o entendimento do STF, uma CPI só pode decretar a prisão quando caracterizado o flagrante delito.

e) errado – a Comissão representativa, prevista no art. 58, § 4º, da CF, é uma inovação da atual Constituição e tem como finalidade unicamente administrar o Congresso Nacional durante o recesso parlamentar.

12. (ESAF – TCU – 2002) Com relação às Comissões Parlamentares de Inquérito, é correto afirmar:
    a) A CPI tem competência constitucional para editar leis, com vistas ao aperfeiçoamento do sistema legislativo, relativamente ao tema que ensejou a instauração da CPI.
    b) As CPIs têm competência para quebrar o sigilo bancário, fiscal e telefônico de pessoa – física ou jurídica – sob a sua investigação, mediante decisão necessariamente fundamentada.
    c) Instituída uma CPI, não tem ela prazo para concluir os seus trabalhos.
    d) A CPI pode anular ato administrativo de qualquer dos três Poderes que se revele contrário aos princípios da moralidade ou da eficiência.
    e) A Constituição Federal estende às CPIs os poderes investigatórios e judicantes próprios das autoridades judiciais.

↳*Resposta:*

a) errado – a CF, no art. 58, § 3º, autoriza às comissões parlamentares de inquérito poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas. Não se inclui a atividade legislativa, ainda que tenha a iniciativa de leis (CF, art. 61, "caput").

b) correto – de acordo com o entendimento do STF, conforme o Mandado de Segurança nº 25668/DF, rel. Min. Celso de Mello, 23.3.2006, presente no informativo nº. 420, dentre outros.

c) errado – a CPI é uma comissão temporária (CF, art. 58, "caput"), o que significa dizer que tem prazo determinado (CF, art. 58, § 3º), podendo este prazo ser prorrogado por várias vezes, desde que não ultrapasse a legislatura em que foi criada (STF).

d) errado – a CF, no art. 58, § 3º, autoriza às comissões parlamentares de inquérito poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas. Não se inclui a capacidade para anular ato administrativo de qualquer dos três Poderes.

e) errado – a CF, no art. 58, § 3º, autoriza às comissões parlamentares de inquérito poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas. Não se inclui a capacidade judicante, ou seja, para julgar.

13. (ESAF – TCU – 2002) Assinale a opção correta.
    a) A testemunha convocada para depor perante uma Comissão Parlamentar de Inquérito no âmbito do Congresso Nacional e que entenda ilegítima a sua convocação pode impetrar *habeas corpus* para se livrar da convocação.
    b) O servidor demitido do serviço público e que, por isso, viu-se impedido de entrar livremente na sua antiga repartição, pode ajuizar *habeas corpus* para impugnar o ato de demissão.
    c) O *habeas data* é o instrumento adequado para se conhecer e retificar informação relativa ao impetrante em bancos de dados de qualquer entidade pública ou privada.
    d) Chama-se coletivo o mandado de segurança impetrado por mais de um impetrante.

e) O mandado de injunção é meio apto para se pleitear extensão de vantagem funcional concedida apenas a um segmento do funcionalismo público, sob o argumento de que outras carreiras têm os mesmos conteúdos ocupacionais, merecendo, pois, idêntico tratamento legislativo.

↳*Resposta:*

a) correto – em caso de convocação de testemunha, se esta não comparecer diante da autoridade que a convocou, será conduzida coercitivamente por força policial. Caso a convocação seja ilegal, a testemunha poderá impetrar um "habeas corpus" preventivo para que não seja conduza a força.

b) errado – o "habeas corpus" (CF, art. 5º, inciso LXVIII) busca assegurar a liberdade de locomoção (CF, art. 5º, inciso XV). Por outro lado, para proteger o direito líquido e certo de ser reconduzido em caso de demissão ilegal e poder frequentar a repartição onde atua, o servidor público pode impetrar judicialmente o mandado de segurança previsto na CF, no art. 5º, inciso LXX, ou administrativamente o direito de petição (CF, art. 5º, inciso XXXIV, alínea a).

c) errado – de acordo com a CF, art. 5º, inciso LXXII, as informações têm que estar contidas em banco de dados público (pertencente ao Poder Público) ou em banco de dado privado (pertencente ao particular) de caráter público (de uso não exclusivo, podendo ou sendo repassado a terceiros).

d) errado – o mandado de segurança coletivo tem como finalidade a proteção de um grupo de pessoas e pode ser proposto por um daqueles previstos constitucionalmente, na condição de substituto processual (CF, art. 5º, inciso LXX: "o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por: a) partido político com representação no Congresso Nacional; b) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados").

e) errado – de acordo com o STF, na Súmula nº 339, "Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos se servidores públicos sob o fundamento de isonomia".

14. (ESAF – Oficial de Chancelaria/MRE – 2002) A comissão parlamentar de inquérito não pode determinar
    a) a condução coativa de testemunha que se recuse injustificadamente, a prestar depoimento perante a Comissão.
    b) a quebra do sigilo bancário de pessoa ou empresa investigada.
    c) a quebra do sigilo fiscal de pessoa ou empresa investigada.
    d) a quebra do sigilo telefônico de pessoa ou empresa investigada.
    e) a prisão de pessoa investigada por crime cometido no passado distante.

↳*Resposta:*

a) errado – se a convocação é legal, não há como se recusar a comparecer diante da autoridade que convocou, sob pena de ser conduzido coercitivamente.

b) errado – o STF tem admitido que a CPI determine a quebra de sigilo bancário desde que fundamentada e especificada.

c) errado – o STF tem admitido que a CPI determine a quebra de sigilo fiscal desde que fundamentada e especificada.
d) errado – o STF tem admitido que a CPI determine a quebra de sigilo telefônico desde que fundamentada e especificada.
e) correto – o STF tem admitido que a CPI determine a prisão do investigado apenas em caso de flagrante delito.

15. (ESAF – AFTN – 98) Assinale a opção correta:
    a) A Câmara dos Deputados atua como Casa revisora no que diz respeito a projetos de Emenda Constitucional aprovados pelo Senado Federal.
    b) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal, a emenda parlamentar a projetos de iniciativa privativa do Executivo ou do Judiciário há de guardar relação de pertinência com a matéria objeto da proposta.
    c) A Constituição Federal não proíbe que se adote medida provisória na regulamentação de dispositivo cuja redação tenha sido alterada por emenda constitucional aprovada a partir de 1995.
    d) A alegação de lesão a normas constitucionais relativas ao processo legislativo não é suscetível de exame pelo Poder Judiciário em mandado de segurança.
    e) As chamadas questões *interna corporis* são passíveis de controle judicial

↳*Resposta:*
a) errado – se o Senado Federal foi à Casa iniciadora, de fato a Câmara dos Deputados será a Casa revisora. Mas, se por outro lado, o Senado foi à Casa revisora e aprovou o projeto com emendas substanciais, o projeto devera retornar à Câmara dos Deputados que examinará as emendas promovidas pelo Senado. Neste caso, a Câmara dos Deputados estará agindo como Casa Iniciadora.
b) correto – sob pena de descaracterizar o projeto de lei.
c) errado – o art. 246, da CF, alterado pela EC nº. 32 (11.09.01) proíbe que medidas provisórias regulamentem normas constitucionais que tenham sido alteradas entre as datas, inclusive, de 01.01.95 e 11.09.01.
d) errado – o membro da Casa onde tramita o projeto pode propor mandado de segurança (art. 5º, inciso LXIX) para assegurar o seu direito líquido e certo de só participar do devido processo legislativo.
e) errado – o Judiciário não pode exercer controle sobre atos típicos do Legislativo, sob pena de ofensa ao princípio da separação dos poderes.

Questão "interna corporis" significa assuntos próprios de um Poder.

16. (ESAF – PFN – 98) Assinale a assertiva correta:
    a) Nos termos da Constituição Federal, os projetos de lei deverão ser aprovados, necessariamente, pelo plenário da Câmara e do Senado Federal.

b) Decisão do Congresso Nacional no sentido de sustar a eficácia de ato normativo que exorbite dos limites do poder regulamentar pode ser objeto de controle de constitucionalidade concentrado no âmbito do Supremo Tribunal Federal.
c) No processo de reforma constitucional, o Senado Federal atua como Casa revisora.
d) Na hipótese de superação do veto parcial, a disposição vetada de um projeto de lei sancionado pelo Presidente da República entrará em vigor com eficácia retroativa.
e) A comissão representativa do Congresso Nacional, em funcionamento no período de recesso, dispõe de todos os poderes típicos do órgão legislativo, podendo deliberar inclusive sobre emenda constitucional e sobre a cassação de deputados ou de senadores.

↳*Resposta:*

a) errado – conforme determina o art. 58, § 2º, inciso I, da CF: "às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do regimento, a competência do Plenário, salvo se houver recurso de um décimo dos membros da Casa". Portanto um projeto de lei não tem que ser aprovado, necessariamente, pelo plenário de cada um das Casas do Congresso Nacional, podendo ser decidido apenas pelas suas comissões.

b) correto – o decreto legislativo (CF, art. 49, inciso V) que suspende a eficácia de lei delegada (CF, art. 68) por desrespeitar os limites da resolução que delegou poderes ao presidente da Republica para legislar, pode ser objeto de controle da constitucionalidade concentrado no âmbito do Supremo Tribunal Federal.

c) errado – a definição de qual será a Casa iniciadora depende de quem propôs a emenda constitucional. Por exemplo, se foi de iniciativa do presidente da República, a Casa iniciadora será a Câmara dos Deputados (CF, art. 64, "caput"), consequentemente, a Casa revisora será o Senado Federal.

d) errado – o veto parcial significa que parte do projeto foi sancionado pelo presidente da República e seguirá para a promulgação e publicação e entrará em vigor na data estabelecida na lei. Por outro lado, a parte vetada retorna ao Congresso Nacional para que os motivos do veto sejam examinados (art. 66, § 4º) e se forem derrubados, esta parte do projeto seguirá para a promulgação e publicação e entrará em vigor junto ao restante da lei, só que dali para frente (sem efeito retroativo, ou seja, "ex nunc").

e) errado – a Comissão representativa, prevista no art. 58, § 4º, da CF, é uma inovação da atual Constituição e tem como finalidade unicamente administrar o Congresso Nacional durante o recesso parlamentar.

17. (ANALISTA JUDICIÁRIO/TRT – 9ª REGIÃO) É correto afirmar que a Lei Complementar é:
a) hierarquicamente superior à Lei Ordinária;
b) espécie normativa destinada a especificar dispositivo constitucional de eficácia contida;
c) expressamente prevista na Constituição para normatizar matérias certas e exige para sua aprovação quorum de maioria absoluta;
d) não hierarquicamente superior à Lei Ordinária e utilizada para legislar sobre matéria constitucional relevante, a critério do Poder Legislativo;
e) irrevogável pela sua natureza própria.

↳*Resposta:*

a) errado – a doutrina e o STF têm entendido pela inexistência de hierarquia entre as leis.

b) errado – a lei complementar pode regulamentar norma constitucional, qualquer que seja a sua eficácia.

c) correto – de acordo com a CF, art. 69.

d) errado – regra geral, a CF determina expressamente quando deve determinado assunto ser regulamentado por lei complementar.

e) errado – uma lei complementar pode ser revogada por emenda constitucional ou por outra lei complementar. Por outro lado, a lei complementar que trata impropriamente de matéria de lei ordinária, pode ser também revogada por lei ordinária.

18. (PROCURADOR DO RS – 97) Decretos-legislativos e resoluções válidos, emanados do Poder Legislativo competente, são:
    a) hierarquicamente inferiores a leis ordinárias, leis delegadas e medidas provisórias.
    b) passíveis de veto pelo Presidente da República.
    c) instrumentos do mesmo nível dos decretos e resoluções do Executivo.
    d) revogáveis por lei complementar.
    e) instrumentos de nível primário, subordinados diretamente à Constituição.

↳*Resposta:*

a) errado – a doutrina e o STF têm entendido pela inexistência de hierarquia entre as leis.

b) errado – não admitem o exame pelo chefe do Executivo, conforme o art. 48, "caput".

c) errado – os decretos e resoluções do Executivo são normas secundárias e a banca entendeu pela existência de hierarquia entre norma primária e secundária.

d) errado – o decreto legislativo pode ser revogado por outro decreto legislativo, assim como uma resolução legislativa pode ser revogada por outra resolução legislativa.

e) correto – de acordo com o art. 59, "caput" e o inciso II.

19. (TFCE/TCU – 96) A respeito do processo legislativo disciplinado na Constituição Federal, assinale a opção correta.
    a) Uma proposta de emenda à Constituição, tendente a abolir a separação dos poderes, não deverá ser apreciada pelo Congresso Nacional. Todavia, se as Casas Legislativas vierem a aprová-la e promulgá-la, a proposição será válida, já que passará a integrar o texto constitucional.
    b) Derrubado o veto presidencial, o projeto de lei deverá ser encaminhado ao Presidente do Senado, logo após a deliberação do Congresso Nacional, a fim de ser por ele promulgado.
    c) O projeto de lei aprovado por uma das Casas do Congresso Nacional será necessariamente revisto pela outra. Logo, os projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores sempre terão o Senado Federal como Casa revisora.

d) O Presidente da República pode vetar qualquer texto ou expressão de projeto de lei, desde que o ato seja devidamente fundamentado e tenha respaldo constitucional.
e) A matéria constante de projeto de lei ou de emenda constitucional somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.

↳*Resposta:*

a) errado – o princípio da separação dos poderes é "cláusula pétrea" expressa, se traduzindo como uma limitação do poder constituinte derivado reformador, e qualquer emenda constitucional que venha a descumpri-lo deverá ser declarada inconstitucional e ter sua eficácia suspensa.

b) errado – a promulgação é competência concorrente, sendo que o presidente de República deverá promulgar em 48 horas (art. 66, § 5º e art. 84, inciso IV, da CF), que se não o fizer, abre-se oportunidade ao presidente do Senado Federal por igual tempo e posteriormente ao vice-presidente do Senado (art. 66, § 7º, da CF).

c) correto – de acordo com os arts. 64, "caput" e 65, "caput", da CF.

d) errado – de acordo com o art. 66, § 2º, da CF, só poderá ser vetado ou toda a lei, ou todo o artigo, todo o incido, toda a alínea, todo o parágrafo ou, ainda, de acordo como STF, todo o "caput".

e) errado – de acordo com o art. 60, § 5º, a proibição é absoluta, insuperável. Não pode, de forma alguma, a propositura de um novo projeto de emenda na mesma sessão legislativa sobre matéria de PEC rejeitada ou tida por prejudicada, aplicando-se o princípio da irrepetibilidade.

20. (CESPE – AG. POLÍCIA FEDERAL – 97) Os parlamentares brasileiros, como sabemos, têm a atribuição legítima de modificar a Constituição, nos casos permitidos, com a maioria qualificada de três quintos. Quando os três quintos não são obtidos, isso significa simplesmente que não há decisão a respeito de reforma constitucional. De modo algum se podem daí inferir falhas no desempenho legislativo que venham a exigir formatos não ordinários para as votações de propostas de emenda à Constituição.

    Se fosse o caso de apelar para qualquer mecanismo constituinte, que critérios deveríamos adotar para decidir o que deve e o que não deve ser submetido a tal dinâmica extraordinária?

    A discussão carece de sentido. As chances de uma reforma política funda, que modifique o núcleo do sistema eleitoral e diminua as margens de liberdade dos parlamentares, são muito reduzidos, quer se trate de um Congresso constituinte ou do Congresso tal como existe. Essa necessidade de mudança pode estar presente no mapa privado de preferências da maioria dos parlamentares. Mas isso tem pouco a ver com seu comportamento em votações.

    Com o auxílio do texto, julgue os itens seguintes, acerca do processo legislativo.

    1. Os únicos legitimados a apresentar proposta de emenda à Constituição são os membros do Congresso Nacional.
    2. Supondo que haja sido rejeitada uma proposta de emenda à Constituição abolindo o segundo turno nas eleições para cargos executivos no país, somente na sessão legislativa seguinte nova proposta com a mesma matéria poderá ser apresentada.

3. Se o Presidente da República decretar intervenção federal em um estado-membro, isso terá como efeito colateral impedir a promulgação de qualquer proposta de emenda à Constituição em trâmite no Congresso Nacional.
4. A proposta de emenda à Constituição de iniciativa de deputado federal é votada apenas no Senado Federal; inversamente, a de iniciativa de senador é votada apenas na Câmara dos Deputados. Em ambos os casos, exige-se o quorum de três quintos para a aprovação da proposta.
5. Considerando que a Constituição da República confere autonomia administrativa e financeira a cada um dos Poderes e define-lhes as competências, suponha uma proposta de emenda à Constituição que pretenda atribuir ao Poder Executivo as competências do Senado Federal, extinguindo-se esse órgão, mas mantendo a Câmara dos Deputados. À luz das normas constitucionais, essa proposta poderia tramitar regularmente no Congresso Nacional, mas, se viesse a ser aprovado, deveria ser vetada pelo Presidente da República.

↳*Resposta:*

1) errado – a iniciativa de uma PEC, que é restrita e concorrente, pode ser de qualquer um daqueles previstos nos incisos do art. 60, da CF.

2) correto – de acordo com o art. 60, § 5º, da CF. Trata-se do princípio da irrepetibilidade.

3) errado – de acordo com o art. 60, § 1º , da CF (limitação circunstancial ao poder de reforma), será proibida a votação da PEC, fase legislativa anterior a promulgação.

4) errado – a CF determina no art. 60, § 2º, que a PEC deve ser examinada por ambas as Casas congressuais, e aprovadas duas vezes em cada uma delas por três quintos de seus membros (trata-se de uma limitação procedimental ao poder de reforma). Cabe lembrar ainda que um único deputado ou senador não tem iniciativa de PEC, de acordo o art. 60, inciso I, da CF.

5) errado – haveria ofensa ao princípio da separação dos poderes,considerada "cláusula pétrea" (arts. 2º e 60, § 2º, da CF). Além disto, uma PEC não se submete à sanção ou veto do presidente da República.

21. (CESPE – PAPILOSCOPISTA/PF – 97) Ainda com relação ao Poder Legislativo, julgue os itens que se seguem:
    1. A finalidade constitucional, tanto da Câmara dos Deputados quanto do Senado Federal, é exclusivamente a representação do povo brasileiro.
    2. Os territórios federais são considerados autarquias territoriais da União. Por essa razão, não têm autonomia política e, em consequência, não elegem representantes à Câmara dos Deputados nem ao Senado Federal.
    3. Apesar de a Constituição assegurar a participação popular no processo legislativo, inclusive na fase de iniciativa, não é qualquer cidadão que pode dar início a ele.
    4. As leis complementares diferem das ordinárias porque, quanto à matéria, a Constituição estabelece quando é o caso de uma e quando é o de outra. Ademais, o quorum de aprovação é diverso para cada uma dessas espécies.

5. Com base em delegação de competência do Congresso Nacional, o Presidente da República pode editar leis acerca de certas matérias.

↳*Resposta:*

1) errado – a finalidade constitucional da Câmara dos Deputados é representar o povo (art. 46, "caput" , da CF), por outro lado, a finalidade do Senado Federal é representar os Estados e o Distrito Federal (art. 46, "caput" , da CF).

2) errado – os Territórios Federais, caso sejam criados por lei complementar federal (art. 18, § 2º, da CF), elegerão deputados federais (art. 45, § 2º, da CF), mas não senadores.

3) correto – a iniciativa popular pode ser desencadeada, na esfera federal, por no mínimo um por cento do eleitorado nacional, dividido por no mínimo cinco estados, cada um representado por pelo menos três décimos do seu eleitorado (CF, arts. 61, "caput" e § 1º).

4) correto – de acordo com a CF, arts. 47 e 69, lembrando que a CF determina as matérias próprias de lei complementar. Quanto à lei ordinária, ela é residual.

5) correto – através de lei delegada (CF, arts. 59, inciso IV e 68).

22. (ESAF – AFC – 96) Assinale a assertiva correta:
    a) Aprovado pelo Congresso Nacional, o projeto de Emenda Constitucional pode ser vetado pelo Presidente da República.
    b) Os Estados-membros não têm qualquer participação ou iniciativa, direta ou indireta, no processo de Emenda da Constituição Federal.
    c) Os direitos individuais consagrados em Tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil faça parte têm hierarquia constitucional e não podem ser alterados por Emenda Constitucional.
    d) Os princípios constitucionais protegidos por *cláusula pétrea* não podem ser suprimidos por Emenda Constitucional.
    e) A Constituição Federal brasileira pode ser modificada mediante iniciativa popular.

↳*Resposta:*

a) errado – só os projetos de lei ordinária e de lei complementar passam por sanção ou veto (art. 66, "caput" e §§ 1º ao 4º e 6º, da CF). Há inconstitucionalidade formal de emenda constitucional que tenha sido submetida à apreciação do presidente da República.

b) errado – as assembleias legislativas podem propor emendas constitucionais se subscreverem no mínimo mais da metade das Assembleias, representadas pela maioria relativa de seus membros (CF, art. 60, inciso III).

c) errado – os tratados internacionais só terão hierarquia constitucional caso se refiram a direitos humanos e sejam aprovados por três quintos duas vezes em cada uma das Casas do Congresso Nacional (CF, art. 5º, § 3º, acrescentado pela EC nº. 45/2004). Neste caso, podem ser alterados, desde que não sejam suprimidos no todo ou em parte.

d) correto – alguns destes princípios são "cláusulas pétreas" expressas, outros são "cláusulas pétreas" implícitas.

e) errado - a iniciativa de uma PEC pode ser de qualquer um daqueles previstos nos incisos do art. 60, incisos I a III, da CF, e entre eles não se encontra a iniciativa popular.

23. (CESPE – BACEN – 97) A análise dos sistemas jurídicos demonstra que a lei é, de modo geral, considerada como ato cuja elaboração constitui monopólio do Poder Legislativo, salvo no sistema jurídico muçulmano, dominado pela concepção teocrática do poder, e no sistema jurídico africano, em que as manifestações cíclicas do poder individualizado promovem a substituição da vontade do órgão legislativo pela vontade do ditador. O Poder Legislativo é a sede da lei formal e da lei material. No primeiro caso, para identificar a fonte da lei no Parlamento e, no segundo, para indicar o conteúdo da lei, como fazem os ordenamentos constitucionais, a exemplo do brasileiro, que discriminam na Constituição a matéria, vale dizer, o conteúdo da lei. Raul Machado Horta. Estudos de direito constitucional. Belo Horizonte, Del Rey, 1995 (com adaptações).

    De acordo com o texto e com as normas constitucionais aplicáveis ao Poder Legislativo, julgue os itens seguintes.

    1. No Brasil, o Poder Legislativo é organizado bicameralmente.
    2. Desde que obedecidas, quanto ao aspecto procedimental, as normas constitucionais e regimentais que disciplinam, no processo legislativo, a tramitação de um projeto de lei, o Poder Legislativo federal pode editar lei ordinária acerca de qualquer matéria.
    3. Segundo a concepção teórica da estrutura do Poder Legislativo federal, a Câmara dos Deputados representa o povo e o Senado Federal, os estados componentes da Federação e o Distrito Federal – assim, todos eles, independentemente de população, têm o mesmo número de representantes no Senado.
    4. Embora a produção de normas gerais seja função precípua do Poder Legislativo e não do Poder Executivo nem do Poder Judiciário, existem matérias que só podem ser reguladas por lei de iniciativa do Presidente da República.
    5. Além das funções tipicamente legislativas e das investigações conduzidas pelas comissões parlamentares de inquérito, cabem ao Poder Legislativo outras atribuições, como fiscalização e controle – inclusive por meio do Tribunal de Contas da União (TCU).

↳*Resposta:*

1) correto – de acordo com o art. 44,"caput", da CF, o Congresso Nacional se organiza através de duas Casas congressuais: Câmara dos Deputados e Senado Federal. Os demais legislativos (estaduais, municipais e distrital) têm estrutura unicameral.

2) errado – o Legislativo ao elaborar uma lei tem que observar o aspecto formal e o aspecto material definidos constitucionalmente. Portanto, nem todos os assuntos podem ser objeto de regulamentação por meio de lei ordinária.

3) correto – conforme determina a CF, no art. 45, "caput" e art. 46, "caput" e § 1º.

4) correto – conforme se observa, por exemplo, no artigo 61, § 1º, inciso I e quase todas as alíneas do inciso II.

É importante lembrar que o art. 61, § 1º, inciso II, alínea d, deve ser combinado com o art. 128, § 5º, da CF, ou seja, se trata de iniciativa concorrente: se o Presidente da República não propor ao Congresso Nacional o projeto de lei complementar sobre a organização do Ministério Publico da União, o Procurador Geral da República poderá fazê-lo. Apesar da CF dizer expressamente tratar-se de iniciativa privativa, a doutrina e o STF entendem ser concorrente . Neste sentido, ver decisão do STF, no RE 262.178, voto do Rel. Min. Sepúlveda Pertence, voto, julgamento em 3-10-2000, Primeira Turma, DJ de 24-11-2000.

5) correto – de acordo, por exemplo, com os arts. 58, § 3º, 65 e 66, e 70 a 75.

24. (CESPE – FISCAL/INSS – 98) Acerca das emendas à Constituição, julgue os itens que se seguem.
    1. A proposta de emenda à Constituição que disponha sobre regime jurídico dos servidores públicos, importando aumento de despesa, é da iniciativa exclusiva do Presidente da República.
    2. A proposta de emenda à Constituição votada e aprovada no Congresso Nacional não é submetida à sanção do Presidente da República antes de ser promulgada.
    3. Uma emenda à Constituição que institua a forma unitária de Estado é, ela própria, inconstitucional e pode ser assim declarada pelo Supremo Tribunal Federal (STF).
    4. No quadro da hierarquia das normas, a emenda à Constituição situa-se no mesmo nível das normas produzidas pelo poder constituinte originário.
    5. O texto constitucional admite expressamente que a Constituição seja emendada por meio de proposta de certo número de cidadãos do país.

↳*Resposta:*

1) errado – se for projeto de lei sobre regime jurídico dos servidores públicos, importando aumento de despesa, é da iniciativa exclusiva do Presidente da República (CF, art. 61, §1º, inciso II, alínea a). Mas em se tratando de PEC, a iniciativa é concorrente (art. 60, incisos I a III, da CF).

2) correto – só projeto de lei ordinária ou complementar se submete à apreciação do presidente da República, através de sanção ou veto (CF, art. 6º, §§ 2º e 3º e art. 66, "caput" e §§ 2º e 3º).

3) correto – considerando o art. 60, § 4º, inciso I, da CF, se trata de uma "cláusula pétrea" expressamente prevista.

4) correto – de acordo com o STF, não há hierarquia entre as normas constitucionais, sejam elas originárias ou derivadas. A hierarquia que existe é entre o poder constituinte originário e o derivado reformador.

5) errado - a iniciativa de uma PEC pode ser de qualquer um daqueles previstos nos incisos I a III, do art. 60, da CF, e entre eles não se encontra a iniciativa popular.

25. (CESPE – FISCAL/INSS – 97) No que tange ao processo legislativo, julgue os seguintes itens.
    1. A circunstância de uma lei complementar ter tratado exclusivamente de matéria reservada à lei ordinária não a torna formalmente inconstitucional.

2. A lei complementar que trata exclusivamente de matéria reservada à lei ordinária poderá ser revogada por lei ordinária superveniente.
3. Todo e qualquer artigo da Constituição pode ser alterado, desde que mediante emenda constitucional.
4. Mesmo discordando de um projeto de lei modificador que inclua no Código Civil o seguinte texto: "não é permitido o condomínio de coisas móveis", é proibido ao Presidente da República vetar somente a palavra "não".
5. É inválida a proposta de emenda constitucional que tenha por objeto transformar o Brasil em Estado unitário.

↳*Resposta:*

1) correto – nada impede que lei complementar trate de matéria própria de lei ordinária, podendo, neste caso, aquela ser revogada por esta. Assim entendeu o STF, na Ação Declaratória de Constitucionalidade n. 1-1, acolhendo entendimento favorável à revogação: "A jurisprudência desta Corte, sob o império da Constituição atual se firmou no sentido de que só se exige lei complementar para as matérias cuja disciplina a Constituição expressamente faz tal exigência e, se porventura a matéria, disciplina por lei cujo processo legislativo observado tenha sido a lei complementar, não seja daquelas para que a Carta Magna exige essa modalidade legislativa, os dispositivos que tratam dela se têm como dispositivos de lei ordinária".

2) correto – conforme já dito na resposta ao item 1.

3) errado – alguns assuntos são imunes ao poder de emenda por se tratarem de "cláusulas pétreas", quando a alteração for no sentido de retirá-los da Constituição.

4) correto – o veto presidencial pode ser total ou parcial. Sendo o veto parcial, a CF, no art. 66, § 2º, não admite o veto sobre palavra, mas apenas sobre todo o projeto, artigo, inciso, parágrafo, toda a alínea ou, de acordo com o STF, todo o "caput".

5) correto – o princípio federativo é "cláusula pétrea" (art. 60,§ 4º, inciso I, da CF), portanto emenda não pode alterar esta forma de Estado para a forma unitária.

26. (ESAF – AFTN – 96) Assinale a assertiva correta:
    a) A sanção do Presidente da República a projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional é hábil para convalidar eventual vício de iniciativa.
    b) É admissível a rejeição parcial pelo Congresso Nacional de veto total a um projeto de lei.
    c) A Constituição Federal assegura iniciativa popular também para as Emendas Constitucionais.
    d) Segundo a orientação do Supremo Tribunal Federal, não podem ser objeto de medida provisória as matérias que não podem ser objeto de delegação.
    e) O Presidente da República pode retirar da apreciação do Congresso Nacional medida provisória recém-editada.

↳Resposta:

a) errado – de acordo com o STF, vício de iniciativa é insanável. Se a iniciativa de um projeto é do presidente da República e não foi ele que o propôs, não adianta o presidente aprovar este projeto. Caso venha a surgir uma lei, haverá inconstitucionalidade formal. Assim entende o STF, ao cancelar a sua súmula nº 5: "A sanção do projeto de lei não convalida o vício de inconstitucionalidade resultante da usurpação do poder de iniciativa. A ulterior aquiescência do chefe do Poder Executivo, mediante sanção do projeto de lei, ainda quando dele seja a prerrogativa usurpada, não tem o condão de sanar o vício radical da inconstitucionalidade". Entre outros precedentes é possível observar a ADI 2.113, Rel. Min. Cármen Lúcia, julgamento em 4-3-2009, Plenário, DJE de 21-8-2009.

b) correto – de acordo com a CF, art. 66, § 1º.

c) errado - a iniciativa de uma PEC pode ser de qualquer um daqueles previstos nos incisos do art. 60, da CF, e entre eles não se encontra a iniciativa popular. Só há iniciativa popular para projeto de lei ordinária e de lei complementar (art. 61, "caput").

d) errado – algumas matérias que não podem ser objeto de delegação (art. 68, § 1º e incisos) podem ser regulamentadas por medida provisória, como por exemplo, alguns direitos individuais.

e) errado – depois de editada a medida provisória, o presidente da República poderá, no máximo, revogá-la por meio de outra medida provisória. Assim mesmo, a revogação só se confirmará após a transformação da medida provisória revogadora em lei.

27. (CESPE – CONSULTOR DO SENADO – 96) Com relação ao processo legislativo brasileiro, julgue os itens a seguir.
    1. Pelo texto da Constituição Federal, é correto afirmar que, no processo contemporâneo de elaboração normativa, existe, ao lado da lei, outro ato normativo primário geral.
    2. A Constituição vigente é rígida, pois impede deliberação sobre proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais.
    3. A importância da lei no estado de direito é indiscutível: ninguém está obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei. Com isso, é correto afirmar que, em tudo, pode imiscuir-se a lei ordinária. Há, inclusive, um domínio constitucionalmente reservado à lei ordinária, mas não há um domínio vedado à mesma.
    4. O processo de formação a lei, no Direito brasileiro, prevê uma fase introdutória, a iniciativa; uma fase constitutiva, que compreende a deliberação e a sanção; e uma fase complementar, correspondente à promulgação e à publicação. Assim, é correto afirmar que a lei é um ato simples, de efeito complexo e indeterminado.
    5. O veto presidencial, que pode ser total ou parcial, no Direito brasileiro, é um ato de deliberação negativa do qual resulta a rejeição definitiva do projeto, tendo o Presidente da República quinze dias úteis para expressá-lo.

↳Resposta:

1) correto – de acordo com a CF, o art. 59, inciso V, reconhece a medida provisória, que não é lei no sentido formal, mas o é no sentido material, pois tem força de lei (CF, art. 62, "caput").

2) errado – o que caracteriza a rigidez constitucional é a existência de limitações procedimentais ao poder de reforma. Presente na atual Constituição brasileira, no art., 60, incisos I a III e §§ 2º, 3º e 5º. Por contar também com limitações materiais, a nossa atual Carta tem sido considerada por alguns autores como super-rígida.

3) errado – encontra-se presente neste dispositivo constitucional (art. 5º, inciso II) o princípio da legalidade, entendendo-se " lei" no sentido amplo. Isto não significa que qualquer assunto possa ser tratado por qualquer lei, já que algumas matérias são reservadas as leis no sentido restrito (princípio da reserva legal), ou seja, que tenham se submetido a um processo legislativo.

4) errado – a lei é um ato complexo, contando com a participação dos poderes Legislativo e Executivo, de efeito genérico e abstrato.

5) errado – o veto não deve ser considerado definitivo já que seus motivos serão examinados pelo Congresso Nacional, que poderá derrubá-los (art. 66, § 4º).

28. (CESPE – PROCURADOR/INSS – 96) Em relação à atividade legislativa regulada no texto constitucional vigente, julgue os itens que se seguem.
    1. A discussão e a votação de um projeto de lei podem ser atribuídos às Comissões das Casas Legislativas, nos termos dos respectivos Regimentos Internos. Portanto, uma lei pode ser promulgada sem que tenha havido qualquer deliberação do Plenário da Câmara dos Deputados e/ou do Senado Federal.
    2. A disciplina normativa relativa à elaboração, à redação, à alteração e à consolidação das leis deve ser veiculada em lei complementar.
    3. Ao contrário do que ocorre com um projeto de lei, a matéria constante de emenda constitucional rejeitada nunca poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
    4. Às Comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal é atribuída, constitucionalmente, a iniciativa de proposição de leis ordinárias e complementares, competência essa não atribuída às Mesas das mesmas Casas Legislativas.
    5. Na hipótese de o veto presidencial não ser mantido pelo Congresso Nacional, a competência para a promulgação da lei será privativa do Presidente do Senado.

↳*Resposta:*

1) correto – de acordo com o art. 58, § 2º, inciso I, da CF. Por vezes a Constituição exige o exame do projeto de lei pelo plenário das Casas congressual, como por exemplo o projeto de lei de conversão de medida provisória (CF, art. 62, § 9º).

2) correto – conforme determina a CF, no art. 59, parágrafo único.

3) correto – por força da aplicação do princípio da irrepetibilidade, o art. 67, da CF, autoriza que maioria dos membros do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados proponha um novo projeto sobre matéria de projeto rejeitado naquela sessão legislativa. Trata-se, portanto de uma proibição superável. Considerando o projeto de emenda constitucional, a proibição é insuperável (art. 60, § 5º, CF).

4) correto – de acordo com a CF, art. 61, "caput".

5) errado – a CF determina, nos termos do art. 66, § 7º, a competência concorrente: se o presidente da República não promulgar em 48 horas, abre-se oportunidade ao presidente do Senado Federal por igual prazo. Finalmente, no silêncio de ambos, fica autorizado ao vice-presidente do Senado Federal promulgar.

29. (ESAF – AGU – 96) Assinale a assertiva correta:
    a) No modelo constitucional de 1988, todas as leis devem ser aprovadas pela maioria dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
    b) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a medida provisória não conhece limite de caráter material, podendo inclusive conter definição de crimes e cominação de penas.
    c) A resolução do Congresso Nacional que susta os atos normativos do Executivo exorbitantes do poder regulamentar não é suscetível de revisão no âmbito judicial.
    d) É lei complementar toda aquela votada como tal pelo Congresso Nacional.
    e) Em se tratando de suspensão de execução de lei ou ato normativo declarado inconstitucional, incidentalmente, pelo Supremo Tribunal, o Senado Federal não está obrigado a proceder à imediata suspensão do ato.

↳*Resposta:*

a) errado – as leis complementares devem ser aprovadas pela maioria absoluta em um turno de discussão e votação em cada (arts. 65 e 69); as leis ordinárias devem ser aprovadas pela maioria relativa ou simples em um turno de discussão e votação em cada Casa (arts. 47 e 65); e as leis delegadas podem ser aprovadas pela maioria relativa ou simples em um só turno de discussão e votação no CN (arts. 47 e 68, § 3º).

b) errado – a medida provisória encontra limites quanto ao assunto a ser regulamentado, conforme os arts. 62, § 1º, incisos e 246, da CF. Entre essas proibições, se encontra a definição de crime e fixação de pena (CF, art. 62, § 1º, inciso I, alínea b).

c) errado – o Congresso Nacional não susta os atos normativos do Executivo exorbitantes do poder regulamentar por resolução legislativa, mas por decreto legislativo previsto nos arts. 49, inciso V e 59, inciso VI. Este decreto legislativo está sujeito ao controle judicial seja por ter sido elaborado por quem não tinha competência ou sem respeitar os limites definidos na resolução (CF, art. 68, § 2º), seja porque sustou o ato do Executivo sem que este tenha ultrapassado os limites do poder regulamentar.

d) errado – o Congresso pode votar uma lei com aspecto de lei complementar, mas com força de lei ordinária, caso se trate de assunto próprio de lei ordinária.

e) correto – a CF, no art. 52, inciso X, autoriza, mas a princípio não obriga, o Senado elaborar resolução suspensiva, para assegurar a todos o efeito "erga omnes" de decisão de inconstitucionalidade incidental pelo STF. Apesar de existir controvérsia doutrinária, o STF reconheceu a possibilidade do Senado Federal não elaborar a resolução, conforme a decisão a seguir: "Não conhecimento quanto ao art. 8º, dada a invalidade do dispositivo, declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal, em processo de controle difuso (RE 146.733), e cujos efeitos foram suspensos pelo Senado Federal, por meio da Resolução 11/1995. Procedência da arguição de inconstitucionalidade do

*art. 9º, por incompatibilidade com os arts. 195 da Constituição e 56 do ADCT/1988, que, não obstante já declarada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 150.764, 16-12-1992, Min. Marco Aurélio (*DJ *de 2-4-1993), teve o processo de suspensão do dispositivo arquivado, no Senado Federal, que, assim, negou-se a emprestar efeitos* erga omnes *à decisão proferida na via difusa do controle de normas." (ADI 15, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, julgamento em 14-6-2007, Plenário,* DJ *de 31-8-2007.)*

30. (CESPE – ANALISTA JUDICIÁRIO STM – 99) Acerca do processo legislativo, assinale a opção incorreta.
    1. As leis complementares são requeridas quando há expressa indicação da Constituição da República e são aprovadas por maioria absoluta.
    2. O veto por inconstitucionalidade parcial da lei é admitido; porém, ao contrário da declaração judicial de inconstitucionalidade, somente pode abranger texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.
    3. As medidas provisórias não podem ser utilizadas para regulamentar as emendas constitucionais que operaram as chamadas reformas administrativa e previdenciária.
    4. A criação de cargos, funções ou empregos públicos é matéria sob reserva de lei de iniciativa privativa do Presidente da República; este modelo, por força do federalismo, deve ser seguido pelos estados e municípios, adequando-se a iniciativa, conforme o caso, ao governador ou ao prefeito.
    5. Posto que é rígida a Constituição da República, a aprovação de emendas constitucionais requer especial procedimento, sendo necessárias a discussão da proposta em dois turnos, em cada casa do Congresso Nacional, e a aprovação, mediante voto, de, pelo menos, dois terços dos respectivos membros.

↳*Resposta:*

a) correto – de acordo com o art. 69, da CF.

b) correto – conforme determina o art. 66, § 2º, da CF. Atenção à interpretação que o STF dá a esta norma constitucional, pois afirma a possibilidade de suspensão de todo o "caput".

c) correto – a CF determina no art. 246, que as normas constitucionais alteradas por emendas entre os períodos de 01.01.95 e 11.09.01, inclusive, não poderão ser regulamentadas por medida provisória. É o caso da reforma administrativa (EC 19, de 04.06.98) e da reforma previdenciária (EC 20, de 15.12.98).

d) correto – pelo princípio da simetria obrigatória, deve ser realizada a adequação da norma constitucional prevista no art. 61, § 1º, inciso II, alínea a, nas demais esferas, no que couber. Como exemplo, a decisão do STF a seguir: "Observância do princípio da simetria. ADI julgada procedente. É da iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo lei de criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração, bem como que disponha sobre regime jurídico e provimento de cargos dos servidores públicos. Afronta, na espécie, ao

disposto no art. 61, § 1º, II, a e c, da Constituição de 1988, o qual se aplica aos Estados-membros, em razão do princípio da simetria." (ADI 2.192, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, julgamento em 4-6-2008, Plenário, DJE de 20-6-2008.)

e) errado – de acordo com o art. 60, § 2º, a limitação procedimental ao poder de reforma impõe a necessidade de aprovação do projeto de emenda constitucional por três quintos dos membros de cada Casa, duas vezes em cada uma delas.

31. (CESPE – PROCURADOR INSS – 99) Em relação ao Poder Legislativo, julgue os itens que se seguem.
    1. Os órgãos diretivos do Poder Legislativo brasileiro, que é bicameral em todas as esferas de governo, são as respectivas mesas, nas quais devem estar presentes, tanto quanto possível, todas as representações políticas de partidos e blocos parlamentares participantes da Casa.
    2. O Senado Federal possui oitenta e um membros, de maneira que as decisões do seu plenário são tomadas validamente, como regra geral, com a presença mínima de quarenta e um senadores, sendo que, nesses casos, as deliberações precisam apenas de maioria simples dos presentes.
    3. As Assembleias Legislativas têm legitimidade constitucional para, individualmente, propor emenda à Constituição da República, desde que na Assembleia proponente a proposta haja contado com três quintos dos votos dos respectivos deputados estaduais.
    4. Considere a seguinte situação hipotética: O Presidente da República remeteu ao Congresso Nacional projeto de lei dispondo quanto ao provimento e à remuneração de cargos de militares das forças armadas, matéria que é de sua iniciativa privativa. Durante a discussão do projeto, um deputado federal apresentou emenda para a elevação do soldo desses servidores. O projeto foi aprovado nas comissões e em plenário, juntamente com a emenda. Igualmente aconteceu a aprovação no Senado Federal, e o projeto foi enviado à sanção do Chefe do Poder Executivo. Na situação descrita, deve o Presidente da República vetar a elevação do soldo dos servidores, por ser inconstitucional.
    5. Considere a seguinte situação hipotética: César é uma pessoa física, não servidor público, que, temporariamente, se ofereceu para manter sob sua guarda recursos públicos da representação de um órgão federal em uma distante cidade do interior do país. Algum tempo depois disso, surgiu a suspeita de que aquele cidadão ter-se-ia apropriado de parte dos recursos, o que gerou a formulação de comunicação ao Tribunal de Contas da União. Este órgão administrativo determinou a realização de tomada de contas especial (TCE) relativamente ao referido cidadão, que, insatisfeito, impetrou mandado de segurança contra a TCE, alegando que não estava obrigado a prestar contas por ser pessoa física e, ademais, por não ser servidor público. Nessas condições, o mandado de segurança deve ser indeferido, pois conflita com as disposições constitucionais incidentes.

↳Resposta:

1) errado – o bicameralismo só se apresenta no Legislativo federal (CF, art. 44). Nas demais esferas (estadual, distrital e municipal), os Legislativos são unicamerais. Por outro lado, na constituição das Mesas e de cada Comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa (CF, art. 58, § 1º).

2) correto – de acordo com o art. 46, da CF, cada Estado e o Distrito Federal deverão eleger três senadores, o que significa que atualmente, somarão 81 senadores. As leis que compõem o ordenamento jurídico brasileiro são, em sua maioria, leis ordinárias (art. 59, inciso III) e a sua aprovação depende de maioria simples ou relativa, conforme o art. 47, da CF.

3) errado – de acordo com o art. 60, inciso III, a Constituição poderá ser emendada mediante proposta de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

4) correto – a CF determina, no art. 61, § 1º, inciso II, alínea f, que é de iniciativa do presidente da República as leis que disponham sobre militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva (incluída pela Emenda Constitucional nº. 18, de 1998). Por outro lado, a CF proíbe que parlamentares aumentem despesas em projetos de lei de iniciativa exclusiva do presidente da República, exceto quando se tratar de projeto de lei de orçamento anual e ou de diretrizes orçamentárias (CF, art. 63, inciso I). Portanto, o presidente da República deverá vetar aquele projeto que sofreu emenda parlamentares aumentando despesas.

5) correto – conforme determinado no art. 70, parágrafo único, da CF, prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária. Pelo princípio da simetria, nos termos do art. 75, aquela norma se aplica no que couber, à organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios.

32. (ESAF – AFRF – 2002) Assinale a opção correta.
    a) Uma lei ordinária que disponha sobre assunto que a Constituição reserva à lei complementar deve ser considerada inconstitucional.
    b) Uma lei complementar que dispõe sobre assunto que a Constituição não reserva à lei complementar é, segundo a doutrina pacífica, inválida e insuscetível de produzir efeitos jurídicos.
    c) O legislador é livre para regular por meio de lei complementar qualquer assunto que considere de especial relevância.
    d) Enquanto não for votada pelo Congresso Nacional, é válida a medida provisória que regula matéria reservada à lei complementar.
    e) Toda lei complementar é hierarquicamente superior a qualquer lei ordinária, o que não impede que a lei ordinária posterior à lei complementar possa revogá-la.

↳Resposta:

a) correto – por força do princípio da reserva legal, quando a CF determina expressamente que determinado assunto deve ser regulamentado por lei complementar, é porque só se admite o seu tratamento por esta espécie de lei ou por emenda constitucional. Caso contrário haverá inconstitucionalidade formal, ou seja, o procedimento legislativo estará em contrariedade ao determinado pela Constituição.

b) errado – nada impede que lei complementar venha a dispor sobre matéria própria de lei ordinária, sendo cabível a sua revogação por esta.

c) errado – alguns assuntos são reservados a espécies normativas específicas, tais como aqueles previstos nos incisos do art. 59, da CF, ou do art. 62, § 11, da CF, que são próprios de decreto legislativo (CF, art. 59, inciso VI). Ou os assuntos previstos nos arts. 51, 52 e 68, § 2º, todos da CF, que são próprios de resoluções legislativas (CF, art. 59, inciso VII). Não sendo possível sua regulamentação por meio de outra espécie legislativa, nem mesmo por lei complementar, salvo por emenda constitucional.

d) errado – a CF não autoriza a medida provisória tratar de assunto reservado à lei complementar (art. 62§ 1º, inciso III, da CF).

e) errado – de acordo com a doutrina brasileira majoritária não há hierarquia entre as normas infraconstitucionais primárias, mas uma mera repartição de competências. Por outro lado, uma lei complementar materialmente ordinária pode ser revogada por lei ordinária.

33. (ESAF – AFRF – 2002) A respeito da iniciativa das leis, assinale a pessoa, órgão ou entidade à qual a Constituição não confere legitimidade para dar início ao processo legislativo federal.
    a) um Senador isoladamente
    b) uma Comissão da Câmara dos Deputados
    c) o Superior Tribunal de Justiça
    d) o Supremo Tribunal Federal
    e) o Governador de um Estado-membro

↳Resposta:

a) correto – o Senador tem iniciativa para propor projeto de lei, de acordo com o at. 61, "caput".

b) correto – a comissão da Câmara dos Deputados tem iniciativa para propor projeto de lei, de acordo com o at. 61, "caput".

c) correto – Tribunais Superiores, inclusive o Superior Tribunal de Justiça, têm iniciativa para propor projeto de lei, de acordo com o at. 61, "caput".

d) correto – o Supremo tribunal Federal tem iniciativa para propor projeto de lei, de acordo com o at. 61, "caput".

e) errado – o governador do Estado-membro não tem iniciativa para propor projeto de lei, de acordo com o at. 61, "caput".

34. (ESAF – AFRF – 2002) Assinale a opção correta.
    a) O membro do Congresso Nacional tem legitimidade para, mesmo que sozinho, apresentar proposta de emenda à Constituição.
    b) Se uma proposta de emenda for rejeitada, não poderá ser reapresentada na mesma legislatura.
    c) Deve ser tida como inconstitucional uma proposta de emenda à Constituição que proíba o voto do analfabeto.
    d) Somente por meio de emenda à Constituição, a União pode instituir imposto incidente sobre renda de Estado-membro ou de Município.
    e) O Supremo Tribunal Federal não pode declarar a inconstitucionalidade de emenda à Constituição já promulgada.

↳*Resposta:*

a) errado – de acordo com o art. 60, inciso I, a iniciativa de emenda constitucional pode ser proposta por 1/3 dos deputados federais ou 1/3 dos senadores, mas não pode ser proposta por um congressista isoladamente.

b) errado – a matéria de uma PEC rejeitada ou tida por prejudicada pode ser objeto de nova PEC na mesma legislatura (art. 44, parágrafo único), mas não pode na mesma sessão legislativa em que foi rejeitada ou tida por prejudicada (art. 60, § 5º). Esta proibição é insuperável, diversamente do que ocorre com a matéria de projeto de lei complementar ou ordinária, cuja proibição é superável (art. 67).

c) correto – há inconstitucionalidade material, pois o direito de votar é "cláusula pétrea" expressamente prevista na CF, de acordo com o art. 60, § 4º, inciso II.

d) errado – é proibido à União instituir imposto sobre renda de Estado ou Município, tratando-se de "cláusula pétrea" expressa, por ofensa ao princípio federativo (art. 150, inciso VI, alínea a, e art. 60, § 4º, inciso I).

e) errado – as emendas constitucionais podem ser objeto de controle porque são frutos do poder constituinte derivado reformador, sujeito às limitações materiais, procedimentais e circunstanciais.

35. (ESAF – AFRF – 2002) A respeito de uma lei da iniciativa privativa do Presidente da República, assinale a opção correta.
    a) Se o Presidente da República estiver obrigado a apresentar o projeto de lei da sua iniciativa exclusiva, e não o fizer tempestivamente, o projeto poderá ser apresentado por qualquer comissão do Congresso Nacional.
    b) Se o Presidente da República estiver obrigado a apresentar o projeto de lei da sua iniciativa exclusiva, e não o fizer tempestivamente, o Supremo Tribunal Federal poderá legislar sobre o assunto, se provocado por meio de mandado de injunção.
    c) Projeto de lei da iniciativa privativa do Presidente da República não pode sofrer emenda no âmbito do Congresso Nacional.
    d) É inconstitucional o projeto de lei apresentado por membros do Congresso Nacional sobre matéria que o constituinte diz pertencer ao âmbito da iniciativa privativa do Presidente da República.

e) O Presidente da República tem iniciativa privativa de leis que versem matéria relacionada com tributos.

↳*Resposta:*

a) errado – quando se trata de iniciativa exclusiva, significa que é indelegável e, portanto, só pode ser proposta por determinado legitimado. Se a iniciativa é exclusiva do presidente da República, e outro vier a exercê-la, estará provocando uma inconstitucionalidade formal e nem a sanção presidencial poderá superar este vício.

b) errado – de acordo com o STF, a procedência de um mandado de injunção (art. 5º, inciso LXXI, da CF) não autoriza ao Tribunal legislar sobre a matéria, mas tendo o STF admitido a teoria concretista, poderá assegurar o direito reclamado naquele caso concreto.

c) errado – de acordo com o art. 63, inciso I, da CF, o projeto de lei de iniciativa do presidente da República pode sofrer emendas parlamentares, desde que não seja para aumentar despesas, exceto quando se tratar de lei de orçamento anual ou lei de diretrizes orçamentárias (art. 166, §§ 3º e 4º, da CF).

d) correto – há inconstitucionalidade formal, já que a CF entrega com exclusividade ao presidente da República a iniciativa de determinadas matérias.

e) errado – só é de iniciativa privativa do presidente da República as leis que versem sobre matéria tributária nos territórios federais, caso venham a ser criados por lei complementar federal (arts. 18, § 2º e 61, § 1º, inciso II, alínea b, da CF).

36. (ESAF – AFC – 2002) Assinale a opção correta.
    a) Uma constituição que não prevê procedimento de reforma do seu texto é denominada constituição rígida.
    b) Uma proposta de emenda à Constituição rejeitada no Congresso Nacional somente pode ser reapresentada para deliberação em outra legislatura.
    c) Por expressa determinação constitucional, admite-se que proposta de emenda à Constituição seja apresentada no Congresso Nacional por iniciativa popular.
    d) A proposta de emenda à Constituição aprovada na Câmara dos Deputados, mas rejeitada no Senado Federal, pode ser promulgada se a Câmara, em novo escrutínio, mantiver o texto inicial.
    e) Tanto a proposta de emenda à Constituição como a própria emenda à Constituição podem ser declaradas inconstitucionais pelo Judiciário.

↳*Resposta:*

a) errado – ao contrário, a rigidez constitucional decorre da existência de limitações procedimentais ao exercício do poder de reforma. Uma constituição que não prevê procedimento de reforma do seu texto é denominada constituição flexível.

b) errado – a matéria de uma PEC rejeitada ou tida por prejudicada pode ser objeto de nova PEC na mesma legislatura (art. 44, parágrafo único), mas não pode na mesma sessão legislativa em que foi

rejeitada ou tida por prejudicada (art. 60, § 5º). Esta proibição é insuperável, diversamente do que ocorre com a matéria de projeto de lei complementar ou ordinária, cuja proibição é superável (art. 67).
c) errado – só tem iniciativa para a propositura de PEC aqueles previstos nos incisos I a III, do art. 60, da CF, e entre eles não se encontra a iniciativa popular.
d) errado – se uma das Casas congressuais rejeitar a PEC, esta será arquivada naquilo que foi rejeitado, aplicando-se o princípio da irrepetibilidade, previsto no art. 60, § 5º, da CF.
e) correto – a PEC pode ser declarada inconstitucional pelo STF em controle incidental quando do exame de mandado de segurança (art. 5º, inciso LXIX) proposto por parlamentar para assegurar o seu direito liquido e certo de só participar do devido processo legislativo. Por outro lado uma EC pode ser objeto de controle abstrato ou concreto.

(UnB/CESPE – Fiscal de Tributos Municipais/Maceió – 2003) A respeito da organização do Estado brasileiro, julgue o item a seguir.

37. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende apenas a União, os estados e os municípios, todos autônomos nos termos da Constituição da República.

↳*Resposta:*
errado – de acordo com o art. 18, "caput", a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos nos termos da CF.

(UnB/CESPE – Fiscal de Tributos Municipais/Maceió – 2003) Quanto ao poder legislativo, julgue o item seguinte.

38. O poder legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que é composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. A Câmara dos Deputados é composta de representantes dos estados e do Distrito Federal, eleitos pelo sistema proporcional; o Senado Federal é composto de representantes do povo, eleitos segundo o princípio majoritário.

↳*Resposta:*
errado – a Câmara dos Deputados é composta de representantes do povo, eleitos pelo sistema proporcional (CF, art. 45) e o Senado Federal é composto de representantes dos estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário (CF, art. 46).

(UnB/CESPE – Fiscal de Tributos Municipais/Maceió – 2003) No que se refere às competências do Congresso Nacional, julgue o item subsequente.

39. Cabe ao Congresso Nacional sustar os atos normativos do poder executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

↳*Resposta:*
correto – de acordo com o art. 49, inciso V, da CF, a sustação ocorrerá através de decreto legislativo (CF, art. 59, inciso VI).

(UnB/CESPE – Fiscal de Tributos Municipais/Maceió – 2003) Com relação às competências da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, julgue o seguinte item.

40. Compete à Câmara dos Deputados processar e ao Senado Federal julgar o presidente e o vice-presidente da República nos crimes de responsabilidade.

↳*Resposta:*

errado – a Constituição determina no art. 51, inciso I, que compete privativamente à Câmara dos Deputados autorizar o processo e julgamento e no art. 52, inciso I, que ao Senado Federal compete privativamente processar e julgar o presidente e vice-presidente da República por crime de responsabilidade política.

(UnB/CESPE – Fiscal de Tributos Municipais/Maceió – 2003) No que concerne à fiscalização contábil, financeira e orçamentária, julgue o item abaixo.

41. Compete ao Tribunal de Contas da União, no âmbito da União, e aos Tribunais de Contas Estaduais, no âmbito dos estados, a titularidade e o exercício do controle externo da administração pública.

↳*Resposta:*

errado – a titularidade e o exercício do controle externo da administração pública pertence ao respectivo Legislativo auxiliado pelo Tribunal de Contas.

42. (ESAF – Oficial de Chancelaria/MRE – 2002) Assinale a opção correta.
    a) As leis complementares estão submetidas ao mesmo *quorum* especial de votação exigido para as emendas à Constituição.
    b) Medida provisória pode dispor sobre assunto próprio de lei complementar.
    c) Em certos casos, também o Supremo Tribunal Federal e os Tribunais Superiores podem apresentar projetos de lei à Câmara dos Deputados.
    d) Projeto de lei incluído no âmbito da iniciativa privativa do Presidente da República pode ser apresentado no Congresso Nacional apenas pelo próprio Presidente da República ou, na inércia do Presidente da República, por um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
    e) Não sofre de inconstitucionalidade a lei ordinária que dispõe sobre assunto cuja regulação é prevista pelo constituinte como de regulação própria por meio de lei complementar.

↳*Resposta:*

a) errado – enquanto as emendas constitucionais dependem da aprovação mínima de 3/5 dos membros de cada uma das Casas congressuais (CF, art. 60, § 2º), as leis complementares necessitam da maioria absoluta de seus membros (CF, art. 69).

b) errado – a CF, no art. 62, § 1º, inciso III, proíbe expressamente a medida provisória dispor sobre matéria reservada à lei complementar.

c) correto – de acordo com o art. 64, "caput", da CF.

d) errado – se o projeto é de iniciativa privativa do presidente da República, só cabe a ele oferecê-la ao Congresso Nacional, sob pena de inconstitucionalidade formal de futura lei por vício de iniciativa.
e) errado – trata-se de inconstitucionalidade formal, por ofensa ao princípio da reserva legal.

43. (UnB/CESPE – AGU – 2002) Acerca das atribuições do Poder Legislativo e do processo legislativo, julgue os itens subsequentes.
    1. Cabe ao Senado Federal processar e julgar, nos crimes de responsabilidade, o presidente da República, o vice-presidente da República, os ministros do STF, o procurador-geral da República e o advogado-geral da União, bem como, em qualquer situação, os ministros de Estado.
    2. Compete ao Congresso Nacional a tomada de contas do presidente da República, quando estas não forem apresentadas dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.
    3. São competentes para propor emenda à Constituição da República o presidente da República, o vice-presidente da República, os governadores de estado e um terço dos membros do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados.
    4. A Constituição da República não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.
    5. É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa à organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, bem como sobre matéria relativa a direito penal, processual penal e civil, sendo permitida, dentro de certas condições, em relação à instituição e à majoração de impostos.

↳*Resposta:*
1) errado – de acordo com o art. 52, inciso I, da CF, cabe ao Senado Federal processar e julgar, nos crimes de responsabilidade, o presidente da República, o vice-presidente da República, e com o art. 52, inciso II, os ministros do STF, o procurador-geral da República e o advogado-geral da União. Por outro lado, o crime de responsabilidade política cometido pelos ministros de Estado será julgado pelo Senado Federal se conexo ao crime cometido pelo presidente ou vice-presidente da República, caso contrário será processado e julgado pelo Supremo Tribunal Federal (CF, art. 52, inciso I, e art. 102, inciso I, alínea c).
2) errado – conforme dispõe a CF, no art. 51, inciso II, trata-se de competência privativa da Câmara dos Deputados.
3) errado – a iniciativa para a propositura de PEC está prevista no art. 60, incisos I a III, da CF, e não inclui o vice-presidente da República ou os governadores dos Estados-membros.
4) correto – nos termos da CF, art. 60, § 1º, tratando-se de limitação circunstancial.
5) correto – de acordo com o art. 62, § 1º, inciso I, alíneas b e c, e o art. 62, § 2º, da CF.

44. (ESAF – AFRF – 2003) Assinale a opção correta.
    a) Projetos de lei da iniciativa do Presidente da República não podem ser objeto de emenda parlamentar.

b) Somente por projeto de iniciativa do Presidente da República é possível ao Congresso Nacional deliberar sobre assunto relacionado a direito tributário.
c) O decreto legislativo somente tem vigência e eficácia depois de sancionado pelo Presidente da República.
d) O regime de medidas provisórias, por ser uma exceção ao princípio da divisão de poderes, não pode ser adotado nos Estados membros, por falta de explícita previsão constitucional para tanto.
e) Na apreciação de projeto de lei delegada pelo Congresso Nacional, não se admitem emendas parlamentares.

↳*Resposta:*

a) errado – de acordo com o art. 63, inciso I, da CF, o projeto de lei de iniciativa do presidente da República pode sofrer emendas parlamentares, desde que não seja para aumentar despesas, exceto quando se tratar de lei de orçamento anual ou lei de diretrizes orçamentárias (art. 166, §§ 3º e 4º).
b) errado – só é de iniciativa privativa do presidente da República as leis que versem sobre matéria tributária nos territórios federais, caso venham a ser criados por lei complementar federal (CF, arts. 18, § 2º e 61, § 1º, inciso II, alínea b).
c) errado – decreto legislativo (CF, art. 59, inciso VI) não se submete à sanção ou veto do chefe do Executivo. É interessante lembrar que apenas as leis complementares e ordinárias sofrem exame pelo chefe do Executivo através de sanção ou veto (CF, art. 66, §§ 1º ao 4º e 6º).
d) errado – assim como o presidente da República, o chefe do Executivo estadual, distrital ou municipal, tem competência implícita para editar medida provisória, no exercício de uma função atípica, desde que presente na respectiva lei de organização (Constituição Estadual, Lei Orgânica Distrital ou Lei Orgânica Municipal).
e) correto – conforme a CF, no art. 68, § 3º.

45. (UnB/CESPE – AGU – 2004) No que diz respeito à organização e às atribuições do Poder Legislativo e ao processo legislativo, julgue os itens seguintes.
    1. O Congresso Nacional não entrará em recesso caso o projeto de lei de diretrizes orçamentárias não seja aprovado até o último dia do primeiro semestre do ano.
    2. No processo legislativo do projeto de lei do orçamento anual, somente após o início da votação do projeto no plenário do Congresso Nacional é que não poderá mais o presidente da República encaminhar mensagem propondo modificações no conteúdo dessa proposição.

↳*Resposta:*

1) errado – este item foi considerado correto pela banca porque o art. 57, "caput", "a contrario sensu", previa o fim do primeiro período legislativo no dia 30/06. Mas, com o advento da EC nº. 45, promulgada e publicada em dezembro de 2004, o fim deste primeiro período foi adiado para o dia 17/07. Portanto, ultrapassa o primeiro semestre. Cabe lembrar ainda que, de acordo com a CF, art. 57, § 2º, este

primeiro período da sessão legislativa não se encerra até que seja aprovada a lei de diretrizes orçamentárias.

2) errado – de acordo com o art. 166, § 5º, da CF, o presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação no projeto de lei do orçamento anual enquanto não iniciada a votação, na Comissão mista, da parte cuja alteração é proposta.

46. (UnB/CESPE – TCU – 2004) Com referência à organização e ao funcionamento do Poder Legislativo Federal, julgue os itens seguintes.
    1. O processo de elaboração de leis no sistema bicameral impõe que o projeto aprovado por uma casa seja submetido à outra casa tantas vezes quantas forem as emendas que cada qual introduzir, de modo a garantir iguais poderes ao Senado e à Câmara dos Deputados.
    2. Um projeto de lei aprovado e remetido ao presidente da República pode ser vetado no prazo fatal de quinze dias úteis; o veto, por sua vez, será apreciado em sessão conjunta e pode ser rejeitado, caso em que o próprio Congresso Nacional promulga a lei.
    3. A votação das medidas provisórias sempre se inicia na Câmara dos Deputados.
    4. Compete ao Congresso Nacional fixar o subsídio do presidente da República, bem como proceder à tomada de suas contas quando não apresentadas no prazo legal.
    5. Somente haverá necessidade de autorização da casa respectiva para processar parlamentar federal, quando se tratar de crime cometido depois da diplomação.
    6. Não se confundem os conceitos de sessão legislativa e legislatura; aquela é anual, esta tem duração de quatro anos.
    7. O STF já decidiu sobre a extensão dos poderes investigatórios das comissões parlamentares de inquérito, reconhecendo-se-lhes possibilidade de determinar quebra de sigilo telefônico, fiscal e bancário.
    8. Cabe a uma comissão permanente formada por deputados e senadores a apreciação das contas prestadas pelo presidente da República.

↳*Resposta:*

1) errado – assim como a Casa Iniciadora, a Casa Revisora só poderá emendar o projeto uma única vez, de maneira que ao alterar o projeto, este retornará à Casa Iniciadora que apreciará as emendas promovidas pela Casa Revisora e aprovando-as ou não, enviará o projeto à sanção ou veto ou, se for o caso, diretamente à promulgação (CF, arts. 65 e 66, "caput").

2) errado – se o veto for derrubado, o presidente da República poderá promulgar a lei em 48 horas. Caso não o faça, a Constituição autoriza o presidente do Senado Federal a fazê-lo. Caso contrário será aberta a oportunidade ao vice-presidente do Senado Federal (CF, art. 66, § 7º). Trata-se de competência concorrente.

3) correto – de acordo com o art. 62, § 8º, da CF.

4) errado – é competência exclusiva do Congresso Nacional fixar o subsídio do presidente da República (CF, art. 49, inciso VIII), através de um decreto legislativo (CF, art. 59, inciso VI), mas compete à Câmara dos Deputados, privativamente, proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura

da sessão legislativa (CF, art. 51, inciso II), através de uma resolução legislativa (CF, art. 59, inciso VII).

5) errado – desde a promulgação da EC nº. 35, a Constituição dispensa a autorização da Casa a que pertence o parlamentar para que ele possa ser processado e julgado por crime comum.

6) correto – de acordo com o art. 57, "caput", e o art. 44, parágrafo único, da CF.

7) correto – apesar do STF ter reconhecido estes poderes às CPIs (art. 58, § 3º), a elas é vedado a violação de comunicação telefônica, de dados ou telegráfica (art. 5º, inciso XII).

8) errado – de acordo com o art. 49, inciso IX, da CF, ao Congresso Nacional, através de um decreto legislativo (art. 59, inciso VI), julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo.

47. (ESAF – Procurador do Distrito Federal – 2004) Entre as opções abaixo, aponte a única assertiva compatível com o princípio da separação dos Poderes inscrito na Constituição Federal.
    a) Ao Poder Legislativo é conferida a atribuição para sustar os atos normativos do Poder Executivo, podendo inclusive, essa função fiscalizadora, recair sobre os decretos que não exorbitarem da função regulamentar.
    b) A Constituição de Estado-membro pode atribuir competência ao Governador para dispor, mediante decreto, sobre organização e funcionamento da administração estadual, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos, não havendo ilegalidade ou inconstitucionalidade se tal decreto revogar lei anterior em sentido contrário.
    c) Ao Poder Legislativo é facultado conceder mediante lei autorização genérica ao chefe do Poder Executivo para dispor, segundo o juízo de conveniência deste, dos bens móveis e imóveis da respectiva unidade da Federação, sem individualizar no texto legal os bens públicos objeto da autorização.
    d) Lei cujo projeto tenha sido de iniciativa parlamentar pode prever eleições diretas, com participação da comunidade escolar, para os cargos de direção das instituições públicas de ensino.
    e) O Poder Legislativo está autorizado a aprovar lei em cujos dispositivos se declarem nulas e de nenhuma eficácia, por serem inconstitucionais, outras leis de sua autoria.

↳*Resposta:*

a) errado – de acordo com a CF, no art. 49, inciso V, compete exclusivamente ao Congresso Nacional sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

b) correto – por força do princípio da simetria, aplica-se ao governador e prefeito, nas respectivas esferas, as regras previstas no art. 84, inciso VI, da CF. Trata-se de um decreto autônomo,portanto com força de lei, que pode ser federal, estadual, distrital ou municipal.

c) errado – de acordo com o art. 49, inciso XVII, é competência de o Congresso Nacional aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares. Essa aprovação ocorrerá através de decreto legislativo (art. 59, inciso VI).
d) errado – de acordo com o art. 206, inciso VI, da CF, o ensino será ministrado com base em alguns princípios, entre eles a gestão democrática do ensino público, na forma da lei. Mas, de acordo com o STF, é inconstitucional lei que estabeleça a realização de eleições para os cargos de direção dos estabelecimentos de ensino público. Não se confunde a qualificação de democrática da gestão do ensino público com modalidade de investidura, que há de coadunar-se com o princípio da livre escolha dos cargos em comissão do Executivo pelo Chefe desse Poder (artigos 37, inciso II, "in fine", e 84, incisos II e XXV, ambos da Constituição da República).
e) errado – após a criação de lei, pode o legislativo revogá-la, mas não declará-la nula por sua inconstitucionalidade, pois isto ficaria a cargo do Poder Judiciário.

48. (UNB/CESPE – PF – 2004) Considerando o Poder Legislativo e suas atribuições previstas na Constituição da República, julgue os itens seguintes.
    1. É vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo. Do mesmo modo, a matéria constante de proposta de emenda constitucional rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa. No entanto, a matéria constante de projeto de lei rejeitado poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, desde que haja proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das casas do Congresso Nacional.
    2. A imunidade de deputados ou de senadores não pode ser suspensa nem mesmo durante estado de sítio.
    3. Há identidade entre o significado prático de legislatura e o conceito teórico de sessão legislativa.

↳*Resposta:*
1) correto - de acordo com o art. 66, § 10, art. 60, § 5, e art. 67, todos da CF, respectivamente.
2) errado – o art. 53, § 8º, da CF, determina que as imunidades de Deputados ou Senadores subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto de dois terços dos membros da Casa respectiva, nos casos de atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional, que sejam incompatíveis com a execução da medida.(Incluído pela Emenda Constitucional nº. 35, de 2001).
3) errado – a legislatura compreende o período de 4 anos (CF, art. 44, § único), enquanto a sessão legislativa pode ser ordinária, compreendendo dois períodos (CF, art. 57, "caput"), ou extraordinária (CF, art. 57, § 1º).

49. (ESAF – AFC – 97) Sobre as leis delegadas, é correto afirmar que:
    a) não podem versar sobre direito penal.
    b) são feitas por delegação ao Presidente da República, que pode, ou não, tê-las solicitado.

c) podem, conforme a delegação, ser apreciadas, enquanto projeto, pelo Congresso Nacional, em votação única, vedada qualquer emenda.
d) devem ser elaboradas pelo Presidente da República, exclusivamente, e no prazo de 60 dias, permitida uma única prorrogação.
e) não podem ser modificadas por medidas provisórias.

↳*Resposta:*

a) errado – as medidas provisórias é que não podem versar sobre direito penal (art. 62, § 1º, inciso I, alínea b da CF), já as leis delegadas podem, desde que o assunto não esteja previsto entre os direitos individuais, como por exemplo, aquela hipótese prevista no art. 5º, inciso XXXIX, por força do art. 68, § 1º, inciso II, todos da CF.

b) errado – só será possível a elaboração de lei delegada a partir da autorização do Congresso por meio de uma resolução (art. 59, inciso VII e art. 68, § 2º, da CF) mediante solicitação do presidente da República (art. 68, "caput", da CF).

c) correto – conforme o disposto no art. 68, § 3º, da Constituição Federal.

d) errado – esta afirmação seria própria para medida provisória (art. 62, §§ 3º e 7º, da CF), e não para lei delegada. Ainda é necessário ressaltar que a medida provisória, assim como a lei delegada, pode ser elaborada por qualquer chefe do Executivo, desde que prevista essa hipótese na lei de organização da respectiva entidade federativa.

e) errado – se o assunto não for vedado à medida provisória, tal como um daqueles previstos no art. 62, § 1º e art. 246, da CF, nenhum problema haverá na alteração de lei delegada por meio de uma medida provisória.

50. (ESAF – AFRF – 2002) Sobre medida provisória é correto dizer.
a) Uma vez rejeitada pelo Congresso Nacional, nunca mais pode ser reeditada.
b) Ainda que a medida provisória seja rejeitada, as relações jurídicas que se formaram enquanto esteve em vigor continuarão, necessariamente, a ser regidas pelo disposto na mesma medida provisória.
c) A medida provisória não pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade.
d) Se não apreciada no prazo constitucional, a medida provisória é tida como tacitamente convertida em lei.
e) Medida provisória não pode ser editada para criar uma nova garantia para os membros do Judiciário.

↳*Resposta:*

a) errado – a matéria de medida provisória rejeitada ou que tenha perdido eficácia por decurso de prazo, neste caso se editada a partir da EC nº. 32 (EC nº. 32, art. 2º) poderá ser objeto de nova medida provisória em outra sessão legislativa (art. 62, § 10, da CF).

b) errado – as relações jurídicas que se formaram enquanto a medida provisória esteve em vigor só permanecerão válidas se o Congresso Nacional não elaborar um decreto legislativo desfazendo-os, em sessenta dias (art. 62, § 11, da CF).

c) errado – as medidas provisórias podem ser objeto de controle por ADIn tanto formal (se por exemplo faltarem os pressupostos de urgência e relevância) quanto material (como, por exemplo, desrespeitar aqueles assuntos à ela vedados previstos no art. 62, § 1º, inciso I, alíneas a à d, ou no art. 246, da CF).
d) errado – a Constituição brasileira atual não prevê a possibilidade de conversão tácita de medida provisória em lei. Se ultrapassado o prazo constitucionalmente estabelecido, será considerada a perda de sua eficácia e seus efeitos deverão ser desfeitos em 60 dias, por decreto legislativo (art. 62, § 3º e § 11, da CF).
e) correto – de acordo com o art. 62, § 1º, inciso I, alínea c, da CF.

51. (ESAF – AFRF – 2002) A medida provisória pode ser editada para:
    a) aumentar imposto.
    b) simplificar procedimentos regulados no Código de Processo Civil.
    c) tipificar certa conduta como crime.
    d) estabelecer hipóteses de perda da nacionalidade brasileira pelo brasileiro naturalizado.
    e) dispor sobre direito eleitoral.

↳*Resposta:*
a) correto – de acordo com o art. 62, § 2º, da CF.
b) errado – contraria a proibição prevista no art. 62, § 1º, inciso I, alínea b, da CF.
c) errado – esta matéria se encontra proibida à medida provisória nos termos do art. 62, § 1º, inciso I, alínea b, da CF.

Cabe ressaltar o posicionamento do STF quanto à possibilidade de uma medida provisória dispor sobre direito penal em benefício do réu: "Medida provisória: sua inadmissibilidade em matéria penal, extraída pela doutrina consensual da interpretação sistemática da Constituição, não compreende a de normas penais benéficas, assim, as que abolem crimes ou lhes restringem o alcance, extingam ou abrandem penas ou ampliam os casos de isenção de pena ou de extinção de punibilidade." (RE 254.818, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, julgamento em 8-11-2000, Plenário, DJ de 19-12-2002).

d) errado – haveria uma inconstitucionalidade material, por ofensa ao art. 62, § 1º, inciso I, alínea a, da CF.
e) errado – também seria caso de inconstitucionalidade material, nos termos do art. 62, § 1º, inciso I, alínea a, da CF.

52. (ESAF – AFC – 2002) Não cuida de assunto a ela vedado a medida provisória que:
    a) cria adicional por tempo de serviço para os servidores públicos federais.
    b) disciplina como os partidos políticos devem-se coligar para disputar eleições presidenciais.
    c) estabelece requisitos para a promoção de servidores públicos federais, de Procuradores da República e de Juízes Federais nas respectivas carreiras.
    d) agrava as penas para crimes cometidos contra a Administração Pública.
    e) modifica a lei orçamentária em vigor, para viabilizar o pagamento de vantagens pecuniárias a servidores públicos.

↳Resposta:

a) correto – não se encontra entre as proibições previstas nos arts. 62, § 1º e 246, da CF.

b) errado – encontra-se proibido no art. 62, § 1º, inciso I, alínea a, da CF.

c) errado – uma medida provisória não pode tratar da organização, carreira e garantias do Ministério Público (é o caso dos procuradores da República) e do Poder Judiciário (trata-se da situação relativa aos juízes federais), conforme o art. 62, § 1º, inciso I, alínea c, da CF.

d) errado – é vedado à medida provisória dispor sobre direito penal (art. 62, § 1º, inciso I, alínea b, da CF).

e) errado – encontra-se proibido no art. 62, § 1º, inciso I, alínea d, da CF medida provisória dispor sobre lei orçamentária.

53. (ESAF – AFRF – 2003) Assinale a opção em que consta matéria de regulação não vedada por meio de medida provisória.
    a) Aumento de alíquota de imposto.
    b) Matéria de Direito Penal relativa à criação de hipótese de extinção da punibilidade.
    c) Instituição de prazo mais dilatado para recursos em processos civis quando a parte for pessoa jurídica de direito público.
    d) Estabelecimento de causas de perda da nacionalidade brasileira.
    e) Organização do Ministério Público da União.

↳Resposta:

a) correto – há autorização constitucional expressa no art. 62, § 2º, em relação à medida provisória que disponha sobre o aumento de alíquota de imposto.

b) errado – haverá uma inconstitucionalidade material de medida provisória que disponha sobre extinção de punibilidade, conforme se depreende do art. 62, § 1º, inciso I, alínea b, da CF. Porem, o STF vem autorizando que medida provisória disponha sobre extinção de punibilidade (ver RE 254.818, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, julgamento em 8-11-2000, Plenário, DJ de 19-12-2002).

c) errado – é vedado à medida provisória tratar de matéria relativa a direito processual civil, de acordo com a leitura do art. 62, § 1º, inciso I, alínea b, da CF.

d) errado – é inconstitucional medida provisória que venha a dispor sobre nacionalidade (art. 62, § 1º, inciso I, alínea a, da CF).

e) errado - uma medida provisória não pode tratar da organização, carreira e garantias do Ministério Público, conforme o art. 62, § 1º, inciso I, alínea c, da CF.

54. (ESAF – AFRF – 2003) Sobre as medidas provisórias, assinale a opção correta.
    a) Nenhuma medida provisória pode ter vigência por prazo superior a 120 dias corridos.
    b) Se o Congresso Nacional não aprecia a medida provisória no prazo constitucional, ela perde eficácia desde a edição e o Congresso Nacional deverá editar lei, sujeita a sanção ou veto do Presidente da República, para disciplinar as relações jurídicas formadas durante a sua vigência.

c) A medida provisória que perdeu eficácia por decurso de prazo pode ser reeditada pelo Presidente da República, mas este não pode, em tempo algum, reeditar a medida provisória que foi rejeitada pelo Congresso Nacional.
d) Mesmo que rejeitada a medida provisória pelo Congresso Nacional, há caso em que as relações jurídicas decorrentes de atos praticados durante a sua vigência conservam-se regidas por essa mesma medida provisória.
e) De acordo com a atual disciplina constitucional do tema, uma medida provisória não pode revogar outra medida provisória que ainda esteja pendente de apreciação pelo Congresso Nacional.

↳*Resposta:*

a) errado – uma medida provisória editada em data anterior à promulgação da EC nº. 32, ou seja, antes de 11.09.01, assim como medida provisória pendente de sanção ou veto presidencial, terão suas vigências alargadas, conforme a EC nº. 32, art. 2º e a CF, no art. 62, § 12, respectivamente.

b) errado – será um decreto legislativo (art. 62, § 11, da CF) que deverá regular os efeitos de uma medida provisória rejeitada ou que tenha perdido a eficácia por decurso de prazo. Cabe ressaltar que apenas os projetos de lei complementar e de lei ordinária é que se sujeitam à sanção ou veto, devendo se entender que decreto legislativo não está sujeito ao exame do Executivo.

c) errado – é possível a reedição da medida provisória, desde que seja em sessão legislativa diversa daquela em que foi rejeitada ou que perdeu a eficácia por decurso de prazo (art. 62, § 10, da CF).

d) correto – as relações jurídicas decorrentes de atos praticados durante a vigência da medida provisória rejeitada permanecerão em vigor na hipótese de não ser elaborado o decreto legislativo no prazo de 60 dias (art. 62, § 11, da CF).

e) errado – a Constituição autoriza expressamente um caso de revogação de uma medida provisória por outra (EC nº. 32, art. 2º, da CF). Mas nada impede que, de forma geral, ainda que em outras hipóteses, uma medida provisória venha a revogar outra medida provisória. É importante lembrar que a revogação só se concretiza com a conversão da medida provisória revogadora em lei. Até então teremos apenas a suspensão da eficácia da medida provisória revogada.

55. (UnB/CESPE – Câmara dos Deputados – 2002) A Emenda Constitucional n.º 32, de 2001, modificou a sistemática de edição de medidas provisórias (MPs) e de apreciação dessas pelo Congresso Nacional. À luz dessa nova sistemática, julgue os itens que se seguem.
    1. O prazo total de vigência de uma MP, inclusive computando-se o período de sua prorrogação, não poderá ultrapassar 120 dias.
    2. Após o presidente da República vetar integralmente um projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional, não poderá ser editada MP a respeito da matéria disciplinada nesse projeto de lei, antes que o Congresso delibere, definitivamente, sobre o veto.
    3. Quando a matéria de que trata uma MP for reservada a lei complementar, essa medida provisória deverá ser aprovada pela maioria absoluta dos membros de cada uma das Casas do Congresso Nacional.

4. Se uma MP não for apreciada em até 45 dias, contados de sua publicação, ficarão sobrestadas, até que se conclua a votação da MP, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando.
5. Embora uma MP deva ser votada, separadamente, primeiro na Câmara dos Deputados e, depois, no Senado Federal, a fase preliminar de sua apreciação pelo Congresso compete a uma comissão mista de deputados e senadores.

↳*Resposta:*

1) errado – é possível que a vigência de uma medida provisória ultrapasse o prazo de 120 dias em três hipóteses:a) quando da suspensão do prazo por força do recesso do Congresso Nacional (art. 62, § 4º, da CF); b) quando da necessidade de sanção ou veto (art. 62, § 12, da CF); e c) quando a MP foi editada em data anterior à 11.09.01 (EC nº. 32, art. 2º).

2) errado – nada impede que o presidente da República edite nova MP sobre assunto previsto em projeto de lei de conversão de outra MP por ele vetada. Não poderá ser editada medida provisória sobre matéria já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República (art. 62, § 1º, inciso IV, da CF).

3) errado – é vedada a edição de medida provisória sobre matéria reservada a lei complementar, nos termos do art. 62, § 1º, inciso III, da CF.

4) correto – de acordo com a interpretação do art. 62, § 6º, da CF.

5) correto – nos termos expressamente definidos nos parágrafos 5º e 9º, do art. 62, da CF.

56. (UnB/CESPE – Analista de Apoio às Atividades Jurídicas – 2005) Considerando que um projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional foi enviado ao presidente da República, para que ele o sancionasse ou vetasse, julgue os itens seguintes.
    1. Se o presidente da República vetar o projeto, esse veto somente poderá ser rejeitado pela maioria absoluta dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
    2. Se o presidente não apreciar o projeto no prazo de quinze dias, seu silêncio importará veto tácito.

↳*Resposta:*

1) errado – de acordo com o art. 66, § 4º, da CF, o veto será apreciado em sessão conjunta, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores, em escrutínio secreto. É necessário observar que a sessão é conjunta, e não separada como se apresenta na afirmativa.

2) errado – o art. 66, § 3º, da CF, determina que ultrapassado o prazo de quinze dias úteis (por força do art. 66, § 1º, "a contrario sensu", ou seja, no sentido contrário), o silêncio do Presidente da República importará sanção tácita (e não veto tácito, porque este é sempre expresso).

57. (CESGRANRIO – INSS – 2005) Um deputado federal conseguiu aprovar no Congresso Nacional projeto de sua iniciativa concedendo determinados benefícios aos idosos, ainda não previstos na legislação em vigor. O projeto de lei foi encaminhado ao Presidente da República

para sanção e decorreram vinte dias sem qualquer solução. O silêncio do Presidente da República, no caso, importa em:

a) veto total.
b) veto parcial.
c) sanção expressa.
d) sanção tácita.
e) promulgação expressa.

↳*Resposta:*

A resposta correta é a opção d – o art. 66, § 3º, da CF, determina que ultrapassado o prazo de quinze dias úteis, o silêncio do Presidente da República importará sanção tácita. A banca entendeu que passados vinte dias (corridos), teria alcançado mais de quinze dias úteis, exigidos pela Constituição brasileira.

58. (UnB/CESPE – PGE/AM – 2004) A respeito da organização político-administrativa do Estado, da organização dos poderes, das funções essenciais à justiça e do controle de constitucionalidade, julgue os itens seguintes.
    1. A despeito de os estados-membros gozarem de autonomia, em virtude do princípio federativo, ela não é ilimitada. Uma dessas limitações manifesta-se na exigência de que o Poder Legislativo dos estados-membros seja necessariamente unicameral.
    2. Se um senador, no exercício de seu mandato, proferir discurso no Senado Federal, e esse pronunciamento contiver ofensas à honra de um cidadão, o parlamentar não poderá ser preso em flagrante por esse motivo; o fundamento jurídico dessa garantia é o fato de que os crimes contra a honra, no direito penal brasileiro, são afiançáveis, e a prisão de parlamentar federal somente pode ocorrer nos crimes inafiançáveis.
    3. As leis e os demais atos normativos municipais podem ser apreciados pelo STF, no controle de constitucionalidade.

↳*Resposta:*

1) correto – a autonomia do Estado-membro encontra-se expressamente prevista no art. 18, "caput", da CF , portanto, limitada pela vontade soberana da República Federativa do Brasil (art. 1º, inciso I, da CF). O único Legislativo que tem estrutura bicameral é o Congresso Nacional, os demais têm estrutura unicameral.

2) errado – o parlamentar é inviolável por suas opiniões, palavras e voto se proferidos na atividade parlamentar ou em razão dela (art. 53, "caput", da CF), o que significa dizer que não responde penal ou civilmente, podendo responder administrativamente (art. 55, § 2º, da CF), junto a Casa a que pertence por falta de decoro parlamentar (art. 55, inciso II, da CF), no caso, abuso das prerrogativas (art. 55, §1º, da CF).

Por outro lado, a prisão do parlamentar só pode ocorrer em caso de flagrante delito de crime inafiançável (art. 53, § 1º, da CF), desde que não protegido pela inviolabilidade prevista no art. 53, "caput", da CF.

3) correto – o Supremo Tribunal Federal pode examinar leis e atos normativos municipais em controle da constitucionalidade concreto através de recurso extraordinário (art. 102, inciso III, alínea c e § 3º, da CF), assim como em controle da constitucionalidade abstrato através da arguição de descumprimento de preceito fundamental (CF, art. 102, § 1º, e Lei 9882, art. 1º, parágrafo único).

59. (UnB/CESPE – AGU – 2004) Julgue os itens subsequentes com referência aos princípios constitucionais da administração pública, ao processo legislativo e aos crimes de responsabilidade do Presidente da República e dos Ministros de Estado.
    1. Após a aprovação do projeto de lei de conversão pelo Congresso Nacional e de seu envio à sanção presidencial, permanece em vigência a medida provisória (MP) correspondente, apenas pelo período que lhe reste do prazo de 120 dias contados da data de sua publicação; caso transcorra o período restante de vigência da MP antes da sanção do projeto de lei de conversão, ela será considerada revogada, cabendo ao Congresso Nacional, por decreto legislativo, disciplinar as relações jurídicas dela decorrentes.
    2. É de competência da Câmara dos Deputados autorizar a instauração de processo por crime de responsabilidade cometido pelo Presidente da República e a instauração de processo por crime de responsabilidade praticado por Ministro de Estado, sendo este último apenas no caso em que o crime praticado pelo Ministro seja conexo ao praticado pelo Presidente da República.

↳*Resposta:*

1) errado – se a medida provisória for integralmente convertida em lei de idêntico teor, a lei seguirá direto para a promulgação, mas se a conversão ocorrer em lei de teor diverso da MP, a lei irá a sanção ou veto presidencial. Nesta ultima hipótese, de acordo com o art. 62, § 12, da CF, a MP manter-se-á integralmente em vigor até que seja sancionado ou vetado o projeto de lei de conversão. Se vetado, deverão ser aplicadas as normas contidas no art. 62, §§ 3º e 11, da CF, ou seja, o Congresso Nacional deverá disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas produzidas durante a vigência da MP. Se não editado o decreto legislativo até sessenta dias após a rejeição ou perda de eficácia de medida provisória, as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante sua vigência conservar-se-ão por ela regidas.

2) correto – de acordo com o art. 51, inciso I, e art. 52, inciso I, da CF. Esses atos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal adquirirão a forma de Resolução (art. 59, inciso VII, da CF).

60. (CESGRANRIO – Secretaria de Estado da Administração, Recursos Humanos e Previdência – 2005) Considerando as atribuições do Presidente da República, é correto afirmar que a esse compete, privativamente:

I. celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;
II. manter relações com Estados estrangeiros;
III. autorizar referendo e convocar plebiscito;
IV. sancionar as leis.

Estão corretas as atribuições:

a) II e III, apenas.
b) I, II e III, apenas.
c) I, II e IV, apenas.
d) I, III e IV, apenas.
e) II, III e IV, apenas.

↳*Resposta:*

I – correto – de acordo com o art. 84, inciso VIII, da CF.

II – correto – de acordo com o art. 84, inciso VII, da CF.

III – errado – trata-se de competência exclusiva do Congresso Nacional (art. 49, XV, da CF), e toma a forma de decreto legislativo (art. 59, inciso VI, da CF).

IV – correto – de acordo com o art. 84, inciso IV, da CF.

§ *A resposta correta é a opção c.*

61. (CESGRANRIO – Secretaria de Estado da Administração, Recursos Humanos e Previdência – 2005) O Tribunal de Contas da União possui diversas atribuições inerentes à fiscalização contábil, financeira e orçamentária da União, as quais incluem a apreciação das contas prestadas pelo Presidente da República e a fiscalização da aplicação dos recursos repassados pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, tratando-se de órgão auxiliar do controle externo realizado pelo:

a) Poder Judiciário.
b) Poder Legislativo.
c) Poder Executivo.
d) Ministério Público.
e) Sistema de controle interno de cada Poder.

↳*Resposta:*

§ *A resposta correta é a opção b – de acordo com os arts. 70, "caput" e 71, "caput", da CF.*

62. (CESGRANRIO – Secretaria de Estado da Administração, Recursos Humanos e Previdência – 2005) O processo legislativo consiste em um conjunto de atos pré-ordenados visando à criação de normas de Direito, sendo incorreto afirmar que:

a) o veto parcial do Presidente da República somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.
b) a Constituição poderá ser emendada se obtiver, em cada Casa do Congresso Nacional e em dois turnos, votação correspondente a três quintos dos votos de seus respectivos membros.
c) a Constituição poderá ser emendada mediante proposta de um quinto, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

d) não se admite proposta de emenda à Constituição que objetive abolir a separação dos Poderes.
e) não se admite proposta de emenda à Constituição que objetive abolir a forma federativa de Estado.

↳*Resposta:*

a) correto – de acordo o art. 66, § 2º, da CF. Cabe lembrar que o STF tem admitido o veto parcial sobre todo o "caput".

b) correto – de acordo o art. 60, § 2º, da CF.

c) incorreto – a CF determina no art. 60, inciso I, da CF, que tem iniciativa para uma PEC no mínimo 1/3 dos deputados federais ou dos senadores.

d) correto – de acordo o art. 60, § 4º, inciso III, da CF.

e) correto – de acordo o art. 60, § 4º, inciso I, da CF.

63. (UnB/CESPE – DPF – 2004) Carlos, parlamentar federal em campanha para reeleição para seu terceiro mandato federal, durante um passeio por bairros habitados por seus eleitores, encontrou um adversário político também em campanha eleitoral, em busca de seu primeiro mandato federal. Indignado com a presença do concorrente em seu reduto eleitoral, Carlos o agrediu verbalmente, em público, tecendo comentários ofensivos em razão de sua afrodescendência. Não houve agressão física porque os correligionários de ambos os candidatos os afastaram rapidamente.

Com referência a essa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

1. Carlos poderia ser preso em flagrante delito porque a agressão verbal com comentários racistas caracteriza, em tese, crime inafiançável. No entanto, se for processado por esse crime, não deverá ser condenado, já que os atos praticados estão cobertos por sua imunidade material.
2. No caso de ser aberto um processo penal, será da Polícia Federal a competência para a elaboração do inquérito, e o processo, que será de competência originária do Supremo Tribunal Federal (STF), poderá ter seu andamento sustado, se nesse sentido houver aprovação, pela maioria dos membros da Casa a que pertencer o parlamentar, de pedido de sustação encaminhado à Mesa da Casa por partido político que nela tenha representação.

↳*Resposta:*

1) errado – a inviolabilidade ou imunidade material prevista no art. 53, "caput", da CF, se aplica ao parlamentar apenas quando da manifestação da opinião, palavras e voto na atividade ou em razão da atividade parlamentar. Não foi o caso, já que o parlamentar se encontrava em atividade eleitoral. Neste caso, ele pode ser preso em flagrante de crime inafiançável (art. 53, § 2º e art. 5º, inciso XLII, da CF). Por outro lado, a Casa poderá suspender o andamento do processo já que o crime foi cometido após a diplomação (CF, art. 53, §§ 3º ao 5º).

2) correto – de acordo com o art. 102, inciso I, alínea c e art. 53, §§ 1º e 3º ao 5º, da CF.

64. (NCE/UFRJ – PC – 2004) As Comissões Parlamentares de Inquérito:
    a) somente podem ser criadas mediante requerimento de um terço dos membros do Congresso Nacional, aprovado pela respectiva Mesa, para promover a responsabilidade criminal dos infratores, no prazo de noventa dias;
    b) têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais e são criadas, nos termos da Constituição, para apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores;
    c) visam a apurar ilegalidades no âmbito do Parlamento, com o auxílio do Tribunal de Contas, desde que autorizada sua instalação pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional;
    d) somente devem remeter suas conclusões ao Ministério Público se houver solicitação expressa do Chefe do *Parquet*, exclusivamente para promover a ação penal pública da qual, segundo a Constituição, é titular, cabendo a responsabilização civil à Advocacia Geral da União;
    e) podem determinar prisão temporária, quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico, estendendo-se, a última, à interceptação ou escuta telefônica, indispensabilidade de bens e, independentemente de autorização judicial, apreensão domiciliar de documentos.

Resposta:

a) errado – contraria o disposto do art. 58, § 3, da CF, que determina que as comissões parlamentares de inquérito serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado. Por outro lado, a conclusão da CPI será enviada, se for o caso, ao Ministério Público para que este promova uma ação judicial ou civil junto ao Poder Judiciário. Cabe lembrar ainda que não há aquele prazo de noventa dias.

b) correto – de acordo com o disposto do art. 58, § 3, da CF.

c) errado – a CPI pode investigar fatos ocorridos no Poder Legislativo, inclusive sendo auxiliada pelo Tribunal de Contas, mas tem que ser criada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado (art. 58, § 3, da CF).

d) errado – em primeiro lugar, não é necessária de qualquer solicitação do Ministério Público, já que a CF já determina o envio quando for o caso. Em segundo, as conclusões serão enviadas ao "Parquet" ("Parquet" significa Ministério Público) e não à Advocacia Geral da União.

e) errado – de acordo com o STF, as CPIs não podem determinar prisão temporária, interceptação ou escuta telefônica, indispensabilidade (indisponibilidade) de bens ou apreensão domiciliar de documentos se for, mas podem determinar a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico.

65. (UnB/CESPE – EMBRAPA – 2005) Apresentada proposta de Emenda Constitucional pelo presidente da República no sentido de garantir aos estados-membros o direito de secessão, o projeto foi encaminhado ao Congresso Nacional para deliberação, na forma do que determina o art. 60 da Constituição Federal.

    Com relação à situação hipotética acima apresentada, julgue os itens subsequentes.

    1. Trata-se de matéria que não pode ser sujeita ao poder de reforma constitucional, pois que não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado.
    2. A referida matéria não será discutida pelo Congresso Nacional, visto que não cabe ao presidente da República a iniciativa de proposta de emenda constitucional.
    3. Trata-se de proposta viável sob o ponto de vista constitucional, pois tendo o Brasil assumido a forma federativa de Estado, o direito de secessão é garantido aos estados-membros.
    4. Sendo a proposta previamente aprovada pelas comissões técnicas das duas Casas do Congresso Nacional, o processo legislativo será o mesmo da lei ordinária, exigindo-se para a sua aprovação voto favorável da maioria dos parlamentares presentes na sessão.

↳*Resposta:*

1) correto – de acordo com a CF, no art. 60, § 4º, inciso I e art. 1º, "caput".

2) errado – apesar do presidente da República ter iniciativa para propor uma PEC (art. 60, inciso II, da CF), ela não deverá ser aprovada pelas Casa parlamentares por se tratar ofensa à uma "clausula pétrea" (art. 60,§ 4º, inciso I, da CF).

3) errado – ofende a CF, no art. 60, § 4º, inciso I e art. 1º, "caput".

4) errado – não deverá ser aprovada pelas Casa parlamentares por se tratar ofensa à uma "cláusula pétrea" (art. 60, § 4º, inciso I, da CF). É bom lembrar que uma PEC viável deve ser discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros (art. 60, § 2º, da CF).

66. (ESAF – Analista de Planejamento e Orçamento – 2005) Sobre processo legislativo, marque a única opção correta.

    a) A lei destinada a estabelecer as normas gerais para organização do Ministério Público dos Estados é de iniciativa privativa do Presidente da República.
    b) É vedado o aumento de despesa, prevista no projeto de lei de orçamento anual, por meio de emenda apresentada por Parlamentar durante o processo legislativo desse projeto de lei no Congresso Nacional.
    c) Majoração do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários, feita por meio de medida provisória, por força de disposição constitucional, só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se a medida provisória houver sido convertida em lei até o último dia do exercício financeiro em que foi editada.

d) Se a proposta for aprovada pelo *quorum* qualificado estabelecido no texto constitucional, a emenda à Constituição será promulgada pela Mesa do Congresso Nacional, em sessão conjunta, com o respectivo número de ordem.
e) Nos termos da Constituição, é fase obrigatória do processo legislativo das leis delegadas a apreciação do projeto, elaborado pelo Presidente da República, pelo Congresso Nacional, que sobre ele deliberará em sessão única, vedada qualquer emenda.

↳*Resposta:*

a) correto – na expressão literal da CF, conforme o previsto no art. 61, § 1º, inciso II, alínea d.
b) errado – regra geral, a Constituição Federal proíbe emendas parlamentares aumentando despesa nos projetos de iniciativa exclusiva do Presidente da República (art. 63, inciso I), ressalvado o disposto no art. 166, § 3º e § 4º, ou seja, leis de orçamento anual ou de diretrizes orçamentárias.
c) errado – de acordo com o art. 62, § 2º, da CF, uma medida provisória que implique instituição ou majoração de impostos, exceto os previstos nos arts. 153, I (importação de produtos estrangeiros), II (exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados), IV (produtos industrializados), V (operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários), e 154, II (na iminência ou no caso de guerra externa, impostos extraordinários, compreendidos ou não em sua competência tributária, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação), só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada. É de se observar que majoração do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários encontra-se entre as exceções, podendo produzir efeitos no exercício seguinte mesmo que a medida provisória não tenha sido convertida em lei até o último dia do exercício financeiro em que foi editada.
d) errado – a CF, no art. 60, § 3º, a emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.
e) errado – de acordo com a CF, no art. 68, § 3º, a Resolução (art. 68, § 2º) poderá determinar (observe a palavra "se") a apreciação do projeto pelo Congresso Nacional, e se for o caso, este a fará em votação única, vedada qualquer emenda.

67. (ESAF – Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental – 2005) Inquérito policial aberto para investigar suspeitas de atos impróprios atribuídos a membro do Congresso Nacional, deve ter curso:
a) no Supremo Tribunal Federal, qualquer que seja o crime.
b) no Superior Tribunal de Justiça, qualquer que seja o crime.
c) no Tribunal Superior Eleitoral, sempre que se trate de crime eleitoral.
d) em Tribunal Regional Federal, qualquer que seja o crime.
e) perante Juiz Federal de primeira instância, qualquer que seja o crime.

↳*Resposta:*

Está correta a opção a, de acordo com a CF, no art. 102, inciso I, alínea b.

68. (ESAF – Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental – 2005) Assinale a decisão que a Comissão Parlamentar de Inquérito não está legitimada para proferir:
    a) determinação de quebra de sigilo bancário.
    b) determinação de quebra de sigilo fiscal.
    c) convocação de Ministro de Estado para depor.
    d) determinação de indisponibilidade de bens do investigado.
    e) determinação da prisão em flagrante de depoente.

Resposta:

Está correta a opção d, de acordo com o entendimento do STF.

69. (ESAF – Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental – 2005) Suponha que uma medida provisória tenha sido editada neste ano cuidando dos seguintes assuntos: (1) modificação de certo instituto de Direito Civil; (2) instituição de um novo recurso no Código de Processo Civil; (3) tipificação de conduta como crime; (4) alteração de normas da legislação ordinária eleitoral. Sobre essa medida provisória, com relação aos temas referidos, é correto dizer que:
    a) nenhum dos temas de que trata a medida provisória é suscetível de ser regulado por tal instrumento normativo.
    b) todos os temas de que trata a medida provisória são suscetíveis de serem regulados por tal instrumento normativo.
    c) somente um dos temas referidos pode ser regulado por meio de medida provisória.
    d) somente dois dos temas referidos podem ser regulados por meio de medida provisória.
    e) somente três temas referidos podem ser regulados por meio de medida provisória.

Resposta:

Está correta a opção c, ou seja, apenas a modificação de certo instituto de Direito Civil pode ser objeto de medida provisória. Por outro lado, medida provisória não pode tratar de instituição de um novo recurso no Código de Processo Civil e tipificação de conduta como crime, por força do art. 62, § 1º, inciso I, alínea b, e alteração de normas da legislação ordinária eleitoral, de acordo com o art. 62, § 1º, inciso I, alínea a.

70. (ESAF – Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental – 2005) Assinale a opção correta.
    a) O Congresso Nacional pode ser convocado extraordinariamente pelo presidente da República, pelo presidente da Câmara dos Deputados, pelo presidente do Senado Federal ou pelo presidente do Supremo Tribunal Federal.
    b) Os subsídios dos Governadores de Estado e dos membros das Assembleias Legislativas estaduais devem ser fixados por ato do Congresso Nacional.

c) O ato que fixa os subsídios dos membros do Congresso Nacional depende de sanção do presidente da República.
d) Incumbe ao Senado Federal o julgamento do presidente da República, por crimes comuns e de responsabilidade.
e) É constitucionalmente possível que o Congresso Nacional aprove lei ordinária, sem que a mesma tenha sido votada, quer pelo Plenário da Câmara dos Deputados, quer pelo Plenário do Senado Federal.

↳*Resposta:*

a) errado – de acordo com o art. 57, § 6º, incisos I e II, da CF, apenas o presidente do STF não tem legitimidade para convocar uma reunião legislativa extraordinária.

b) errado – a CF determina que os subsídios do governador, vice-governador, secretários de Estado (art. 28, § 2º) e dos deputados estaduais (art. 27, § 2º) serão fixados por lei de iniciativa da Assembleia Legislativa. Cabe lembrar que os subsídios poderão ser definidos por lei ordinária que estará sujeita à sanção ou veto do governador.

c) errado – de acordo com o art. 49, inciso VII, da CF, trata-se de competência exclusiva do Congresso Nacional. Neste caso, terá a forma de decreto legislativo (art. 59, inciso VI) e não sofrerá exame do presidente da República através de sanção ou veto (art. 48, "caput").

d) errado – o processo e julgamento do presidente da República por crime de responsabilidade política é competência do Senado Federal (CF, art. 52, inciso I) e por crime comum é de competência do STF (CF, art. 102, inciso I, alínea b), dependendo, em ambas as hipóteses, de prévia autorização da Câmara dos Deputados (CF, art. 51, inciso I).

e) correto – o art. 58, § 2 º, inciso I, da CF, autoriza o Congresso Nacional aprovar certos projetos de lei apenas nas comissões das Casas parlamentares.

71. (UnB/CESPE – TJ/BA – 2005) Relativamente às comissões parlamentares de inquérito (CPIs) no Congresso Nacional, julgue os itens que se seguem.
    1. A competência para julgar mandado de segurança contra atos praticados pelas CPIs do Congresso Nacional, após a Emenda Constitucional n.º 45, de 2004, é do Superior Tribunal de Justiça (STJ).
    2. Conforme o entendimento que se firmou no STF, as CPIs não podem expedir mandado de busca e apreensão, mas devem requerê-lo à autoridade judiciária competente.

↳*Resposta:*

1) errado – o STF já vem decidindo há algum tempo ser de sua competência processar e julgar mandado de segurança contra atos praticados pelas CPIs do Congresso Nacional. Para ilustrar, segue o teor de uma destas decisões: "Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, em sede originária, mandados de segurança e "habeas corpus" impetrados contra Comissões Parlamentares de Inquérito constituídas no âmbito do Congresso Nacional ou no de qualquer de suas Casas. É que a Comissão Parlamentar de Inquérito, enquanto projeção orgânica do Poder Legislativo da União, nada mais é senão a "longa manus" (extensão) do próprio Congresso Nacional ou das Casas que o

compõem, sujeitando-se, em consequência, em tema de mandado de segurança ou de "habeas corpus", ao controle jurisdicional originário do Supremo Tribunal Federal (CF, art. 102, I, d e i). (MS 23.452, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 16-9-99, DJ de 12-5-00)".

2) correto – de acordo com o entendimento do STF, as CPIs não têm poderes idênticos aos das autoridades judiciárias, mas apenas semelhantes. As CPIs não podem expedir mandado de busca e apreensão (CF, art. 5º, inciso XI), mas devem requerê-lo à autoridade judiciária competente, assim como a indisponibilidade de bens do investigado, a violação de comunicação telefônica (CF, art. 5º, inciso XII), a prisão provisória e a preventiva. Por outro lado, as CPIs podem determinar a prisão em flagrante delito, a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico. É importante notar que qualquer violação de direitos deve ser fundamentada, seja pelo juiz ou pela CPI, assim como a quebra de sigilo deve ocorrer apenas para fins da investigação judicial ou parlamentar, devendo ser mantido o sigilo para o restante da sociedade.

72. (UnB/CESPE – TRE/PA – 2007) Em relação ao Poder Legislativo, assinale a opção correta.
    a) Os deputados e senadores não são obrigados a testemunhar acerca de informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem acerca das pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.
    b) A partir da expedição do diploma, o deputado não poderá ser controlador de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público.
    c) O vereador tem imunidade parlamentar em todo o território nacional.
    d) A escolha dos chefes de missão diplomática brasileira é aprovada pela Câmara dos Deputados em votação secreta.
    e) O Senado Federal, após autorizar a instauração de processo contra o presidente da República, dará início ao julgamento apenas nos casos de crime de responsabilidade.

↳*Resposta:*

a) correto – conforme determina o art. 53, § 6º, da CF.

b) errado – desde a posse, o deputado não poderá ser controlador de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público (CF, art. 54, inciso I).

c) errado – o vereador tem apenas inviolabilidade ou imunidade material e só na circunscrição do Município em que foi eleito (CF, art. 29, inciso VIII).

d) errado – compete ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (CF, art. 52, inciso IV).

e) errado – cabe a Câmara dos Deputados realizar o juízo de admissibilidade do início do processo contra o presidente da República (CF, arts. 51, inciso I; 86, "caput"), ao Senado Federal processá-lo por crime de responsabilidade política (CF, art. 52, inciso I) e ao STF processá-lo por crime comum (CF, arts. 86, "caput" e 102, inciso I, alínea b).

73. (UnB/CESPE – TRE/PA – 2007) A respeito da elaboração de leis pelo Poder Legislativo, assinale a opção correta.
    a) A participação popular no processo legislativo, mediante a iniciativa para apresentação de propostas de emenda à Constituição, fortalece o regime democrático de direito.
    b) Os decretos legislativos são hierarquicamente inferiores à lei ordinária.
    c) A Constituição veda a delegação legislativa de aspectos relacionados à nacionalidade para o presidente da República.
    d) O presidente tem cinco dias para sancionar emenda à Constituição. Na hipótese de recusa, o presidente do Senado exercerá esse ato.
    e) A sanção presidencial supre o vício de iniciativa de uma lei.

Resposta:

a) errado – só é possível a iniciativa popular no processo legislativo de alguns projetos de lei complementar (CF, art. 59, inciso II) ou de lei ordinária (art. 59, inciso III), de acordo com a CF, no art. 27, § 4º, art. 29, inciso XIII e art. 60, "caput" e § 2º. Portanto, é inviável a participação dos cidadãos na propositura de projetos de emenda constitucional, de decreto legislativo ou resolução (art. 59, incisos I, VI e VII), sob pena de gerar uma inconstitucionalidade formal da futura emenda constitucional, do decreto legislativo ou da resolução.

b) errado – de acordo com a jurisprudência do STF e a doutrina nacional majoritária, não há hierarquia entre as normas primárias (também denominadas normas legais).

c) correto – o art. 68, § 1º, inciso II, da CF, determina que não será objeto de delegação a legislação sobre nacionalidade.

d) errado – só é possível a participação do presidente da República, através de sanção ou veto (CF, art. 66, §§ 1º ao 3º e art. 84, incisos IV e V), no processo legislativo de projetos de lei complementar (CF, art. 59, inciso II) ou de lei ordinária (CF, art. 59, inciso III). Portanto, é inviável a sanção ou veto nos projetos de emenda constitucional, de decreto legislativo ou resolução (CF, art. 59, incisos I, VI e VII), sob pena de gerar uma inconstitucionalidade formal da futura emenda constitucional, do decreto legislativo ou da resolução.

e) errado – inicialmente esta era a interpretação do STF, mas já há algum tempo que este tribunal derrubou aquele entendimento. Atualmente, é correto afirmar que a sanção presidencial não supre o vício de iniciativa de uma lei. O que significa dizer: se a iniciativa para a propositura do projeto de lei é do presidente da República (por exemplo, sobre aquelas matérias previstas no art. 61, §1º, incisos I e II, alíneas a, b, c, e, e f, ressalvada a hipótese prevista na alínea d, que é de iniciativa concorrente), e se outro a exerce há uma inconstitucionalidade formal, independente de futura concordância do presidente da República através da sanção ou veto.

74. (VUNESP – CM/SP – 2007) No exercício do mandato, ou em razão dele, deputados e senadores gozam da imunidade material, ou seja, não respondem civil, penal, administrativa ou politicamente por suas opiniões, palavras e votos. Ou seja, não cometem crimes de palavra. Da mesma forma, os parlamentares gozam da imunidade formal ou processual, com relação à

prisão e ao trâmite processual contra si. Com relação aos limites destas imunidades, é correto afirmar que:

a) o parlamentar, por ser o destinatário da imunidade, pode, a qualquer tempo, a ela renunciar, podendo ser processado por suas manifestações.
b) após o término do mandato, os atos praticados durante a legislatura não mais se encontram sob o manto protetor da imunidade parlamentar, podendo o parlamentar responder civil, penal e administrativamente por suas opiniões, palavras e votos.
c) essa imunidade material não cobre ofensas perpetradas fora do exercício parlamentar, desde que sejam de todo alheias à condição de Deputado ou Senador do agente, não guardando qualquer conexão com o mandato ou com a condição de parlamentar.
d) a imunidade processual se protrai no tempo, fazendo com que o parlamentar, que goza de foro privilegiado, mesmo perdendo a condição de detentor de mandato eletivo, continue sendo processado pelo mesmo órgão jurisdicional.
e) caso o parlamentar se afaste do cargo voluntariamente, para atuar como Ministro de Estado, por exemplo, continua a gozar de imunidade material pelos atos praticados na nova função.

↳Resposta:

a) errado – as prerrogativas parlamentares objetivam assegurar a plena representação, de modo a evitar o temor de represálias. As prerrogativas não pertencem às pessoas que se encontram no exercício do mandato, mas são inerentes ao mandato. Por este motivo, são irrenunciáveis.

b) errado – inviolabilidade ou imunidade material (CF, art. 53, "caput") significa a ausência de ilícito, e se não existe ilícito, não há como ser responsabilizado civil ou penalmente.

c) correto – como já foi dito, a imunidade material ou inviolabilidade (art. 53, "caput") existe para proteger o representante eleito e não o indivíduo que se encontra por trás do parlamentar.

d) errado – de acordo com o entendimento jurisprudencial do STF, a prerrogativa de foro (CF, art. 53, §1º) só se mantém enquanto durar o mandato.

e) errado – no momento em que o parlamentar se afasta temporariamente do mandato para ocupar o cargo de Ministro de Estado (CF, 56, inciso I), ficam suspensas suas prerrogativas próprias de representante (CF, art. 53 e §§) e adquire outras próprias do cargo de Ministro de Estado, como por exemplo, a prerrogativa de foro para o cometimento de crime comum (CF, art. 102, inciso I, alínea c) ou de crime de responsabilidade política (CF, art. 52, inciso I e art. 102, inciso I, alínea c).

Cabe lembrar que o parlamentar não pode sofrer processo administrativo. É possível que ocorra perda de mandato, em um processo administrativo (art. 55, § 2º) se caracterizada a falta de decoro parlamentar (art. 55, inciso II) por abuso da prerrogativa (art. 55, § 1º). Lembrando que esta decisão ocorrerá por maioria dos membros da Casa, em votação sigilosa,

75. (UnB/CESPE – OAB – 2007) Acerca do processo legislativo, assinale a opção correta.

a) Compete ao presidente da República a iniciativa a projeto de lei que disponha sobre a organização do Ministério Público da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público dos estados, do DF e dos territórios.

b) A iniciativa popular aos projetos de lei está, conforme a Constituição, limitada ao âmbito federal.
c) As emendas, de iniciativa parlamentar, ao projeto de lei do orçamento anual devem indicar, além da compatibilidade com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a origem dos recursos necessários nas hipóteses de aumento das dotações para pessoal e seus encargos, serviço da dívida e transferências tributárias constitucionais para estados, municípios e DF.
d) Considerando o presidente da República que a utilização, pelo legislador, de uma expressão que torna o dispositivo legal inconstitucional, poderá vetar apenas a expressão inconstitucional, suprimindo-a do texto, e sancionar o restante.

↳*Resposta:*

a) correto – de acordo com o art. 61, § 1º, inciso II, alínea d.

b) errado – os cidadãos, no exercício da iniciativa popular junto à atividade legislativa, podem se manifestar em todas as esferas: federal (CF, art. 61, "caput" e § 1º), estadual e distrital (CF, art. 27, § 4º e art. 32, § 3º) e municipal (CF, art. 29, inciso XIII).

c) errado – de acordo com o art. 166, § 3º, incisos I e II, as emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o aumentem despesas somente podem ser aprovadas caso sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias, indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre dotações para pessoal e seus encargos, serviço da dívida, transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal.

d) errado – o art. 66, § 2º, da CF, ao dispor sobre o veto parcial, proíbe que o presidente de República rejeite palavra, devendo vetar todo o "caput", ou todo o artigo, ou todo o inciso, ou toda a alínea ou todo o parágrafo.

76. (UnB/CESPE – OAB/RJ – 2007) Sem sanção do presidente da República, compete ao Congresso Nacional
a) dispor sobre organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal.
b) fixar os subsídios dos ministros do STF, observados os limites dispostos na Constituição da República.
c) fixar idêntico subsídio para os deputados federais e os Senadores, observados os limites dispostos na Constituição da República.
d) proceder à tomada de contas do presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.

↳Resposta:

a) errado – trata-se de competência privativa do Congresso Nacional prevista na CF, art. 48, inciso IX, e de acordo com o "caput" deste art. 48, a lei que regulamentar esta matéria deve ser submetida à sanção ou veto.

b) errado – trata-se de competência privativa do Congresso Nacional prevista na CF, art. 48, inciso XV, e de acordo com o "caput" deste art. 48, a lei que regulamentar esta matéria deve ser submetida à sanção ou veto.

c) correto – trata-se de competência exclusiva do Congresso Nacional prevista na CF, art. 49, inciso VII, e de acordo com o "caput" do art. 48, o decreto legislativo que regulamentar esta matéria não deve ser submetida à sanção ou veto.

d) errado – trata-se de competência privativa da Câmara dos Deputados, prevista na CF, art. 51, inciso II, e de acordo com o "caput" deste art. 48, a resolução que regulamentar esta matéria não deve ser submetida à sanção ou veto.

77. (ESAF – PGFN – 2007) Assinale a opção correta.

a) É viável reforma constitucional que aperfeiçoe o processo legislativo de emenda constitucional, tornando-o formalmente mais rigoroso.
b) A Constituição Federal conferiu, de forma explícita, o poder de editar medidas provisórias unicamente ao Presidente da República; assim, e por se tratar de instrumento de exceção ao princípio da Separação de Poderes, a comportar interpretação restritiva, tal espécie normativa não pode ser adotada por Estados e Municípios.
c) Adotada medida provisória pelo Presidente da República, o Congresso Nacional deverá sobre ela deliberar durante a convocação extraordinária, caso tenha constado como objeto da convocação, ou, caso contrário, o prazo de 60 dias será considerado interrompido desde a sua edição.
d) Desde que observados os requisitos da relevância e da urgência, medida provisória poderá dispor sobre a composição dos organismos regionais, que equivalem a formas especiais de organização administrativa do território, de iniciativa da União, com a finalidade de promover, no âmbito do complexo geoeconômico e social, o seu desenvolvimento, com redução das desigualdades regionais, mas tal espécie normativa não poderá dispor sobre os planos regionais, integrantes dos planos nacionais de desenvolvimento econômico e social.
e) É válida a revogação por lei ordinária de dispositivo formalmente inserido em lei complementar, cuja matéria disciplinada não estava constitucionalmente reservada a esta última.

↳Resposta:

a) errado – não pode haver emenda constitucional alterando o procedimento legislativo de uma emenda constitucional porque além de se tratar de limitação procedimental, também é considerada pela doutrina "cláusula pétrea" implícita (limitação material).

b) errado – o STF tem admitido a edição de medida provisória pelos governadores e prefeitos, desde que prevista na respectiva lei de organização da entidade federativa (constituição estadual, lei orgânica municipal e distrital) e sejam observadas as regras constitucionais referentes a esta espécie normativa, no que couber. No julgamento da ADIN 425, Rel. Min. Maurício Corrêa, DJ 19-12-2003, o Plenário do STF já havia reconhecido, por ampla maioria, a constitucionalidade da instituição de medida provisória estadual, desde que, primeiro, esse instrumento estivesse expressamente previsto na Constituição do Estado e, segundo, que fossem observados os princípios e as limitações impostas pelo modelo adotado pela CF, tendo em vista a necessidade da observância simétrica do processo legislativo federal.

c) errado – se convocada uma reunião legislativa extraordinária, as medidas provisórias em vigor serão automaticamente incluídas em pauta (art. 57, § 8º). Se não houver convocação extraordinária, o prazo de validade da medida provisória será suspenso a partir do início do recesso, e ao final deste, o prazo continuará a correr (art. 62, § 4º).

d) errado – de acordo com o art. 43, "caput" e § 1º, este assunto é reservado à lei complementar, e neste caso é vedado à medida provisória (art. 62, § 1º, inciso III).

e) correto – lei ordinária pode revogar lei complementar que trata impropriamente de matéria de lei ordinária.

78. (CESGRANRIO – ANP – 2008) Nos termos da Constituição Federal vigente, pode-se afirmar que compete exclusivamente ao Congresso Nacional:

I. resolver definitivamente sobre tratados que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;
II. apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;
III. processar e julgar os Ministros de Estado nos crimes de responsabilidade;
IV. autorizar referendo e convocar plebiscito.

Estão corretas as afirmativas

(A) I e II, apenas.
(B) I e IV, apenas.
(C) II e IV, apenas.
(D) I, II e IV, apenas.
(E) I, II, III e IV.

↳*Resposta:*

I. correto – conforme determina a CF, no art. 49, inciso I. É bom lembrar que o exercício desta competência se dará por meio de decreto legislativo (CF, art. 59, inciso VI).

II. correto – conforme determina a CF, no art. 49, inciso XII. É bom lembrar que o exercício desta competência se dará por meio de decreto legislativo (CF, art. 59, inciso VI).

III. errado – conforme determina a CF, no art. 52, inciso I, caso o Ministro de Estado tenha cometido o crime de responsabilidade política conexo ao Presidente da República. É bom lembrar que o exercício desta competência se dará por meio de resolução (CF, art. 59, inciso VII). Caso o crime tenha sido

cometido sem a participação do Presidente da República, a competência para o julgamento será do STF (CF, art. 102, inciso I, alínea c).

IV. correto – conforme determina a CF, no art. 49, inciso XV. É bom lembrar que o exercício desta competência se dará por meio de decreto legislativo (CF, art. 59, inciso VI).

§ *A resposta correta é a opção D.*

79. (CESGRANRIO – PETROBRAS – 2008) Considere as afirmativas a seguir, a respeito do regime constitucional das medidas provisórias.

I. A Constituição veda expressamente a edição de medida provisória sobre direito penal e direito tributário, em razão do princípio da legalidade em sentido estrito que se deve observar em relação a estas matérias.

II. A edição de uma medida provisória tem como consequência a revogação das normas jurídicas vigentes com ela incompatíveis.

III. É vedada a edição de medida provisória em matéria reservada à lei complementar.

IV. Se a regulação das relações advindas de medida provisória não convertida em lei não se consumar em até 60 dias a contar da rejeição (expressa) ou da caducidade (rejeição tácita), estas relações hão de se conservar regidas pela medida provisória, ainda que esta não se encontre mais em vigor.

Estão corretas APENAS as afirmativas

(A) I e II
(B) I e III
(C) II e IV
(D) III e IV
(E) I, III e IV

↳*Resposta:*

I. errado – por um lado, a Constituição brasileira proíbe à medida provisória legislar sobre direito penal, com a ressalva, de acordo com o STF, se beneficiar o réu. Por outro lado, a CF autoriza À medida provisória tratar de algumas matérias de direito tributário (CF, art. 62, § 2º).

II. errado – a revogação só ocorre efetivamente se a medida provisória for convertida em lei. Caso contrário, lei anterior que lhe seja contrária apenas tem suspensa a eficácia.

III. correto – de acordo com a CF, art. 62, § 1º, inciso III.

IV. correto – de acordo com a CF, art. 62, § 11.

§ *A resposta correta é a opção D.*

80. (CESPE/UNB – Instituto Rio Branco/Diplomacia – 2009) Objeto de constantes disputas entre os Poderes, a medida provisória tem sido importante instrumento de governo à disposição do Presidente da República. No entanto, há limitações constitucionais que vedam sua edição em relação a matérias expressamente definidas. Acerca de medidas provisórias, julgue (C ou E) os itens a seguir.

1. O poder investigatório do Ministério Público e sua ingerência no inquérito policial, objeto de veemente debate nacional, foram motivados por edição de medida provisória.
2. Os ativos financeiros, como, por exemplo, poupanças privadas, podem ser objeto de medida provisória que determine detenção temporária ou sequestro de bens.
3. É vedada a edição de medidas provisórias em matéria eleitoral, ainda que aprovadas antes do início do ano das eleições de que cuida a norma.
4. A instituição ou majoração de impostos podem ser objeto de edição de medida provisória.

↳*Resposta:*

1) errado – o STF reconheceu, no exame do "Habeas Corpus" nº 89837/DF, rel. Min. Celso de Mello, 20.10.2009, o poder investigatório do Ministério Público e sua ingerência no inquérito policial. O erro se encontra no fato de que medida provisória não pode, e nem o fez, tratar deste assunto, conforme a CF, art. 62, § 1º, inciso I, alínea c.

2) errado – a Constituição brasileira proíbe a medida provisória tratar desta matéria, conforme o art. 62, § 1º, inciso II.

3) correto – de acordo com a CF, art. 62, § 1º, inciso I, alínea a.

4) correto – de acordo com a CF, art. 62, § 2º.

81. (CESPE/UNB – Instituto Rio Branco/Diplomacia – 2009) Julgue (C ou E) os itens a seguir, relativos ao processo legislativo brasileiro.
    1. A iniciativa de projetos de leis complementares e ordinárias cabe, na forma e nos casos previstos na Constituição, a qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos tribunais superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos.
    2. Após ser aprovada por ambas as casas do Congresso Nacional, a emenda constitucional não é encaminhada para sanção presidencial, devendo ser promulgada, com o respectivo número de ordem, pelas mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
    3. Compete ao Presidente da República, entre outras atribuições, sancionar, promulgar e fazer publicar as leis e enviar ao Congresso Nacional o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previstas na Constituição.
    4. No exercício de sua autonomia política e legislativa, os estados não estão obrigados a seguir compulsoriamente as regras do processo legislativo federal. Por essa razão, pode o constituinte estadual adotar normas acerca da formação das espécies normativas que não guardem simetria com o modelo básico previsto na Constituição Federal.

↳*Resposta:*

1) correto – conforme o art. 61, "caput", da CF.

2) correto – conforme o art. 60, §§ 2º e 3º, da CF.

3) correto – conforme o art. 84, incisos IV e XXIII e o art. 48, inciso II, todos da CF.

4) errado – de acordo com o STF, os princípios e regras básicas do processo legislativo federal são de reprodução obrigatória em relação aos demais legislativos, no que couber. Ver o informativo do STF nº 526 ("o modelo do processo legislativo federal deve ser seguido nos Estados e nos Municípios, pois à luz do princípio da simetria são regras constitucionais de repetição obrigatória").

82. (CESGRANRIO - DECEA – 2009) Sobre medida provisória, considere as afirmativas a seguir.

I. O Presidente da República pode editar medida provisória que estabeleça normas gerais em matéria de legislação tributária.

II. O atendimento dos pressupostos de relevância e urgência está sujeito apenas ao controle de constitucionalidade político exercido pelo Congresso Nacional, mas nunca ao controle judicial.

III. É inconstitucional medida provisória que define crime contra a ordem econômica.

IV. A medida provisória tem força de lei e sua edição implica a revogação das normas jurídicas vigentes com ela incompatíveis.

Está(ão) correta(s) APENAS a(s) afirmativa(s)

(A) II.
(B) III.
(C) IV.
(D) I e III.
(E) II e IV.

↳*Resposta:*

I. errado – de acordo com a CF, no art. 146, inciso III, é reservado à lei complementar dispor sobre normas gerais em matéria de legislação tributária, e ainda de acordo com a CF, no art. 62, § 1º, inciso III, medida provisória não pode dispor sobre assunto próprio de lei complementar.

II. errado – os pressupostos constitucionais de relevância e urgência para a edição de medida provisória podem ser objeto de controle político (exercido pelo poder legislativo: art. 62, §§ 5º e 9º, da CF) e jurisdicional (exercido pelo poder judiciário). O STF já se manifestou neste sentido: "Conforme entendimento consolidado da Corte, os requisitos constitucionais legitimadores da edição de medidas provisórias, vertidos nos conceitos jurídicos indeterminados de 'relevância' e 'urgência' (art. 62 da CF), apenas em caráter excepcional se submetem ao crivo do Poder Judiciário, por força da regra da separação de poderes (art. 2º da CF)". (ADC 11-MC, voto do Rel. Min. Cezar Peluso, julgamento em 28-3-2007, Plenário, DJ de 29-6-2007).

III. correto – conforme a CF, no art. 62, § 1º, inciso I, alínea b, medida provisória não pode legislar sobre direito penal. Só quem pode definir crime ou fixar pena é lei (CF, art. 5º, inciso XXXIX) elaborada pela União (CF, art. 22, inciso I), através de atividade legislativa do Congresso Nacional, aplicando-se o princípio da reserva legal.

IV. errado – a revogação só ocorre efetivamente se a medida provisória for convertida em lei. Caso contrário, lei anterior que lhe seja contrária apenas tem suspensa a eficácia.

§ *A resposta correta é a opção B.*

(UnB/CESPE – PGM/RR – 2010) Acerca das diversas formas de controle sobre a administração pública, julgue os itens a seguir.

83. As comissões parlamentares de inquérito constituídas por qualquer uma das casas do Congresso Nacional têm poderes próprios das autoridades judiciais, podendo ordenar, entre outros procedimentos, busca domiciliar e interceptação telefônica.

↳*Resposta:*

errado – só o juiz pode, durante investigação, determinar busca domiciliar (CF, art. 5º, inciso XI) e interceptação telefônica (CF, art. 5º, inciso XII).

84. Compete exclusivamente à Câmara dos Deputados sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitarem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

↳*Resposta:*

correto – conforme o art. 49, inciso V, da CF.

85. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas comissões, podem convocar ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações relativas a assunto previamente determinado, sendo que a ausência injustificada do convocado importará na prática de crime de responsabilidade.

↳*Resposta:*

correto – de acordo com a CF, art. 50, "caput".

86. (ESAF - Analista de Planejamento e Orçamento/APO – 2010) Julgue os itens abaixo sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito e assinale a opção correta.
    a) O Deputado Federal integrante de Comissão Parlamentar de Inquérito que divulgar fato objeto de investigação e que, em assim agindo, cause dano moral a investigado, responderá civilmente, pois a imunidade parlamentar não alcança ilícitos civis.
    b) Não está inserido nos poderes da Comissão Parlamentar de Inquérito a expedição de mandado de busca e apreensão em residência de servidor público porque a situação se insere no direito à intimidade que somente pode ser afastado por ordem judicial.
    c) A Comissão Parlamentar de Inquérito pode funcionar por prazo indeterminado desde que haja expressa deliberação colegiada sobre esse assunto, por maioria absoluta.
    d) O modelo democrático brasileiro consagra o entendimento de que é lícita a atuação da maioria legislativa de, deliberadamente, permanecer inerte na indicação de membros para compor determinada Comissão Parlamentar de Inquérito.
    e) Ofende o princípio constitucional da separação e independência dos poderes a intimação de magistrado para prestar esclarecimentos perante Comissão Parlamentar de Inquérito sobre ato jurisdicional praticado.

↳Resposta:

a) errado – trata-se de inviolabilidade ou imunidade material prevista no art. 53, "caput": "Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos", desde a diplomação e se a manifestação do pensamento ocorreu na atividade parlamentar ou em razão dela.

b) errado – de acordo com o STF, "O princípio constitucional da reserva de jurisdição – que incide sobre as hipóteses de busca domiciliar (CF, art. 5º, XI), de interceptação telefônica (CF, art. 5º, XII) e de decretação da prisão, ressalvada a situação de flagrância penal (CF, art. 5º, LXI) – não se estende ao tema da quebra de sigilo (...)". (MS 23.652, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 22-11-2000, Plenário, DJ de 16-2-2001.) No mesmo sentido: HC 100.341, Rel. Min. Joaquim Barbosa, julgamento em 4-11-2010, Plenário, DJE de 2-12-2010.

Portanto, as CPIs não podem determinar busca e apreensão em domicílio.

Por outro lado, o erro desta opção está em afirmar que a única hipótese de se violar a casa é por mandado judicial, pois a violação de domicílio pode ocorrer também em caso de flagrante delito, para prestar socorro ou em caso de desastre (CF, art. 5º, inciso XI).

É importante lembrar que as CPIs também não podem determinar a indisponibilidade de bens do investigado, conforme o entendimento do STF, a seguir: "Incompetência da Comissão Parlamentar de Inquérito para expedir decreto de indisponibilidade de bens de particular, que não é medida de instrução - a cujo âmbito se restringem os poderes de autoridade judicial a elas conferidos no art. 58, § 3º, mas de provimento cautelar de eventual sentença futura, que só pode caber ao Juiz competente para proferi-la. (MS 23.480, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, julgamento em 4-5-2000, Plenário, DJ de 15-9-2000)

c) errado – trata-se de uma comissão parlamentar temporária, ou seja, existência por prazo determinado, de acordo com a CF, art. 58, "caput" e § 3º.

Assim também o entendimento do STF: "A duração do inquérito parlamentar – com o poder coercitivo sobre particulares, inerentes à sua atividade instrutória e à exposição da honra e da imagem das pessoas a desconfianças e conjecturas injuriosas – e um dos pontos de tensão dialética entre a CPI e os direitos individuais, cuja solução, pela limitação temporal do funcionamento do órgão, antes se deve entender matéria apropriada à lei do que aos regimentos: donde, a recepção do art. 5º, § 2º, da Lei. 1.579/1952, que situa, no termo final de legislatura em que constituída, o limite intransponível de duração, ao qual, com ou sem prorrogação do prazo inicialmente fixado, se há de restringir a atividade de qualquer comissão parlamentar de inquérito." (HC 71.261, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, julgamento em 11-5-1994, Plenário, DJ de 24-6-1994.) No mesmo sentido: RE 194.346-AgR, Rel. Min. Joaquim Barbosa, julgamento em 14-9-2010, Segunda Turma, DJE de 8-10-2010.

d) errado – de acordo com o entendimento do STF, se convocada a CPI, não podem os parlamentares se negar a definir os seus membros: "A prerrogativa institucional de investigar, deferida ao Parlamento (especialmente aos grupos minoritários que atuam no âmbito dos corpos legislativos), não pode ser comprometida pelo bloco majoritário existente no Congresso Nacional e que, por efeito de sua intencional recusa em indicar membros para determinada CPI (ainda que fundada em razões de estrita conveniência político-partidária), culmine por frustrar e nulificar, de modo inaceitável e arbitrário, o exercício, pelo Legislativo (e pelas minorias que o integram), do poder constitucional de fiscalização e

de investigação do comportamento dos órgãos, agentes e instituições do Estado, notadamente daqueles que se estruturam na esfera orgânica do Poder Executivo. (...)." (MS 24.831, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 22-6-2005, Plenário, DJ de 4-8-2006.) Vide: MS 26.441, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 25-4-2007, Plenário, DJE de 18-12-2009.

e) correto – O Juiz pode ser intimado, por exemplo, para justificar gastos, mas decisão judicial está imune ao exame pela CPI.

87. (ESAF - Analista de Planejamento e Orçamento/APO – 2010) Em relação ao processo legislativo, assinale a opção correta.
    a) A Câmara dos Deputados tem iniciativa privativa de lei para fixação da remuneração de seus servidores, mas tal ato legislativo deve necessariamente ir à sanção do Presidente da República.
    b) O projeto de lei de iniciativa popular com assinaturas de 1% (um por cento) de eleitores distribuídos pela maioria absoluta dos estados-membros pode veicular matéria reservada a lei complementar.
    c) Tratado internacional incorporado ao direito interno brasileiro não pode conter norma concessiva de isenção tributária de imposto estadual porque violaria a autonomia do estado-membro.
    d) As emendas parlamentares apresentadas a projeto de lei enviado pelo Presidente da República, em tema de sua privativa iniciativa, não precisam ter pertinência temática com o que constava do texto originalmente encaminhado ao Legislativo.
    e) Lei ordinária não pode revogar lei complementar editada antes da Constituição de 1988.

Resposta:

a) correto – a CF determina no seu art. 51, inciso IV, que a remuneração dos servidores da Câmara dos Deputados será por lei. Neste caso bastaria ser por lei ordinária (CF, art. 59, inciso IV) e passam por sanção ou veto do chefe do Executivo as leis ordinárias e leis complementares.

b) errado – a Constituição, no seu art. 61, § 2º, exige que: "a iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles".

c) errado – de acordo com o entendimento do STF (vide informativo do STF nº 476), tratado internacional incorporado ao direito interno brasileiro pode conter norma concessiva de isenção tributária de imposto estadual e não violaria a autonomia do estado-membro.

Esta decisão ocorreu no RE nº 229096, de 2007: "O Tribunal deu provimento a recurso extraordinário interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul que entendera não recepcionada pela CF/88 a isenção de ICMS relativa à mercadoria importada de país signatário do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT, quando isento o similar nacional. Discutia-se, na espécie, a constitucionalidade de tratado internacional que institui isenção de tributos de competência dos Estados-membros da Federação. Entendeu-se que a norma inscrita no art. 151, III, da CF ("Art. 151. É vedado à União: ... III - instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito

Federal ou dos Municípios."), limita-se a impedir que a União institua, no âmbito de sua competência interna federal, isenções de tributos estaduais, distritais ou municipais, não se aplicando, portanto, às hipóteses em que a União atua como sujeito de direito na ordem internacional." RE 229096/RS, rel. orig. Min. Ilmar Galvão, rel. p/ o acórdão Min. Cármen Lúcia, 16.8.2007. (RE-229096)

d) errado – as emendas parlamentares a projeto de lei de iniciativa do presidente da República (CF, art. 61, § 1º) têm que se relacionar ao assunto tratado no projeto. Assim entende o STF, como por exemplo, na decisão a seguir: "(...) Não havendo aumento de despesa, o Poder Legislativo pode emendar projeto de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo, mas esse poder não é ilimitado, não se estendendo ele a emendas que não guardem estreita pertinência com o objeto do projeto encaminhado ao Legislativo pelo Executivo e que digam respeito à matéria que também é da iniciativa privativa daquela autoridade." (ADI 546, Rel. Min. Moreira Alves, julgamento em 11-3-1999, Plenário, DJ de 14-4-2000).

e) errado – a recepção de normas infraconstitucionais no novo ordenamento jurídico depende da compatibilidade material, ou seja, se o assunto presente na norma pré-constitucional não está conflitando com a Constituição superveniente. Se assim for, poderá permanecer em vigor. Por outro lado, não importa a forma desta norma. Por exemplo, se tem a forma de lei complementar, mas a atual Constituição lhe dá o "status" de lei ordinária, nada impede que nova lei ordinária a revogue.

88. (FGV – CODEBA – 2010) Quanto aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, indique a alternativa que NÃO está de acordo com a CRFB/88.
    (A) A Constituição Federal consagra um sistema de distribuição de competência legislativa que combina modelos de distribuição vertical e horizontal de competências.
    (B) É da competência exclusiva do Congresso Nacional sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.
    (C) De acordo com o princípio da legalidade, apenas a lei decorrente da atuação exclusiva do Poder Legislativo pode originar comandos normativos prevendo comportamentos forçados, não havendo a possibilidade, para tanto, da participação normativa do Poder Executivo.
    (D) O Poder Judiciário, fundado no princípio da isonomia previsto na Carta da República, não pode promover a equiparação dos vencimentos de um servidor com os de outros servidores de atribuições diferentes.
    (E) No âmbito da competência legislativa concorrente, caso a União não tenha editado a norma geral, o estado-membro poderá exercer a competência legislativa ampla. Contudo, sobrevindo a norma federal faltante, o diploma estadual terá sua eficácia suspensa no que lhe for contrário, operando-se, a partir de então, um verdadeiro bloqueio de competência, já que o estado-membro não mais poderá legislar sobre normas gerais quanto ao tema tratado na legislação federal.

Resposta:

a) correto – a Constituição Federal não adotou com rigidez nenhum dos dois sistemas, vertical ou horizontal, de repartição de competências, na verdade, houve a adoção de um modelo misto.

A repartição horizontal, prevista no ordenamento constitucional brasileiro, estabelece-se, principalmente, através das competências enumeradas à União (CF, art. 21 e 22), as reservadas ou remanescentes dos Estados-Membros (CF, art. 25, § 2º), as indicadas de interesse local aos Municípios (CF, art. 30, I), e ao Distrito Federal, ao qual, como já dito, foram estabelecidas as competências legislativas Estaduais e as Municipais (CF, art. 32, § 2º).
Modelo vertical de repartição, diferentes entes federados atuarão sobre as mesmas matérias. No art. 24, da CF, realizou-se verdadeiro modelo de repartição vertical de competências, onde se estabeleceu a competência legislativa concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal.

b) correto – de acordo com o art. 49, inciso V, da CF. Esta competência se manifesta através de um decreto legislativo (CF, art. 59, inciso VII).
c) errado – o princípio da legalidade, presente, por exemplo, no art. 5º, inciso II, da CF, ("ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei") compreende normas legislativas em geral, sejam legais ou supralegais. Em relação as primeiras, sejam leis ou atos normativos assemelhados às leis. Em se tratando de leis complementares ou ordinárias, sujeitam-se à sanção ou veto do chefe do Poder Executivo.
d) correto – de acordo com a Súmula nº 339, do STF," não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia".
e) correto – conforme o art. 24 e §§ 1º, 3º e 4º, da CF.

89. (FGV – AFRM – 2010) Da disciplina constitucional sobre o Poder Legislativo, seus membros e suas comissões, infere-se que
    (A) as comissões parlamentares de inquérito da Câmara dos Deputados e do Senado Federal possuem poderes próprios das autoridades policiais e judiciais.
    (B) a imunidade material do Deputado Federal é idêntica à do Vereador, com alcance em todo o território nacional.
    (C) o Vereador possui imunidade parlamentar em sentido material, mas não lhe é atribuída a imunidade formal ou processual.
    (D) o Vereador possui imunidade parlamentar em sentido material e também em sentido formal ou processual, desde que na circunscrição do Município.
    (E) as comissões parlamentares de inquérito da Câmara dos Deputados e do Senado Federal podem ser criadas por prazo indeterminado.

Resposta:

a) errado – o art. 58, § 3º, da CF, reconhece à CPI poderes próprios das autoridades judiciais.
b) errado – o art. 29, inciso VIII, da CF, reconhece aos Vereadores apenas a inviolabilidade (imunidade material) por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município.
c) correto – de acordo com o art. 29, inciso VIII, da CF.

d) errado - o art. 29, inciso VIII, da CF, reconhece aos Vereadores apenas a inviolabilidade (imunidade material) por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município.
e) errado – o art. 58, § 3º, da CF, permite a criação de CPIs por prazo determinado, sendo, por este motivo, uma comissão temporária (CF, art. 58, "caput").

90. (FGV – PC – 2010) Relativamente ao Poder Legislativo, assinale a afirmativa incorreta.
    (A) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal e o Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.
    (B) As deliberações de cada Casa do Congresso Nacional e de suas Comissões, salvo disposição constitucional em contrário, serão tomadas por maioria dos votos, presente qualquer quantidade de seus membros.
    (C) Aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas são, dentre outras coisas, da competência exclusiva do Congresso Nacional.
    (D) Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos.
    (E) As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

↳*Resposta:*
a) correto – conforme determinam os arts. 45, "caput" e 46, "caput".
b) errado – a CF, no art. 47, determina como regra que a aprovação dos atos legislativos por maioria simples ou relativa: "Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa e de suas Comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros".
c) correto – conforme a CF, no art. 49, inciso IV.
d) correto – conforme a CF, no art. 53, "caput".
e) correto – conforme a CF, no art. 58, § 3º.

91. (FCC – TRE/RN – 2011) Compete privativamente ao Senado Federal
    (A) processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal nos crimes de responsabilidade.
    (B) autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República.

(C) autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra os Ministros de Estado.

(D) sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

(E) apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão.

↳*Resposta:*

a) correto – conforme a CF, no art. 52, inciso II. Esta atividade se manifesta por meio de uma Resolução (CF, art. 59, VII).

b) errado – em desacordo com o art. 51, inciso I. Esta atividade se manifesta por meio de uma Resolução (CF, art. 59, VII).

c) errado – em desacordo com o art. 51, inciso I. Esta atividade se manifesta por meio de uma Resolução (CF, art. 59, VII).

d) errado – em desacordo com o art. 49, inciso V. Esta atividade se manifesta por meio de um Decreto Legislativo (CF, art. 59, VI).

e) errado – em desacordo com o art. 49, inciso XII. Esta atividade se manifesta por meio de um Decreto Legislativo (CF, art. 59, VI).

(UnB/CESPE – PC/ES – 2011) Acerca da disciplina constitucional sobre o Poder Legislativo, julgue os itens a seguir.

92. Os membros do Congresso Nacional não poderão, desde a expedição do diploma, ser criminalmente processados sem prévia licença de sua respectiva casa.

↳*Resposta:*

errado – a CF dispensa a autorização do legislativo desde a promulgação da EC nº 35.

93. A aprovação de projetos de lei ordinária condiciona-se à maioria simples dos membros de cada Casa do Congresso Nacional, ou seja, somente haverá aprovação pela maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

↳*Resposta:*

correto – conforme o art. 47, da CF. Lembrando que esta norma é residual, ou seja, no silêncio da CF, se deve aplicá-la.

(UnB/CESPE – PC/ES – 2011) Com relação ao processo legislativo, julgue o item seguinte.

94. A iniciativa para elaboração de leis complementares e ordinárias constitui exemplo da denominada iniciativa concorrente.

↳*Resposta:*

correto – em alguns casos, é possível a iniciativa concorrente seja em projeto de lei complementar (por exemplo, o art. 61, § 1º, inciso II, alínea d combinado com o art. 128, § 5º) ou em projeto de lei ordinária (por exemplo, a definição de crime ou a fixação de pena). Os projetos de emendas à Constituição são, também, de iniciativa concorrente. Cabe lembrar que as demais leis (decreto legislativo, resolução, lei delegada ou medida provisória) são de iniciativa exclusiva.

PODER EXECUTIVO FEDERAL

Os doutrinadores nacionais costumam repetir que a expressão *Poder Executivo* é de conteúdo incerto porque se confunde com a função (art. 76) e com o órgão (art. 2º). Em uma conceituação geral, trata-se de "órgão constitucional (supremo) que tem por função a prática dos atos de chefia de estado, de governo e de administração".

O Poder Executivo apresenta-se sob diversas formas:

a) Executivo monocrático (ou monista) – exercido por apenas uma pessoa, como o rei ou o presidente.

b) Executivo colegial – exercido por duas pessoas, como os cônsules romanos.

c) Executivo diretorial – exercido por várias pessoas em comitê, como na Suíça.

d) Executivo dual (ou dualista) – exercido por uma pessoa isolada e um comitê, como no parlamentarismo onde se apresenta o Chefe de Estado e o Conselho de Ministros.

PODER EXECUTIVO FEDERAL (arts. 76 a 91)

I. SISTEMA DE GOVERNO

De acordo com o art. 76, a nossa Constituição Federal adota o sistema de governo presidencialista, ou seja, o Poder Executivo é monocrático, caracterizado pelo acúmulo de funções de Chefia de Estado e de Governo na pessoa do Presidente da República, e significando que o Presidente da República não depende da confiança do Congresso (ao contrário do sistema de governo parlamentar) para ser investido e para permanecer no cargo, bastando, para isso, a eleição, ainda que, historicamente, o Brasil já tenha adotado o sistema de governo parlamentarista.

II. ELEIÇÃO

O Presidente da República e o Vice-Presidente, seu companheiro de chapa, serão eleitos pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, e essa eleição será regida pelo princípio da maioria absoluta, inclusive possibilitando um segundo turno (último domingo de outubro) se não for alcançado essa maioria num primeiro turno (primeiro domingo de outubro). Ainda que a Constituição não prescreva expressamente, também o segundo turno requer a maioria absoluta dos votos válidos.

O disposto no art. 77, § 4º, da CF, "visa a evitar conchavos entre os dois candidatos mais votados de modo a que um concordasse em desistir, com que o outro seria considerado eleito, mesmo sem satisfazer o princípio da maioria absoluta". Situação que não está completamente resolvida porque se todos os demais desistirem a CF não aponta solução. Neste caso, admitindo que prevalece o princípio da maioria absoluta, "parece plausível admitir a anulação da eleição, que resultara fraudada, marcando-se outra dentro de vinte dias para realizar outro primeiro turno, passando-se ao segundo, se necessário" , dando utilidade ao disposto no art. 77, § 3º, da CF, que ao ver de alguns doutrinadores foi esquecido quando da nova redação dada pela EC nº. 16.

Certos requisitos têm que ser preenchidos para que uma pessoa possa concorrer à presidência e vice-presidência da República: ser brasileiro nato, alistado eleitoralmente no pleno exercício de seus direitos políticos, ter filiação partidária e contar com no mínimo trinta e cinco anos.
Resta ainda esclarecer que "excepcionalmente, o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias determinou, em seu art. 4º, § 1º, que a primeira eleição para Presidente da República após a promulgação da Constituição fosse realizada no dia 15.11.1989, não se aplicando o disposto no art. 16 da Carta Magna".

III. MANDATO

A posse para o mandato de quatro anos deverá ocorrer diante do Congresso Nacional, em sessão conjunta, que estará em recesso ensejando uma convocação legislativa extraordinária. Porém poderá haver uma haver exceção quanto ao dia da posse e consequentemente à necessidade dessa convocação extraordinária, como nas hipóteses do art. 81, *caput* e § 1º, da CF. Diante do Congresso Nacional deverão prestar o compromisso previsto no art. 78, da CF.
Há ainda possibilidade de reeleição para um único período subsequente (CF, art. 14, § 5º e EC nº. 16).
De acordo com o art. 78, da CF, o não comparecimento poderá gerar declaração de vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República pelo Congresso Nacional. Em caso de vacância do Presidente da República permite a investidura definitiva do Vice no cargo de Presidente. Em caso de vacância dos dois, age-se de acordo com o art. 80, *caput*, da CF.

IV. SUCESSÃO E SUBSTITUIÇÃO PRESIDENCIAL

Em razão de impedimento, será o caso de substituição; e de vacância, o caso de sucessão.

- Entendendo-se por impedimento: circunstância ocasional, transitória, afastamento temporário da Presidência como a licença, doença e férias.
- Entendendo-se por vacância: circunstância definitiva, permanente, desvincula o Presidente de seu cargo (são os casos do item VI, relativo à perda de mandato).

Em qualquer das duas impossibilidades, serão chamados sucessivamente ao exercício da Presidência da República: o Vice-Presidente da República, o Presidente da Câmara dos Deputados, o Presidente do Senado Federal, e o Presidente do Supremo Tribunal Federal (CF, arts. 79 e 80); sendo que nos três últimos casos, a ocupação do cargo será provisória por não guardarem representatividade para a sua ocupação, devendo ser realizada eleição direta (CF, art. 81) ou indireta (CF, art. 81, §1º, aliás, única exceção ao voto direto para eleição da Presidência da República), e cumprirão o restante do mandato (o conhecido mandato tampão, CF, art. 81, §2º), "visto que a fixação de mandato para quatro anos teve a fundamentá-la o princípio da coincidência de mandatos federais e estaduais". Observar que por estarem sujeitos a assumir a chefia do Executivo, aqueles deverão preencher os mesmos requisitos exigidos ao Presidente da República.
E caso qualquer um deles venha a assumir, exercerão em sua integralidade todas as atribuições próprias do Presidente da República.

V. SUBSÍDIOS

A fixação dos subsídios do Presidente e do Vice-Presidente da República é de competência exclusiva do Congresso Nacional (CF, art. 49, VIII), podendo ser revisto anualmente, já que a vigência compreende todo exercício financeiro que vai de 1º de janeiro a 31 de dezembro. Esses subsídios estão sujeitos ao imposto de renda e proventos de qualquer natureza.

VI. PERDA DE MANDATO

1. Por "cassação":
a) por crime de responsabilidade, de competência do Senado Federal (CF, art. 52, inciso I).
b) por crime comum como efeito da condenação, de competência do Supremo Tribunal Federal (CF, art. 102, inciso I, alínea b).

2. Por extinção:
a) nos casos de morte
b) renúncia – é o caso, por exemplo, de ausência do país por mais de 15 dias sem licença do Congresso Nacional, (CF, art. 83), sendo competente para a aplicação da punição, no silêncio constitucional, o Congresso Nacional. Também aqui se inclui a vacância do cargo por não comparecimento para posse (CF, art. 78, § único), sendo o prazo fatal o dia 11 de janeiro (CF, art. 82), sendo o reconhecimento do Congresso Nacional meramente declaratório.
c) perda ou suspensão dos direitos políticos
d) perda da nacionalidade brasileira.

VII. ATRIBUIÇÕES

1. Do Presidente da República:
Entre outras (CF, art. 84, inciso XXVII) encontramos aquelas previstas no art. 84,da CF, que, portanto, não é exaustivo. Dentre várias classificações é possível enquadrá-las de acordo com três funções básicas:
a) *Chefia de Estado* – CF, art. 84, incisos VII, VIII (conjugado com o art. 49, inciso I), XVIII, segunda parte (convocar e presidir o Conselho de Defesa Nacional), XIV (apenas no que se refere à nomeação de ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, por ser função de magistratura suprema), XV (nomeação sujeita ao controle do Senado, por isso nem ato de chefia de Governo, nem ato da chefia da Administração), XVI (primeira parte, ou: nomeação de magistrados do TRF, TRT, TRE; assim classificado porque órgãos de outro Poder), XIX (conjugado com o art. 49, II, da CF), XX (conjugado com o art. 49, II, da CF), XXI e XXII (conjugado com os arts. 21, IV, e 49, II, da CF);

b) *Chefia de Governo* – CF, art. 84, incisos I, III, IV ("os regulamentos são normas expedidas privativamente pelo Presidente da República, cuja finalidade precípua é facilitar a execução das leis"; enquanto as leis devem ser expedidas em termos gerais, os regulamentos "são regras jurídicas gerais,

abstratas, impessoais, em desenvolvimento da lei", "não podendo alterar disposição legal, nem tampouco criar obrigações diversas das previstas em disposição legislativa") V, IX, X, XI, XII (conjugado com o art. 84, § único, da CF, portanto delegável), XIII, XIV (menos quanto à nomeação dos Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores - vide "Chefia de Estado"; ainda é de se observar que "quando determinado em lei" só se refere aos "outros servidores"), XVII, XVIII (primeira parte: convocar e presidir o Conselho da República - vide "Chefia de Estado"), XXIII, XXIV e XXVII;

c) *Chefia da Administração Federal* – CF, art. 84, incisos II, VI (conjugado com o art. 84, § único, da CF, portanto delegável), XVI (segunda parte: nomeação do Advogado Geral da União, que é um órgão do Poder Executivo), XXIV (também, em certo sentido, um ato da Administração) e XXV (sendo a primeira parte delegável: prover cargos públicos federais; e a segunda parte indelegável: extinguir cargos públicos federais - conjugado com o art. 84, § único, da CF).

O decreto a que se refere o art. 84, inciso VI, da CF/88 (alterado pela EC 32/2001), é um decreto autônomo, agindo, portanto como se lei fosse. Neste caso, excepcionalmente, estaríamos diante de uma norma infraconstitucional secundária agindo como uma primária.

2. Do Vice-Presidente da República:

É possível classificar estas atribuições em duas espécies:

a) *Funções próprias* – expressas na lei constitucional (CF, arts. 79, 80, 89, inciso I, e 91, inciso I) ou em lei complementar (CF, art. 91, § único).

b) *Funções impróprias* – é o caso das missões especiais previstas no art. 79, da CF.

VIII. RESPONSABILIDADE

1. Política:

"No sistema parlamentarista, a responsabilidade do governo (Conselho de ministros) se apura perante o Parlamento, mediante mecanismos específicos, como o voto de desconfiança ou a moção de censura que obriga a demissão do Ministério".

"No presidencialismo, como no Brasil, o próprio Presidente é responsável, ficando sujeito a sanções de perda do cargo por infrações definidas como crimes de responsabilidade, apurados em processo político-administrativo realizado pelas Casas do Congresso Nacional", previstos na Constituição Federal e definidos em lei especial o seu processo e julgamento (CF, art. 85, § único e Lei 1.079/50):

a) *infrações políticas* – CF, art. 85, incisos I a IV

b) *crimes funci*onais – CF, art. 85, inciso V a VII

O processo divide-se um duas fases:

a) *juízo de admissibilidade do processo* :

- acusação : pode ser oferecida por qualquer brasileiro frente a Câmara dos Deputados.
- juízo da Câmara dos Deputados:

1) não conhecendo da denúncia – a denúncia será arquivada;

2) conhecendo da denúncia e julgando – a improcedente: a denúncia será arquivada;

3) conhecendo da denúncia e julgando – a procedente (pelo voto, nominal e aberto, de dois terços de seus membros): autorizará a instauração do processo (CF, arts. 52, inciso I, e 86).

b) *processo e julgamento* :

- instauração do processo: Senado Federal se transforma em tribunal de juízo político, sob a presidência do Presidente do STF (CF, art. 52, § único). Não cabe ao Senado Federal emitir juízo de conveniência (tem que instaurar o processo), sendo garantido ao Presidente da República o devido processo legal, ampla defesa e o contraditório. Ficará o Presidente da República suspenso de suas funções (CF, art. 86, §1º, inciso II).
- julgamento:

1) se absolutório – o processo será arquivado;

2) se condenatório (pelo voto de dois terços dos membros do Senado Federal) – perda do cargo da Presidência da República com inabilitação por oito anos para o exercício de função pública (*impeachment*), sendo sanções autônomas e cumulativas , sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis.

A decisão do Senado Federal, que terá a forma de Resolução (CF, art. 59, inciso VII), é irrecorrível e impede, segundo Alexandre de Moraes, não só o exercício do mandato como o próprio candidatar-se a cargo público.

A natureza jurídica do processo por crime de responsabilidade política gera divergências doutrinárias, se de natureza penal, política, ou mista, tendo o STF já se posicionado a favor do enquadramento como de natureza penal.

2. Penal

Previstos e definidos na legislação penal comum ou especial.

Também aqui o processo divide-se em duas fases:

a) *juízo de admissibilidade do processo*:

- acusação: pode ser oferecida pelo Procurador Geral da República (chefe do Ministério Público da União) e ultrapassado o prazo legal sem que seja oferecida a denúncia, qualquer cidadão brasileiro poderá oferecer uma queixa-crime junto a Câmara dos Deputados.

Trata-se de uma ação penal pública que pode ser substituída pela ação penal privada subsidiária da ação penal pública (ver o art. 5º, inciso LIX, da CF: "será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal").

- juízo da Câmara dos Deputados:

1) não conhecendo da denúncia – a denúncia será arquivada;

2) conhecendo da denúncia e julgando-a improcedente – a denúncia será arquivada;

3) conhecendo da denúncia e julgando-a procedente (pelo voto de dois terços de seus membros) – autorizará a instauração do processo (CF, arts. 51, inciso I, e 86).

b) *processo e julgamento*:

- instauração do processo: no Supremo Tribunal Federal (CF, art. 102, inciso I, alínea b) com o recebimento da denúncia ou queixa-crime, ficando o Presidente da República suspenso de suas funções (CF, art. 86, §1º, inciso I). De acordo com entendimento de Alexandre de Moraes o STF não está obrigado a receber denúncia ou queixa-crime, diferente do Senado Federal, justificado pelo princípio da separação de poderes (CF, art. 2º).
- julgamento:

1) absolvição

2) condenação – a condenação do Presidente da República importa em consequência de natureza penal e somente por efeitos reflexos e indiretos implica perda do cargo, à vista do disposto no art. 15, inciso III, da CF.

IX. PRERROGATIVAS E IMUNIDADES

a) *São imunidades (ou inviolabilidades formais)*:

- ser processado, seja por crime de responsabilidade, seja por crime comum, após o juízo de admissibilidade pela Câmara dos Deputados (CF, art. 51, inciso I) ;
- ser preso só após sentença condenatória, quando de infrações penais comuns (art. 86, § 3º, da CF);
- a prerrogativa de foro, sendo o STF para infrações penais comuns e o Senado Federal para crimes de responsabilidade (CF, art. 102, inciso I, alínea b);

b) *É inviolabilidade material*:

- ser responsabilizado apenas por atos vinculados ao exercício de suas funções (art. 86, § 4º, da CF), sendo, portanto, relativamente irresponsável (política ou penalmente), excluindo essa proteção quando se tratar de responsabilidade civil, administrativa, fiscal ou tributária, conforme decisão do STF.

Por fim, é entendimento do STF que as Constituições estaduais não têm o poder de estabelecer essas imunidades e inviolabilidade aos seus governadores (assim como a Lei Orgânica Distrital em relação ao governador distrital e as Leis Orgânicas Municipais em relação aos prefeitos) por serem matérias que deverão ser tratadas pelo Congresso Nacional: "Orientação desta Corte, no que concerne ao art. 86, § 3º e § 4º, da Constituição, na ADI 1.028, de referência à imunidade à prisão cautelar como prerrogativa exclusiva do Presidente da República, insuscetível de estender-se aos Governadores dos Estados, que institucionalmente, não a possuem." (ADI 1.634-MC, Rel. Min. Néri da Silveira, julgamento em 17-9- 1997, Plenário, DJ de 8-9-2000.) No mesmo

sentido: HC 102.732, Rel. Min. Marco Aurélio, julgamento em 4-3-2010, Plenário, DJE de 7-5-2010.

X. MINISTRO DE ESTADO

A sua permanência no cargo repousa na confiança que merecer do Presidente da República, daquele que o nomeou (CF, art. 76).

A Constituição elenca apenas algumas de suas atribuições, além dos requisitos para a ocupação de tal posto (CF, art. 87).

Pode comparecer, por iniciativa própria, diante das Casas congressuais a fim de expor assuntos de relevância de seu Ministério (CF, art. 50, §1º). Por outro lado, se determinado que compareça diante das Casas ou suas Comissões, não o fizer, estará sujeito a responder por crime de responsabilidade política, diante do Supremo Tribunal Federal (CF, art. 102, inciso I, alínea b); se conexo ao do Presidente da República, diante do Senado Federal (CF, art. 52, inciso I) quando autorizado pela Câmara dos Deputados (CF, art. 51, inciso I).

JURISPRUDÊNCIA DO STF

⇨A Constituição Federal não consagrou, na regra positivada em seu art. 86, § 4º, o princípio da irresponsabilidade penal absoluta do Presidente da República. O chefe de Estado, nos ilícitos penais praticados *in officio* ou cometidos *propter officium*, poderá ainda que vigente o mandato presidencial, sofrer a *persecutio criminis*, desde que obtida, previamente, a necessária autorização da Câmara dos Deputados.

⇨O Plenário do STF, por unanimidade, reconheceu que a imunidade a atos estranhos ao exercício das funções, prevista em relação ao Presidente da República, não podia ser estendida aos Governadores de Estado.

⇨O Presidente da República não dispõe de imunidade, quer em face de ações judiciais que visem a definir-lhe a responsabilidade civil, quer em função de processos instaurados por suposta prática de infrações político-administrativas, quer, ainda, em virtude de procedimentos destinados a apurar, para efeitos estritamente fiscais, a sua responsabilidade tributária.

⇨A cláusula da exclusão inscrita no art. 86, § 4º, da Constituição Federal, ao inibir a atividade do Poder Público, em sede judicial, alcança as infrações penais comuns praticadas em momento anterior ao da investidura no cargo de chefe do Poder Executivo da União, bem assim aquelas praticadas na vigência do mandato, desde que estranhas ao ofício presidencial.

⇨Crime de responsabilidade: Entenda-se que a definição de crime de responsabilidade, imputável às autoridades estaduais, é matéria de direito Penal, de competência privativa da União - como tem prevalecido no Tribunal - ou, ao contrário, que sendo matéria de responsabilidade política de

mandatários locais, sobre ela possa legislar o Estado-membro. Trata-se a questão submetida à reserva de lei formal, não podendo ser versada em decreto-legislativo da Assembleia Legislativa.

⇨A inabilitação para o exercício de função pública, decorrente da perda do cargo de Presidente da República por crime de responsabilidade compreende o exercício do cargo ou mandato eletivo.

QUESTÕES DE PROVA

Por força da mudança de entendimento do STF e/ou da alteração da legislação desde a aplicação da prova, essas questões podem ter mais de uma resposta ou nenhuma resposta.

1. (ESAF – AFTN - 98) Assinale a opção correta:
   a) Na hipótese de impedimento do Presidente da República e do Vice-Presidente, serão chamados ao exercício da Presidência, sucessivamente, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Presidente do Senado Federal e o Presidente da Câmara dos Deputados.
   b) O afastamento do Presidente e do Vice-Presidente do País há de ser precedido, em qualquer hipótese, da necessária licença do Congresso Nacional.
   c) O recebimento de denúncia ou queixa contra o Presidente da República, por prática de crime comum, implica suspensão do exercício de funções presidenciais.
   d) A vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente implica, em qualquer hipótese, a realização de eleições noventa dias após aberta a última vaga.
   e) Será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver maioria absoluta, computados os votos em branco.

Resposta:

a) errado – a Constituição Brasileira determina expressamente, nos termos do art. 80, que a ordem de substituição na presidência por falta do Presidente e do Vice-Presidente da República, será: Presidente da Câmara dos Deputados, Presidente do Senado Federal e Presidente do Supremo Tribunal Federal.

b) errado – de acordo com o art. 83, da CF, "o Presidente e o Vice-Presidente da República não poderão, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do País por período superior a quinze dias, sob pena de perda do cargo". O Congresso Nacional, no exercício de sua competência exclusiva, poderá conceder está licença mediante decreto legislativo (CF, arts. 49, inciso III e 59, inciso VI).

c) correto – conforme o art. 86, § 1º, inciso I, e § 2º, da atual Constituição Brasileira.

d) errado – o art. 81, no "caput" e § 1º determina que "vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á eleição noventa dias depois de aberta a última vaga. Ocorrendo a vacância nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei".

e) errado – a Constituição Federal determina que para a eleição de Presidente e Vice-Presidente, não serão computados os votos em branco e os nulos (CF, art. 77, § 2º).

2. (CESPE – PAPILOSCOPISTA PF – 97) Com relação ao Poder Executivo na Constituição vigente, julgue os itens seguintes.
    1. O mandato do Presidente da República é de quatro anos.
    2. Ocorrendo impedimento do Presidente da República, este será substituído pelo Vice-Presidente. Se o impedimento for de ambos, serão convocados, sucessivamente, ao exercício da Presidência, os presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do STF.
    3. Tanto no presidencialismo quanto no parlamentarismo, em se tratando de uma república, coincidem as pessoas do chefe de Estado e do chefe de governo.
    4. O Presidente da República, no Brasil, não tem funções próprias apenas do Poder Executivo.
    5. Compete ao Presidente da República sancionar e fazer publicar as leis. Apesar disso, existem certos atos legislativos do Congresso Nacional que prescindem da sanção presidencial.

↳*Resposta:*

1) correto – conforme o art. 82, da Constituição Federal.

2) correto – conforme o art. 80, da Constituição Federal.

3) errado – se o sistema de governo adotado for o presidencialismo, é possível afirmar que a forma de governo será a República, na medida em que a doutrina majoritária crê na impossibilidade de convivência entre o sistema de governo presidencialista e forma monárquica de governo. Por outro lado, se o sistema de governo for o parlamentarismo, nada impede que a forma de governo seja a republicana ou a monárquica, quando o chefe de Estado (Presidente da República ou Monarca) será diferente do chefe de governo (Primeiro Ministro).

4) correto – por força da adoção da teoria de freios e contrapesos, desenvolvida por Montesquieu, pelo Direito brasileiro, visando suavizar a separação de funções de um Estado soberano, o Poder Executivo pode exercer outras funções além daquelas típicas deste Poder. Também é certo afirmar que o Presidente da República, ao acumular a chefia de governo e de Estado, exerce atos de administração e de soberania.

5) correto – na verdade, apenas as leis ordinárias (CF, art. 59, inciso III) e as leis complementares (CF, art. 59, inciso II) se sujeitam à sanção ou veto pelo chefe do Poder Executivo. Todas as demais leis (emendas à Constituição (CF, art. 59, inciso I), lei delegada (CF, art. 59, inciso IV), medida provisória (CF, art. 59, inciso V), decreto legislativo (CF, art. 59, inciso VI) e resolução legislativa (CF, art. 59, inciso VII)) não estão sujeitas a essa fiscalização do Executivo.

3. (CESPE/UNB – INSS – 99) Em relação ao Poder Executivo brasileiro, julgue os itens abaixo.
    1. Compete ao Presidente da República a nomeação dos ministros de Estado, a qual, em certas situações, se condiciona à aprovação do Conselho da República.
    2. No exercício do poder regulamentar, o Presidente da República pode aprovar regulamentos e baixar decretos para a execução da lei e da Constituição, sendo válida a

expedição de normas que disciplinem por inteiro as disposições constitucionais enquanto não sobrevier lei, complementar ou ordinária, que as regulamente.

3. A despeito das recentes alterações no capítulo constitucional pertinente ao Presidente da República, o sistema constitucional brasileiro continua a não admitir candidaturas autônomas nem avulsas para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República.
4. Considere a seguinte situação hipotética: Lucas, Mateus e Jonas são candidatos à presidência da República. No fim da apuração dos votos do primeiro turno de votação, os dois primeiros resultaram os mais votados, mas nenhum deles logrou reunir os votos necessários à eleição desde logo. Antes da segunda votação, Lucas veio a falecer. Nessa situação, deve realizar-se segundo turno, para o qual Jonas deve ser convocado a disputar o cargo com Mateus.
5. Considere a seguinte situação hipotética: Juvenal é o Presidente da República e Anfilófio, o Vice-Presidente, eleitos para mandado de quatro anos, no período de 1º de janeiro de 2003 a 31 de dezembro de 2006. Dois meses após a posse, Juvenal e Anfilófio falecem devido a contaminação por um vírus mutante desconhecido. Convocam-se novas eleições e são eleitos Gilvan e Artaxerxes para os cargos em questão, vindo estes a tomar posse em 1º de maio de 2003. Nessas condições, de conformidade com as normas constitucionais hoje vigentes, o mandato dos novos eleitos findará em 31 de dezembro de 2006.

↳*Resposta*:

1) errado – o art. 84, inciso I, da CF, afirma que compete ao Presidente da República nomear o Ministro de Estado. Trata-se de um cargo denominado pela doutrina como demissível "ad nutum", ou seja de livre nomeação e exoneração. Por outro lado, não se encontra entre as atribuições do Conselho da República (CF, art. 90, incisos I e II: compete ao Conselho da República pronunciar-se sobre intervenção federal, estado de defesa e estado de sítio e as questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas), a aprovação da escolha do Ministro de Estado.

2) errado – a Constituição Brasileira não autoriza ao Presidente da República expedir decretos, senão aqueles regulamentares, de execução de lei, previstos no art. 84, inciso IV, da CF. A doutrina destaca como a única possibilidade de decreto "autônomo" aquele introduzido na CF, art. 84, inciso VI, pela emenda à Constituição nº. 32.

Cabe lembrar que, diversamente de um decreto legislativo, que é norma infraconstitucional primária elaborada pelo Poder Legislativo no exercício de sua função típica de legislar, o decreto do Poder Executivo tem como finalidade assegurar a aplicação concreta da lei, se assim se fizer necessário. Portanto, existe uma relação de dependência desse decreto e a existência de uma lei. Por outro lado, o denominado "decreto autônomo" tem por finalidade regulamentar diretamente a Constituição. Ou seja, existe independentemente da existência de uma lei.

3) correto – a escolha do Vice-Presidente da República está atrelada à escolha do Presidente da República, conforme o art. 77, §1º, da CF: "a eleição do Presidente da República importará a do Vice-Presidente com ele registrado".

4) correto – a afirmativa está de acordo com o art. 77, § 4º, da CF, "se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de candidato, convocar-se-á, dentre os remanescentes, o de maior votação".
5) correto – assim determina a CF, no art. 81, "caput": "vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á eleição noventa dias depois de aberta a última vaga", e no § 2º: "os eleitos deverão completar o período de seus antecessores".

4. (ESAF – Oficial de Chancelaria/MRE – 2002) Assinale a opção correta.
   a) O Presidente da República pode vetar um projeto de lei por considerá-lo contrário ao interesse público, mas não pode vetar o projeto de lei por considerá-lo apenas inconstitucional.
   b) A Constituição Federal atribui ao Supremo Tribunal Federal competência para processar e julgar o litígio entre um organismo internacional e um Estado-membro da Federação brasileira.
   c) Antes de nomear o Ministro de Estado das Relações Exteriores o Presidente da República deve necessariamente submeter o nome por ele escolhido para o cargo à aprovação de comissão da Câmara dos Deputados instituída para acompanhar a política externa do Governo.
   d) O tratado internacional tem força de lei entre nós desde o instante em que é assinado pelo representante diplomático brasileiro, independentemente de prévio exame do seu texto pelo Congresso Nacional.
   e) Um estrangeiro, qualquer que seja a sua nacionalidade, pode ser nomeado Ministro de Estado pelo Presidente da República.

↳*Resposta:*
a) errado – a CF autoriza tanto o veto político (por ser a lei contrária ao interesse público), quanto o veto jurídico (por ser a lei contrária à Constituição Federal), nos termos do art. 66, § 1º.
b) correto – nos termos do art. 102, inciso I, alínea e, da CF.
c) errado – não há na CF qualquer disposição neste sentido e não tem sido essa a interpretação do STF.
d) errado – um tratado internacional, de acordo com o entendimento do STF e da doutrina majoritária por um lado, e por outro, nos termos da Constituição, será internalizado mediante ato de promulgação do Presidente da República (art. 84, inciso IV) ou por aprovação do Legislativo (art. 5º, § 3º) conforme o caso.
e) errado – a Constituição Brasileira determina no art. 87, "caput", que só o brasileiro pode ser Ministro de Estado, salvo se Ministro de Estado de Defesa, quando, neste caso, tem que ser brasileiro nato (art. 12, § 3º, inciso VII).

5. (UNB/CESPE – PF – 2004) Na noite de 14 de março, Tancredo Neves não mais suportou a dor e passou no Hospital de Base, em Brasília, para receber alguma medicação que o mantivesse em pé na cerimônia de passagem da faixa presidencial. A situação era mais grave do que ele havia pensado, e os médicos o mantiveram internado. Às dez horas da manhã do dia 15 de março, foi o vice-presidente José Sarney quem assumiu a Presidência da República.

   Figueiredo recusou-se a passar-lhe a faixa presidencial. Na opinião dele, o poder deveria ser passado a Ulysses Guimarães, presidente da Câmara dos Deputados, que prepararia novas eleições. O general deixou o Palácio do Planalto pela porta dos fundos.

   O texto acima retrata uma situação entendida por alguns como impasse político, que surgiu na sucessão presidencial em 1985, e a solução institucional adotada. Considerando esse texto, julgue os itens a seguir, acerca da disciplina conferida ao Poder Executivo no regime da Constituição da República.

   1. Caso situação idêntica ocorresse hoje (término de mandato presidencial com presidente eleito hospitalizado no dia previsto para a posse), a solução adotada em 1985 não seria possível.
   2. O presidente e o vice-presidente da República são empossados em sessão do Congresso Nacional, prestando o compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição da República e os acordos internacionais, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil.
   3. No caso de vacância dos cargos de presidente e de vice-presidente da República, deve-se proceder a eleição noventa dias depois de aberta a última vaga. Se a vacância ocorrer nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita, trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional. Nesses casos, os eleitos deverão apenas completar o período presidencial de seus antecessores.

↳*Resposta:*

1) errado – a atual Constituição brasileira, no art. 78, parágrafo único ("se, decorridos dez dias da data fixada para a posse, o Presidente ou o Vice-Presidente, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago"), adota solução semelhante àquela solução definida pela Constituição vigente na época. Ou seja, havendo uma razão de força maior, o Vice-Presidente da República pode assumir mesmo ultrapassado o período de tolerância de dez dias.

2) errado – o art. 78, "caput", da CF/88, determina que: "o Presidente e o Vice-Presidente da República tomarão posse em sessão do Congresso Nacional, prestando o compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil", excluindo, portanto, os acordos internacionais.

3) correto – assim estabelece a atual Constituição brasileira no art. 81, "caput" e parágrafos.

6. (ESAF – MPU – 2004) Sobre o Poder Executivo, marque a única opção correta.
   a) É da competência privativa do presidente da República extinguir, mediante decreto, funções ou cargos públicos.

b) Haverá eleições indiretas para presidente e vice-presidente da República se ambos os cargos ficarem vagos nos dois últimos anos do período presidencial.
c) Admitida a acusação contra o presidente da República por infração penal comum, ele será submetido a julgamento perante o Senado Federal.
d) Integram o Conselho da República o vice-presidente da República e o ministro do Planejamento.
e) Compete ao Conselho de Defesa Nacional, órgão superior de consulta do presidente da República, opinar sobre as questões relevantes para a estabilidade das instituições nacionais.

↳*Resposta:*

a) errado – de acordo com a Constituição brasileira (art. 84, inciso VI), é da competência privativa do presidente da República extinguir, mediante decreto, funções ou cargos públicos, desde que se encontrem vagos.

b) correto – de acordo com o art. 81, §1º, da CF: "ocorrendo a vacância nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei".

c) errado – o foro competente para o julgamento do Presidente da República será junto ao STF (CF, art. 102, inciso I, alínea b), mediante prévia autorização da Câmara dos Deputados (CF, art. 52, inciso I) e desde que o ilícito penal esteja relacionado ao exercício de suas funções (CF, art. 86, § 4º).

d) errado – o art. 89, da CF, não prevê em seus incisos a figura do Ministro do Planejamento entre os membros do Conselho da República.

e) errado – compete ao Conselho da República, órgão superior de consulta do presidente da República, opinar sobre as questões relevantes para a estabilidade das instituições nacionais, nos termos da CF, art. 90, inciso II.

7. (ESAF – AFC/CGU – 2006) Sobre o Poder Executivo, assinale a única opção correta.
   a) Na eleição para Presidente da República, se antes do segundo turno ocorrer a morte do candidato a Presidente da República, o candidato a Vice-Presidente assume a cabeça da chapa e, no caso de sua eleição, em seus impedimentos, ele será substituído, sucessivamente, pelo Presidente da Câmara dos Deputados, pelo Presidente do Senado Federal e pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.
   b) Os eleitos para assumirem os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, no caso de vacância dos dois cargos, serão sempre eleitos apenas para completar o período que resta do mandato, seja essa eleição uma eleição geral ou uma eleição indireta, feita no âmbito do Congresso Nacional.
   c) Compete ao Presidente da República dispor, mediante decreto, sobre a criação ou extinção de órgãos públicos, desde que não implique aumento de despesa.
   d) Compete ao Presidente da República exercer o comando supremo das Forças Armadas e ao Ministro de Estado da Defesa, por força das suas atribuições administrativas, a nomeação dos oficiais-generais para os cargos que lhes são privativos.

e) Nos termos da Constituição Federal, o Presidente da República, na vigência de seu mandato, só pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções quando o ilícito for de natureza penal.

↳*Resposta:*

a) errado – a Constituição brasileira estabelece que "se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de candidato, convocar-se-á, dentre os remanescentes, o de maior votação" (art. 77, § 4º).

b) correto – a eleição para Presidente de República e Vice-Presidente da República, regra geral, será direta (arts. 77 e 81, "caput", da CF). Excepcionalmente será indireta (art. 81, §1º, da CF). Nas hipóteses previstas no art. 81, "caput" e §1º, o Presidente e o Vice só terminarão o restante do mandato.

A saber:

Art. 77 – "A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República realizar-se-á, simultaneamente, no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato presidencial vigente".

Art. 81, "caput" – Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á eleição noventa dias depois de aberta a última vaga.

Art. 81, § 1º – Ocorrendo a vacância nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei.

c) errado – a Constituição da República determina, no art. 84, inciso VI, alínea a, que: "compete ao Presidente da República dispor, mediante decreto, sobre organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos".

d) errado – compete ao Presidente da República, e não ao Ministro de Estado, promover os oficiais-generais das Forças Armadas e nomeá-los para os cargos que lhes são privativos (CF, art. 84, inciso XIII).

e) errado – nos termos da Constituição Federal (art. 86, § 4º), o Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções quando o ilícito for de natureza penal, ou seja, crimes não funcionais.

Cabe ressaltar que o STF interpreta esse dispositivo como "o que o art. 86, § 4º, confere ao Presidente da República não é imunidade penal, mas imunidade temporária à persecução penal: nele não se prescreve que o Presidente é irresponsável por crimes não funcionais praticados no curso do mandato, mas apenas que, por tais crimes, não poderá ser responsabilizado, enquanto não cesse a investidura na presidência".

8. (ESAF – AFRF – 2005) Sobre a organização do Poder Executivo, na Constituição de 1988, marque a única opção correta.
   a) Na eleição para presidente da República, será considerado eleito em primeiro turno de votação o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta do total de votos apurados na eleição.

b) Tendo sido autorizada, pela Câmara dos Deputados, a instauração de processo contra o presidente da República, por prática de crime comum, o presidente ficará suspenso de suas funções, em decorrência da autorização, por cento e oitenta dias, cabendo ao Supremo Tribunal Federal processá-lo e julgá-lo.
c) O Conselho da República é o órgão superior de consulta do presidente da República competente para pronunciar-se sobre questões relevantes para a soberania nacional e a defesa do Estado Democrático.
d) Compete aos ministros de Estado, na sua área de competência, referendar os atos e decretos assinados pelo presidente da República.
e) Do Conselho de Defesa Nacional participam os líderes da maioria e minoria na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

↳*Resposta:*

a) correto – essa questão foi considerada, inicialmente, errada por força da disposição constitucional prevista no art. 77, § 2º, "será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, não computados os em branco e os nulos", mas por força de recursos dos candidatos que alegaram a correspondência da proporcionalidade matemática, acabou por ser considerada correta.

b) errado – a CF determina, no art. 86, § 1º, inciso I, que "o Presidente ficará suspenso de suas funções nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal" e não a partir da autorização da Câmara dos Deputado, mas em momento posterior (se recebida a denúncia ou queixa-crime).

c) errado – conforme o art. 90, incisos I e II, o Conselho da República se presta a pronunciar-se sobre intervenção federal, estado de defesa e estado de sítio e as questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas, diversamente do Conselho de Defesa Nacional que é órgão de consulta do Presidente da República nos assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do Estado democrático (CF, art. 91, "caput").

d) correto – art. 87, parágrafo único, inciso I, da CF.

e) errado – essa participação ocorre no Conselho da República conforme o art. 89, incisos IV e V, da CF, e não no Conselho de Defesa Nacional.

A banca ESAF anulou essa questão por duplicidade de respostas corretas (a e d).

(UnB/CESPE – ABIN - 2008) Acerca do Poder Executivo, julgue o próximo item.

9. Presidente da República que praticar crime eleitoral na disputa pela reeleição pode ser julgado pelo Senado Federal por crime de responsabilidade, após aprovação de dois terços dos membros da Câmara dos Deputados.

↳*Resposta:*

errado – trata-se de ilícito de natureza penal, e a imunidade processual prevista no art. 86, § 4º, da CF, determina que "o Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado

por atos estranhos ao exercício de suas funções". Como o crime foi cometido na atividade eleitoral e não no exercício da presidência, fica suspensa a prescrição e o presidente só responderá pelo crime eleitoral após o final do mandato.

10. (UnB/CESPE - SEAD/SEDS/PCPB - 2008) É atribuição da chefia de governo
    a) celebrar tratados internacionais, mediante referendo do Congresso Nacional.
    b) vetar projetos de lei, total ou parcialmente.
    c) manter relações com estados estrangeiros.
    d) celebrar a paz.
    e) permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional.

↳*Resposta:*
a) errado – trata-se de ato de soberania, portanto de chefia de Estado (CF, art. 84, inciso VIII).
b) correto – de acordo com a CF, art. 84, inciso V.
c) errado – trata-se de ato de soberania, portanto de chefia de Estado (CF, art. 84, inciso VII).
d) errado – trata-se de ato de soberania, portanto de chefia de Estado (CF, art. 84, inciso XX).
e) errado – trata-se de ato de soberania, portanto de chefia de Estado (CF, art. 84, inciso XXII).

(UnB/CESPE – SECAD/TO – 2008) Relativamente à organização do Poder Executivo, julgue os itens subsequentes.

11. O Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional exercem atividade opinativa em relação ao presidente da República, podendo ter a sua composição alterada por meio de lei infraconstitucional.

↳*Resposta:*
errado – a composição do Conselho da República (CF, art. 89, incisos I a VII) e do Conselho de Defesa Nacional (CF, art. 91, incisos I a VIII) só pode ser alterada por meio de emenda à Constituição já que se encontra nela prevista.

12. O presidente da República pode delegar aos ministros de Estado, conforme determinação constitucional, a competência de prover cargos públicos, a qual se estende também à possibilidade de desprovimento, ou seja, de demissão de servidores públicos.

↳*Resposta:*
correto – assim entendeu o STF na seguinte decisão: ""Presidente da República: competência para prover cargos públicos (CF, art. 84, XXV, primeira parte), que abrange a de desprovê-los, a qual, portanto é susceptível de delegação a Ministro de Estado (CF, art. 84, parágrafo único): validade da Portaria do Ministro de Estado que, no uso de competência delegada, aplicou a pena de demissão ao impetrante." (MS 25.518, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, julgamento em 14-6-2006, Plenário, DJ de 10-8-2006)".

13. O presidente da República, no exercício de suas funções, só pode ser preso após o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

↳*Resposta:*

correto – conforme a CF, no art. 86, § 3º. A única dúvida pode recair sobre a expressão "trânsito em julgado", mas a doutrina assim entende.

14. O presidente da República só pode ser submetido a julgamento perante o STF, nas infrações penais comuns, após autorização da Câmara dos Deputados, por dois terços de seus membros.

↳*Resposta:*

correto – de acordo com os arts. 51, inciso I, e 86, "caput".

15. (UnB/CESPE – SEAD/SEDS/PCPB – 2009) Quanto ao Poder Executivo, assinale a opção correta.
    a) No sistema de governo presidencialista, o chefe de governo é também o chefe de Estado.
    b) Quando o presidente da República celebra um tratado internacional, o faz como chefe de governo.
    c) O presidente da República responde por crimes comuns e de responsabilidade perante o Senado Federal, depois de autorizado o seu julgamento pela Câmara dos Deputados.
    d) Algumas competências privativas do presidente da República podem ser delegadas aos ministros de estado. Entre elas está a de presidir o Conselho da República e o Conselho de Defesa quando não estiver presente na sessão.
    e) O presidente da República não pratica crime de responsabilidade quando descumpre uma decisão judicial que entende ser inconstitucional ou contrária ao interesse público.

↳*Resposta:*

a) correto – sempre que o sistema de governo for presidencialista (o chefe de governo é o Presidente da República) a forma de governo será a República (o chefe de Estado é o Presidente da República).

b) errado - quando o presidente da República celebra um tratado internacional, o faz como chefe de Estado (CF, art. 84, inciso VIII).

c) errado – em ambos os casos depende de autorização da Câmara dos deputados (CF, art. 51, inciso I) e o faz através de uma Resolução (CF, art. 59, inciso VII). Mas em caso de crime de responsabilidade política o processo e julgamento ocorrerão junto ao Senado Federal (CF, art. 52, inciso) e o processo e julgamento por crime comum ocorrerá junto ao STF (CF, art. 102, inciso I, alínea b).

d) errado – a CF, no art. 84, parágrafo único, permite ao Presidente da República delegar algumas de suas atribuições (art. 84, incisos VI - dispor, mediante decreto, sobre a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos e b) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos; XII - conceder indulto e comutar

penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei; e XXV - prover os cargos públicos federais, na forma da lei) aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações. Portanto, é indelegável a competência para presidir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional (CF, art. 84, inciso XVIII).

e) errado – o presidente da República pratica crime de responsabilidade quando atenta contra a Constituição Federal (CF, art. 85, "caput"), e especialmente contra (...) o cumprimento das leis e das decisões judiciais (CF, art. 85, inciso VII).

16. (FGV – SEFAZ/RJ – 2009) Assinale a alternativa que defina corretamente o poder regulamentar do chefe do Executivo, seja no âmbito federal, seja no estadual.
    a) O poder regulamentar confere ao chefe do Executivo a atribuição para criar direitos e obrigações, dentro de sua respectiva esfera de competência.
    b) O poder regulamentar confere ao chefe do Executivo a competência legislativa exclusiva para reparar inconstitucionalidades realizadas pelo legislador ordinário.
    c) O poder regulamentar confere ao chefe do Executivo a competência para assegurar a fiel execução da Constituição.
    d) O poder regulamentar é uma forma atípica de competência legislativa conferida ao chefe do Executivo para suprir omissões do Poder Legislativo.
    e) O poder regulamentar confere ao chefe do Executivo a competência para assegurar a fiel execução das leis, não podendo inovar o mundo jurídico.

↳*Resposta:*

a) errado – só quem pode criar direitos e obrigações são as emendas constitucionais, as normas supralegais e as normas legais. Portanto, encontram-se excluídas as normas infralegais (também denominadas secundárias, administrativas): decretos administrativos, regulamentos, instruções, etc.

b) errado – o poder regulamentar não permite ao Presidente da República alterar uma lei, mas apenas garantir sua execução (CF, art. 84, inciso IV), muito menos resolver vício de inconstitucionalidade de uma lei.

c) errado – a CF, no art. 84, inciso IV, determina que poder regulamentar confere ao chefe do Executivo a competência para assegurar a fiel execução da lei e não da Constituição.

d) errado – o poder regulamentar não se presta a legislar sobre normas constitucionais de eficácia limitada.

e) correto – de acordo com a CF, no art. 84, inciso IV.

(UnB/CESPE – AGU - 2010) Julgue o item seguinte, que versa sobre a competência dos entes federativos no Estado brasileiro.

17. Para o STF, é inconstitucional norma inserida no âmbito de constituição estadual que outorgue imunidade formal, relativa à prisão, ao chefe do Poder Executivo estadual, por configurar ofensa ao princípio republicano.

↳Resposta:

correto – a primeira parte está correta, de acordo com o entendimento do STF: "O Estado-membro, ainda que em norma constante de sua própria Constituição, não dispõe de competência para outorgar ao Governador a prerrogativa extraordinária da imunidade à prisão em flagrante, à prisão preventiva e à prisão temporária, pois a disciplinação dessas modalidades de prisão cautelar submete-se, com exclusividade, ao poder normativo da União Federal, por efeito de expressa reserva constitucional de competência definida pela Carta da República. A norma constante da Constituição estadual – que impede a prisão do Governador de Estado antes de sua condenação penal definitiva – não se reveste de validade jurídica e, consequentemente, não pode subsistir em face de sua evidente incompatibilidade com o texto da CF." (HC 102.732, Rel. Min. Marco Aurélio, julgamento em 4-3-2010, Plenário, DJE de 7-5-2010).

18. (CESPE/UNB – TRT – 2010) Acerca dos comandos constitucionais relativos ao Poder Executivo, assinale a opção correta.

a) A CF admite a possibilidade de o advogado-geral da União conceder indulto e comutar penas, com audiência dos órgãos instituídos em lei, se necessário.
b) Nos casos de crimes de responsabilidade conexos com os do presidente da República e de crimes comuns, os ministros de Estado serão processados e julgados perante o STF.
c) O presidente da República detém competência indelegável para a edição de medida provisória, a qual, na ocorrência da denominada rejeição tácita, perderá a eficácia desde a sua edição, com efeitos *ex nunc*.
d) Uma vez publicada medida provisória, são revogadas as demais normas do ordenamento jurídico que com ela sejam incompatíveis.
e) O procurador-geral da República pode, mediante delegação do presidente da República, celebrar tratados, convenções e atos internacionais, os quais se sujeitam a referendo do Congresso Nacional.

↳Resposta:

a) correto – conforme o art. 84, inciso XII e o parágrafo único.

b) errado – os Ministros de Estado, nos crimes de responsabilidade conexos com os do presidente da República serão julgados pelo Senado Federal (CF, art. 52, inciso I), caso não conexos, serão julgados pelo STF (CF, art. 102, inciso I, alínea c). Nos crimes comuns, conexos ou não com os do presidente da República, serão julgados pelo STF (CF, art. 102, inciso I, alínea c).

c) errado – a perda de eficácia do projeto de lei de conversão da medida provisória seja por rejeição, seja pela perda de eficácia por decurso de prazo (rejeição tácita), produzirá, regra geral, efeito retroativo, ou seja, "ex tunc" (CF, art. 62, § 3º: As medidas provisórias, ressalvado o disposto nos §§ 11 e 12 perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de sessenta dias, prorrogável, nos termos do § 7º, uma vez por igual período, devendo o Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas delas decorrentes).

d) errado – a medida provisória só revoga uma lei anterior que lhe seja contrária se for convertida em lei. Enquanto isto não ocorre, a medida provisória tem capacidade apenas de suspender a eficácia de norma anterior.
e) errado – a atribuição prevista no art. 84, inciso VIII, da CF, é indelegável e se caracteriza como ato de soberania, exercido pelo presidente de República na condição de chefe de Estado.

(CESPE/UNB – ANAEEL- 2010) Com relação ao disposto na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o próximo item.

19. A CF atribuiu ao presidente da República a competência privativa para prover e extinguir os cargos públicos federais, na forma da lei.

↳*Resposta:*
correto – de acordo com a CF, no art. 84, inciso XXV.

(UnB/CESPE – MPS/NS – 2010) Julgue os seguintes itens, relativos ao Poder Executivo e as suas atribuições.

20. O presidente e o vice-presidente da República não podem, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do país por período superior a quinze dias, sob pena de perda do cargo.

↳*Resposta:*
correto – conforme o art. 83 e o art. 49, III. A autorização congressual terá a forma de decreto legislativo (CF, art. 59. inciso VI).

21. Em caso de impedimento do presidente e do vice-presidente da República, ou de vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da presidência o presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.

↳*Resposta:*
correto – de acordo com a CF, art. 80.

(UnB/CESPE – MP/SE – 2010) Em relação ao Poder Executivo, à luz do que dispõe a CF, julgue o item a seguir.

22. O presidente da República pode, mediante decreto, delegar todas as atribuições privativas que a CF lhe reserva, observados os limites traçados nas delegações.

↳*Resposta:*
errado – a CF, no art. 84, parágrafo único, permite ao Presidente da República delegar algumas de suas atribuições (art. 84, incisos VI - dispor, mediante decreto, sobre a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos e b) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos; XII - conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei; e XXV - prover os cargos públicos

federais, na forma da lei) aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações.

23. (CESPE/UNB – Instituto Rio Branco/Diplomacia – 2010) O Conselho da República, previsto como órgão superior de consulta do Presidente da República, nos termos da Constituição Federal, cuida de relevantes assuntos da vida do Estado. Acerca da atuação desse Conselho, assinale a opção correta.
    a) O Ministro de Estado das Relações Exteriores dele participa como membro nato e, portanto, está dispensado de convocação para as reuniões.
    b) O Conselho da República decide, em última instância, sobre questões relevantes para a estabilidade e a continuidade das instituições democráticas.
    c) Algumas atribuições do Conselho da República são compartilhadas com o Conselho de Defesa Nacional, com o qual, no entanto, o primeiro não se confunde.
    d) O Conselho da República é composto por membros do Poder Executivo, do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e da sociedade civil.
    e) Havendo composição plena, o Conselho da República atua de forma conjunta com o Conselho Nacional de Justiça.

↳*Resposta:*

a) errado – de acordo com o art. 89, da CF, o Ministro de Estado das Relações Exteriores não participa do Conselho da República.

b) errado – o Conselho da República não decide, mas apenas pronuncia-se (parecer) sobre intervenção federal, estado de defesa, estado de sítio e as questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas (CF, art. 90, incisos I e II).

c) correto – são atribuições comuns ao Conselho da República e ao Conselho de Defesa Nacional se pronunciarem sobre: intervenção federal, estado de defesa e estado de sítio (CF, art. 90, inciso I e art. 91, § 1º, inciso II).

d) errado – o Conselho da República é composto por membros do Poder Legislativo (CF, art. 89, incisos II, III, IV, V: Presidente da Câmara dos Deputados, Presidente do Senado Federal, líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados e líderes da maioria e da minoria no Senado Federal), do Poder Executivo (art. 89, incisos I e VI: o Vice-Presidente da República e Ministro da Justiça) e da sociedade civil (art. 89, incisos VII: seis cidadãos brasileiros natos). Na sua composição não se encontram membros do Poder Judiciário.

e) errado – os dois Conselhos atuam separadamente e por motivos, regra geral, diversos.

CONTROLE DA CONSTITUCIONALIDADE

Rigidez e Supremacia Constitucional

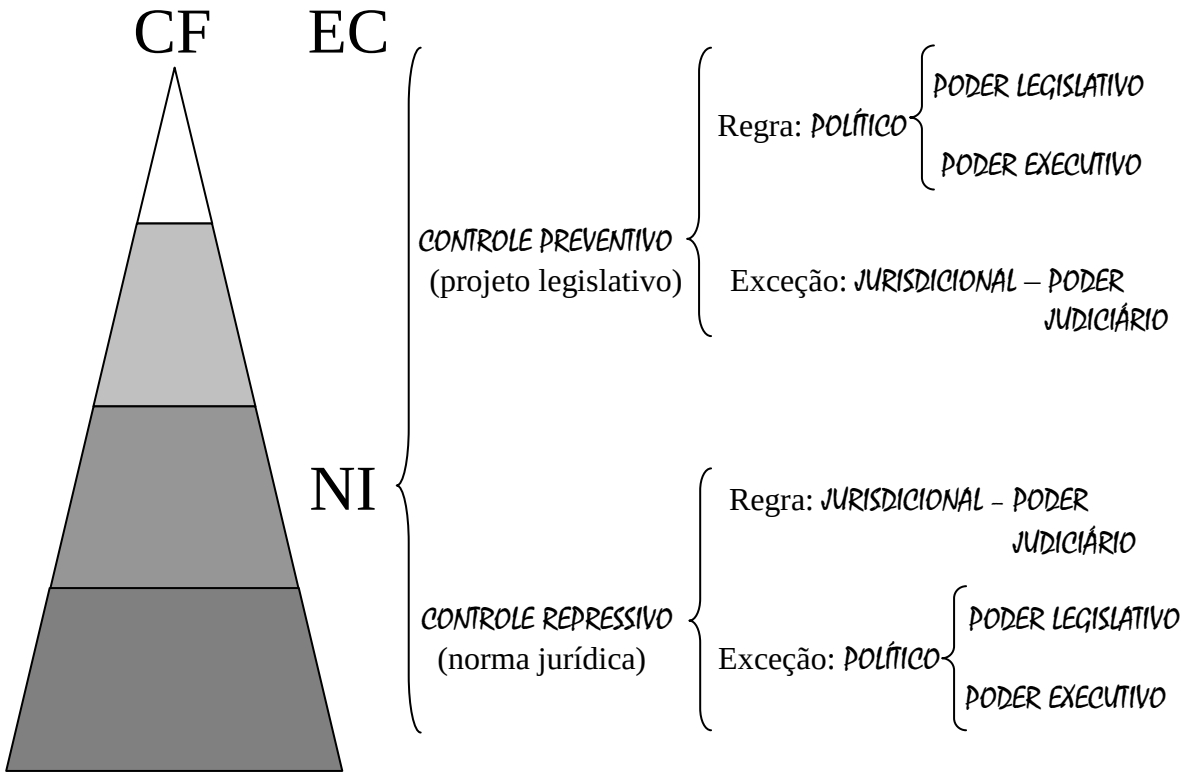
As Constituições rígidas e semirrígidas, naquilo que têm de rígidas, se caracterizam por contar para sua alteração com exigências formais especiais, como um procedimento legislativo especial, diferente e mais difícil do que aquele exigido para a elaboração de normas jurídicas ordinárias como as leis complementares e leis ordinárias, podendo impor outras, como por exemplo, de ordem material. [104]

Em consequência dessa rigidez que caracteriza certas Constituições, como é o caso da atual Constituição brasileira, se reconhece o princípio da supremacia formal ou jurídica da Constituição soberana sobre as demais normas jurídicas ordinárias.

Surge a distinção de duas categorias de normas jurídicas: as normas jurídicas constitucionais e as normas jurídicas ordinárias. As primeiras impondo-se sobre as demais. Daí a conclusão de que as normas jurídicas ordinárias encontram validade se compatíveis formal e materialmente com as normas jurídicas constitucionais.

Se em desconformidade com a Constituição, as normas jurídicas ordinárias se sujeitam ao controle da constitucionalidade.

A atual Constituição brasileira reconhece a possibilidade de inconstitucionalidade sob o ponto de vista preventivo, sobre projeto de lei, e repressivo (*a posteriori* ou sucessivo), sobre lei.



[104] De acordo com José Afonso da Silva, "a estabilidade das Constituições não deve ser absoluta, não pode significar imutabilidade. Não há Constituição imutável diante da realidade cambiante".
Assim também Zeno Veloso, em *Controle Jurisdicional de Constitucionalidade*, Editora Del Rey, BH, entre outros.

Controle Preventivo da Constitucionalidade

Trata-se do controle sobre ato normativo ou lei que ainda se encontra em fase de formação.

O controle preventivo, que busca evitar a infiltração no ordenamento jurídico de leis incompatíveis com a Constituição, é tradicionalmente observado através do controle político, ou seja, exercido pelos poderes políticos: Poder Legislativo e Poder Executivo.

Entretanto, é possível observar o controle jurisdicional através do Poder Judiciário, exercido pelo Supremo Tribunal Federal.

1. Controle Político

Assim denominado porque realizado por poderes estatais desvestidos do poder jurisdicional.

a) Controle pelo Legislativo

O projeto de lei é estudado pelas comissões parlamentares que emitem pareceres favoráveis ou desfavoráveis à sua aprovação e neste momento sofre o exame, pela comissão permanente de constituição e justiça das Casas legislativas, da (in)compatibilidade da proposta em confronto com as diretrizes constitucionais, sejam aquelas que se impõe quanto à forma (regras processuais), sejam as que se impõe quanto à matéria (substância, conteúdo). Portanto um projeto de lei pode estar fulminado por inconstitucionalidade formal e/ou inconstitucionalidade material.

Se qualquer vício de inconstitucionalidade passar pelo crivo da comissão, ainda estará sujeito ao controle do plenário, quando for o caso[105].

b) Controle pelo Executivo

Recai apenas sobre os projetos de lei que admitem, quanto ao procedimento legislativo, o exame da constitucionalidade pelo chefe do Executivo, nos termos do art. 66, §§ 1º a 3º, da CF.

O Presidente da República poderá vetar o projeto (veto jurídico). Cabe lembrar que não incorrerá neste controle exercido pelo Executivo o projeto de emenda à Constituição (PEC). Aliás, o chefe do Executivo só pode vetar ou sancionar projeto de lei ordinária ou de lei complementar.

É de salientar ainda que enquanto o controle da constitucionalidade exercido pelo Legislativo tem o poder de trancar o processo legislativo, o veto presidencial decorrente do reconhecimento de inconstitucionalidade de proposição desta lei tem o condão de alertar o legislativo para a existência de vício, mas não de paralisar o processo legislativo[106].

2. Controle Jurisdicional

Assim denominado porque realizado por órgão estatal revestido do poder jurisdicional.

Até recentemente o entendimento doutrinário e jurisprudencial admitia o controle preventivo da constitucionalidade apenas na esfera política.

Atualmente percebe-se a possibilidade excepcional de controle preventivo pelo Judiciário através do Supremo Tribunal Federal. Essa possibilidade surge a partir da existência de projeto de emenda à

[105]Observar que nem todo projeto legislativo vai à plenário, conforme o art. 58, parágrafo 2, inciso I, da CF.

[106]É bom lembrar que o veto pode ser derrubado pelo Congresso Nacional, de acordo com o art. 66, §§ 4º e 6º, da CF.

Constituição (PEC) ou projeto de lei "que atinja o cerne fixo, o núcleo imodificável, as chamadas cláusulas pétreas da CF" ou que ocorra por procedimento legislativo diverso do que estabelece a Constituição Federal.

Ressalte-se, porém que essa possibilidade ocorre, até a atual data, por via de exceção e não por ADIN (ação direta de inconstitucionalidade). A princípio permanece inalterada a tese de que "ADIN só pode ter por objeto leis e atos normativos já editados e publicados. Por esta via, não poderia ser atacado ato normativo em gestação, em fase de discussão e votação, portanto, em período de formação, sem estar ultimado e concluído o respectivo processo legislativo" [107].

Vide informativo do STF nº 479: "O parlamentar dispõe de legitimação ativa para suscitar o controle incidental de constitucionalidade pertinente à observância, pelas Casas do Congresso Nacional, dos requisitos – formais e/ou materiais – que condicionam a válida elaboração das proposições normativas, enquanto estas se acharem em curso na Casa legislativa a que pertence o congressista interessado. - Com a aprovação da proposição legislativa ou, então, com a sua transformação em lei, registra-se, não só a perda superveniente do objeto do mandado de segurança, mas a cessação da própria legitimidade ativa do parlamentar, para nele prosseguir (...)". MS 26712 ED-MC/DF RELATOR: MIN. CELSO DE MELLO EMENTA.

Controle Repressivo da Constitucionalidade

Trata-se do controle sobre ato normativo ou lei que já se aperfeiçoou enquanto tal.

O controle repressivo busca, em regra, sustar os efeitos da lei incompatível ou ato normativo com a Constituição vigente.

De acordo com José Afonso da Silva, há três sistemas de controle de constitucionalidade:

1) controle político: entrega a verificação da constitucionalidade de lei ou ato normativo a órgão de natureza política ou a órgão especial;

2) controle jurisdicional: conhecido como *judicial review* (EUA), permite a declaração de inconstitucionalidade pelo Poder Judiciário; e

3) controle misto: a Constituição admite o controle da constitucionalidade das leis ora por órgãos políticos (controle político), ora por órgão judicial (controle jurisdicional).

No Brasil é tradicionalmente observado através do controle jurisdicional, ou seja, exercido pelos órgãos do Poder judiciário. Entretanto, é possível também observar esse controle seja através da atuação do Legislativo, seja através da atuação do Executivo.

[107] Zeno Veloso, *Controle Jurisdicional de Constitucionalidade*, Editora Del Rey, BH, p. 158.

1. Controle Político

a) Controle pelo Legislativo

A Constituição brasileira expressamente permite o exercício do controle da constitucionalidade pelo Legislativo no art. 49, inciso V, quando da sustação de atos normativos exarados pelo Executivo e que ultrapassem os termos estabelecidos pelo art. 68 e § 1º.

Por outro lado, o STF tem admitido que o chefe do Legislativo não aplique lei que considere inconstitucional, determinando que seus órgãos subordinados a deixem de aplicar administrativamente, até que venha a ser examinada definitivamente essa questão[108].

Outra hipótese é o exame da constitucionalidade da medida Provisória em razão do atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, previstos no art. 62, §§ 5º e 9º.

b) Controle pelo Executivo

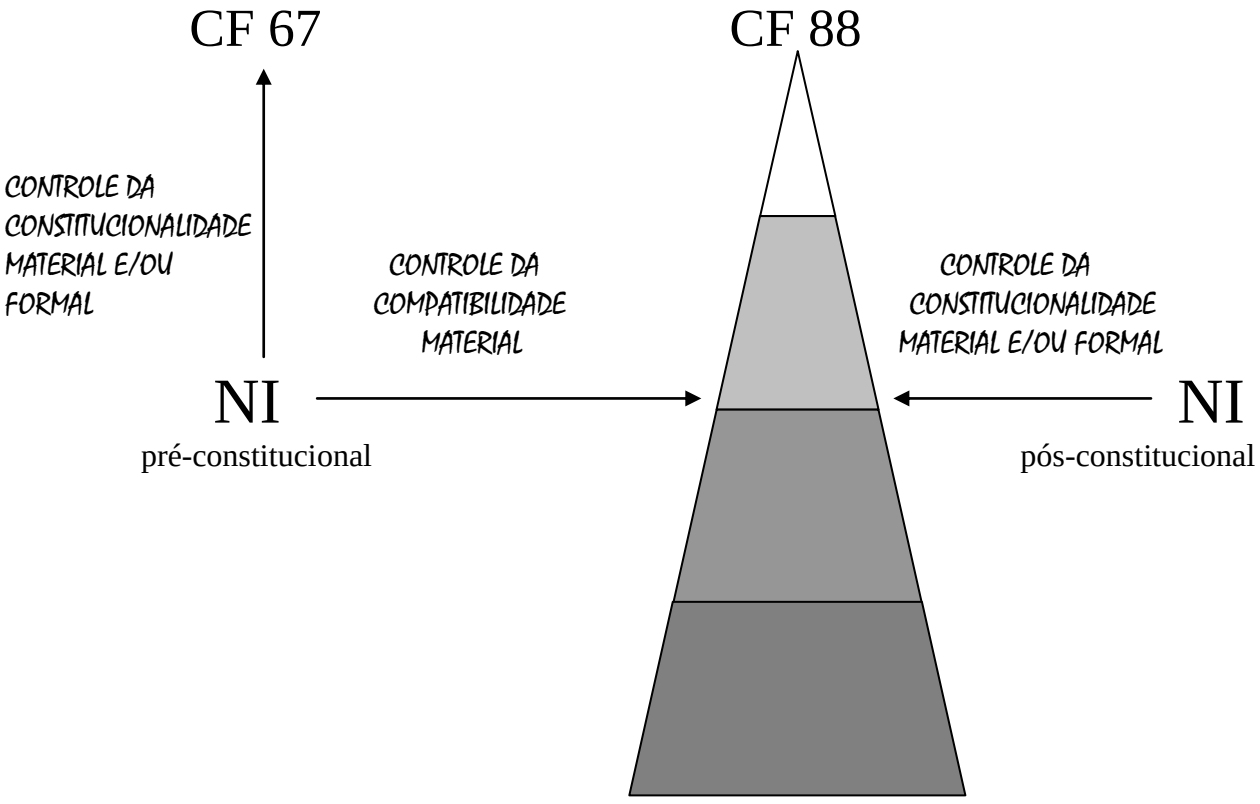
Igualmente tem o STF admitido que o chefe do Executivo (assim como já vimos antes, o chefe do Legislativo) também tem poder para negar aplicação de lei ou ato normativo com fundamento no argumento de sua inconstitucionalidade.

2. Controle Jurisdicional

Os sistemas constitucionais conhecem dois critérios de controle da constitucionalidade:

⇒ Controle difuso (ou jurisdição constitucional difusa)

⇒ Controle concentrado (ou jurisdição constitucional concentrado)



[108] Atente-se para o fato de ser esta competência exclusiva dos chefes do Executivo e do Legislativo e não se estende aos seus subordinados. Caberá a esses apenas não aplicar a decisão de seus chefes.

CONTROLE INCIDENTAL DA CONSTITUCIONALIDADE

Fruto da prática jurídica norte-americana[109], e adotada no Brasil desde a Constituição de 1891, não há ataque direto à lei inquinada de vício, antes, ataca-se o ato, o fato ou a conduta que se pretende praticar com base na lei. Portanto, o que se busca é resguardar um direito concreto e alega-se como via de defesa ou de exceção, a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo que admite lesão a esse direito que se busca proteger. Por isso também conhecida por fiscalização concreta, por via de exceção[110] ou de defesa.

Na fiscalização incidental da constitucionalidade:

⇒ quem pode suscitar a questão constitucional:

- O juiz pode declarar de ofício, ainda que nenhuma das partes (autor e réu na ação judicial) alegue a inconstitucionalidade do ato normativo ou lei como tese de defesa do direito em questão.
- O juiz ou o tribunal pode declarar impulsionado pela alegação de inconstitucionalidade por uma das partes (física ou jurídica, privada ou de direito público, inclusive o Ministério Público através da ação civil pública quando para a defesa de direitos difusos ou coletivos e nestes casos o efeito será *inter partes*) como meio de defesa de direito concreto objeto do litígio (da ação judicial). Neste caso a alegação de inconstitucionalidade pode partir das partes (autor e réu) ou terceiros (assistentes, litisconsortes, opoentes).

⇒ competência para decidir a questão constitucional:

- "Decidirá a questão constitucional, incidentalmente suscitada, o juiz ou o tribunal competente para, em primeiro ou em grau de recurso, processar e julgar a causa" [111].

A declaração de inconstitucionalidade pelo tribunal exige a observância do princípio da reserva de plenário (ou cláusula de reserva de plenário), ou seja, a decisão terá que ser por maioria absoluta do plenário (CF, art. 97) ou do órgão especial (CF, art. 93, inciso XI), numa primeira decisão daquele tribunal sobre aquela matéria.

> ***Súmula Vinculante nº 10, do STF**: Viola a cláusula de reserva de plenário (CF, artigo 97) a decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte.*

Mas, segundo o STF, já havendo precedente de inconstitucionalidade pelo tribunal ou pelo STF, poderão novas manifestações neste sentido ser proferidas por órgãos fracionários (como seções, turmas ou

[109]O juiz Marshall decidiu questão demandada no caso Marbury X Madison, declarando pela primeira vez a inconstitucionalidade de lei por via incidental.
[110]A palavra *exceção* é empregada em sentido amplo para abranger toda a matéria da defesa, significando defesa. José Afonso da Silva, *Da Jurisdição Constitucional no Brasil e na América Latina*, p. 127.
[111]Clèmerson Merlin Clève, *Fiscalização Abstrata da Constitucionalidade no Direito Brasileiro*, Editora Revista dos Tribunais, p. 99.

câmaras) [112]. Por outro lado, a declaração da constitucionalidade de uma lei pode ser proclamada por órgão fracionário, independentemente de precedente neste sentido.

⇒ efeitos da decisão:

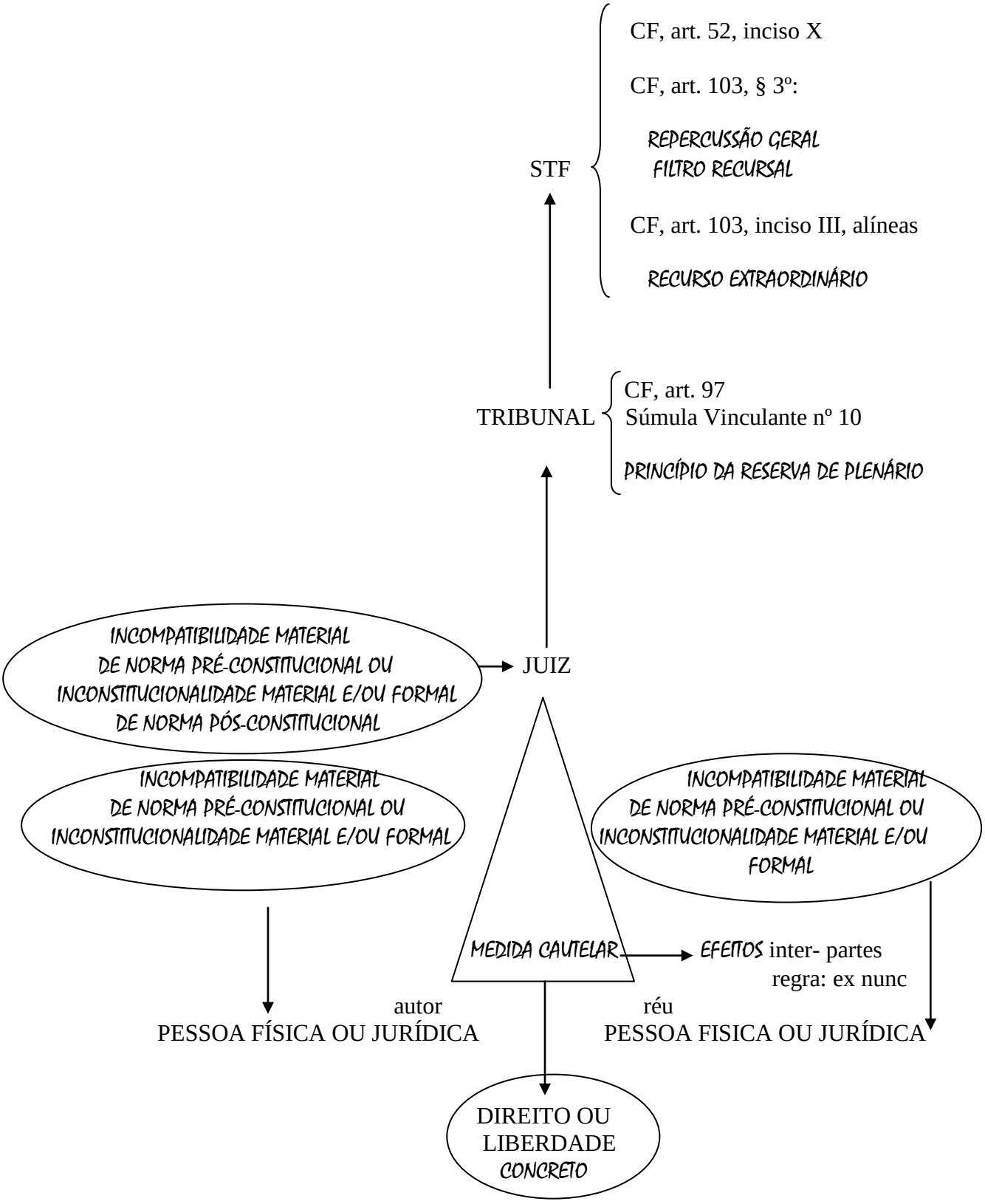
- A declaração de inconstitucionalidade implica no reconhecimento da nulidade da lei em relação ao caso concreto (efeito *inter partes*), deixando de produzir efeitos futuros e, regra geral, desconstituindo os efeitos provocados pela norma antes da declaração de sua inconstitucionalidade (*ex tunc*).
- A declaração de inconstitucionalidade será estendida a todos (*erga omnes*) quando a decisão definitiva do STF (que lá chegou por via de recurso extraordinário, de acordo com o art. 102, III, e § 3º da CF) for comunicada ao Senado Federal e este suspender a sua execução (art. 52, inciso X), através de uma Resolução (CF, art. 59, inciso VII). Ainda aqui será *ex tunc*, segundo entendimento do STF, no âmbito da Administração Pública Federal.

Ainda que haja controvérsia doutrinária, o STF entendeu que o Senado Federal não está obrigado a suspender a eficácia, com efeito, "erga omnes" da norma declarada inconstitucional pelo STF, conforme a decisão: "(...) procedência da arguição de inconstitucionalidade por incompatibilidade com a Constituição, que, não obstante já declarada pelo Supremo Tribunal Federal, teve o processo de suspensão do dispositivo arquivado, no Senado Federal, que, assim, negou-se a emprestar efeitos "erga omnes" à decisão proferida na via difusa do controle de normas." (ADI 15, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, julgamento em 14-6-2007, Plenário, DJ de 31-8-2007).

⇒ natureza do processo:

- processo subjetivo (porque conta com partes diretamente interessadas e depende da demonstração de um interesse jurídico específico).

[112] A inconstitucionalidade pronunciada pelo tribunal, sem satisfação da exigência referida, implicará a aplicação da lei contestada como se fosse constitucional. Clèmerson, p. 102.


STF
CF, art. 52, inciso X
CF, art. 103, § 3º:
REPERCUSSÃO GERAL
FILTRO RECURSAL
CF, art. 103, inciso III, alíneas
RECURSO EXTRAORDINÁRIO
TRIBUNAL
CF, art. 97
Súmula Vinculante nº 10
PRINCÍPIO DA RESERVA DE PLENÁRIO
INCOMPATIBILIDADE MATERIAL DE NORMA PRÉ-CONSTITUCIONAL OU INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL E/OU FORMAL DE NORMA PÓS-CONSTITUCIONAL
JUIZ
INCOMPATIBILIDADE MATERIAL DE NORMA PRÉ-CONSTITUCIONAL OU INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL E/OU FORMAL
INCOMPATIBILIDADE MATERIAL DE NORMA PRÉ-CONSTITUCIONAL OU INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL E/OU FORMAL
MEDIDA CAUTELAR
EFEITOS inter- partes
regra: ex nunc
autor
PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA
réu
PESSOA FISICA OU JURÍDICA
DIREITO OU LIBERDADE CONCRETO

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE INTERVENTIVA

Ação Direta Interventiva da União nos Estados-membros e no Distrito Federal.

Destinada a promover a intervenção federal em Estado ou no Distrito Federal[113], fundamenta-se na defesa da execução de lei federal e da observância dos chamados *princípios sensíveis* (ou princípios constitucionais estabelecidos), previstos no art. 34, incisos VI e VII, da CF. A função do STF é decidir o caso concreto, ainda que por meio de uma ação direta.

Na Ação Direta Interventiva federal:

⇒ quem pode suscitar a questão constitucional:

- A União representada pelo Procurador-Geral da República que tem o poder de provocar a tutela jurisdicional (arts. 36, inciso III, e 129, inciso IV, da CF).

⇒ competência para decidir a questão constitucional:

- Cabe ao STF decidir pela procedência (pelo *provimento*), autorizando a intervenção federal (devendo então o Presidente da República decretar a intervenção federal para restabelecer a normalidade naquele Estado ou no Distrito Federal), ou decidir pela improcedência (não cabendo então a declaração de intervenção).

⇒ efeitos da decisão:

- Ao admitir (ou não) a intervenção federal, constitui mecanismo de solução de controvérsia entre a União e o Estado Federado ou Distrito Federal. A decisão final não reconhece nulidade de lei alguma[114].

⇒ natureza do processo:

- processo subjetivo (porque conta com partes interessadas e depende da demonstração de um interesse jurídico específico).

b) Fiscalização abstrata da constitucionalidade:

Ocorre por:

◊ Ação Genérica de Inconstitucionalidade ou Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN ou ADI)

◊ Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADECON ou ADC)

◊ Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF)

◊ Ação de Inconstitucionalidade por Omissão (AIPO, ADIO ou ADINPO)

[113]José A. da Silva, *Curso de Direito Constitucional Positivo*, p.54.
[114]Clèmerson, p. 130.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

Também denominada Ação Genérica de Inconstitucionalidade.

Somente com uma emenda à Constituição, em 1965, é que o Brasil adotou verdadeiro instrumento provocador da fiscalização abstrata dos atos normativos[115].

O controle jurisdicional concentrado por via de ação direta de inconstitucionalidade (ADIn), destina-se a alcançar a declaração de inconstitucionalidade , em tese, de lei ou ato normativo federal ou estadual (art. 102, inciso I, a, CF) e de emendas à Constituição e ato normativo ou lei distrital naquilo que se assemelhar à competência estadual (de acordo com entendimento do STF).

"Na ação direta de inconstitucionalidade não se estará julgando uma relação jurídica específica, uma situação particularizada, mas validade da norma, *in abstrato*. Portanto, tem por objeto a regra jurídica, em si mesma, sem considerar sua aplicação a um caso concreto" [116].

Na fiscalização genérica de inconstitucionalidade:

⇒ quem pode suscitar a questão constitucional:

- Nessa ação inexistem partes e lide, ou melhor, existem partes meramente formais, já que não se trata de defesa de direitos subjetivos. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e a Lei 9.868, de 10 de novembro de 1999, estabelecem diferentes tratamentos entre os legitimados universais (CF, art. 103, incisos I, II, III, VI, VII, VIII) ("que têm interesse em preservar a supremacia da Constituição por força das próprias atribuições institucionais" [117]) e os legitimados especiais (CF, art. 103, incisos IV, V, IX) (que têm que demonstrar interesse, ou seja, "pertinência entre o ato impugnado e as funções exercitadas pelo órgão ou entidade" [118], isto é, *pertinência temática*).

Assim como o STF já se posicionava, a Lei 9.868/99 estende a legitimidade ativa (como legitimados especiais) à Mesa da Assembleia Legislativa e ao Governador Distrital.

Ainda cabe observar que o STF não pode, pela via da ação direita de inconstitucionalidade, declarar a inconstitucionalidade de ofício, ou seja, sem que os legitimados ativos demandem em ação própria.

⇒ competência para decidir a questão constitucional:

- Em se tratando do exame da constitucionalidade de ato normativo ou lei em tese frente à Constituição Federal, cabe ao STF decidir pela procedência ou improcedência do pedido (art. 102, inciso I, alínea a, da CF), após ter ouvido previamente o Procurador Geral da República que funciona como fiscal da lei (*custos legis*), de acordo com o art. 103, § 1º, da CF. Observando que há divergência doutrinária quanto à necessidade dessa participação do PGR quando for ele a impetrar a ADIn, na qualidade de fiscal da lei. Ainda há de se lembrar da necessária participação do Advogado Geral da União como curador da lei, garantindo a ampla defesa da presunção de constitucionalidade desta lei (CF, 103, § 2º), decorrente do controle preventivo da constitucionalidade anteriormente examinado. O AGU não defenderá a norma

[115] Clèmerson, p. 139.
[116] Zeno Veloso, p. 61.
[117] Clèmerson, p. 162.
[118] idem.

objeto da ADIN quando o STF já a reconheceu inconstitucional em controle incidental ou quando a norma for prejudicial aos interesses da União.

⇒ efeitos da decisão:

- A atual Constituição Federal brasileira, no art. 102, § 2º, estabelece expressamente quais são os efeitos da decisão de uma declaração de inconstitucionalidade de ato normativo ou lei em tese. A Lei 9.868/99 regulamenta o processo e julgamento da ADI (e também da ADC) e esclarece quanto aos esses efeitos.

A Lei 9.868 reproduziu grande parte do entendimento jurisprudencial do STF ao regulamentar o processo e julgamento da ADIn:

- A declaração de inconstitucionalidade implica no reconhecimento da nulidade da lei em tese oponível a todos (efeito *erga omnes*), deixando de produzir efeitos e desconstituindo os efeitos provocados, retroagindo até o nascimento da norma impugnada (*ex tunc*). Essa é a regra, admitindo a referida lei, conforme já fazia o STF, que o Pretório Excelso excepcione determinando o efeito *ex nunc (Lei 9.868, arts 27 e 28, parágrafo único)*.

Não há necessidade de comunicação ao Senado Federal para que este suspenda a sua execução (art. 52, inciso X).

- "A decisão judicial, segundo a doutrina consagrada, é declaratória (reconhece um estado preexistente) e não constitutiva negativa" [119].

De acordo com o STF e parte da doutrina, o ato normativo ou lei em tese é nula e não anulável, produzindo efeitos repristinatórios e não repristinação[120].

- A Lei 9.868/99 reconhece ainda à declaração de inconstitucionalidade de ato normativo ou de lei em tese o efeito vinculante, ou seja, oponível aos órgãos administrativos e judiciais, mas não obrigando o órgão legislativo, podendo este alterar, modificar ou mesmo revogar a lei em questão. Diversamente da ADECON, quando esse efeito está previsto expressamente pela própria Constituição Federal, conforme verificamos no art. 102, § 2º.
- Ainda de acordo com a Lei 9.868, no art. 24, a ADIn tem caráter dúplice (ou ambivalente), ou seja, proclamada a constitucionalidade do preceito impugnado por improcedência do pedido, os efeitos serão do reconhecimento definitivo da presunção, antes relativa, da constitucionalidade da lei.

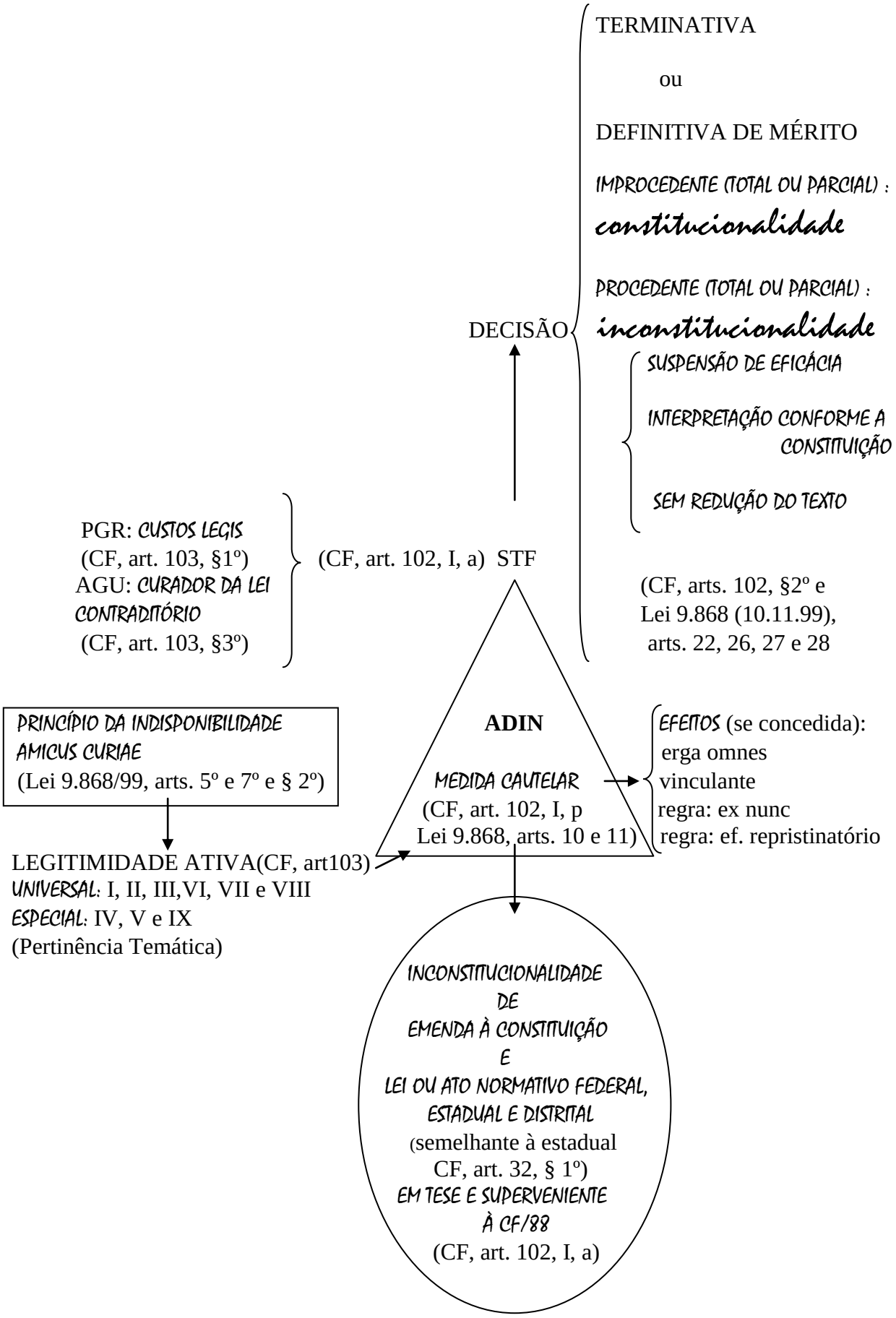
⇒ natureza do processo:

processo objetivo (porque não conta com partes interessadas e não depende da demonstração de um interesse jurídico específico, inexiste lide). O que se busca é a defesa da ordem constitucional objetiva.

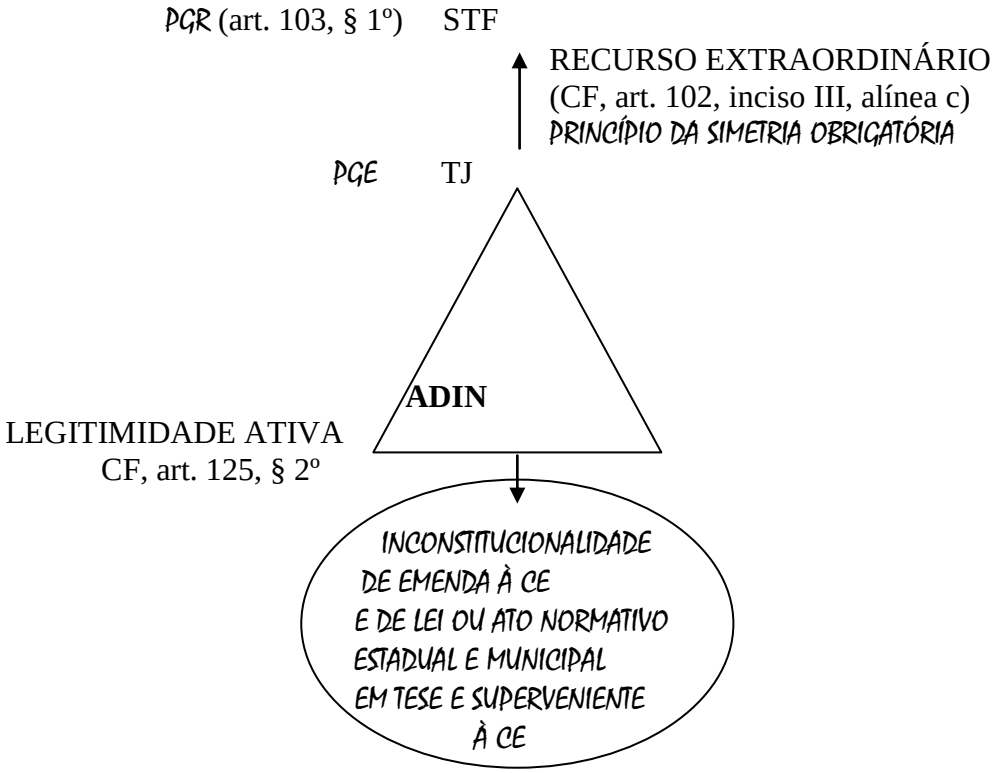
[119] Clèmerson, p. 244.

[120] De acordo com Clèmerson, p. 250, "é possível estabelecer distinção entre puro *efeito repristinatório* e a *repristinação*. Por *efeito repristinatório* identificar-se-ia o fenômeno da reentrada em vigor da norma *aparentemente* revogada. Já a *repristinação*, instituto distinto, substanciaria a reentrada em vigor da norma *efetivamente* revogada em função da revogação (mas não da anulação) da norma revogadora. A *repristinação*, salvo hipótese de expressa previsão legislativa, inocorre no direito brasileiro".

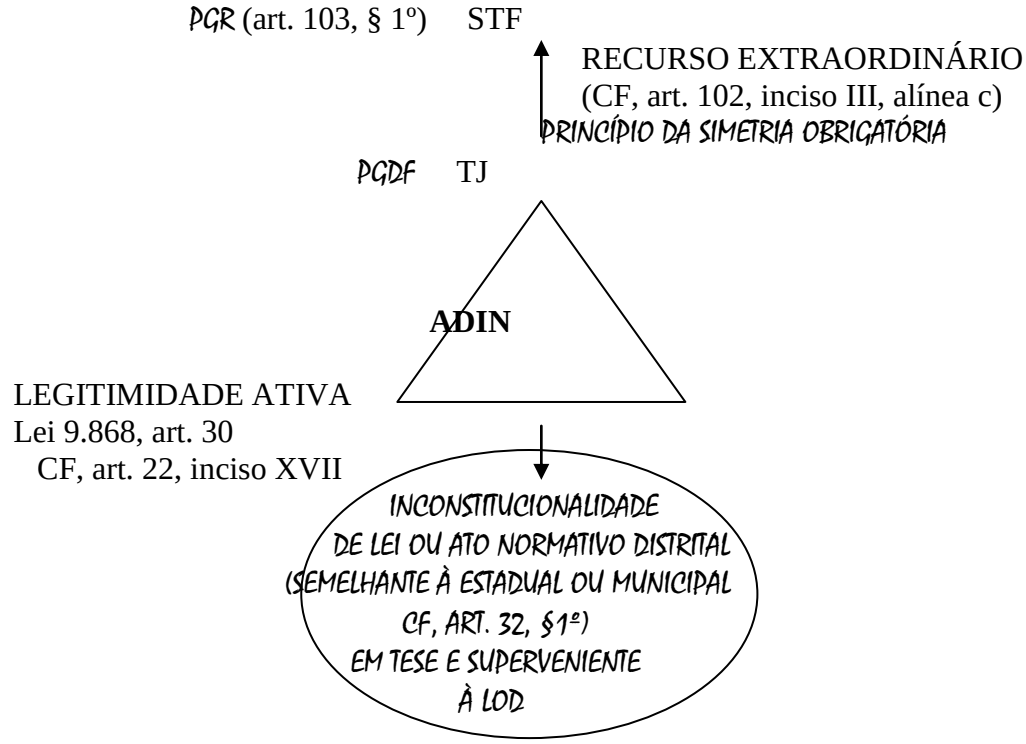
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE (em face à CF)


TERMINATIVA
ou
DEFINITIVA DE MÉRITO
IMPROCEDENTE (TOTAL OU PARCIAL) : constitucionalidade
PROCEDENTE (TOTAL OU PARCIAL) : inconstitucionalidade
DECISÃO
SUSPENSÃO DE EFICÁCIA
INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO
SEM REDUÇÃO DO TEXTO
(CF, arts. 102, §2º e Lei 9.868 (10.11.99), arts. 22, 26, 27 e 28
PGR: CUSTOS LEGIS (CF, art. 103, §1º)
AGU: CURADOR DA LEI CONTRADITÓRIO (CF, art. 103, §3º)
(CF, art. 102, I, a) STF
ADIN
MEDIDA CAUTELAR (CF, art. 102, I, p Lei 9.868, arts. 10 e 11)
EFEITOS (se concedida):
erga omnes
vinculante
regra: ex nunc
regra: ef. repristinatório
PRINCÍPIO DA INDISPONIBILIDADE
AMICUS CURIAE
(Lei 9.868/99, arts. 5º e 7º e § 2º)
LEGITIMIDADE ATIVA(CF, art103)
UNIVERSAL: I, II, III,VI, VII e VIII
ESPECIAL: IV, V e IX
(Pertinência Temática)
INCONSTITUCIONALIDADE DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO E LEI OU ATO NORMATIVO FEDERAL, ESTADUAL E DISTRITAL (semelhante à estadual CF, art. 32, § 1º)
EM TESE E SUPERVENIENTE À CF/88
(CF, art. 102, I, a)

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE (em face à CE)



AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE (em face à LOD)



AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE

Figura processual nova, mas não propriamente uma inovação[121] da CF/88, a partir da Emenda Constitucional 3/93, regulamentado pela Lei 9.868/99, o controle jurisdicional concentrado por via de ação declaratória de constitucionalidade (ADECON), destina-se a alcançar definitivamente o reconhecimento da constitucionalidade, em tese, de lei ou ato normativo federal, dando fim à discussão judicial sobre a legitimidade de uma lei ou ato normativo federal, diversamente da ação direta de inconstitucionalidade, cujo "objetivo é eliminar da ordem jurídica a lei ou ato normativo federal ou estadual" (ou ainda distrital no que se assemelha a competência estadual) "que se apresente em contradição ou antagonismo com a Constituição" [122].

A ADECON também guarda natureza dúplice ou ambivalente: ao ser julgada improcedente, quanto ao mérito, pelo STF, estará declarando a inconstitucionalidade de norma objeto da ação (Lei 9.868, art. 24).

Na ação declaratória de constitucionalidade:

⇒ quem pode suscitar a questão constitucional:

- Nessa ação inexistem partes e lide, ou melhor, existem partes meramente formais, já que não se trata de defesa de direitos subjetivos. A Constituição Federal brasileira estabelece, no art. 103, que os mesmo legitimados para a ADI, também o serão para a ADC.

⇒ competência para decidir a questão constitucional:

Em se tratando da busca de confirmação da constitucionalidade de ato normativo ou lei federal em tese frente à Constituição Federal, cabe ao STF decidir pela procedência ou improcedência do pedido (art. 102, inciso I, alínea a).

⇒ efeitos da decisão:

- A atual Constituição Federal brasileira estabelece expressamente quais são os efeitos da decisão de uma declaração de constitucionalidade de ato normativo ou lei federal em tese, no art. 102, § 2º, referendada pela lei regulamentadora n. 9.868/99.
- A declaração de constitucionalidade implica no reconhecimento da legitimidade da lei oponível a todos (efeito *erga omnes*), reconhecimento esse retroagindo até o nascimento da norma impugnada (*ex tunc*). Essa é a regra, admitindo-se que o Pretório Excelso excepcione determinando o efeito *ex nunc* (Lei 9.868, arts 27 e 28, parágrafo único).
- "A decisão judicial, segundo a doutrina consagrada, é declaratória (reconhece um estado preexistente) e não constitutiva negativa" [123].
- A CF reconhece, expressamente, à declaração de constitucionalidade de ato normativo ou de lei em tese o efeito vinculante, ou seja, oponível aos órgãos administrativos e judiciais (art. 102, §2º, CF). Não obrigando o órgão legislativo, podendo este alterar, modificar ou mesmo revogar a lei em questão.

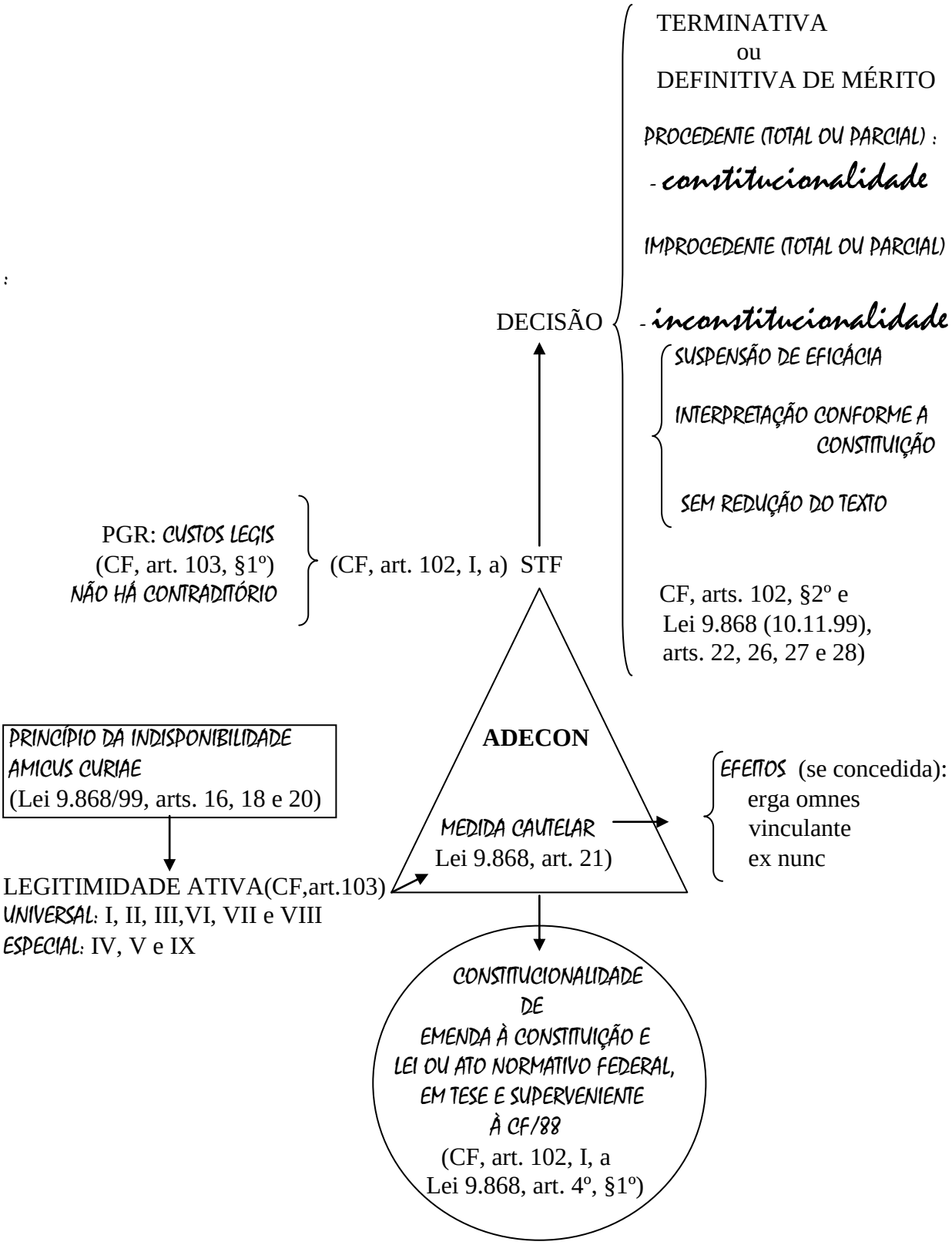
[121]Clèmerson alerta para o fato de que "a ação direta de constitucionalidade não exprime absoluta novidade do direito brasileiro. Com efeito, a ação de inconstitucionalidade é também uma ação de constitucionalidade" porque "o STF, na ação de inconstitucionalidade, tanto pode declarar a constitucionalidade como a inconstitucionalidade do ato impugnado". Pag. 290.
Da mesma forma, pela natureza dúplice ou ambivalente da ADIn, Gilmar Ferreira Mendes, *Ação declaratoria de constitucionalidade*, p. 78; entre outros.
[122]Zeno Veloso, pag. 281.
[123]Clèmerson, p. 244.

- Ainda de acordo com a Lei 9.868, a ADECON tem caráter dúplice (ou ambivalente), ou seja, proclamada a inconstitucionalidade do preceito impugnado por improcedência do pedido, os efeitos serão os mesmos da ADIn julgada procedente (Lei 9.868, art. 24).

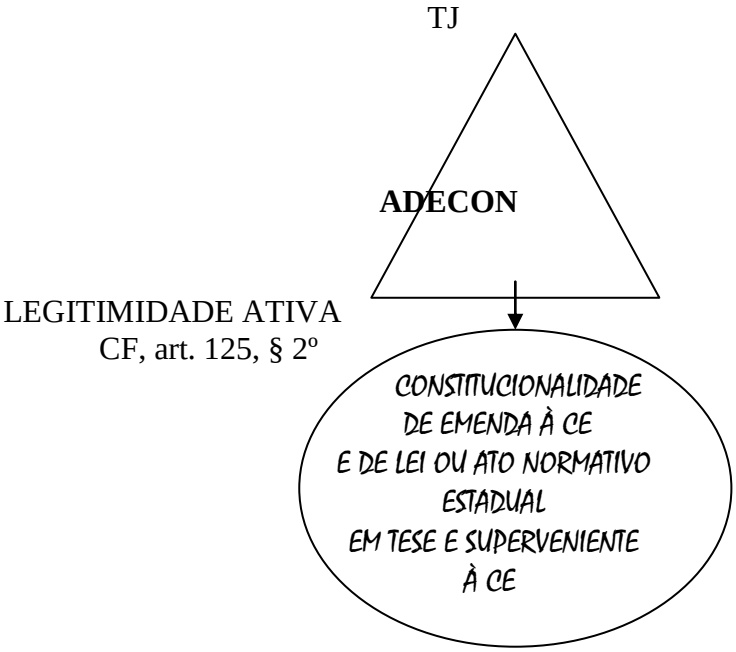
⇒ natureza do processo:

- processo objetivo (porque não conta com partes interessadas e não depende da demonstração de um interesse jurídico específico, inexiste lide). O que se busca é a defesa da ordem constitucional objetiva.

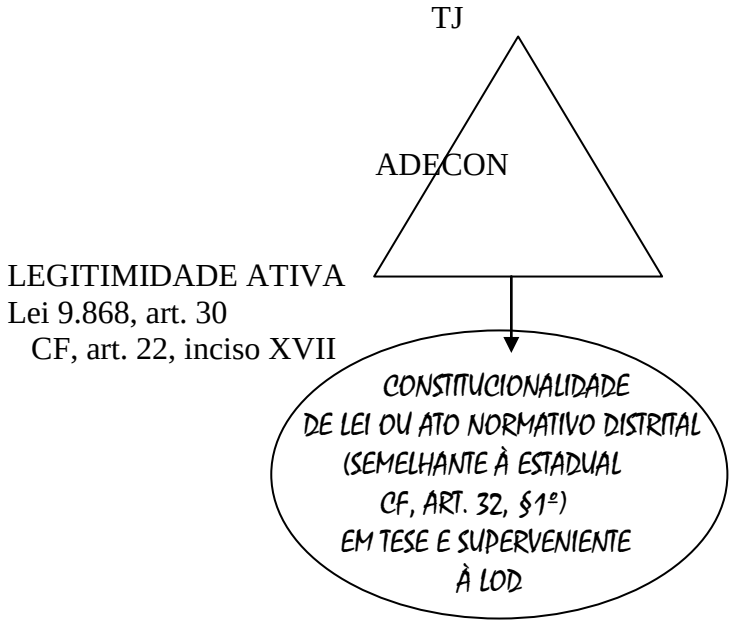
AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE (em face à CF)



AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE (em face à CE)



AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE (em face à LOD)



ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL

Figura processual nova surgiu a partir da atual Constituição brasileira, e encontra-se regulamentada pela Lei 9.882, de 03/12/1999, a arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF), destina-se a reconhecer definitivamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo que não possa ser objeto de controle da constitucionalidade por outro meio. Destina-se a examinar, portanto qualquer ato do poder público em abstrato, seja em tese ou de efeito concreto, que não possa ser objeto de ADIN. Se sujeita a esse controle lei ou ato normativo federal, estadual ou distrital, assemelhado ao estadual, de efeito concreto, lei ou ato normativo municipal ou distrital, assemelhado ao municipal, em tese ou de efeito concreto, e as leis ou atos normativos recepcionados.
Enquanto são admissíveis ADIN e ADECON estaduais e distritais (frente à Constituição Estadual e Lei Orgânica Distrital), não se percebe a possibilidade de ADPF estadual ou distrital (frente à Constituição Estadual e Lei Orgânica Distrital).

Na arguição de descumprimento de preceito fundamental:
⇒ quem pode suscitar a questão constitucional:
- Nessa ação inexistem partes e lide, ou melhor, existem partes meramente formais, já que não se trata de defesa de direitos subjetivos. A Lei 9.882, de 3 de dezembro de 1999, estabelece que são os mesmos capazes de propor uma ADIN, diferenciados entre os legitimados universais ("que têm interesse em preservar a supremacia da Constituição por força das próprias atribuições institucionais"[124]) e os legitimados especiais (que têm que demonstrar interesse, ou seja, "pertinência entre o ato impugnado e as funções exercitadas pelo órgão ou entidade"[125], isto é, *pertinência temática*).

⇒ competência para decidir a questão constitucional:
- Cabe ao STF decidir pela procedência ou improcedência do pedido (art. 102, §1º), após ter ouvido previamente o Procurador Geral da República que funciona como fiscal da lei (*custos legis*), de acordo com o art. 103, § 1º, da CF.

⇒ efeitos da decisão:
- A atual Constituição Federal brasileira não estabelece expressamente quais são os efeitos dessa decisão, mas a lei regulamentadora nº. 9.882/99, veio esclarecê-los.
- Assim como a ADIN, a ADPF tem caráter dúplice (ou ambivalente), ou seja, proclamada a inconstitucionalidade do preceito impugnado por procedência do pedido, os efeitos serão os mesmos da ADIn julgada procedente. Se declarada improcedente, terá também os efeitos de uma ADIN improcedente.
- A declaração de inconstitucionalidade implica no reconhecimento da nulidade da lei em tese oponível a todos (efeito *erga omnes*), deixando de produzir efeitos e desconstituindo, em regra, os efeitos provocados, retroagindo até o nascimento da norma impugnada (*ex tunc*). Pode, entretanto, o STF decidir por outro efeito.

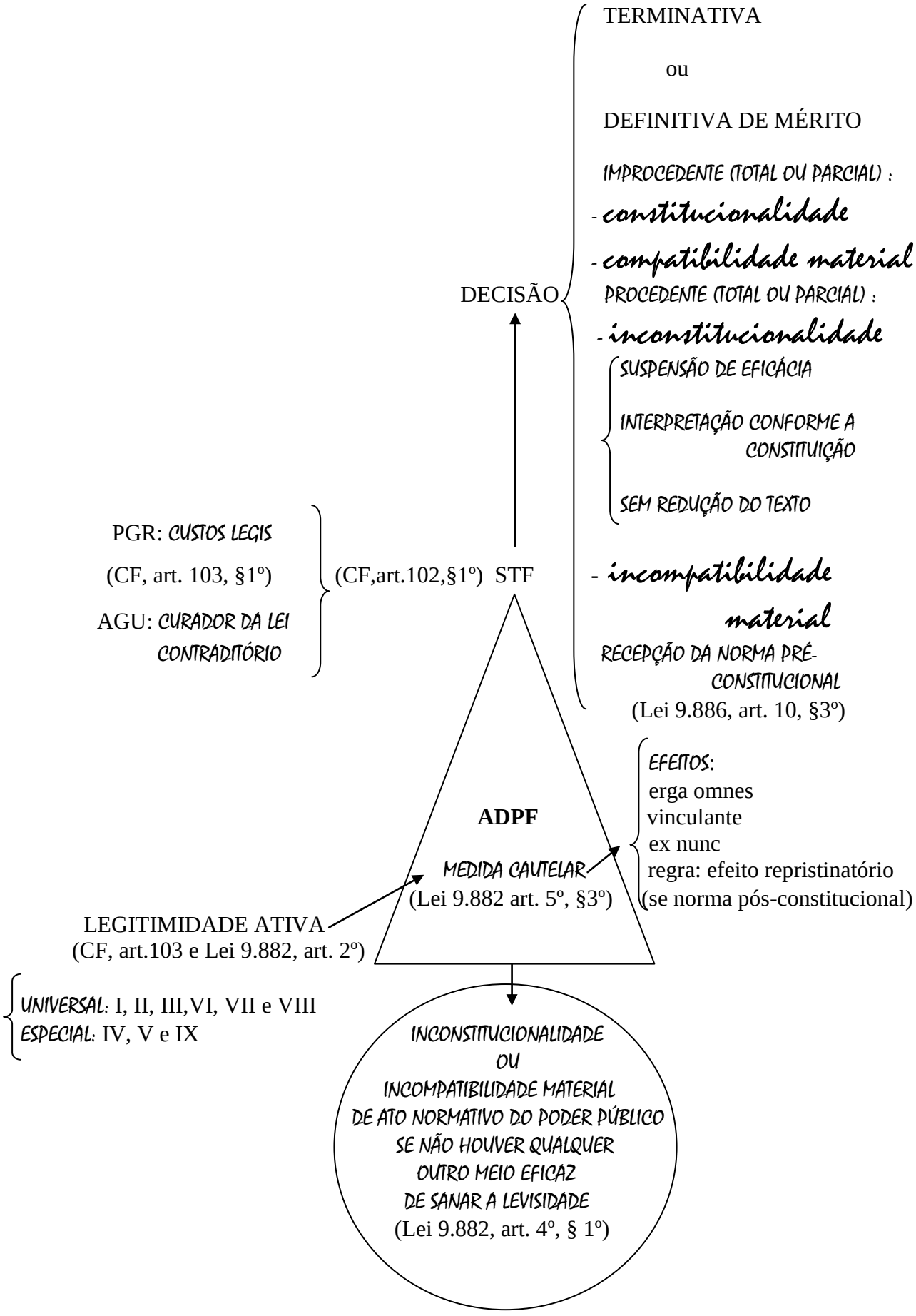
[124] Clèmerson, p. 162.
[125] idem.

- A Lei 9.882/99 reconhece ainda à declaração de inconstitucionalidade de ato normativo ou de lei o efeito vinculante, ou seja, oponível aos órgãos administrativo e judicial.
- "A decisão judicial, segundo a doutrina consagrada, é declaratória (reconhece um estado preexistente) e não constitutiva negativa" [126].

⇒ natureza do processo:

processo objetivo (porque não conta com partes interessadas e não depende da demonstração de um interesse jurídico específico, inexiste lide). O que se busca é a defesa da ordem constitucional objetiva.

[126] Clèmerson, p. 244.


TERMINATIVA
ou
DEFINITIVA DE MÉRITO
IMPROCEDENTE (TOTAL OU PARCIAL) :
- constitucionalidade
- compatibilidade material
DECISÃO
PROCEDENTE (TOTAL OU PARCIAL) :
- inconstitucionalidade
SUSPENSÃO DE EFICÁCIA
INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO
SEM REDUÇÃO DO TEXTO
- incompatibilidade material
RECEPÇÃO DA NORMA PRÉ-CONSTITUCIONAL
(Lei 9.886, art. 10, §3º)
PGR: CUSTOS LEGIS
(CF, art. 103, §1º)
AGU: CURADOR DA LEI
CONTRADITÓRIO
(CF,art.102,§1º) STF
ADPF
MEDIDA CAUTELAR
(Lei 9.882 art. 5º, §3º)
EFEITOS:
erga omnes
vinculante
ex nunc
regra: efeito repristinatório
(se norma pós-constitucional)
LEGITIMIDADE ATIVA
(CF, art.103 e Lei 9.882, art. 2º)
UNIVERSAL: I, II, III,VI, VII e VIII
ESPECIAL: IV, V e IX
INCONSTITUCIONALIDADE
OU
INCOMPATIBILIDADE MATERIAL
DE ATO NORMATIVO DO PODER PÚBLICO
SE NÃO HOUVER QUALQUER
OUTRO MEIO EFICAZ
DE SANAR A LEVISIDADE
(Lei 9.882, art. 4º, § 1º)

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO

A inércia dos poderes públicos quando do dever de agir imposto constitucionalmente gera a inconstitucionalidade por omissão. "A ação de inconstitucionalidade por omissão tem por finalidade a defesa da Constituição integral, configurando mecanismo de declaração de mora do legislador" [127]. "A inconstitucionalidade por omissão poder ser total ou parcial, consistindo a primeira na não satisfação integral do dever de legislar, enquanto a segunda corresponde e uma não satisfação parcial de referida imposição" [128]. A norma regulamentadora faltante que inviabilize o exercício de um direito constitucional pode ser de qualquer natureza: processual ou material[129].

Na ação de inconstitucionalidade por omissão:

⇒ quem pode suscitar a questão constitucional:

- Os órgãos ou pessoas legitimadas para ingressar com a AIPO são as mesmas autorizadas para intentar a ADIn, de acordo com a Lei 9868, art. 12-A (a Lei 9.868 teve seu art. 12 desmembrado pela Lei 12.063, de 27/10/2009).

⇒ competência para decidir a questão constitucional:

- A Constituição Federal não estabelece expressamente, mas a Lei 9.868, art. 12-G, entrega a competência para processar e julgar ao STF, após ter ouvido previamente o Procurador Geral da República que funciona como fiscal da lei (*custos legis*), de acordo com o art. 103, § 1º, da CF.

A norma jurídica não sofre acusação de inconstitucionalidade, mas ao contrário, busca-se confirmar a ausência da norma regulamentadora necessária para garantir a plena eficácia de norma constitucional, daí da desnecessidade da participação do Advogado Geral da União.

⇒ efeitos da decisão:

Será comunicada a decisão ao órgão competente, legislativo ou administrativo, neste último caso, para que o faça em 30 dias (art. 103, § 2º, CF). A Lei 9.868, no art. 12-H, § 1º, permite que o STF estenda este prazo ou o reduza ("Em caso de omissão imputável a órgão administrativo, as providências deverão ser adotadas no prazo de 30 (trinta) dias, ou em prazo razoável a ser estipulado excepcionalmente pelo Tribunal, tendo em vista as circunstâncias específicas do caso e o interesse público envolvido").

⇒ natureza do processo:

- processo objetivo (porque não conta com partes interessadas e não depende da demonstração de um interesse jurídico específico, inexiste lide). O que se busca é a completude da ordem constitucional.

[127] Clèmerson, p. 366.
[128] Clèmerson, p. 327.
[129] Desde que a norma reglamentadora seja em tese, não cabível em razão de ato administrativo concreto, por exemplo.

QUESTÕES DE PROVA

Por força da mudança de entendimento do STF e/ou da alteração da legislação desde a aplicação da prova, essas questões podem ter mais de uma resposta ou nenhuma resposta.

1. (CESPE/UNB – PF – 97) Acerca do controle de constitucionalidade, julgue os itens que se seguem.
   1. O controle de constitucionalidade é instrumento de autopreservação das constituições, estando integralmente presente tanto nas de tipo rígida quanto nas flexíveis.
   2. No Brasil, convivem o controle judicial difuso e o controle judicial concentrado de constitucionalidade, havendo entre eles diferenças relativas aos efeitos da decisão judicial, aos legitimados para promover o controle, ao processo e aos órgãos competentes para realizá-lo.
   3. Em razão de a Constituição brasileira haver adotado mecanismos de controle judicial difuso de constitucionalidade, qualquer órgão judicial, monocrático ou colegiado, inclusive os órgãos fracionários dos tribunais, podem declarar, em qualquer julgamento, a incompatibilidade de determinada norma jurídica com a Constituição.
   4. Mesmo a decisão proferida no controle judicial difuso de constitucionalidade pode vir a produzir efeitos *erga omnes*.
   5. A intervenção federal também pode funcionar como mecanismo de controle de constitucionalidade.

Resposta:

1) errado – só há controle da constitucionalidade quando houver rigidez constitucional (algumas Constituições escritas: as rígidas e as semirrígidas, na parte rígida). A Constituição flexível (todas as Constituições não escritas e algumas escritas) não admite controle da constitucionalidade.

2) correto – quanto aos efeitos diferenciados (da decisão judicial, aos legitimados para promover o controle, ao processo e aos órgãos competentes para realizá-lo), é possível afirmar:

a) controle difuso – decisão judicial: efeito "inter partes"; legitimados para promover o controle: qualquer pessoa pode questionar a inconstitucionalidade; processo: qualquer ação judicial (trabalhista, civil ou penal); órgãos competentes para realizá-lo: qualquer juízo ou tribunal;

b) controle concentrado - decisão judicial: efeito "erga omnes"; legitimados para promover o controle: apenas os previstos no art. 103, da CF; processo: ADIn; órgão competente para realizá-lo: STF.

3) errado – de acordo com o STF, os órgão fracionários (turmas, câmaras ou seções) só podem reconhecer a inconstitucionalidade quando já houver um precedente pelo tribunal pleno ou órgão especial (CF, art. 97 e 93, inciso XI), quando for o caso, deste tribunal ou do STF.

4) correto – se o Senado Federal, através de uma Resolução (CF, art. 59, inciso VII), suspender a execução da lei declarada inconstitucional pelo STF (CF, art. 52, inciso X). Lembre-se que só se aplica o inciso X, do art. 52, da CF, em decisão do STF em controle incidental.

5) correto – é o caso da ação ou representação e inconstitucionalidade interventiva (CF, art. 36, inciso III).

2. (ESAF – TCU – 99) Assinale a opção correta:

a) A decisão final de mérito proferida pelo Supremo Tribunal Federal em sede de controle abstrato de normas tem eficácia *ex nunc*, necessariamente.

b) A liminar concedida em ação direta de inconstitucionalidade pode ter eficácia *ex nunc* ou *ex tunc.*

c) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, compete ao Tribunal, em sede de controle abstrato de normas, declarar a inconstitucionalidade e não a constitucionalidade de norma impugnada.

d) A eficácia jurídica da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de controle incidental, está condicionada à suspensão de execução da lei pelo Senado Federal.

e) Contra decisão proferida pelo Tribunal de Justiça, em processo de controle abstrato de normas do direito estadual, não cabe recurso extraordinário.

↳Resposta:

a) errado – a decisão definitiva de mérito no controle abstrato terá, em regra, efeito "ex tunc", podendo, eventualmente, ter efeito "ex nunc" (Lei 9.868, art. 27). A variação do efeito é denominada "modulação temporal".

b) correto - Lei 9.868, art.11, § 1º : via de regra, ao contrário da decisão definitiva, a medida cautelar na ADIN terá efeito "ex nunc", podendo ter efeito "ex tunc", se assim o STF entender que deva conceder efeito retroativo, sendo cabível o "modulação temporal".

c) errado – o STF tanto pode declarar a constitucionalidade como a inconstitucionalidade, em razão do efeito dúplice ou ambivalente da ADIN (Lei 9.868, art. 24).

d) errado – a decisão do STF, em sede de controle incidental, por via de recurso extraordinário (CF, art. 102, inciso III e § 3º), já produz todos os efeitos entre as partes envolvidas ("inter partes"), podendo se estender às demais pessoas por Resolução do Senado Federal (CF, art. 52, inciso X).

e) errado – excepcionalmente, o STF entende que se a ofensa de lei estadual ou municipal sobre Constituição Estadual ou se a ofensa de lei distrital em relação à Lei Orgânica Distrital for sobre uma matéria de simetria obrigatória, em relação à Constituição Federal, poderá o autor da ADI estadual ou distrital (CF, art. 125, § 2º e Lei 9.868, art. 30) insatisfeito buscar nova decisão junto ao STF.

3. (ESAF – AGU – 98) Assinale a opção correta:

a) Nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o controle incidental perante os Tribunais exige que, toda vez que renovado pedido de declaração de inconstitucionalidade em relação à mesma lei, deve o órgão fracionário submeter a controvérsia ao plenário ou, se for o caso, ao órgão especial da Corte.

b) O direito pré-constitucional pode ser objeto de controle incidental ou abstrato de normas.

c) Declarada incidentalmente a inconstitucionalidade de uma lei pelo Supremo Tribunal Federal, pode o órgão fracionário de Tribunal de Justiça deixar de aplicar o referido diploma sem observância da chamada "reserva de plenário".

d) O Senado Federal, após a suspensão da execução da lei inconstitucional, não está impedido de revogar ou modificar o referido ato de suspensão.

e) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a ação civil pública não é instrumento idôneo para se obter, em qualquer hipótese, a declaração de inconstitucionalidade de uma lei.

Resposta:

a) errado – havendo precedente daquele tribunal ou do STF reconhecendo a inconstitucionalidade de uma lei, em uma primeira vez, poderá órgão fracionário deste tribunal declarar incidentalmente a inconstitucionalidade, sem observância do princípio de reserva de plenário.

b) correto – na época em que foi realizado este concurso, a ADPF (CF, art. 102, § 1º) ainda não havia sido regulamentada. Hoje, por força da Lei 9.882, as normas aparentemente recepcionadas podem não só sofrer o controle incidental da compatibilidade material com a Constituição superveniente, como também o controle da compatibilidade material em abstrato (ADPF).

c) correto – vide a resposta da letra a. Esta foi a resposta tida como certa pela banca, por força da inexistência de Lei 9.882/99.

d) errado – de acordo com o entendimento do STF, depois que o senado Federal, no exercício de sua competência, suspende a execução da lei através de uma Resolução (CF, art. 52, inciso X), não pode revogá-la.

e) errado – a ação civil pública pode servir para o desencadeamento de um controle incidental, cuja decisão produzirá efeito entre as partes ("inter partes"), podendo alcançar efeitos para todas as pessoas ("erga omnes") por força do art. 52, inciso X, da CF.

4. (ESAF – AGU – 98) Assinale a opção correta:
   a) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a declaração de inconstitucionalidade pode ter efeito *ex nunc* ou *ex tunc*.
   b) A liminar concedida em sede de controle abstrato de normas há de ter sempre eficácia *ex tunc.*
   c) O Supremo Tribunal Federal costuma declarar, frequentemente, a inconstitucionalidade de lei sem a pronúncia da nulidade.
   d) Os tratados internacionais não podem ser objetos de impugnação em sede de controle abstrato de normas.
   e) A ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade, no que se refere ao direito federal, são instrumentos de caráter dúplice ou ambivalente.

Resposta:

a) correto – de acordo com o STF e com posterior regulamentação através de Lei 9.868, arts. 27 e 28. Lembrar que esse concurso foi antes do advento da Lei 9.868/99.

b) errado – a Lei 9.868 autoriza que a medida cautelar tenha a eficácia "ex nunc" como regra, e "ex tunc" como exceção (art. 11, §1º).

c) errado – em regra, o STF declara a inconstitucionalidade em decisão definitiva como a pronúncia de nulidade ("ex tunc"), só excepcionalmente, declara a anulabilidade ("ex nunc"). Ver Lei 9.868, arts. 27 e 28, parágrafo único.

d) errado – a partir do momento em que o tratado for regularmente incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro, ele poderá se objeto de controle incidental ou abstrato da constitucionalidade.

e) correto – de acordo com o entendimento do STF e posterior regulamentação pela Lei 9.868, art. 24. Esta foi a opção definida como correta pela banca, mas atualmente percebemos duas opções corretas.

5. (ESAF – AGU – 99) Assinale a opção correta:
   a) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a ação civil pública pode ser utilizada como instrumento de controle de constitucionalidade.
   b) A ação direta de inconstitucionalidade por omissão permite que o Supremo Tribunal Federal expeça, provisoriamente, a norma que o legislador deixou de editar.
   c) A Constituição autoriza expressamente que o constituinte estadual institua, no seu âmbito, a ação direta por omissão.
   d) Nos termos da Constituição, o *habeas-data* destina-se exclusivamente à defesa dos direitos atingidos em face de entidades estatais.
   e) A Constituição estadual pode atribuir ao Chefe da Advocacia do Estado a competência para propor a representação interventiva contra os municípios.

↳*Resposta:*

a) correto – a ação civil pública (CF, art. 129, inciso III) pode servir para o desencadeamento de um controle incidental, cuja decisão produzirá efeito entre as partes, podendo alcançar efeitos para todas as pessoas por força do art. 52, inciso X, da CF.

b) errado – o STF não tem se permitido agir como legislativo, suprindo a omissão do Poder Legislativo, expedindo o ato norma faltante.

c) errado – a CF não autoriza expressamente a possibilidade de ADINPO estadual ou distrital.

d) errado – a garantia do "habeas data" (CF, art. 5º, inciso LXXII) busca proteger a intimidade do indivíduo contra informações contidas em banco de dados público ou privado de caráter público.

e) errado – pelo princípio da simetria, se na esfera federal incumbe ao PGR a propositura da ação interventiva, na esfera estadual, incumbirá ao Procurador Geral de Justiça (CF, art. 35, inciso IV).

6. (ESAF – AGU – 99) Assinale a opção correta:
   a) Segundo entendimento dominante no Supremo Tribunal Federal, não cabe liminar em ação declaratória de constitucionalidade.
   b) A Constituição autoriza expressamente a instituição de ação declaratória de constitucionalidade no âmbito do Estado-membro.
   c) A representação interventiva com objetivo de assegurar a execução de leis federais há de ser proposta perante o Supremo Tribunal Federal.
   d) É cabível a propositura de recurso extraordinário contra decisão de Tribunal de Justiça estadual proferida em ação direta de inconstitucionalidade, desde que a norma estadual eleita como parâmetro de controle seja de reprodução obrigatória por parte do constituinte estadual.
   e) Não cabe ação direta de inconstitucionalidade contra emenda constitucional.

Resposta:

a) errado – cabe medida cautelar em ADC, conforme autoriza a Lei 9.882, art. 21 e parágrafo único.

b) errado – a autorização é implícita e decorre do entendimento doutrinário e jurisprudencial que reconhece a autorização implícita.

c) correto – na data do concurso ainda não havia sido deslocada essa competência para o STF (CF, art. 36, inciso III), o que ocorreu com a EC 45/2004. Na época, ainda era competência do STJ (CF, art. 36, inciso IV, revogado pela EC 45).

d) correto – excepcionalmente, o STF entende que se a ofensa de lei estadual ou municipal sobre Constituição Estadual ou se a ofensa de lei distrital em relação à Lei Orgânica Distrital for sobre uma matéria de simetria obrigatória em relação à Constituição Federal, poderá o autor da ADI estadual ou distrital (CF, art. 125, § 2º e Lei 9.868, art. 30) insatisfeito buscar nova decisão junto ao STF.

e) errado – a emenda constitucional está sujeita ao controle da constitucionalidade se estiver em desacordo com as limitações impostas ao exercício do poder constituinte derivado reformador: materiais, circunstanciais e procedimentais.

7. (ESAF – AUDITOR/CE – 98) Assinale a opção correta:
   a) Qualquer juiz de primeiro grau, turma ou câmara de Tribunal pode declarar a inconstitucionalidade de lei no sistema incidental ou concreto vigente no Brasil.
   b) Os Estados-membros estão impedidos expressa ou implicitamente de instituir a ação direta de inconstitucionalidade por omissão e a ação declaratória de constitucionalidade.
   c) A interpretação conforme a Constituição não pode ser utilizada no âmbito dos juízos e Tribunais ordinários, porquanto tal prática corresponde, efetivamente, a uma declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto.
   d) A legitimidade da suspensão pelo Legislativo de ato do Executivo que exorbite dos limites do poder regulamentar é suscetível de verificação em sede de controle de constitucionalidade.
   e) O Chefe de Poder Executivo municipal não pode deixar de cumprir lei sob a alegação de incompatibilidade com a Constituição Federal.

Resposta:

a) errado – na verdade esta questão não estaria inteiramente errada porque, de fato, qualquer juízo ou tribunal pode declarar incidentalmente a inconstitucionalidade, bastando que, em relação ao tribunal, uma decisão anterior tenha observado o princípio de reserva de plenário. Para que estivesse de fato errado, deveria estar escrito: a qualquer tempo.

b) errado – não há qualquer proibição, expressa ou implícita, em relação à ADIN estadual (lei estadual ou municipal em face da Constituição Estadual) ou ADECON distrital (lei distrital em face de Lei Orgânica Distrital). Quanto à possibilidade da propositura de ADINPO estadual, não há proibição constitucional expressa e tem sido admitida pela doutrina majoritária. Por outro lado, há previsão expressa da ADINPO distrital na Lei 9868 ao alterar a Lei 8.185, acrescentando o art. 8º, § 4º, inciso II: "declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma da Lei Orgânica do Distrito Federal, a decisão será comunicada ao Poder competente para adoção das providências necessárias, e, tratando-se de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias".

c) errado – a interpretação conforme a Constituição não pode ser utilizada fora do âmbito do controle abstrato. Mas a interpretação conforme a Constituição não se confunde com declaração parcial de nulidade sem redução do texto, ambas previstas na Lei 9.868, art. 28, parágrafo único.

d) correto – o Congresso Nacional pode suspender a eficácia de ato do Poder Executivo (norma infraconstitucional secundária) através de um decreto legislativo (CF, art. 49, inciso V). Este decreto legislativo (art. 59, inciso VI) está sujeito ao controle da constitucionalidade.

e) errado – o STF entende que o chefe do Executivo, assim como o chefe do Legislativo pode deixar de aplicar lei administrativamente, por entendê-la inconstitucional, até decisão definitiva de mérito do Poder Judiciário. Trata-se de controle concreto.

8. (ESAF – ANALISTA COM. EXTERIOR – 98) Assinale a opção correta:
   a) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, não cabe recurso extraordinário contra decisão do Tribunal de Justiça proferida em controle abstrato de normas.
   b) Não cabe ação direta de inconstitucionalidade contra norma constitucional originária.
   c) Os atos tipicamente regulamentares são passíveis de impugnação em controle abstrato de normas.
   d) A liminar em ação direta de inconstitucionalidade deve ser deferida com eficácia *ex tunc*.
   e) O Supremo Tribunal Federal declara, frequentemente, a inconstitucionalidade da lei com eficácia *ex nunc.*

↳*Resposta:*

a) errado - excepcionalmente o STF entende que se a ofensa de lei estadual ou municipal sobre Constituição Estadual ou se a ofensa de lei distrital em relação à Lei Orgânica Distrital for sobre uma matéria de simetria obrigatória em relação à Constituição Federal, poderá o autor da ADI estadual ou distrital (CF, art. 125, § 2º e Lei 9.868, art. 30) insatisfeito buscar nova decisão junto ao STF. Vide Informativo do STF nº 623.

b) correto – o STF e a doutrina majoritária assim têm entendido que, por serem as normas constitucionais originárias fruto do exercício do poder constituinte originário que é ilimitado, incondicionado e inicial, elas não se sujeitariam a qualquer tipo de controle. Mas existe uma pequena parcela doutrinária que reconhece ao constituinte originário limites da ordem do direito natural do homem, direito esse que paira sobre todas as vontades nacionais, ou seja, direito supranacional ou supraestatal.

c) correto – na data deste concurso, ainda não se sabia muita coisa sobre a ADPF, além do que existia na CF, art. 102, §1º. Atualmente, com a Lei 9.882/99, em seu art. 1º, sabe-se da possibilidade de controle em abstrato de norma infraconstitucional secundária.

d) errado – a liminar (medida cautelar) em ADIN pode ser de eficácia "ex tunc", mas, em regra, será de eficácia "ex nunc" (Lei 9.868, art. 11, §1ª).

e) errado – em regra, o STF declara a inconstitucionalidade em decisão definitiva de mérito, com eficácia "ex tunc", podendo, excepcionalmente sem caráter retroativo ("ex nunc"), conforme a Lei 9.868, art. 27.

§ Estão corretas as opções b e c.

9. (ESAF – PFN – 98) A inconstitucionalidade por omissão compreende:
   a) omissões ocorridas no texto legal
   b) falta de quorum
   c) omissão da iniciativa do poder competente
   d) omissão de medida para tornar efetiva a norma constitucional
   e) omissão de formalidade substancial

Resposta:

d) correta – ver a CF, art. 103, § 2º.

10. (ESAF – PFN – 98) Assinale a assertiva correta:
   a) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, não cabe recurso extraordinário contra decisão proferida em processo de controle abstrato de normas no plano estadual.
   b) A cautelar concedida em ação direta de inconstitucionalidade tem o condão de restaurar provisoriamente a vigência do direito revogado pela norma impugnada.
   c) A Constituição Federal veda, expressamente, a instituição, pelo Estado-membro, da ação direta de inconstitucionalidade por omissão e da ação declaratória de constitucionalidade.
   d) A decisão proferida em sede de controle abstrato de normas somente terá eficácia após a suspensão de sua execução pelo Senado Federal.
   e) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, não cabe concessão de cautelar em ação declaratória de constitucionalidade.

Resposta:

a) errado - excepcionalmente, o STF entende que se a ofensa de lei estadual ou municipal sobre Constituição Estadual ou se a ofensa de lei distrital em relação à Lei Orgânica Distrital for sobre uma matéria de simetria obrigatória em relação à Constituição Federal, poderá o autor da ADI estadual ou distrital (CF, art. 125, § 2º e Lei 9.868, art. 30) insatisfeito buscar nova decisão junto ao STF.

b) correto – em regra, ocorre o efeito repristinatório, a menos que o STF prefira não conceder este efeito (Lei 9.868, art. 11, §2º).

c) errado – a CF não proíbe expressamente nem uma, nem outra. O STF e a doutrina têm admitido a ADC na esfera estadual e distrital, mas não se fala em ADINPO além daquela em face da CF.

d) errado – a decisão em sede de controle abstrato produz efeito desde logo. Descabe neste tipo de controle, a aplicação do art. 52, inciso X, da CF.

e) errado – o STF já autorizava a concessão de medida cautelar em ADECON, e o surgimento da Lei 9.868/99, no art. 21 e parágrafo único, veio a confirmar aquele entendimento do STF.

11. (CESPE – TCU – 95) No sistema de controle de constitucionalidade das leis no Brasil,
   1. só se procede a controle por órgãos do Poder Judiciário
   2. somente o Supremo Tribunal Federal se pronuncia *in abstracto* sobre a constitucionalidade de uma lei.

3. o Senado Federal suspende a execução apenas das leis declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal em controle difuso.
4. há um rol constitucional com vários legitimados para propositura de ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal, não se permitindo a todos esses, contudo, o questionamento de qualquer diploma legislativo federal ou estadual.
5. não é possível, em sede de mandado de segurança, formulação de juízo sobre inconstitucionalidade de lei.

Resposta:

1) errado – o controle da constitucionalidade, em regra, é jurisdicional, mas é possível, por vezes, o controle político da constitucionalidade preventivo e repressivo.

2) errado – o Tribunal de Justiça também tem competência de declarar a inconstitucionalidade em abstrato, em ADIn estadual ou distrital procedente, ou em ADECON estadual ou distrital improcedente quanto ao mérito.

3) correto – essa tem sido a interpretação do STF em relação à aplicação do art. 52, inciso X, da CF.

4) correto – alguns desses legitimados são considerados especiais (CF, art. 103, incisos IV, V, IX), por força da necessidade de relação de pertinência temática entre esses legitimados e o conteúdo da norma impugnada. Por outro lado, nem todas as normas podem ser objeto de controle por meio de ADI: só aquelas supervenientes à atual Constituição e em tese.

5) errado – é possível a arguição da inconstitucionalidade incidental por meio de mandado de segurança, mas o efeito será "inter partes".

12. (TRT – 9ª REGIÃO) Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição. Nestes termos, é CORRETO afirmar que:
    a) a Constituição da República prevê o controle da constitucionalidade de lei por órgão misto, político e jurisdicional;
    b) a declaração de constitucionalidade das leis pode ser feita por órgão fracionário de tribunal, sem a necessidade de observação do princípio da reserva de plenário;
    c) havendo declaração de inconstitucionalidade em Ação Direta, caberá ao Senado a suspensão da execução da lei, sem o que a decisão do Supremo Tribunal Federal não poderá ser aplicada a todos (efeito *erga omnes*);
    d) o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil pode propor Ação Declaratória de Constitucionalidade;
    e) membro do Senado Federal pode propor Ação Direta de Inconstitucionalidade.

Resposta:

a) errado – não por órgão misto, o que pode acontecer, em alguns casos, é o controle ora por órgão jurisdicional, ora por órgão político.

b) correto – depois de uma primeira decisão de inconstitucionalidade incidental observando o princípio de reserva de plenário (CF, art. 97), os órgãos fracionários estarão livres para examinar a inconstitucionalidade incidental dessa lei em outros casos concretos.

c) errado – não é cabível a aplicação do art. 52, inciso X, em controle abstrato, mas só em controle incidental, porque o controle abstrato já provoca, por si só, todos os seus efeitos, inclusive "erga omnes".
d) correto – na data deste concurso, a EC 45/2004 ainda não havia ampliado a legitimidade para a propositura da ADC aos mesmos para a ADI. Ver a CF, art. 103 e inciso VII e a revogação do § 4º, do art. 103, da CF.
e) errado – a mesa do Senado Federal pode, mas o senador, isoladamente, não pode propor uma ADI junto ao STF (CF, art. 103, inciso III).

§ Estão corretas as opções b e d.

13. (PROCURADOR DO RS – 97) O controle judicial incidental e o controle judicial principal, de constitucionalidade, no Brasil, distinguem-se um do outro por que:
    a) o primeiro opera *ex tunc* e, o segundo, *ex nunc*.
    b) eficácia do primeiro é *erga omnes*, e a do segundo, *inter partes*.
    c) a competência do Senado para suspender a execução da lei declarada inconstitucional aplica-se só ao primeiro.
    d) o primeiro controle é concentrado na cúpula do aparelho judicial; o segundo difuso no sistema.
    e) a obrigatoriedade da maioria absoluta dos votos dos membros dos tribunais ou dos membros dos respectivos órgãos especiais é requisito só do segundo.

↳*Resposta:*
a) errado - ambas as formas de controle podem ter um ou outro efeito, ou seja, adotam a modulação temporal. Como exemplo, temos os arts. 27 e 28, da Lei 9.868.
b) errado – é o contrário: no controle incidental a eficácia é "inter-partes", podendo alcançar eficácia "erga omnes" em razão da suspensão da execução da lei por Resolução do Senado Federal (CF, art. 52, inciso X). Por outro lado, no controle abstrato (também chamado de principal), a eficácia é sempre "erga omnes" (CF, art. 102, § 2, e Lei 9.868, art. 28).
c) correto – ver resposta anterior e CF, art. 52, inciso X.
d) errado – ocorre justamente o contrário, em regra o incidental é difuso, ou seja, espalhado pelos órgãos do Poder Judiciário, e o abstrato é concentrado em um único órgão (STF, CF, art. 102, "caput", e TJ , CF, art. 125, § 2º).
e) errado – o número mínimo para a declaração de inconstitucionalidade é a maioria absoluta (mais da metade dos membros daquele tribunal), conforme o art. 97, da CF.

14. (MARE – GESTOR GOVERNAMENTAL – 97) Em matéria de controle de constitucionalidade em abstrato de atos normativos impugnados em face da Carta da República, a Constituição determina que:
    a) cabe ao Supremo Tribunal Federal julgar a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual.
    b) se deve entrar com representação de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça do Estado.
    c) é inadmissível, em face da lei em tese, o controle concentrado, mediante ação direta.

d) cabe apenas o controle difuso.
e) cabe ao Supremo Tribunal Federal julgar a ação declaratória de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal.

↳Resposta:

a) correto – ver CF, art. 102, inciso I, alínea a.

b) errado – só é possível ADIN em face da CF se for proposta junto ao STF (considerando o que diz o enunciado da questão). Ver a CF, art.102, inciso I, alínea a.

Fugindo ao enunciado da questão, cabe lembrar que é possível ADIn em face da CE se for proposta junto ao TJ, contra lei ou ato normativo estadual ou municipal (CF, art. 125, § 2º) ou, ainda, ADIn em face da LOD se for proposta junto ao TJ, contra lei ou ato normativo distrital (Lei 9.868, na alteração da Lei 8.185, art. 8º, inciso I, alínea n).

c) errado – o controle da inconstitucionalidade de lei em tese, superveniente à atual Constituição, se dá junto ao STF (portanto concentrado) em face da CF (CF, art. 102, inciso I, alínea a).

d) errado – considerando o enunciado da questão, o controle em pauta é sempre concentrado.

e) errado – não cabe ADI de lei municipal, junto ao STF, em face da CF.

15. (CESPE – AG. POLÍCIA FEDERAL – 97) O princípio da supremacia requer que todas as situações jurídicas se conformem com os princípios e preceitos da Constituição. Essa conformidade com os ditames constitucionais, agora, não se satisfaz apenas com a atuação positiva de acordo com a Constituição. Exige mais, pois omitir a aplicação de normas constitucionais, quando a Constituição assim a determina, também constitui conduta inconstitucional.
José Afonso da Silva. Curso de direito constitucional positivo. São Paulo, Malheiros, 14ª ed. p.50, 1997.
Com o auxílio do texto, julgue os seguintes itens.
    1. A Constituição de 1988 estabelece mecanismos de repressão da inconstitucionalidade causada apenas por ação, não por omissão.
    2. Só nos atos legislativos há inconstitucionalidade controlável judicialmente.
    3. Ocorre inconstitucionalidade se a norma jurídica hierarquicamente inferior mostra-se incompatível com a Constituição.
    4. A inconstitucionalidade das normas pode dar-se sob os ângulos formal e material.
    5. Nos países que reconhecem a inconstitucionalidade por omissão, esta ocorre, por exemplo, quando o legislador impede o gozo de algum direito inscrito na Constituição, por sua inércia em regulamentá-lo.

↳Resposta:

1) errado – também existe a ADINPO, conforme o art. 103, §2º, da CF.

2) errado – também é possível o controle da constitucionalidade sobre atos administrativos, ou seja, sobre normas infraconstitucionais secundárias em controle concreto ou em controle abstrato (ADPF: Lei 9.882, art. 1º, parágrafo único, inciso I).

3) correto – a incompatibilidade material ou formal de ato normativo infraconstitucional, ou até mesmo de emenda, ainda que se encontre no mesmo patamar das normas constitucionais originárias, é capaz de justificar o controle da constitucionalidade.
4) correto – sob o ângulo formal, uma lei pode ser inconstitucional porque elaborada por procedimento legislativo estranho à CF e, sob o ângulo material, uma lei pode ser inconstitucional por tratar de assuntos incompatíveis com a CF.
5) correto – ver art. 103, § 2º, da CF.

16. (CESPE/UNB – PF – 97) Dispõe o art. 102, I, a, da Constituição da República de 1988:
"Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: I – processar e julgar, originariamente: a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal"

A partir da EC nº 3, a CF estende, neste art. 102, inciso I, alínea a, a competência do STF para processar e julgar, originariamente, também a ADECON.

À vista desse dispositivo e considerando as regras acerca do controle de constitucionalidade, julgue os itens abaixo.

1. No Brasil, só o Supremo Tribunal Federal exerce o controle de constitucionalidade.
2. No Brasil, só a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade prestam-se à realização do controle de constitucionalidade.
3. Além da constitucionalidade das leis e dos atos normativos federais e estaduais, o Poder Judiciário pode também efetuar controle de constitucionalidade de atos administrativos.
4. A ação direta de inconstitucionalidade pode ser ajuizada apenas por certos sujeitos a que a Constituição da República expressamente deu legitimidade para tanto.
5. As emendas constitucionais não são passíveis de controle de constitucionalidade, por serem normas que passam a integrar a própria Constituição.

Resposta:
1) errado – qualquer juízo ou tribunal, em controle difuso, e o STF e o TJ, em controle concentrado.
2) errado – também a ação direta de inconstitucionalidade por omissão, a arguição de descumprimento de preceito fundamental, a representação de inconstitucionalidade interventiva e o controle incidental.
3) errado – pode, mas não naquelas duas modalidades do enunciado da questão.
4) correto – só aqueles do art. 103, da CF, podem propor uma ADIN.
5) errado – as emendas constitucionais são passíveis de controle da constitucionalidade por força das limitações que se impõem ao poder de reforma (materiais, procedimentais e circunstanciais).

17. (CESPE/UNB – INSS – 98) A respeito do controle abstrato da constitucionalidade de normas no direito brasileiro, julgue os itens que se seguem.
1. Somente o STF exerce o controle abstrato da compatibilidade de lei ou ato normativo federal ou estadual com a Constituição Federal.

2. A decisão do STF em ação direta de inconstitucionalidade, proclamando a inconstitucionalidade de uma lei, tem eficácia *ex nunc*, isto é, a lei somente se torna inconstitucional a partir da decisão final da Corte.
3. A omissão legislativa também pode ensejar a ação direta de inconstitucionalidade perante o STF.
4. Qualquer partido político pode ajuizar ação direta de inconstitucionalidade no STF contra legitimidade de lei federal.
5. Declarada, em definitivo, inválida uma lei, pelo STF, em sede de ação declaratória de constitucionalidade, um fiscal do INSS não poderá autuar uma empresa por descumprimento de obrigação fixada na mesma lei.

Resposta:

1) correto – a CF, no art. 102, inciso I, alínea a, prevê essa competência do STF, e sabendo-se que o TJ só pode examinar, em controle abstrato, a inconstitucionalidade lei ou ato normativo estadual ou municipal em face da Constituição Estadual, ou a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo distrital em face da Lei Orgânica Distrital, a lei ou ato normativo federal só poderá ser objeto de controle abstrato perante o STF.

2) errado – em regra, o efeito da declaração de inconstitucionalidade, em abstrato, é "ex tunc" (retroativo), podendo, por razões de segurança jurídica ou excepcional interesse público, ter efeito "ex nunc", de acordo com a Lei 9.868, art. 27. Trata-se da possibilidade de modulação temporal.

3) correto – a omissão legislativa pode ensejar a ação direta de inconstitucionalidade por omissão (CF, art. 103, § 2º).

4) errado – só partido político que tenha representação no Congresso Nacional no momento da propositura (CF, art. 103, inciso VIII).

5) correto – a ADC declarada improcedente acaba por reconhecer a inconstitucionalidade da lei, com efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual (e distrital) e municipal e, por isto mesmo, obrigando ao INSS e seus agentes (Lei 9.868, arts. 24 e 28, e CF, art. 102, § 2º).

18. (ESAF – AFTN – 96) Quanto ao controle de constitucionalidade, assinale a assertiva correta.
   a) Compete ao Senado Federal suspender a execução de lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal que teve sua inconstitucionalidade declarada pelo Supremo Tribunal Federal no caso concreto ou em processo de controle abstrato de normas.
   b) A declaração de inconstitucionalidade incidental nos Tribunais poderá dar-se mediante decisão das Turmas ou dos demais órgãos fracionários.
   c) No caso de suspensão de execução da lei ou ato normativo declarado inconstitucional, poderá o Senado Federal suspender o ato normativo impugnado, admitindo-se inclusive que se suspenda apenas uma ou algumas das disposições declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal.
   d) O ato do Congresso Nacional que suspende ato normativo que exorbite os limites do Poder Regulamentar pode ter a sua legitimidade aferida pelo Supremo Tribunal Federal.

e) A decisão sobre a incompatibilidade entre o direito ordinário pré-constitucional e norma constitucional há de ser proferida pela maioria dos membros do Tribunal ou de seu órgão especial.

Resposta:

a) errado – só se aplica o art. 52, inciso X, da CF, ou seja, o Senado Federal, através de uma Resolução (CF, art. 59, inciso VI) só poderá suspender a lei declarada inconstitucional quando se tratar de controle incidental. A declaração em abstrato provoca todos os seus efeitos, independentemente de ato externo ao tribunal julgador.

b) correto – o STF firmou o entendimento de que os órgãos fracionários (turmas, câmaras, seções) poderão reconhecer a inconstitucionalidade de lei ou de outro ato normativo, se já houver um precedente no tribunal pleno ou órgão especial daquele tribunal ou no Supremo Tribunal Federal (CF, arts. 97 e 93, inciso IX).

c) errado – o Senado Federal poderá suspender a eficácia da lei declarada inconstitucional em controle incidental. Mas, se suspender a execução dessa lei, deverá fazê-lo sobre tudo que foi declarado inconstitucional através de uma Resolução. Não cabe ao Senado suspender a execução de parte daquilo que foi declarado inconstitucional (CF, art. 52, inciso X).

d) correto – o decreto legislativo do Congresso Nacional que suspende a eficácia de ato normativo que exorbite dos limites do poder que ele tem de regulamentar lei, poderá ser objeto de controle da constitucionalidade (CF, arts. 49, inciso V e 59, inciso VI).

e) correto – o entendimento do STF é de que é cabível esse controle, seja via incidental, seja em abstrato, através de ADPF (arguição de descumprimento de preceito fundamental) em relação à Constituição superveniente. Em qualquer das hipóteses, não há o que falar em inconstitucionalidade, mas em incompatibilidade material e, portanto, revogação pela não recepção. Por outro lado, essa mesma norma pré-constitucional pode ser objeto de controle da constitucionalidade incidental em face da Constituição vigente à época em que a lei foi criada, mesmo que essa Constituição já tenha sido revogada e desde que o direito concreto não tenha prescrito.

19. (ESAF – AFTN – 96) Assinale a assertiva correta:

a) A declaração de inconstitucionalidade proferida na ação direta de inconstitucionalidade tem eficácia *ex tunc*, desfazendo *ipso jure* todos os atos singulares praticados com base na lei inconstitucional.
b) A declaração de inconstitucionalidade proferida na ação direta de inconstitucionalidade ou no controle incidental tem eficácia *ex nunc*.
c) Se o Supremo Tribunal Federal julgar improcedente a ação declaratória de constitucionalidade, deverá declarar a inconstitucionalidade da norma que teve a sua declaração de constitucionalidade requerida.
d) Na decisão definitiva de mérito proferida na ação direta de inconstitucionalidade, o Supremo Tribunal Federal poderá declarar a inconstitucionalidade de normas com eficácia *ex nunc*.
e) O Supremo Tribunal Federal tem jurisdição para fiscalizar a validade das normas aprovadas pelo poder constituinte originário

Resposta:

a) errado – a regra é que a declaração de inconstitucionalidade em uma ADIN tenha eficácia retroativa ("ex tunc"), mas nem sempre isto acontece. Poderá não ter eficácia retroativa, ou retroagir minimamente ("ex nunc") se o STF entender que deva dar esta eficácia a sua decisão. Ver Lei 9.868, arts. 27 e 28.

b) errado – idem à resposta da opção a quanto à ação direta e ao controle incidental. Em regra, a declaração definitiva terá eficácia retroativa ("ex tunc") para as partes envolvidas.

c) errado – a improcedência da ADECON provoca o reconhecimento da inconstitucionalidade, não tendo o STF que declará-la (Lei 9.868, art. 24), desde que essa decisão seja tomada pela maioria absoluta (mínimo de seis ministros), com a presença mínima de oito ministros (Lei 9.868, art. 22). É o chamado efeito dúplice ou ambivalente que se manifesta na ADIN, ADECON e ADPF.

d) correto – idem à resposta da opção a. Repare que a opção diz "poderá", o que só ocorrerá se o STF disser expressamente.

e) errado – o STF não se vê capaz de examinar a inconstitucionalidade de norma constitucional originária porque, sendo fruto do poder constituinte originário, ela é ilimitada juridicamente, incondicionada, inicial e soberana. Cabe ressaltar que, doutrinariamente, existe uma corrente minoritária que reconhece um direito supranacional (também denominado de direito suprapositivo, direito natural, jusnaturalismo, supraestatal) que impõe limites às ordens nacionais e, de acordo com esse entendimento, as normas constitucionais originárias poderiam sofrer controle da constitucionalidade.

20. (CESPE/UNB – INSS – 96): Com relação ao controle de constitucionalidade no Direito Brasileiro, julgue os itens abaixo.
    1. Os dispositivos da lei orgânica de um município podem ser questionados, mediante ação direta de inconstitucionalidade, perante o Supremo Tribunal Federal.
    2. O Supremo Tribunal Federal deve pronunciar-se acerca da constitucionalidade de projeto de lei, sempre que provocado por alguma das Casas Legislativas.
    3. Os decretos do Presidente da República podem ser objetos de ação direta de inconstitucionalidade.
    4. O controle de constitucionalidade é exercido, de forma incidente, em todos os níveis de jurisdição. Todavia, embora o Juiz de primeiro grau possa, por si só, afastar a aplicação de um lei que considere inconstitucional, os tribunais somente poderão declarar a inconstitucionalidade da mesma lei pelo voto da maioria absoluta de seus membros – ou do respectivo órgão especial.
    5. Todas as decisões terminativas e definitivas do Supremo Tribunal Federal, em sede de ação declaratória de constitucionalidade, produzem eficácia *erga omnes* e efeito vinculante em relação aos órgãos do Poder Judiciário.

Resposta:

1) errado – lei municipal não pode ser objeto de controle da constitucionalidade em ação direta proposta junto ao STF. O que é possível é uma ADIN proposta junto ao Tribunal de Justiça alcançar o STF através de um recurso extraordinário, por força da ofensa ao princípio de simetria obrigatória.

2) errado – o STF pode examinar um projeto de lei, sem ofensa ao princípio da separação dos poderes, quando do controle incidental desencadeado por uma ação de mandado de segurança proposta por

parlamentar, visando assegurar seu direito líquido e certo ao devido processo legislativo. Mas esta possibilidade de controle não pode ser provocada por qualquer das Casas parlamentares.
3) correto – em regra, o decreto do Executivo é norma secundária de execução, e por este motivo, pode ser objeto de controle por via incidental ou por ADPF. Mas é possível que o surgimento de um decreto autônomo em tese (CF, art. 84, inciso VI, alínea a), ou seja, vinculado diretamente à Constituição, venha a ser objeto de controle por via de ação direta de inconstitucionalidade.

Atualmente, o item 3 está correto por força da alteração sofrida pela CF, no art. 84, inciso VI, através da EC 32, de 2001.

4) errado – só é exigida a observação do princípio de reserva de plenário (CF, art. 97), quando da primeira declaração de inconstitucionalidade naquele tribunal ou no STF. Posteriormente, os tribunais poderão reconhecer a inconstitucionalidade por decisão de órgãos fracionários.
5) errado – as decisões terminativas, ao contrário das decisões definitivas de mérito, não têm o condão de produzir qualquer efeito senão o da extinção do processo sem exame do mérito da ação e, consequentemente, sem reconhecer a constitucionalidade ou inconstitucionalidade.

21. (ESAF – AFTN – 96): Quando uma lei ou alguns dos seus artigos são declarados definitivamente inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal, são retirados do ordenamento jurídico:
    a) pela publicação do acórdão do Supremo Tribunal Federal no Diário Oficial da União
    b) por lei complementar
    c) por resolução do Senado
    d) por decreto legislativo
    e) por medida provisória

↳*Resposta:*
c) correto – todas as matérias de competência privativa do Senado Federal, previstas no art. 52, são definidas por resolução legislativa, inclusive aquela que suspende a eficácia de lei declarada definitivamente inconstitucional (CF, arts. 52, inciso X e 59, inciso VII).

22. (CESPE/UNB – STJ – 99): Recentemente, foi publicada na imprensa oficial a seguinte notícia de julgamento:

"O Tribunal, por votação majoritária, deferiu, em parte, o pedido de medida cautelar, para suspender, com eficácia *ex nunc* e com efeito vinculante, até final julgamento da ação, a prolação de qualquer decisão sobre pedido de tutela antecipada, contra a Fazenda Pública, que tenha por pressuposto a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade do art. 1º da Lei n.º 9.494, de 10/9/97, sustando, ainda, com a mesma eficácia, os efeitos futuros dessas decisões antecipatórias de tutela já proferidas contra a Fazenda Pública (...)"

Considerando o texto transcrito, assinale a opção correta.

    a) A lei referida no texto versa sobre matéria de interesse da fazenda pública. Logo, qualquer um dos TRF's poderia, em tese, proferir a decisão de idêntico teor, no exercício do controle difuso da constitucionalidade das leis.

b) A decisão em questão deverá ser reformada pela instância superior, já que a instância prolatora atribuiu efeito vinculante à decisão – o que só será admitido no ordenamento jurídico brasileiro se for aprovado projeto de emenda constitucional que discipline reforma do Poder Judiciário.
c) O tribunal prolator agiu no exercício do controle concentrado da constitucionalidade das leis. Logo, a decisão notificada pode ter sido proferida pelo STJ.
d) O ordenamento jurídico brasileiro admite que qualquer órgão do Poder Judiciário, singular ou coletivo, pronuncie-se acerca da constitucionalidade das leis subjacentes às demandas postas a julgamento. Todavia, somente um, entre os órgãos da estrutura judiciária brasileira, tem competência para proferir decisão com o alcance definido na notícia.
e) A exemplo do que ocorre no orbe do direito constitucional norteamericano, de onde remontam as origens do controle de constitucionalidade das leis, este se efetiva, no Brasil, sob a exclusiva modalidade difusa, pois os juízes e tribunais não se pronunciam sobre a constitucionalidade de lei em tese, mas tão somente de forma incidental.

↳Resposta:

a) errado – só quem pode conceder efeito vinculante as suas decisões cautelares, em face da Constituição Federal, é o STF. E, assim mesmo, só em controle abstrato.

b) errado – a liminar concedida pelo STF, com efeito vinculante, já está prevista desde 1999, na Lei 9.868, arts. 11 e 21 e na Lei 9.882, art. 5º, § 3º. Esta decisão não pode ser reformada por tribunal superior simplesmente porque não existe tribunal superior ao STF.

c) errado – só quem pode examinar a constitucionalidade de leis em abstrato é o Tribunal de Justiça (de lei em face da Constituição Estadual ou em face de Lei Orgânica Distrital) e o Supremo Tribunal Federal (de lei em face da Constituição Federal).

d) correto – trata-se claramente de lei federal e, consequentemente, o tribunal competente para julgar essa ação, com aquelas características, é o STF.

e) errado – o controle da constitucionalidade incidental tem sua origem nos Estados Unidos, mas se espalhou pelo mundo ocidental sofrendo transformações e, apesar de nos EUA o controle permanecer apenas sob a modalidade difusa, no Brasil, e em outros países como na Alemanha, o controle da constitucionalidade se manifesta de forma mais diversificada: pela via direta e indireta.

23. (CESPE/UNB – PC) Caso determinada lei se torne materialmente incompatível com a Constituição Federal em decorrência de aprovação de Emenda Constitucional, é correto afirmar que a lei.
a) foi revogada.
b) tornou-se inconstitucional.
c) foi automaticamente recepcionada pelo novo texto.
d) poderá ser considerada como recepcionada pelo novo texto constitucional somente após manifestação do STF.
e) Deixará de vigorar somente após declaração do Senado Federal.

Resposta:

a) correto – lei superior posterior revoga lei inferior anterior naquilo que a contrarie. Essa revogação ocorre pelo critério hierárquico.

b) errado – o STF não reconhece a existência da inconstitucionalidade superveniente. A contrariedade resolve-se pela revogação.

Vide decisão do STF, Informativo nº 600: "(...) A lei é constitucional quando fiel à Constituição; inconstitucional na medida em que a desrespeita, dispondo sobre o que lhe era vedado. O vício da inconstitucionalidade é congênito à lei e há de ser apurado em face da Constituição vigente ao tempo de sua elaboração. Lei anterior não pode ser inconstitucional em relação à Constituição superveniente; nem o legislador poderia infringir Constituição futura. A Constituição sobrevinda não torna inconstitucionais leis anteriores com ela conflitantes: revoga-as. Pelo fato de ser superior, a Constituição não deixa de produzir efeitos revogatórios (...)." (ADI 2, Rel. Min. Paulo Brossard, julgamento em 6-2-1992, Plenário, DJ de 21-11-1997.) Vide: ADI 2.158 e ADI 2.189, Rel. Min. Dias Toffoli, julgamento em 15-9-2010, Plenário.

c) errado – a recepção se dá a partir de normas ordinárias pré-constitucionais em relação ao novo ordenamento jurídico, se materialmente compatíveis com a Constituição superveniente.

d) errado – não se trata de recepção diante de uma nova Constituição, mas de revogação por contrariedade a uma EC.

e) errado – a revogação ocorre automaticamente, com o advento da EC de conteúdo diverso.

24. (CESPE/UNB – PF – 98) "Uma norma ou um ato inconstitucionais, ao infringirem uma norma constitucional, afetam toda a Constituição e, até serem destruídos, manifestam-se como elementos estranhos na ordem jurídica. Essa norma infringida não vive isolada, pertence a um sistema de normas e é, com pertencer-lhe, que se revela fundamento de validade de outras normas e de certos atos. A violação de uma norma constitucional surge com uma quebra na integridade do sistema da Constituição".

    Jorge Miranda. Manual de Direito Constitucional. Coimbra: Coimbra, 1988, t. II, p. 306 (com adaptações).

    À luz da teoria relativa ao controle de constitucionalidade como meio de garantia da Constituição, julgue os itens que se seguem.

    1. No Brasil, há dois modos de controle de constitucionalidade: o concentrado e o por via de ação.
    2. No controle concentrado de constitucionalidade, qualquer cidadão é parte legítima para suscitar a contrariedade de uma norma à Constituição da República, contanto que o faça por meio de advogado, valendo-se da ação adequada e perante o Supremo Tribunal Federal (STF).
    3. Desde que o Poder Judiciário profira julgamento no sentido da inconstitucionalidade de uma norma e desde que esse julgamento transite em julgado, tal norma passará a ser considerada como revogada, não podendo mais aplicar-se a caso algum.
    4. No controle de constitucionalidade suscitado pelo interessado no curso de uma ação qualquer, o julgamento da arguição de inconstitucionalidade caberá, inicialmente, ao juiz competente para apreciar a causa, qualquer que seja ele, mesmo que de primeiro grau.
    5. O efeito do julgamento definitivo de ação direta de inconstitucionalidade pelo STF é como regra geral, *ex tunc*, isto é, atinge a norma desde o seu surgimento.

Resposta:

1) errado – no atual direito brasileiro, existem dois modos de controle: o por via de exceção e o por via de ação. Também sendo possível identificá-los como difuso e concentrado ou ainda concreto e abstrato.

2) errado – as pessoas físicas ou jurídicas podem reclamar direitos e liberdades, levantando como tese de argumentação a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo. Esse é o chamado controle incidental ou por via de exceção e ocorre, em regra, pelo método difuso.

3) errado – a declaração de inconstitucionalidade, em regra, provoca a suspensão de sua eficácia e não sua revogação. Só uma lei pode revogar outra lei.

4) correto – trata-se do controle incidental, e ocorre pelo método difuso, ou seja, há uma variedade de juízos e tribunais competentes para examinar a arguição de inconstitucionalidade como meio de defesa de um direito concreto, este sim o objeto principal da ação.

5) correto – assim determina a L. 9.868, art. 27 e 28, parágrafo único.

25. (CESPE/UNB – PF – 98) Ainda em relação ao controle de constitucionalidade, julgue os itens seguintes.
    1. Apenas o Ministério Público, por meio do Procurador-Geral da República, é parte legítima para ajuizar ação direta de inconstitucionalidade.
    2. No sistema constitucional brasileiro, não cabe ao Superior Tribunal de Justiça julgar, por meio de recursos, questões relativas à inconstitucionalidade de normas jurídicas.
    3. Se utilizado o meio processual correto, qualquer juiz ou tribunal pode declarar a inconstitucionalidade de uma norma; no caso dos tribunais, contudo, esse julgamento somente pode ser realizado, como regra geral, pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do órgão especial da corte.
    4. No controle de constitucionalidade, já existe, em certo caso, o chamado efeito vinculante das decisões judiciais, inclusive para os demais órgãos do Poder Judiciário.
    5. A intervenção federal pode ser utilizada como mecanismo para o controle de constitucionalidade de atos em face da Constituição Federal.

Resposta:

1) errado – qualquer um daqueles previstos na CF, art. 103, pode propor ADIn junto ao STF, em face da CF, inclusive o Procurador Geral da República. Cabe lembrar que a ADIN surgiu com uma emenda constitucional à CF de 1946, em 1965, e concedia legitimidade ativa apenas ao Procurador-Geral da República. Com a promulgação da CF de 1988, o rol de legitimados foi ampliado para todos aqueles do art. 103, da CF.

2) errado – o STJ pode examinar, inclusive por meio de recurso, a inconstitucionalidade em concreto de lei ou ato normativo. Neste caso, estamos nos referindo ao método difuso e concreto.

3) correto – se utilizado o controle incidental, qualquer juízo ou tribunal pode reconhecer a inconstitucionalidade (método difuso). Por outro lado, quando o tribunal for reconhecer pela primeira vez a inconstitucionalidade daquela norma, sem qualquer decisão anterior do STF neste sentido, aquele

tribunal só poderá decidir por maioria absoluta e observando o princípio de reserva de plenário (CF, art. 97).

4) correto – o efeito vinculante se manifesta nas decisões definitivas do STF no controle concentrado relativo à ADIN, ADECON (Lei 9.868, art. 28) e ADPF (Lei 9.882, art. 10, § 3º).

5) correto – é possível exercer o controle da constitucionalidade de atos do poder público através da representação de inconstitucionalidade interventiva, conforme dispõe o art. 36, inciso III, da CF, permitindo ao Presidente da República, se julgada procedente a ação, decretar a intervenção federal.

26. (CESPE/UNB – STM – 99) Ao Poder Judiciário incumbe o controle de constitucionalidade das leis. Acerca desse assunto, julgue os itens a seguir.
    1. O STF somente declara a constitucionalidade no âmbito do controle concentrado. O controle difuso é realizado pelos juízes e demais tribunais.
    2. O STF não conhece ação direta de inconstitucionalidade quando, para concluir pela violação de norma constitucional, é necessário o prévio confronto entre o dispositivo legal impugnado e outras normas jurídicas infraconstitucionais.
    3. A ação declaratória de constitucionalidade, de competência do STF, tem por objeto lei ou ato normativo federal ou estadual.
    4. O STF somente admite liminares – e com eficácia *ex nunc* – em ações visando declarar a inconstitucionalidade; nas ações declaratórias de constitucionalidade, elas são inadmissíveis.
    5. No controle concreto, não há óbice à declaração de inconstitucionalidade incidental que tenha como parâmetro norma constitucional revogada.

A quantidade de itens certos é igual a:

(a) 1 (b) 2 (c) 3 (d) 4 (e) 5

Resposta:

1) errado – é possível que o STF venha a declarar a inconstitucionalidade em controle incidental, se a ação alcançar o STF por via de recurso extraordinário. É sempre bom lembrar que, por força da EC 45, o recorrente deverá demonstrar a existência de repercussão geral das questões constitucionais discutidas, sob pena do STF se recusar, por dois terços de seus membros, a receber o recurso extraordinário e examinar o caso concreto (CF, art. 102, inciso III e § 3º).

2) correto – de acordo com o entendimento jurisprudencial do STF, a ofensa da lei em relação à CF há de ser direta e não reflexa. Entende-se por ofensa reflexa quando a lei se contrapõe diretamente à outra lei e indiretamente à CF. Neste caso, se deve arguir a ilegalidade de uma lei em face da outra e não a inconstitucionalidade da lei em face da CF.

3) errado – a CF só admite a ação declaratória em face da própria CF quando o objeto de exame for lei ou ato normativo federal, devendo ser proposta junto ao STF (CF, art. 102, inciso I, alínea a). Por outro lado, nada impede uma ação declaratória envolvendo lei estadual, mas nesse caso será examinada em face da Constituição Estadual, e proposta junto ao Tribunal de Justiça.

4) errado – as medidas cautelares são admitidas em ADIN (Lei 9.868, art. 11, §1º), ADECON (Lei 9.868, art. 21), ADPF (Lei 9.882, art. 5º, § 3º) e ADINPO (Lei 9.868, art. 12-F, § 1º), e em regra, com efeito, "ex nunc", podendo alcançar efeito "ex tunc" nas liminares da ADIN.

5) correto – é cabível controle incidental de norma ordinária pré-constitucional em face da Constituição vigente quando da sua elaboração, ainda que atualmente aquela Constituição já se encontre revogada ou a própria lei objeto de controle incidental já se encontre revogada. Cabe lembrar que diversamente, em se tratando de controle abstrato, a norma tem que ser vigente e ser posterior à atual Constituição.

A resposta correta é a letra b.

27. (CESPE/UNB – PC – 98) O Supremo Tribunal Federal (STF) vem adequando a jurisprudência com relação ao controle de constitucionalidade às exigências de ordem prática. Nessa perspectiva evolutiva, o STF.
    a) resolveu que a declaração de inconstitucionalidade por omissão deve ter por consequência natural a expedição de uma ordem de legislar com prazo certo.
    b) admite que uma lei constitucional possa entrar em processo gradual de inconstitucionalidade pela mudança das circunstâncias fáticas.
    c) tem adotado súmulas com eficácia vinculante.
    d) vem admitindo, no âmbito da sua competência, que todas as leis do Distrito Federal possam ser impugnadas no controle abstrato.
    e) já declarou a inconstitucionalidade de norma constitucional oriunda do poder constituinte originário.

Resposta:

a) errado – o STF comunicará ao órgão legislativo competente para que elabore a norma faltante, mas a ausência de prazo constitucional impede que o STF, regra geral, estabeleça prazo (CF, art. 103, § 2º).

b) correto – as transformações sociais permitem que o STF passe a interpretar as normas de forma diversa da que vinha interpretando ao longo do tempo, alterando a sua jurisprudência e decidindo pela inconstitucionalidade de leis que aparentemente eram compatíveis com a Constituição no momento de sua criação.

c) correto – a EC 45 introduziu formalmente essa modalidade de súmula, no art. 103-A, da CF. O STF já elaborou algumas súmulas vinculantes.

d) correto – atualmente, por força da ADPF, a leis distritais que não possam ser objeto de controle direto por meio de ADIN, poderão sofrer a arguição de descumprimento de preceito fundamental (Lei 9.882, art. 4º, §1º).

e) errado – o STF não tem admitido o exame da constitucionalidade ou inconstitucionalidade de norma constitucional originária.

28. (CESPE/UNB – PC – 98) A Constituição Federal de 1988 manteve, em linhas gerais, o mesmo sistema de controle de constitucionalidade anteriormente vigente. Ampliou-se, por exemplo, a legitimidade para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade (ADIn). Algumas outras

novidades foram introduzidas por meio de emenda constitucional, tais como a ação declaratória de constitucionalidade (ADC). Comparando-se a ADIn e a ADC, assinale a opção correta.

a) Ambas constituem instrumento de controle difuso de constitucionalidade.
b) Apenas lei ou ato normativo federal, estadual ou distrital pode ser objeto de ADIn, e apenas lei ou ato normativo federal pode ser objeto de ADC.
c) As mesmas pessoas legitimadas à propositura da ADIn poderão propor ADC.
d) As decisões do STF em ambas as ações produzirão, nos termos da Constituição Federal, efeito vinculante.
e) Haverá necessidade, em ambos os casos, de manifestação do Senado Federal a fim de que as decisões do STF produzam efeitos *erga omnes*.

↳*Resposta:*

a) errado – ambas constituem instrumento de controle abstrato de constitucionalidade que, regra geral, se manifestam por meio do método concentrado.

b) errado – também lei ou ato normativo municipal pode ser objeto de ADIn, mas não em face da Constituição Federal e sim em face da Constituição Estadual. Por outro lado, apenas lei ou ato normativo federal pode ser objeto de controle na ADC, em face da CF (CF, art. 102, inciso I, alínea a).

c) correto – no momento daquele concurso, esta opção estava errada, mas por força da EC 45, que revogou o § 4º, do art. 103, da CF, e ampliou a legitimidade ativa aos mesmos da ADIn (CF, art. 103), essa opção deve ser considerada correta.

d) correto – o STF já assim entendia e a Lei 9.868, art. 28, parágrafo único, só veio a confirmar o efeito vinculante em decisão definitiva de mérito em ADIN e ADC.

e) errado – por se tratar de controle abstrato, a decisão do STF já define os efeitos, sem necessidade de manifestação do Senado Federal, não se aplicando, portanto, o art. 52, inciso X, da CF.

§ Estão corretas as opções C e D.

29. (CESPE/UNB – TCU – 98) "(...) a Constituição, atualmente, é o grande espaço, o grande *locus*, onde se opera a luta jurídico-política. O processo constituinte é, hoje, processo que se desenvolve sem interrupção, inclusive após a promulgação, pelo Poder Constituinte, de sua obra. A luta, que se trava no seio da Assembleia Constituinte, após a elaboração do documento constitucional, apenas se transfere para o campo da prática constitucional (aplicação e interpretação). Por isso, a Constituição pode ser visualizada como processo e como espaço de luta."

Clémerson Merlin Clève. A fiscalização abstrata de constitucionalidade no direito brasileiro. São Paulo. Revista dos Tribunais. 1995. P. 18

Em vista do texto e considerando a teoria e as normas acerca do controle de constitucionalidade no direito brasileiro, julgue os itens.

1. O controle de constitucionalidade é atribuição apenas do Poder Judiciário.
2. O controle de constitucionalidade realiza-se com base em critérios exclusivamente jurídicos.
3. Todos os órgãos do Poder Judiciário são aptos a efetivar o controle de constitucionalidade, embora por meio de processos distintos e com efeitos diferentes.

4. O Poder Judiciário, ao realizar o controle de constitucionalidade, pode apreciá-la tanto sob o ângulo formal quanto sob o material.
5. A Constituição de 1988 ampliou o número de sujeitos legitimados a ajuizarem ação direta de constitucionalidade, deste modo estimulando-os a levar à deliberação judicial questões surgidas no processo político.

Resposta:

1) errado – os Poderes Legislativo e Executivo exercem o controle preventivo (sobre projeto de lei, através do exame da constitucionalidade pela comissão parlamentar e pela sanção ou veto) e, eventualmente, também o controle repressivo.

2) errado – o controle da constitucionalidade pode ser examinado pelos critérios jurídicos e políticos (por exemplo, no caso do veto, por ser contrário ao interesse público (CF, art. 66, § 1º)).

3) correto – o controle da constitucionalidade pode se manifestar pelo método concentrado no STF ou TJ, ou pode se manifestar pelo método difuso, quando qualquer juízo ou tribunal pode examinar a constitucionalidade de lei ou ato normativo, como argumentação de defesa de um direito ou de uma liberdade.

4) correto – a inconstitucionalidade da lei pode ser por ofensa a conteúdo constitucional (inconstitucionalidade material ou substantiva), ou por ofensa ao procedimento, à espécie legislativa adequada ou os pressupostos constitucionais (inconstitucionalidade formal ou processual).

5) correto – a EC nº 3 criou a ADECON e entregou a legitimidade para a sua propositura somente ao Presidente da República, ao Procurador-Geral da República, à Mesa da Câmara dos Deputados e à Mesa do Senado Federal(CF, art. 103, §4º). Porém, a EC nº45 revogou o §4º, do art. 103 e ampliou a legitimidade para a propositura da ADECON a todos aqueles legitimados para a ADIN (CF, art. 103).

Até a Constituição passada, só o Procurador Geral da República tinha legitimidade para a propositura da ADIN. Atualmente, o rol dos legitimados é bastante extenso, como se pode verificar o art. 103, da CF.

30. (ESAF – AFRF – 2002) Assinale a opção em que não consta ente ou autoridade legitimado para propor ação direta de inconstitucionalidade.
    a) Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil
    b) Presidente da República
    c) Qualquer partido político com representação no Congresso Nacional
    d) Qualquer sindicato de classe
    e) Procurador-Geral da República

Resposta:

a) correto – de acordo com o art. 103, inciso VII, da CF.

b) correto – de acordo com o art. 103, inciso I, da CF.

c) correto – de acordo com o art. 103, inciso VIII, da CF.

d) errado – de acordo com o art. 103, inciso IX, da CF, a legitimidade para a propositura de uma ADIN não alcança qualquer sindicato, sendo necessária uma Confederação sindical (reunião de no mínimo três

federações, formadas, cada uma delas a partir de cinco sindicatos) ou de entidade de classe de âmbito nacional.

e) correto – de acordo com o art. 103, inciso VI, da CF.

31. (ESAF – AFRF – 2002) Suponha que certa câmara legislativa municipal edite uma lei - flagrantemente inconstitucional - que restringe a atividade de fiscalização dos Auditores Fiscais da Receita Federal com relação aos habitantes do mesmo município. À vista disso, assinale a opção correta.
    a) O Procurador-Geral da República pode ajuizar uma ação direta de inconstitucionalidade, perante o Supremo Tribunal Federal, contra tal lei.
    b) A lei deverá ser objeto de controle abstrato, perante o Tribunal de Justiça do Estado em que está situado o Município, único órgão jurisdicional legitimado para proclamar que tal lei municipal é contrária à Constituição Federal.
    c) Em face do princípio da autonomia dos Municípios, nem o Tribunal de Justiça do Estado nem o Supremo Tribunal Federal podem declarar a inconstitucionalidade dessa lei municipal.
    d) O Supremo Tribunal Federal poderá proclamar a inconstitucionalidade da lei num caso concreto (controle incidental), mas não o poderá fazer em sede de ação direta de inconstitucionalidade.
    e) Somente o Supremo Tribunal Federal poderá proclamar a inconstitucionalidade da lei, tanto pelo controle incidental como pelo controle em tese, por ser a única Corte brasileira com competência para declarar a inconstitucionalidade de atos do Poder Legislativo.

↳*Resposta:*

a) errado – não cabe ADIN proposta junto ao STF de lei municipal em face da Constituição Federal (CF, 102, inciso I, alínea a). Poderia ser proposta uma ADPF, inclusive pelo Procurador Geral da República (Lei 9.886, art. 1º, parágrafo único, inciso I e § 2º combinado com a CF, art. 103, inciso VI).

b) errado – o Tribunal de Justiça pode reconhecer a inconstitucionalidade em abstrato de lei municipal em face da Constituição Estadual, mas não em face da CF.

c) errado – o STF poderá reconhecer a inconstitucionalidade da lei municipal em face da Constituição Federal, através de ADPF, e o TJ em face da Constituição Estadual.

d) correto – é interessante observar que o STF pode examinar por meio de ADPF, o que não torna a opção errada porque ela não excluiu essa possibilidade.

e) errado – existem outros órgãos capazes de declarar a inconstitucionalidade.

32. (ESAF – AFRF – 2002) A respeito da ação declaratória de constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal, assinale a opção correta.
    a) O Procurador-Geral da República pode ajuizar ação declaratória de constitucionalidade tendo por objeto lei federal, mas não pode ajuizar a mesma ação se ela tiver por objeto uma lei estadual.
    b) O Presidente da República não pode ajuizar ação declaratória de constitucionalidade.
    c) O Governador de Estado pode ajuizar ação declaratória de constitucionalidade que tenha por objeto lei estadual, mas não pode ajuizar a mesma ação se ela tiver por objeto uma lei federal.

d) Uma associação de classe que reúna os Auditores Fiscais da Receita Federal de todo o Brasil pode ajuizar a ação declaratória de constitucionalidade que tenha por objeto lei federal de interesse da classe que representa.
e) Qualquer partido político pode ajuizar ação declaratória de constitucionalidade de lei estadual ou federal.

↳*Resposta:*

a) correto – não cabe a propositura de ADC em face da Constituição Federal, contra lei ou ato normativo estadual. Por outro lado, é possível que o PGR, entre outros previstos no art. 103, da CF, proponha uma ADC contra lei ou ato normativo federal junto ao STF (CF, art. 102, inciso I, alínea a e art. 103, inciso VI).
b) errado – art. 103, inciso I, da CF.
c) errado - art. 103, inciso V, da CF.
d) correto – esta opção foi considerada errada porque a EC 45, que ampliou os legitimados para todos aqueles do art. 103, da CF, revogando o art. 103, § 4º, da CF, foi promulgada em 2004, portanto, após a data da aplicação desta prova. De acordo com o art. 103, inciso IX, da CF, entidade de classe de âmbito nacional pode propor ADC, desde que caracterizada a pertinência temática.
e) errado – de acordo com a CF, no art. 103, inciso VIII, o partido político tem legitimidade, desde que tenha representação no Congresso Nacional no momento da propositura, para propor ADIN contra lei ou ato normativo federal, estadual e distrital (semelhante a estadual) e para propor ADC contra lei ou ato normativo federal.

33. (ESAF – AFRF – 2002) Assinale a opção correta.
a) Como regra, a declaração de inconstitucionalidade de uma lei pelo Supremo Tribunal Federal, em ação direta de inconstitucionalidade, somente produz efeitos a partir da data do julgamento da ação, sendo por isso válidos todos os atos praticados com base na lei até o julgamento da ação direta de inconstitucionalidade.
b) O Tribunal de Justiça não tem competência para apreciar ação direta de inconstitucionalidade de lei estadual em face da Constituição Federal.
c) Mesmo que declarada pelo Supremo Tribunal Federal a validade de uma lei, numa ação declaratória de constitucionalidade, um juiz de primeira instância é livre para declarar a inconstitucionalidade da mesma lei, com base em argumentação não apreciada pelo STF.
d) As leis da União, dos Estados-membros, do Distrito Federal e dos Municípios podem ser objeto de controle de constitucionalidade pelo STF, por meio de ação direta de inconstitucionalidade.
e) A decisão do Supremo Tribunal Federal, tomada em ação direta de inconstitucionalidade, no sentido da inconstitucionalidade de uma lei federal, somente produz efeitos jurídicos depois de o Senado suspender a vigência da lei.

↳*Resposta:*

a) errado – como regra, a decisão definitiva de mérito em uma ADIN procedente provoca efeitos retroativos ("ex tunc"), salvo se o STF decidir, por no mínimo dois terços dos seus membros e por razões

de segurança jurídica ou por excepcional interesse social, pelo efeito "ex nunc" (Lei 9.868, arts. 27 e 28, parágrafo único).

b) correto - o Tribunal de Justiça tem competência para apreciar ação direta de inconstitucionalidade de lei estadual em face da Constituição Estadual e não em face da Constituição Federal (CF, art. 125, § 2º).

c) errado – a declaração de constitucionalidade ou inconstitucionalidade em controle abstrato tem efeito vinculante, ou seja, obriga a Administração direita e indireta, nas quatro esferas, e os demais órgãos do Poder Judiciário. Por este motivo, não poderá nem juiz de primeira instância, nem tribunal decidir de forma diversa da decisão do STF. O próprio STF não poderá reexaminar a decisão, porque irrecorrível, salvo embargo declaratório, e não poderá decidir em outra ação de forma diferente, porque não cabe ação rescisória (Lei 9868, arts. 26, 27 e 28).

d) errado – lei ou ato normativo municipal ou distrital semelhante à municipal não pode ser objeto de ADIN, em face da CF, junto ao STF (CF, art. 102, inciso I, alínea a).

e) errado – o art. 52, inciso X, da CF, não se aplica às decisões definitivas de mérito em ADIN, pois estas, por si só, já provocam todos os efeitos.

34. (ESAF – AFC – 2002) Suponha que uma lei recém-editada venha a ser declarada inconstitucional pelo STF, em uma ação direta de inconstitucionalidade. À vista disso, assinale a opção correta.
    a) A declaração de inconstitucionalidade, em princípio, não tem como interferir sobre as relações jurídicas formadas antes do julgamento do STF.
    b) A declaração de inconstitucionalidade somente terá eficácia depois que a lei tida como inválida for suspensa pelo Senado Federal.
    c) Dado o enunciado da questão, é possível afirmar que, necessariamente, a lei em questão não é municipal.
    d) Se o autor da ação direta de inconstitucionalidade for uma autoridade federal, é possível afirmar que, necessariamente, a lei será federal.
    e) Nada impede que, numa ação declaratória de constitucionalidade, posteriormente ajuizada, o STF reveja a sua posição e afirme a validade e plena eficácia da lei que antes dissera ser inconstitucional.

↳*Resposta:*

a) errado – em regra, a decisão em uma ação direta provoca efeitos retroativos ("ex tunc").

b) errado - o art. 52, inciso X, da CF, não se aplica às decisões definitivas em ADIN, pois estas já provocam todos os efeitos.

c) correto – a banca considerou correta esta opção porque não levou em conta a possibilidade de uma ação direta junto ao TJ, em face da Constituição Estadual, alcançar o STF em razão de ofensa a um princípio constitucional de simetria obrigatória.

d) errado – nada impede autoridade federal, por exemplo, o Presidente da República, como legitimado ativo universal, arguir a inconstitucionalidade de lei federal, estadual ou distrital.

e) errado – a declaração de constitucionalidade ou inconstitucionalidade em controle abstrato tem efeito vinculante, ou seja, obriga a Administração direita e indireta, nas quatro esferas, e os demais órgãos do Poder Judiciário. Por este motivo, não poderá nem juiz de primeira instância, nem tribunal decidir de

forma diversa da decisão do STF. O próprio STF não poderá reexaminar a decisão, porque irrecorrível, salvo embargo declaratório, e não poderá decidir em outra ação de forma diferente, porque não cabe ação rescisória (Lei 9868, arts. 26, 27 e 28).

35. (UnB/CESPE – AGU – 2002) No Brasil atual, convivem dois sistemas de controle judicial de constitucionalidade das leis. O controle difuso, ou por via de exceção, e o controle concentrado e abstrato, ou por via de ação direta. Este último é atribuição exclusiva do STF e tem por finalidade a obtenção da declaração de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade do ato normativo, visando à segurança das relações jurídicas e à defesa da Constituição da República. Acerca do sistema atual de controle concentrado e abstrato de constitucionalidade, julgue os itens seguintes.
    1. A ação direta de inconstitucionalidade por omissão visa à expedição de medida para tornar efetiva a norma constitucional, podendo a omissão ser total ou parcial, importando a procedência da ação no reconhecimento, pelo STF, da inércia do poder público, não cabendo ao STF suprir a omissão, mas antes cientificar o poder inadimplente para que adote as providências necessárias à concretização do texto constitucional.
    2. É requisito essencial à ação declaratória de constitucionalidade a comprovação de controvérsia judicial relevante sobre a aplicação da lei ou ato normativo objeto da ação, que tanto pode ser de origem federal ou estadual. As decisões do STF nessas ações produzem eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e ao Poder Executivo.
    3. O controle concentrado de constitucionalidade aplica-se, em regra, a atos normativos posteriores à promulgação da Constituição da República; contudo, a jurisprudência do STF não veda a declaração de inconstitucionalidade de atos normativos anteriores à Constituição da República.
    4. Segundo a jurisprudência do STF, é possível o controle de constitucionalidade de normas constitucionais originárias frente às chamadas *cláusulas pétreas*, de modo a garantir a observância dos princípios constitucionais mais relevantes inscritos nessas cláusulas.
    5. Nos termos da jurisprudência do STF, os atos e tratados internacionais incorporados formalmente ao direito brasileiro estão sujeitos ao controle concentrado de constitucionalidade.

Resposta:

1) correto – de acordo com a CF, art. 103, §2º, e interpretação do STF. Lembrar que o STF firmou o entendimento no sentido de que a decisão pela procedência da ADIN por Omissão é de natureza mandamental e não declaratória.

2) errado – a lei ou ato normativo objeto da ADC, proposta junto ao STF, só pode ser de natureza federal (CF, art. 102, inciso I, alínea a). Todas as demais afirmações deste item estão corretas, nos termos da Lei 9.868/99.

3) errado – o controle concentrado (no sentido de abstrato) da constitucionalidade só pode ser proposto em face da atual Constituição, e só em relação a leis ou atos normativos a ela supervenientes. Normas ordinárias pré-constitucionais só podem sofrer controle da constitucionalidade incidental junto à Constituição vigente ao tempo de sua publicação. Em relação à Constituição superveniente, aquelas normas pré-constitucionais só podem sofrer controle da compatibilidade material, seja por meio da via incidental, seja por ADPF (Lei 9.882, art. 1º, parágrafo único, inciso I). Caso essas ações sejam julgadas

procedentes, será reconhecida não a inconstitucionalidade, mas a não recepção, e por isto, a revogação desde o avento da nova Constituição.

4) errado – o STF não tem admitido o controle da constitucionalidade de normas constitucionais originárias por serem frutos do exercício do poder constituinte originário, que, para o STF e a doutrina majoritária, é inicial, juridicamente ilimitado, incondicionado e soberano.

5) verdadeiro – os atos, convenções e tratados internacionais, regularmente incorporados à ordem jurídica brasileira, estão sujeitos ao controle da constitucionalidade incidental e abstrato.

36. (UnB/CESPE – AGU – 2002) Um órgão da administração direta federal publicou edital de concurso público para preenchimento de cargos públicos de agente de segurança e de técnico em informática, exigindo dos candidatos a ambos os cargos altura mínima de 1,65 m e idade inferior ou igual a 35 anos. Além disso, para os candidatos ao cargo de agente de segurança, exigiu diploma de curso superior em direito, enquanto, para os de técnico em informática, diplomação em programação de computadores. Previu ainda o edital critérios de concorrência em caráter regional, de maneira que a ordem de classificação dos candidatos seria efetuada de acordo com a opção de região territorial que fizessem. Alguns candidatos, inconformados com os termos do edital, interpuseram contra este ação direta de inconstitucionalidade (ADIn), enquanto outros entraram com mandado de segurança, visando impugnar requisitos constantes no edital.

    Acerca da situação hipotética acima descrita, bem como da jurisprudência, da doutrina e da legislação pertinentes, julgue os itens que se seguem.

    1. Por não haver motivos para indeferimento liminar do pedido de ADIn, o STF, seguindo sua linha jurisprudencial, deverá julgar a ADIn, declarando a inconstitucionalidade do edital do concurso, tendo em vista as diversas ofensas ao texto constitucional nele contidas.
    2. Para provimento de qualquer cargo público, a exigência de altura mínima, nos termos da jurisprudência do STF, é considerada ofensa aos princípios constitucionais da isonomia e da razoabilidade.
    3. A fixação de limite de idade em concurso público tem sido aceita pela jurisprudência do STF, desde que se mostre compatível com o conjunto de atribuições inerentes ao cargo a ser preenchido e seja estabelecido em lei.
    4. A jurisprudência do STF tem por válida a fixação de critérios de concorrência em caráter regional em editais de concurso público, de maneira que, se essa linha de entendimento for seguida, a impugnação a essa exigência editalícia não encontrará amparo no Poder Judiciário.
    5. A exigência de diplomação em direito para provimento do cargo de agente de segurança pode implicar séria ofensa aos princípios constitucionais da razoabilidade e proporcionalidade, aplicáveis à administração pública.

↳*Resposta:*

1) errado – os candidatos não têm legitimidade ativa para a propositura da ADIn, nos termos da CF, art. 103. Cabe lembrar que o edital não pode ser objeto de ADIN, por ser ato do Poder Público de efeito concreto, faltando-lhe generalidade ou abstração.

2) errado – no caso acima relatado, por ausência de qualquer motivo relevante, há ofensa os princípios constitucionais da isonomia e da razoabilidade. Mas isto não significa que a Constituição brasileira, interpretada pelo STF, proíba de forma absoluta a exigência quanto à altura, idade ou sexo para o provimento de determinados cargos públicos, nos termos da CF, no art. 39, § 3º, final.
3) correto – é o entendimento do STF e a melhor interpretação do art. 39, § 3º, da CF.
4) correto.
5) correto – por ausência de qualquer motivo relevante, há ofensa os princípios constitucionais da isonomia, da razoabilidade e da proporcionalidade.

37. (UnB – CESPE/AGU – 2002) Considerando a declaração e o controle de constitucionalidade das leis e dos atos normativos, julgue os itens que se seguem.
    1. A declaração de nulidade das leis, no controle abstrato de normas, pode incidir apenas em parte da norma ou sobre determinado âmbito de aplicação.
    2. Segundo a melhor doutrina, a declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade tem por objetivo evitar o caos jurídico, uma vez que uma simples declaração de nulidade minimizaria a concreção da vontade constitucional, em vez de otimizá-la.
    3. A interpretação conforme a Constituição tem relação com o controle de constitucionalidade e caracteriza-se por um elevado grau de flexibilidade.

↳*Resposta:*
1) correto – é possível que, arguida a inconstitucionalidade de toda lei, parte seja declarada inconstitucional e outra parte tenha reconhecida a constitucionalidade. Da mesma forma se arguida a inconstitucionalidade de parte da lei, pode ser que parte seja declarada inconstitucional e outra parte tenha reconhecida a constitucionalidade. Em ambos os casos, trata-se de declaração de inconstitucionalidade parcial. Pode também ser declarada a inconstitucionalidade de tudo aquilo que foi objeto de arguição, neste caso estamos diante da declaração de inconstitucionalidade total. Por outro lado, é possível que seja mantida a eficácia da lei, ou seja, a declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade: sendo declarada inconstitucional não da lei, mas de qualquer interpretação que a desincompatibilize com a Constituição ("interpretação conforme a Constituição"), ou a sua aplicação em determinadas hipóteses ("declaração de nulidade parcial sem redução do texto"). Ver a Lei 9.868, art. 28, parágrafo único.
2) correto – a declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade mantém a lei no ordenamento jurídico com plena eficácia, já que foi essa a vontade do legislador e que deve ser respeitada, é ele quem detém a função típica de legislar. Essa declaração se resolve, como já foi explicado no item anterior por declarar a inconstitucionalidade não da lei, mas qualquer interpretação que a desincompatibilize com a Constituição ("interpretação conforme a Constituição"), ou da sua aplicação em determinadas hipóteses ("declaração de nulidade parcial sem redução do texto").
3) correto – a interpretação conforme a Constituição tem relação com o controle de constitucionalidade e caracteriza-se por um elevado grau de flexibilidade porque mantém a lei no ordenamento jurídico, impedindo que se dê a ela interpretações estranhas as vontade constitucional.

38. (ESAF – Auditor-Fiscal do Trabalho – 2003) Na questão abaixo, relativa ao controle de constitucionalidade das leis e dos atos normativos no direito brasileiro, marque a única opção incorreta.
    a) No âmbito da Administração Pública Federal, a suspensão, pelo Senado Federal, da execução de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal tem efeitos *ex tunc*.
    b) Segundo a atual disciplina do processo da Ação Direta de Inconstitucionalidade, é possível a declaração de inconstitucionalidade sem a pronúncia da nulidade da lei, diferindo-se a data da nulidade para um termo futuro, especificado na decisão.
    c) Segundo a jurisprudência do STF, admite-se Recurso Extraordinário de decisão de Tribunal de Justiça Estadual que, em sede de representação de inconstitucionalidade estadual, declarou constitucional uma lei municipal confrontada com dispositivo da Constituição Estadual cujo conteúdo é reprodução obrigatória de conteúdo de dispositivo da Constituição Federal.
    d) É admissível a propositura, perante o STF, de uma Ação Direita de Inconstitucionalidade contra uma lei distrital que disciplinou a cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano em desconformidade com o texto da Constituição Federal.
    e) A doutrina e a jurisprudência reconhecem o efeito repristinatório em relação à lei que foi revogada por lei declarada inconstitucional pelo STF.

Resposta:

a) correto – este é o entendimento já firmado pelo STF. Vide a ADI 1.417, voto do Rel. Min. Octavio Gallotti, julgamento em 2-8-1999, Plenário, DJ de 23-3-2001.

b) correto – de acordo com a Lei 9.868, arts. 27 e 28, parágrafo único.

c) correto – este é o entendimento já firmado pelo STF: "Admissão da propositura da ação direta de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça local, com possibilidade de recurso extraordinário se a interpretação da norma constitucional estadual, que reproduz a norma constitucional federal de observância obrigatória pelos Estados, contrariar o sentido e o alcance desta." (Rcl 383, Rel. Min. Moreira Alves, julgamento em 11-6-1992, Plenário, DJ de 21-5-1993.) No mesmo sentido: Rcl 596-AgR, Rel. Min. Néri da Silveira, julgamento em 30-5-1996, Plenário, DJ de 14-11-1996.

d) errado – por se tratar de lei distrital assemelhada à lei municipal (CF, art. 32, § 1º), não é cabível a propositura de ADIN perante o STF, em face da CF (CF, art. 102, inciso I, alínea a), mas é cabível a propositura de ADPF perante o STF (Lei 9.882, art. 1º, parágrafo único, inciso I), em face da CF, ou de ADIN perante o Tribunal de Justiça, em face da Lei Orgânica Distrital (Lei 9.868, art. 30).

e) correto – este entendimento decorre do reconhecimento de que uma lei inconstitucional não tem como revogar validamente lei anterior, retomando esta lei a sua eficácia. Trata-se do "efeito repristinatório" que poderá ser negado pelo STF, se assim o determinar expressamente.

39. (ESAF – Auditor-Fiscal do Trabalho – 2003) Analise as assertivas a seguir, relativas ao controle de constitucionalidade das leis e dos atos normativos no direito brasileiro, e marque com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas; em seguida, marque a opção correta.

1. Segundo a jurisprudência do STF, não cabe concessão de medida cautelar em sede de Ação Direta de Inconstitucionalidade por omissão.
2. Segundo a jurisprudência do STF, o cabimento de Ação Direta de Inconstitucionalidade para verificação de ofensa ao princípio constitucional da reserva legal depende da comprovação de que o ato normativo impugnado é autônomo.
3. Segundo o entendimento do STF, é possível ao Autor requerer a desistência em relação a uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, desde que demonstre razões de interesse público para essa desistência.
4. A admissão de Ação Declaratória de Constitucionalidade, para processamento e julgamento pelo STF, pressupõe a comprovação liminar de existência de divergência jurisdicional, caracterizada pelo volume expressivo de decisões judiciais que tenham por fundamento teses conflitantes.
5. É posição majoritária, no STF, o entendimento de que não é possível o deferimento de medida cautelar, com efeito vinculante, em sede de Ação Declaratória de Constitucionalidade.

a) V, V, F, V, F
b) F, F, V, F, F
c) F, V, V, V, V
d) V, V, F, V, V
e) V, V, V, V, F

Resposta:

1) errado – Na época da aplicação desta prova, este item foi considerado correto. Atualmente, por força da Lei 12.063, de 27.10.09, que alterou o art. 12, da Lei 9.868, foi autorizada a medida cautelar na ADIN por Omissão, conforme a transcrição a seguir: Lei 9.868, art. 12-F e § 1º - " Em caso de excepcional urgência e relevância da matéria, o Tribunal, por decisão da maioria absoluta de seus membros, observado o disposto no art. 22, poderá conceder medida cautelar, (...). A medida cautelar poderá consistir na suspensão da aplicação da lei ou do ato normativo questionado, no caso de omissão parcial, bem como na suspensão de processos judiciais ou de procedimentos administrativos, ou ainda em outra providência a ser fixada pelo Tribunal".

2) correto – se for ato de execução (de natureza administrativa), neste caso cabe ADPF.

3) errado – a Lei 9.868 proíbe expressamente a desistência do autor, no seu art. 5º.

4) correto – interpretação dada ao art. 14, inciso III, da Lei 9.868.

5) errado – interpretação dada ao art. 21 e § único, da Lei 9.868, que impede que os demais órgãos do Poder Judiciário julguem processos que envolvam a aplicação da lei ou ato normativo federal objeto da ação até julgamento definitivo ou até o esgotamento do prazo de 180 dias.

A resposta correta era a letra a. Atualmente, com a nova legislação, não há resposta correta, pois o certo seria: F, V, F, V, F.

40. (UnB/CESPE – Fiscal de Tributos Municipais – 2003) Após publicação de lei federal que reduz o montante dos recursos repassados pela União aos estados e municípios brasileiros para os fundos de participação dos estados e dos municípios, respectivamente, um governador e um prefeito

ingressaram, cada um, no Supremo Tribunal Federal (STF), com uma ação direta de inconstitucionalidade contra a referida lei.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

1. O STF deverá rejeitar a ação intentada pelo prefeito, tendo em vista que ele não está legitimado pela Constituição da República para impetrar ação direta de inconstitucionalidade contra lei federal.
2. O STF deverá rejeitar a ação intentada pelo governador, uma vez que este está legitimado a ingressar com ação direta de inconstitucionalidade apenas contra ato normativo estadual.

Resposta:

1) correto – o prefeito não está legitimado para a propositura de ADIn junto ao STF, em face da Constituição Federal, conforme o art. 103.

2) errado – o governador tem legitimidade especial para a propositura de ADIn junto ao STF (CF, art. 103, inciso V), contra lei ou ato normativo federal, estadual ou distrital semelhante à lei estadual, desde que demonstre a pertinência temática, ou seja, que a pretensão por ele deduzida guarde relação de pertinência direta com os seus objetivos institucionais.

(UnB/CESPE – Fiscal de Tributos Municipais – 2003) Acerca da ação declaratória de constitucionalidade, julgue o item a seguir.

41. Não se admite, no Brasil, ação declaratória de constitucionalidade de ato normativo estadual, se tomada a Constituição da República como parâmetro de constitucionalidade.

Resposta:

correto – a Constituição brasileira só autoriza a propositura a de ADECON, junto ao STF, quando se tratar de lei ou ato normativo federal. Ver art. 102, inciso I, alínea a, da CF.

42. (ESAF – AFRF – 2003) Constitui instrumento típico do controle abstrato de constitucionalidade de leis e atos normativos:
    a) A ação direta de inconstitucionalidade
    b) O recurso extraordinário
    c) A ação cível originária
    d) O *habeas data*
    e) O mandado de segurança

Resposta:

a) correto – na ADIN, não se encontra em jogo qualquer direito concreto envolvido, mas a própria lei em tese. Trata-se de um processo objetivo, sem partes diretamente interessadas.

b) errado – ainda que excepcionalmente se admita recurso extraordinário em ADIN estadual ou distrital, este recurso é típico de controle concreto (CF, art. 102, inciso III e § 3º), ou seja, em um processo subjetivo, com partes diretamente interessadas.

c) errado – em uma ação judicial, em regra, admite-se o controle incidental, ou seja, concreto. Trata-se de um processo subjetivo, com partes diretamente interessadas.
d) errado – essa garantia constitucional nada tem a ver com a arguição de inconstitucionalidade (CF, art. 5º, inciso LXXII).
e) errado – em mandado de segurança admite-se o controle incidental da constitucionalidade e não o abstrato (CF, art. 5º, inciso LXIX e LXX). Tratando-se de um processo subjetivo, com partes diretamente interessadas.

43. (ESAF – AFRF – 2003) Considere que o STF tenha julgado procedente certa ação declaratória de constitucionalidade. Sabendo disso, é possível afirmar que:
    a) Essa ação pode ter sido proposta por um Governador de Estado.
    b) Não há impedimento jurídico a que a mesma lei, objeto da ação, venha a ser tida como inconstitucional por outro tribunal.
    c) Tratava-se de uma lei ou ato normativo federal.
    d) Essa ação pode ter sido proposta por partido político com representação no Congresso Nacional.
    e) Essa lei não pode mais ser revogada enquanto a Constituição estiver em vigor.

↳*Resposta:*
a) correto – a EC 45/2004 autorizou que os mesmo legitimados para a propositura de uma ADIN pudessem propor uma ADC, inclusive o Governador (CF, art. 103, inciso V). Ressalte-se que na data da aplicação desta prova não havia ainda esta possibilidade e o art. 103, § 4º, da CF, ainda não havia sido revogado pela EC 45, por isto, na época esta opção foi considerada errada.
b) errado – a declaração de constitucionalidade ou inconstitucionalidade na ADC, assim como na ADI ou ADPF, tem efeito vinculante junto aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública direta e indireta nas quatro esferas (Lei 9.868, art. 28, parágrafo único e Lei 9.882, art. 10, § 3º).
c) correto – nos termos da CF, art. 102, inciso I, alínea a.
d) correto - a EC 45/2004 autorizou que os mesmo legitimados para a propositura de uma ADIN pudessem propor uma ADC, inclusive o partido político com representação no Congresso Nacional (CF, art. 103, inciso VIII). Ressalte-se que na data da aplicação desta prova não havia ainda esta possibilidade e o art. 103, § 4º, da CF, ainda não havia sido revogado pela EC 45, por isto, na época esta opção foi considerada errada.
e) errado – esta lei pode ser revogada por outra lei, porque a declaração de constitucionalidade ou inconstitucionalidade não obriga ao legislativo, quando no exercício da atividade típica de legislar (Lei 9.868, art. 28, parágrafo único e Lei 9.882, art. 10, § 3º).

44. (ESAF – AFRF – 2003) Assinale a opção correta
    a) O Senado Federal deve suspender a execução das leis declaradas inconstitucionais pelo STF em ação direta de inconstitucionalidade.
    b) A Receita Federal não pode, juridicamente, dar execução a uma lei que tenha sido julgada inconstitucional pelo STF em sede de ação declaratória de constitucionalidade, mesmo não tendo sido a União parte em tal feito.

c) Diante da omissão do Legislativo em editar leis que sejam necessárias para que o cidadão goze efetivamente dos direitos fundamentais dispostos na Constituição Federal, o STF pode, provocado por ação direta de inconstitucionalidade por omissão, criar, ele próprio, as normas faltantes.
d) Depois de cinco anos de vigência de uma lei, ela não mais pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade.
e) Cabe ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em controle abstrato, a constitucionalidade das leis estaduais em face da Constituição dos Estados e da Constituição Federal.

Resposta:

a) errado – não se aplica o art. 52, inciso X, da CF, em relação às decisões em ação direta de inconstitucionalidade. Essas decisões produzem todos os efeitos por si só.
b) correto - a declaração de constitucionalidade ou inconstitucionalidade na ADC, assim como na ADI ou ADPF, tem efeito vinculante junto aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública direta e indireta nas quatro esferas (Lei 9.868, art. 28, parágrafo único e Lei 9.882, art. 10, § 3º).
c) errado – o STF não se permite agir como legislador positivo.
d) errado – de acordo com o entendimento do STF, a possibilidade de propositura de ação em controle abstrato não prescreve, sendo possível a propositura da ADI enquanto a lei ou emenda constitucional não tiver sido revogada ou a propositura da ADINPO enquanto a norma constitucional de eficácia limitada não houver sido devidamente regulamentada. Assim entende o STF: "O ajuizamento da ação direta de inconstitucionalidade não está sujeito à observância de qualquer prazo de natureza prescricional ou de caráter decadencial, eis que atos inconstitucionais jamais se convalidam pelo mero decurso do tempo. Súmula 360." (ADI 1.247-MC, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 17-8-1995, Plenário, DJ de 8-9-1995.).
e) errado – só quem tem competência para julgar, em controle abstrato, a constitucionalidade de leis estaduais em face da Constituição Estadual é o Tribunal de Justiça, e eventualmente o STF em caso de simetria, por via de recurso extraordinário.

45. (ESAF – MRE – 2002) Assinale a opção em que consta autoridade ou ente que não possui legitimidade para propor a ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal:
a) Presidente da República
b) Procurador-Geral da República
c) Ministro da Justiça
d) Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil
e) Governador de Estado

Resposta:

a) errado – o Presidente da República possui legitimidade para propor ADIN, nos termos do art. 103, inciso I, da CF.

b) errado – o Procurador-Geral da República possui legitimidade para propor ADIN, nos termos do art. 103, inciso VI, da CF.

c) correto – o Ministro da Justiça não se encontra entre os legitimados para a propositura da ADIN, nos termos da CF, art. 103.

d) errado – o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil possui legitimidade para propor ADIN, nos termos do art. 103, inciso VII, da CF.

e) errado – o Governador de Estado possui legitimidade para propor ADIN, nos termos do art. 103, inciso V, da CF.

46. (UnB/CESPE – AGU – 2004) Em relação a poder constituinte, controle de constitucionalidade, ação direta de inconstitucionalidade (ADI), ação declaratória de constitucionalidade (ADC) e arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF), julgue os itens a seguir.
    1. Segundo doutrinadores ligados à corrente jusnaturalista, preexistem princípios à constituição escrita, autônomos em relação às decisões do legislador constituinte, e que o vinculam de tal sorte que as normas constitucionais que os contrariem devam ser consideradas juridicamente inválidas e não obrigatórias.
    2. O instituto do *amicus curiae*, previsto nos ordenamentos jurídicos alemão e norteamericano e inserido no ordenamento jurídico brasileiro pela legislação que disciplinou o processo e o julgamento da ADI e da ADC, relaciona-se com a ideia defendida por Peter Häberle de uma sociedade aberta dos intérpretes constitucionais.
    3. Segundo o entendimento do STF, por ser a ADI uma ADC com sentido invertido, é constitucional a extensão, por lei ordinária, do efeito vinculante atribuído à ADC pela Constituição Federal.
    4. De acordo com a jurisprudência do STF, em razão do princípio da subsidiariedade, que rege o ajuizamento da ação constitucional de arguição de descumprimento de preceito fundamental, a mera possibilidade de utilização de outros meios processuais, por si só, basta para justificar o não conhecimento da ação.

↳*Resposta:*

1) correto – os jusnaturalistas reconhecem a existência de direitos supranacionais, supraestatais ou suprapositivos, que são os direitos da pessoa humana, que se impõem às vontades nacionais, obrigando inclusive ao legislador constituinte originário. Observando sob este ângulo, as normas constitucionais originárias poderiam ser declaradas inconstitucionais por contrariedade aos direitos humanos. Um dos autores que compartilham deste entendimento é Otto Bachoff. O STF e a doutrina brasileira majoritária repudiam este entendimento, não admitindo quaisquer limitações de ordem jurídica ao exercício do poder constituinte originário, e consequentemente, não admitindo o controle da constitucionalidade de normas constitucionais originárias.

2) correto – a figura do "amicus curiae" prevista no art. 7º, § 2º, e art. 20, §1º, da Lei 9.868, permite que outros intérpretes, além os membros do Poder Judiciário, se manifestem a cerca da interpretação das normas jurídicas.

3) correto – é o que fez a Lei 9.868, no art. 28, parágrafo único.

4) errado – segundo a Lei 9.882, art.4º, § 1º, não caberá ADPF quando houver qualquer outro meio eficaz para sanar a lesão que a Constituição Federal estiver sofrendo em decorrência de lei ou ato do Poder Público.

(UnB/CESPE – AGU – 2004) Em relação ao STF, ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), à justiça federal e à AGU, julgue o item subsequente.

47. Segundo o entendimento do STF, não constitui afronta à competência do tribunal o processamento e o julgamento, pelos tribunais estaduais, de uma ação civil pública cujo único objeto seja a discussão da constitucionalidade de uma lei federal, em tese, uma vez que da decisão caberá recurso ao STF.

↳*Resposta:*

errado – uma ação civil pública, prevista na CF, art. 129, inciso III, não se presta a examinar a inconstitucionalidade da lei em abstrato, mas só pode exercer o controle da constitucionalidade em concreto, em controle incidental.

48. (UnB/CESPE – PGRR – 2004) Julgue os itens a seguir, com relação ao ordenamento jurídico nacional e estadual vigente.
    1. A declaração de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal (STF), inclusive a interpretação conforme a Constituição, e a declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto possuem eficácia contra todos e efeito vinculante em relação aos órgãos do Poder Judiciário e à administração pública federal, estadual e municipal.
    2. Segundo a jurisprudência do STF, não cabe recurso extraordinário contra decisão proferida em processo de controle abstrato de normas no plano estadual.

↳*Resposta:*

1) correto – de acordo com a CF, art. 102, § 2º, e a Lei 9.868, art. 28, parágrafo único.

2) errado – de acordo com o entendimento do STF, há a possibilidade de uma ação direta junto ao Tribunal de Justiça, em face da Constituição Estadual, alcançar o STF através de recurso extraordinário em razão de ofensa a um princípio constitucional de simetria obrigatória.

49. (ESAF – Procurador do Distrito Federal – 2004) Considerando os efeitos da Constituição de 1988 sobre a ordem jurídica brasileira, assinale a única opção compatível com as regras de direito constitucional intertemporal vigorantes no direito pátrio.
    a) O tratamento oferecido pelo legislador ordinário ao instituto da arguição de descumprimento de preceito fundamental, possibilitando ao Supremo Tribunal Federal a resolução de controvérsia constitucional sobre leis ou atos normativos anteriores à Constituição de 1988 mediante decisão dotada de eficácia contra todos e efeito vinculante, implicou a adoção no direito constitucional brasileiro da chamada teoria da inconstitucionalidade superveniente, até então não aceita pelo Tribunal.

b) A legislação federal anterior à Constituição de 1988 e regularmente aprovada com base na competência da União definida no texto constitucional pretérito é considerada recebida como estadual ou municipal se a matéria por ela disciplinada passou segundo a nova Constituição para o âmbito de competência dos Estados ou dos Municípios, conforme o caso, não se podendo falar em revogação daquela legislação em virtude dessa mudança de competência promovida pelo novo texto constitucional.

c) Em virtude do reconhecimento pelo Supremo Tribunal Federal de que os Estados-membros podem com base na Constituição atual adotar medidas provisórias com força de lei, ficaram convalidados os decretos-leis estaduais aprovados na vigência da Constituição anterior, que vedava a adoção dessa modalidade legislativa por parte de tais entes federativos.

d) A declaração em arguição de descumprimento de preceito fundamental de que uma determinada lei não foi recepcionada pelo texto constitucional torna aplicável a legislação anterior por ela revogada, acaso existente.

e) A lei posterior à Constituição de 1988, mas anterior à reforma desta Carta validamente promovida por emenda constitucional com a qual referida lei é materialmente incompatível, é considerada revogada para todos os efeitos apenas a partir do instante em que o Supremo Tribunal Federal reconhece tal situação em decisão definitiva proferida em recurso extraordinário ou em arguição de descumprimento de preceito fundamental, e não a partir da entrada em vigor daquela emenda.

Resposta:

a) errado – o exame de lei pré-constitucional em relação a atual Constituição brasileira recai sobre a incompatibilidade material e se resolve pelo reconhecimento da não recepção desde a promulgação da atual Constituição, ou seja, pelo reconhecimento da revogação da norma objeto a ação e não pela suspensão de sua eficácia por inconstitucionalidade material. Por este motivo, ainda que não pacificado na doutrina, o STF continua não admitindo a denominada inconstitucionalidade superveniente, ou seja, não admitindo que uma lei válida se torne inconstitucional em relação à norma constitucional posterior.

b) correto – a não recepção se dará apenas em caso de incompatibilidade material, ou seja, se o assunto tratado na norma ordinária pré-constitucional estiver em contrariedade com a Constituição superveniente. O aspecto formal de norma pré-constitucional não impede a sua recepção no novo ordenamento jurídico infraconstitucional.

c) errado – os decretos-leis, acaso materialmente compatíveis com a atual Constituição, são tidos como válidos com o "status" que a atual Constituição lhes der.

d) errado – o efeito repristinatório só se aplica quando da declaração de inconstitucionalidade, em abstrato, de lei superveniente a atual Constituição.

e) errado – a emenda constitucional revoga imediatamente norma com ela materialmente incompatível, sendo desnecessária qualquer decisão do STF neste sentido.

50. (ESAF – Procurador do Distrito Federal – 2004) Aponte entre as opções abaixo a única hipótese de decisão em que a reclamação fundada na garantia da autoridade das decisões tomadas pelo Supremo Tribunal Federal não seria cabível.
    a) Decisão definitiva de mérito em ação direta de inconstitucionalidade julgada improcedente, com a proclamação da constitucionalidade da norma objeto de impugnação.
    b) Decisão definitiva de mérito em ação declaratória de constitucionalidade julgada procedente, com a proclamação da constitucionalidade da norma objeto de apreciação.
    c) Decisão definitiva de mérito em ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente, com a utilização de interpretação conforme a Constituição.
    d) Decisão liminar em ação declaratória de constitucionalidade que concede medida cautelar requerida pelo autor da ação.
    e) Decisão liminar em ação direta de inconstitucionalidade que indefere medida cautelar requerida pelo autor da ação.

↳Resposta:

e) correto – a reclamação prevista no art. 102, inciso I, alínea L, da CF, e na Lei 9.882, art.13, tem como finalidade fazer valer o cumprimento de decisão do STF. Na opção e, o STF indeferiu a cautelar, portanto, não há decisão a resguardar.

51. (ESAF – Procurador do Distrito Federal – 2004) Com relação ao papel constitucional do recurso extraordinário como instrumento do controle de constitucionalidade, assinale a única proposição incorreta.
    a) É possível em recurso extraordinário julgado na vigência da Constituição de 1988 declarar a inconstitucionalidade de lei anterior a essa Carta por incompatibilidade material ou formal com a Constituição pretérita.
    b) Nas causas relativas a direitos subjetivos, a decisão definitiva em recurso extraordinário comunicada ao Senado Federal gera para essa Casa legislativa a faculdade de suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional pela maioria absoluta dos membros do Supremo Tribunal Federal no julgamento daquele recurso, exceto se essa lei for municipal ou distrital, quando aprovada, neste último caso, pelo Distrito Federal no exercício de competência municipal.
    c) A decisão definitiva em recurso extraordinário que modifica a conclusão de acórdão proferido por Tribunal de Justiça em ação direta de inconstitucionalidade julgada improcedente pela Corte estadual para julgá-la procedente, com a declaração de inconstitucionalidade da lei, no Plenário do Supremo Tribunal Federal, goza de eficácia contra todos (*erga omnes*), sendo dispensada a sua comunicação ao Senado Federal.
    d) O Supremo Tribunal Federal poderá atribuir efeito retroativo (*ex tunc*) às decisões proferidas em recurso extraordinário.
    e) O Supremo Tribunal Federal poderá atribuir efeito prospectivo (*ex nunc*) às decisões proferidas em recurso extraordinário.

Resposta:

a) correto – cabe controle incidental contra norma ordinária pré-constitucional em face da CF atual, não podendo alcançar o STF por via de recurso extraordinário (CF, art. 102, inciso III, e § 3º). Não se trata exatamente de declarar a inconstitucionalidade, mas, como entende o STF, trata-se de reconhecer a incompatibilidade material.

b) errado – qualquer que seja a norma objeto de controle de constitucionalidade por via incidental em face da CF, expedida por qualquer uma das entidades federativas, alcançando o STF por via de recurso extraordinário (CF, art. 102, inciso III, e § 3º), sendo julgada inconstitucional e enviada essa decisão ao Senado Federal, este poderá, se assim desejar, suspender-lhe a eficácia (CF, art. 52, inciso X).

c) correto – a decisão definitiva de mérito em ADIn produz os efeitos que lhe são próprios independentemente de qualquer ato do Senado Federal.

d) correto – na verdade, em regra, o efeito será retroativo ("ex tunc").

e) correto – excepcionalmente o efeito não retroagirá até o nascimento da lei ("ex nunc").

52. (ESAF – MPO – 2005) Assinale a opção correta.

a) Os tribunais de justiça nos Estados podem desempenhar o controle abstrato de leis estaduais e municipais em face diretamente da Constituição Federal.
b) Somente o Supremo Tribunal Federal (STF) é competente para desempenhar o controle incidental de constitucionalidade no Brasil.
c) Qualquer indivíduo que tenha sofrido afronta a um direito fundamental pode ajuizar uma ação por descumprimento de preceito fundamental, perante o STF, desde que tenha exaurido os meios ordinários para restaurar o seu direito.
d) As decisões de mérito do Supremo Tribunal Federal, tanto na ação direta de inconstitucionalidade como na ação declaratória de constitucionalidade, possuem efeito vinculante para os demais tribunais e para a Administração Pública, independentemente de a decisão ser sumulada pela Corte.
e) Em nenhum caso, decisão administrativa de tribunais ou as normas do seu regimento interno podem ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade.

Resposta:

a) errado – os tribunais de justiça nos Estados só podem desempenhar o controle abstrato de leis estaduais e municipais em face diretamente da Constituição Estadual.

b) errado – os juízes e tribunais são competentes para exercer o controle incidental que, em regra, se manifestam pelo método difuso, e o STF e o TJ podem exercer o controle concentrado das leis que, em regra, se manifesta pelo método concentrado.

c) errado – só são legitimados para a propositura de uma ADPF aqueles do art. 103, da CF, de acordo com a Lei 9.882, art. 2º. Outras pessoas que se vejam concretamente afetadas por lei inconstitucional podem discuti-la por via incidental.

d) correto – de acordo com a CF, art. 102, § 2º e a Lei 9.868, art. 28, parágrafo único.

e) errado – as decisões administrativas de tribunais ou as normas do seu regimento interno podem ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade se tiverem como características a abstração e/ou a generalidade.

53. (ESAF - MPO - 2005) Sobre controle de constitucionalidade perante a Constituição Federal, assinale a opção correta.
   a) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar originariamente a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual.
   b) Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância quando a decisão recorrida julgar inconstitucional lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição Federal.
   c) Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância quando a decisão recorrida julgar inválida lei local contestada em face de lei federal.
   d) Para que o Supremo Tribunal Federal admita recurso extraordinário, é preciso que o recorrente demonstre a repercussão geral da questão constitucional discutida no caso concreto; porém, a recusa, pelo Tribunal, da admissão do recurso extraordinário só poderá ocorrer pela manifestação de dois terços de seus membros.
   e) As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal nas ações diretas de inconstitucionalidade, por força de expressa determinação constitucional, produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, apenas no âmbito da administração pública direta e indireta federal.

↳*Resposta:*

a) errado – de acordo com o STF, integra a sua competência processar e julgar originariamente a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal e estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal (neste caso não cabe sobre estadual). Ver a CF, art.102, inciso I, alínea a.

b) errado – de acordo com o art. 102, inciso III, alínea c, compete ao Supremo Tribunal Federal julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância quando a decisão recorrida julgar constitucional (válida) lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição Federal.

c) errado – de acordo com o art. 102, inciso III, alínea d, da CF, compete ao Supremo Tribunal Federal julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância quando a decisão recorrida julgar a legalidade (válida) lei local contestada em face de lei federal.

d) correto – na literalidade do art. 102, § 3º, da CF.

e) errado – o efeito vinculante, segundo expressa determinação constitucional produzirá eficácia contra todos e efeito vinculante, no âmbito da administração pública direta e indireta federal, estadual e distrital e em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário (CF, art. 102, § 2º).

54. (ESAF – AFRE – 2005) Sobre o controle de constitucionalidade no Brasil, é correto afirmar:

a) Somente o Supremo Tribunal Federal pode exercer o controle abstrato da legitimidade de leis em face da Constituição Federal.
b) Os Tribunais de Justiça podem declarar, incidentalmente, a inconstitucionalidade de leis em face da Constituição do Estado, mas não em face da Constituição Federal.
c) Um juiz estadual, confrontado com uma questão de inconstitucionalidade de lei estadual, deve suspender o processo e submeter a questão ao Plenário ou ao órgão especial do Tribunal de Justiça a que se vincula.
d) Somente juízes federais têm autorização constitucional para declarar, incidentalmente, a inconstitucionalidade de leis federais.
e) O Congresso Nacional está expressamente autorizado pela Constituição a declarar a inconstitucionalidade de leis que ele próprio editou.

Resposta:

a) correto – o Tribunal de Justiça também pode exercer o controle abstrato das norma, mas terá que ser em face da Constituição daquele estado.

b) errado – o Tribunal de Justiça pode exercer o controle incidental de norma federal, estadual, municipal ou distrital em face da CF.

c) errado - o controle incidental pode ser exercido por qualquer juízo ou tribunal competente para examinar o caso concreto objeto da ação. Em se tratando de controle abstrato, se a norma impugnada for inconstitucional e houver ausência de decisão anterior neste sentido, um tribunal só poderá declara-la por maioria dos seus membros ou de órgão especial (princípio da reserva de plenário, de acordo com a CF, art. 97 e jurisprudência do STF).

d) errado – qualquer juízo ou tribunal pode examinar incidentalmente a constitucionalidade de lei ou ato normativo federal, estadual, municipal ou distrital, inclusive emenda à Constituição, desde que competente para examinar o caso concreto objeto da ação.

e) errado – a CF não autoriza expressamente ao Legislativo declarar a inconstitucionalidade da lei por ele editada.

55. (ESAF – AFC – 2005) Sobre controle de constitucionalidade, assinale a única opção correta.

a) Caberá recurso extraordinário da decisão de Tribunal que declarar a inconstitucionalidade de lei federal ou que julgar válida lei estadual ou municipal contestada em face de lei federal.
b) Da decisão, em representação de inconstitucionalidade, proposta perante Tribunal de Justiça, que considerar inconstitucional uma lei municipal, contestada em face de dispositivo da constituição estadual que é mera reprodução de dispositivo da constituição federal, caberá, segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, recurso extraordinário.
c) As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade produzirão, por força de expressa determinação constitucional, eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais Poderes e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

d) No recurso extraordinário, o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, para que o Supremo Tribunal Federal examine a admissão do recurso, só sendo admitido o recurso que obtiver manifestação favorável de dois terços dos membros do Tribunal.
e) É cabível a ação declaratória de constitucionalidade em relação à lei ou ato normativo federal ou estadual, tendo legitimidade para a sua propositura, apenas, o Presidente da República, o Procurador-Geral da República e as Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

↳Resposta:

a) correto – de acordo com a CF, art. 102, inciso III, alínea b e d.

b) errado – só cabe recurso extraordinário junto ao STF, contra decisão do Tribunal de Justiça que reconhecer a constitucionalidade em tese de lei municipal, e desde que seja sobre assunto de simetria (reprodução) obrigatória (e não de mera reprodução). Se o TJ julgar procedente o pedido do autor da ADIN estadual, não haverá razão jurídica para esse autor de recorrer, por meio de recurso extraordinário, ao STF.

c) errado – a decisão definitiva de mérito do STF em uma ADIN provoca efeito vinculante apenas em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública direta e indireta Federal, Estadual (e Distrital) e Municipal, nos termos do art. 102, § 2º, da CF.

d) errado – de acordo com o art. 102, § 3º, o pedido de recurso extraordinário só não será aceito, e não o contrário, pela maioria qualificada de dois terços dos membros do STF.

e) errado – de acordo com a CF, no seu art. 102, inciso I, alínea a, a ADC junto ao STF, em face da CF, só recai sobre lei ou ato normativo federal. Por outro lado, o rol de legitimados previstos no art. 103, da CF, engloba outros além dos indicados na questão.

56. (ESAF – Auditor-Fiscal do Trabalho – 2006) Sobre controle de constitucionalidade das leis e atos normativos no direito brasileiro, marque a única opção correta.
    a) Em sede de ação direta de inconstitucionalidade é vedada a intervenção de terceiros.
    b) A decisão do Supremo Tribunal Federal que concede liminar em ação declaratória de constitucionalidade não produz efeito vinculante relativamente à administração pública indireta.
    c) É cabível ação direta de inconstitucionalidade, perante o Supremo Tribunal Federal, contra lei do Distrito Federal que discipline assunto de interesse local.
    d) O "princípio da reserva de plenário" impede que o juiz singular declare a inconstitucionalidade de lei em suas decisões.
    e) Segundo a corrente majoritária no Supremo Tribunal Federal, a procedência da ação direta de inconstitucionalidade por omissão possibilita ao Tribunal, de plano, elaborar o ato normativo faltante de maneira a suprir a omissão legislativa.

↳Resposta:

a) correta – conforme a Lei. 9.868, art. 7º.

"Intervenção de Terceiros" ocorre quando alguém participa de uma ação judicial, sem ser parte na causa, com o fim de auxiliar ou de excluir os litigantes (autor ou réu), para

defender algum direito ou interesse próprio que possam ser prejudicados pelos efeitos da sentença.

b) errado – de acordo com o STF, a liminar em ação declaratória de constitucionalidade produz efeito vinculante relativamente à administração pública indireta. É possível citar, como exemplo a seguinte decisão: "As decisões plenárias do STF – que deferem medida cautelar em sede de ação declaratória de constitucionalidade – revestem-se de eficácia vinculante." (Rcl 1.770, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 29-5-2002, Plenário, DJ de 7-2-2003).
c) errado – a CF, no art. 102, inciso I, alínea a, autoriza ao STF processar e julgar originariamente a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual. Observe que está excluída a lei ou ato de governo local (entenda-se neste caso lei ou ato de governo municipal).
d) errado – a observância do princípio da reserva de plenário (CF, art. 97: "Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público") é exigível quando se tratar de tribunal (conjunto de juízes) e desde que não haja precedente reconhecendo a inconstitucionalidade da norma discutida. Em relação ao juiz, que atua de forma solitária, não há o que se falar em plenário.
e) errado – de acordo com decisão do STF, não cabe ao tribunal substituir o legislador e elaborar a norma regulamentadora faltante. Assim expõe a seguinte decisão do STF: "Não assiste ao STF, em face dos próprios limites fixados pela Carta Política em tema de inconstitucionalidade por omissão (CF, art. 103, § 2º), a prerrogativa de expedir provimentos normativos com o objetivo de suprir a inatividade do órgão legislativo inadimplente." (ADI 1.439-MC, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 22-5-1996, Plenário, DJ de 30-5-2003).

57. (ESAF – TRT – 2006) A respeito da ação direta de inconstitucionalidade no STF, assinale a opção incorreta.
    a) Leis revogadas antes da propositura da ação direta de inconstitucionalidade não são objetos idôneos dessa demanda.
    b) Na ação direta de inconstitucionalidade, a atividade judicante do STF está condicionada pelo pedido, mas não pela causa de pedir, que é tida como "aberta".
    c) O Advogado-Geral da União deve participar, necessariamente, tanto da ação direta de inconstitucionalidade como da ação direta de inconstitucionalidade por omissão.
    d) O requerente não pode desistir da ação direta de inconstitucionalidade que haja proposto.
    e) Leis de efeito concreto não constituem objeto idôneo da ação direta de inconstitucionalidade.

↳*Resposta:*

a) correto – de acordo com jurisprudência do STF, cujo entendimento se manifesta, por exemplo, nesta decisão: "Tendo em vista a jurisprudência do STF no sentido de que, ocorrendo a revogação superveniente da norma impugnada em sede de ação direta de inconstitucionalidade, esta perde o seu objeto, o Tribunal julgou prejudicada a ação direta ajuizada contra a Resolução do TRT da 6ª Região, tomada em sessão administrativa de 18.4.97, que concedera aos servidores e juízes da Região reajuste de vencimentos, por ter sido revogada pelo próprio TRT. ADIn 1.603-PE, rel. Min. Moreira Alves, 2.8.2001". (ADI-1603). Ver Informativos do STF nº 115, 228 e 235.

b) correto – O STF decidiu, quando do julgamento da ADIN MC 1.749-DF, que "não podendo o Tribunal apreciar novamente o pedido sem que se apresentasse fato novo, mesmo que com base em outra argumentação constitucional, já que no controle concentrado de constitucionalidade a causa de pedir é aberta. Determinou-se, ainda, o apensamento destes autos aos da ADIN 1.749-DF, para tramitação conjunta e posterior julgamento de mérito, nos termos da resolução tomada na ADIN 1.460-DF".
ADIn MC 1.967-DF, rel. Min. Octavio Gallotti, 24.3.99.(ADI-1967). Ver Informativo nº 142.
c) errado - Há o contraditório apenas na ADIN, onde por um lado há aquele que acusa a norma de inconstitucionalidade (CF, art. 103, incisos) e por outro lado aquele que a defende, de acordo com a CF, no art. 102, § 3º: "Quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Advogado-Geral da União, que defenderá o ato ou texto impugnado". O mesmo não ocorre na ADINPO porque, neste caso, se trata da ausência de norma regulamentadora e, portanto, não há o que defender.
d) correto – conforme a Lei 9.868, art. 5º. Trata-se do princípio da indisponibilidade dos interesses envolvidos, já que são interesses de toda a sociedade.
e) correto – só pode ser objeto de ADIN lei ou ato normativo em tese, ou seja, que tenha generalidade (recaia sobre fatos indeterminados) e/ou abstração (se mantenha em vigor por tempo indeterminado).

58. (ESAF – TRT – 2006) Suponha que o STF haja declarado, numa ação direta de inconstitucionalidade, a inconstitucionalidade de norma do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que permitia sequestro de bens de prefeituras que atrasassem o pagamento de débitos trabalhistas resultantes de decisões transitadas em julgado. Assinale a opção correta.
    a) Caberá reclamação perante o STF contra a aplicação de norma idêntica à declarada inconstitucional, constante do Regimento Interno de outro Tribunal do Trabalho, mesmo que tal norma desse TRT não tenha sido, ela própria, objeto explícito de ação direta de inconstitucionalidade.
    b) O legislador ordinário está proibido constitucionalmente de editar lei com o mesmo teor da regra julgada inconstitucional.
    c) Em decorrência da decisão, somente os débitos trabalhistas resultantes de decisões que hajam transitado em julgado depois da decisão do STF deixam de ensejar o sequestro de bens, caso haja o atraso.
    d) Essa decisão do STF somente contará com efeitos *erga omnes* depois de o Senado Federal suspender a norma do Regimento Interno declarada inconstitucional.
    e) Nada impede, juridicamente, que, apesar da decisão, o TST reedite a mesma norma, no ano seguinte à prolação do acórdão do STF.

Resposta:
a) correto – se o STF incluir na decisão os motivos principais que levaram ao reconhecimento da inconstitucionalidade da norma, aplicando a "teoria da transcendência dos motivos determinantes", todas as demais normas de idêntico teor àquela declarada inconstitucional também serão consideradas inconstitucionais e, portanto, será cabível uma Reclamação (CF, art. 103, inciso I, alínea L) junto ao próprio STF para garantir a execução de suas decisões.

b) errado – o efeito vinculante da decisão em uma ADIN obriga a sua observância pelos demais órgãos do Poder Judiciário e pela Administração Pública direta e indireta federal, estadual, distrital e municipal (CF, art. 102, § 2º, e Lei 9.868, art. 28, parágrafo único). Cabe lembrar que este efeito vinculante não alcança o Poder Legislativo na sua função típica de legislar sobre normas futuras.

c) errado – regra geral, a decisão definitiva de mérito em uma ADIN procedente provoca efeitos "ex tunc", ou seja, retroativos, alcançando os efeitos anteriores à declaração de inconstitucionalidade (Lei 9.868, arts. 27 e 28, parágrafo único).

d) errado – não há necessidade da Resolução do Senado Federal (CF, art. 52, inciso X), já que a decisão na ADIN produz, desde logo, o efeito "erga omnes" (CF, art. 102, § 2º, e Lei 9.868, art. 28, parágrafo único).

e) errado – o TST não pode elaborar outra norma de idêntico teor, por força de o efeito vinculante da decisão na ADIN alcançar os demais órgãos do Poder Judiciário, incluído o TST (CF, art. 102, § 2º, e Lei 9.868, art. 28, parágrafo único).

59. (ESAF – TRT – 2006) Assinale a opção correta.
    a) Uma ação direta de inconstitucionalidade que tenha sido proposta por partido político que tinha representação no Congresso Nacional, mas que a perde antes do julgamento de mérito da demanda, deve ser julgada prejudicada.
    b) Governadores de Estado têm legitimidade para propor ação declaratória de constitucionalidade tendo por objeto lei federal.
    c) Leis estaduais e municipais podem ser objeto de ação declaratória de constitucionalidade proposta pelo Presidente da República.
    d) A Constituição veda aos tribunais regionais do trabalho exercer o controle incidental de constitucionalidade de leis estaduais ou municipais.
    e) O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil somente tem legitimidade para propor ação direta de inconstitucionalidade contra leis que interfiram diretamente nos afazeres, direitos e prerrogativas dos advogados.

↳*Resposta:*

a) errado – de acordo com o STF, a perda superveniente de representação no Congresso Nacional não prejudica o regular andamento da ADIN. O importante é que no momento da propositura da ADIN o partido político contasse com um parlamentar entre seus filiados (CF, art. 103, inciso VIII). Vide decisão do STF: "Perda superveniente de representação parlamentar não desqualifica para o partido político como legitimado ativo para prosseguir no processo da ação direta de inconstitucionalidade." Nesta mesma ADI, o STF entende que basta que o partido político tenha representação em uma das Casas congressuais. (ADI 2.618-AgR-AgR, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgamento em 12-8-2004, Plenário, DJ de 31-3-2006.)

b) correto – de acordo com a CF, nos arts. 102, inciso I, alínea a e 103, inciso V.

c) errado – a CF permite ao Presidente da República (art. 103, inciso I) propor ADECON contra lei ou ato normativo federal (art. 102, inciso I, alínea a).

d) errado – qualquer juízo ou tribunal pode examinar a inconstitucionalidade em controle incidental.

e) errado – o STF e a Doutrina entendem que o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CF, art. 103, inciso VII) tem legitimidade universal, não tendo que demonstrar a pertinência temática.

60. (ESAF – TRT – 2006) A respeito de uma lei que haja sido declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em ação direta de inconstitucionalidade, assinale a opção correta.
    a) Nada impede que um juiz de primeiro grau afirme válida a mesma lei, ao julgar um caso concreto.
    b) Mesmo diante da declaração de inconstitucionalidade do STF, um tribunal de segunda instância somente pode deixar de aplicar a lei declarada inconstitucional depois de suscitado e julgado, pelo Plenário ou órgão especial do mesmo tribunal, o incidente de inconstitucionalidade.
    c) O Congresso Nacional fica proibido de editar outra lei de igual teor.
    d) Não pode vir a ser declarada constitucional, pelo próprio STF, em julgamento posterior, por meio de controle incidental.
    e) Pode vir a ser declarada válida, se o STF julgar procedente ação rescisória contra a decisão tomada na ação direta de inconstitucionalidade.

Resposta:

a) errado – o efeito vinculante da decisão em uma ADIN obriga a sua observância pelos demais órgãos do Poder Judiciário, inclusive os juízes de primeiro grau (CF, art. 102, § 2º, e Lei 9.868, art. 28, parágrafo único).

b) errado - o efeito vinculante da decisão em uma ADIN obriga a sua observância pelos demais órgãos do Poder Judiciário, inclusive os tribunais (CF, art. 102, § 2º, e Lei 9.868, art. 28, parágrafo único).

c) errado – o efeito vinculante da decisão em uma ADIN obriga a sua observância pelos demais órgãos do Poder Judiciário e pela Administração Pública direta e indireta federal, estadual, distrital e municipal (CF, art. 102, § 2º, e Lei 9.868, art. 28, parágrafo único). Cabe lembrar que este efeito vinculante não alcança o Poder Legislativo na sua função típica de legislar sobre normas futuras.

d) correto – a Lei 9.868, no art. 26, não admite ação rescisória contra decisão definitiva de mérito do STF em ADIN.

e) errado – a Lei 9.868, no art. 26, não admite ação rescisória contra decisão definitiva de mérito do STF em ADIN.

61. (CESGRANRIO – Petrobras – 2008) De acordo com o sistema de controle de constitucionalidade no Brasil,
    (A) é possível o ajuizamento de representação de inconstitucionalidade contestando a validade de lei municipal em face da Lei Orgânica do respectivo município.
    (B) lei anterior à Constituição Federal não pode ser objeto de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, uma vez que o caso seria de revogação e não de inconstitucionalidade da lei.
    (C) a revogação de ato normativo que é objeto de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn) não prejudica o andamento da ação, uma vez que se trata de processo objetivo e não subjetivo.

(D) a Ação Declaratória de Constitucionalidade pode ser proposta perante o Supremo Tribunal Federal para declarar a constitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual.

(E) a cláusula de reserva de plenário (art. 97, CRFB) deve ser observada pelos tribunais tanto nos casos em que declaram expressamente a inconstitucionalidade de uma lei, como nos casos em que simplesmente afastam a sua incidência, no todo ou em parte, por contrariar a Constituição.

Resposta:

a) errado – a contrariedade de lei municipal em face de lei orgânica municipal é matéria relativa ao controle da legalidade e não da constitucionalidade.

b) errado – norma pré-constitucional pode ser objeto de controle da compatibilidade material, em caso de dúvida quanto à sua recepção, através do controle incidental ou através da ADPF (Lei 9.868, art. 1º, parágrafo único, inciso I).

c) errado – a revogação de lei objeto da ADIN provoca o arquivamento desta ação, sem julgamento do mérito.

d) errado – só pode ser objeto de ADECON junto ao STF uma lei ou ato normativo federal (CF, arts. 102, inciso I, alínea a).

e) correto – aplica-se da regra do art. 97, da CF, e da súmula vinculante nº 10, do STF.

62. (CESGRANRIO – ANP – 2008) NÃO se trata de procedimento cujo julgamento compete originariamente ao Supremo Tribunal Federal (STF) a(o)

(A) ação contra o Conselho Nacional de Justiça.

(B) ação direta de inconstitucionalidade de Lei Federal.

(C) ação declaratória de constitucionalidade de Lei Federal.

(D) mandado de segurança contra ato de Ministro de Estado.

(E) pedido de extradição formulado por Estado estrangeiro.

Resposta:

a) errado – compete ao STF processar e julgar originariamente o Conselho Nacional de Justiça (CF, art. 102, inciso I, alínea r).

b) errado – compete ao STF processar e julgar originariamente a ação direta de inconstitucionalidade de Lei Federal (CF, art. 102, inciso I, alínea a).

c) errado – compete ao STF processar e julgar originariamente a ação declaratória de constitucionalidade de Lei Federal (CF, art. 102, inciso I, alínea a).

d) correto – não compete ao STF, mas ao STJ (Superior Tribunal de Justiça) processar e julgar originariamente o mandado de segurança contra ato de Ministro de Estado (CF, art.105, inciso I, alínea b).

e) errado – compete ao STF processar e julgar originariamente o pedido de extradição formulado por Estado estrangeiro (CF, art. 102, inciso I, alínea g).

63. (UnB/CESPE – SEAD/SEDS/PCPB – 2009) Quanto ao controle de constitucionalidade das leis, assinale a opção correta.
    a) No âmbito do controle difuso, mesmo que preenchidos os demais requisitos legais, não é cabível recurso extraordinário contra acórdão que resolve apenas uma questão incidental ao processo.
    b) Para análise da repercussão geral para fins de admissibilidade do recurso extraordinário, o relator poderá admitir a manifestação do *amicus curiae*.
    c) O Supremo Tribunal Federal (STF) pode evocar, de ofício, para julgamento as matérias mais relevantes.
    d) As decisões definitivas de mérito, proferidas nas ações diretas de inconstitucionalidade e na ação declaratória de constitucionalidade, produzem eficácia *erga omnes* e efeitos vinculantes aos três poderes.
    e) Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar súmula vinculante, previamente aprovada e publicada, caberá reclamação ao STF. O agente que praticou tal ato ou o magistrado que proferiu tal decisão responderá por crime de desobediência

Resposta:

a) errado – cabe recurso extraordinário (CF, art. 102, inciso III, alíneas) quando a questão incidental se referir ao controle da constitucionalidade. Trata-se, pois, do controle concreto.

b) correto – de acordo com a Lei nº 5.869, que trata da repercussão geral (prevista na CF, art. 102, § 3º), o art. 543-A, § 6º, o Relator poderá admitir, na análise da repercussão geral, a manifestação de terceiros ("amicus curiae"), (...).

Esta Lei 5.869 se encontra no final desta apostila.

c) errado - regra geral, o Poder Judiciário, inclusive o STF, tem que ser provocado.

d) errado - a CF, no art. 102, § 2º, determina que: "As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal". Conforme se pode observar, não obriga ao Poder Legislativo quando do exercício de sua função típica de legislar.

e) errado – a CF, no art. 103-A, § 3º, determina que: "Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso". A leitura deste dispositivo constitucional nos faz concluir pela impossibilidade de responsabilidade por crime de desobediência.

64. (UnB/CESPE – PGE/PE – 2009) A respeito do controle de constitucionalidade no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a opção correta.
    a) O controle concentrado de constitucionalidade no âmbito dos estados surgiu no ordenamento jurídico brasileiro com a CF.
    b) A intervenção de terceiros é admitida no controle concentrado de constitucionalidade, por meio do instituto do *amicus curiae*.
    c) Segundo entendimento do STF, excepcionalmente, é possível a modulação dos efeitos das decisões proferidas em sede de controle difuso de constitucionalidade, o que representa uma flexibilização do princípio da nulidade no controle de constitucionalidade.
    d) No controle de constitucionalidade político, a atividade de controle é desempenhada por um órgão integrante da estrutura do Poder Judiciário, no entanto a fundamentação das decisões tem por conteúdo uma solução ao caso concreto, mesmo sem uma fundamentação jurídica.
    e) Na hipótese de uma lei municipal contrariar uma norma prevista na CF, e obrigatoriamente repetida na constituição estadual, o tribunal de justiça estadual não poderá apreciar a alegação de inconstitucionalidade dessa lei, em face da constituição estadual, sob pena de usurpar a competência do STF.

↳*Resposta:*

a) errado – a Emenda Constitucional 16/65, acrescentou o inciso XIII ao art. 124 da Constituição de 1946, prevendo a possibilidade de a lei estabelecer processo de competência originária do Tribunal de Justiça, para declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato de Município em conflito com a Constituição do Estado.

b) errado – a proibição da intervenção de terceiros se encontra expressa na Lei 9.868, arts. 7º e 18.

c) correto – de acordo com o STF, é autorizada a modulação temporal em controle incidental: o reconhecimento da inconstitucionalidade provoca regra geral, efeitos retroativos ("ex tunc") reconhecendo a nulidade da lei; excepcionalmente, poderá provocar efeitos parcialmente retroativos ou apenas efeitos futuros ("ex nunc") reconhecendo a anulabilidade da lei, naquele caso concreto.

d) errado – o cotrole de constitucionalidade político é exercido por poderes políticos: Legislativo (através da comissão de Constituição e Justiça, por exemplo) e Executivo (através do veto, por exemplo).

e) errado – caso uma lei municipal contrarie a Constituição Estadual em assunto de simetria obrigatória da Constituição Federal, e se o Tribunal de Justiça reconhecer a constitucionalidade, o autor do ADIN estadual poderá buscar nova decisão junto ao STF, através de recurso extraordinário (CF, art. 102, inciso III, alínea c).

65. (CESGRANRIO – Casa da Moeda do Brasil - 2009) Considere a afirmação a seguir.

O Supremo Tribunal Federal julgou procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) ajuizada pelo Presidente da República contra uma lei do estado do Rio de Janeiro, em vigor desde 1977. A declaração de inconstitucionalidade produziu eficácia *erga omnes*, mesmo não tendo ocorrido manifestação do Senado Federal neste sentido.

Essa afirmação está em desacordo com o sistema de controle de constitucionalidade vigente no Brasil porque

(A) Presidente da República não pode ajuizar ADIN contra lei estadual.
(B) lei estadual não pode ser objeto de ADIn.
(C) lei anterior à Constituição de 1988 não pode ser objeto de ADIn.
(D) eficácia *erga omnes* seria produzida se a decisão tivesse sido encaminhada ao Senado.
(E) eficácia *erga omnes* seria produzida se a decisão tivesse sido encaminhada à Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro.

Resposta:

a) errado – o Presidente da República pode ajuizar ADIN contra lei estadual (CF, art. 102, inciso I, alínea a e art. 103, inciso I).

b) errado – lei estadual pode ser objeto de ADIN (CF, art. 102, inciso I, alínea a e art. 125, § 2º).

c) correto – norma pré-constitucional pode ser objeto de controle da constitucionalidade incidental em face de Constituição vigente quando da elaboração daquela norma, ou pode ser objeto de controle da compatibilidade material por via incidental ou por meio de ADPF. De acordo com o STF, não há inconstitucionalidade superveniente.

d) errado – uma ADIN julgada procedente já provoca, desde logo, efeito "erga omnes", sendo inaplicável o art. 52, inciso X, da CF.

e) errado – vide comentário anterior.

66. (CESGRANRIO - DECEA – 2009) Viola a cláusula de reserva de plenário (art. 97, CRFB) a decisão de
(A) órgão fracionário que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de uma lei, afasta a sua incidência.
(B) órgão fracionário que reconhece a constitucionalidade de uma lei, mesmo após o STF haver declarado sua inconstitucionalidade ao examinar um caso concreto.
(C) órgão fracionário que, sem haver encaminhado a questão de inconstitucionalidade ao tribunal pleno (ou órgão especial), declara a inconstitucionalidade de uma lei apoiando-se em um julgado do STF que reconheceu a inconstitucionalidade desta mesma lei ao examinar um caso concreto.
(D) um juiz de 1º grau que declara a inconstitucionalidade de uma lei (ou afasta a sua incidência).
(E) um juiz de 1º grau que declara a inconstitucionalidade de uma lei, mas não a que simplesmente afasta a sua incidência.

Resposta:

a) correto – neste caso se aplica a Súmula Vinculante do STF nº 10: "Viola a cláusula de reserva de plenário (CF, art. 97) a decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, afasta a sua incidência no todo ou em parte".

b) errado – neste caso o órgão fracionário está livre para reconhecer a inconstitucionalidade.

c) errado – vide comentário anterior.

d) errado – o princípio da reserva de plenário é exigível apenas para os tribunais.

e) errado – vide comentário da questão anterior.

67. (CESGRANRIO - DECEA – 2009) Suponha que uma lei federal editada em 1985 e uma lei do Distrito Federal aprovada em 2005 estejam em desacordo com determinado preceito constitucional fundamental. Neste caso, considere as afirmativas a seguir.

I. O Governador do Estado de São Paulo, desde que demonstre pertinência temática, poderá ajuizar uma ADPF para arguir a inconstitucionalidade da lei distrital.

II. O Conselho Federal da OAB, dispensada a demonstração de pertinência temática, poderá ajuizar uma ADIn para arguir a inconstitucionalidade da lei federal.

III. Determinado partido político, com representação em apenas uma das Casas do Congresso Nacional, poderá ajuizar uma ADPF para arguir a inconstitucionalidade da lei federal.

IV. O Presidente da República pode arguir a inconstitucionalidade da lei distrital por meio de ADIn ou de ADPF, a depender da matéria de que trata a lei distrital.

Está(ão) correta(s) APENAS a(s) afirmativa(s)

(A) III.
(B) I e IV.
(C) II e IV.
(D) III e IV.
(E) I, II e III.

Resposta:

I. correto – de acordo com a Lei 9.882, art. 1º, parágrafo único e art. 2º.

II. errado – o Conselho Federal da OAB, dispensa a demonstração de pertinência temática (CF, art. 103, inciso VII), mas a lei federal é anterior a atual Constituição, portanto não pode ser objeto de ADIN.

III. errado – o STF não exige que o partido político tenha representação em ambas as Casas do Congresso Nacional (vide ADI 2.618-AgR-AgR, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgamento em 12-8-2004, Plenário, DJ de 31-3-2006). Mas a lei federal é anterior a atual Constituição, portanto não pode ser objeto de ADIN, podendo ser objeto de ADPF.

IV. correto – de acordo com a CF, art. 102, inciso I, alínea a e Lei 9.882, art. 1º, parágrafo único, inciso I.

A resposta correta é a opção B.

68. (CESGRANRIO – DETRAN – 2009) Sobre controle de constitucionalidade no Brasil, assinale a afirmativa correta.

(A) A ação declaratória de constitucionalidade pode ter como objeto lei estadual, desde que seja posterior à Constituição de 1988.
(B) A ação direta de inconstitucionalidade pode ter como objeto lei federal anterior à Constituição de 1988.
(C) A ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade podem ser ajuizadas a qualquer momento, desde a entrada em vigor da lei que figura como objeto da ação.

(D) A arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) pode ter como objeto lei municipal.

(E) A decisão proferida em ação direta de inconstitucionalidade deve ser encaminhada ao Senado Federal (Art. 52, X) para que produza eficácia *erga omnes*.

↳*Resposta:*

a) errado – foi levado em conta a Constituição Federal como parâmetro. Neste caso, só pode ser objeto da ADECON lei ou ato normativo federal (inclusive emenda à Constituição), nos termos da CF, art. 102, inciso I, alínea a. Na verdade esta questão não está totalmente errada, pois a lei estadual pode ser objeto de ADECON desde que o parâmetro seja a Constituição Estadual. Diante de uma situação como esta, procure a afirmativa mais correta, que neste caso seria a opção d.

b) errado – norma pé-constitucional não pode ser objeto de controle da constitucionalidade, concreto ou abstrato, em face à nova Constituição, já que o STF rejeita a inconstitucionalidade superveniente.

c) errado - a ação direta de inconstitucionalidade pode ser ajuizada a qualquer momento, desde a entrada em vigor da lei que figura como objeto da ação. Por outro lado, a ação declaratória de constitucionalidade exige uma controvérsia judicial relevante sobre a lei (Lei 9.868, art. 14, inciso III), isto é, decisões judiciais divergentes sobre a constitucionalidade da lei. Neste caso, para que uma lei possa ser objeto de ADECON é necessário que já esteja em vigor a tempo suficiente para que exista esta divergência quanto à sua aplicação.

d) correto – de acordo com a Lei 9.882, art. 1º, parágrafo único, inciso I: "Caberá também arguição de descumprimento de preceito fundamental quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores à Constituição".

e) errado – a decisão definitiva de mérito já produz todos os seus efeitos, inclusive "erga omnes", dispensando a atuação do Senado Federal.

69. (ESAF – AFRFB – 2009) Marque a opção correta.

a) O Supremo Tribunal Federal, em sede de Ação Direta de Inconstitucionalidade, exige pertinência temática, quando a ação é proposta pelo Governador do Distrito Federal.

b) Antes da concessão da liminar em sede de Ação Direta de Inconstitucionalidade, é possível que seu autor peça desistência da mesma.

c) Para a propositura da Ação Direta de Inconstitucionalidade, se faz necessário observar um dos requisitos objetivos pertinente ao prazo prescricional.

d) A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental é cabível, mesmo quando impetrado Mandado de Segurança com a finalidade de sanar a lesividade.

e) A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, segundo a legislação pertinente, apresenta mais legitimados ao que se verifica na legitimidade para a propositura de Ação Direta de Inconstitucionalidade.

Resposta:

a) correto – de acordo com o entendimento do STF: "Em se tratando de impugnação a diploma normativo a envolver outras Unidades da Federação, o Governador há de demonstrar a pertinência temática, ou seja, a repercussão do ato considerados os interesses do Estado". (ADI 2.747, Rel. Min. Marco Aurélio, julgamento em 16-5-2007, Plenário, DJ de 17-8-2007.).

b) errado – a partir do momento em que a ADIN é proposta, não caberá mais a desistência por parte daquele que a propôs. Aplica-se o princípio da indisponibilidade dos interesses envolvidos, já que o interesse envolvido pertence à sociedade, ou seja, o de garantir a observância da Constituição Federal.

c) errado – não há decadência ou prescrição do controle da norma na ADIN. Enquanto existir a norma e preenchidas as condições necessárias (lei ou ato normativo federal, estadual ou distrital, em tese e superveniente à atual Constituição), estará ela sujeita ao controle por meio da ação direta. Vide súmula nº 360, do STF.

d) errado – a Lei 9.882, no art. 4º, § 1º, determina que "Não será admitida arguição de descumprimento de preceito fundamental quando houver qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade". No caso apresentado, é possível a propositura do mandado de segurança e se ele for suficiente para afastar a lesão à norma constitucional, não será possível a propositura da ADPF, pois esta tem caráter subsidiário e residual.

e) errado - a Lei 9.882, no art. 2º, entrega a legitimidade ativa aos mesmos capazes de propor uma ADIN.

70. (ESAF - AFRFB - 2009) Marque a opção correta.

I. O disposto no artigo 5º, inciso XIII da Constituição Federal – "é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer", cuida-se de uma norma de eficácia limitada.

II. A ideia e escalonamento normativo é pressuposto necessário para a supremacia constitucional e, além disso, nas constituições materiais se verifica a superioridade da norma magna em relação àquelas produzidas pelo Poder Legislativo.

III. O sistema de controle Judiciário de Constitucionalidade repressiva denominado reservado ou concentrado é exercido por via de ação.

IV. Na via de exceção, a pronúncia do Judiciário sobre a inconstitucionalidade não é feita enquanto manifestação sobre o objeto principal da lide, mas sim sobre questão prévia, indispensável ao julgamento do mérito.

V. A cláusula de reserva de plenário não veda a possibilidade de o juiz monocrático declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

a) As afirmativas I e III estão corretas.
b) As afirmativas II e V estão incorretas.
c) As afirmativas III e IV estão incorretas.
d) As afirmativas I e V estão incorretas.
e) As afirmativas IV e V estão corretas.

Resposta:

I. errado – trata-se de norma de eficácia contida, já que admite que lei venha a restringir a liberdade profissional ao exigir o cumprimento de certas condições para o exercício de determinadas profissões.

II. errado – nas constituições formais se verifica a superioridade da norma magna em relação àquelas produzidas pelo Poder Legislativo, diversamente das constituições materiais, em que se verifica a superioridade da norma magna em relação às demais normas em razão das matérias (assuntos) por elas tratadas.

III. errado – o controle reservado é também denominado de concentrado, ou seja, existe um único órgão capaz de exercê-lo. Tem-se com exemplo a ADIN em face à lei federal, quando só o STF pode processar e julgar (CF, art. 102, inciso I, alínea a) e ocorre por via de ação ou por via de omissão quando o Poder Público permanece inerte diante de uma norma constitucional de eficácia limitada. Por outro lado, outros órgão do Poder Judiciário podem exercer controle repressivo da constitucionalidade sobre normas jurídicas, mas será por via de exceção (controle difuso).

IV. correto – no controle por via de exceção (também denominado incidental) a questão principal da ação é um direito ou uma liberdade em uma situação concreta. O questionamento da inconstitucionalidade da norma é uma questão secundária, uma argumentação para se decidir o caso concreto.

V. correto – o princípio da reserva de plenário, presente na norma constitucional prevista no art. 97, da CF, se aplica apenas aos tribunais, compostos por vários juízes. Quando nos referimos ao juízo de primeiro grau, estamos diante de um único juiz.

A opção correta é a letra E.

71. (ESAF - AFRFB - 2009) Marque a opção correta.
    a) Declarada *incidenter tantum* a inconstitucionalidade da lei ou ato normativo pelo Supremo Tribunal Federal, referidos efeitos serão *ex nunc*, sendo desnecessário qualquer atuação do Senado Federal.
    b) O Supremo Tribunal Federal não admite controle concentrado pelo Tribunal de Justiça local de lei ou ato normativo municipal contrário, diretamente, à Constituição Federal.
    c) Proclamada a inconstitucionalidade do dispositivo, pelo Supremo Tribunal Federal, julgar-se-á improcedente a ação direta de inconstitucionalidade.
    d) Atos estatais de efeitos concretos se submetem, em sede de controle concentrado, à jurisdição abstrata.
    e) As Súmulas, por apresentarem densidade normativa, são submetidas à jurisdição constitucional concentrada.

Resposta:

a) errado – em regra, declarada a inconstitucionalidade, seja em controle concreto ("incidenter tantum") seja em controle abstrato, os efeitos serão "ex tunc". Por outro lado, enquanto no controle abstrato o efeito é "erga omnes", no controle concreto é "inter partes" podendo alcançar efeito "erga omnes" se assim o Senado Federal determinar através de uma Resolução (CF, art. 52, inciso X).

b) correto – a CF, no art.125, § 2º, admite controle concentrado pelo Tribunal de Justiça local de lei ou ato normativo estadual ou municipal contrário, diretamente, à Constituição Estadual.

c) errado – a Lei 9.869, art. 24, determina que "Proclamada a constitucionalidade, julgar-se-á improcedente a ação direta ou procedente eventual ação declaratória; e, proclamada a inconstitucionalidade, julgar-se-á procedente a ação direta ou improcedente eventual ação declaratória".

d) errado – regra geral, os atos de efeito concreto (recai sobre fato determinado e por tempo determinado) se sujeitam ao controle concreto e na ao controle abstrato.

É importante ressaltar que uma norma de efeito concreto pode ser objeto de controle abstrato (ADPF) e concentrado (STF).

e) errado – as súmulas não tem força normativa e não estão sujeitas ao controle da constitucionalidade. É o entendimento do STF: "A súmula, porque não apresenta as características de ato normativo, não está sujeita a jurisdição constitucional concentrada." (ADI 594, Rel. Min. Carlos Velloso, julgamento em 19-2-1992, Plenário, DJ de 15-4-1994.) No mesmo sentido: RE 584.188-AgR, Rel. Min. Ayres Britto, julgamento em 28-9-2010, Segunda Turma, DJE de 3-12-2010.

72. (ESAF - MPOG/EPPGG – 2009) Assinale a opção correta acerca da supremacia da Constituição, do controle de constitucionalidade e da análise do princípio hierárquico das normas.
    a) Nem o governo federal, nem os governos dos Estados, nem os dos Municípios ou o do Distrito Federal são soberanos, porque todos são limitados, expressa ou implicitamente, pelas normas positivas da Constituição Federal.
    b) Sob o ponto de vista jurídico, a supremacia da Constituição sob os aspectos formal e material se apoia na regra da rigidez decorrente da maior dificuldade para modificação da Constituição do que para a alteração das demais normas jurídicas.
    c) A supremacia da Constituição exige que todas as situações jurídicas se conformem com os princípios e preceitos da Constituição, mas ainda não existe instrumento jurídico capaz de corrigir omissão inconstitucional.
    d) No Brasil, o controle de constitucionalidade realiza-se mediante a submissão das leis federais ao controle político do Congresso Nacional e as leis estaduais, municipais, ou distritais ao controle jurisdicional.
    e) No Brasil, a jurisdição constitucional concentrada é reconhecida a todos os componentes do Poder Judiciário e pode se dar mediante iniciativa popular.

↳*Resposta:*

a) correto – é a Constituição Federal que define as competências legislativas e administrativas das entidades federativas e estas devem obediência à Lei Maior.

b) errado – sob o ponto de vista jurídico (concepção defendida por Hans Kelsen), a supremacia da Constituição sob o aspecto formal se apoia na regra da rigidez decorrente da maior dificuldade para modificação da Constituição do que para a alteração das demais normas jurídicas. A supremacia sob o aspecto material se apoia na flexibilidade da Constituição, ou seja, facilmente alterável. As normas alcançam patamar constitucional em razão da matéria (assunto) de que tratam.

c) errado – a atual Constituição Federal prevê dois mecanismos para reclamar da omissão inconstitucional por parte do Poder Público: a garantia do mandado de injunção (CF, art. 5º, inciso LXXI) e a ADINPO (CF, art. 103, § 2º e Lei 9.868, art. 12).

d) errado – no Brasil, o controle da constitucionalidade pode ser político (exercido pelos poderes políticos: Legislativo e Executivo) ou jurisdicional e recai sobre as leis federais, estaduais, distritais e municipais.

e) errado – no Brasil, a jurisdição constitucional concentrada é reconhecida apenas ao STF (CF, art. 102, inciso I, alínea a) ou ao TJ (CF, art. 125, § 5º). Por outro lado, jurisdição constitucional difusa é reconhecida a todos os componentes do Poder Judiciário e pode se dar, inclusive, mediante iniciativa popular.

73. (ESAF - MPOG/EPPGG – 2009) Quanto aos métodos de controle de constitucionalidade, a doutrina os classifica em difuso e concentrado. Segundo a doutrina constitucionalista mais respeitável, a nossa Constituição contempla espécies de controle concentrado. Assinale a opção que não se refere a uma espécie de controle concentrado.
    a) Ação direta de inconstitucionalidade.
    b) Ação direta de inconstitucionalidade interventiva.
    c) Ação direta de inconstitucionalidade por omissão.
    d) Ação declaratória de constitucionalidade.
    e) Ação direta de inconstitucionalidade por congruência.

↳*Resposta:*

a) errado – a ADIN ocorre pelo método concentrado (CF, art. 102, inciso I, alínea a).

b) errado – a ADINI ocorre pelo método concentrado (CF, art. 36, inciso III).

c) errado – a ADINPO ocorre pelo método concentrado (CF, art. 103, § 2º).

d) errado – a ADECON ocorre pelo método concentrado (CF, art. 102, inciso I, alínea a).

e) correto – a inconstitucionalidade baseada no princípio da congruência significa que a sentença deve refletir o pedido de providência jurisdicional feito pelas partes. Refere-se, portanto, ao controle em concreto, difuso.

74. (FGV – SEFAZ/RJ – 2009) Ao estabelecer que "*a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário nenhuma lesão ou ameaça a direito*", o inciso XXXV, do artigo 5º, da Constituição Federal está:
    (A) conferindo aos juízes em geral o poder de controle concentrado de constitucionalidade.
    (B) conferindo a todos os membros do Judiciário o poder de derrogar uma lei que lese ou ameace um direito fundamental.
    (C) conferindo aos juízes e tribunais o controle difuso de constitucionalidade.
    (D) conferindo apenas aos tribunais o controle difuso de constitucionalidade.
    (E) conferindo tanto aos juízes de primeira instância, como aos tribunais, apenas o controle concentrado de constitucionalidade.

Resposta:

a) errado – o controle concentrado, como o próprio nome diz, autoriza um único órgão exercê-lo: o STF quando for em face da CF ou o TJ quando for em face da Constituição Estadual.

b) errado – só quem pode revogar uma lei é outra lei, e não decisão judicial.

Revogação compreende a ab-rogação é a perda total e derrogação é a perda parcial de vigência de uma Lei.

c) correto – qualquer órgão judicial pode declarar a inconstitucionalidade em um caso concreto.

d) errado – qualquer órgão judicial pode declarar a inconstitucionalidade em um caso concreto.

e) errado - o controle concentrado, como o próprio nome diz, autoriza um único órgão exercê-lo: o STF quando for em face da CF ou o TJ quando for em face da Constituição Estadual. E qualquer órgão judicial pode declarar a inconstitucionalidade em um caso concreto.

75. (UnB/CESPE – BACEN – 2009) Acerca do controle de constitucionalidade no sistema constitucional brasileiro, assinale a opção correta.
    a) O ordenamento jurídico nacional admite o controle concentrado ou difuso de constitucionalidade de normas produzidas tanto pelo poder constituinte originário, quanto pelo derivado.
    b) É possível a declaração de inconstitucionalidade de norma editada antes da atual Constituição e que tenha desrespeitado, sob o ponto de vista formal, a Constituição em vigor na época de sua edição, ainda que referida lei seja materialmente compatível com a vigente CF.
    c) Segundo posicionamento atual do STF, não se revela viável o controle de constitucionalidade de normas orçamentárias, por serem estas normas de efeitos concretos.
    d) O STF reconhece a prefeito municipal legitimidade ativa para o ajuizamento de arguição de descumprimento de preceito fundamental, não obstante a ausência de sua legitimação para a ação direta de inconstitucionalidade.
    e) A decisão que concede medida cautelar em ação declaratória de constitucionalidade não se reveste da mesma eficácia contra todos nem de efeito vinculante que a decisão de mérito.

Resposta:

a) errado – normas constitucionais originárias se encontram imunes ao controle da constitucionalidade concentrado ou difuso, pois é fruto do exercício do Poder Constituinte Originário, que é juridicamente ilimitado.

b) correto – será possível o controle incidental de norma pré-constitucional em face da Constituição em vigor na época da elaboração desta lei. Este controle recair sobre o aspecto formal ou material.

c) errado – regra geral as leis orçamentárias são de efeito concreto, ou seja, se referem a fato determinado e se aplicam por tempo determinado, faltando-lhes generalidade e abstração. Sujeitam-se, no entanto ao controle incidental e à Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (CF, art. 102, § 1º e Lei 9.882).

d) errado – a Lei 9.882, no art. 2º, reconhece à ADPF os mesmos legitimados para a propositura da ADIN (CF, art. 103) e entre eles não se encontra o prefeito.

e) errado – a medida cautelar (Lei 9.868, art. 21) e a decisão definitiva de mérito (CF, art. 102, § 2º e Lei 9.868, art. 28, parágrafo único) têm os mesmo efeitos "erga omnes" e vinculante.

76. (UnB/CESPE – TRF – 2009) Quanto ao processo legislativo e ao controle de constitucionalidade, assinale a opção correta.
    a) De acordo com a doutrina, quando o projeto de lei for modificado em sua substância pela casa revisora, a emenda deve retornar para a análise da casa iniciadora, sob pena de configuração de vício formal subjetivo, passível de controle de constitucionalidade.
    b) O controle prévio ou preventivo de constitucionalidade realizado pelo Poder Legislativo incide sobre todos os projetos de atos normativos.
    c) No Brasil, o controle posterior ou repressivo de constitucionalidade é exercido com exclusividade pelo Poder Judiciário, tanto de forma difusa como concentrada.
    d) No tocante à legitimação dos partidos políticos para a representação de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual ou federal, contestados em face da CF, o STF entende que a perda de representação do partido político no Congresso Nacional após o ajuizamento da ADI descaracteriza a legitimidade ativa para o prosseguimento da ação.
    e) De acordo com a doutrina, a técnica da declaração de inconstitucionalidade por arrastamento pode ser aplicada tanto em processos distintos como no mesmo processo.

↳*Resposta:*

a) errado – a CF, no art. 65 e parágrafo único, determina que "o projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra, em um só turno de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, ou arquivado, se o rejeitar. Sendo o projeto emendado, voltará à Casa iniciadora". Como se pode observar, todo o projeto retornará à Casa Iniciadora, ainda que apenas as emendas substanciais (aquelas que efetivamente alteraram o projeto) sejam examinadas. Caso não seja observada esta disposição constitucional, haverá um vício formal objetivo, se sujeitando ao controle da constitucionalidade.

b) errado – a lei delegada só passa pelo exame do Congresso Nacional se a Resolução delegativa assim o exigir (CF, art. 68, § 3º).

c) errado – o controle repressivo da constitucionalidade é, regra geral, jurisdicional e, excepcionalmente, político.

d) errado – o STF firmou o entendimento no sentido de que a perda superveniente da representação no Congresso Nacional não impede que o partido político permaneça no polo ativo da ADIN. Vide ADI 2159, AgR/DF. Rel originário: Min Carlos Velloso, Rel. p/ acórdão Min. Gilmar Ferreira Mendes, julgado em 12/08/2004.

e) correto – lembrando que a inconstitucionalidade por arrastamento ocorre quando uma norma tem arguida a sua inconstitucionalidade em abstrato junto ao STF e este tribunal estende a declaração para as demais leis que tenham relação de interdependência com aquela objeto principal da ação.

77. (UNB/CESPE – DP/PI – 2009) Com relação ao controle de constitucionalidade no direito brasileiro, assinale a opção correta.

a) O controle de constitucionalidade concreto, também chamado controle por via de defesa, deve ser suscitado tanto pelo autor quanto pelo réu da ação, não tendo o magistrado ou o tribunal competência para isso.
b) Diferentemente do que se verifica com o controle abstrato de normas, que tem como parâmetro de controle a CF vigente, o controle incidental realiza-se em face da constituição sob cujo império foi editada a lei ou o ato normativo.
c) A aferição de constitucionalidade de uma EC só é possível em sentido material, não em sentido formal. De igual maneira, o STF não admite a possibilidade de se examinar a constitucionalidade de proposta de EC antes de sua promulgação.
d) É possível a medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade, mas não em ação declaratória de constitucionalidade.
e) A arguição de descumprimento de preceito fundamental é cabível para evitar ou reparar lesão a preceito fundamental resultante de ato do poder público federal ou estadual. Da mesma forma que ocorre em relação às ações diretas de inconstitucionalidade, não cabe a arguição de descumprimento em face de lei ou ato normativo municipal.

↳*Resposta:*

a) errado – o juiz ou tribunal pode declarar a inconstitucionalidade de ofício, ou seja, sem que as partes a questione, para decidir um caso concreto.

b) correto – é possível examinar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo em face de Constituição vigente quando de elaboração da norma, ainda que ambas já revogadas. Cabe lembrar que, neste caso, o controle seria por via incidental.

c) errado – em primeiro lugar, é possível o exame da constitucionalidade formal de uma emenda à Constituição, já que o Congresso Nacional, no exercício do poder constituinte derivado reformador, tem que respeitar as limitações procedimentais previstas no art. 60, incisos I, II e III, e parágrafos 2º, 3º e 5º e tem que respeitar também as limitações circunstanciais (art. 60, § 1º, da CF). Em segundo lugar, é possível ao STF exercer o controle incidental da constitucionalidade de projeto de emenda quando do exame de mandado de segurança proposto por parlamentar para garantir o seu direito líquido e certo ao devido processo legislativo.

d) errado - é cabível medida cautelar tanto em ADIN (Lei 9.868, arts 10 e 11) quanto em ADECON (Lei 9.868, art. 21).

e) errado – é cabível ADPF contra lei ou ato normativo municipal (Lei 9.882, art. 1º, parágrafo único, inciso I).

78. (Fundação Universa – ADASA – 2009) O controle de constitucionalidade manifesta-se por meio de diversas formas no âmbito da Constituição Federal, não sendo correto afirmar que

(A) compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal e estadual.

(B) a propositura de ação direta de inconstitucionalidade só se admite em relação à impugnação de leis ou atos normativos expedidos após 5/10/1988.

(C) a arguição de descumprimento de preceito fundamental é cabível apenas quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, e seu julgamento é da competência do Supremo Tribunal Federal.

(D) não é cabível ação direta de inconstitucionalidade, perante o Supremo Tribunal Federal, contra lei do Distrito Federal que discipline assunto de interesse local.

(E) a arguição de descumprimento de preceito fundamental será apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, sendo legitimados ativos os co-legitimados para a propositura da ação direta de inconstitucionalidade.

↳*Resposta:*

a) correto – conforme o art. 102, inciso I, alínea a, da CF.

b) correto – ação direta de inconstitucionalidade, assim como a ação declaratória de constitucionalidade, só recai sobre norma superveniente, ou seja, pós-constitucional.

c) correto – de acordo com a Lei 9.882, art. 1º, parágrafo único.

d) errado – lei distrital só pode ser objeto de ADIN junto ao STF se for semelhante à lei estadual (CF, art. 32, § 1º e art. 102, inciso I, alínea a).

e) correto – conforme determina a Lei 9.882, art. 2º, inciso I: "Podem propor arguição de descumprimento de preceito fundamental os legitimados para a ação direta de inconstitucionalidade".

79. (UnB/CESPE – FINEP – 2009) Com base no controle de constitucionalidade, assinale a opção correta.

a) Embora o Poder Executivo possa negar-se a aplicar ato normativo manifestamente inconstitucional, exercendo o controle de constitucionalidade repressivo, não há previsão no ordenamento jurídico brasileiro para que exerça também o controle de constitucionalidade preventivo.

b) Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial, podem os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público.

c) As emendas constitucionais não podem ser objeto de controle de constitucionalidade, pois introduzem no ordenamento normas de natureza constitucional.

d) A declaração de inconstitucionalidade na ação direta de inconstitucionalidade produz eficácia contra todos e efeito vinculante relativamente aos demais órgãos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

e) O presidente da República não possui legitimidade para ajuizar ação direta de inconstitucionalidade, haja vista poder exercer o seu poder de veto, na Constituição Federal (CF).

↳Resposta:

a) errado – o controle político da constitucionalidade exercido pelo Poder Executivo pode ser preventivo, através da sanção ou veto (CF, art. 66, §1º) ou repressivo, quando o chefe do Executivo pode determinar aos seus órgãos subordinados a não aplicação de lei, administrativamente, por entendê-la inconstitucional.

b) correto – conforme determinação expressa da CF, no seu art. 97 e Súmula vinculante nº 10, do STF. Mas cabe lembrar que os órgãos fracionários dos tribunais (as turmas, câmaras ou seções) poderão declarar a inconstitucionalidade se já houver precedente neste sentido.

c) errado – emenda constitucional se sujeita ao controle da constitucionalidade caso desrespeite limitações de ordem material, circunstancial ou procedimental.

d) errado – a decisão definitiva de mérito em uma ADIN produz efeito vinculante apenas junto aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública direta e indireta federal, estadual, distrital e municipal (CF, art. 102, § 2º e Lei 9.868, art. 28, parágrafo único).

e) errado – a CF, no art. 103, inciso I, autoriza o Presidente da República propor ao STF uma ADIN, lembrando que se trata de legitimidade ativa universal.

80. (Fundação Universa – ADASA – 2009) No que tange às ações diretas de inconstitucionalidade e constitucionalidade, assinale a alternativa correta.

(A) A decisão que declara a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade de lei ou do ato normativo em ação direta é irrecorrível, sendo possível a ação rescisória em caso de interpretação equivocada do Supremo Tribunal Federal.

(B) A repercussão geral é requisito indispensável para a propositura da ação direta de constitucionalidade.

(C) O objeto de ação declaratória de constitucionalidade abrange não somente a lei federal, mas também a estadual, e é necessário que se demonstre a controvérsia judicial sobre sua validade perante o texto constitucional federal.

(D) As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, exclusivamente na esfera federal.

(E) Em regra, a decisão do Supremo Tribunal Federal em ação direta de inconstitucionalidade é dotada de efeito repristinatório em relação à legislação anterior.

↳Resposta:

a) errado – a Lei 9.868, no art. 26, determina que "a decisão que declara a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade da lei ou do ato normativo em ação direta ou em ação declaratória é irrecorrível, ressalvada a interposição de embargos declaratórios, não podendo, igualmente, ser objeto de ação rescisória".

b) errado – a repercussão geral é requisito indispensável para a interposição de recurso extraordinário, mas não para a propositura da ADIN (CF, art. 102, § 3º: "No recurso extraordinário o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros").

c) errado – a ADECON junto ao STF, em face de CF, só pode ter objeto a lei ou ato normativo federal (inclusive emenda à Constituição), conforme a CF no art. 102, inciso I, alínea a. Por outro lado, lei estadual pode ser objeto de ADECON junto ao Tribunal de Justiça, em face de Constituição Estadual, de acordo com a doutrina nacional e a jurisprudência do STF. A questão se relaciona à CF, consequentemente lei estadual estaria excluída.

d) errado – a decisão definitiva de mérito produz efeito vinculante também sobre a Administração Pública direta e indireta estadual, distrital e municipal, conforme a CF, art. 102, § 2º e a Lei 9.868, art. 28, parágrafo único.

e) correto – de acordo com a jurisprudência do STF: "A declaração de inconstitucionalidade in abstracto, considerado o efeito repristinatório que lhe é inerente (ADI 2.867/ES), importa em restauração das normas estatais revogadas pelo diploma objeto do processo de controle normativo abstrato. É que a lei declarada inconstitucional, por incidir em absoluta desvalia jurídica (RTJ 146/461-462), não pode gerar quaisquer efeitos no plano do direito, nem mesmo o de provocar a própria revogação dos diplomas normativos a ela anteriores. Lei inconstitucional, porque inválida (RTJ 102/671), sequer possui eficácia derrogatória. A decisão do Supremo Tribunal Federal que declara, em sede de fiscalização abstrata, a inconstitucionalidade de determinado diploma normativo tem o condão de provocar a repristinação dos atos estatais anteriores que foram revogados pela lei proclamada inconstitucional. Doutrina. Precedentes (ADI 2.215-MC/PE, Rel. Min. Celso de Mello, Informativo/STF n. 224)". Por outro lado, o STF poder, desde que o faça expressamente, negar este efeito repristinatório (Lei 9.868, art. 27: "Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado").

81. (UNB/CESPE – DP/PI – 2009) Com relação ao controle de constitucionalidade no direito brasileiro, assinale a opção correta.
    a) O controle de constitucionalidade concreto, também chamado controle por via de defesa, deve ser suscitado tanto pelo autor quanto pelo réu da ação, não tendo o magistrado ou o tribunal competência para isso.
    b) Diferentemente do que se verifica com o controle abstrato de normas, que tem como parâmetro de controle a CF vigente, o controle incidental realiza-se em face da constituição sob cujo império foi editada a lei ou o ato normativo.
    c) A aferição de constitucionalidade de uma EC só é possível em sentido material, não em sentido formal. De igual maneira, o STF não admite a possibilidade de se examinar a constitucionalidade de proposta de EC antes de sua promulgação.

d) É possível a medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade, mas não em ação declaratória de constitucionalidade.

e) A arguição de descumprimento de preceito fundamental é cabível para evitar ou reparar lesão a preceito fundamental resultante de ato do poder público federal ou estadual. Da mesma forma que ocorre em relação às ações diretas de inconstitucionalidade, não cabe a arguição de descumprimento em face de lei ou ato normativo municipal.

↳*Resposta:*

a) errado – o controle da constitucionalidade incidental (também denominado por via de defesa, concreto, prejudicial, "incidenter tantum" ou indireto) pode ser suscitado por qualquer das partes, pelo juiz ou tribunal em uma ação judicial.

b) correto.

c) errado – é possível o controle preventivo da constitucionalidade de emenda à Constituição, ou seja, antes da sua promulgação (por meio de mandado de segurança proposto por congressista junto ao STF) e repressivo, por via direta ou indireta (por ofensa às limitações materiais, circunstanciais e procedimentais).

d) errado - é possível a medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade (Lei 9.868, art. 10 e 11) e em ação declaratória de constitucionalidade (Lei 9.868, art. 21).

e) errado – cabe a arguição de descumprimento de preceito fundamental também contra lei ou ato normativo municipal (Lei 9.882, art. 1º, parágrafo único, inciso I).

(UnB/CESPE – AGU – 2010) Quanto à hermenêutica constitucional, julgue os itens a seguir.

82. De acordo com entendimento do STF, o controle jurisdicional prévio ou preventivo de constitucionalidade sobre projeto de lei ainda em trâmite somente pode ocorrer de modo incidental, na via de exceção ou defesa.

↳*Resposta:*

correto – o controle jurisdicional preventivo só pode ocorrer através de mandado de segurança (CF, art. 5º, inciso LXIX), proposto por parlamentar com o objetivo de proteger o seu direito líquido e certo de só participar do devido processo legislativo contra projeto de lei ou de emenda constitucional que esteja tramitando na casa congressual da qual faz parte aquele congressista. Vide Informativo nº 479, do STF, no título: "Correta formação das leis - Direito subjetivo do parlamentar - Mandado de Segurança – Possibilidade (Transcrições)".

83. A doutrina destaca a possibilidade de apuração de questões fáticas no controle abstrato de constitucionalidade, já que, após as manifestações do advogado-geral da União e do procurador-geral da República, pode o relator da ADI ou da ação declaratória de constitucionalidade requisitar informações adicionais ou mesmo designar perito para o esclarecimento de matéria ou circunstância de fato.

↳Resposta:

correto – de acordo com a Lei 9.868, arts. 8º e 9º, § 1º: "Art. 8º Decorrido o prazo das informações, serão ouvidos, sucessivamente, o Advogado-Geral da União e o Procurador-Geral da República, que deverão manifestar-se, cada qual, no prazo de quinze dias".

Art. 9º. Vencidos os prazos do artigo anterior, o relator lançará o relatório, com cópia a todos os Ministros, e pedirá dia para julgamento. § 1º. Em caso de necessidade de esclarecimento de matéria ou circunstância de fato ou de notória insuficiência das informações existentes nos autos, poderá o relator requisitar informações adicionais, designar perito ou comissão de peritos para que emita parecer sobre a questão, ou fixar data para, em audiência pública, ouvir depoimentos de pessoas com experiência e autoridade na matéria".

(UnB/CESPE – AGU – 2010) No que concerne ao controle concentrado de constitucionalidade, julgue os seguintes itens.

84. Para o STF, o indeferimento da medida cautelar na ADI não significa confirmação da constitucionalidade da lei com efeito vinculante.

↳Resposta:

correto – a negativa da concessão da medida cautelar caracteriza apenas a ausência dos pressupostos necessárias para a sua concessão ("fumus boni juris" e "periculum in mora"). Não se trata, ainda, de uma decisão definitiva de mérito.

85. No processo objetivo de controle de constitucionalidade, o *amicus curiae* tem legitimidade para interpor recurso nas mesmas hipóteses facultadas ao titular da ação.

↳Resposta:

errado – a Lei 9.868 proíbe a interposição de recurso, seja pelo "amicus curiae", seja pelo titular da ação, conforme o art. 7º, § 2º ("O relator, considerando a relevância da matéria e a representatividade dos postulantes, poderá, por despacho irrecorrível, admitir, observado o prazo fixado no parágrafo anterior, a manifestação de outros órgãos ou entidades") e o art. 26 ("A decisão que declara a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade da lei ou do ato normativo em ação direta ou em ação declaratória é irrecorrível, ressalvada a interposição de embargos declaratórios, não podendo, igualmente, ser objeto de ação rescisória."). Cabe lembrar da possibilidade de embargo declaratória contra decisão definitiva de mérito.

86. (Fundação Universa – SEPLAG – 2010) O controle concentrado protege a supremacia da Constituição Federal independentemente da lesão concreta a direitos subjetivos. Nele, é questionado, de forma direta, o ato normativo. Com relação aos instrumentos de controle concentrado, assinale a alternativa correta.
    a) ADI é a ação para verificação da omissão constitucional.
    b) ADC é conhecida como a ação para a verificação da inconstitucionalidade de norma federal.
    c) ADI interventiva refere-se à ação para que o município possa intervir na União.

d) ADPF significa arguição de descumprimento de preceito fundamental.
e) ADE é a ação para avocação de causa eleitoral para o Supremo Tribunal Federal.

↳*Resposta:*

a) errado – a ADI ou ADIN é ação para verificar a inconstitucionalidade de ato do Poder Público (CF, art. 102, inciso I, alínea a). A ação para verificar a omissão do Poder Publico é a ADINPO (CF, art. 103, § 2º).
b) errado – a ADC ou ADECON se presta a declarar a constitucionalidade de ato do Poder Público (CF, art. 102, inciso I, alínea a).
c) errado – a ADINI se presta à autorização do STF para que a União, por decreto presidencial, possa intervir, em determinados casos, na autonomia do Estado ou do Distrito Federal (CF, art. 36, III).
d) correto – de acordo com a CF, art. 102, § 1º.
e) errado – não há esta figura jurídica.

87. (FGV – BADESC – 2010) Considerando a competência constitucional do Supremo Tribunal Federal, analise as afirmativas a seguir.

I. Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar originariamente a ação em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados, e aquela em que mais da metade dos membros do tribunal de origem estejam impedidos ou sejam direta ou indiretamente interessados.
II. Qualquer cidadão pode propor ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, desde que demonstre interesse jurídico na solução da questão constitucional subjacente, podendo ser condenado no décuplo das custas o autor da ação considerada temerária.
III. No recurso extraordinário o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros.

Assinale:

(A) se somente a afirmativa I estiver correta.
(B) se somente a afirmativa III estiver correta.
(C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
(D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

↳*Resposta:*

I. correto – de acordo com o art. 102, inciso I, alínea n, da CF.
II. errado – a CF, no art. 103, incisos, define expressamente os legitimados para a propositura de uma ADIN, e entre eles não se encontra o cidadão.
III. correto – de acordo com o art. 102, § 3º, da CF.

§ A opção correta é a letra D.

88. (UnB/CESPE – DPU – 2010) No que se refere ao controle de constitucionalidade, julgue os itens seguintes.
    1. A legislação em vigor não admite a concessão de medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade por omissão.
    2. Considere que o art.Y da Constituição do estado X estabeleça a legitimidade de deputado estadual para propor ação de inconstitucionalidade de lei municipal ou estadual em face da Constituição estadual. Nesse caso, conforme entendimento do STF, o referido art. Y poderá ser considerado constitucional.

↳*Resposta:*

1. errado – a Lei 9.868, nos arts. 12-F e 12-G, em razão da promulgação da Lei 12.063, de 27.10.2009 alterando aquela lei, passou a ser admitida a medida cautelar em ADINPO.

2. correto – de acordo com a CF, art. 125, § 2º ("Cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão"), a Constituição do Estado poderá definir a iniciativa de uma ADIN estadual, desde que não a reserve a uma única pessoa ou órgão.

89. (FGV – CODEBA – 2010) A decisão do STF que, em Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), declara a inconstitucionalidade parcial sem redução de texto de determinado dispositivo de lei, implica
    (A) manutenção parcial do texto do dispositivo.
    (B) manutenção integral do texto do dispositivo, não sendo mais admitida a interpretação incompatível com a própria CRFB/88.
    (C) nulidade parcial do texto do dispositivo, sendo permitida a aplicação da parte restante.
    (D) nulidade do dispositivo, não sendo mais permitida sua aplicação integral.
    (E) nulidade integral, visto que a interpretação conforme a Constituição não pode ser aplicada.

↳*Resposta:*

a) errado – será mantida a eficácia de todo o texto objeto da ADIN.

b) correto – de acordo com a Lei 9.868, arts. 26 e 28, parágrafo único. Esta decisão, por força do efeito vinculante e da impossibilidade de ação rescisória, deve ser reproduzida por qualquer órgão do Poder Judiciário e pela Administração Pública direta e indireta federal, estadual, distrital e municipal.

c) errado – será mantida a eficácia de todo o texto objeto da ADIN.

d) errado – será mantida a eficácia de todo o texto objeto da ADIN.

e) errado – será mantida a eficácia de todo o texto objeto da ADIN.

90. (FGV – PC – 2010) Relativamente ao *controle de constitucionalidade*, assinale a afirmativa correta.
    (A) As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário, mas não à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

(B) Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade, dentre outros, Governador de Estado, o Procurador-Geral da República, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, dois terços dos membros do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados.

(C) A súmula vinculante terá por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, acerca das quais haja controvérsia atual entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica.

(D) A matéria constante de proposta de súmula vinculante rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta enquanto não for modificada a composição do Supremo Tribunal Federal.

(E) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal em face da Constituição Federal ou das Constituições Estaduais.

Resposta:

a) errado – a CF, no art. 102, § 2º e Lei 9.868, art. 28, parágrafo único, determina que a decisão definitiva de mérito em uma ADIN ou em uma ADECON também alcança a Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal.

b) errado – a CF, no art. 103, incisos, não têm legitimidade para a propositura de ADIN ou ADECON dois terços dos membros do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados.

c) correto – conforme a literalidade do art. 103-A, "caput", da CF.

d) errado – independente de nova composição do STF, a súmula vinculante pode ser alterada ou cancelada por dois terços dos membros do STF (mínimo de 8 Ministros), de acordo com o § 2º, do art. 103-A, da CF.

e) errado – a CF, no art. 102, inciso I, alínea a, determina que "Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe processar e julgar, originariamente a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal".

91. (FGV – SEFAZ/RJ – 2010) Não possui legitimidade para propor ação direta de inconstitucionalidade:

(A) a mesa da Câmara dos Deputados.

(B) a mesa do Senado Federal.

(C) a mesa do Congresso Nacional.

(D) a mesa da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

(E) a confederação sindical de âmbito nacional.

Resposta:

a) errado – possui legitimidade de acordo com a CF, art. 103, inciso II.

b) errado – possui legitimidade de acordo com a CF, art. 103, inciso III.

c) correto – não pode propor ADIN, pois não se encontra entre os legitimados previstos do art. 103, incisos.

d) errado – possui legitimidade de acordo com a CF, art. 103, inciso IV.

e) errado – possui legitimidade de acordo com a CF, art. 103, inciso IX.

92. (ESAF – AFT – 2010) Sabe-se que a Constituição Federal sofre controle de diversas formas. Acerca do controle constitucional, é correto afirmar que
    a) é admitida a concessão de liminar em Ação Direta de Inconstitucionalidade, por omissão.
    b) o ajuizamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade não se sujeita a prazos prescricional ou decadencial, vez que atos inconstitucionais não são suscetíveis de convalidação pelo decurso do tempo.
    c) o procedimento a ser seguido pela Ação Direta de Inconstitucionalidade por omissão não é o mesmo da ação de inconstitucionalidade genérica.
    d) a Ação Direta de Inconstitucionalidade, em face de sua natureza e finalidade especial, é suscetível de desistência a qualquer tempo.
    e) na Ação Direta de Inconstitucionalidade por omissão é obrigatória a oitiva do Advogado-Geral da União, tendo em vista que qualquer ato impugnado deve ser defendido.

↳*Resposta:*

a) correto - a Lei 9.868, nos arts. 12-F e 12-G, em razão da promulgação da Lei 12.063, de 27.10.2009 alterando aquela lei, passou a ser admitida a medida cautelar em ADINPO.

b) correto – de acordo com o entendimento do STF, a possibilidade de propositura de ação em controle abstrato não prescreve, sendo possível a propositura da ADI enquanto a lei ou emenda constitucional não tiver sido revogada ou a propositura da ADINPO enquanto a norma constitucional de eficácia limitada não houver sido devidamente regulamentada. Assim entende o STF: "O ajuizamento da ação direta de inconstitucionalidade não está sujeito à observância de qualquer prazo de natureza prescricional ou de caráter decadencial, eis que atos inconstitucionais jamais se convalidam pelo mero decurso do tempo. Súmula 360." (ADI 1.247-MC, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 17-8-1995, Plenário, DJ de 8-9-1995.).

c) errado – a Lei 9.868, art. 12-E, determina que "Aplicam-se ao procedimento da ação direta de inconstitucionalidade por omissão, no que couber, as disposições constantes da Seção I do Capítulo II desta Lei".

d) errado – não é admissível desistência em ADIN, conforme a Lei 9.868, art. 5º.

e) errado – o AGU defenderá a norma impugnada na ADIN, de acordo com a CF, art. 103, § 3º.

Conforme é possível observar, esta questão admite duas questões corretas, em razão da alteração de legislação.

93. (FCC – DP/SP – 2010) Está fora das técnicas diferenciadas de decisão em sede de controle de constitucionalidade:
    (A) a declaração de inconstitucionalidade da lei ou ato normativo e a sua nulidade com efeitos *ex tunc*.

(B) interpretação conforme e declaração de nulidade parcial sem redução de texto.
(C) suspensão parcial da eficácia da norma sem redução de texto.
(D) a mitigação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade, bem como a manipulação dos efeitos da decisão no tempo.
(E) a declaração de inconstitucionalidade, reconhecendo-se situação de fato que não pode ser desconstituída em virtude do princípio da segurança jurídica e de interesse público de excepcional relevo.

Resposta:

a) errado – trata-se de efeito de decisão definitiva de mérito, como regra, conforme a Lei 9.868, art. 28, parágrafo único.

b) errado – trata-se de efeito de decisão definitiva de mérito, como exceção, conforme a Lei 9.868, art. 28, parágrafo único.

c) correto – não faz parte das possibilidades quanto aos efeitos provocados por uma decisão definitiva de mérito na ADIN.

d) errado – trata-se de efeito de decisão definitiva de mérito, como exceção, conforme a Lei 9.868, art. 27.

e) errado – trata-se de efeito de decisão definitiva de mérito, como exceção, conforme a Lei 9.868, art. 27.

94. (FCC – DPSP – 2010) A relação que se estabelece entre a ação direta de inconstitucionalidade por omissão e a teoria da separação de poderes é a
(A) possibilidade de o STF obrigar o órgão administrativo a adotar as medidas necessárias para sanar a omissão em 30 dias, por meio de sentença mandamental e aplicação de multa por dia de atraso.
(B) possibilidade de o STF proferir sentença com eficácia *erga omnes* e força de lei para concretizar direito constitucional que não é exercido por falta de norma regulamentadora, substituindo o legislador omisso até que este se pronuncie.
(C) possibilidade de o STF obrigar o órgão legislativo e administrativo a adotar as medidas necessárias para sanar a omissão em 30 dias por meio de sentença mandamental e aplicação de multa por dia de atraso.
(D) impossibilidade de o STF sanar a omissão por meio de imposições aos Poderes Legislativo ou Executivo.
(E) possibilidade de o STF declarar judicialmente a omissão do Poder Legislativo e do Executivo e garantir, por meio de sentença executória, com eficácia *erga omnes*, a via indenizatória para todos os cidadãos prejudicados pela omissão.

Resposta:

a) errado – a primeira parte da afirmativa está correta, de acordo com a CF, no art. 103, § 2º e o entendimento jurisprudência do STF. A segunda parte está errada, pois não cabe ao STF impor multa em razão da inércia do órgão administrativo, sob pena de ofensa ao princípio da separação dos poderes.

b) errado – o STF não tem admitido a concretização do direito em ADINPO, pois diferente do mandado de injunção, na ADINPO não há direito concreto reclamado. Cabe ainda lembrar que o STF não tem admitido legislar suprindo a inércia do legislador, sob pena de ofensa ao princípio da separação dos poderes.

c) errado - não cabe ao STF estabelecer prazo ao legislativo ou impor multa em razão da inércia do órgão legislativo ou administrativo, sob pena de ofensa ao princípio da separação dos poderes.

d) correto.

e) errado – não cabe ao STF assegurar o direito de reparação de danos com efeito "erga omnes", em ADINPO, sob pena de ofensa ao princípio da separação dos poderes.

95. (FCC – DP/SP – 2010) A interpretação conforme a Constituição é uma técnica que pode ser aplicada pelo
    (A) Poder Legislativo, para preservar a vigência da lei, quando é chamado pelo STF, em ação declaratória de constitucionalidade, a prestar informações sobre a vontade autêntica do legislador que embasou a fase de deliberação parlamentar do projeto de lei aprovado.
    (B) Poder Legislativo, para justificar a derrubada de veto jurídico oposto pelo Presidente da República com base em declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução de texto.
    (C) Supremo Tribunal Federal, em controle de constitucionalidade, apenas para normas que possibilitem mais de uma interpretação, a fim de preservar a lei no ordenamento jurídico e adequá-la aos valores da ordem constitucional.
    (D) Poder Judiciário, como uma técnica de hermenêutica constitucional, para que promova um aperfeiçoamento da lei e amolde a vontade do legislador aos ditames das regras e dos princípios constitucionais.
    (E) Poder Executivo, para justificar a adequação dos pressupostos constitucionais da urgência e da relevância, quando questionada a constitucionalidade de medida provisória em ação direta de inconstitucionalidade.

↳*Resposta:*

a) errado – a Lei 9.868, art. 6º ("O relator pedirá informações aos órgãos ou às autoridades das quais emanou a lei ou o ato normativo impugnado"), autoriza ao STF ouvir o Legislativo, mas não cabe a ele, Legislativo, aplicar a técnica da interpretação conforme a Constituição.

b) errado – o Legislativo pode derrubar o veto presidencial, nos termos do art. 66, § 4º ("O veto será apreciado em sessão conjunta, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores, em escrutínio secreto"), mas não poderá aplicar a técnica da interpretação conforme a Constituição.

c) correto – de acordo com a Lei 9.868, art. 28, parágrafo único.

d) errado – por força do princípio da separação dos poderes, não cabe ao Judiciário se sobrepor à vontade do legislador e definir uma nova interpretação à lei, estranha à vontade deste legislador.

e) errado – não cabe a qualquer poder, exceto ao Judiciário e, assim mesmo em controle abstrato junto ao STF, aplicar a técnica da interpretação conforme a Constituição.

(CESPE/UNB – MPU – 2010) O Estado brasileiro, como estado democrático de direito, apresenta, no seu texto constitucional, os parâmetros para o exercício da soberania popular, a partir de princípios e normas basilares, submetidos a constante controle. Com relação a esse tema, julgue o item a seguir.

96. No direito brasileiro, em se tratando de controle de constitucionalidade, em regra, aplica-se a teoria da nulidade de forma absoluta no controle concentrado.

↳*Resposta:*

correto – de acordo com a jurisprudência do STF e da Lei 9.868, art. 28.

(CESPE/UNB – MPU – 2010) Com relação ao controle de constitucionalidade no direito brasileiro, julgue o próximo item.

97. O pedido de medida liminar é cabível na ação direta de inconstitucionalidade, mas não na arguição de descumprimento de preceito fundamental, que exige, para sua propositura, o esgotamento de todas as vias possíveis para sanar a lesão ou a ameaça de lesão a preceito fundamental.

↳*Resposta:*

errado – é admissível a concessão de medida liminar em ADIN (Lei 9.868, arts. 10 e 11) e na ADPF (Lei 9.882, art. 5º).

98. (FCC – DP/SP – 2010) Com fundamento em lei promulgada no Brasil em julho de 1972 e não expressamente revogada:

I. Maria ajuíza ação ordinária em fevereiro de 2010, em relação a fato jurídico ocorrido em 2009, para discutir se houve recepção da referida lei.

II. Pedro ajuíza ação ordinária em fevereiro de 2010, em relação a fato jurídico ocorrido em setembro de 1973, gerador de suposto direito ainda não prescrito, para discutir a constitucionalidade da referida lei em relação à Constituição Brasileira anterior à de 1988.

III. Suponha que o Supremo Tribunal Federal, em maio de 2010, tenha julgado procedente uma arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) declarando a não compatibilidade da referida lei em relação à atual ordem constitucional antes de as ações de Maria e Pedro transitarem em julgado.

Diante dos fatos apresentados,

(A) o Poder Judiciário não poderá julgar o mérito da ação ajuizada por Pedro, haja vista que não pode se pronunciar sobre fato ocorrido sob a égide de Constituição que perdeu o vigor.

(B) a decisão sobre a incompatibilidade da referida lei não influenciará a ação proposta por Pedro, cujo mérito poderá ser julgado pelo Poder Judiciário, em respeito ao princípio da inafastabilidade do Poder Judiciário em face de lesão ou ameaça a direito, contido na Constituição de 1988.

(C) nem a ação proposta por Maria e nem a ação proposta por Pedro sofrerão influência da decisão proferida em ADPF, a qual não é instrumento válido para a verificação da compatibilidade constitucional de normas pré-constitucionais.

(D) a decisão sobre a incompatibilidade da referida lei não influenciará a ação proposta por Maria, a qual deverá ser julgada pelo Judiciário com efeitos *inter partes,* já que foi proposta antes da decisão proferida em sede de ADPF e, portanto, Maria está assegurada pelo direito ao contraditório e à ampla defesa, previstos na Constituição de 1988.

(E) a decisão prolatada em sede de ADPF revoga a lei declarada inconstitucional com eficácia *erga omnes*, *ex tunc* e efeito vinculante, por isso incidirá tanto sobre a demanda de Maria quanto sobre a de Pedro.

↳*Resposta:*

a) errado – a ação judicial proposta por Pedro poderá ser examinada porque o autor arguiu a inconstitucionalidade em controle incidental. Esta modalidade de controle pode recair sobre norma anterior à atual Constituição, em face da Constituição vigente quando da elaboração desta lei, mesmo que aquela Constituição já tenha sido revogada.

b) correto – a ação proposta por Pedro questiona a validade da lei em face da Constituição vigente quando da sua elaboração e não em face da Constituição atual. Também está correto a afirmativa quanto a ter Pedro o direito ao livre acesso ao Poder Judiciário (CF/88, art. 5º, inciso XXXV).

c) errado – a ADPF pode verificar a compatibilidade material de normas pré-constitucionais em face da atual Constituição, ou seja, se a norma foi recepcionada (Lei 9.882, art. 1º, parágrafo único, inciso I). A decisão afetará a ação de Maria, que questiona a recepção da norma pré-constitucional no novo ordenamento jurídico. Cabe lembrar que a decisão definitiva de mérito na ADPF provoca efeito vinculante (Lei 9.882, art. 10, § 3º). Por outro lado, não afetará a ação proposta por Pedro, pois ele questiona a inconstitucionalidade da norma em face à Constituição anterior, por via incidental.

d) errado – a decisão proferida em sede de ADPF irá influenciar a ação proposta por Maria por força dos efeitos "erga omnes", vinculante e, regra geral¸"ex tunc" da decisão definitiva de mérito na ADPF (Lei 9.882, art. 10, § 3º).

e) errado – a decisão prolatada em sede de ADPF , se procedente, reconhece que desde a promulgação da atual CF a norma foi revogada. Cabe ressaltar que a ADPF sobre norma pré-constitucional julgada procedente declara a incompatibilidade material e não a inconstitucionalidade. Esta decisão alcançará apenas Maria.

99. (UnB/CESPE – MPE/RO – 2010) A respeito do controle de constitucionalidade na jurisprudência do STF, assinale a opção correta.

a) O STF está adstrito à fundamentação jurídica invocada na ADI, desde que o proponente a tenha trazido de forma específica, e não genérica.

b) Não é possível a intervenção de terceiros na ADI e na ADC, em razão da natureza objetiva do controle normativo abstrato, no qual não se discutem interesses ou direitos subjetivos nem há litígio entre as partes.

c) Quando ato normativo municipal for contestado em face de norma da constituição do estado repetida da CF, por força da reprodução obrigatória, a competência para julgar a ADI será do STF.

d) Não é cabível o ajuizamento de ADI perante o STF para impugnar ato normativo editado pelo DF, no exercício de competência que a CF tenha reservado aos municípios.
e) A ação civil pública pode ser manejada para se obter o controle de constitucionalidade de lei, desde que a declaração de inconstitucionalidade seja *incidenter tantum* e tenha eficácia *erga omnes*.

Resposta:

a) errado – o entendimento do STF é justamente o contrário, conforme a decisão a seguir: "A cognição do Tribunal em sede de ação direta de inconstitucionalidade é ampla. O Plenário não fica adstrito aos fundamentos e dispositivos constitucionais trazidos na petição inicial, realizando o cotejo da norma impugnada com todo o texto constitucional. Não há falar, portanto, em argumentos não analisados pelo Plenário desta Corte, que, no citado julgamento, esgotou a questão." (AI 413.210-AgR-ED-ED, Rel. Min. Ellen Gracie, julgamento em 24-11-04, DJ *de 10-12-04). A segunda parte da afirmativa está correta, ainda de acordo com o STF: "Ação direta de inconstitucionalidade. Causa de pedir e pedido. Cumpre ao autor da ação proceder à abordagem, sob o ângulo da causa de pedir, dos diversos preceitos atacados, sendo impróprio fazê-lo de forma genérica." (ADI 1.708, Rel. Min. Marco Aurélio, julgamento em 27-11-97,* DJ *de 13-3-98)*

b) errado – em relação à primeira parte da afirmativa, o STF vem reconhecendo ao "amicus curiae" uma exceção à proibição de intervenção de terceiros na ADIN, como por exemplo: "A regra é não se admitir intervenção de terceiros no processo de ação direta de inconstitucionalidade, iniludivelmente objetivo. A exceção corre à conta de parâmetros reveladores da relevância da matéria e da representatividade do terceiro, quando, então, por decisão irrecorrível, é possível a manifestação de órgãos ou entidades – § 2º do artigo 7º da Lei n. 9.868, de 10 de novembro de 1999. (...)" (ADI 2.831, Rel. Min. Marco Aurélio, decisão monocrática, julgamento em 30-11-04, DJ *de 10-12-04)*

A segunda parte da afirmativa está correta. Assim o STF vem decidindo: "A ação direta de inconstitucionalidade é espécie de processo objetivo no qual se deflagra o controle abstrato de normas. Não cabe nesse procedimento especial a defesa de interesses ou direitos subjetivos. (...)" (ADI 4.140, Rel. Min. Ellen Gracie, decisão monocrática, julgamento em 16-12-08, DJE *de 2-2-09)*

c) errado – a competência para processar e julgar uma ADIN de lei estadual ou municipal em face da Constituição Estadual é do Tribunal de Justiça (CF, art. 125, § 2º). Esta ADIN poderá até alcançar o STF, em grau de recurso extraordinário, se a norma for contrária a Constituição Estadual em relação a assunto de simetria obrigatória a CF.

d) correto – conforme o art. 102, inciso I, alínea a, só pode ser objeto de ADIN lei ou ato normativo federal (inclusive emenda à Constituição), estadual (e distrital similar à estadual).

e) errado – o controle incidental da constitucionalidade através de ação civil pública ocorre via incidental, e provoca efeito "inter partes".

100. (FGV – TJ – 2011) O controle concentrado de constitucionalidade pode ser exercido por meio de diversos instrumentos elencados na Constituição. Nesse sentido, é correto afirmar que

(A) são legitimados para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade, entre outros, o Presidente da República, o Procurador-Geral da República, o Presidente do Senado e o Conselho Federal da OAB.

(B) a concessão de medida cautelar em sede de ação direta de inconstitucionalidade não torna aplicável a legislação anterior acaso existente, em virtude da impossibilidade de repristinação no ordenamento jurídico brasileiro.

(C) o Advogado-Geral da União funciona como uma espécie de curador da presunção de constitucionalidade dos atos emanados do Poder Público; entretanto, ele não está obrigado a defender tese jurídica se sobre ela o STF já fixou entendimento pela sua inconstitucionalidade.

(D) a decisão do STF em sede de ADI e ADC somente admite agravo de instrumento e embargos de declaração interpostos pelos requerentes ou requeridos, sendo vedado o benefício ao *amicus curiae*.

(E) a sentença de inconstitucionalidade tem natureza declaratória e, em consequência disso, possui, sempre, eficácia *ex tunc*, ceifando o ato no momento de sua entrada no ordenamento jurídico e assim colhendo todos os efeitos por ele produzidos à pecha de nulidade.

↳*Resposta:*

a) errado – o art. 103, incisos, define os legitimados para a propositura de uma ADIN e entre eles não se encontra o Presidente do Senado.

b) errado – regra geral, a concessão de cautelar em ADIN produz efeito repristinatório (Lei 9.868, art. 11, § 2º: "A concessão da medida cautelar torna aplicável a legislação anterior acaso existente, salvo expressa manifestação em sentido contrário") que não se confunde com repristinação, ainda que já tenham sido tratadas como sinônimos pela banca ESAF.

c) correto – de acordo com o entendimento do STF , como por exemplo: " O Advogado-Geral da União não está obrigado a defender tese jurídica se sobre ela esta Corte já fixou entendimento pela sua inconstitucionalidade." (ADI 1.616, Rel. Min. Maurício Corrêa, julgamento em 24-5-2001, Plenário, DJ de 24-8-2001).

d) errado – a decisão definitiva de mérito não admite recurso, salvo embargo declaratório, assim como também não admite recurso o despacho do Relator que se nega a ouvir alguém na condição de "amicus curiae" (Lei 9.868, art. 7º, § 2º e art. 26).

e) errado – regra geral, a eficácia de decisão de inconstitucionalidade tem eficácia "ex tunc", ou seja, retroativa. Mas se admite, excepcionalmente, a eficácia "ex nunc" (modulação temporal). Vide, por exemplo, a Lei 9.868, art. 27.

101. (FGV – ICMS/RJ – 2011) Suponha que o STF, em ação direta de inconstitucionalidade (ADI), tenha julgado a lei X inconstitucional. Nesse caso, seria correto afirmar que a lei X

(A) pode ser federal, estadual ou municipal e deverá ser encaminhada ao Senado para que seja suspensa.

(B) é federal e deverá ser encaminhada ao Senado para que seja suspensa.

(C) pode ser federal ou estadual e não precisa ser encaminhada ao Senado para ser suspensa.

(D) pode ser federal ou estadual e deverá ser encaminhada ao Senado para que seja suspensa.

(E) pode ser federal, estadual ou municipal e não precisa ser encaminhada ao Senado para ser suspensa.

↳*Resposta:*

a) errado – não cabe ADIN contra lei municipal junto ao STF, em face da CF (CF, art. 102, inciso I, alínea a).

b) errado – em se tratando de ação direta procedente, a declaração de inconstitucionalidade já produz efeito "erga omnes" (CF, art. 102, § 2º), independentemente de Resolução do Senado Federal (CF, art. 52, inciso X).

c) correto – de acordo com CF, art. 102, § 2º e art. 52, inciso X.

d) errado – em se tratando de ação direta procedente, a declaração de inconstitucionalidade já produz efeito "erga omnes" (CF, art. 102, § 2º), independentemente de Resolução do Senado Federal (CF, art. 52, inciso X).

e) errado - não cabe ADIN contra lei municipal junto ao STF, em face da CF (CF, art. 102, inciso I, alínea a).

102. (FGV – ICMS/RJ – 2011) Suponha que, em setembro de 2010, o Presidente da República tenha editado medida provisória majorando a alíquota de determinado imposto. Nesse caso, é correto afirmar que a medida provisória é

(A) constitucional e produz efeito imediatamente após a sua edição.
(B) inconstitucional, pois medida provisória não pode dispor sobre matéria reservada a lei complementar.
(C) inconstitucional, pois medida provisória pode instituir tributo, mas não pode alterar alíquota.
(D) constitucional, mas só produzirá efeito em 2011 se tiver sido convertida em lei em 2010.
(E) inconstitucional, pois medida provisória não pode dispor sobre direito tributário.

↳*Resposta:*

a) errado – contraria a CF, art. 62, § 2º.

b) errado – neste caso não é necessária lei complementar.

c) errado - contraria a CF, art. 62, § 2º.

d) correto – conforme a CF, art. 62, § 2º: "Medida provisória que implique instituição ou majoração de impostos, exceto os previstos nos arts. 153, I, II, IV, V, e 154, II, só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada".

e) errado - contraria a CF, art. 62, § 2º.

103. (FGV – ICMS/RJ – 2011) Um cidadão que não pretende recolher determinado imposto por considerar que a lei que instituiu referido tributo é inconstitucional deverá ajuizar a seguinte ação:

(A) mandado de segurança.
(B) "habeas data".
(C) ação popular.
(D) ação direta de inconstitucionalidade.

(E) mandado de injunção.

↳*Resposta:*

A opção correta é a letra A: CF, art. 5º, inciso LXIX. Trata-se de mandado de segurança, com o objetivo de proteger o direito líquido e certo de não pagar imposto previsto em lei inconstitucional e o controle será por via incidental.

LEI Nº 9.868, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1999.

Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE E DA AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.

CAPÍTULO II

DA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

Seção I

Da Admissibilidade e do Procedimento da Ação Direta de Inconstitucionalidade

Art. 2º Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade: (Vide artigo 103 da Constituição Federal)

I - o Presidente da República;

II - a Mesa do Senado Federal;

III - a Mesa da Câmara dos Deputados;

IV - a Mesa de Assembleia Legislativa ou a Mesa da Câmara Legislativa do Distrito Federal;

V - o Governador de Estado ou o Governador do Distrito Federal;

VI - o Procurador-Geral da República;

VII - o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;

VIII - partido político com representação no Congresso Nacional;

IX - confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

Parágrafo único. (VETADO)

Art. 3º A petição indicará:

I - o dispositivo da lei ou do ato normativo impugnado e os fundamentos jurídicos do pedido em relação a cada uma das impugnações;

II - o pedido, com suas especificações.

Parágrafo único. A petição inicial, acompanhada de instrumento de procuração, quando subscrita por advogado, será apresentada em duas vias, devendo conter cópias da lei ou do ato normativo impugnado e dos documentos necessários para comprovar a impugnação.

Art. 4º A petição inicial inepta, não fundamentada e a manifestamente improcedente serão liminarmente indeferidas pelo relator.

Parágrafo único. Cabe agravo da decisão que indeferir a petição inicial.

Art. 5º Proposta a ação direta, não se admitirá desistência.

Parágrafo único. (VETADO)

Art. 6º O relator pedirá informações aos órgãos ou às autoridades das quais emanou a lei ou o ato normativo impugnado.

Parágrafo único. As informações serão prestadas no prazo de trinta dias contado do recebimento do pedido.

Art. 7º Não se admitirá intervenção de terceiros no processo de ação direta de inconstitucionalidade.

§ 1º (VETADO)

§ 2º O relator, considerando a relevância da matéria e a representatividade dos postulantes, poderá, por despacho irrecorrível, admitir, observado o prazo fixado no parágrafo anterior, a manifestação de outros órgãos ou entidades.

Art. 8º Decorrido o prazo das informações, serão ouvidos, sucessivamente, o Advogado-Geral da União e o Procurador-Geral da República, que deverão manifestar-se, cada qual, no prazo de quinze dias.

Art. 9º Vencidos os prazos do artigo anterior, o relator lançará o relatório, com cópia a todos os Ministros, e pedirá dia para julgamento.

§ 1º Em caso de necessidade de esclarecimento de matéria ou circunstância de fato ou de notória insuficiência das informações existentes nos autos, poderá o relator requisitar informações adicionais, designar perito ou comissão de peritos para que emita parecer sobre a questão, ou fixar data para, em audiência pública, ouvir depoimentos de pessoas com experiência e autoridade na matéria.

§ 2º O relator poderá, ainda, solicitar informações aos Tribunais Superiores, aos Tribunais federais e aos Tribunais estaduais acerca da aplicação da norma impugnada no âmbito de sua jurisdição.

§ 3º As informações, perícias e audiências a que se referem os parágrafos anteriores serão realizadas no prazo de trinta dias, contado da solicitação do relator.

Seção II

Da Medida Cautelar em Ação Direta de Inconstitucionalidade

Art. 10. Salvo no período de recesso, a medida cautelar na ação direta será concedida por decisão da maioria absoluta dos membros do Tribunal, observado o disposto no art. 22, após a audiência dos órgãos ou autoridades dos quais emanou a lei ou ato normativo impugnado, que deverão pronunciar-se no prazo de cinco dias.

§ 1º O relator, julgando indispensável, ouvirá o Advogado-Geral da União e o Procurador-Geral da República, no prazo de três dias.

§ 2º No julgamento do pedido de medida cautelar, será facultada sustentação oral aos representantes judiciais do requerente e das autoridades ou órgãos responsáveis pela expedição do ato, na forma estabelecida no Regimento do Tribunal.

§ 3º Em caso de excepcional urgência, o Tribunal poderá deferir a medida cautelar sem a audiência dos órgãos ou das autoridades das quais emanou a lei ou o ato normativo impugnado.

Art. 11. Concedida a medida cautelar, o Supremo Tribunal Federal fará publicar em seção especial do Diário Oficial da União e do Diário da Justiça da União a parte dispositiva da decisão, no prazo de dez dias, devendo solicitar as informações à autoridade da qual tiver emanado o ato, observando-se, no que couber, o procedimento estabelecido na Seção I deste Capítulo.

§ 1º A medida cautelar, dotada de eficácia contra todos, será concedida com efeito *ex nunc*, salvo se o Tribunal entender que deva conceder-lhe eficácia retroativa.

§ 2º A concessão da medida cautelar torna aplicável a legislação anterior acaso existente, salvo expressa manifestação em sentido contrário.

Art. 12. Havendo pedido de medida cautelar, o relator, em face da relevância da matéria e de seu especial significado para a ordem social e a segurança jurídica, poderá, após a prestação das informações, no prazo de dez dias, e a manifestação do Advogado-Geral da União e do Procurador-Geral da República, sucessivamente, no prazo de cinco dias, submeter o processo diretamente ao Tribunal, que terá a faculdade de julgar definitivamente a ação.

Capítulo II-A

(Incluído pela Lei nº 12.063, de 2009).

Da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão

Seção I

(Incluído pela Lei nº 12.063, de 2009).

Da Admissibilidade e do Procedimento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão

Art. 12-A. Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade por omissão os legitimados à propositura da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade. (Incluído pela Lei nº 12.063, de 2009).

Art. 12-B. A petição indicará: (Incluído pela Lei nº 12.063, de 2009).

I - a omissão inconstitucional total ou parcial quanto ao cumprimento de dever constitucional de legislar ou quanto à adoção de providência de índole administrativa; (Incluído pela Lei nº 12.063, de 2009).

II - o pedido, com suas especificações. (Incluído pela Lei nº 12.063, de 2009).

Parágrafo único. A petição inicial, acompanhada de instrumento de procuração, se for o caso, será apresentada em 2 (duas) vias, devendo conter cópias dos documentos necessários para comprovar a alegação de omissão. (Incluído pela Lei nº 12.063, de 2009).

Art. 12-C. A petição inicial inepta, não fundamentada, e a manifestamente improcedente serão liminarmente indeferidas pelo relator. (Incluído pela Lei nº 12.063, de 2009).

Parágrafo único. Cabe agravo da decisão que indeferir a petição inicial. (Incluído pela Lei nº 12.063, de 2009).

Art. 12-D. Proposta a ação direta de inconstitucionalidade por omissão, não se admitirá desistência. (Incluído pela Lei nº 12.063, de 2009).

Art. 12-E. Aplicam-se ao procedimento da ação direta de inconstitucionalidade por omissão, no que couber, as disposições constantes da Seção I do Capítulo II desta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.063, de 2009).

§ 1º Os demais titulares referidos no art. 2º desta Lei poderão manifestar-se, por escrito, sobre o objeto da ação e pedir a juntada de documentos reputados úteis para o exame da matéria, no prazo das informações, bem como apresentar memoriais. (Incluído pela Lei nº 12.063, de 2009).

§ 2º O relator poderá solicitar a manifestação do Advogado-Geral da União, que deverá ser encaminhada no prazo de 15 (quinze) dias. (Incluído pela Lei nº 12.063, de 2009).

§ 3º O Procurador-Geral da República, nas ações em que não for autor, terá vista do processo, por 15 (quinze) dias, após o decurso do prazo para informações. (Incluído pela Lei nº 12.063, de 2009).

Seção II

(Incluído pela Lei nº 12.063, de 2009).

Da Medida Cautelar em Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão

Art. 12-F. Em caso de excepcional urgência e relevância da matéria, o Tribunal, por decisão da maioria absoluta de seus membros, observado o disposto no art. 22, poderá conceder medida cautelar, após a audiência dos órgãos ou autoridades responsáveis pela omissão inconstitucional, que deverão pronunciar-se no prazo de 5 (cinco) dias. (Incluído pela Lei nº 12.063, de 2009).

§ 1º A medida cautelar poderá consistir na suspensão da aplicação da lei ou do ato normativo questionado, no caso de omissão parcial, bem como na suspensão de processos judiciais ou de procedimentos administrativos, ou ainda em outra providência a ser fixada pelo Tribunal. (Incluído pela Lei nº 12.063, de 2009).

§ 2º O relator, julgando indispensável, ouvirá o Procurador-Geral da República, no prazo de 3 (três) dias. (Incluído pela Lei nº 12.063, de 2009).

§ 3º No julgamento do pedido de medida cautelar, será facultada sustentação oral aos representantes judiciais do requerente e das autoridades ou órgãos responsáveis pela omissão inconstitucional, na forma estabelecida no Regimento do Tribunal. (Incluído pela Lei nº 12.063, de 2009).

Art.12-G. Concedida a medida cautelar, o Supremo Tribunal Federal fará publicar, em seção especial do Diário Oficial da União e do Diário da Justiça da União, a parte dispositiva da decisão no prazo de 10 (dez) dias, devendo solicitar as informações à autoridade ou ao órgão responsável pela omissão inconstitucional, observando-se, no que couber, o procedimento estabelecido na Seção I do Capítulo II desta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.063, de 2009).

Seção III

(Incluído pela Lei nº 12.063, de 2009).

Da Decisão na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão

Art. 12-H. Declarada a inconstitucionalidade por omissão, com observância do disposto no art. 22, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias. (Incluído pela Lei nº 12.063, de 2009).

§ 1º Em caso de omissão imputável a órgão administrativo, as providências deverão ser adotadas no prazo de 30 (trinta) dias, ou em prazo razoável a ser estipulado excepcionalmente pelo Tribunal, tendo em vista as circunstâncias específicas do caso e o interesse público envolvido. (Incluído pela Lei nº 12.063, de 2009).

§ 2º Aplica-se à decisão da ação direta de inconstitucionalidade por omissão, no que couber, o disposto no Capítulo IV desta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.063, de 2009).

CAPÍTULO III

DA AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE

Seção I

Da Admissibilidade e do Procedimento da Ação Declaratória de Constitucionalidade

Art. 13. Podem propor a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal:

I - o Presidente da República;

II - a Mesa da Câmara dos Deputados;

III - a Mesa do Senado Federal;

IV - o Procurador-Geral da República.

Art. 14. A petição inicial indicará:

I - o dispositivo da lei ou do ato normativo questionado e os fundamentos jurídicos do pedido;

II - o pedido, com suas especificações;

III - a existência de controvérsia judicial relevante sobre a aplicação da disposição objeto da ação declaratória.

Parágrafo único. A petição inicial, acompanhada de instrumento de procuração, quando subscrita por advogado, será apresentada em duas vias, devendo conter cópias do ato normativo questionado e dos documentos necessários para comprovar a procedência do pedido de declaração de constitucionalidade.

Art. 15. A petição inicial inepta, não fundamentada e a manifestamente improcedente serão liminarmente indeferidas pelo relator.

Parágrafo único. Cabe agravo da decisão que indeferir a petição inicial.

Art. 16. Proposta a ação declaratória, não se admitirá desistência.

Art. 17. (VETADO)

Art. 18. Não se admitirá intervenção de terceiros no processo de ação declaratória de constitucionalidade.

§ 1º (VETADO)

§ 2º (VETADO)

Art. 19. Decorrido o prazo do artigo anterior, será aberta vista ao Procurador-Geral da República, que deverá pronunciar-se no prazo de quinze dias.

Art. 20. Vencido o prazo do artigo anterior, o relator lançará o relatório, com cópia a todos os Ministros, e pedirá dia para julgamento.

§ 1º Em caso de necessidade de esclarecimento de matéria ou circunstância de fato ou de notória insuficiência das informações existentes nos autos, poderá o relator requisitar informações adicionais, designar perito ou comissão de peritos para que emita parecer sobre a questão ou fixar data para, em audiência pública, ouvir depoimentos de pessoas com experiência e autoridade na matéria.

§ 2º O relator poderá solicitar, ainda, informações aos Tribunais Superiores, aos Tribunais federais e aos Tribunais estaduais acerca da aplicação da norma questionada no âmbito de sua jurisdição.

§ 3º As informações, perícias e audiências a que se referem os parágrafos anteriores serão realizadas no prazo de trinta dias, contado da solicitação do relator.

Seção II

Da Medida Cautelar em Ação Declaratória de Constitucionalidade

Art. 21. O Supremo Tribunal Federal, por decisão da maioria absoluta de seus membros, poderá deferir pedido de medida cautelar na ação declaratória de constitucionalidade, consistente na determinação de que os juízes e os Tribunais suspendam o julgamento dos processos que envolvam a aplicação da lei ou do ato normativo objeto da ação até seu julgamento definitivo.

Parágrafo único. Concedida a medida cautelar, o Supremo Tribunal Federal fará publicar em seção especial do Diário Oficial da União a parte dispositiva da decisão, no prazo de dez dias, devendo o Tribunal proceder ao julgamento da ação no prazo de cento e oitenta dias, sob pena de perda de sua eficácia.

CAPÍTULO IV

DA DECISÃO NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE E NA AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE

Art. 22. A decisão sobre a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade da lei ou do ato normativo somente será tomada se presentes na sessão pelo menos oito Ministros.

Art. 23. Efetuado o julgamento, proclamar-se-á a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade da disposição ou da norma impugnada se num ou noutro sentido se tiverem manifestado pelo menos seis Ministros, quer se trate de ação direta de inconstitucionalidade ou de ação declaratória de constitucionalidade.

Parágrafo único. Se não for alcançada a maioria necessária à declaração de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade, estando ausentes Ministros em número que possa influir no julgamento, este será suspenso a fim de aguardar-se o comparecimento dos Ministros ausentes, até que se atinja o número necessário para prolação da decisão num ou noutro sentido.

Art. 24. Proclamada a constitucionalidade, julgar-se-á improcedente a ação direta ou procedente eventual ação declaratória; e, proclamada a inconstitucionalidade, julgar-se-á procedente a ação direta ou improcedente eventual ação declaratória.

Art. 25. Julgada a ação, far-se-á a comunicação à autoridade ou ao órgão responsável pela expedição do ato.

Art. 26. A decisão que declara a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade da lei ou do ato normativo em ação direta ou em ação declaratória é irrecorrível, ressalvada a interposição de embargos declaratórios, não podendo, igualmente, ser objeto de ação rescisória.

Art. 27. Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado.

Art. 28. Dentro do prazo de dez dias após o trânsito em julgado da decisão, o Supremo Tribunal Federal fará publicar em seção especial do Diário da Justiça e do Diário Oficial da União a parte dispositiva do acórdão.

Parágrafo único. A declaração de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade, inclusive a interpretação conforme a Constituição e a declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto, têm eficácia contra todos e efeito vinculante em relação aos órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública federal, estadual e municipal.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 29. O art. 482 do Código de Processo Civil fica acrescido dos seguintes parágrafos:

"Art. 482. .....

§ 1º O Ministério Público e as pessoas jurídicas de direito público responsáveis pela edição do ato questionado, se assim o requererem, poderão manifestar-se no incidente de inconstitucionalidade, observados os prazos e condições fixados no Regimento Interno do Tribunal.

§ 2º Os titulares do direito de propositura referidos no art. 103 da Constituição poderão manifestar-se, por escrito, sobre a questão constitucional objeto de apreciação pelo órgão especial ou pelo Pleno do Tribunal, no prazo fixado em Regimento, sendo-lhes assegurado o direito de apresentar memoriais ou de pedir a juntada de documentos.

§ 3º O relator, considerando a relevância da matéria e a representatividade dos postulantes, poderá admitir, por despacho irrecorrível, a manifestação de outros órgãos ou entidades."

Art. 30. O art. 8º da Lei nº 8.185, de 14 de maio de 1991, passa a vigorar acrescido dos seguintes dispositivos:

"Art.8º .....

I - .....

n) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Distrito Federal em face da sua Lei Orgânica;

.....

§ 3º São partes legítimas para propor a ação direta de inconstitucionalidade:

I- o Governador do Distrito Federal;

II - a Mesa da Câmara Legislativa;

III - o Procurador-Geral de Justiça;

IV - a Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Distrito Federal;

V - as entidades sindicais ou de classe, de atuação no Distrito Federal, demonstrando que a pretensão por elas deduzida guarda relação de pertinência direta com os seus objetivos institucionais;

VI - os partidos políticos com representação na Câmara Legislativa.

§ 4º Aplicam-se ao processo e julgamento da ação direta de Inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios as seguintes disposições:

I - o Procurador-Geral de Justiça será sempre ouvido nas ações diretas de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade;

II - declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma da Lei Orgânica do Distrito Federal, a decisão será comunicada ao Poder competente para adoção das providências necessárias, e, tratando-se de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias;

III - somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou de seu órgão especial, poderá o Tribunal de Justiça declarar a inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo do Distrito Federal ou suspender a sua vigência em decisão de medida cautelar.

§ 5º Aplicam-se, no que couber, ao processo de julgamento da ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Distrito Federal em face da sua Lei Orgânica as normas sobre o processo e o julgamento da ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal."

Art. 31. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de novembro de 1999; 178º da Independência e 111º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

José Carlos Dias

Este texto não substitui o publicado no DOU de 11.11.1999

LEI Nº 9.882, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1999.

Dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § 1º do art. 102 da Constituição Federal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A arguição prevista no § 1º do art. 102 da Constituição Federal será proposta perante o Supremo Tribunal Federal, e terá por objeto evitar ou reparar lesão a preceito fundamental, resultante de ato do Poder Público.

Parágrafo único. Caberá também arguição de descumprimento de preceito fundamental:

I - quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores à Constituição; (Vide ADIN 2.231-8, de 2000)

II – (VETADO)

Art. 2º Podem propor arguição de descumprimento de preceito fundamental:

I - os legitimados para a ação direta de inconstitucionalidade;

II - (VETADO)

§ 1º Na hipótese do inciso II, faculta-se ao interessado, mediante representação, solicitar a propositura de arguição de descumprimento de preceito fundamental ao Procurador-Geral da República, que, examinando os fundamentos jurídicos do pedido, decidirá do cabimento do seu ingresso em juízo.

§ 2º (VETADO)

Art. 3º A petição inicial deverá conter:

I - a indicação do preceito fundamental que se considera violado;

II - a indicação do ato questionado;

III - a prova da violação do preceito fundamental;

IV - o pedido, com suas especificações;

V - se for o caso, a comprovação da existência de controvérsia judicial relevante sobre a aplicação do preceito fundamental que se considera violado.

Parágrafo único. A petição inicial, acompanhada de instrumento de mandato, se for o caso, será apresentada em duas vias, devendo conter cópias do ato questionado e dos documentos necessários para comprovar a impugnação.

Art. 4º A petição inicial será indeferida liminarmente, pelo relator, quando não for o caso de arguição de descumprimento de preceito fundamental, faltar algum dos requisitos prescritos nesta Lei ou for inepta.

§ 1º Não será admitida arguição de descumprimento de preceito fundamental quando houver qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade.

§ 2º Da decisão de indeferimento da petição inicial caberá agravo, no prazo de cinco dias.

Art. 5º O Supremo Tribunal Federal, por decisão da maioria absoluta de seus membros, poderá deferir pedido de medida liminar na arguição de descumprimento de preceito fundamental.

§ 1º Em caso de extrema urgência ou perigo de lesão grave, ou ainda, em período de recesso, poderá o relator conceder a liminar, *ad referendum* do Tribunal Pleno.

§ 2º O relator poderá ouvir os órgãos ou autoridades responsáveis pelo ato questionado, bem como o Advogado-Geral da União ou o Procurador-Geral da República, no prazo comum de cinco dias.

§ 3º A liminar poderá consistir na determinação de que juízes e tribunais suspendam o andamento de processo ou os efeitos de decisões judiciais, ou de qualquer outra medida que apresente relação com a matéria objeto da arguição de descumprimento de preceito fundamental, salvo se decorrentes da coisa julgada. (Vide ADIN 2.231-8, de 2000)

§ 4º (VETADO)

Art. 6º Apreciado o pedido de liminar, o relator solicitará as informações às autoridades responsáveis pela prática do ato questionado, no prazo de dez dias.

§ 1º Se entender necessário, poderá o relator ouvir as partes nos processos que ensejaram a arguição, requisitar informações adicionais, designar perito ou comissão de peritos para que emita parecer sobre a questão, ou ainda, fixar data para declarações, em audiência pública, de pessoas com experiência e autoridade na matéria.

§ 2º Poderão ser autorizadas, a critério do relator, sustentação oral e juntada de memoriais, por requerimento dos interessados no processo.

Art. 7º Decorrido o prazo das informações, o relator lançará o relatório, com cópia a todos os ministros, e pedirá dia para julgamento.

Parágrafo único. O Ministério Público, nas arguições que não houver formulado, terá vista do processo, por cinco dias, após o decurso do prazo para informações.

Art. 8º A decisão sobre a arguição de descumprimento de preceito fundamental somente será tomada se presentes na sessão pelo menos dois terços dos Ministros.

§ 1º (VETADO)

§ 2º (VETADO)

Art. 9º (VETADO)

Art. 10. Julgada a ação, far-se-á comunicação às autoridades ou órgãos responsáveis pela prática dos atos questionados, fixando-se as condições e o modo de interpretação e aplicação do preceito fundamental.

§ 1º O presidente do Tribunal determinará o imediato cumprimento da decisão, lavrando-se o acórdão posteriormente.

§ 2º Dentro do prazo de dez dias contado a partir do trânsito em julgado da decisão, sua parte dispositiva será publicada em seção especial do Diário da Justiça e do Diário Oficial da União.

§ 3º A decisão terá eficácia contra todos e efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Público.

Art. 11. Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, no processo de arguição de descumprimento de preceito fundamental, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado.

Art. 12. A decisão que julgar procedente ou improcedente o pedido em argüição de descumprimento de preceito fundamental é irrecorrível, não podendo ser objeto de ação rescisória.

Art. 13. Caberá reclamação contra o descumprimento da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, na forma do seu Regimento Interno.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

LEI Nº 11.418, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006.

Acrescenta à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, dispositivos que regulamentam o § 3º do art. 102 da Constituição Federal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei acrescenta os arts. 543-A e 543-B à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, a fim de regulamentar o § 3º do art. 102 da Constituição Federal.

Art. 2º A Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 543-A e 543-B:

"Art. 543-A. O Supremo Tribunal Federal, em decisão irrecorrível, não conhecerá do recurso extraordinário, quando a questão constitucional nele versada não oferecer repercussão geral, nos termos deste artigo.

§ 1º Para efeito da repercussão geral, será considerada a existência, ou não, de questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, que ultrapassem os interesses subjetivos da causa.

§ 2º O recorrente deverá demonstrar, em preliminar do recurso, para apreciação exclusiva do Supremo Tribunal Federal, a existência da repercussão geral.

§ 3º Haverá repercussão geral sempre que o recurso impugnar decisão contrária a súmula ou jurisprudência dominante do Tribunal.

§ 4º Se a Turma decidir pela existência da repercussão geral por, no mínimo, 4 (quatro) votos, ficará dispensada a remessa do recurso ao Plenário.

§ 5º Negada a existência da repercussão geral, a decisão valerá para todos os recursos sobre matéria idêntica, que serão indeferidos liminarmente, salvo revisão da tese, tudo nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

§ 6º O Relator poderá admitir, na análise da repercussão geral, a manifestação de terceiros, subscrita por procurador habilitado, nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

§ 7º A Súmula da decisão sobre a repercussão geral constará de ata, que será publicada no Diário Oficial e valerá como acórdão."

"Art. 543-B. Quando houver multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica controvérsia, a análise da repercussão geral será processada nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, observado o disposto neste artigo.

§ 1º Caberá ao Tribunal de origem selecionar um ou mais recursos representativos da controvérsia e encaminhá-los ao Supremo Tribunal Federal, sobrestando os demais até o pronunciamento definitivo da Corte.

§ 2º Negada a existência de repercussão geral, os recursos sobrestados considerar-se-ão automaticamente não admitidos.

§ 3º Julgado o mérito do recurso extraordinário, os recursos sobrestados serão apreciados pelos Tribunais, Turmas de Uniformização ou Turmas Recursais, que poderão declará-los prejudicados ou retratar-se.

§ 4º Mantida a decisão e admitido o recurso, poderá o Supremo Tribunal Federal, nos termos do Regimento Interno, cassar ou reformar, liminarmente, o acórdão contrário à orientação firmada.

§ 5º O Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal disporá sobre as atribuições dos Ministros, das Turmas e de outros órgãos, na análise da repercussão geral."

Art. 3º Caberá ao Supremo Tribunal Federal, em seu Regimento Interno, estabelecer as normas necessárias à execução desta Lei.

Art. 4º Aplica-se esta Lei aos recursos interpostos a partir do primeiro dia de sua vigência.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor 60 (sessenta) dias após a data de sua publicação.

Brasília, 19 de dezembro de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Márcio Thomaz Bastos

Este texto não substitui o publicado no DOU de 20.12.2006